

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA

MESTRADO DE PSICOPATOLOGIA E PSICOLOGIA CLÍNICA

Tese de Dissertação de Mestrado

Valores dos
Jovens da
Universidade
de Trás-Os-Montes
e Alto Douro
e dos seus
Progenitores

Ema Cristina Tomé Alves N.º 698

ORIENTADOR: Prof. Doutor Eurico Figueiredo

Lisboa, Março de 2004

Stamp of Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) with handwritten registration number 15684 and date 04/04/08.

ISPA
Instituto Superior de Psicologia Aplicada
C. 1700-016 Lisboa
Tel: 21 391 17 00 • info@ispa.pt

Reg. 15684
Data 04/04/08

VALORES DOS JOVENS DA UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO E DOS SEUS PROGENITORES

TESE DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM PSICOPATOLOGIA E PSICOLOGIA CLÍNICA

Orientação de: *Prof. Doutor Eurico Figueiredo*

Instituto Superior de Psicologia Aplicada
BIBLIOTECA

Ema Cristina Tomé Alves

2004

**PROJECTO FINANCIADO PELA JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (JNICT) NO ÂMBITO DA PRAXIS XXI**

Índice

LISTA DE TABELAS.....	14
LISTA DE FIGURAS	15
RESUMO	19
INTRODUÇÃO	20
1. O PROBLEMA.....	23
1.1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO PROBLEMA.....	23
1.1.1 <i>O Posicionamento dos Valores nas Relações Intergeracionais.....</i>	23
1.1.2 <i>Condições Sociais, Económicas, Políticas e Religiosas em Portugal.....</i>	27
1.1.3 <i>Condições Sociais e Económicas em Trás-os-Montes e Alto Douro.....</i>	44
1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	51
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	54
2.1 OS VALORES	54
2.1.1 <i>Definição de Valores.....</i>	54
2.1.2 <i>Conceptualizações sobre os Valores.....</i>	57
2.1.3 <i>Génese, Cenários de Construção e Transmissão de Valores.....</i>	67
2.1.3.1 <i>No Contexto da Família.....</i>	69
2.1.3.2 <i>No Contexto da Escola.....</i>	75
2.1.3.3 <i>Outros Contextos</i>	77
2.1.4 <i>Os Valores e as Gerações.....</i>	80
2.2 AS GERAÇÕES	106
2.2.1 <i>Assunção ao Estatuto de Adulto.....</i>	106
2.2.2 <i>O Jovem Adulto Estudante Universitário.....</i>	120
2.2.3 <i>O Relacionamento Intergeracional.....</i>	128
2.3 O REINO MARAVILHOSO DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO.....	138
2.3 O REINO MARAVILHOSO DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO.....	138
2.3.1 <i>Introdução.....</i>	138
2.3.2 <i>Geografia.....</i>	14
2.3.2.1 <i>Localização de Trás-os-Montes e Alto Douro.....</i>	14
2.3.2.2 <i>Morfologia e Clima.....</i>	14
2.3.2.3 <i>Sólo/Subsolo.....</i>	14

2.3.3 <i>Demografia</i>	145
2.3.3.1 <i>Movimento da População</i>	145
2.3.3.1.1 <i>Povoamento Urbano e Rural</i>	146
2.3.4 <i>As Duas Capitais de Trás-os-Montes e Alto Douro</i>	149
2.3.4.1 <i>Bragança</i>	149
2.3.4.2 <i>Vila Real</i>	152
2.3.4.2 <i>Vila Real</i>	153
2.3.4.2 <i>Vila Real</i>	154
2.3.5 <i>Acessibilidades</i>	158
2.3.5.1 <i>Taxas de Motorização</i>	159
2.3.6 <i>Equipamento de Saúde</i>	160
2.3.7 <i>Equipamento de Ensino</i>	161
2.3.7.1 <i>Educação Pré-Escolar</i>	161
2.3.7.2 <i>1º Ciclo do Ensino Básico</i>	161
2.3.7.3 <i>Escolas Básicas de 2º e 3º Ciclo</i>	162
2.3.7.4 <i>Escolas Secundárias</i>	162
2.3.7.5 <i>Ensino Superior</i>	163
2.3.8 <i>Equipamentos Culturais e Desportivos</i>	166
2.3.9 <i>Saneamento Básico e Resíduos Sólidos</i>	167
2.3.9.1 <i>Abastecimento de Água por Redes Públicas</i>	167
2.3.9.2 <i>Rede Pública de Esgotos</i>	167
2.3.9.3 <i>Recolha de Lixos</i>	168
2.3.9.3.1 <i>Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais</i>	168
2.3.9.4 <i>Rede de Energia Eléctrica</i>	169
2.3.10 <i>Estrutura Económica</i>	170
2.3.10.1 <i>Economia nos Séculos XVIII, XIX, XX</i>	170
2.3.10.2 <i>Emprego</i>	173
2.3.10.3 <i>Desemprego</i>	175
2.3.11 <i>Cultura</i>	177
2.3.11.1 <i>Um Processo de Identificação e de Integração</i>	177
2.3.11.2 <i>A Identidade Cultural</i>	177
2.3.11.3 <i>Algumas Personalidades de Trás-os-Montes e Alto Douro</i>	179
2.3.11.4 <i>A MUSA do POETA (das Coisas Elementares e do Pensamento Inconformista)</i>	180

2.3.11.5 Acontecimentos Culturais	190
2.3.11.6 Uso e Costumes	192
2.3.11.7 Aspectos Artesanais de Trás-os-Montes e Alto Douro.....	196
2.3.11.7 Aspectos Artesanais de Trás-os-Montes e Alto Douro.....	197
2.3.11.7 Aspectos Artesanais de Trás-os-Montes e Alto Douro.....	198
2.3.12 Arquitectura e Monumentos.....	206
2.3.13 Gastronomia.....	208
2.3.13 Gastronomia.....	209
2.3.14 Turismo.....	210
2.3.14.1 Trás-os-Montes	210
2.3.14.2 O Vale do Douro	211
2.3.15 O que dizem alguns ilustres sobre o futuro de Trás-os-Montes e Alto Douro?	213
3. METODOLOGIA	216
3.1 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO	216
3.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO	217
3.3 AMOSTRA	219
3.3.1 Critérios de Selecção da Amostra	219
3.3.2 Caracterização da Amostra.....	221
3.3.2.1 Amostra dos Jovens	221
3.3.2.1.1 Jovens Universitários da UTAD (incluindo a análise da variável sexo)	221
3.3.2.1.1.1 Jovens Autóctones (da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro).....	225
3.3.2.1.1.2 Jovens Não-Autóctones (da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)....	227
3.3.2.1.2 Jovens Nacionais (Outras Universidades do País).....	229
3.3.2.2 Amostra dos Progenitores.....	231
3.3.2.2.1 Progenitores dos Jovens Universitários da UTAD (incluindo a análise da variável sexo).....	231
3.3.2.2.1.1 Progenitores Autóctones.....	235
3.3.2.2.1.2 Progenitores Não-Autóctones.....	237
3.3.2.2.2 Progenitores Nacionais	238
3.4 DEFINIÇÃO DE VARIÁVEIS.....	241
3.5 APRESENTAÇÃO DO INSTRUMENTO UTILIZADO NESTA INVESTIGAÇÃO	243
3.6 PROCEDIMENTO.....	247
3.7 AGRUPAMENTO DOS DADOS	249
3.8 TRATAMENTO ESTATÍSTICO.....	252

4. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	257
4.1 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS ENTRE GERAÇÕES	257
4.1.1 FAMÍLIA.....	257
4.1.1.1 Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz (Q-10).....	258
4.1.1.2 Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga (Q-11)	259
4.1.1.3 Planeamento familiar (Q-13)	260
4.1.1.4 Finalidade do casamento (Q-8).....	261
4.1.1.5 Factores determinantes para o bom entendimento do casal (Q-7)	262
4.1.1.6 Resolução de conflitos no casal (Q-15)	263
4.1.1.7 Divórcio (Q-9).....	264
4.1.1.8 Aspectos mais importantes na vida de uma pessoa (Q-3).....	265
4.1.1.9 Número de filhos que gostaria de ter (Q-12)	266
4.1.1.10 Ensino Pré - Escolar (Q-2)	267
4.1.1.11 Educação dos filhos (Q-14).....	268
4.1.1.12 Com quem gostariam de viver os jovens a partir dos 17/18 anos? (Q-4).....	269
4.1.1.13 Trabalho da mulher (Q-6).....	270
4.1.2 POLÍTICA.....	271
4.1.2.1 Posição política (Q-38)	271
4.1.2.2 Grau de ligação a um partido político (Q-39).....	272
4.1.2.3 Sistema político que se deveriam orientar as nações (Q-45)	273
4.1.2.4 "Não é na revolução que existe a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada" (Q-23).....	274
4.1.2.5 Se Portugal abandonasse a União Europeia (Q-24).....	275
4.1.2.6 Concepção a longo prazo da União Europeia (Q-40)	276
4.1.3 INSTITUIÇÕES E PROBLEMAS SOCIAIS	277
4.1.3.1 Educação Escolar (Escolaridade obrigatória) (Q-1).....	277
4.1.3.2 Polícia (Q-18).....	278
4.1.3.3 Sistema Prisional (Q-19).....	279
4.1.3.4 Atitude da sociedade face à Criminalidade, ao Alcoolismo, ao Consumo de Drogas e à Prostituição (Q-20).....	279
4.1.3.4.1 Atitude da sociedade face à Criminalidade.....	280
4.1.3.4.2 Atitude da sociedade face ao Alcoolismo	280
4.1.3.4.3 Atitude da sociedade face ao Consumo de Drogas.....	280
4.1.3.4.4 Atitude da sociedade face à Prostituição.....	280
4.1.3.5 Toxicodependência de substâncias legais e ilegais (Q-21)	280
4.1.4 PROGRESSO E CIVILIZAÇÃO.....	280

4.1.4.1 O progresso do país (Q-22).....	285
4.1.4.2 O progresso do país, em relação ao meio rural (Q-28)	286
4.1.4.3 O progresso do país, em relação ao desenvolvimento da indústria e da agricultura (Q-29).....	287
4.1.4.4 O progresso do país, em relação ao tipo de cidades (Q-30).....	288
4.1.4.5 Principais objectivos que o país se deveria esforçar por atingir nos próximos 10 a 15 anos (Q-25)	289
4.1.4.6 O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010? (Q-41).....	290
4.1.4.7 Capacidade para influenciar o progresso (Q-42)	291
4.1.4.8 A felicidade das pessoas no ano 2010 (Q-43).....	292
4.1.4.9 A geração com uma visão mais realista do mundo (Q-46).....	293
4.1.4.10 Para vencer a crise da civilização (Q-26)	294
4.1.5 CAUSAS, MOTIVAÇÕES E RELIGIÃO.....	295
4.1.5.1 Qualidades interpessoais mais valorizadas (Q-31).....	296
4.1.5.2 Motivação das pessoas a procurarem trabalho (Q-5).....	297
4.1.5.3 Aspectos da vida que mais lhe interessam (Q-44).....	298
4.1.5.4 Causas por vale a pena aceitar sacrifícios (Q-27)	299
4.1.5.5 Tribunais e leis (Q-17).....	300
4.1.5.6 Atitude Perante a Religião (Q-32).....	301
4.1.5.7 O que procura na Religião (Q-33).....	302
4.2 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS ENTRE SEXOS.....	303
4.2.1 FAMÍLIA.....	303
4.2.1.1 Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz (Q-10).....	303
4.2.1.2 Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga (Q-11)	304
4.2.1.3 Planeamento familiar (Q-13)	304
4.2.1.4 Finalidade do casamento (Q-8).....	305
4.2.1.5 Factores determinantes para o bom entendimento do casal (Q-7)	306
4.2.1.6 Resolução de conflitos no casal (Q-15)	306
4.2.1.7 Divórcio (Q-9).....	307
4.2.1.8 Aspectos mais importantes na vida de uma pessoa (Q-3).....	308
4.2.1.9 Número de filhos que gostaria de ter (Q-12)	308
4.2.1.10 Ensino Pré - Escolar (Q-2)	309
4.2.1.11 Educação dos filhos (Q-14).....	309
4.2.1.12 Com quem gostariam de viver os jovens a partir dos 17/18 anos? (Q-4).....	310
4.2.1.13 Trabalho da mulher (Q-6).....	310
4.2.2 POLÍTICA.....	311

4.2.2.1 Posição política (Q-38)	311
4.2.2.2 Grau de ligação a um partido político (Q-39).....	311
4.2.2.3 Sistema político que se deveriam orientar as nações (Q-45)	312
4.2.2.4 “Não é na revolução que reside a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada” (Q-23).....	313
4.2.2.5 Se Portugal abandonasse a União Europeia (Q-24).....	313
4.2.2.6 Concepção a longo prazo da União Europeia (Q-40).....	314
4.2.3 <i>INSTITUIÇÕES E PROBLEMAS SOCIAIS</i>	315
4.2.3.1 Educação Escolar (Escolaridade obrigatória) (Q-1).....	315
4.2.3.2 Polícia (Q-18).....	315
4.2.3.3 Sistema Prisional (Q-19).....	316
4.2.1.4 Atitude da sociedade face à Criminalidade, ao Alcoolismo, ao Consumo de Droga, e à Prostituição (Q-20).....	316
4.2.3.4.1 Atitude da sociedade face à Criminalidade.....	316
4.2.3.4.2 Atitude da sociedade face ao Alcoolismo	317
4.2.3.4.3 Atitude da sociedade face ao Consumo de Droga.....	317
4.2.3.4.4 Atitude da sociedade face à Prostituição	317
4.2.3.5 Toxicodependência de substâncias legais e ilegais (Q-21)	318
4.2.4 <i>PROGRESSO E CIVILIZAÇÃO</i>	319
4.2.4.1 O Progresso do país (Q-22)	319
4.2.4.2 O Progresso do país, em relação ao meio rural (Q-28).....	320
4.2.4.3 O Progresso do país, em relação ao desenvolvimento da indústria e da agricultura (Q-29)	320
4.2.4.4 O Progresso do país, em relação ao tipo de cidades (Q-30)	320
4.2.4.5 Principais objectivos que o país se deveria esforçar por atingir nos próximos 10 a 15 anos (Q-25)	321
4.2.4.6 O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010? (Q-41).....	322
4.2.4.7 Capacidade para influenciar o progresso (Q-42)	323
4.2.4.8 A felicidade das pessoas no ano 2010 (Q-43).....	324
4.2.4.9 A geração com uma visão mais realista do mundo (Q-46).....	324
4.2.4.10 Para ser vencida a crise da civilização (Q-26)	325
4.2.5 <i>CAUSAS, MOTIVAÇÕES E RELIGIÃO</i>	326
4.2.5.1 Qualidades interpessoais mais valorizadas (Q-31).....	327
4.2.5.2 Motivação das pessoas a procurarem trabalho (Q-5).....	328
4.2.5.3 Aspectos da vida que mais lhe interessam (Q-44).....	329
4.2.5.4 Causas por vale a pena aceitar sacrifícios (Q-27)	330

4.2.5.5 Tribunais e leis (Q-17).....	331
4.2.5.6 Atitude Perante a Religião (Q-32).....	333
4.2.5.7 O que procura na Religião (Q-33).....	334
4.3 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS ENTRE AUTÓCTONES E NÃO-AUTÓCTONES.....	335
4.3.1 FAMÍLIA.....	335
4.3.1.1 Experiências sexuais pré-matrimoniais no Rapaz (Q-10)	336
4.3.1.2 Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga (Q-11)	336
4.3.1.3 Planeamento familiar (Q-13)	337
4.3.1.4 Finalidade do casamento (Q-8).....	337
4.3.1.5 Factores determinantes para o bom entendimento do casal (Q-7)	338
4.3.1.6 Resolução de conflitos no casal (Q-15)	339
4.3.1.7 Divórcio (Q-9).....	340
4.3.1.8 Aspectos mais importantes na vida de uma pessoa (Q-3).....	341
4.3.1.9 Número de filhos que gostaria de ter (Q-12)	341
4.3.1.10 Ensino Pré - Escolar (Q-2)	342
4.3.1.11 Educação dos filhos (Q-14).....	342
4.3.1.12 Com quem gostariam de viver os jovens a partir dos 17/18 anos? (Q-4).....	343
4.3.1.13 Trabalho da mulher (Q-6)	343
4.3.2 POLÍTICA.....	345
4.3.2.1 Posição política (Q-38)	345
4.3.2.2 Grau de ligação a um partido político (Q-39).....	345
4.3.2.3 Sistema político que se deveriam orientar as nações (Q-45)	346
4.3.2.4 "Não é na Revolução que reside a Salvação e a Justiça mas sim na Evolução bem orientada" (Q-23).....	346
4.3.2.5 Se Portugal abandonasse a União Europeia (Q-24).....	347
4.3.2.6 Conceção a longo prazo da União Europeia (Q-40)	347
4.3.3 INSTITUIÇÕES E PROBLEMAS SOCIAIS	348
4.3.3.1 Educação Escolar (Escolaridade obrigatória) (Q-1).....	348
4.3.3.2 Polícia (Q-18).....	348
4.3.3.3 Sistema Prisional (Q-19).....	349
4.3.3.4 Atitude da sociedade face à Criminalidade, ao Alcoolismo, ao Consumo de Drogas e à Prostituição (Q-20).....	349
4.3.3.4.1 Atitude da sociedade face à Criminalidade.....	350
4.3.3.4.2 Atitude da sociedade face ao Alcoolismo	350
4.3.3.4.3 Atitude da sociedade face ao Consumo de Drogas.....	350
4.3.3.4.4 Atitude da sociedade face à Prostituição	350

4.3.3.5 Toxicodependência de substâncias legais e ilegais (Q-21)	353
4.3.4 <i>PROGRESSO E CIVILIZAÇÃO</i>	354
4.3.4.1 O Progresso do país (Q-22)	354
4.3.4.2 Progresso do país, em relação ao meio rural (Q-28).....	355
4.3.4.3 O Progresso do país, em relação ao desenvolvimento da indústria e da agricultura (Q-29).....	355
4.3.4.4 Tipo de Cidades (Q-30)	355
4.3.4.5 Principais objectivos que o país se deveria esforçar por atingir nos próximos 10 a 15 anos (Q-25)	356
4.3.4.6 O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010? (Q-41).....	357
4.3.4.7 Capacidade para influenciar o progresso (Q-42)	357
4.3.4.8 A Felicidade das Pessoas no Ano 2010 (Q-43).....	358
4.3.4.9 A geração com uma visão mais realista do mundo (Q-46).....	359
4.3.4.10 Para ser vencida a crise da civilização (Q-26)	359
4.3.5 <i>CAUSAS, MOTIVAÇÕES E RELIGIÃO</i>	360
4.3.5.1 Qualidades interpessoais mais valorizadas (Q-31).....	361
4.3.5.2 Motivação das Pessoas a procurarem trabalho (Q-5)	362
4.3.5.3 Aspectos da vida que mais lhe interessam (Q-44).....	363
4.3.5.4 Causas por vale a pena aceitar sacrifícios (Q-27)	364
4.3.5.5 Tribunais e leis (Q-17).....	365
4.3.5.6 Atitude perante a Religião (Q-32)	365
4.3.5.7 O que procura na Religião (Q-33).....	366
4.4 <i>DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS ENTRE AS AMOSTRAS NACIONAL E REGIONAL</i>	367
4.4.1 <i>FAMÍLIA</i>	367
4.4.1.1 Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz (Q-10).....	368
4.4.1.2 Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga (Q-11)	368
4.4.1.3 Planeamento Familiar (Q-13)	369
4.4.1.4 Finalidade do casamento (Q-8).....	369
4.4.1.5 Factores determinantes para o bom entendimento do casal (Q-7)	370
4.4.1.6 Resolução de conflitos no casal (Q-15)	371
4.4.1.7 Divórcio (Q-9).....	372
4.4.1.8 Aspectos mais importantes na vida de uma pessoa (Q-3).....	373
4.4.1.9 Número de filhos que gostaria de ter (Q-12)	373
4.4.1.10 Ensino Pré-Escolar (Q-2).....	374
4.4.1.10 Ensino Pré-Escolar (Q-2).....	375
4.4.1.11 Educação dos filhos (Q-14).....	376

4.4.1.12 Com quem gostariam de viver os jovens a partir dos 17/18 anos? (Q-4).....	376
4.4.1.13 Trabalho da mulher (Q-6)	377
4.4.2 <i>POLÍTICA</i>	378
4.4.2.1 Posição política (Q-38)	378
4.4.2.2 Grau de ligação a um partido político (Q-39).....	379
4.4.2.3 Sistema político que se deveriam orientar as nações (Q-45)	379
4.4.2.4 Evolução bem orientada versus revolução (Q-23)	380
4.4.2.5 O que sentiria se Portugal abandonasse a União Europeia (Q-24)	380
4.4.2.6 Concepção a longo prazo da União Europeia (Q-40)	381
4.4.3 <i>INSTITUIÇÕES E PROBLEMAS SOCIAIS</i>	382
4.4.3.1 Educação Escolar (Escolaridade obrigatória) (Q-1).....	382
4.4.3.2 Polícia (Q-18).....	383
4.4.3.3 Sistema Prisional.....	383
4.4.3.4 Atitude da Sociedade face à Criminalidade, ao Alcoolismo, ao Consumo de droga e à Prostituição (Q-20).....	383
4.4.3.4.1 Atitude da sociedade face à Criminalidade.....	384
4.4.3.4.2 Atitude da sociedade face ao Alcoolismo	384
4.4.3.4.3 Atitude da sociedade face ao Consumo de Droga.....	385
4.4.3.4.4 Atitude da sociedade face à Prostituição	385
4.4.3.5 (Toxico)dependência de substâncias legais e ilegais (Q-21).....	386
4.4.4 <i>PROGRESSO E CIVILIZAÇÃO</i>	387
4.4.4.1 O progresso do país (Q-22).....	387
4.4.4.2 O progresso do país, em relação ao meio rural (Q-28)	388
4.4.4.3 O progresso do país, em relação ao desenvolvimento da indústria e da agricultura (Q-29)	388
4.4.4.4 O progresso do país, em relação ao tipo de cidades (Q-30).....	388
4.4.4.5 Principais objectivos que o país se deveria esforçar por atingir nos próximos 10 a 15 anos (Q-25)	389
4.4.4.6 O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010? (Q-41).....	390
4.4.4.7 Capacidade para influenciar o progresso (Q-42)	390
4.4.4.8 A felicidade das pessoas no ano 2010 (Q-43).....	391
4.4.4.9 A geração com uma visão mais realista do mundo (Q-46).....	391
4.4.4.10 Como pode ser vencida a crise da civilização? (Q-26).....	392
4.4.5 <i>CAUSAS, MOTIVAÇÕES E RELIGIÃO</i>	393
4.4.5.1 Qualidades interpessoais mais valorizadas (Q-31).....	394
4.4.5.2 O que é que motiva as pessoas a encontrar trabalho? (Q-5)	395

4.4.5.3 Aspectos da vida que mais lhe interessam (Q-44).....	395
4.4.5.4 Causas por vale a pena aceitar sacrifícios (Q-27)	396
4.4.5.5 Tribunais e Leis (Q-17)	397
4.4.5.6 Atitude perante a Religião (Q-32)	397
4.4.5.7 O que procura na Religião (Q-33).....	398
5. DISCUSSÃO DE RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	399
5.1 OS VALORES DOS JOVENS DA UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO E DOS SEUS PROGENITORES.....	399
5.1.1 <i>Os Jovens Universitários</i>	399
5.1.2 <i>Os Progenitores</i>	403
5.1.3 <i>Continuidade ou Descontinuidade Intergeracional?</i>	406
5.2 INFLUÊNCIA DO GÉNERO NOS VALORES DEFENDIDOS	414
5.3 OS VALORES NOS JOVENS AUTÓCTONES/NÃO-AUTÓCTONES E NOS PROGENITORES AUTÓCTONES/NÃO-AUTÓCTONES.....	415
5.4 OS VALORES NOS JOVENS NACIONAIS/REGIONAIS E NOS PROGENITORES NACIONAIS/REGIONAIS	417
BIBLIOGRAFIA.....	423
ANEXOS	440

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Apresentação dos Indicadores Económicos em Portugal, entre 1997 a 2001	36
Tabela 2 - Apresentação das taxas de motorização na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, na zona Norte e no Continente Português.....	159
Tabela 3 - Distribuição da Frequência dos Alunos Finalistas, Matriculados por Cursos, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, no Ano Lectivo de 1995/96	218
Tabela 4 - Distribuição em percentagem dos Jovens naturais e não naturais de Trás-os-Montes e Alto Douro, de acordo com os Distritos de Nascimento.	222
Tabela 5 - Distribuição em percentagem dos Progenitores naturais e não naturais de Trás-os-Montes e Alto Douro , de acordo com os Distritos de Nascimento.	232
Tabela 6 - Designa as Questões inseridas em cada uma das categorias apresentadas.....	249
Tabela 7 - Apresentação da variável "Factores determinantes para o bom entendimento do casal"	262
Tabela 8 - Apresentação da variável "O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010 "	290
Tabela 9 - Apresentação da variável "Qualidades interpessoais mais valorizadas"	296
Tabela 10 - Apresentação da variável "Aspectos da vida que mais lhe interessam"	298
Tabela 11 - Apresentação da variável "Causas por que vale a pena aceitar sacrifícios".....	299
Tabela 12 - Apresentação da variável "Factores determinantes para o bom entendimento do casal"	306
Tabela 13 - Apresentação da variável "Objectivos para o ano 2010"	322
Tabela 14 - Apresentação da variável "Qualidades interpessoais mais valorizadas"	327
Tabela 15 - Apresentação da variável "Aspectos da vida que mais lhe interessam"	329
Tabela 16 - Apresentação da variável "Causas por que vale a pena sacrifícios"	330
Tabela 17 - Apresentação da variável "Factores determinantes para o bom entendimento do casal"	338
Tabela 18 - Apresentação da variável "O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010?".....	357
Tabela 19 - Apresentação da variável "Qualidades interpessoais mais valorizadas"	361
Tabela 20 - Apresentação da variável "Aspectos da vida que mais lhe interessam"	363
Tabela 21 - Apresentação da variável "Causas por que vale a pena aceitar sacrifícios"	364
Tabela 22 - Apresentação da variável "Factores determinantes para o bom entendimento do casal"	370
Tabela 23 - Apresentação da variável "O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010?".....	390
Tabela 24 - Apresentação da variável "Qualidades interpessoais mais valorizadas"	394
Tabela 25 - Apresentação da variável "Aspectos da vida que mais lhe interessam"	395
Tabela 26 - Apresentação da variável "Causas por que vale a pena aceitar sacrifícios"	396

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Apresentação da variável "Experiências Sexuais pré-matrimoniais nas Raparigas"	259
Figura 2 - Apresentação da variável "Planeamento Familiar"	260
Figura 3 - Apresentação da variável "Finalidade do Casamento"	261
Figura 4 - Apresentação da variável "Resolução de conflitos no casal"	263
Figura 5 - Apresentação da variável "Divórcio"	264
Figura 6 - Apresentação da variável "Aspectos mais importantes na vida de uma pessoa"	265
Figura 7 - Apresentação da variável "Número de filhos que gostaria de ter"	266
Figura 8 - Apresentação da Variável "Ensino Pré-Escolar"	267
Figura 9 - Apresentação da variável "Educação dos Filhos"	268
Figura 10 - Apresentação da variável "Com quem gostariam de viver os Jovens apartir dos 17/18 anos ?"	269
Figura 11 - Apresentação da variável "Trabalho da mulher"	270
Figura 12 - Apresentação da variável "Posição política"	271
Figura 13 - Apresentação da variável "Grau de ligação a um partido político"	272
Figura 14 - Apresentação da variável "Sistema político que se deveriam orientar as nações"	273
Figura 15 - Apresentação da variável "Não é na revolução que existe a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada"	274
Figura 16 - Apresentação da variável "Se Portugal abandonasse a União Europeia"	275
Figura 17 - Apresentação da variável "Concepção a longo prazo da União Europeia"	276
Figura 18 - Apresentação da variável "Educação Escolar" (Escolaridade Obrigatória)	277
Figura 19 - Apresentação da variável "Polícia"	278
Figura 20 - Apresentação da variável "Sistema Prisional"	279
Figura 21 - Apresentação da variável "Atitude da sociedade face à Criminalidade"	280
Figura 22 - Apresentação da variável "Atitude da sociedade face ao Alcoolismo"	281
Figura 23 - Apresentação da variável "Atitude da sociedade face ao Consumo de Droga"	282
Figura 24 - Apresentação da variável "Atitude da sociedade face à Prostituição"	283
Figura 25 - Apresentação da variável "Toxicodependência de Substâncias Legais e Ilegais"	284
Figura 26 - Apresentação da variável "O progresso do país"	285
Figura 27 - Apresentação da variável "O progresso do país, em relação ao meio rural"	286
Figura 28 - Apresentação da variável "O progresso do país, em relação ao desenvolvimento da industria e da agricultura"	287
Figura 29 - Apresentação da variável "O progresso do país, em relação ao tipo de cidades"	288
Figura 30 - Apresentação da variável "Principais objectivos que o país se deveria esforçar por atingir nos próximos 10 a 15 anos"	289
Figura 31 - Apresentação da variável "Capacidade para influenciar o progresso"	290

Figura 32 - Apresentação da variável "A felicidade das pessoas no ano 2010"	292
Figura 33 - Apresentação da variável "A geração com uma visão mais realista do mundo"	293
Figura 34 - Apresentação da variável "Para vencer a crise da civilização"	294
Figura 35 - Apresentação da variável "Motivação das pessoas a procurarem trabalho"	297
Figura 36 - Apresentação das variáveis "Tribunais e Leis"	300
Figura 37 - Apresentação da variável "Atitude Perante a Religião"	301
Figura 38 - Apresentação da variável "O que procura na Religião"	302
Figura 39 - Apresentação da Variável "Sistema político que se deveriam orientar as nações"	312
Figura 40 - Apresentação da Variável "Concepção a longo prazo da União Europeia"	314
Figura 41 - Apresentação da Variável "Capacidade para influenciar o progresso"	323
Figura 42 - Apresentação da Variável "Tribunais e Leis" (Filhos e Filhas).....	331
Figura 43 - Apresentação da Variável "Tribunais e Leis" (Mães e Pais)	331
Figura 44 - Apresentação da Variável "Atitude perante a religião"	333
Figura 45 - Apresentação da Variável "Atitude perante a religião"	333
Figura 46 - Apresentação da Variável "Atitude da sociedade face à Prostituição".....	352
Figura 47 - Apresentação da Variável "A Felicidade das Pessoas no Ano 2010" (Q-43)	358
Figura 48 - Apresentação da Variável "Ensino Pré-Escolar"	374
Figura 49 - Apresentação da Variável "Ensino Pré-Escolar"	375

AGRADECIMENTOS

Contei com a colaboração de inúmeras Personalidades e Instituições, para que a minha Tese ficasse concluída, e a quem ficarei sempre agradecida.

Agradeço:

- ao Prof. Doutor Eurico Figueiredo, pelo saber, pela disponibilidade, pela confiança e pelo empenhamento com que me orientou e incentivo neste árduo trabalho, e muito particularmente pela possibilidade de participar numa investigação à escala nacional, tocando assuntos tão diversos e actuais;
- ao I.S.P.A, pelo apoio logístico (envelopes, selos e impressão dos questionários), indispensável à recolha da amostra desta Tese, e agradeço de uma forma muito particular à pessoa do Sr. Director do I.S.P.A – Prof. Doutor Frederico Pereira, sempre interessado no conhecimento e na investigação;
- à PRAXIS XXI, pelo facto de me ter concedido a Bolsa de Mestrado;
- ao Senhor Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro por me ter permitido a aplicação dos questionários;
- à Prof^a. Dra. Maria Alice Fontes, pelo apoio Institucional na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- aos Estudantes Universitários e aos seus Progenitores sem os quais esta investigação não teria sido possível;
- à Biblioteca Municipal da Torre de Moncorvo, e muito especialmente ao Sr. Vítor Aleixo pela sua disponibilidade e empenho com que seleccionou documentos importantíssimos ao enquadramento regional de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- à Câmara Municipal de Vila Real, pelo acesso e oferta de documentos que me permitiram caracterizar a Região de Trás-os-Montes e Alto Douro (em 1997);

- ao Gabinete do Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território pela cedência de documentos relativos à Região de Trás-os-Montes e Alto Douro (em 1997);
- ao Prof. Doutor Ernesto Figueiredo e ao Engenheiro Cunha Machado pelo apoio estatístico relativamente à amostra nacional;
- Dra. Regina Bispo e ao Dr. Eduardo Oliveira pelo apoio estatístico em relação à amostra regional de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- aos meus Pais (Hermínia e António), especialmente à minha querida Mãe, pela paciência de me “aturar”, pelo incentivo constante e por me dispensar em algumas actividades permitindo-me dedicar mais tempo à elaboração deste trabalho tão exigente;
- ao meu Namorado (Rui), por me ter acompanhado e vivido este trabalho comigo, estando sempre presente encorajando-me de uma forma constante nos momentos mais difíceis e pelo importante apoio informático;
- ao meu grande Amigo Bernardo, a quem eu agradeço especialmente, o apoio incondicional, o seu companheirismo, a sua boa disposição e a sua coragem. Mas infelizmente não pôde acompanhar-me até ao final deste trabalho, por não se encontrar fisicamente entre nós;
- a alguns amigos e colegas pelo estímulo constante e acompanhamento ao longo deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho teve como finalidade primordial investigar e comparar os valores veiculados pelos estudantes finalistas da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e pelos seus progenitores. Estabelecemos no entanto, outras comparações ao nível do sexo, da naturalidade e do local da Universidade (Trás-os-Montes e Alto Douro versus outras Universidades do país).

A amostra de Jovens Universitários seleccionada (180 estudantes, 86 raparigas e 94 rapazes) mostrou-se representativa da população finalista da Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro. E a amostra de 221 Progenitores (119 mães e 102 pais) adveio da amostra dos Jovens Universitários.

O contacto com os estudantes e com os seus progenitores foi estabelecido pelo correio através do método *mail type*.

O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário de auto-preenchimento, constituído por 46 perguntas relativas aos valores dominantes na cultura ocidental – valores relacionados com a família, o trabalho, a justiça, a igualdade, a liberdade, a paz, a nacionalidade, etc.

A análise dos resultados permitiu-nos constatar que, foi essencialmente no plano intergeracional, onde surgiram divergências em relação aos valores. Mais concretamente nos valores da área da Família: sexualidade pré-matrimonial no rapaz e na rapariga, casamento, divórcio, número de filhos, com quem viveriam os jovens e ensino pré-escolar; na área do Progresso e Civilização: objectivos do país nos próximos 10/15 anos, progresso do país na indústria e na agricultura, a felicidade das pessoas em 2010 e a geração com uma perspectiva mais real do mundo; da área das Causas, Motivações e Religião: tribunais e leis, atitude face à religião e o que procura na religião; da área da Política: ligação a um partido político, sistema político das nações e a União Europeia no futuro e da área das Instituições e Problemas Sociais: polícia, atitude da sociedade face à droga e drogas legais e ilegais.

INTRODUÇÃO

*"Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades
muda-se o ser, muda-se a confiança
todo o mundo é composto de mudança
tomando sempre novas qualidades"*

(Camões, 1595, Soneto 92)

Apesar do tempo que nos distancia da escrita deste soneto, o conteúdo da sua mensagem não perdeu no entanto, actualidade. Constatámos que o tempo dificilmente acompanha as mudanças que ocorrem na ciência e na tecnologia, com repercussões na sociedade e no homem (ou no homem e na sociedade).

No início do milénio acentua-se a velocidade a que a informação circula, através das novas tecnologias, transformando o planeta numa aldeia global. Tal como refere Figueiredo (1988) "a mundialização da informação com a criação de culturas jovens, a relativização das culturas e a dessacralização das ideologias quanto mais não seja, pela sua imensa diversidade, dão à mudança e aos jovens uma importância social sem precedentes como base para se efectuarem as transformações ideológicas adaptativas às mudanças tecnológicas, que na actualidade são rapidíssimas" (p. 2).

Segundo Barreno (1988), "intimamente ligados a estas mudanças constantes e rápidas no plano científico, técnico e tecnológico, estão aliás, os sentimentos de insegurança, de fluidez do real, com os quais as pessoas têm que aprender a lidar, hoje em dia, como coordenadas de suas vidas. Os valores tradicionais, os valores permanentes, foram abalados ou caíram, e neste reformular do mundo corresponde a nossa era" (p 26).

Os valores não são imutáveis, são antes passíveis de alteração, o que permite explicar a evolução e o desenvolvimento quer individual quer social.

Lau (1988) defende que é essencial investigar os valores, para conhecermos as culturas, a formação psicológica e a socialização dos indivíduos. Segundo ele, os valores podem ser vistos sob dois aspectos. A um nível individual o seu estudo pode facilitar a compreensão do modo como os valores afectam a eleição de um certo comportamento ou atitude ou a defesa de certas crenças. E a nível social, a investigação dos valores em populações diversas pode facilitar a compreensão de certas particularidades culturais e tendências no desenvolvimento de novos valores.

Qualquer cultura caracteriza-se por um sistema de valores que lhe é próprio, e que se diversifica de acordo com os grupos sociais que lhe ocorrem no seio. A identidade de um grupo dá-se em função da vivência comum dos valores.

Keniston (1965, cit. por Weiner, 1995) sustenta que as sociedades tecnologicamente avançadas colocam tantos obstáculos no caminho da obtenção do estatuto de adulto e da independência que os jovens não podem deixar de se alienar dos sistemas de valores dos adultos (p. 6).

Nos anos sessenta a Universidade Católica realizou o II Inquérito Geral à Universidade, reunindo deste modo, os valores prevalecentes na geração desta década.

O interesse por este tema continuou e, em 1986, Eurico Figueiredo realizou uma investigação acerca do *Conflito de Gerações e Conflito de Valores*, através da qual tentou conhecer em Portugal, as áreas de acordo ou divergência, no que respeita aos valores dos estudantes universitários portugueses e respectivos pais.

Com base nesta investigação, interessou-nos conhecer dez anos depois, perto do século XXI, mais exaustivamente as diferenças intra-regionais (Trás-os-Montes e Alto Douro), em vez de se atender exclusivamente à amostra nacional, dando lugar a este trabalho sobre: *os Valores dos Jovens da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e dos seus Progenitores*. No entanto, a amostra nacional foi recolhida por um conjunto de dez Mestrados, cabendo-lhe a cada um uma região do País.

Decidimos estudar os valores para conhecer a realidade actual, e também por considerarmos que o conflito de gerações provoca a emergência de valores, que se justifica pela tensão psicológica intergeracional que resulta do processo de automatização dos jovens (Figueiredo, 1988, 1992, 1993).

O ambiente universitário é um meio rico de situações novas e diversificadas que podem ser avaliadas pelo sujeito como desafiantes, seguras, integradoras ou pelo contrário, passivas, inseguras, instáveis e rejeitantes. A significação que lhe é atribuída dependerá em larga medida dos indivíduos mas, poderá ser alterada, modificada parcial ou totalmente, através da interacção social.

Para uma intervenção clínica mais eficaz é absolutamente essencial conhecer os valores inerentes aos jovens, para melhorar a compreensão holística destes. Aumentando deste modo, o entendimento das suas atitudes, dos seus comportamentos e dos seus relacionamentos com os familiares e com os amigos e/ou colegas.

Por vezes, promovem-se campanhas nacionais ligadas por exemplo à Saúde Pública, como é o caso da SIDA, sem terem resultados positivos – a população grosso modo continua a desconhecer a forma de contágio e continua a ter comportamentos de risco. Parece haver uma resistência à mudança de comportamentos (por exemplo: alteração dos comportamentos sexuais, lealdade). Será que se conhecêssemos quais os valores defendidos pelos indivíduos, se poderia estruturar uma campanha que viesse a ter os efeitos desejados?

Este trabalho é constituído por cinco capítulos e alguns subcapítulos.

O primeiro capítulo, *O Problema*, com o seu enquadramento teórico, a sua formulação e também com as suas questões de investigação.

O segundo capítulo, a *Revisão de Literatura* com o posicionamento dos diversos autores sobre a temática abordada, dividida em três subcapítulos: o primeiro subcapítulo, no âmbito dos Valores, com a definição, conceptualização dos Valores, génese, cenário de construção e transmissão de valores, e os valores e as gerações; o segundo subcapítulo, aborda a temática das Gerações: a assunção ao estatuto de adulto, jovem estudante universitário e as relações intergeracionais e o último subcapítulo, a caracterização da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

O terceiro capítulo, encontra-se a *Metodologia*, composta: pelo método, pela definição da população, selecção e caracterização da amostra, pela definição e operacionalização das variáveis, pela apresentação do instrumento utilizado, pelo procedimento seguido e os aspectos estatísticos inerentes a este estudo.

O quarto capítulo, a *Apresentação dos Resultados*, alude-se à descrição dos resultados entre as gerações, os sexos, a naturalidade e o local da Universidade (Trás-os-Montes e Alto Douro versus outras Universidades do país).

E por último, o quinto capítulo, a *Discussão dos Resultados* e respectivas *Conclusões*.

1. O PROBLEMA

1.1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO PROBLEMA

1.1.1 O Posicionamento dos Valores nas Relações Intergeracionais

Keniston (1975, et al. citados por Fierro 1985) afirmaram que *"a continuidade da adesão aos valores morais dos pais é mais assegurada do que ameaçada, pela tendência do grupo de pares em assumir os valores básicos característicos, do seu estrato social"* (p. 127). Neste sentido, Douvan e Adelson (1966) são de opinião que, existe sempre uma ligeira discrepância, a nível dos valores, entre a geração de pais e de filhos. Contudo, essa discrepância diz respeito a valores periféricos, pois aqueles considerados básicos, de uma maneira geral, são partilhados por pais e por filhos.

Mas, ainda que o conflito entre adolescentes, pais e pares não apresente todo o dramatismo de que se reveste o popular estereótipo acerca deste assunto, não podemos esquecer que frequentemente os adolescentes se têm de posicionar face a valores e a comportamentos que são muito antagónicos daqueles que foram apreendidos na sua família.

Campbell (1969) considera que a rejeição verbal ou o aumento do número de laços com os pares e a diminuição do contacto com os pais, não significa a dissolução da influência parental. Este autor considera que os pais constituem agentes de socialização completamente indispensáveis durante toda a fase da adolescência, apesar de existir sempre um conflito entre pais e filhos. Deste modo, segundo este autor, o modelo tradicional, em relação ao qual os pais não constituem bons modelos para os filhos, uma vez que, os seus valores diferem radicalmente daqueles defendidos pelos filhos, não dando respostas às novas condições e exigências sociais, é desadequado. Os pais continuam, com efeito, a constituir um importante meio de socialização ao longo de toda a adolescência. De facto, só assim se consegue explicar que, a par de uma grande rebeldia, rejeição da autoridade paterna. conflito de gerações, se verifique também uma enorme coerência entre pais e filhos a diferentes níveis. nomeadamente, na escolha da religião, na escolha de amigos com níveis sócio - culturais semelhantes aos dos pais, nas aspirações e planos acerca da educação e formação académica, etc.

São as capacidades cognitivas, desenvolvidas durante a adolescência, que permitem que os adolescentes sintam a influência parental e dos pares como *"sistemas sociais separados, dirigidos por valores diferentes"*. Este crescimento cognitivo, acompanhado de mudanças de expectativas acerca dos papéis sociais, e da formação de todo um conjunto de novas relações sociais faz, de acordo com Sprinthall e Collins (1988),

com que surja algum conflito, mais ou menos intenso entre os adolescentes, os pares e os pais. Estes autores defendem que, um dos factores mais importantes na resolução desse conflito diz respeito ao envolvimento emocional que o adolescente apresenta em relação à família. Ou seja, o conflito é resolvido a favor da família se as relações com os pais forem calorosas e fornecerem o apoio que o adolescente necessita. Em contrapartida, se forem tensas ou insatisfatórias o conflito é resolvido a favor dos pares já que esta fonte de influência se torna mais atraente.

Sprinthall e Collins (1988) consideram também que, a resolução de um eventual conflito entre adolescentes/pares/pais depende essencialmente "das qualidades das relações que os adolescentes e os seus pais desenvolveram nos anos anteriores a essa adolescência" (p. 302).

De qualquer forma, a própria adolescência introduz um novo equilíbrio nos conflitos que resultam de primitivos processos de vinculação, identificação, separação e reaproximação dos pais. O percurso evolutivo permite compreender melhor como pais e filhos persistem ligados pela necessidade de manter e de superar a ligação. Por outro lado, a idealização dos pais feita pelos filhos numa fase anterior do desenvolvimento, não permite aceitar os pais reais nesta fase, mais socializada, da adolescência, o que atinge o jovem no seu amor próprio (Sprinthall, N. A. & Collins, W. A., 1988).

A ampla investigação sobre relações entre gerações de adolescentes e de adultos indica que muito poucos jovens estão em rebelião quer contra as famílias quer contra a sociedade. Pelo contrário, a maior parte dos adolescentes partilha o sentido dos valores dos pais e dá-se bem com eles. Em estudos anteriormente mencionados de Douvan e Adelson (1966) e de Offer e col. (1981), por exemplo, a maioria dos milhares de adolescentes inquiridos relatou que respeitava os pais, queria ser como eles e tinha relações harmoniosas com eles e com outros adultos também. A maioria dos jovens inquiridos nestes estudos exprimiu satisfação relativamente aos seus lares e descreveu os pais como pessoas de sabedoria, de confiança, compreensivas e simpáticas. Embora declarassem que não concordavam com os pais em assuntos como as horas de recolher a casa, uso do carro da família e estilo de vestuário ou de arranjo pessoal, as discussões sobre estes assuntos relativamente triviais raramente ameaçavam os laços básicos de afecto nas famílias "contrariamente à mitologia corrente, os adolescentes normais que estudámos não vêem, problemas importantes entre si e os pais" (Offer & Sabshin, 1984, p. 94).

Keniston (1968 cit. por Weiner 1995) sustenta que as sociedades tecnologicamente avançadas colocam tantos obstáculos no caminho da obtenção do estatuto de adulto e da independência que os jovens não podem deixar de se alienar dos sistemas de valores dos adultos. A modernização da sociedade produziu um «síndrome de alienação» adolescente, diz Keniston, caracterizado por uma procura estéril de valores positivos, uma orientação existencialista pessimista, uma desconfiança em relação aos compromissos e uma ruptura com a condição de adulto (p. 6).

O tema recorrente nestes escritos é o de que os tempos modernos estão a presenciar uma quebra da organização familiar e da autoridade parental. A gente nova está a ser submetida a experiências que os pais nunca tiveram nem podem compreender, dizem os autores partidários do conceito de alienação, e cresceu desdenhosa de uma geração adulta que tem provado ser incapaz de eliminar a guerra, a injustiça, a pobreza e a degradação humana (p. 6).

Mead (1970 citada por Weiner 1995) advertiu que “um fosso entre as gerações de adultos e de adolescentes ameaçava minar os fundamentos da nossa sociedade. A não ser que a geração mais velha encontre melhores meios de comunicar através desse fosso, disse Mead, a geração mais nova controlará e destruirá muitas das nossas instituições fundamentais” (p. 6). No entanto, Conger (1981) e Manning, (1983) concluíram a partir das suas investigações que, a ideia de «rebelião adolescente» e de «fosso entre gerações» se tratavam em grande parte, de conceitos míticos, pelo menos no que diz respeito à esmagadora maioria dos jovens.

No ambiente industrializado moderno, conduz inevitavelmente a conflitos entre os jovens e os pais e entre a geração de adolescentes e as gerações adultas. Coleman (1992) concluiu que os adolescentes contemporâneos têm de suportar uma existência marginal entre a infância e a idade adulta, ficam separados da geração dos pais e enredados numa «cultura jovem», «alienada» do mundo adulto.

Os processos de esclarecimento, individualização e consciencialização dos valores são crescentes e caracterizam a dimensão do esclarecimento da consciência. Nesta área revela-se fundamental todo um trabalho de questionamento pessoal; este não tem que causar necessariamente uma mudança significativa no conteúdo dos valores, mas causar uma alteração no processo de formação desses valores (na sua fundamentação e opção) bem como na forma como estes se harmonizam com outras características da personalidade (Sanford, N. 1966).

Os jovens vão apreendendo os valores através da família, dos pares, dos vários modelos que lhe oferece a sociedade e o meio onde vive. No entanto, a instituição familiar será assim “sobretudo ligável a uma classe de transição, de esperança de promoção social e de mudança de valores” (Barreno, 1988, p. 90).

Neste sentido, para compreender os valores defendidos presentemente pelas diferentes gerações, torna-se necessário não só estudar as condições sócio-económicas actuais, como também aquelas que marcaram o passado e, logo, que determinaram o aparecimento de novos valores (ou a manutenção dos antigos) e a emergência de novas preocupações e de novos modos de pensar e de apreender a realidade (Inglehart, R., 1990).

As grandes alterações nas últimas décadas, dimanantes de vários acontecimentos (nomeadamente a guerra colonial, a descolonização, as alterações a nível: demográfico, económico, laboral, da saúde, da educação, do regime político, da adesão à União Europeia e devido também à introdução generalizada das

novas tecnologias) em Portugal, segundo Barreto (1995), moldaram os hábitos e os costumes, trazendo novas ideologias e novos valores aos Portugueses.

De acordo com Barreno (1988) "à contestação dos anos 60 vem opor-se a (aparente?) passividade dos anos 80: os jovens concebem-se mais como objectos do que como sujeitos de toda a estrutura social, os jovens parecem instalados na crise" (p. 31).

Como refere Figueiredo (1985 a) mais informação e maior possibilidade do jovem contactar com diversos papéis, grupos sociais, outras culturas e ideologias, foi central na criação e desenvolvimento de novos valores e ideologias.

As necessárias adaptações a nível dos valores ideológicos, tornaram-se ainda mais pertinentes, quando, o dificultar o acesso à herança aos jovens, se transforma num dos processos protegendo as gerações instaladas, do impacto insegurizante da mudança (Figueiredo, E., 1993).

Na perspectiva de Dias Cordeiro (1978), vivemos presentemente, um tempo de crise e de evolução constante, pautada pela grande competitividade, consumismo, produtividade e na qual os valores tradicionais desapareceram. A par da crise da sociedade assistimos à derrocada da arquitectura familiar. "As dificuldades de comunicação verbal na família e de trocas afectivas, a crise de autoridade, a atitude demissionária e o absentismo dos pais levam os jovens a procurar, fora do círculo familiar, o contacto e o calor humano de que necessitam" (p. 19).

Estas diversas questões enfatizaram a importância do estudo dos valores em Portugal. Então, nos anos 80 surgiram em Portugal alguns trabalhos relacionados com os Valores dos Jovens, contrariamente ao que antes acontecia na investigação.

Figueiredo (1988) efectuou um estudo - *Conflito de gerações, conflito de valores* - no qual revelou que, os valores veiculados pelos filhos diferiam em algumas áreas daqueles veiculados pelos seus pais, e, divergiam significativamente, na área da "sexualidade, casamento e família".

Na opinião de Barreno (1988) as necessidades tecnológicas "vão criando uma estrutura do ensino, mais longa e complexa, a democratização do ensino retarda a entrada dos jovens no mundo do trabalho, fornecendo-lhes também um largo tempo de convívio e de tomada de consciência enquanto grupo, nas instituições escolares" (p. 20).

Os valores que o estudante possui, transmitidos pela família e comunidade a que pertence, entram muitas vezes em confronto e são postos em causa por novos valores veiculados pelos diferentes grupos que formam a comunidade universitária. A primeira reacção dos estudantes será a constatação da existência desses novos valores.

Segundo Barreno (1988) "nem visões apocalípticas, nem rejeição dos valores e instituições tradicionais, nem o fosso de gerações, nem dissolução da família. Pelo contrário, a juventude portuguesa apresenta-se

tranquila, conservadora, prezando valores e instituições tradicionais. Pelo menos nas suas intenções, no limiar das suas vidas, assim se definem os jovens, em maioria" (p. 39).

1.1.2 Condições Sociais, Económicas, Políticas e Religiosas em Portugal

Portugal enfrentou em pouco tempo profundas modificações na sua história resultante da descolonização e adesão à União Europeia. "Portugal viveu, nos últimos séculos, no quadro de uma estrutura estratégica baseada, de modo implícito ou exposto, na complementaridade com as suas colónias. O desaparecimento brusco dos mercados para os quais escoava uma parte dos seus produtos e dos quais recebia matérias-primas, fundamentais à sua concepção de desenvolvimento económico e até ao seu posicionamento geopolítico, coloca problemas novos que temos de equacionar para podermos tomar opções de fundo. São opções que alterarão significativamente os parâmetros de referência da sociedade portuguesa" (Lopes, E. R.; Grilo, E. M.; Nazareth, J. M.; Aguiar, J.; Gomes, J. A. & Pena, J. A., 1989, p. 7).

De modo a percebermos os valores defendidos actualmente nas diversas gerações é imprescindível conhecer as condições económico-sociais presentes, assim como as que marcaram o passado e, logo, ocasionaram o surgimento de novos valores (ou a permanência de valores antigos) e o despontar de novas inquietações e de novas formas de reflectir e de compreender a realidade.

Desde os anos 60, que a sociedade Portuguesa tem sofrido profundas mudanças estruturais, designadamente, demográficas, económicas, relativas ao emprego e particularmente ao emprego feminino, à organização do sistema de saúde, de justiça, de educação, relativo à emigração, etc. (Barreto, 1995).

Dada a sua relevância debruçaremos-nos sobre essas condições que marcaram Portugal, a partir da década de 60. Esta escolha temporal, representa a época de vivência dos Progenitores e dos Jovens do nosso estudo.

A flutuação da população Portuguesa ficou a dever-se a inúmeros factores. Dos quais se destacam: a diminuição da natalidade e da mortalidade infantis, o aumento da esperança de vida, resultando no envelhecimento da população, a emigração, a imigração, os movimentos migratórios e a guerra colonial.

Segundo Barreto (1997) na década de sessenta, os nascimentos foram superiores ao dobro das mortes. E, verificou que, a proporção de jovens com menos de 15 anos em relação à população com mais de 65 anos era de 3.7 para 1.

Até 1973, a população diminuiu particularmente por causa da emigração. De 1974 a 1976, houve um forte incremento na população, devido ao retorno dos Portugueses habitantes em África e ao abrandamento da emigração (Barreto, A., 1997).

Entre 1981 e 1990 o número de “nascimentos por mil habitantes passou de 15.6 para 11.6, levando a fecundidade para níveis muito inferiores ao limiar indispensável para assegurar a renovação das gerações” (Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1993, p. 29).

Este fenómeno foi comum a todas as regiões do País, embora com incidência “desigual na Região do Norte e do Alentejo. O Norte Litoral, com um número médio de nados vivos por mil habitantes superior em cerca de 50% ao da média do País” (p. 29).

A mortalidade infantil em Portugal, entre 1981 e 1991 registou um declínio de 21.4% para 10.7% (taxa superior à média Europeia). E a taxa de natalidade baixou intensamente, de 24 para 11 por mil nascimentos, sendo actualmente uma das mais baixas da Europa.

Nesta década, a percentagem de jovens com menos de 15 anos de idade, passou de 25.3% para 19.9%, em contrapartida, no mesmo período, a proporção da população longeva (65 ou mais anos de idade) aumentou de 11.5% para 13.6%. Do ponto de vista regional, verificámos que, a Região do Norte veio a apresentar uma estrutura etária muito mais jovem do que as restantes, seguida da Região de Lisboa e Vale do Tejo, enquanto que o Alentejo, o Algarve e a Região do Centro (exceptuando o Baixo Vouga e o Pinhal Litoral com estruturas demográficas mais jovens do que a média do País e o restante território da Região) tinham estruturas muito mais envelhecidas (Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1993).

A esperança de vida à nascença, não cessou de aumentar durante as últimas décadas. Situando-se hoje a níveis elevados, acima dos 70 anos, para os homens, quase nos 80 anos, para as mulheres. Barreto (1997) refere que a população teve uma redução até 1991, e cresceu novamente em 1994. Note-se que as mulheres (progressivamente) vão “tendo filhos cada vez mais tarde, mas deixam quase drasticamente de ter filhos depois dos 40 anos” (p. 36).

O que deixa antever uma estabilização da população em cerca de dez milhões de habitantes, pelo que a evolução futura da sua população global dependerá exclusivamente dos movimentos migratórios.

Na opinião de Moreira (1995) estes movimentos são também “responsáveis pela estabilização da assimetria litoral/interior quer em termos de dinâmica de crescimento quer em termos de ocupação de espaço” (p. 28).

Tendo em conta ainda, o envelhecimento da população, é possível que Portugal tenha, dentro de “dez ou quinze anos, uma das populações mais velhas da Europa. Para já, os saldos naturais (menos de 10.000 pessoas por ano) e a fecundidade (abaixo de 2.1 filhos por mulher) revelam a incapacidade de substituição de

gerações. E, desde agora, não haverá mais reposição de gerações sem uma larga mistura com povos de outras etnias e outras nacionalidades" (Barreto, A., 1997, p. 37).

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, de 1997 a 2001, registou-se um aumento da população residente no Continente Português e nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Em pormenor, podemos dizer que, a população portuguesa em 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001 era respectivamente 9.382.000, 9.967.000, 9.987.000, 10.008.000 e 10.356.000 habitantes.

O mais recente estudo – "Estatísticas Vitais – Natalidade, Resultados Definitivos de 2002" realizado pelo INE, revelou que a natalidade em Portugal vai aumentando lentamente. Nasceram 114.456 crianças (1.4%), mais 1.631 do que em 2001.

O Norte do País foi a região onde ocorreu o maior número de nascimentos (41.667). A região de Lisboa e Vale do Tejo, passou de 31.4% em 1993, para os 35.5% em 2002. No que diz respeito à filiação (pais casados ou não entre si), apesar da maioria dos nascimentos em Portugal continuar a ocorrer dentro do casamento (74.5%), verifica-se que os nascimentos fora do casamento têm progredido sistematicamente, representando cerca de 25.5% em 2002. Em relação à idade da mãe, os resultados da natalidade em 2002 demonstraram que houve um reforço do adiamento da maternidade em Portugal. A proporção de mulheres parturientes com idades até aos 29 anos foi de 57.3%, as com 30 a 39 anos representaram 40.3% e as com 40 ou mais anos 2.4%. O estudo do INE assinala também que as famílias portuguesas têm optado progressivamente pelo filho único ou eventualmente por dois filhos, sendo que os casais que optam por três ou mais filhos são cada vez mais raros.

A emigração, a imigração e os movimentos migratórios, têm implicações na sociedade portuguesa essencialmente ao nível demográfico e económico.

Segundo Barreto (1997) a emigração portuguesa dirigiu-se preferencialmente para o continente Americano, com especial incidência no Brasil. Por volta dos anos 60, esse destino preferencial passou a ser o continente Europeu, nomeadamente França e Alemanha. O que resultou principalmente no esvaziamento de aldeias, no abandono das terras, na falta de mão-de-obra nos campos, e no envelhecimento da população.

Verificou-se que, das "Beiras, de Trás-os-Montes e do Minho, partiam carreiras regulares para França" (p. 20). Acentuaram-se, nos anos 60, "a distância entre litoral-urbano e o interior-rural. Não esquecendo o êxodo interno dos campos para as cidades" (Barreno, M.I., 1988, p. 19). Cidades essas pequenas ou grandes, mas "sobretudo para áreas metropolitanas de Lisboa e Porto que só foram suplantadas pela emigração para países europeus" (Barreto, A., 1997, p. 21).

A urbanização traduziu-se na migração para as vilas e cidades, designadamente as sedes de concelho; e a migração para o litoral, nomeadamente as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (p. 36).

A emigração para a Europa tinha consigo as expectativas de um melhor emprego e melhor remuneração salarial, o que motivou a saída de um milhão e meio de Portugueses durante uns 20 anos.

A emigração por motivos internos e externos estagnou em 1974.

De acordo com o relatório elaborado pelo Ministério do Planeamento e de Administração do Território (1993) a partir de 1974, a emigração, dirigiu-se fundamentalmente para os Estados Unidos da América, Canadá, Austrália e Venezuela. Estes emigrantes contavam com o apoio dos emigrantes já instalados nos países de acolhimento. Desenvolveu-se em simultâneo uma "emigração temporária", especialmente para França e Suíça, e com menos incidência em alguns países do Médio Oriente. Na década de 80, a emigração permanente foi inferior à emigração temporária.

As "correntes migratórias temporárias tiveram maior incidência relativa nos distritos do interior, enquanto a emigração permanente afecta sobretudo as áreas urbano-industriais do litoral, particularmente os distritos de Lisboa (24.6%), Aveiro (13.8%) e Porto (9.8%) entre 1981 e 1990" (p. 30).

Nos anos 80, a emigração portuguesa continuou a decrescer. Entre 1981 e 1990 saíram do "País 58 mil emigrantes permanentes em situação regular, contra 252 mil entre 1971 e 1980. Ao mesmo tempo, registaram-se alterações sensíveis quer na composição socio-profissional dos emigrantes, quer nos países de destino" (Ministério do Planeamento e de Administração do Território, 1993, p. 30).

Do ponto de vista sócio-profissional, o número de emigrantes semi-qualificados, naturais do Norte, Centro e Litoral do País e da Região de Lisboa foi sempre superior ao número de emigrantes trabalhadores rurais não qualificados dos anos 60/70.

Assistiu-se como refere Barreto (1997), em 1975, à chegada de 600.000 a 700.000 pessoas, pelo efeito da descolonização. Na década de 80, "terão regressado 290 mil emigrantes, a maioria dos quais terão fixado a sua residência na Região de origem (Ministério do Planeamento e de Administração do Território, 1993, p. 30).

Outro aspecto que a par da emigração, teve também impacto demográfico em Portugal foi a Guerra Colonial.

Barreto (1997) considera que a emigração e a guerra colonial promoveram provavelmente a maior fusão das populações, em Portugal. "Todos os anos, entre 50.000 e 200.000 soldados circulavam, de Norte a Sul, dentro do País, e entre a metrópole e o Ultramar, como nunca tinha acontecido, todos se conhecem ou podem conhecer" (p. 24). Em consequência, assistimos a uma "revolução nos costumes, uma integração nacional definitiva dos espaços e dos povos regionais e provinciais. Casamentos, amizades, famílias, novas realidades, informação, «urbanização», aculturação, aprendizagem de ofícios técnicos, contacto com a tecnologia e com a sociedade organizada, interiorização de disciplinas de trabalho e de regras de vida civil, viagens transcontinentais: o serviço militar e a guerra em África foram, nos anos sessenta e princípios de setenta, um dos mais poderosos factores de socialização dos jovens portugueses e reorganização das redes familiares e

comerciais" (p. 24). Não esquecendo como é evidente, o elevado número de soldados que a própria guerra colonial dizimou, cerca de 10.000 mortos.

Moreira (1995) defende que a emigração e o recrutamento militar no sexo masculino, tão vinculados nos anos 60, promoveu um importante "protagonismo das mulheres à frente, nomeadamente, das explorações agrícolas familiares de densas Regiões do Noroeste Português" (p. 43).

O mesmo autor refere que, nas últimas décadas, a família em Portugal e nos países industrializados, sofreu mudanças profundas. Mudanças essas também manifestadas "na sua vida quotidiana: os papéis domésticos, os objectivos da união conjugal, os tempos e os ritos familiares, o significado da criança, sofreram alterações, desiguais, no entanto, consoante a Região do País a que se referem, o meio socio-profissional, o nível de escolarização ou a prática religiosa dos indivíduos" (p. 33).

No entanto, constatou-se "uma valorização crescente da igualdade entre os sexos, da realização pessoal e da gratificação nas relações familiares, de maior tolerância no domínio da ruptura conjugal e do recasamento" (Moreira, A., 1995, p. 52).

Nas pessoas pertencentes ao nível sócio-profissional baixo, encontrámos "representações mais tradicionais do casamento e da procriação, e uma orientação mais vinculada no sentido da família «institucional». As classes médias urbanas defendem uma vida familiar centrada nos valores da realização individual e da gratificação nas relações conjugais" (Moreira, A., 1995, p. 53).

Verificou-se que, no Norte do País tem havido uma percentagem elevada de casamentos pela Igreja, uma percentagem baixa de nascimentos fora do casamento e uma percentagem elevada de famílias complexas. Enquanto que, no Sul, há uma percentagem elevada de casamentos civis e de divórcios.

A percentagem de casamentos civis tem progredido no nosso País, passou de 9.6% em 1960, para 27.5% em 1991 e para 30% do total dos casamentos em 1994.

A idade média do casamento começou por baixar em Portugal entre 1974 e 1980, para voltar a subir até aos dias de hoje. Devido entre outros factores ao alongamento da escolarização e correspondente atraso de entrada na vida activa e mesmo, no estado adulto a que o casamento se associa. Assim, "em 1992 essa idade rondava os 24.5 anos, para as mulheres, e os 26.4 anos para os homens" (Moreira, A., 1995, p. 36).

Na análise do desenvolvimento económico nos últimos anos em Portugal, tivemos em conta diversos factores como: os indicadores de desenvolvimento económico nacional e regional, os sectores primário, secundário e terciário, o emprego e em particular o emprego feminino e o desemprego.

A partir dos anos 60, os países europeus participantes na 2ª Guerra Mundial alcançaram o seu recobro económico, ampliando-se o fosso entre Portugal e esses outros países europeus. Uma das grandes

consequências foi a crescente emigração. “Portugal foi-se esvaziando, sobretudo nas zonas rurais do interior. Entretanto, as remessas dos emigrantes começaram a constituir uma larga entrada de divisas, um importante factor de riqueza” (Barreno, M. I., 1988, p. 18).

Como refere o relatório do Ministério do Planeamento e da Administração do Território (1993) a economia Portuguesa apresentou, no período de 1986/92 um desempenho muito positivo. E, desde a adesão à União Europeia, a economia Portuguesa cresceu a uma “taxa média anual de 4% face a 2.7% verificados na União Europeia” (p. 5). As exportações de bens e serviços apresentaram uma evolução muito favorável que “permitiu um acréscimo superior a 15% nas quotas do mercado” (p. 5).

O Produto Interno Bruto (PIB) por habitante subiu 25% entre 85 e 90, neste período registou-se também um aumento real da remuneração dos trabalhadores por conta de outrém. Mais significativo o “efeito de feminização da população activa traduzindo-se num conforto financeiro relativo” (Moreira, A., 1995, p. 60). Segundo o INE, a taxa de crescimento PIB, no nosso País foi de: 3.7% em 1997, 4.7% em 1998, 3.8% em 1999, 3.6% em 2000 e 1.8% em 2001. Constatámos que houve um decréscimo da taxa de crescimento do PIB de 1997 a 2001.

O PIB per capita (estimativa, em USD) foi de 10559 em 1997, 11083 em 1998, 11293 em 1999, 10637 em 2000 e 10629 em 2001. A oscilação verificada de 1997 a 2001 teve pouco impacto.

A mesma fonte revelou-nos que o PIB (10⁶ Eur.) foi de: 93003 em 1997, 100927 em 1998, 107781 em 1999, 115263 em 2000 e 122901 em 2001. A variação do PIB em Eur. foi positiva, favorável entre 1997 e 2001 para Portugal.

Em termos económicos, na década de oitenta, o “Norte, o Centro e o Alentejo representaram as situações mais desfavoráveis, alterando pouco a sua posição em relação ao desenvolvimento médio do País. Lisboa e Vale do Tejo, por efeito do peso da Área Metropolitana de Lisboa, mantém-se francamente acima da média do País, evidenciando tendências para estabilizar nesse nível. O Algarve no plano do desempenho económico e da infraestruturação, atingiu a média nacional” (Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1993, p. 160).

De acordo com o relatório do Ministério do Planeamento e da Administração do Território (1993) o Interior do País apresentou um nível de desenvolvimento 11% inferior à média nacional e mais de metade do seu território ultrapassou os 20% abaixo dessa média. O Tâmega, o Douro e a Serra da Estrela apresentaram os menores níveis de desenvolvimento da média nacional. Em contrapartida, Alto Trás-os-Montes, Pinhal Interior Sul e Baixo Alentejo registaram os melhores desempenhos globais. “No restante território do Interior observou-se também evoluções positivas, Pinhal Interior Norte, Dão-Lafões, Beira Interior Norte e Alto Alentejo” (p. 161).

“Observou-se dentro das NUTE III um acréscimo das assimetrias, que são próprias de um processo de urbanização/concentração das populações e da polarização do processo de desenvolvimento” (p. 161).

Durante os anos 80, as Regiões Autónomas Açores e Madeira melhoraram a sua posição relativa, colocando-se as duas em níveis muito próximos do Continente em 1991. “Esta evolução ficou a dever-se, essencialmente, à melhoria dos factores estruturais” (p. 161).

Tendo em conta o relatório supracitado, a Grande Lisboa ocupou a “posição cimeira durante toda a década, seguido a alguma distância pelo Grande Porto e pelo Baixo Mondego. Outras regiões que ultrapassaram a média nacional foram o Baixo Vouga e a Península de Setúbal” (p. 167).

O Alentejo Litoral teve uma “má pontuação no respeitante aos factores estruturais, comparativamente com o seu desempenho económico. Por outro lado, o Cávado, e principalmente o Baixo Mondego, têm uma má realização económica face aos factores estruturais de que estão equipados” (p. 167).

Algumas Zonas registaram “subidas nas suas posições relativas nos anos oitenta, tanto no desempenho económico, como nos factores estruturais: Alto Trás-os-Montes, Pinhal Interior Sul, Alentejo Litoral, Algarve e Minho-Lima. Outras subiram na sua posição relativa apenas nos desempenhos económicos ou nos factores estruturais. Outras (Grande Lisboa, Grande Porto e Península de Setúbal) perdem sempre” (p. 167).

Para além da “Península de Setúbal e do Baixo Mondego, surge em 1991, ainda relativamente isolado do grupo intermédio, o Algarve, especialmente quanto ao desempenho económico, o que agora se deve mais ao reforço de actividade produtiva baseada no turismo” (p. 170).

Entre as zonas de “desenvolvimento intermédio encontram-se o Pinhal Litoral e os prolongamentos das Áreas Metropolitanas, como o Baixo Vouga e o Entre Douro e Vouga. Salienta-se, também, a permanência do Vale do Tejo como eixo de penetração do Litoral no Interior do País.

A passagem do segundo grupo, de desenvolvimento intermédio, para os menos desenvolvidos é gradual e efectua-se através de zonas com alguma indústria, por vezes em crise, ou sem indústria e pouca população, mas com uma agricultura mais capitalizada, como no Alentejo. As Regiões Autónomas poder-se-ão incluir neste segundo grupo” (p. 170).

Com valores “muito baixos, tanto no índice estrutural como no desempenho económico, e portanto, com baixos valores no índice sintético de desenvolvimento, o terceiro grupo, o dos menos desenvolvidos, engloba o Baixo Alentejo, Minho-Lima, Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte, Alto Trás-os-Montes, Tâmega, Serra da Estrela e Douro” (p. 170).

Mas as “médias dos valores dos índices, estrutural e de comportamento económico e sintético, aumentou sempre, o que significa que as zonas com valores baixos aumentaram mais o respectivo valor. Acrescendo que melhorou a situação média do País, pode afirmar-se que se verificou uma indubitável diminuição das disparidades regionais” (Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1993, p. 170).

De 1981 a 1991, em relação ao índice estrutural, do País melhoraram a sua posição relativa, com maiores ganhos, nas zonas: “Pinhal Interior Sul (+15.94%), Alto-Trás-os-Montes (+14.49%), Beira Interior Norte

(+11.69%), Tâmega (+11.11%) e Região Autónoma da Madeira (+10.84%)” (p. 170). As perdas relativas estruturais, verificaram-se nas zonas: “Baixo Mondego (-0.75%), Douro (-1.27%), Península de Setúbal (-2.04%), Cávado (-3.16%), Grande Lisboa (-3.36%) Grande Porto (-3.79%) e Alentejo Central (-4.65%), com maior intensidade a Beira Interior Sul (-16.2%)” (Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1993, p. 171).

O esforço da melhoria estrutural (infra-estrutural, condições sociais, recursos humanos e sistema produtivo) foi muito grande na década 80/90, e para além dos critérios de equidade regional que se seguiram, o facto de ocorrerem muitas situações de grande carência tornou mais evidente as melhorias significativas em algumas das áreas mais deprimidas (p. 171).

A variação do Valor Acrescentado Bruto (VAB) per capita no Continente entre 1981 e 1990 foi de 23%, passando de 457 contos para 562 (a preços de 1986). A análise da evolução do VAB per capita revelou que:

- Lisboa e Porto mantiveram a supremacia e a sua distância relativa, mas perdem nitidamente em relação à média do País;
- o Sul, Alentejo e Algarve e Centro Litoral (Pinhal Litoral e Baixo Mondego) reforçaram no geral as suas posições;
- algumas zonas do Interior melhoraram as suas posições, especialmente o Pinhal Interior Sul. Salienta-se que em alguns casos, como Alto Trás-os-Montes, se verificaram grandes crescimentos percentuais, a que corresponderiam aumentos pouco significativos devido ao baixo nível de partida (Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1993, p. 163).

Segundo Barreto (1997) o sector primário, com perto de “45% do total, em 1960, «perdeu» mais de um milhão de activos, sendo que metade destes abandonaram estas actividades nos últimos dez anos” (p. 38). Estes activos e as suas famílias, sem que tenha “havido tempo, meios ou circunstâncias de reciclagem produtiva, fizeram parte de um verdadeiro êxodo que ocorreu num tempo durante o qual não se criaram, nas indústrias transformadores, empregos em quantidade suficiente” (p. 111). Este “é um dos aspectos mais relevantes da evolução recente da sociedade portuguesa” (p. 38).

No relatório do Ministério do Planeamento e da Administração do Território (1993), é referido que o processo de modernização da agricultura portuguesa tem sido significativa, pelos investimentos, pelas explorações agrícolas e pelas infra-estruturas (disponibilidade de energia, novos regadios, caminhos e meios para a investigação).

De 1980 para 1990, a indústria evoluiu. No entanto, a densidade do emprego industrial na faixa Litoral é cinco vezes superior à média nacional. A indústria do Norte é heterogénea. Assim, são preponderantes nesta Região (Porto e Braga), especialmente os têxteis, o calçado e o vestuário, maioritariamente para exportação. Existem também indústrias metalúrgicas e químicas.

A indústria no Centro, diversifica-se pela cerâmica, pasta para papel e sector automóvel. Nas Beiras destacam-se os sectores têxtil, alimentar e metálico. E no Sul, onde existe a maior diversidade, com indústrias: química, vidreira, farmacêutica, automóvel, naval, electrónica, alimentar, construção civil, têxteis, rochas ornamentais, e extracção mineira (Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1993).

Nas décadas de 80 e 90, as áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto apresentaram um decréscimo na indústria (passou de 53.4% para 46.5%), nos serviços (de 63.3% para 59.7%); o peso do emprego nos mesmos sectores passou respectivamente de 47.8% para 38.2% e de 57.7% para 52.0%.

Os serviços cresceram em todo o País. Tendo em conta a distribuição espacial dos serviços deparamo-nos com um decréscimo da Grande Lisboa e o reforço do Grande Porto.

Os serviços durante a "década de 80, foram responsáveis por um elevado número de empregos. Na década de 90, estabilizou esse número de empregos, com a excepção das áreas do Grande Porto, da Grande Lisboa e do Algarve" (Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1993, p. 39).

De acordo com Barreto (1995) o sector terciário ou de serviços "passou directamente do terceiro para o primeiro lugar. Só na última década cerca de meio milhão de pessoas, ou metade do total, abandonaram as actividades primárias. O sector dos serviços ocupa actualmente mais de 50% da população total" (p. 844).

Cresceram rapidamente os serviços: o turismo, a urbanização e o investimento externo. Em poucos anos, o chamado sector terciário "ultrapassará, de uma só vez, a tradicional agricultura e a indústria. Esta última, aliás, caso raro no Ocidente, nunca será o primeiro sector de actividade, do ponto de vista do emprego criado" (Barreto, A., 1997, p. 23).

Podemos observar na

Tabela 1 os dados fornecidos pelo INE, em relação aos indicadores económicos: "População Activa", "Emprego", "Sector Primário", "Sector Secundário", "Sector Terciário", "Taxa Desemprego" e "Produtividade por Trabalhador", entre 1997 e 2001, em Portugal.

Indicadores Económicos	1997	1998	1999	2000	2001
População Activa (por mil hab.)	4645	4999	5046	5113	5201
Emprego	4332	4738	4825	4908	4989
Sector Primário (%)	14.4	13.0	12.6	12.7	12.6
Sector Secundário (%)	31.8	35.7	34.8	35.3	34.4
Sector Terciário (%)	53.8	51.3	52.6	52.0	53.0
Taxa Desemprego (sentido restrito %)	6.7	5.0	4.4	4.0	4.1
Produtividade por Trabalhador (var. %)	2.4	2.4	1.7	1.9	0.2

Tabela 1 - Apresentação dos Indicadores Económicos em Portugal, entre 1997 a 2001

Com base nesta Tabela (1), verificámos que a população activa e o número de empregados aumentaram de 1997 a 2001. No entanto, o número de pessoas activas é superior ao número de pessoas empregadas. Esta diferença pode ser compreendida pelo número de pessoas desempregadas.

Entre 1997 e 2001 diminuíram a taxa de desemprego e a produtividade dos trabalhadores.

Os sectores primário, secundário e terciário tiveram uma pequena variação percentual ao longo deste período de tempo. Em 2001, o sector primário finalizou com uma ligeira diminuição. O sector secundário teve um ligeiro aumento. E o sector terciário teve um ligeiríssimo (0.8%) decréscimo.

De acordo com o relatório do Ministério do Planeamento e da Administração do Território (1993) a Grande Lisboa continua a ser a “região com melhor estrutura de qualificações, de 1982 para 1991, os quadros médios e superiores passaram de 11.8% para 14.5% do emprego nos serviços.

O Algarve, o Grande Porto, o Ave, o Tâmega e a Península de Setúbal registaram a maior dinâmica dos serviços. A redistribuição dos serviços durante a década de 80 correspondeu igualmente a um processo de integração crescente de áreas até aqui consideradas mais ou menos marginais, beneficiando zonas como o Minho-Lima, o Tâmega, o Alto Trás-os-Montes, Dão-Lafões e o Pinhal Interior Norte” (p. 60).

A variação do emprego “beneficiou as áreas já mais desenvolvidas e promoveu a concentração no litoral. Os aumentos mais significativos surgem na Área Metropolitana do Porto, no Litoral Centro, na Península de Setúbal e no Algarve. Em virtude das economias de aglomeração requeridos por este tipo de serviços, a sua

localização tende a estruturar-se nas zonas centrais das grandes áreas industriais do País (em 1991, 54% na Grande Lisboa e 18% no Grande Porto)" (p. 61).

Os serviços sociais "reforçaram a sua posição na estrutura do emprego dos serviços em virtude das mudanças sociais e económicas da última década. A evolução aponta para um decréscimo da concentração na Grande Lisboa. O sector cresceu por todo o País, com as variações mais significativas a ocorrerem no Ave, no Oeste, no Médio Tejo ou na Península de Setúbal, e em zonas tradicionalmente mais rurais, como o Alto Trás-os-Montes, o Douro, o Tâmega, o Pinhal Interior Norte e o Pinhal Interior Sul. Trata-se dos serviços com menores assimetrias na distribuição regional" (Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1993, p. 61).

Segundo Barreto (1995) os novos empregos nos sectores terciários "não eram, em quantidade, de molde a proporcionar alternativas. Por outro lado, a idade e as aptidões da população rural não permitiram considerar com facilidade uma reconversão produtiva, nem sequer a hipótese de emigração (p. 853). Os novos "condicionalismos de uma economia cada vez mais aberta provocaram uma verdadeira destruição de economias locais, de subsistências rurais, de actividades semi-artesaniais, de empresas familiares e de circuitos de troca e comércio rudimentares mas socialmente efectivos" (p. 854).

Na opinião do mesmo autor, os "recursos materiais, as capacidades económicas e empresariais, a produtividade, as competências tecnológicas e científicas e a experiência competitiva são muito inferiores à quase totalidade dos países ocidentais com os quais Portugal mantém as mais estreitas relações" (p. 851). Por outro lado, a "tradicional vantagem comparativa da sociedade portuguesa, os baixos salários, não só tem hoje menos influência na concorrência internacional, como foi posta em crise pela entrada dos países asiáticos, africanos e latino-americanos nos circuitos comerciais" (p. 852).

O emprego feminino em particular, tem sido o reflexo das mudanças da sociedade portuguesa, acerca do papel e da condição das mulheres. Por isso, a presença das mulheres na população activa modificou-se radicalmente. Actualmente a mão-de-obra feminina afigura-se "metade do total, tendo sido apenas de 15% há três décadas. Além disso, as mulheres são maioritárias na Administração Pública (um pouco mais de 700 000 funcionários), assim como entre os estudantes do ensino superior. Acrescente-se que, depois de 1974, as mulheres têm acesso legalmente garantido a todas as profissões, incluindo aquelas que lhes estavam formalmente vedadas: magistratura, forças armadas, polícias, etc." (Barreto, A., 1997, p. 38). Segundo o mesmo autor as mulheres são maioritárias também entre os "diplomados anualmente pelas universidades" (Barreto, A., 1995, p. 845).

No mesmo sentido, Moreira (1995) refere que, no início da década de 90, Portugal apresentou uma elevada taxa de actividade feminina, dos 15 aos 64 anos, entre os países da Europa. A elevação da actividade laboral nas mulheres, deveu-se ao acesso à instrução, o qual encorajou a sua actividade profissional, alguma da

queda das taxas de natalidade e de fecundidade (verifica-se também em mulheres não activas) e à participação nas despesas domésticas.

A "taxa de desemprego diminuiu de 8.3% em 1985 para 4% em 1992" (Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1993, p. 5), continuando a diminuir até 2001.

A diminuição do desemprego foi particularmente marcada na camada mais jovem da população (menos de 25 anos) - se bem que a taxa de desemprego juvenil continue, em 1991, a ser superior ao dobro da taxa total de desemprego. Também a taxa de desemprego feminino diminuiu nos anos 80, tendo o emprego das mulheres aumentado a uma taxa bastante superior do que a do emprego masculino - se bem que, mais uma vez, persistam grandes deficiências a este nível, deficiências estas mais marcadas no Alentejo e no Algarve (Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1993).

A Saúde é um bom indicador de desenvolvimento do País, quer a nível económico, quer social.

Do ponto de vista da Saúde, o relatório do Ministério do Planeamento e da Administração do Território (1993) indicou que os dados relativos a esta área em Portugal, apontaram para uma densidade da Saúde em geral inferior à União Europeia.

Em 1989, estabeleceu-se uma comparação sobre os indicadores de Saúde entre Portugal e a União Europeia (U.E.). Dos quais destacamos, numa proporção por mil habitantes, o número de: "Médicos - 25.7 em Portugal e 22.5 na U.E.; Enfermeiros - 25.1 em Portugal e 42.4 na U.E.; Farmacêuticos - 10.0 em Portugal e 6.9 na U.E.; Camas Hospitalares - 45.2 em Portugal e 82.7 na U.E. e o número de Pacientes - 9.3 em Portugal e 16.3 na U.E.. Os Cuidados de Saúde de Alta Tecnologia (n.º centros/milhão de habitantes) foi de 1.75 em Portugal e 1.88 na U.E.; o número de Medicamentos consumidos/habitantes foi de 17.0 em Portugal e 15.0 na U.E.; a despesa pública com Saúde (% do PIB) foi de 3.9 em Portugal e 5.6 na U.E. e a despesa hospitalar per capita foi de 14.7 em Portugal e 34.7 na U.E." (p. 13). Portugal regista claras melhorias na área da Saúde, embora apresente desvio, quando comparados com os resultados da União Europeia.

Os partos ocorridos em estabelecimentos hospitalares "passaram de 15% a 99% do total. Os números relativos a consultas, urgências e internamentos em hospitais duplicaram, atingindo hoje taxas impressionantes de, por exemplo, mais de uma urgência por ano e por habitante e mais de três consultas por ano e por habitante. O número de Médicos e Enfermeiros quadruplicou, encontrando-se hoje Portugal próximo das taxas europeias. Também aqui se deve concluir que a cobertura sanitária é total e universal. E a despesa pública com a saúde passou de menos de 1% para perto de 5% do PIB" (Barreto, A., 1995, p. 845).

De acordo com o relatório do Ministério do Planeamento e da Administração do Território (1993) a partir de 1986 observou-se uma clara melhoria da "situação portuguesa nas infra-estruturas e equipamentos de transportes e comunicações" (p. 16). Diferindo significativamente da União Europeia.

Durante a década de 80 os transportes evoluíram positivamente. A recuperação económica e o desenvolvimento urbano justificaram o aumento da procura destes serviços. Contudo, “a modernização tecnológica e a racionalização dos processos de trabalho nas empresas de transportes conduziram à queda da importância dos transportes na estrutura do emprego” (p. 61).

Em relação às Infra-estruturas Rodoviárias verificou-se que a “densidade da auto-estrada (km/km²) em 1990 era 2.6 contra 13.8 da União Europeia. As estradas (km/km²) traduziam-se em 584 contra 1168 da União Europeia. O número de automóveis ligeiros por 1000 habitantes, em Portugal, rondavam as 156 viaturas e na União Europeia 348 viaturas. E a rede ferroviária (km/km²) era 33.2 e na União Europeia 54.6” (p. 16).

Na área das comunicações, Portugal encontrou-se aquém da União Europeia. Como podemos constatar em 1990, “em proporção por mil habitantes, o número de: telefones móveis - 0.3 em Portugal e 3.9 na U.E.; linhas fixas - 252 em Portugal e 450 na U.E.; aparelho de rádio - 218 em Portugal e 1146 na U. E.; aparelhos de fax - 1.1 em Portugal e 7.5 na U.E. e aparelhos de telefax 2.7 em Portugal e 2.0 na U.E.” (p. 16).

No sector das comunicações, “a evolução do emprego foi relativamente irregular, com tendência para a diminuição, em resultado das mudanças tecnológicas e da reestruturação empresarial. A dinâmica regional favoreceu o litoral à excepção dos maiores centros urbanos (Porto, Coimbra ou Lisboa), mas continuando a Grande Lisboa a ter uma posição claramente destacada” (p. 61).

Do ponto de vista Ambiental, o Ambiente melhorou os últimos anos em relação aos níveis de poluição de ar (CO₂ e SO₂), e ao “volume de recursos hídricos disponíveis por habitante” (Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1993, p. 15).

O sistema de infra-estruturas de saneamento e tratamento de resíduos ainda não cobre todo o País.

O abastecimento domiciliário de água em 1990 era de 77.0 contra 95 da União Europeia. As ETAR'S, a recolha de lixo, a reciclagem e a conservação da natureza está aquém da União Europeia.

A propósito da União Europeia, Moreira (1995) refere que, a integração na União Europeia “foi a fórmula mais satisfatória para responder às necessidades” (p. 293) de modernização do País, que desde a Revolução Industrial se tinham colocado. Permitindo então, a modernização, a democratização e a reinserção na Economia Mundial e para “garantir continuidade na nova situação gerada pelo processo de descolonização com a redução do País à sua dimensão original, pela primeira vez, desde a época do Infante D. Henrique” (p. 293).

Os indicadores referentes ao processo de integração à União Europa denotavam que em 1992, “80% dos portugueses eram a favor da «unificação», 65% consideravam uma boa coisa a pertença do país à Comunidade, 75% achavam que Portugal beneficiou com a integração, 55% favoreciam a concretização do Mercado único” (p. 564).

A edificação da União Europeia foi globalmente um processo político, e foi também uma forma de responder a necessidades económicas, o que explicou o destaque económico, num contexto em que houve “uma perda gradual de poder de decisões nacionais, na definição de políticas e de estratégias” (p. 300).

Segundo o mesmo autor, cada Estado – membro tem um património cultural comum e em simultâneo, é “detentor de tradições próprias que se expressam em culturas diferentes” (p. 304).

Actualmente, aplica-se cada vez menos a expressão “um território, um povo, uma nação, uma língua, uma fronteira, uma religião: forjados há séculos, mantidos durante séculos, estas realidades compunham uma unidade rara e permanente na história” (Barreto, A., 1995, p. 841).

Apesar dos descobrimentos marítimos, do império, do passado colonial e da emigração, a sociedade Portuguesa não se transformou numa sociedade plural. Pelo contrário, Portugal mostrou-se com um elevado nível de homogeneidade etno-cultural. Quer dizer, era pouco visível a diversidade étnica, cultural e religiosa em Portugal. “A ausência de tradições democráticas ou igualitárias reforçava o carácter fechado da sociedade” (Barreto, A., 1995, p. 852).

O facto de Portugal pertencer, à OCDE, à União Europeia e à NATO, permite aos Portugueses assimilarem “a cultura, a mentalidade, as ambições, os comportamentos e as expectativas de todos os cidadãos deste conjunto” (p. 854) com alguma rapidez. No entanto, a assimilação “é mais lenta no campo económico, na formação técnica e científica, na força competitiva, na criação de riqueza e no talento organizativo” (Barreto, A., 1995, p. 855).

Ao abolir as “fronteiras comerciais, criou uma inédita vida de competição internacional, num país onde o protecçãoismo e o «condicionamento» foram quase sempre a regra. Todas estas mudanças ocorreram em relativamente pouco tempo e parece terem sido absorvidas pela sociedade e pelos cidadãos com relativa facilidade” (Barreto, A., 1997, p. 110).

No âmbito da política, Portugal, durante quarenta e oito anos esteve sob um regime ditatorial. Após o 25 de Abril de 1974 surgiu um outro regime, no qual passou a vigorar um sistema pluripartidário (formando-se nessa altura cerca de dezena e meia de partidos). Por conseguinte “ser-se de esquerda ou de direita, há uns anos atrás, não só definia opções e comportamentos nessa dimensão estritamente política, como prolongava previsibilidades no plano das dimensões éticas, das maneiras de viver e até dos valores religiosos. Pegar ou largar uma das dimensões era, normalmente, pegar ou largar um bloco articulado de valores e comportamentos respeitantes a diversos aspectos da vida. Ora também aqui as coisas mudaram significativamente, tornando-se bem mais frequentes combinações diversificados de opções nesses vários planos” (Moreira, A., 1995, p. 69).

A Religião tem tido uma grande importância no contexto Português. Por isso o catolicismo tornou-se a religião com maior influência na cultura e na sociedade portuguesas. Contudo, outras religiões "e tradições religiosas tiveram ou têm tido uma presença significativa na cultura portuguesa, como o judaísmo e o islamismo ou as ancestrais religiões dos vários povos que se estabeleceram ou passaram pelo território português desde a pré-história" (Moreira, A., 1995, p. 73).

Têm coexistido em Portugal, ao longo dos oito séculos como País independente, outras formas de relação com o "sobrenatural e o sagrado, enraizados nos contextos locais das várias regiões, e até de muitas aldeias do País, frequentemente com nítidas acentuações de carácter mágico e cosmológico, em produtos híbridos de vários saberes e práticas, assentes na tradição oral" (p. 73).

A Escola é um dos mais importantes indicadores de desenvolvimento de um País. Logo, a educação foi sujeita a grandes mudanças em Portugal. Até finais da década de 60, os progressos relativos ao alfabetismo e ao incremento da instrução foram extremamente lentos. "A partir dessa altura verificou-se uma quase explosão escolar. Em menos de trinta anos, o analfabetismo jovem foi praticamente eliminado, enquanto sobra algum analfabetismo adulto, menos de 9% da população. No ensino secundário público (os actuais 10º a 12º anos), a frequência passou de cerca de 8000 para quase 300 000. E o número de estudantes do ensino superior aumentou de 24000 para 290000" (Barreto, A., 1997, p. 99). O número de docentes de qualquer nível escolar conheceu evolução idêntica.

Entretanto as mudanças demográficas têm-se feito sentir na escola, pela redução do número de alunos.

Nos 1º e 2º ciclos do ensino básico existem meio milhão de crianças na escola (metade que há duas décadas).

A despesa pública com a "educação passou de 1.5% para 5.5% do PIB. O alargamento quantitativo da escolarização não tem tido consequências proporcionais na preparação profissional. Mas a situação actual, a este propósito, já não tem nada a ver com a que se vivia no início dos anos 70" (Barreto, A., 1995, p. 845).

Os materiais culturais: livros, revistas, jornais etc. estão num patamar muito baixo, assim como, a frequência de sala de espectáculos: teatros, cinemas, bailados, música entre outros.

O tempo livre tem vindo a aumentar, embora variando a sua evolução de acordo com as camadas sócio-profissionais e com as diferentes regiões do país - o Algarve, Lisboa e Vale do Tejo apresentaram as evoluções mais favoráveis a este nível (Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1993).

Num estado de direito como é o caso actual de Portugal, a Justiça desempenha um papel absolutamente essencial. No âmbito dessa mesma Justiça, em Portugal, registou-se um aumento significativo, de tribunais, de magistrados judiciais, de magistrados do Ministério Público e de advogados. Aumentando também em proporção

o números de processos movimentados. Surgiu uma consciência progressiva e colectiva dos direitos e deveres dos cidadãos. Levando a uma maior "formalização ou contratualização das relações sociais" (Barreto, A., 1995, p. 845).

Em relação à Segurança Social, Barreto (1995) referiu que o número de pensionistas passou de cerca de 60 000 para mais de 2.5 milhões. Contam-se hoje 1.7 activos por pensionista. O subsídio de desemprego, que passou, nos últimos dez anos, de 15% para 70% da população desempregada. A despesa pública com a segurança social cresceu de menos de 1% do PIB para quase 3%.

As pensões mínimas em 1990, "situavam-se entre os 8.000\$00 e os 20 000\$00 mensais e as pensões médias de todos os regimes oscilavam entre os 20 000\$00 e os 30 000\$00 mensais.

Portugal está longe dos países europeus, particularmente na esfera dos consumos e dos rendimentos, em vinte ou trinta anos fez-se o caminho que outros fizeram em cinquenta ou sessenta" (Barreto, A., 1995, p. 846).

Os proprietários de habitação própria atingiram os 65% dos agregados familiares, uma das taxas mais elevadas da Europa. Nas duas ou três décadas, os serviços básicos: água canalizada, electricidade, esgoto cobrem mais de 90% dos alojamentos.

Os bens de consumo como: fogão, frigorífico, rádio, televisão, telefone, etc. estão presentes em 80% a 95% dos alojamentos.

O automóvel ligeiro estará na posse de 55% dos agregados familiares (Barreto, A., 1995).

Segundo Barreto (1995) o Estado-providência evoluiu em quatro fases. A 1ª fase (até 1968) são feitos os primeiros ensaios de protecção social. Alguns progressos no domínio da saúde pública: as vacinações, a luta contra a tuberculose e o início da assistência ao parto.

A 2ª fase (de 1969 a 1974) registou-se o "primeiro arranque em massa da segurança social, com a inclusão de centenas de milhares de rurais e empregadas domésticas. É estabelecido o regime dos não contributivos. Acelera-se a cobertura da assistência ao parto. Inicia-se o alargamento da escolarização primária e, mais moderadamente, do ensino superior" (p. 847).

A 3ª fase (de 1975 a 1985) a "escolaridade básica de seis anos é generalizada. A frequência do ensino superior duplica. Procede-se à universalização das pensões e outros abonos, da assistência ao parto, do serviço de saúde, das consultas e urgências em estabelecimento hospitalar" (p. 847). Assistiu-se a "uma perda de valor real de todas as prestações sociais: pensões mínimas e médias, salário mínimo, abonos e subsídios" (p. 848).

E a última fase (de 1985 a 1995) coincide com a primeira década de integração europeia. É um momento de consolidação dos sistemas de protecção. Houve uma elevação real dos valores das pensões mínimas e médias, assim como de outras prestações e abonos. Ocorre nova duplicação da frequência do ensino superior, mas, desta vez, feita também nas instituições privadas. A escolaridade obrigatória passou para nove anos. A maior novidade deste período, consiste no aumento do subsídio de desemprego, que atinge os 70% de desempregados.

O "crescimento de beneficiários de toda a espécie, tanto do sistema de segurança social como da Caixa Geral de Aposentações, assim como o aumento de valores reais das prestações, não têm sido acompanhados por um aumento proporcional de subscritores e de contribuições. A população activa empregada tem revelado tendência para estabilizar e nos últimos anos o desemprego aumentou" (p. 848).

Do ponto de vista estritamente social, podemos referir que, a partir dos anos 60, a sociedade portuguesa passou por diversas mudanças com grande significado histórico e profundas repercussões estruturais e sociais.

A emigração, a Guerra do Ultramar, a desruralização, a urbanização mais acelerada, o estabelecimento do regime democrático (1974), sem presos por delito político, sem exilados e sem deportados, a descolonização (1975), o direito universal ao voto (consagrado na 1ª Constituição Portuguesa em 2 de Abril de 1976), eleição de cargos políticos, os direitos fundamentais dos cidadãos universalmente reconhecidos, os meios de comunicação de massas (especialmente a televisão), a crescente escolarização, a integração europeia e a globalização dos mercados, abriram a sociedade portuguesa ao mundo (Barreto A., 1995 e 1997). E por consequência, a "permissividade dos costumes, a liberdade de circulação, a cultura jovem e o intercâmbio de culturas que se vive, propagam-se através das fronteiras" (Barreto, A., 1995, p. 847).

Segundo Moreira (1995) os modelos tradicionais de referência, próprios de uma sociedade portuguesa fechada (década de 60) foram perdendo a sua validade. Dando origem a meio da década de 70 a uma "necessidade de encontrar novos modelos de referência e de se transformar numa sociedade aberta" (p. 293). O tradicional foi sendo "superado por um projecto de modernização com passagem para uma organização social, política e económica com as características dos povos mais evoluídos social, política e economicamente" (p. 294). As "políticas sociais e económicas terão a Europa como referência" (Barreto, A., 1995, p. 841).

Apesar de se viver hoje numa sociedade culturalmente mais igualitária, mantêm-se fortes desigualdades sociais na repartição do rendimento.

Os cidadãos nacionais, por princípio, têm direitos que, nem todos ostentam. São exemplo: o acesso aos bens e serviços, o reconhecimento dos seus direitos, nomeadamente o direito aos sistemas institucionais: à educação, à saúde, à segurança social, à justiça, às polícias; e os circuitos comerciais: aos correios, aos

transportes, à alimentação, ao comércio, à moda, à cultura, à moeda, ao crédito, aos seguros e de informação da sociedade moderna: à comunicação, à imprensa, à informação; à política, ao associativismo (Barreto 1995).

Barreto (1995) refere que a sociedade portuguesa mostrou uma flexibilidade, uma capacidade de adaptação, que surpreendeu a aparente "rigidez das estruturas e dos comportamentos. Demonstrada, por exemplo, com o acolhimento, rápido e pacífico, de cinco ou seis centenas de milhares de ex-residentes em África. De igual modo, o derrube, pela força mas sem violência, do regime autoritário, assim como a ultrapassagem" (p. 852) democrática das tentativas revolucionárias, igualmente feita sem violência, foram sinais de maleabilidade da sociedade.

1.1.3 Condições Sociais e Económicas em Trás-os-Montes e Alto Douro

Do ponto de vista económico-social / sócio-económico esta Região apresenta algumas dificuldades que deve vencer com um olhar no futuro.

Em 1864 a população da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro representava cerca de 13% da população do continente e 31% da população da Região do Norte. Entre 1864 e 1960, o seu potencial demográfico aumentou mais de 40%, o valor mais elevado de sempre - cerca de 680 mil habitantes.

Nos últimos 40 anos, esta Região tem vivido um alígero processo de esvaziamento manifesto de população (perdeu cerca de 232 000 indivíduos). Tal como corroboram Cepeda e Ramos (2002) nos anos 60, a Região contribuiu com 8% para a diminuição do potencial demográfico nacional e com 22% (70 mil habitantes) para a diminuição do potencial demográfico regional. Nos anos 70 a diminuição foi de 68 mil pessoas e nos anos 80 essa redução populacional foi de 64 mil pessoas. Com um ritmo mais lento, em 1991, os transmontanos e durienses residentes na Região rondavam os 475 mil indivíduos e em 2001 esse valor correspondia a 4,3% da população nacional e a 12% da população regional (apenas com 445 mil habitantes).

De 1960 a 1991 o grupo dos jovens (0-14 anos) passou de 34.2% para 20.7% (perdeu cerca de 100.000 indivíduos) e o grupo dos adultos com mais de 65 anos aumentou de 6.6% para 16.5%" (ganhou 40.000 indivíduos). Segundo as projecções de Cepeda e Ramos (2002), o peso dos jovens "passará, de 1991 a 2010 dos 28% para os 17%. O peso dos jovens adultos (15-25 anos) diminuirá igualmente, atingindo os 10% em 2010, o que representará uma perda de 8% em 30 anos. A faixa etária com 65 anos ou mais passará de 13%, em 1981, para 21-22% em 2010, percentagem que será então superior à dos jovens com menos de 15 anos" (p. 35).

Cepeda e Ramos (2002) referem que a taxa de natalidade “decreceu para mais de metade, enquanto a taxa de mortalidade aumentou, mesmo com a subida da esperança de vida, em razão do progressivo envelhecimento da população”(p. 36).

O esvaziamento demográfico e o envelhecimento da população, a diminuição da população em idade fértil e potencialmente activa contribuíram igualmente para a forte diminuição dos índices de natalidade, o número médio de filhos por casal e das probabilidades de renovação do número de futuras mães.

Em 1995, a taxa de nupcialidade nesta Região “era de 6.4-6.6% valores inferiores aos registados na Região do Norte (7.6%), o que condiciona a evolução futura da taxa de natalidade e revela a incapacidade de substituição geracional, fomentando o declínio da população da Região” (p. 37).

O processo de esvaziamento demográfico atinge mais fortemente os concelhos rurais fronteiriços, os aglomerados mais pequenos e as zonas menos densas e mais afastadas dos principais corredores de transportes e comunicações. Ao mesmo tempo, assiste-se a uma lenta mas “indiscutível concentração da população nas sedes dos concelhos e das dinâmicas territoriais ao longo dos principais corredores de atravessamento rodoviário (IP4 e IP3), onde se localiza a maioria dos nós de uma malha urbana constituída por pequenos e médios centros urbanos que apresentam um perfil de serviços e actividades económicas marcado pela dependência do emprego público administrativo e de um sector terciário básico de abrangência local” (Cepeda, F. & Ramos, L., 2002, p. 33).

Cepeda e Ramos (2002) dão nota de que a taxa de urbanização tem crescido paulatinamente, desde os anos sessenta, e com uma representação territorial “muito desigual, progredindo mais rapidamente nos concelhos de maior dimensão, com melhores acessibilidades, com níveis de serviços públicos ou privados de maior relevância, ou ainda com uma base sócio-económica mais dinâmica” (p. 37).

Os mesmos autores defendem que, apesar do declínio populacional registado em Trás-os-Montes e Alto Douro (passando de 50%, em 1960, para provavelmente 65%, em 2010), o índice de concentração “da população nas sedes de concelho registou, neste espaço, um aumento, em média, de 3%, valor superior ao da Região Norte, que registou um índice de cerca de 2.5%. Os Censos de 2001 vieram demonstrar que esta tendência de concentração nas sedes do concelho se acentuou ao longo da última década” (pp. 39–40).

De acordo com Nunes, Cabral, Cepeda, Ramos, Batista, e Ferreira (2002) esta tendência para o “decréscimo demográfico e o despovoamento são o principal problema com que a Região se defronta e constitui um desafio crucial para os próximos anos” (p. 3).

Nunes (2002) considera que Trás-os-Montes e Alto Douro desenvolve-se a uma velocidade mais lenta que o resto da Região e do País. Por isso a Região Norte deve ser analisada de forma heterogénea. Trás-os-Montes e Alto Douro não pode ser colocado num nível de desenvolvimento que efectivamente não tem.

Na mesma perspectiva Nunes, Cabral, Cepeda, Ramos, Batista e Ferreira (2002) referem que a Região Norte, ao manter “no mesmo universo áreas mais desenvolvidas como Entre-Douro e Minho e áreas mais pobres como Trás-os-Montes e Alto Douro, está a fazer uma espécie de enriquecimento estatístico da capitação de Trás-os-Montes e Alto Douro” (p. 8). Deste modo esta Região pode deixar de fazer parte das zonas prioritárias em termos de apoios e perder fundos comunitários (com maior limitação no acesso para Portugal a partir de 2006). Para evitar esta situação poderia separar-se Trás-os-Montes e Alto Douro da NUT II Norte.

Em 1998, “o valor acrescentado bruto (VAB) da Região foi de 10% da Região Norte e pouco mais de 3% do VAB do País, o produto bruto per capita foi de 70% da média nacional e as exportações efectuadas por empresas com sede na Região foram 0.4% das exportações nacionais” (Nunes, A. J.; Cabral, A. M.; Cepeda, F.; Ramos, L. Batista, L. & Ferreira, A., 2002, p. 8).

No ano 2000 a dinâmica empresarial da Região representou 25% das empresas agrícolas da Região Norte e menos de 4% do País; 20% das indústrias extractivas da Região Norte e 7% do País; 3.8% da construção civil da Região Norte e 4.3% a nível nacional; 3.6% das indústrias transformadoras da Região Norte com um peso de apenas 1.5% a nível do País (p. 45). O turismo pode vir a constituir-se como um sector estratégico no desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro. De momento encontra-se um pouco incipiente (Cepeda, F. & Ramos, L., 2002).

Em 2001, os serviços assumem uma clara posição de liderança na “criação de emprego (47.3%), mas a agricultura continua a absorver cerca do dobro do emprego (34.6%) do sector secundário (18.1%). A indústria da Região é pouco relevante, representando apenas 2/5 do VAB gerado. Estes números são enganadores e não traduzem as potencialidades e a efectiva riqueza gerada na Região, apenas porque as grandes empresas têm a sua sede fora dela, aí declarando a riqueza aqui produzida” (Nunes, A. J.; Cabral, A. M.; Cepeda, F.; Ramos, L. Batista, L. & Ferreira, A., 2002, p. 8).

De acordo com Cepeda e Ramos (2002) a Região continua a apresentar uma estrutura económica deficitária em criar e manter empregos suficientemente atractivos que permitam fixar os seus activos. Em 2000, a Região apresentou uma taxa de desemprego inferior (5.5%) à da Região Norte (6.0%). A taxa de distribuição do desemprego mostrou que o sexo feminino ultrapassou o masculino, em quase todos os concelhos.

Os jovens são também muito afectados, uma vez que 1/4 dos desempregados têm menos de 25 anos.

Nesta Região, 70% dos jovens desempregados não têm mais que 6 anos de escolaridade, 83% não têm mais que 9 anos de escolaridade (obrigatória hoje), e menos de 3.5% têm mais que 12 anos de escolaridade.

Nunes, Cabral, Cepeda, Ramos, Batista, e Ferreira (2002) assinalam que Trás-os-Montes e Alto Douro é um território heterogéneo, principalmente rural, fortemente dependente das actividades agrícolas onde importa diferenciar os produtos.

A agricultura deve ser encarada como um potencial da Região e deve ter condições de sustentabilidade do seu desenvolvimento. Os produtos agrícolas da Região têm um “elevado potencial de produção: 1/3 da vinha nacional, 20% do olival nacional é transmontano, 85% da castanha nacional e as carnes autóctones com certificação de origem e os enchidos, têm grande peso na economia regional” (p. 4).

Nunes, Cabral, Cepeda, Ramos, Batista, e Ferreira (2002) defendem que os recursos florestais, com espécies de elevada qualidade e de grande potencial económico, uma das garantias da qualidade paisagística e ambiental da Região, “exigem uma política integrada que privilegie: a limpeza e conservação como acção central de prevenção dos incêndios florestais; o associativismo dos produtos florestais; o incentivo financeiro diferenciado, tendo em conta a especificidade da propriedade e do investimento. A caça e a pesca constituem recursos com grande potencial para a atracção de fluxos turísticos” (p. 5).

São enormes as potencialidades turísticas da Região, nos domínios do termalismo (representa cerca de 30% do total do País), da volúpia da natureza, da cultura e, em geral, do lazer. Para um adequado desenvolvimento e aproveitamento dessas potencialidades é fundamental criar “uma imagem de marca/identidade de toda a Região que seja sinónimo de alta qualidade nos produtos que oferece, nos serviços que presta, nos eventos que promove” (p.8).

A Região contém um conjunto de espaços classificados: o “Douro Vinhateiro, o Vale do Côa, os Parques de Montesinho, Douro Internacional, Alvão e Peneda – Gerês, representam um riquíssimo património da Região, do país e da humanidade” (p. 3).

É necessário criar uma indústria turística profissional que permita oferecer os seus produtos em condições de competitividade. Para isso, deve apoiar-se a Escola de Formação Turística em Lamego e concluir a Escola de Hotelaria de Bragança.

Nunes, Cabral, Cepeda, Ramos, Batista e Ferreira, (2002) referem que a região tem-se confrontado com elevados níveis de analfabetismo e baixa qualificação dos recursos humanos” (p. 5). O que realça a importância da formação. A formação deve englobar tanto os trabalhadores como os empresários e visar não apenas a elevação dos níveis de conhecimento, como ajudar a criar uma mentalidade empreendedora, em busca do rigor, da qualidade e inovação, por forma a preparar as empresas para serem competitivas. A formação deve ser orientada para o desenvolvimento da Região, “devendo os seus conteúdos e a investigação ter em conta a realidade e responder às suas necessidades. Para tal os diversos tipos de estabelecimentos de ensino e formação devem estabelecer modos de ligação à sociedade civil” (p. 6) como acontece com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Os autores anteriormente citados defendem que as escolas devem preparar-se para enfrentar grandes desafios:

- os planos de estudo devem responder às necessidades de formação empresarial de que a Região carece;
- realizar estágios, em instituições e empresas devido à ligação escola - empresa;
- criar condições para acompanhar os técnicos por elas formados.

Por isso, segundo ainda os mesmos autores, o Estado deve dotar as instituições de ensino superior da Região de meios ao nível dos centros tecnológicos de investigação que lhes permitem uma efectiva participação no desenvolvimento regional (p. 6).

Deve também apoiar financeiramente o desenvolvimento da sociedade, da informação e do conhecimento, em particular, no acesso das populações das zonas rurais às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação e a colocação destas ao serviço do desenvolvimento territorial, como é o caso do programa Portugal - Digital. Com vista a uma maior utilização das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação pelos cidadãos, escolas, empresas e serviços públicos desta Região, contribuindo assim para reduzir os atrasos de desenvolvimento, esbater as distâncias e aumentar a acessibilidade à informação e a novos serviços.

Por consequência, a Região necessita de uma maior desconcentração de serviços que lhe transfira meios e competências, de modo a não ficar no encravamento geográfico do território que acentua a sua condição periférica e marginal (Cepeda, F. & Ramos L., 2002).

Por outro lado, o facto de Trás-os-Montes e Alto Douro ter fronteira com Galiza e Castela - Leão, pode considerar-se uma vantagem no processo de desenvolvimento no actual contexto europeu, pela abertura a outras culturas, a outros projectos (Nunes, A. J.; Cabral, A.M.; Cepeda, F.; Ramos, L. Batista, L. & Ferreira, A., 2002).

De acordo com Nunes, Cabral, Cepeda, Ramos, Batista, e Ferreira (2002) a Região é largamente exportadora de energia hidroelétrica, sem que daí tenham derivado grandes reflexos para a economia regional. A Região tem condições para receber cerca de metade do parque eólico nacional previsto e dispõe de elevada aptidão para a produção de energia solar. "Devem ser transferidas para a Região, pela administração e pelas empresas beneficiárias, as devidas compensações financeiras, de igual modo para a energia hidroelétrica e solar, tal como já está definido para a energia eólica" (p. 8).

Segundo Nunes, Cabral, Cepeda, Ramos, Batista, e Ferreira (2002) é urgente repensar a estrutura das organizações da Região:

- as cinco regiões de turismo existentes devem promover a Região de forma integrada e única;
- as associações empresariais, comerciais e agrícolas devem evoluir para uma cooperação institucional em toda a Região;
- áreas naturais e protegidas deverão ter uma direcção e promoção integrada, na sequência da previsível instalação do Instituto de Conservação Natureza na Região;
- é necessária a harmonização dos diferentes modelos de divisão administrativa da Região.

O crescimento de Trás-os-Montes e Alto Douro não tem sido “um desenvolvimento harmonioso, provocando uma litoralização e metropolização da economia portuguesa, geradora de custos já hoje superiores aos da interioridade” (p. 7).

É essencial à coesão regional a resolução do problema das acessibilidades, tanto inter como intra-regionais, pressuposto essencial do desenvolvimento da Região. Devem ser construídos os eixos viários IP3, IC5, IC26 e IP2 e dar início à construção da auto-estrada Amarante – Quintanilha. Assim como a modernização das vias férreas, como é o caso a ligação entre a linha do Douro e Vila Real - Bragança, e a rede ferroviária espanhola de alta velocidade. Melhorar a ligação aérea Bragança/Vila Real/Lisboa, pela ampliação dos aeródromos de Bragança e de Vila Real. Não esquecendo a criação de um sistema de transportes eficaz.

A Saúde é também um indicador de desenvolvimento. Por isso, a Região necessita da solidificação de uma rede hospitalar e de cuidados de saúde de qualidade, condição necessária à criação de uma imagem de atractividade, tornando-se urgente investimentos em infra-estruturas e recursos humanos. (Nunes, A. J.; Cabral, A.M.; Cepeda, F.; Ramos, L. Batista, L. & Ferreira, A., 2002).

O desenvolvimento da Região baseia-se na agricultura, no turismo e na indústria que assume um papel importante, enquanto sector gerador de riqueza. No entanto, o aumento de incentivos financeiros e fiscais permitiria deslocar mais empresas para a Região. Quer por iniciativa individual e institucional quer por investimento estrangeiro.

Constatamos a existência de uma identidade cultural transmontana de matriz rural bem marcada, em processo de transformação, lento, permanente e inevitável.

“Este reconhecimento implica a obrigação e a necessidade de preservar os traços fundamentais dessa identidade e criar condições para a sua manifestação, sem contudo permitir que a mesma identidade seja um

factor redutor no diálogo intercultural, que é possível, desejável e necessário” (p. 9) Nunes, A. J.; Cabral, A.M.; Cepeda, F.; Ramos, L. Batista, L. & Ferreira, A., 2002).

Um dos expoentes dessa identidade cultural, passa pela defesa e preservação da diversidade linguística existente na Região, com particular destaque para a língua Mirandesa – o Mirandês, também língua oficial Portuguesa (p. 10).

Considera-se que cidadãos cultos são cidadãos mais informados e mais capazes de intervir construtivamente na comunidade e participar assim na construção do destino colectivo.

As instituições públicas de vocação cultural, e especialmente as Autarquias, devem apostar na promoção cultural dos cidadãos, através de meios humanos e materiais compatíveis.

É também fundamental o incentivo e apoio à actividade das colectividades e dos agentes culturais individuais, bem como a criação de equipamentos e infra-estruturas, cuja carência generalizada condiciona negativamente a acção cultural acima preconizada.

Por fim, deve ser encarado favoravelmente e estimulado o aparecimento de indústrias da cultura, geradoras não só de valorização cultural, mas também de emprego e desenvolvimento.

A situação periférica da Região em relação à produção de certos bens culturais não a pode afastar de todo o tipo de manifestações culturais.

Nunes, Cabral, Cepeda, Ramos, Batista, e Ferreira (2002) consideram fundamental a concretização de projectos estruturantes para a Região, com particular destaque para “o Museu do Côa e o Museu do Douro, e a consolidação da rede de arquivos e Bibliotecas Municipais, bem como a criação de uma rede regional de teatros” (p. 10).

Segundo Cabral (1979) incapazes de uma obediência “imposta de fora, os habitantes da terra (os transmontanos) apenas consideram naturais e legítimos os imperativos da própria consciência. O eco duma ordem estranha à sua harmonia interior desliza pela crosta das almas sem as perturbar. As mais altas dignidades de além fronteiras nada mais representam do que puras expressões nominais de valores abstractos,” (p. 10) dando justo fundamento à afirmativa de que para lá do Marão mandam os que lá estão. Assim, a sós consigo, e na luta contra um solo bravio e contra um clima predominantemente impiedoso, se forjou a índole, o carácter da gente transmontana audaz, valorosa, certamente dura, fazendo da lealdade e da firmeza de ânimo sua imprescindível norma de vida.

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Em quase quatro décadas, Portugal enfrentou mudanças estruturais profundas, a nível económico, social, político cultural e religioso. A título de exemplo, podemos citar: a guerra colonial, a descolonização, a emigração, a imigração, os movimentos migratórios, as alterações demográficas, o aumento da escolaridade e do número de estudantes, o aumento de infra-estruturas desportivas e culturais, o aumento do emprego especialmente o emprego feminino, a igualdade de direitos consagrados na Constituição Portuguesa, a existência de um Estado de Direito, a melhoria nos cuidados de saúde, e da segurança social, o regime político pluripartidário com eleições livres, a adesão à União Europeia e à Zona Euro ("moeda única" - Euro), o abolir as fronteiras entre os estados membros da União Europeia e a liberdade na escolha religiosa.

Todos estes aspectos têm sem dúvida repercussões importantes em cada um e em todos os cidadãos deste País. A este propósito Ulrich (1991) referiu que, a sociedade portuguesa sofreu grandes alterações desde meados dos anos setenta, tendo-se tornado mais aberta ao exterior, não só em termos económicos como também culturais, mas que sofre ainda influência de valores passados.

Estas alterações no País tiveram uma incidência particular em Trás-os-Montes e Alto Douro, agravando o esvaziamento demográfico e consequentemente evidenciando a sua frágil estrutura económica, que evoluiu lentamente devido também à sua heterogeneidade.

Como referem Cepeda e Ramos (2002) a Região singular, terra de contrastes, de paradoxos, mesmo de contradições, Trás-os-Montes e Alto Douro conheceu, ao longo das últimas décadas, transformações demográficas, sociais e económicas muito significativas mas claramente insuficientes para contrariar as dinâmicas de esvaziamento e envelhecimento populacional e recuperar os atrasos estruturais com que se debate desde há muito tempo (p. 25).

Os factos que têm contribuído para o (aparente) isolamento e interiorização de Trás-os-Montes e Alto Douro, parece dar sentido à expressão "Para lá do Marão mandam os que lá estão!" – o que denota uma certa impermeabilidade às influências exteriores, haverá preservação dos valores? Serão resistentes à mudança para conservar a sua identidade?

Neste enquadramento de mudança, considera-se adequado estudar os valores defendidos pelos Transmontanos, comparando-os com os valores defendidos em todo o País, embora conheçamos que a mudança de valores se insere num procedimento gradual, somente percebido no imediato, quando se dão irascíveis rupturas intergeracionais (Inglehart, 1990).

No entanto, a criação de instituições de ensino superior na Região veio "contribuir para a criação de uma nova realidade, em que muitos novos e jovens quadros, oriundos sobretudo desta Região estão a mudar a imagem desta" (Nunes, A. J.; Cabral, A. M.; Cepeda, F.; Ramos, L. Batista, L. & Ferreira, A., 2002, p. 5).

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro tem a este nível uma grande responsabilidade. Pelo ensino, pela investigação, pelo apoio à comunidade, pela criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia.

Esta Universidade está inserida numa Região em que importa promover o desenvolvimento socio-económico pelo que valoriza as ligações com a população, as autarquias e os parceiros económicos, não só através da influencia positiva dos seus graduados, mas também pela sua participação em projectos de investigação de apoio à comunidade.

A ligação próxima e simbiótica da Universidade com a Região de Trás-os-Montes e Alto Douro justifica claramente que este estudo tenha sido realizado nesta Universidade.

Inquirimos os Jovens da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e os seus Progenitores, com a finalidade de identificar e comparar as áreas de divergência e de convergência ao nível dos valores.

Como refere Figueiredo (1988) se o “conflito de gerações exprime uma tensão psicológica jovens-adultos” (p. 2), então é provável que se exprima também, num conflito de valores.

Sanford (1966 cit. por Chickering, 1969) entendeu que o impacto do ambiente universitário nos valores dos estudantes é tanto maior quanto mais se aproximam do final do curso. Por esse facto, escolhemos universitários finalistas, em relação aos quais, os novos valores poderiam ou não terem sido assimilados.

De acordo com Keniston (1971) a experiência universitária permite ao jovem contactar com novas experiências psicológicas e sociológicas que o distinguem do adolescente do ensino secundário. O mesmo autor refere que, o ingresso na Universidade restringe o contacto com os seus pais, especialmente quando os jovens, têm que sair de casa dos pais (como é o caso dos Jovens Não-Autóctones), o que cria condições para o surgimento de novos valores. Sprinthall e Collins (1988) indicam que algumas investigações realizadas com os estudantes universitários “põem em evidência que estes sofrem grandes mudanças estruturais, quer a nível intelectual, quer a nível moral e dos valores” (p. 346).

Deste modo, será que iremos encontrar diferenças entre os Jovens Universitários que permanecem em casa dos Progenitores – Autóctones (naturais de Trás-os-Montes e Alto Douro) e aqueles que vivem com os colegas ou sozinhos – Não-Autóctones (naturais de outras regiões).

Segundo Berry, Poortinga, Segall e Dansen (1996 citados por Freire, 2000) diversos “estudos transculturais têm demonstrado que os modos de socialização primária diferem consoante o sexo” (p. 346). Extebarria (1992) observou que as práticas educativas preconizadas pelos pais podem favorecer ou não a mudança de valores, assim como adoptar valores distintos dos seus progenitores variando ainda, de acordo com o sexo.

Costa (1992) verificou que, os jovens adultos são menos discriminatórios quer em relação ao sexo feminino quer em relação ao sexo masculino do que os seus progenitores. No mesmo sentido, Figueiredo (1988)

concluiu que os Progenitores são mais permissivos em relação aos rapazes do que às raparigas, no que concerne à sexualidade antes do casamento. Concluiu ainda que, os jovens são mais igualitários em relação à sexualidade antes do casamento no rapaz e na rapariga.

Neste contexto, podemos esperar diferenças significativas entre a amostra feminina (Raparigas e Mães) e a amostra masculina (Rapazes e Pais) em relação aos valores ? Ou será que entre Raparigas e Rapazes e entre Mães e Pais não ocorrem tais diferenças?

Considerando estes diversos aspectos estruturou-se o presente estudo segundo quatro objectivos ou questões de investigação:

- Será que os Valores veiculados pelos Jovens Universitários são diferentes daqueles veiculados pelos seus Progenitores?
- Será que existem diferenças significativas nos Valores manifestados pelo sexo feminino/masculino, ou seja, entre Raparigas/Rapazes e entre Mães/Pais?
- Será que existem diferenças significativas nos Valores defendidos pelos Jovens Autóctones/Jovens Não-Autóctones, e Progenitores Autóctones/Progenitores Não-Autóctones?
- Será que existem diferenças significativas nos Valores preconizados pelos Jovens Nacionais (outras Universidades do país)/Jovens Regionais (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) e dos Progenitores Nacionais/Progenitores Regionais?

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 OS VALORES

Actualmente os valores alcançaram uma importância fundamental junto das instituições, dos investigadores das ciências sociais e do comum das pessoas.

Há quem defenda a existência da crise de valores ou até a inexistência deles, podemos apontar o facto dos valores presentemente se posicionarem mais no domínio pessoal (por exemplo: a realização profissional) e menos no domínio colectivo (por exemplo: a conquista da liberdade), como uma explicação possível para esse facto. Como refere Figueiredo (1985b) os jovens dão maior importância aos valores pessoais (como harmonia interior, sentido de realização) e só depois relacionais, "em detrimento aos valores sociais veiculados pelos progenitores (com mundo de paz, igualdade, segurança nacional)" (p. 1018).

Até aos nossos dias, as divergências ao nível dos valores, das crenças e das ideologias, têm sido notícia diária, da morte de muitos seres humanos com uma postura fundamentalista, em todos os pontos do nosso planeta.

Relativamente aos valores diversas questões se levantam: O que pode ser entendido por valores? Como surgem os valores? Quem transmite os valores? De que forma são transmitidos? Quais são os valores da população geral? Quais os valores defendidos pelos jovens? Como convivem os jovens e os progenitores com os diversos valores?

2.1.1 Definição de Valores

O conceito de valor é antigo e originalmente matéria para os filósofos.

A propósito deste conceito Williams (1968, citado por Rokeach 1973) revelou-nos que os "valores" surgem em todos os campos das Ciências Sociais. Os valores são, assim, variáveis potencialmente importantes a analisar nas principais áreas de investigação. Desde a Economia até à Antropologia e à Filosofia, passando naturalmente pela Psicologia, cada disciplina, ao referir-se a este conceito, atribui-lhe um significado próprio de acordo com os seus objectos.

A Antropologia utiliza a noção de valor para descrever os padrões culturais dominantes. A Economia define valor em função do preço de mercado de bens e serviços. A História usa o termo valor para analisar os acontecimentos históricos. A Filosofia discute a essência dos valores bem como o seu papel nos processos subjacentes à existência humana. A Sociologia utiliza o conceito de valor para explicar a acção social. E a Psicologia explora a aprendizagem dos valores e o seu efeito no comportamento humano.

Em relação aos valores, as “Ciências Sociais têm como função descrevê-los na medida em que são constituintes da vida social” (Praia, M., 1989, p. 283).

É só a partir da década de 30, que se desenvolve em Psicologia, investigações sobre os valores. Sobretudo devido ao elevado grau de abstracção, colocando dificuldades na sua operacionalização, e por outro lado, devido ao desenvolvimento de técnicas eficazes para medir os valores enquanto preditor do comportamento humano. Além disso, outros autores defendem que este é um conceito difícil de definir. Hessen (1953 citado por Abreu, 1998) refere até que, não é exequível a sua definição. E justifica com o facto deste, ser o resultado daquilo que o sujeito experiência e vivência.

Actualmente os valores são motivo de interesse para os cientistas sociais, políticos e jornalistas que os utilizam nem sempre com o mesmo significado, gerando algumas confusões. Esta confusão é também extensível à definição de conceitos entre valores e atitudes, crenças, normas, necessidades, preferências, etc., vamos, por isso, indagar como se define este conceito à luz de alguns autores.

Debesse (1965), deu o nome de valor, (em psicologia), a tudo o que “satisfaz uma das nossas necessidades, quer seja um objecto, um ser, um acontecimento ou uma ideia. A noção de valor não é senão o sentimento que se tem do preço que se liga a uma coisa; é, portanto, subjectiva e pode não corresponder a essa grosseira tradução social que é o valor mercantil de um produto ou de um serviço” (p. 94).

Segundo Rokeach (1973) o valor, pode ser definido como uma crença durável em que o modo específico de conduta ou finalidade de existência é pessoal ou socialmente preferido a outro. Os valores são assim standards ou critérios de avaliação de preferência que direccionam e influenciam o comportamento humano. Uns valores são utilizados como meros instrumentos ou meios (valores instrumentais) para a obtenção de certos fins ou metas mais globais que reflectem modos ideais de existência (valores terminais).

Para Smith (1969, citado por Lofquist e Dawis, 1978) os valores, são tipos especiais de atitudes funcionando como critérios através dos quais as escolhas são avaliadas.

Por seu lado, Super (1986), define valores como objectivos que se procuram obter para satisfação das necessidades.

Na opinião de Nevill & Super (1986) os valores são objectivos procurados no comportamento e interesses, são as actividades nos quais os valores são procurados. Um “dado valor, como uma dada necessidade, pode ser satisfeita por mais que um tipo de actividade, mas a relação objectivos e actividades é

mais próxima para os valores que para as necessidades, embora ela não esteja tão próxima como os interesses” (p. 3).

Na evolução das perspectivas da psicologia dos valores pode distinguir-se acompanhando a revisão da literatura de Descombes (1980, citado por Costa, 1997), um primeiro período que ele designa por “estádio ou corrente dos pioneiros, desde 1925 a 1960 em que a noção de valor não se distingue das de motivação ou de interesse e a avaliação faz-se através de instrumentos (questionários, entrevistas) muito variados e pouco formalizados. Num segundo momento (1960-1970) verifica-se o desenvolvimento de uma corrente ou estágio de categorização e de classificação dos valores estudados até essa altura, e de elaboração de instrumentos mais precisos e mais formais, que ainda não acabou já que novos inventários de valores continuam a ser publicados. Finalmente encontramos uma corrente de estudo sistemático (nomeadamente longitudinal) dos valores, através de inventários” (p. 134).

Na opinião de Ferreira de Almeida (1988) os valores são “expressão de sistemas organizados e duradouros de preferências, enquanto as representações, por seu turno, constituem avaliações cognitivas, igualmente estruturadas, de realidades, processos e situações. Mas tanto valores como representações podem ser encontrados e analisados em dois planos distintos: no plano social, atravessando e dando forma às dimensões culturais da sociedade; no plano individual, como sistemas de disposições e orientações interiorizadas pelos actores e que, ao mesmo tempo que sintetizam experiências passadas, guiam e justificam os seus comportamentos” (p. 1).

Segundo Schwartz & Bilsky (1987, 1988, citados por Menezes, Costa e Campos, 1989) os valores “são (a) conceitos ou crenças (b) acerca de comportamentos ou estados desejados (c) que transcendem situações específicas (d) guiam, seleccionam e/ou avaliam o comportamento e os acontecimentos e (e) estão ordenados segundo a sua importância relativa” (p. 53).

De acordo com Vaz de Andrade (1992) a palavra valor é difícil de definir de qualquer modo, quer as normas ou regras, quer os princípios, quer as interpretações desses princípios. Os valores são conceitos que, por serem usados como predicados de juízos, logo como critérios, são também guias para a acção ou critérios da acção.

López (1992) defende que os valores reflectem a “personalidade dos indivíduos e são a expressão do tom cultural, moral, afectivo social e espiritual, marcado pela família, a escola, as instituições e a sociedade em que vivemos” (p. 233).

Os valores para Schwartz (1992) são metas ou objectivos de carácter geral que, permanecem estáveis através das diversas situações, guiam a conduta dos seres humanos e ordenam-se segundo a sua importância subjectiva.

Nevill e Super (1986) e Super (1995) citados por Costa, A. (1997) referem que "segundo certos autores os valores parecem ser o mesmo que interesses; para outros, os valores assemelham-se às necessidades sendo poucos os autores que definem valores, necessidades e traços de personalidade com significados distintos e precisos" (p. 133). No entanto, Super (1962, 1973, citado por Costa, 1997) entende que os "traços, os valores e os interesses derivam de necessidades. São as necessidades que levam as pessoas à acção" (p. 134) sendo os valores objectivos que as pessoas procuram para as satisfazer; interesses são as actividades e objectivos específicos através dos quais os valores podem ser alcançados e as necessidades satisfeitas.

Segundo Moreira (1995) os valores sociais são sistemas estruturados de preferências. Nas sociedades, alguns grupos tendem a definir e a "conservar posições face ao trabalho, ao lazer, à religião, à política, à família, ou a qualquer outro aspecto relevante da vida, que os distinguem de outros grupos. Se podemos identificar essas posições distintivas através do que tais grupos fazem e dizem, estamos em condições de lhes reconhecer valores e combinações de valores com maior ou menor especificidade" (p. 57).

Quando nos aproximamos do plano individual, os valores estão a ser "encarados como sistemas de disposições e orientações interiorizadas pelos actores. Tais disposições resultam de experiências de vida, que condensam essas experiências e funcionam como selecção - não necessariamente consciente nem explícita - de referências e de justificações para o comportamento" (p. 58).

Para Mendez (1995, citado por Abreu, 1998), enfrenta os valores como comportamentos que dão sentido à vida humana, já que são um objectivo definido de como devemos agir. Este autor, desenvolve quatro áreas, de valores: os valores económicos - o útil; os valores estéticos - o belo; os valores éticos - o bom; os valores religiosos - o santo.

2.1.2 Conceptualizações sobre os Valores

Neste capítulo, reservado aos valores, passámos em revista (anteriormente) definições de valores de alguns autores. Surgem entretanto outras questões acerca dos valores: como se caracterizam? como se conceptualização?, como se estruturam?, como se hierarquizam? e como é que evoluem?

Pintasilgo (1995) refere que na construção de valores intervêm dois tipos de elementos - os mitos primordiais, por um lado, e o constructo social, por outro.

Os mitos primordiais foram transmitidos, de geração em geração, como crenças fundamentais que estruturam a existência do indivíduo e a sua relação com os outros e com o mundo. "Eles permeiam, implicitamente, muitas vezes inconscientemente, as mais elementares escolhas e decisões. Fornecem o último

critério para decidir o que é «bom» ou «mau», sem que haja, frequentemente, por detrás dessa escolha, uma racionalização articulada" (p. 7). Neste contexto, os mitos criam valores que são muitas vezes valores absolutos, aparecendo como imperativo à consciência do indivíduo.

Os "constructos sociais são modelos gerados pela organização social e que resultam dos diversos modos como um grupo de seres humanos estrutura a sua existência - as relações entre os jovens e os velhos, entre os homens e as mulheres, entre os vivos e os mortos, entre a presente geração e a geração vindoura; a articulação entre os diferentes tipos de actividade; a organização da propriedade e da solidariedade" (p. 7). A interacção de todos estes elementos conduz também a valores que são valores contextuais (por exemplo, a mudança no estatuto das mulheres nas últimas cinco décadas levou a novos valores contextuais na relação entre os homens e as mulheres).

Os mitos dão significado, enquanto que os constructos sociais dão direcção. "Os mitos precedem o indivíduo, enquanto que os constructos sociais podem ser alterados pelo indivíduo" (p. 7).

Na opinião de Rokeach (1973) qualquer concepção sobre os valores, devia ser intuitivamente atractiva e facilmente operacionável. Defendia também que, uma concepção desse tipo deveria ocupar uma posição central em todas as diferentes áreas das ciências sociais, desde a psicologia, à sociologia, à educação, história, economia, procurando unificar os seus interesses.

Valores são, na sua conceptualização, "crenças duradouras acerca de um modo específico de conduta ou de estados finais de existência, que são pessoalmente e socialmente preferíveis a modos de conduta ou estados finais de existência opostos" (p. 5). Esta noção de valor baseia-se na concepção de desejável proposta por Kluckhohn (1951 in Rokeach, 1973). Rokeach considera que esta concepção de desejável refere-se, antes de tudo, a um tipo especial de preferência, ou seja, uma preferência por um determinado modo de conduta relativamente a outros alternativos ou uma preferência por um estado final de existência a outros alternativos.

Na sua perspectiva, os valores caracterizam-se por serem duradouros, no entanto, não imutáveis. Na sua opinião "os valores são suficientemente estáveis para permitir a identidade e continuidade de uma única personalidade socializada e são, simultaneamente, suficientemente instáveis para permitir a mudança, como resultado da socialização e da própria experiência pessoal" (p. 11). Ou seja, é a durabilidade dos valores que permite e garante a estabilidade, a identidade e a continuidade da personalidade humana e da sociedade. Contudo, segundo Rokeach (1973, 1979), qualquer conceito de valor deve ser capaz de responder à dualidade estabilidade/mudança. Os valores não são imutáveis nem eternos desta forma é possível compreender: quer as mudanças individuais quer as sociais.

Nesta óptica Rokeach (1973) considera que, quaisquer mudanças operadas apenas ao nível das atitudes são efémeras já que os valores subjacentes permaneceram intactos. Só as mudanças operadas ao nível dos valores determinam alterações estáveis.

Rokeach refere-se ainda, à existência de um sistema de valores, definindo-o como "uma organização duradoura de crenças acerca de modos de acção preferíveis ou estados finais de existência preferíveis, posicionadas ao longo de um contínuo de importância relativa" (p. 5). Os valores encontram-se, deste modo, dispostos segundo uma estrutura hierárquica, a qual pode sofrer reordenações como resultado de mudanças na cultura, na sociedade, nas experiências pessoais. Neste sentido, ainda que o sistema de valores seja relativamente estável ao longo do tempo, as prioridades relativas entre os valores podem ser alteradas. Desta forma, segundo mesmo o autor "variações nas experiências pessoais, sociais e culturais podem, não só gerar diferenças individuais no sistema de valores, como também, diferenças individuais na sua estabilidade" (p. 11).

De acordo com vários autores a "conceptualização de Rokeach apresenta grandes inovações relativamente a outras anteriores. Desses diversos autores, Braithwaite e Law (1985) afirmam que, Rokeach conseguiu desenvolver uma conceptualização bem articulada de valores. Para além disso, estes autores acham que a importância deste modelo advém da introdução de duas inovações maiores. Em primeiro lugar, neste modelo os valores são concebidos como "constructos que transcendem situações específicas e que são pessoalmente e socialmente preferíveis". A segunda inovação, consiste na distinção clara, que faz entre valores, atitudes, normas, necessidades, traços e interesses.

Há contudo, autores que não conceptualizam os valores organizados desta forma. Como é o caso de Super (1986), sem negar as diferenças de intensidades que os diversos valores podem assumir, considera possível que dois ou mais desses valores sejam igualmente importantes para o mesmo indivíduo. A tónica reside, então, na importância total dos valores para o sujeito.

Super considera os valores como entidades absolutas, enquanto que, para Rokeach eles são relativos.

No entanto, a variabilidade dos padrões de valores não é reflexo apenas das diferentes hierarquias que se podem constituir nem da maior ou menor intensidade associada aos diversos valores. Resulta igualmente do relacionamento entre os valores, isto é, dos graus de extensão e adesão a determinado valor em cada indivíduo ou sociedade, do grau de universalidade de aplicação do valor e ainda da consistência entre os diversos valores (Allport, Verner & Lindzey, 1960, citados por Kilmann 1989).

Rokeach (1973) entende não ser tanto na presença ou ausência de determinados valores que reside a diferença entre sujeitos ou entre sociedades, mas, sobretudo, na forma como esses mesmos valores estão ordenados. Este autor considera que os valores estão organizados em sistemas hierárquicos. Por isso, as diferenças são atribuídas à forma como as hierarquias e prioridades estão estabelecidas.

Os valores de cada sujeito podem ser definidos em termos de um parâmetro de intensidade. Isto é, nem todos os valores são igualmente intensos ou relevantes para cada indivíduo (ou sociedade). Torna-se, então, possível ordenar e hierarquizar os valores em função da relevância e importância que lhe estão associadas.

Rokeach (1973) postula, no entanto, que, no mesmo sujeito, nenhum valor pode assumir a mesma intensidade de outro.

Os valores hierarquizam-se entre si. É esta a noção subjacente à hierarquização em Rokeach a qual se reflecte na estrutura da sua escala, onde cada valor é medido e avaliado relativamente aos remanescentes.

Na continuidade deste pensamento, enquadra-se Vaz de Andrade (1992) quando refere que os valores, quer sejam normas ou princípios, organizam-se hierarquicamente. Por isso, as pessoas consideram que certos valores são mais importantes que outros e estão por isso mais dispostas, em caso de conflito, a sacrificar uns em favor de outros. Ou seja, estão assim disponíveis a desrespeitar uns para que outros não sejam violados. Considerando o exemplo, entre o valor da vida humana e o da propriedade de um bem material, pode existir um conflito se, neste caso, para se salvar uma vida for necessário roubar. A maioria das pessoas adultas pensará que se deve sacrificar o valor da propriedade em nome de um valor mais fundamental ou importante como é o caso da vida humana. Se isso não se verificar, pode justificar-se com o argumento – as regras sociais não reconheceram essa hierarquia. Assim, um valor é um conceito ao qual se dá determinado valor, isto é, tem uma posição numa hierarquia, ou uma certa importância relativamente a outro.

Fondevilla (1983) é peremptório ao afirmar que "os valores se estruturam sempre hierarquizados" (p. 32), ainda que assinale que há autores que negam esta afirmação. Na sua perspectiva, é essa escala de valores, característica de um indivíduo ou de um grupo, que suporta e explica as opções e os comportamentos e que pode em situação de mudança social sofrer alterações que conduzem à escolha de novos valores, ou à procura de uma nova hierarquização.

Ao longo da vida a estruturação dos valores vai sendo influenciada pelo feedback (cognitivo e emocional-afectivo) das experiências vivenciadas pelo sujeito. Se o feedback é positivo, o indivíduo consolida as suas estratégias individuais e padrões de valores, reforçando simultaneamente o seu auto-conceito. Caso o feedback seja negativo, ocorrem discrepâncias ao nível do auto-conceito e, em virtude da dissonância cognitiva, geram-se tensões, só passíveis de eliminação através da mudança na estruturação dos valores.

Marques (1983, citado por Costa, 1997) refere que Super publicou em 1970 a sua taxionomia de valores constituída por quinze valores - Altruísmo, Estético, Criatividade, Estimulação Intelectual, Independência, Realização, Prestígio, Direcção, Recompensa Económica, Segurança, Ambiente de Trabalho, Relação com Supervisores, Companheiros, Variedade, e Estilo de Vida (p. 136).

De acordo com Menezes e Campos (1991), desde o final da década de 80 que Schwartz e Bilsky (1987; 1990) têm desenvolvido um modelo da estrutura psicológica universal dos valores humanos, conceptualizados como: conceitos ou crenças; acerca de comportamentos ou estados desejados; que transcendem situações específicas; guiam, seleccionam e/ou avaliam o comportamento e os acontecimentos e estão ordenados segundo a sua importância relativa. A "asserção básica deste modelo postula que os valores são representações

cognitivas de três tipos de necessidades humanas universais biológicas, interaccionais e institucionais que expressam interesses individuais, mistos ou colectivos. Estas facetas conceptuais são operacionalizadas em tipos motivacionais, ou seja, categorias de conteúdo que se caracterizam por diferentes interesses e objectivos motivacionais” (p. 129).

Para Menezes, Costa e Campos (1989) os valores podem representar modos de “comportamento desejáveis, objectos instrumentais (ex.: ser curioso, ser ambicioso) ou estados existenciais desejáveis, objectivos finais (ex.: justiça social, sentido de pertença)” (p. 53). Esta distinção corresponde à diferença entre “meios (objectivos instrumentais) e fins (objectivos finais), acarretando todas as deficiências destas definições: é óbvio que, sob certas circunstâncias, um meio se pode tornar num fim e vice-versa e que um valor final pode ser instrumental em relação a outro” (p. 53). Apesar desta dificuldade de distinção, consideram-se valores instrumentais os modos de comportamento que são meio para atingir todos os valores que se referem a estados existenciais (Rokeach, 1976; Schwartz & Bilsky, 1987, 1988). Os valores expressam diferentes interesses: alguns correspondem a “interesses individuais (ex.: gozar a vida, ser bem sucedido), outros a interesses colectivos (ex.: justiça social, respeito pela tradição) e outros ainda a ambos (ex.: ser responsável, ser tolerante)” (p. 53). Finalmente, quanto ao conteúdo os diferentes valores podem ser relacionados com diferentes domínios motivacionais como fazem Schwartz & Bilsky (1988). Um “domínio motivacional constitui, para estes autores, um conjunto de objectivos que se expressam ou alcançam através de um conjunto de valores” (p. 54).

Segundo Hofstede (1984) o individualismo é um dos componentes da estrutura dos valores. O Individualismo, foi considerado como unidimensional, e definido como a valoração da independência emocional e a autonomia da pessoa. Segundo este autor, o individualismo seria uma mostra da independência emocional da pessoa em relação aos grupos ou organizações.

Triandis (citado por Berry et al., 1996) defende que, a dimensão colectivismo/individualismo deve ser estudada a dois níveis distintos - a um nível individual, propondo designá-la de idiocentrismo/alocentrismo, e a nível cultural, propondo manter a mesma designação. A razão fundamental para esta distinção reside no facto de, segundo este autor, a dimensão idiocentrismo/alocentrismo ser demasiado complexa para ser estudada com base no questionário construído por Hofstede - o qual tinha como principal objectivo estudá-la a um nível cultural.

Hui e Triandis (1986) consideram, do mesmo modo, que a dimensão colectivismo/individualismo pode ser entendida a uma nível individual e a um nível cultural. A um nível individual, é a existência de todo um conjunto de crenças e comportamentos que determina se um indivíduo é individualista ou colectivista. No nível cultural, uma cultura será colectivista (ou individualista), se houver um maior número de sujeitos colectivistas (ou individualistas).

Segundo estes autores, uma cultura colectivista caracteriza-se pelos seus elementos considerarem, no seu relacionamento com o grupo, os custos/benefícios das suas acções e decisões sobre os outros, partilhar os

recursos materiais e não materiais e os resultados das suas acções, demonstrar uma grande susceptibilidade à influência social, dar uma grande importância à aprovação do grupo e envolver-se com a vida do grupo. Estes autores verificaram, no entanto, que este constructo é mais discriminativo em determinadas situações do que noutras, por exemplo: o comportamento de um indivíduo em relação a um vizinho pode ser mais informativo no que diz respeito ao grau de colectivismo (ou individualismo) do que o seu comportamento em relação ao seu marido (ou mulher).

Rós e Gómez (1997) aludem que Schwartz (1990) defendeu que a dicotomia Individualismo-Colectivismo não distingue as diferenças importantes entre alguns valores. Pode haver valores que, pela sua natureza, sirvam tanto os interesses pessoais (individualismo) como os grupais ou os sociais (colectivismo). Este seria o caso daqueles valores que comportam a motivação da procura de segurança pessoal, familiar ou nacional. A "dicotomia é insuficiente porque passam por valores elevados aqueles que servem para fins colectivistas, mas não são próprios do grupo social (ex.: igualdade para todos, justiça social, preservar a natureza, e um mundo de beleza). A necessidade de incluir estes valores deve-se segundo a teoria (Hui, 1988; Triandis, 1988) por vezes, ao facto dos colectivistas mostrarem menos interesse do que os individualistas pelos desconhecidos. Segundo Schwartz (1990) se o colectivismo é definido segundo o grupo social, então haveria que distinguir entre o colectivismo do grupo social do colectivismo universal. Nesta dicotomia pode haver interesses, individualistas e colectivistas que não estejam em conflito. Por exemplo: o hedonismo, o autodireccionamento, ou a estimulação são valores que servem os interesses da pessoa mas não necessariamente a colectividade. Estes mesmos valores podem ser procurados pelos líderes ou membros da colectividade como metas para os seus grupos" (p. 182).

Triandis (1985) utiliza a dimensão Individualismo-Colectivismo para distinguir entre culturas individualistas e colectivistas. As culturas individualistas, caracterizam-se por valorizar a autonomia do indivíduo e a sua independência emocional dos grupos sociais de pertença. No entanto, as culturas colectivistas, valorizam a tradição herdada, e a dependência emocional dos grupos de que fazem parte, logo o indivíduo é um ser que adquire sentido como parte de uma colectividade (Rós, M. & Gómez, A., 1997, p. 181).

Martín e Sánchez (1999) em síntese, frisam que os alguns autores propõem que a estrutura das relações entre os vários tipos de valores giram em torno das dimensões bipolares do nível cultural. A Autonomia versus Conservação, próxima do individualismo-colectivismo, que se refere à individualização versus a inclusão da pessoa (Hofstede, 1980; Triandis, 1990; Schwartz, 1994). A Hierarquia e Competência versus Compromisso Igualitário e Harmonia com a Natureza. "Os primeiros referem-se à perseguição de interesses pessoais ou grupais, e os últimos referem-se ao sacrifício, se fosse necessário, dos interesses pessoais, para manter a ordem natural e social" (p. 215).

Triandis, Bontempo, Villareal, Asai e Lucca (1988) num estudo que realizaram com estudantes, constataram que, o modo como o indivíduo se relaciona com o próprio grupo e com elementos exteriores ao grupo varia de cultura para cultura. Verificaram que a diferença a nível dos comportamentos dirigidos aos elementos do grupo e a elementos exteriores ao grupo é muito grande nas culturas colectivistas e muito mais atenuado nas culturas individualistas.

Um estudo de Schwartz (1992), permitiu-lhe averiguar, que a existência de tipos motivacionais que originavam interesses individuais, tais como: poder social e hedonismo, tipos motivacionais que originavam interesses colectivos, tais como: conformidade restritiva e pró-social e, ainda, tipos motivacionais que davam origem, simultaneamente, a interesses individuais e colectivos, tais como: segurança e maturidade. Constatou também que, “os valores que serviam interesses individuais e aqueles que serviam interesses colectivos formavam duas regiões separadas que não se misturavam” (p. 42), isto para as 40 amostras estudadas.

Inglehart (1990, 1999) propondo uma nova apologia dos valores sócio-políticos, desenvolveu uma série de estudos longitudinais entre culturas, através dos quais pretendia comparar diferentes sociedades, em termos dos valores existentes. Segundo esta sua classificação, existem dois tipos de valores sócio-políticos: valores materialistas, associados à satisfação das necessidades de segurança e bem-estar básicos e à coesão social, e valores pós-materialistas, de que são exemplo, valores como o desenvolvimento pessoal, a liberdade de expressão, a qualidade de vida, a participação social e política, a autonomia na tomada de decisões relativas ao trabalho, entre outros.

Este autor verificou que a emergência deste novo tipo de valores começou a fazer-se sentir, nas sociedades ocidentais, nos anos após a 2ª Guerra Mundial. Anos marcados por um clima de paz e pelo crescimento económico e social. Observou ainda níveis de desenvolvimento económico elevados, associados à satisfação de necessidades básicas (bem-estar e segurança económicas) determinam o aparecimento de valores pós-materialistas. Neste sentido, quanto maior o desenvolvimento sócio-cultural das sociedades maior o predomínio de valores pós-materialistas. Ou seja, espera-se segundo Inglehart (1990, citado por Vala, 1993) que os grupos sociais com um maior bem estar dêem mais importância aos valores pós-materialistas. Ao mesmo tempo, os “níveis de instrução mais altos devem encontrar-se também associados ao pós-materialismo, dado que são um indicador do bem-estar económico vivido durante a infância e a juventude e dado que, por outro lado, proporcionam o desenvolvimento de aptidões cognitivas e o acesso a novas redes de informação, que facilitam a abertura e a descentração do espaço social imediato, condições importantes para a emergência do pós-materialismo” (p. 227). Finalmente, as “novas gerações formaram-se no período de crescimento económico que sucedeu à 2ª Guerra Mundial, o que, comparativamente com as gerações procedentes, lhes permitiu aprender a colocar uma ênfase menor nas questões económicas e de segurança física. Se juntarmos a este

factor, o facto de as novas gerações terem maior acesso à escolaridade, pode supor-se que nos mais novos a adesão ao pós-materialismo será maior do e nos mais velhos" (p. 228).

De acordo com Inglehart (1990) os valores das sociedades ocidentais têm vindo a sofrer mudanças graduais, acompanhando as alterações económicas, políticas e tecnológicas que se fizeram sentir de uma forma mais acentuada depois da 2ª Guerra Mundial. Desde essa altura os países ocidentais têm atingido níveis de riqueza e de bem-estar nunca antes alcançados, o que tem vindo a provocar, "quase invisivelmente" (p. 69), uma alteração a nível deste tipo de valores. Esta alteração inscreve-se, de acordo com o mesmo autor, numa mudança cultural mais global que se reflecte no declínio das orientações religiosas tradicionais e das regras e normas sociais e sexuais convencionais.

Inglehart (1990) desenvolveu um instrumento através da qual pretendia recolher informação acerca da organização dos valores sociais dos indivíduos e validar, deste modo, esta tipologia. Desenvolveu um instrumento, composto por 12 itens (tais como: "liberdade de expressão", "Forças Armadas fortes", "combater o crime", que se encontravam distribuídos por três cartões (quatro itens por cartão: dois relativos ao materialismo, dois relativos ao pós-materialismo). Era então apresentado ao sujeito cada um dos cartões, sendo-lhe pedido que dissesse qual o aspecto que considerava mais importante concretizar-se num período de 10 anos. Os valores recolhidos, em diferentes países, permitiram validar esta tipologia. Persistem, no entanto, sérias dúvidas relativas, não só ao método utilizado, como também, à interpretação que Inglehart faz dos resultados (Garcia, Seabra e Vala, 1993).

De acordo com Garcia, Seabra e Vala (1993), o método utilizado por Inglehart tem algumas desvantagens, nomeadamente, a de criar uma situação artificial. Em primeiro lugar, os valores podem ter igual importância, sendo difícil hierarquizá-los numa situação ideal. Em segundo lugar, este método não permite conhecer como são resolvidos os conflitos entre valores no dia a dia. É que face a situações concretas, os indivíduos têm que estabelecer compromissos a nível do seu sistema de valores. Este autor refere ainda que, se ao invés de pedir ao sujeito que hierarquize os itens, se pedir que diga qual o grau de importância que cada item assume para ele, os resultados obtidos serão diferentes.

Uma outra crítica feita por Vala (1993) dirige-se à interpretação proposta por Inglehart. Com efeito, tendo realizado um estudo, com uma amostra recolhida numa empresa pública em Portugal e com uma amostra da cidade de Lisboa, utilizando o mesmo método de recolha de dados, estes autores verificaram que havia uma outra dimensão, esta relativa a valores de mudança/conservação da ordem social (p. 484). Os resultados obtidos sugerem que existe uma configuração de valores tripartida e não dicotomizada: valores materialistas, pós-materialistas e de conservação da ordem social. Ou seja, mostrou-se como a escala de valores de Inglehart, poderia, pelo menos no caso português, reflectir uma outra tipologia de valores.

Talvez este aspecto possa ser compreendido pelo facto, das mudanças implementadas pelo 25 de Abril de 1974, não terem tido o reflexo tão visível em relação aos valores pós-materialistas. Neste âmbito, Ferreira (1998) concebeu um estudo no qual inscreveu duas questões elaboradas especificamente para avaliar o pós-materialismo. Uma das questões, relacionadas com os objectivos políticos entendidos como prioritários pelos portugueses e a outra questão, acerca dos problemas sociais que mais os preocupam. Os resultados revelam que os valores pós-materialistas têm ainda pouca expressão na nossa sociedade embora se delineiem pequenos vestígios.

Machado Pais (1998), no seu trabalho mais recente, verificou que os jovens esboçam uma leve tendência para os valores do pós-materialismo, nas suas preocupações pelo ambiente, desarmamento nuclear e qualidade de vida. No entanto, estes valores não são inteiramente partilhados pelos progenitores, o que pode levar a algumas descontinuidades entre as geracionais. Actualmente é possível existirem na mesma época, três ou mais gerações, devido ao acréscimo de esperança de vida e pelo decréscimo da mortalidade infantil. Este facto influencia o sistema de valores, segundo Machado Pais (1998), uma vez que verificamos ao renunciar sucessivamente os valores tradicionais que se mantêm nos mais velhos. As mudanças ficam visíveis quando se questionam as instituições sociais e os valores tradicionalmente defendidos. Contudo, as gerações mais velhas procuram a repor o que está a ser abalado, através de posturas moralistas ou alarmistas. O mesmo autor refere, que vivenciamos agora uma fase assim, e apenas, desta forma se justificam as crescentes críticas que os mais velhos imputam à geração mais nova. Mesmo assim, os estudos sobre valores na sociedade portuguesa, não confirmam esta perspectiva negativa dos valores dos jovens. Os valores dos jovens coincidem essencialmente com os dos progenitores, sendo que o que difere é modo como os jovens os vivem.

Os valores sociais variam, pois, na relação com os grupos. Cada grupo social, cada "sociedade possui o seu próprio sistema de valores que se irá transmitindo às sucessivas gerações" (Hernández, C., 1986, p. 113).

Na opinião de Figueiredo (1985b) a "vivência do fascismo e da guerra colonial da geração dos 40, seguiu-se uma experiência de democracia" (p. 1020), reforçando eventualmente os valores individualistas dos jovens, colocando-os numa realidade bem diferente da dos seus progenitores. Assim, os jovens encaram o futuro com uma grande preocupação, dada a importância da crise económica nacional e mundial, do desemprego, o País está mais aberto "às influências de toda a cultura mundial, e a maior penetração do nosso país de uma informação que lhe dá a conhecer as expectativas dos jovens de outros países vieram estimular as da nossa juventude. Uma forte tensão entre as expectativas e as possibilidades de realização das mesmas certamente que vai aumentar o individualismo, necessidade de a mesma juventude se preparar para a competição, que se sabe será feroz" (p. 1020).

De acordo com Hernández; Rodríguez e Zamora (1998) existe uma preocupação geral pelos valores que "estão emergindo na nossa sociedade. Valores como o hedonismo, o individualismo, a xenofobia, etc., ajudam

muito pouco a consolidar os princípios democráticos dos quais nos sentimos orgulhosos. Por outro lado, observamos com satisfação comportamentos sociais que nos sugarem outros valores mais positivos como são o altruísmo, a cooperação e a tolerância. É através de um verdadeiro processo de aprendizagem social como as pessoas assumem valores que vão servir de guia à sua conduta social” (p. 201).

No entender de Perron (1971) a criança, desde muito cedo, aprende a olhar para si e para o mundo próximo que a rodeia sustentando-se em critérios de preferência ou desejabilidade transmitidos pelos pais e/ou entes mais chegados. Totalmente sob tutela parental, cuja autoridade não contesta, a criança vai construindo um sistema de valores essencialmente orientado por um referencial concreto e pessoal caracterizado por uma forte consciência moral decalcada dos pais.

Mais tarde, na escola, os professores e educadores funcionam como veículos de transmissão de valores. Não só da própria Instituição escolar mas ainda da sociedade e da, cultura em geral.

Conforme refere Williams (1979, em Rokeach 1979) “os valores desenvolvem-se segundo um tipo de experiência: de dor ou de prazer, privação ou gratificação, alcance de objectos ou frustração, aprovação social ou desaprovação, amor ou ódio”.

Mas a maturação física e psicológica decorrentes do processo de crescimento e desenvolvimento permitem-lhe, mais tarde, a apropriação de valores e normas não através de um processo “passivo” de inculcamento e conformidade, como até então, mas através da sua interacção directa e activa sobre a realidade.

Ao longo do seu processo de conquista de autonomia, o adolescente, também por via dos progressos cognitivos, vai pondo em causa as normas sociais estabelecidas ao mesmo tempo que alarga consideravelmente a sua apreensão do meio. Precisamente, é a combinação desta faculdade de raciocinar sobre o abstracto e de aceder aos ideais de justiça, liberdade, etc., juntamente com as primeiras experiências profissionais e/ou amorosas que permite ao adolescente ir dando sentido a novos valores e simultaneamente ir modificando a hierarquia do sistema (Soares, I. & Campos, B. P., 1988).

Como afirma Super (1986), os valores podem ser realizados em diferentes papéis da vida (...). Diferentes valores podem ser alcançados no mesmo papel em diferentes estádios da vida. Um determinado valor pode ser realizado em diferentes papéis, em várias fases da vida do sujeito.

Centers (1949, citado por Super 1986) afirma que apesar da sobreposição de valores existente, as profissões variam em função do grau de oportunidade conferido ao sujeito para a realização dos seus valores.

2.1.3 Génese, Cenários de Construção e Transmissão de Valores

Como afirmam Rokeach (1973) e Williams (1979 citado por Rokeach 1979) os valores resultam da socialização, da cultura e das instituições bem como da personalidade e das experiências pessoais. Assim, os valores são componentes comuns aos processos psicológicos, à interação social e aos padrões culturais.

Os valores na perspectiva de Hernández (1986) surgem como um factor de integração social, permitindo e facilitando a identificação social dos indivíduos.

Naturalmente, a integração de um indivíduo na sociedade, supõe um longo processo de aprendizagem durante o qual terá que interiorizar e assimilar conhecimentos relativos a essa sociedade. Por isso, os valores podem considerar-se um dos instrumentos mais efectivos de que o sistema social se vale para transmitir conhecimento.

O mesmo autor refere que, o conhecimento da criança sobre a realidade social vai ser a peça chave para o seu desenvolvimento futuro como um ser social adulto.

Nos primeiros anos de vida, a criança terá que apreender um conjunto de conhecimentos acerca do funcionamento da sociedade relativos a instituições, normas, valores, pessoas e suas relações. Onde a noção de valor na criança é adquirida interagindo com o meio que a rodeia, quer dizer que, está fortemente influenciado pelo seu contexto. Através das suas capacidades cognitivas, na sua evolução e desenvolvimento vai construindo a noção de valor.

No decurso desta evolução os valores passam por diversos modos de existência: são inicialmente utilizados antes de serem reconhecidos e conhecidos.

De acordo com Perron (1971) a aquisição de valores passa antes de tudo por um jogo de relações interpessoais, no qual as relações com os pais apresentam um carácter fundamental. Os valores surgem inicialmente à criança sob a forma de limitações, obrigações e proibições que são emanadas dos seus pais.

Mas, se a criança conhece e aceita um grande número de valores ainda está longe de os assumir. De acordo com Perron (1971), assumir um valor é "fazê-lo seu, é sentir-se envolvido não só na sua prática como na sua existência" (p. 37).

O último estágio da evolução genética, dos valores depois de eles terem sido utilizados, reconhecidos, conhecidos, aceites, afirmados e assumidos, consiste na sua relativização. Essa relativização está ligada à progressiva descentração do pensamento infantil, que vai permitir que a criança vá sendo capaz de considerar simultaneamente modos de valorização diferentes, tomando progressivamente consciência da influência nos outros, dos sistemas de valores análogos ao seu, mas não perfeitamente idênticos (Perron, R. 1971).

O autor anteriormente referenciado defende que, a pouco e pouco a criança começa a reconhecer os valores comuns e aqueles que se opõe ao outro mas, que ela afirma e assume. De uma forma aparentemente contraditória "os valores personalizam-se e universalizam-se" (p. 40).

A diversificação e a relativização dos valores são acompanhadas por uma progressiva tendência para a organização dos valores num sistema coerente.

Debesse (1971) está convicto de que no mundo dos jovens, os valores e os conhecimentos constroem-se lado a lado. Ele introduz-os na ordem da qualidade e vai contribuir poderosamente para definir as suas opiniões e regular a sua conduta.

Estes valores: económicos, políticos, sociais, morais, estéticos, religiosos, etc. "geralmente, não são descobertos em bloco. O adolescente apercebe-os primeiro confusamente, mal definidos e em luta uns contra os outros" (p. 101).

Toffler (1970 citado por Brezinka, 1992) defende que, para fazer frente aos diversos aspectos da sociedade actual é essencial ajudá-los a determinar e a clarificar os seus valores e ainda a solucionar possíveis conflitos que existam no seu sistema de valores.

Halstead (1996) refere que, tradicionalmente, a educação dos valores não trazia dúvidas, facilmente podia ser transmitida às novas gerações. Contudo, numa sociedade pluralista e em constante mudança como a actual, essa abordagem não é possível. Nem todos os indivíduos partilham os mesmos valores.

Segundo Turiel (1996), o indivíduo em desenvolvimento não pode ser encarado como receptor passivo dos valores de uma sociedade homogénea. O processo de desenvolvimento de valores é um processo complexo de apropriação e transferência dos valores acessíveis no meio cultural e social envolvente. São os conflitos e ambiguidades que vão permitir a mudança desenvolvimental a nível dos valores, dando origem a organizações profundas a nível dos sistemas de crenças e atitudes.

A formação em valores inaugura-se nos indivíduos com a família pelo facto de ser o "primeiro núcleo de convivência num período quantitativo e qualitativamente grande, e o referente mais importante para os seus membros" (Hernández M. D.; Rodríguez G. R. & Zamora A. L., 1998, p. 201). No entanto, no decurso do seu desenvolvimento surge a instituição escolar como segundo agente socializador dos valores.

Podemos questionar, que contexto (familiar, escolar ou outro) influi mais significativamente na formação dos valores? esta questão e outras que se podem colocar, impõe-nos uma reflexão acerca destes pólos ou agentes socializadores dos valores.

2.1.3.1 No Contexto da Família

De acordo com Hernández, Rodríguez e Zamora (1998) a família é o primeiro agente socializador dos valores num contexto de aprendizagem das regras sociais. Esta aprendizagem de valores decorre numa ambiência de proximidade, comunicação, afecto e cooperação que a torna mormente eficaz e duradoura. Molpeceres, Musitu e Lila (1994) assinalam que o papel socializador da família é mais do que a transmissão intencional e explícita de normas e valores.

Como são as relações familiares e os valores?

Hernández; Rodríguez e Zamora, (1998) assinalam que os progenitores quando constituem família têm presente quais os valores que devem guiar-se para orientar a sua família.

Para Inglehart (1990), os valores são transmitidos pelos mais velhos, de geração a geração. As mudanças operam-se gradualmente e segundo uma escala intergeracional. À medida que os mais velhos vão sendo substituídos pelos mais novos. Para o autor citado, “para que as mudanças nos sistemas de valores e de atitudes possam ser detectadas, é necessário focar-se em determinados domínios que estejam a sofrer grandes alterações, fazer medições regulares ao longo de um período de vários anos e estar atento a mudanças no meio sócio-económico envolvente, são deste modo se conseguem distinguir entre as verdadeiras - mudanças intergeracionais e as mudanças que estão relacionadas com o normal processo de ciclo de vida” (citado por Freire, 2000).

As relações intergeracionais “que se estabelecem na família são únicos e emergem como uma experiência com grande poder conformador na construção de valores.” (p. 206).

Na família a construção de valores tem em conta o papel activo dos filhos para assumir os valores dos pais. Embora, “não se possa afirmar que exista uma relação directa entre os valores que os pais desejam para os seus filhos e o que os filhos adquirem”(p. 205).

As relações entre pais e filhos são complexas e bidireccionais. Assiste-se não só à mudança dos valores dos filhos, mas também, à mudança dos valores dos pais, para se adaptarem às novas exigências que aparecem ao longo do ciclo familiar” (p. 206).

“Na família por vezes, surgem conflitos contínuos que, podem considerar-se parte da vida familiar. Estes conflitos são fundamentais para o desenvolvimento dos valores familiares, e, basicamente, são necessários para fortalecer o critério próprio dos seus membros. “Graças a estes conflitos menores, os filhos podem decidir não assumir o valor familiar ou rejeita-lo, ou adapta-lo à sua própria estrutura de personalidade” (p. 206).

Actualmente os espaços de interacção surgem cada vez mais delimitados, para as diversas gerações (avós, pais, netos) reduzindo as probabilidades de atrito intergeracional.

Na opinião de Hernández; Rodríguez e Zamora (1998) a família moderna (nuclear) e outros familiares próximos (especialmente os avós) já não vivem sob o mesmo tecto com os filhos e netos (p. 207). Um estudo realizado por Pérez e Cánovas (1995) mostram, que 96% dos netos reconhecem ter avós, mas só 15.3% convivem com eles.

Smith (1995) refere que, os pais destinam cada vez mais tempo aos imperativos laborais, deixando-lhes pouco tempo para dedicar aos seus filhos. Por conseguinte, sentem-se angustiados, pelos múltiplos compromissos e obrigações. Os avós podem ter então um papel importante na tarefa de educar os netos, quer de forma directa quer indirecta. Os avós auxiliam de forma indirecta, quando apoiam emocionalmente os filhos nas suas tarefas de maternidade ou paternidade, com conselhos ou com ajuda económica. A ajuda directa acontece, quando os avós protagonizam a tarefa educativa exercida com os netos, substituindo os filhos, influenciando assim directamente na construção dos valores dos netos. As actividades dos avós podem ser diversas, partilharem actividades e tarefas, acodem em casos de emergência ou crises, contam histórias (de sucessos da sua geração, histórias familiares, entre outras), dão conselhos, etc.. Através desse tempo de partilha e de diálogo intergeracional os netos vão construindo os seus valores em âmbitos espacio-temporais diferentes do dos pais. “Desta forma ganham-se estruturas de valores mais ricas, elaboradas e com maior perspectivismo geracionais” (Hernández M. D.; Rodríguez G. R. & Zamora A. L., 1998, p. 207).

Que valores desejam os pais transmitir aos filhos?

Segundo Serrano (1991), Musitu e Molpeceres (1992); García e Ramírez (1995) e Orizo (1996) a família ambiciona alargar nos filhos: o desenvolvimento pessoal (independência, autonomia, liberdade e realização pessoal), as relações interpessoais (diplomacia, respeito pelos outros, honradez e tolerância) e seu aproveitamento escolar ou laboral (gosto pelo trabalho e perseverança).

De acordo com Hernández, Rodríguez e Zamora (1998) a “hierarquia de preferências dos valores dependem da cultura, o nível de estudos, a idade dos pais, o seu nível de estudos, a idade e o sexo dos filhos, etc.” (p. 209).

Nos estudos de García e Ramírez (1995) e Schwartz (1992) solicitaram aos pais a escolha de três valores terminais e três valores instrumentais que mais gostariam de transmitir aos filhos. Alguns pais escolheram valores que estimulassem o desenvolvimento e a realização pessoal, destacando valores como a felicidade, a realização pessoal, a saúde, a independência e a liberdade. Os valores saúde e felicidade foram eleitos por se apresentarem centrais e imprescindíveis no âmbito familiar. Assim, outros estudos têm assinalado este mesmo fenómeno, evidenciado a existência de um núcleo de valores centrais que estão na base dos demais valores.

Logo, Hernández, Rodríguez e Zamora (1998) revelam que os pais mais jovens dão maior importância aos valores como: liberdade, independência e realização pessoal, enquanto que, os pais menos jovens valorizam

mais a vida familiar e a responsabilidade. Além disso, os pais (sexo masculino) distanciam-se das mães pela escolha do valor – capacidade. Os progenitores de zonas urbanas destacam superiormente o valor da tolerância em relação aos progenitores das zonas rurais. Os pais de nível médio e alto preferem os valores de tolerância e realização pessoal. Enquanto que, os pais de nível sócio-económico baixo nomeiam valores relacionados com o respeito e o reconhecimento social.

Segundo Macfarlane e McPherson (2001) para que a transmissão de valores se processe eficazmente, os próprios pais têm de possuir valores claros. Porque, só assim, os conseguem transmitir e discutir na vida diária, para que sejam adoptados pelos mais novos. Com o intuito de avaliar a existência de diferenças entre os valores dos jovens e das respectivas mães, Perron (1970 citado por Meyer, 1971) propôs que, sujeitos com entre os 8 e os 14 anos de idades, assim como as suas mães, categorizassem uma lista de 15 atributos pessoais (por exemplo: ser franco, ser honesto, ser trabalhador). Os resultados mostraram que, a ordenação dos valores era semelhante nos dois grupos. Meyer (1988), refere também que as crianças entre os 3 e os 5 anos, têm valores semelhantes aos seus pais, visto que constróem um sistema limitado a um referencial concreto e de consonância moral com os mesmos.

Outras investigações desenvolvidas por Pettengill e Rohner (1985) e Trommsdorff (1985) citadas em Molpeceres (1994) mostraram que os pais alemães e norte-americanos privilegiavam os valores de autonomia, responsabilidade, tolerância, independência, imaginação, etc.

As inquietações dos pais nas culturas colectivistas são a fiabilidade, a boa conduta e a obediência, orientando os seus filhos para a conformidade com o grupo. Já nas culturas individualistas, as preocupações principais são a autoconfiança, a independência e a criatividade orientando os seus filhos para a autonomia (Musitu e Molpeceres, 1992).

Qual a eficácia parental na socialização dos valores?

Segundo Whitbeck e Gecas (1988) os valores dos filhos podem não convergir com aqueles que os seus pais desejam socializar. Pode acontecer que os filhos não entendam correctamente os valores dos pais. E assim os valores dos filhos podem diferir dos valores do seus pais.

Hernández, Rodríguez e Zamora (1998) elaboraram um estudo, no qual referem uma aproximação entre os valores dos pais e filhos. “Comprova-se que existe um alto grau de acordo entre ambos” (p. 210).

García e Ramírez (1995) encontraram proximidade entre pais e filhos ao nível dos valores, estes resultados foram interpretados à luz da evolução das relações familiares. Os pais parecem apresentar uma atitude mais democrática, mais participante e dialogante dentro da família, facilitando a transmissão e interiorização de valores.

Villalain (1991) realizou um outro estudo sobre os valores dominantes na sociedade espanhola, e verificou que a satisfação familiar tem crescido, dando lugar a um bom clima familiar com ausência de conflitos

graves e desavenças. Transmitem-se mais códigos normativos na família sendo as normas morais e as atitudes sociais as mais compartilhadas.

Neste sentido Hernández; Rodríguez & Zamora (1998) referem que os pais “souberam evoluir positivamente na sua função de educadores de valores” (p. 211).

Os primeiros estudos sobre eficácia parental na transmissão de valores apontavam as estratégias e mecanismos de socialização que se empregam para regular a conduta e inculcar valores, actividades e normas.

Grande parte destes trabalhos baseiam-se no modelo de Baumrind (1991) que descreve três estilos educativos: o autoritário, o democrático e o permissivo” (Hernández M. D.; Rodríguez G. R. & Zamora A. L., 1998, p. 213).

O uso de um determinado estilo parental influi não só na eficácia de transmissão da mensagem, mas também no tipo de valores que vão assumir os filhos. Os pais com estilo educativo autoritário, fomentaram os valores deterministas e conformistas, e inibem valores de auto-direcção e estimulação. Os pais permissivos, favorecem valores de auto-direcção como a autonomia e independência, e inibindo valores pró-sociais tais como solidariedade e justiça. E, o outro estilo educativo democrático, os pais recorrem à argumentação, ao raciocínio e ensinam os seus filhos a terem em atenção as consequências das suas acções, poderão estar a promover valores de auto-direcção e valores pró-sociais.” (p. 214).

Segundo Hernández, Rodríguez e Zamora (1998) pode dizer-se que “os estilos educativos por si sós não explicam todo o processo de interiorização de valores por parte dos filhos e que, desde logo, não existe uma relação linear com os valores” (p. 214).

Hernández, Rodríguez e Zamora (1998) referem que as famílias onde a coerência de grupo é um “valor essencial para a sobrevivência dos seus membros, estimulam os valores de conformidade e obediência e corrigem os comportamentos que ponham em perigo tais valores. Pelo contrário, as famílias onde sobressaem os valores individuais de autonomia, criatividade e ganho pessoal, corrigem os filhos quando estes perdem o controle, quando observam intencionalidade negativa em seus actos ou mostram um escasso esforço pessoal” (p. 214).

O “afecto dentro da família é uma das variáveis fundamentais que possibilita a socialização dos seus membros e que influi no desenvolvimento dos valores” (p. 215).

No mesmo sentido Steinmetz (1979) afirma que, se os filhos não sentirem afecto e aceitação da parte dos pais, preocupam-se mais com a defesa da sua integridade emocional, e por isso, dificilmente assumem o conteúdo da mensagem que os seus pais pretendem transmitir. Se o afecto estiver dependente do que acontecer ao nível do comportamento, desenvolve na criança a necessidade de segurança para reduzir a incerteza ou dúvida, promove os valores de obediência e conformidade em detrimento dos valores de autonomia e risco.

De acordo com Rollins e Thomas, (1979) as famílias que manifestem afecto, que expressem sentimentos de aceitação incondicionalmente e que favoreça a autonomia, promovem nos filhos sentimentos de segurança e confiança para explorar o mundo e dão a possibilidade de a desenvolver de a manter.

Smith (1981, 1882) e Acok e Bengston (1980), defendem que a comunicação familiar tem um papel fundamental em relação ao conhecer, compreender e assumir os valores da família. Neste sentido, diversos estilos de comunicação familiar correspondem a diversas estruturas de valores. Se na família promoverem mensagens claras, se procurarem colocar-se no lugar do outro, se os pais se esforçarem para escutar activamente os filhos, quando se realiza uma comunicação personalizada, singular e respeitosa com a dinâmica interna das pessoas, os vários membros familiares irão sentir-se satisfeitos. Hernández; Rodríguez & Zamora (1998) referem que, o referido estilo comunicativo reforça a mensagem de que todos os membros familiares são importantes e respeitam as suas necessidades promovem-se desta forma "os valores de auto-direcção, mas também valores empáticos e pró-sociais" (p. 216).

Mas se pais não almejam que os seus filhos participem em algumas tomadas de decisão, não lhes permitem "ensaiar condutas de autonomia e segurança pessoal, orientando os seus filhos para valores de conformidade e segurança por outro lado, os pais que deixam as decisões totalmente nas mãos dos filhos, que não assumem o seu papel e a sua posição assimétrica, estão permitindo aos filhos ensaiar condutas de autonomia e, portando, estimulando valores de independência, curiosidade e criatividade" Hernández M.D.; Rodríguez G. R. & Zamora A. L., 1998, p. 216).

Em síntese, Hernández; Rodríguez & Zamora (1998) revelam que os pais que, assumirem o seu papel, que possibilitem que os seus filhos tomem decisões, mas, estabelecendo limites e accionando responsabilidades das consequências das suas decisões, não só promovem valores de auto-direcção como valores pró-sociais e empáticos" (p. 216).

Nos diversos contextos há convergência ou divergência de valores?

Como já se referiu anteriormente a família é o contexto fundamental na socialização dos valores, contudo não é o único. Verificámos que, vários contextos participam no processo de socialização desde as idades mais novas até ao final da vida. Os filhos "passam grande parte da sua actividade quotidiana, na instituição escolar, os pais nas suas respectivas ocupações laborais, os avós na sua casa ou em contexto de ócio" (Hernández M.D.; Rodríguez G.R. & Zamora A.L., 1998, p. 211).

Kandel e Lesser (1972), Palmonari, Pombenu e Kirchler (1992), Palmonari et al., (1984) e García e Ramírez, (1995) constataram que ao nível dos valores, a família especializou-se em valores de desenvolvimento pessoal e relacional, a escola em valores de aumento de eficácia e os amigos em valores de lealdade e compromisso.

Quando os valores promovidos nos vários cenários são antagónicos entre si, qual deles terá maior significado para os filhos?

Román, (1995) defende que a família parece ter a primeira e mais importante representação do mundo social, logo os valores ali desenvolvidos servem de guia para a interacção social. No caso, dos valores familiares se encontrarem pouco enraizados e interiorizados, os valores dos outros cenários vão ganhar influência. Nestes casos, o acesso dos filhos à informação através de outras vias que não são as dos pais, favorece a perda de controle destes e portanto, o poder de influência sobre os filhos diminui.

Como se processa a Educação familiar e desenvolvimento de valores?

Hernández; rodríguez & zamora (1998) aludem que a família tem quatro bons argumentos que lhe conferem o estatuto de educadora privilegiada de valores. Primeiro, numa família predomina o carinho e as relações afectivas, e, neste sentido, o afecto é basicamente, o que inicia ou bloqueia a aquisição de um valor. Segundo, uma grande parte do tempo (quantitativo ou qualitativo) que se compartilha com os filhos está destinando de uma maneira mais ou menos consciente a inculcar, ou induzir valores. Terceiro, a família é o “único contexto que permanece constante (na maioria dos casos), como um apoio seguro ao longo da vida. E por último, a família encontra-se preocupada com o desenvolvimento integral dos seus elementos, pelo que deseja potenciar as suas habilidades para ganha-la” (p. 218).

De nada “serve transmitir valores se não aumentarmos a atenção da pessoa às mensagens. A tarefa dos pais é ganhar a atenção do seu filho e predispor-lo para a mensagem” (p. 218).

Bugental e Goodnow (1998) e Grusec e Goodnow (1994) estão convictos de que, uma das razões mais importantes do fracasso dos pais como educadores de valores, relaciona-se com a deficiente percepção dos filhos. Esta dificuldade pode ocorrer devido à inadequada emissão da mensagem ou devido ao receptor não se encontrar motivado para recebê-la. Os pais favorecem a tomada de consciência nos seus filhos se são capazes de oferecer uma mensagem clara, redundante e coerente. Mas também, quando esta mensagem conecta com as suas necessidades básicas e experiências prévias.

Hernández; Rodríguez & Zamora (1998) acrescentam que a “legitimidade do mensageiro dá-se quando o filho confere ao pai competência e autoridade para exercer o seu papel” (p. 218).

Hernández, Rodríguez e Zamora (1998) afirmam que na educação de valores é essencial a sua captação intelectual e sua interiorização, de modo, a se integrarem os hábitos de pensamento e a acção. Por conseguinte, para que os valores tenham alguma influência no comportamento, é necessário que sejam aceites realmente.

Alguns progenitores facilitam a auto-descoberta dos valores, facultando as bases aos seus filhos para que se situem, ajudando-os a decidir o caminho a eleger, mostram-lhes os perigos dos atalhos, mas estão dispostos a aceitar que, existem itinerários alternativos para chegar à mesma meta. Enquanto que, outros

progenitores não facilitam tanto a auto-descoberta dos valores. Neste caso, promovem discursos, conselhos, de modo a que, os "filhos não se sintam só muito identificados porque não vão participar no processo, nem estão emocionalmente implicados com o conteúdo" (p. 219).

Hernández; Rodríguez & Zamora (1998) referem que desenvolver sentimentos de auto-competência ajudam a interiorizar os valores. Por isso, os pais devem estimular os filhos a especificar cada valor no conjunto de atitudes e comportamentos concretos. Devem também os pais proporcionar-lhes a possibilidade de defenderem um determinado valor em situações em que este, pode gerar conflito com outros valores aparentemente contrapostos. Os valores de facto "desenvolvem-se tornam-se conscientes e utilizam-se como guia na tomada de decisão, quando se enfrenta um conflito. Neste sentido, possibilitar situações diversas donde pode obter a prova que o valor é fundamental para gerar um sistema de valores integrado e consciente, de que se faça uso na vida quotidiana" (p. 220).

Hernández, Rodríguez e Zamora (1998) acreditam que toda a família anseia que os valores edificados sirvam de guia aos seus filhos, quando for necessário nas diversas circunstâncias da vida constituindo por tal sinal, o contexto sócio-educativo de valores mais importantes.

Extebarria (1992) verificou que as práticas educativas adaptadas pelos pais podem facilitar ou dificultar a mudança de valores, bem como, a adopção de valores diferentes dos pais e que essas práticas educativas variam consoante o sexo.

2.1.3.2 No Contexto da Escola

García (1997) refere que, sem dúvida, muitos valores estão socialmente em crise, cada educador tem formada a sua própria escala individual de valores, que muito frequentemente, e dado o perfil da formação que tem recebido durante os seus estudos profissionais, não coincide com os planeamentos, que a sociedade aceita na prática; por outro lado, tampouco coincide com uma concepção relativista axiológica, que aceita, segundo os planeamentos postmodernistas, que todos os valores valem o mesmo (p. 401).

Segundo o mesmo autor, a concepção estrutural do valor, permite aceitar que a sociedade possa propor em diferentes momentos, diferentes questões prioritárias, que adquirem a sua transcendência numa determinada época e não noutra, tal como neste momento ocorre com os chamados temas transversais; do mesmo modo, permite assinalar esta concepção do valor, que todas as áreas de conhecimento tradicionais são portadoras de uns valores que merece a pena que sejam cultivados e que justificam que continue a sua inclusão no currículo (p. 401).

A instituição escolar vive, como outras tantas instituições, com perplexidade nas mudanças aceleradas que padece a sociedade. Nunca antes a função social da escola tinha sofrido uma crise tão importante, e nunca antes se transferia para esta instituição tantas responsabilidades" (Cela, J., 1998, p. 83). A educação é a via, para a saúde, para alertar sobre o consumidor, para a sexualidade, para a ecologia, para a paz, para as novas tecnologias ... são encargos dos quais se tem responsabilizado a escola

Lourenço (1996) afirma que o empenhamento sem limites a favor da educação das crianças e dos jovens para os valores, levanta alguma perplexidade quanto ao facto do tema da educação para os valores se ter tornado um pouco moda na escola portuguesa (p. 333).

A escala de valores assenta então numa forma lógica, estrutural, portanto cognitivo – afectiva.

Praia (1989) salienta que, a educação por valores é, pois, uma educação diferenciada e consubstancial com a tarefa socializadora. "Se tivéssemos de esboçá-la por uma hierarquia ontológico – axiológica, indiscutivelmente a Pessoa disputaria o lugar cimeiro" (p. 282).

Como pode a Escola proporcionar um comprometimento activo em favor dos Direitos do Homem e dos valores que eles encerram e reforçar nos jovens uma identidade com esses valores?

Os "direitos do homem devem impregnar-se na vivência escolar e, mais do que isso, devem ser contemplados nos programas como conteúdo ensinável" (p. 282).

Como recurso pedagógico ao serviço da educação em valores, é possível que a educação esteja enraizada no mundo de valores, contravalores e disvalores que nos envolve. "Mas um bom método, para aprender a apreciar os valores e para aprender a navegar na sociedade da informação e das tecnologias em que vivemos. Por isso, se afirmava que o professor estava em condições de mediar os conflitos que surgissem" (Martínez, M., 1998, p 93). Tal como refere Kohlberg (1981), o professor, como elemento central, deverá assumir o papel de educador moral, seja qual for a disciplina que leccione. O professor deve, igualmente, estimular a discussão sobre valores, para que eles sejam correctamente explicitados e adquiridos.

Procura este "modelo optar por um modo de educar os valores que, em si mesmo gera uma prática atravessada por os mesmos valores que pretendemos que sejam aprendidos" (p 95).

Martínez, (1995); Buxarraís, Martínez, Puig e Trilla, (1995) citados por Martínez (1998) sustentam que seja proposto um modelo baseado na construção racional e autónoma de valores em situações de interacção social. "Esta forma de educação em valores éticos que propomos não aborda em primeira instância a transmissão de tais valores sem a aprendizagem e a promoção das diferentes capacidades e dimensões da personalidade moral dos educandos" (p. 96).

Martínez (1998) advoga que, educar em valores hoje não é só uma questão de princípios, de vocação ou de necessidade pedagógica. É também um espaço de formação e promoção do professor como profissional e, portanto, susceptível de aprendizagem (p. 96).

2.1.3.3 Outros Contextos

O jovem é exposto actualmente a uma variedade de fontes de socialização, por vezes contraditórias, a família, a escola, o grupo de pares, os mass-media, etc. – com valores e ideias muitas vezes diversas, factores que contribuem para que se sinta em conflito face a diversas situações que o obrigam a um complexo processo decisional (Coleman, 1992).

A emancipação por parte dos jovens da influência dos pais e a centração progressiva no grupo de amigos leva também a uma maior conformidade dos valores transmitidos pelos pares, mas de facto, não implica necessariamente conflitos de valores com os progenitores. De acordo com Coleman (1983), o jovem parece escolher o grupo de pares também em função dos valores que estão de acordo com os da família. Este facto pode pôr em causa a afirmação de que o grupo de pares origina conflitos entre o jovem e os pais (Coleman, J. C. & Hendy, L., 1990).

Santos (1998) defende que, ninguém adquire valores através da educação, porque o Estado é demasiado abstracto e abrangente para poder transmitir valores que respeitem a diversidade, mas também não são os pais os responsáveis, já que estes pertencem a uma geração que já não tem pontos de contacto com os mais novos. Segundo este autor, a transmissão de valores é exercida pelos amigos e colegas (grupo de pares), competindo a cada jovem saber optar por este ou aquele valor.

Nas diversas formas de transmitir os valores, Abreu (1998) realça os contos tradicionais, uma vez que, em cada história havia uma mensagem latente (uma espécie de moral da história) relevante para o incremento afectivo das crianças, de modo a entenderem algumas noções (ou valores) como: a lealdade, a solidariedade, a benevolência, a coragem, a valentia e a distinção entre o bem e o mal – quem faz bem é recompensado, ao contrário de quem faz mal.

Outros meios, influem também nos valores, os livros, os jornais e as revistas.

Durante o Estado Novo, alguns livros tinham instituidamente uma grande importância para as mulheres. Elas tinham um acesso livre, a livros do género: “A Mulher na Sala e na Cozinha”, “A Perfeita Dona de Casa”, “Escola de Noivas”, “O Livro das Noivas”, “Noiva, Esposa e Mãe”, “Lições de Culinária”, “Enciclopédia da Agulha” e “O Mestre Cozinheiro”. Todos estes livros ilustram bem qual o papel que a sociedade esperava que as mulheres desempenhassem. Santos (s/d) descreve no seu livro “defendendo o seu lar contra o desânimo e aquela sensação de desconforto que se sente num lar onde entrou o desleixo ou a indiferença – creia, leitora que estará defendendo a sua felicidade. Aprenda a poupar na medida do possível, prescindindo de certas futilidades absolutamente supérfluas” (p. 10) e a “mulher deve arranjar-se para a chegada do marido porque vem do trabalho, deve estar alegre e bem disposta, não aborrecendo o marido, que vem cansado do trabalho” (p. 12). No aniversário do marido, “sabemos que a leitora quer homenagear o seu marido no dia em que faz anos. É natural

que tenha escolhido a prenda de aniversário (...) o seu cuidado e esmero na preparação de uma refeição escolhida, não deixarão de merecer a gratidão do seu esposo" (p. 40). No aniversário da mulher, "fazer anos ... eis aqui o facto inevitável, ditado pela lei inexorável do tempo que não pára. Porém, precisamente por ser assim a vida, que nos resta senão aceitarmos resignadamente a realidade (...) Nunca a vida será tão má que não encerre alguns motivos bons para a vivermos e sentirmos a satisfação de ter aproveitado dela mais um ano!" (p. 41). A mulher aparece aqui, no seu papel de doméstica, promovendo a garantia de paz e de harmonia, enquanto os homens asseguravam a sobrevivência da família, trabalhando fora de casa (Gonçalves de Sousa, 1993).

Actualmente as Revistas "Cor-de-rosa" por exemplo, – onde as pessoas são todas lindas, medidas perfeitas, divertidas, extremamente activas, sempre em festa, saudáveis, grande autonomia, com toda a liberdade, com elevado poder económico, em permanentes férias – enfim sem quaisquer dificuldades e ter imenso do que quer que seja. Pintam a realidade de uma forma suave, e esta nem sempre é cor-de-rosa.

É um facto que os media formam, possuem essa faceta de agentes que constróem, enunciam e representam mitos, ideias, projectos, ideologias, valores, num registo que seduz e cativa, que enreda e envolve. Os media (in)formam mais pela duração do que pelo instante, mais pela repetição do que pelo episódio solto (Pinto, M., 1997). Mas, por outro lado, os media adquirem um papel tanto mais importante quanto mais apagado for o papel assumido por outras instituições formativas, quanto mais diluídas forem as relações sociais directas e significativas, quanto menos gratificante for o ambiente imediato - familiar, habitacional, escolar, comunitário (Livingstone, S. et al., 1999).

As crianças (e alguns adultos) à medida que vão contactando com a televisão, vão interiorizando modelos de comportamento e mesmo valores que tendem a imitar. Podem tornar-se mais agressivos e/ou desenvolver atitudes e valores favoráveis ao uso da agressão para resolver conflitos, copiando os comportamentos das personagens. Ou seja, os valores morais da Televisão são veiculados pelas personagens. Os espectáculos violentos não afectam apenas o seu comportamento, mas também as suas crenças e valores. Por exemplo, em geral, as crianças que vêem muita Televisão temem mais a violência do mundo real. Em contrapartida, outras ficam insensíveis a essa violência; choca-as menos e reagem a ela com menor intensidade (Pinto, M., 1997).

De acordo com Santos (2001) as televisões, educam quem as ouve e quem as vê. Será que os pais sabem quem está a educar os seus filhos, na sua própria casa?; Concordaram eles com os valores que estão a ser propostos na televisão?; Quererão eles que os seus filhos se comportem como aqueles personagens (de desenhos animados ou outros). Segundo o mesmo autor, educar é um direito, e dever, da família, não pode ser delegado-lo em outros. Cabe às famílias interrogarem-se se são estas as companhias que pretendem para os seus filhos. Se vão continuar a abrir a porta de casa a estes personagens? Os anunciantes e os patrocinadores têm com objectivo vender. Vender coisas, imagens e ideias. Logo é necessário que haja silêncio, para se atingir

a felicidade. Basta para tal um champô da marca X; umas calças ou um carro igual ao do anúncio, são sinónimo de sucesso. Não tem dinheiro? Não faz mal, vai ao concurso Y e ganha, sem esforço.

Se os mais jovens, que estão na idade de arriscar e experimentar, caírem na asneira de acreditar, o que acontece? Se os mais velhos se comportam como se acreditassem nisto, de que servem os "bons conselhos"?

O cinema também se mostrou um veículo capaz de transmitir valores, através de alguns filmes, nomeadamente os filmes clássicos portugueses (por exemplo: o "Pai Tirano"), dos anos 40, que num modelo humorista, transmitia os valores defendidos pelo Estado Novo (os valores nacionalistas): obediência dos mais novos aos mais velhos, o papel de dona de casa da mulher, o papel patriarcal do homem, a família com todo o seu peso institucional, escolaridade era mais indicada para os homens, a pacificidade do povo, valorização do trabalho, o consumo desmedido de vinho (até porque o vinho dava comida a 10 milhões de Portugueses) (Gonçalves de Sousa, 1993).

Neste mesmo regime Salazarista e na mesma altura, foram concebidas outras formas de transmissão de valores, pois "embora os jovens fossem considerados um campo de investimento político, sempre os esforços se concentraram na sua socialização, de forma ideologizada e estadualizada, para melhor os enquadrar" (Machado Pais, 1996, p. 197). Assistimos assim, em 1936 à criação da Mocidade Portuguesa, cujo objectivo era transmitir aos jovens "os valores de amor à Pátria, ao Império, à Família e a Salazar" (Machado Pais, 1996, p. 197).

Marques (1998), revela a sua preocupação ao considerar que actualmente assistimos a grandes mudanças no que respeita aos processos de transmissão de valores. A família tem vindo a perder influencia enquanto sistema de socialização e transmissão de valores, sendo progressivamente substituída pelas media como é o caso dos CD-Rom e da Internet. Machado Pais (1998) revela-se mais optimista, pois, segundo o autor, não está em causa uma substituição mas sim uma partilha. Os jovens são hoje uma referência para os mais velhos, transmitindo-lhes os gostos juvenis, na área da informática, da música, do vídeo e do DVD. Este intercâmbio, esbate a possibilidade de existência de conflito intergeracional.

2.1.4 Os Valores e as Gerações

Diversos autores nomeadamente Inglehart (1990, 1999) e Fernandes (1994) defendem que o Mundo contemporâneo é cenário de rápidas e profundas transformações que atingem os domínios da economia, da ciência, da tecnologia, com a possibilidade de utilização de novos recursos, com implicações drásticas ao nível do trabalho, da família, das relações sociais, religiosas e políticas e ao nível das representações, dos valores, das normas e ideologias, com uma dimensão cada vez mais global. De acordo com Fernandes (1994) “o processo crescente de globalização planetária retira às sociedades e às pequenas comunidades o seu carácter de autonomia. A sociedade torna-se progressivamente um espaço aberto, e as estruturas e as representações sociais, permeáveis por osmose às mudanças, adquirem um grau maior de variabilidade. As dinâmicas familiares são, de facto, função de transformações mais amplas que ocorrem na sociedade global” (p. 1150).

Fernandes (1994) considera que vivemos na era dos embriões congelados, da fecundação *in vitro*, da clonagem, das mães de aluguer, da comercialização do corpo humano e dos seus órgãos, da alteração do património genético e da transexualidade. “A mudança das características dos seres humanos e a sua manipulação revolucionam os conceitos tradicionais da vida familiar” (p. 1151).

A sociedade Portuguesa acompanha esta tendência das sociedades ocidentais, pela influência designadamente das mudanças estruturais ocorridas, com repercussões profundas nesta sociedade (Barreto, A., 1995, 1997, 2000; Ulrich, 1991).

Como defende Sanz (1997) os valores constituem um dos “temas transcendentais que hoje em dia preocupa os pais, educadores e políticos” (p. 117). A questão dos valores é, hoje em dia, uma questão crucial. Vive-se uma época de grande mutação social, que está a provocar a ruptura das tradições morais. a insegurança nas questões acerca de valores, normas, metas e o aumento dos conflitos sociais (Brezlnka, 1992). Segundo Toffler (1970 citado em Brezlnka, 1992) a crise que se está a viver actualmente encontra-se relacionada, por um lado, com a sobre-estimulação a que o indivíduo está sujeito e por outro lado, com a possibilidade que este tem em escolher entre múltiplos comportamentos, modos de pensar, de agir, etc. De acordo com este autor, é a multiplicidade de informações e de alternativas que está a contribuir para a debilidade da formação e para alienação do indivíduo. Toffler defende que, para fazer frente a estes aspectos da sociedade actual (aspectos esses que têm uma maior expressão nos jovens) é essencial ajudá-los a determinar e a clarificar os seus valores e ainda, a solucionar possíveis conflitos que existam no seu sistema de valores.

Diversos estudos e reflexões têm sido realizados em diversos países e em Portugal, acerca dos valores da população geral, dos jovens e dos valores intergeracionais.

Machado Pais (1996) salientou que a organização oficial de leigos, lançou na década 50, um importante e pioneiro Inquérito à Juventude Universitária.

Os anos 60, foram magníficos, no que respeita à movimentação juvenil, como a célebre contestação de “Maio de 68”, em muitos países e Portugal não fugiu à regra.

Os “movimentos estudantis surgidos em Portugal na década de 60 ter-se-ão organizado indirectamente contra as gerações mais velhas e directamente contra um poder e um regime político que não facilitava a participação dos jovens a nível institucional” (Machado Pais, 1996, p. 198).

Fleming (1993) apurou que, a partir dos anos 60, avolumaram-se o número de investigações sobre os jovens, através dos quais se enfatizou o conflito de gerações, e a adolescência passou a ser concebida enquanto rebelião, rejeição dos pais e dos seus valores, tese que viria a obter mais tarde pouca comprovação empírica.

Segundo Machado Pais (1990, 1996) sob a direcção de Sedas Nunes, surgem na década 60, algumas investigações sobre a juventude portuguesa, especialmente a universitária: um novo inquérito sobre a situação e Opinião dos Universitários; um conjunto de estudos realizados no âmbito do Gabinete de Investigações Sociais sobre a Universidade na Vida Portuguesa; e um conjunto importante de reflexões teóricas sobre a problemática das gerações na sociedade moderna.

A Igreja Católica, decidiu estudar os estudantes universitários, e elaborou um Inquérito à Juventude Universitária Católica (JUC), devido ao enquadramento da juventude da época.

Figueiredo e Ferreira da Silva (1992) referem que os resultados do inquérito da JUC de 1964, demonstraram que 80% dos jovens consideravam-se “pessoas religiosas”. Fundamentalmente procuravam na religião, uma “forma de amar e servir a deus” (30.8%), a “satisfação de uma necessidade própria de todos os jovens” (24%) e a “salvação da alma” (21%). No campo da sexualidade, os jovens consideravam as relações sexuais pré-matrimoniais nas raparigas, “repreensíveis” (53.4%) e “perigosas” (26.5%) e no caso dos rapazes, por vezes “úteis” (32.2%) ou “repreensíveis” (28.3%). Em relação ao casamento, verificaram que, estes jovens escolheram como primeiro fim do casamento a “realização entre os cônjuges” (43.5%), seguido da “procriação e educação dos filhos” (22.7%) e do “auxílio mútuo entre os esposos” (11.1%). No que diz respeito ao divórcio, note-se que quase metade dos jovens concordava com o divórcio (49%) e que quase outra metade discordava (48%), os jovens justificavam o divórcio com base na “liberdade humana”, embora, apenas 3.5% dos jovens defendessem essa posição (JUC, 1967). Relativamente ao trabalho da mulher, observou-se que uma grande parte dos jovens universitários (46.5%) achava que a “mulher casada só se deve empregar se conseguir arranjar um horário de trabalho compatível com as exigências da vida familiar” e 36.5% defenderam o trabalho da mulher casada, apenas em casos de extrema necessidade (JUC, 1967). No que diz respeito à limitação da natalidade, verificou-se que, a maioria, julga ser uma prática lícita mas só em circunstâncias com alguma gravidade (40,8%), outros defendem que é uma “prática lícita desde que os cônjuges estejam de acordo” (30%) ou uma tradução de um egoísmo social (18.6%). A maioria dos jovens universitários (40%) elegeu quatro como o número ideal de

filhos que gostariam de ter. No âmbito da educação dos filhos, consideraram que até aos três anos as crianças devem ficar com a família (Figueiredo, & Ferreira da Silva 1992).

Na opinião de Figueiredo (2001) o Inquérito Geral à Universidade dos anos 60 (da JUC), revestiu-se pelos condicionalismos da época, de grandes limitações. Os "valores estudados diziam sobretudo respeito à família e à religião, sendo difícil, à época, estudar outros valores sobretudo suspeitando-se de uma eventual ligação com o mundo da política" (p. 23). No entanto, o mesmo autor lembra que, "o inquérito da JUC foi efectuado em 1964, dois anos após a mais envolvente Crise Académica do Século XX. Quando ainda frequentavam a Universidade uma grande maioria dos estudantes que a viveram. Crise que ainda foi prosseguida por algumas «réplicas» nos anos 63, 64 e 65 tendo mais tarde surgido uma nova crise de contornos mais políticos em 1969" (p. 23). A contestação dos estudantes universitários foi suscitada pela "intervenção intempestiva da polícia na Cidade Universitária de Lisboa, no dia 24 de Março de 1962, para impedir que se realizasse uma iniciativa nacional dos estudantes, o Dia do Estudante, com debates, iniciativas culturais" (p. 23) e desportivas. Figueiredo refere que "são os jovens que numa grande maioria tinham estado envolvidos nestas lutas, que vão responder aos Inquérito da Juventude Universitária Católica em 1964" (p. 24).

No início dos anos 60, a "guerra colonial em Angola que rapidamente se estendeu a Guiné e a Moçambique com a expectativa de forte mobilização dos jovens universitários o que gerou um compreensível mal-estar no meio estudantil. A tentativa revolucionária de assalto ao Quartel de Beja e o golpe frustrado de Botelho Moniz em 1961 revelavam um espectro de mal estar que ia de uma esquerda revolucionária a sectores afectos ao regime fascista" (p. 24). O início desta década ainda marcado, pela "emigração clandestina de centenas de milhares de Portugueses para a Europa. O descontentamento deixa de ser suburbano e proletário, para ser nacional" (p. 25). Apesar de toda esta agitação, "o isolamento do país em relação ao espaço cultural europeu e dos portugueses entre si pela acção da censura impedia a comunicação de ideias e o aparecimento de uma opinião pública informada. O que se traduzirá no conservadorismo das respostas ao referido Inquérito da JUC dos filhos dos meios mais bem informados, as classes médias e altas, os que frequentavam a universidade portuguesa. Torna-se incompreensível, se não temos plena consciência destes condicionalismos" (p. 25).

A década de 70, segundo Machado Pais (1996), configurou-se particularmente difícil para os jovens portugueses que começaram a sentir a ameaça do desemprego e a falta de perspectivas profissionais, "justamente numa época em que poderiam esperar muito mais do recém instaurado regime democrático" (p. 199).

Na opinião de Braga da Cruz (1985) e Braga da Cruz, Seruya, Reis e Schmidt (1984) o 25 de Abril esteve fortemente associado à juventude dos anos 70 e o processo revolucionário consequente teve um cunho vincadamente juvenil. Os jovens tiveram um papel central no desencadear da revolução, ao contribuírem para o "agravamento das contradições do anterior regime, quer com a contestação estudantil à guerra de África, quer

com a contestação ao sistema corporativo através de acções sindicais e políticas" (Braga da Cruz, 1985, p. 1068). A divergência entre a juventude e o regime vigente era patente nos últimos anos da sua existência, na preocupação demonstrada pelos seus dirigentes.

Não admira, portanto, que os "jovens tivessem tido particular protagonismo social e político na revolução de 1974-75, aponto de ela ser considerada, sob certos aspectos, como uma revolução de jovens. Não só porque o derrube do anterior regime foi operacionalmente levado a cabo por "jovens capitães", isto é, pelas mais jovens patentes do corpo de oficiais, mas também porque uma particular palavra e responsabilidade foram dadas a muitos jovens no campo cultural, social e político" (Braga da Cruz, M., 1985, p. 1068).

O estudo qualitativo de Keniston (1972), com jovens aderentes ao movimento "Vietname Summer", revela que esses jovens não estão divididos nem afastados dos valores ideológicos e sociais dos seus pais. Efectivamente a noção de uma divergência de atitudes e formas de pensar entre adolescentes e pais, serviu durante muito tempo a ideia, que o envolvimento cada vez maior com o grupo de pares, conduzia a uma recusa dos valores dos pais. Os resultados do estudo empírico realizado no final da década de 80, por Figueiredo (1988), cujo objectivo foi analisar os valores dos jovens em confronto com os valores dos progenitores, bem como também os resultados de Vala (1986), não estão em total consonância com os resultados acabados de apresentar.

Rokeach (1973) considera que os valores existem em número limitado, de tal modo, que é possível identificá-los e medi-los. Considera ainda, que todos os indivíduos possuem os mesmos valores, embora estes possam ocupar diferentes posições hierárquicas. Com base nestes pressupostos, identificou 36 valores e elaborou um instrumento denominado "Escala de Valores de Rokeach". Esta escala é constituída, deste modo, por 36 itens, distribuídos por dois grupos de 18 - um dos grupos dizendo respeito aos valores instrumentais, como por exemplo, "ser corajoso", "ser honesto", "ser educado", e outro dizendo respeito aos valores finais, como por exemplo, "igualdade", "liberdade", "auto-respeito".

Beech e Schoeppe (1974) desenvolveram um estudo longitudinal com rapazes e raparigas aos 11, 13, 15 e 17 anos, no qual utilizaram a escala de valores de Rokeach. Em todas as idades foram escolhidos como prioritários, os valores: a "paz", a "liberdade", a "segurança familiar" e a "igualdade", estes valores foram considerados por que Rokeach (1973) valores finais. Os valores instrumentais: o "ser honesto" e o "ser afectuoso" traduziram os comportamentos mais desejados pelos adolescentes na relação com os outros. O "ser honesto" é ser sincero e verdadeiro que é afinal a base do tipo de relacionamento pretendido na adolescência. O "ser afectuoso" é ser tratado de uma forma terna e carinhosa. E a afectividade tem um papel primordial nesta etapa de vida. Na opinião dos autores, a grande importância dada pelos adolescentes a estes comportamentos poderá estar relacionada com a necessidade de se estabelecerem novas relações sociais, que é uma das principais tarefas de desenvolvimento da adolescência. Com a idade, verificou-se um aumento na importância

dos valores instrumentais relacionados com um sentido de aperfeiçoamento e de competência, em detrimento da valorização do conformismo às convenções sociais e à autoridade. Deste modo, "ser ambicioso", "ter um espírito aberto", "ser responsável" são considerados mais importantes para os adolescentes mais velhos de ambos os sexos, decrescendo a importância do "ser obediente", do "ser prestável" e do "ser educado", aspectos mais valorizados pelos mais novos. Na perspectiva de Beech e Schoeppe (1974) isto reflecte uma progressiva rejeição de regras da infância, coerente com o movimento da dependência infantil para a autonomia adolescente. De referir também dois valores finais, cuja importância para os dois sexos decresce com o aumento da idade, e que são «um mundo de beleza» e «verdadeira amizade». De acordo com os autores, isto "poderá estar relacionado com «um crescente sentido da realidade» e «compreensão de outros objectivos» e com um movimento de diminuição da importância do grupo de pares" que ocorre nos adolescentes mais velhos" (p. 655).

Na opinião de Machado Pais (1996) até os anos 80, a juventude portuguesa, não tinha sido "tão questionada, tão debatida, tão sondada" (p. 201). Em consequência do pouco conhecimento existente acerca da realidade juvenil, justificou de certo modo, a "adopção de metodologias que melhor proporcionassem um desbravar da realidade, da qual, repita-se, pouco ou nada se conhecia. Essas metodologias foram as sondagens de opinião que serviram de base ao lançamento desses inquéritos" (p. 201).

Em Portugal, as escalas de Rokeach têm sido utilizadas desde 1980 em "populações militares e universitárias, encontrando-se os resultados, na sua maioria, inéditos. Deve-se todavia à experiência anteriormente obtida na aplicação destas escalas a populações portuguesas a sua inclusão no presente inquérito" (Correia Jesuino, J., 1983, p. 122).

Em 1982, tinha sido lançado, também a nível nacional, pelo Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ), um outro inquérito sobre os comportamentos, aspirações, desejos e expectativas dos jovens portugueses (Machado Pais, 1996).

O Inquérito do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED), realizado em 1983, à escala nacional, foi uma iniciativa fundamental e com resultados interessantes em áreas como a família, o ensino e a escola, a inserção e a participação social dos jovens, as representações sociais, ou os comportamentos e as atitudes face à sexualidade.

França (1985) refere que o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED) realizou, em Março/Abril de 1983, um inquérito à juventude portuguesa. Constituído por jovens dos 15 aos 24 anos, residentes em Portugal continental e habitando localidades de mais de 100 habitantes. O motivo primordial desta investigação foi determinar os valores e as atitudes dos jovens da presente geração. Foram seleccionadas cinco áreas: a família, a sexualidade, a inserção social, a escola e as representações sociais. Abrangendo estas cinco áreas de estudo, o questionário compreendeu 71 perguntas, para além de perguntas relativas à caracterização sócio-demográfica dos inquiridos. Um dos "dados de caracterização do jovem foi aquele que permitiu situá-lo em

relação à religião em geral. O cruzamento das respostas a essa pergunta com os outros dados de caracterização global vai ser apresentado neste texto. Outros estudos, também aqui publicados, terão em conta, se não todas, pelo menos algumas das cinco áreas previamente retidas pelos investigadores, que desde o início acompanham este projecto do «Inquérito IED à Juventude» (p. 247).

No Inquérito do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED), os dados foram analisados por Correia Jesuíno (1983) e posteriormente por Vala (1985).

Correia Jesuíno (1983) refere que a versão da escala de Rokeach utilizada no "Inquérito IED", difere ligeiramente da versão habitualmente utilizada. Devido à introdução de "mais três valores na escala original de dezoito valores, o que elevou o seu número para vinte e um. Os novos valores introduzidos foram: a luta pela justiça, a solidariedade e a vida com sentido" (p. 122). Neste estudo foi utilizado apenas a escala de valores finais e não a escala de valores instrumentais, de modo a reduzir o número de questões do extenso "Inquérito IED". Este autor verificou que, os jovens manifestavam uma maior tendência para os valores pessoais do que os valores sociais. O que traduz nos "estratos menos diferenciados uma maior preferência pelo bem-estar-pessoal e nos estratos mais diferenciados traduz uma orientação mais acentuada tanto para a integração social como para a edificação da personalidade. Tais resultados constituem, de certo modo, uma confirmação da constância e predominância do individualismo como traço cultural Português detectável a partir de diferentes abordagens" (p. 132). Correia Jesuíno (1983) concluiu que, apesar de algumas diferenças pontuais, há uma convergência dos resultados em 1983, independentemente do procedimento adoptado, tanto na amostra universitária, como na amostra do secundário. "Maiores diferenças se registam relativamente à amostra de 1980, sugerindo uma possível evolução nos sistemas de valores da juventude portuguesa, possivelmente ainda mais acentuada se dispuséssemos de dados anteriores a 1980" (p. 135). Em 1983, foram predominantes as orientações pessoais em relação às sociais e a emergência de uma preferência mais vincada para o "bem-estar pessoal" para o hedonismo. A "felicidade" é o valor que tem mais peso em todas as categorias sócio-demográficas "parece constituir uma indicação segura de ser o valor actualmente privilegiado pela juventude quaisquer que sejam as habilitações, as opções políticas e religiosas" (p. 135). Convergente com esta interpretação é a evolução que pode verificar-se no "valor igualdade". De acordo com Rokeach "seria possível discriminar entre as diferentes grandes opções ideológicas em função da importância relativa atribuída aos valores "igualdade" e "liberdade" (Correia Jesuíno, J., 1983, p. 135). Segundo este autor, observou-se uma menor importância atribuída em 1983 relativamente a 1980, ao valor igualdade, o que pode indiciar um recuo na orientação socializante da Juventude actual, mais sensível ainda nos estratos mais escolarizados. Os valores "segurança nacional", "mundo de beleza" e "salvação da alma", continuam a ser os menos preferidos. Comparando os jovens portugueses com jovens americanos, os jovens americanos "atribuem maior importância relativa ao "mundo de paz", à "igualdade" e à "sabedoria" e menor importância à "felicidade" e à "dignidade", orientações estas que se invertem todavia com a

passagem pela universidade e com a entrada no universo adulto” (p. 137). Como hipótese, a Juventude Portuguesa estaria “assim mais próxima dum padrão adulto, porventura prematuramente, e daí a menor generosidade, a menor orientação para os valores sociais, que parece caracterizar o sistema de valores emergente” (p. 137).

Esta hipótese adquire, no entanto, maior densidade comparando os resultados obtidos na escala de Rokeach com as “orientações expressas nos restantes tópicos do questionário sobre política, religião moral, família e relações inter-pessoais, e onde a tónica dominante parece apontar mais para o tradicionalismo do que para a renovação. A confirmar-se um tal resultado, ele estaria em desacordo com as conclusões obtidas num inquérito recente efectuado em nove países europeus (Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Irlanda, Holanda e R.F.A.), segundo as quais, a juventude se revela sempre muito mais extrema, radical e inconformista” (Stoetzel, 1983, citado por Correia Jesuíno, J., 1983, p. 137).

Vala (1986) iniciou a sua análise dos resultados do Inquérito do IED, tecendo considerações a propósito da Escala de Valores Finais de Rokeach. Segundo este autor, esta escala tem a vantagem de ser um instrumento validado e utilizado, em vários países, o que permitiu também uma comparação entre os valores dos jovens portugueses e de jovens de outros países. Vala (1986) constatou assim que, os jovens portugueses valorizam: a “felicidade” (satisfação), a “dignidade” (respeito por si próprio), um “mundo de paz” (sem guerras, nem conflitos), a “liberdade” (independência, liberdade de escolha) e “gozar a vida” (vida agradável e despreocupada). Por sua vez, os valores que ocupam os últimos lugares na hierarquia de valores dos jovens são: a “salvação da alma” (vida eterna), a “segurança nacional” (protecção contra os ataques externos), o “prestígio social” (admiração, reconhecimento) e o “mundo de beleza” (beleza natural e estética)” (p. 13). Os valores referidos podem ser, agrupados em valores: de dimensão mais pessoal (felicidade, dignidade liberdade, gozar a vida); de dimensão mais relacional (verdadeira amizade, verdadeiro amor, segurança familiar); e de dimensão claramente social (paz, igualdade, segurança nacional, a beleza, etc.). Vala (1986) propôs ainda, uma “categorização dos valores de dimensão pessoal em valores hedonistas, relativos à satisfação ou expressão imediata dos sentimentos ou necessidades (ex.: felicidade, gozar a vida, vida confortável); e em valores ligados ao desenvolvimento, expressão e afirmação do eu (dignidade, vida apaixonante, sentido de realização, vida com sentido, etc.)” (p. 15). A especificidade do valor Salvação da Alma leva-nos a não incluir em nenhuma destas categorias. Numa perspectiva qualitativa, estes resultados indiciam que os rapazes conferem mais peso aos “valores sociais (o Prestígio Social, a Liberdade, Gozar a Vida, a Igualdade e a Luta pela Justiça) do que as raparigas, enquanto que estas conferem mais peso aos valores relacionais (a Felicidade, o Mundo de Paz, o Verdadeiro Amor, a Verdadeira Amizade e a Segurança Familiar) do que os rapazes. Quanto aos valores pessoais expressivos, os rapazes atribuem mais importância à Liberdade e ao Prestígio Social do que as raparigas” (Vala, J., 1986, p. 18). Em síntese, Vala (1986) refere que, os jovens dão mais importância aos

valores pessoais “associados à satisfação e à gratificação imediatas, aos quais se seguem os valores afiliativos ou relacionais, depois os valores relativos à realização pessoal e finalmente os valores sociais” (p. 70). Este autor chegou mesmo a assinalar a eventual emergência de um neo-individualismo.

Figueiredo (1985b, 1988) realizou um estudo transgeracional, através do qual pretendia analisar as diferenças na hierarquização dos valores em duas gerações distintas. Este autor, aplicou a Escala de Valores de Rokeach a uma amostra de estudantes universitários do Concelho de Matosinhos e aos respectivos progenitores. Na análise dos valores finais, Figueiredo (1988) recorreu à classificação de Vela (1986), tendo verificado que ambos os grupos escolheram, respectivamente, em primeiro e terceiro lugares, os valores “dignidade” e “felicidade”, ou seja, valores relacionados com o amor-próprio. Contudo, o grupo dos filhos escolheram em segundo lugar, o valor “harmonia interior”, com uma dimensão marcadamente mais pessoal e o grupo dos pais o valor “segurança familiar” e “igualdade” com uma dimensão mais relacional. Os jovens portugueses relevam também para primeiro plano o valor “liberdade” secundarizando o valor “igualdade”, enquanto para os pais, estes dois valores parecem estar muito próximos e colocam em primeiro lugar o valor “igualdade”. A nível dos valores instrumentais, verificou, que os jovens escalonaram prioritariamente os valores “honesto”, “responsável”, e “afectuoso” e os pais defenderam em primeiro lugar “honesto”, em segundo “afectuoso” e em terceiro “responsável”. Assim, aparentemente, os valores escolhidos pelos estudantes e respectivos pais parecem ser consensuais. Contudo, numa análise do total dos resultados, Figueiredo (1988) demonstrou que, a nível dos valores finais, os jovens veicularam prioritariamente valores com uma dimensão marcadamente pessoal e, de seguida, valores com uma dimensão mais relacionais, enquanto que os pais veicularam prioritariamente valores sociais. Também em relação à globalidade dos valores instrumentais, Figueiredo (1988) verificou que, os jovens escalonaram prioritariamente valores de auto-afirmação e que dizem respeito à relação do indivíduo com o próprio e que os pais veicularam principalmente valores que apelam, pelo menos implicitamente, à relação com o outro e valores morais que aparentemente apelam à subordinação ao outro.

Os trabalhos de Schwartz (1992) permitiram alargar a tradição imposta por Rokeach. Schwartz procurou avaliar a universalidade do seu modelo, analisando os dados recolhidos em 40 países diferentes, que correspondem a culturas provenientes de todos os continentes, com oito religiões diferentes e que representam 13 línguas distintas. Este autor considerou, que “os aspectos universais da condição social humana conduzem a consequências psicológicas, práticas e sociais transculturais. Estas consequências dão, por sua vez, origem à experiência quase universal de conflitos e compatibilidades no sistema de valores” (p. 47). De facto, verificou que se mantinham, para quase todas as amostras, as compatibilidades e conflitos entre os valores e domínios motivacionais. Assim, concluiu que existia uma estrutura quase universal nos valores, se bem que alertando para os perigos de generalização, uma vez que não tinham sido estudadas todas as culturas.

Menezes e Campos (1991) referem que Schwartz (1987) elaborou um Questionário de Valores composto por 56 itens representativos dos dez tipos motivacionais, separados em duas listas de valores finais e instrumentais (com 30 e 26 valores, respectivamente). Em cada item, além da apresentação do valor (ex.: item 8: "ordem social") é também dada aos sujeitos uma definição que os esclareça sobre o seu significado (ex., "estabilidade social"). O sujeito deve posicionar-se face a cada valor de acordo com o grau de importância que lhe atribui como princípio orientador da sua vida, usando uma escala de (-1), oposto aos seus valores, a (7), de suprema importância" (p. 132). Relativamente à clássica Escala de Valores de Rokeach (1973), este questionário não só inclui valores provenientes de culturas não ocidentais como permite a cotação de cada item numa escala, com duas incontestáveis vantagens - metodológica e conceptual (permite que os sujeitos identifiquem valores que se oponham aos princípios orientadores da sua vida). Este novo questionário de Schwartz tenta ultrapassar as críticas anteriormente colocadas relativas à amostragem demasiado ocidental e à impossibilidade de se efectuar comparações inter-individuais.

De acordo com Menezes e Campos (1991) este estudo pretendia avaliar a validade empírica do modelo de Schwartz e Bilsky (1987; 1990) junto de amostras portuguesas e considerar possíveis diferenças de estrutura, conteúdo, significado e importância dos valores em três grupos com características desenvolvimentais diferentes: adolescentes, jovens e adultos. Saliente-se, no entanto, "que em estudos transversais não é possível discriminar os efeitos da idade e da geração; serão feitas interpretações em termos desenvolvimentais mas com a consciência desta limitação" (p. 143).

As três amostras divergem em relação ao posicionamento do valor "liberdade": no "tipo auto-direccionamento para os estudantes do ensino secundário, no universalismo para os estudantes universitários e na fronteira entre auto-direccionamento e universalismo nos professores" (Menezes, I. & Campos, B. P., 1991, p. 144). Schwartz (1990) afirma perentoriamente que este valor expressa interesses individuais. Figueiredo (1988) questiona este conceito de liberdade: "será a liberdade um valor ligado ao amor-próprio ou um valor social que implica a liberdade dos e para os outros?" (p.8). Esta opinião é também partilhada por Bettencourt e Brederode Santos (1981) que incluem a liberdade nos valores supra-sociais abstractos. No entanto, é inteligível que, no período da adolescência, em que o "indivíduo trabalha activamente questões de autonomia e separação, a liberdade tenha um significado eminentemente pessoal. Mas, tem mais legitimidade, em nossa opinião, esperar um deslocamento do seu significado para uma orientação mais transpessoal" (Menezes, I. & Campos, B. P., 1991, p. 145).

Segundo os autores anteriormente citados, os estudantes do ensino secundário colocam no topo da hierarquia a "amizade verdadeira", o que pode indiciar uma maior orientação para os pares durante a adolescência. Esta hierarquia opõe-se aos outros grupos os quais destacam a segurança familiar.

Como referem Menezes e Campos (1991) em geral, os resultados deste estudo apontam para a hipótese da "existência de um processo de desenvolvimento dos valores humanos, em estreita relação com as tarefas da vida com que os sujeitos se confrontam, nos diferentes momentos da existência" (p. 146). A exploração deste processo emerge como um domínio da investigação particularmente interessante - sendo urgentes novos estudos que aprofundem esta temática, nomeadamente através de estudos longitudinais e sequenciais. No entanto, como as amostras não são representativas da população, os resultados têm um carácter mais exploratório.

Em 1986, a Fundação Calouste Gulbenkian apoia a realização de um Inquérito a Jovens Universitários sobre «Conflito de gerações, conflito de valores», Inquérito integrado num vasto projecto sobre «Portugal, ano 2000».

Tendo em consideração os resultados encontrados por Figueiredo (1988), as diferenças mais salientes entre os pais e os filhos predominam, contudo, na forma como encaram a sexualidade, casamento e família, como valores. Verifica-se, por parte dos jovens, uma maior importância relacional da família e maior permissividade no respeitante às relações pré-matrimoniais com evidente relevo em relação às raparigas e a aceitação do trabalho feminino em termos igualitários aos do rapaz. Os pais, através das suas respostas, manifestam-se reprovadores das relações sexuais pré-matrimoniais, sobretudo quando se trata do sexo feminino, sendo mais permissivos com os jovens do sexo masculino. Assim, segundo Figueiredo (1988), o conflito de valores mais saliente entre os progenitores e filhos tem a ver com a maneira como uns e outros encaram os dois sexos: nos jovens mais igualitarista e nos progenitores, mais discriminatório.

Na opinião de Figueiredo (2001) esta investigação sobre valores contribui para a compreensão dos efeitos da "revolução no plano cultural, a nível dos valores que a fundamentam. Exprime a revolução cultural que a "Revolução dos Cravos" ajudou decisivamente a provocar. Em 1985 ganha-se o sentimento de que estão em vias de superação a crise económica que acompanhou o início da democracia com a integração na sociedade portuguesa de mais de meio milhão de retomados das ex-colónias e o desaparecimento da protecção económica do Estado Novo cujos grandes grupos económicos a revolução acabou por ter que nacionalizar. Em 1985 há sinais de recuperação económica. As medidas tomadas pelo governo de coligação PS/PSD, tendo Mário Soares como Primeiro Ministro, começavam a funcionar. Dá-se, também, a adesão de Portugal à Comunidade Europeia garantindo um novo ciclo de desenvolvimento" (p. 26).

No mesmo sentido, Simões et al. (1986), defendem que, se os valores reflectem as condições de vida e os interesses das pessoas que constituem uma sociedade, então podem modificar-se à medida que a sociedade se transforma. Cada sociedade é capaz de criar, desenvolver e diversificar valores. Tal como refere Abreu (1998) em cada época, a sociedade cria, altera e constrói os seus próprios valores.

Posteriormente (1987/88), o Ministério da Juventude solicita ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa a realização de um "inquérito nacional aos jovens dos 15 aos 29 anos, contemplando as seguintes áreas problemáticas: a educação e a escola; o trabalho, o emprego e a profissão; os jovens e o futuro – expectativas e aspirações; uso dos tempos e espaços de lazer; a convivialidade e a relação com os outros; dinheiro e bens materiais; a identidade nacional e social dos jovens" (Machado Pais, 1996, p. 201).

De acordo com Ashford e Timms (1992), entre 1981 e 1990 foi aplicado um questionário a nível dos sistemas de valores, em dez países da Europa, incluindo Portugal. Com o qual se pretendia dar conta das preocupações nas áreas: satisfação pessoal, participação social, trabalho, religião, família e política.

Com base nos dados recolhidos através deste inquérito, um grupo de investigadores portugueses desenvolveu uma caracterização dos valores veiculados pela população portuguesa, nas diversas áreas (França, 1993).

Segundo Santos e Dias (1993) apesar da maior parte dos Portugueses se sentirem felizes, satisfeitos com a vida, sentem-se saudáveis e contentes por terem realizado alguma coisa útil nas últimas semanas. No entanto, estes índices são inferiores aos da população europeia. Salientamos que, 25% da população portuguesa corresponde às pessoas que vivem em condições sócio-económicas difíceis e mais vulneráveis, manifesta diversos índices de mal-estar. As mesmas autoras consideram que existe um limiar mínimo de bem-estar económico e social para que o bem-estar pessoal possa emergir.

A área relativa ao trabalho foi analisada por Correia Jesuíno (1993). E constatou que, 41% da população está desempregada, e entre os desempregados a maioria são mulheres, entre os 18 e 24 anos e a partir dos 55 anos sobretudo nas regiões Litoral Norte e Interior Sul. Correia Jesuíno examinou as motivações para o trabalho, e verificou que, o trabalho enquanto forma de realização pessoal era a opção mais escolhida entre os portugueses (33%), principalmente pelos adultos, pelos indivíduos pertencentes aos estatutos elevado e médio superior e pelos indivíduos com rendimentos elevados e médios. Observou, que uma percentagem significativa da população portuguesa (26%), constituída, principalmente, pelo grupo etário dos mais novos, considerava que o trabalho era um valor como qualquer outro, que não devia interferir noutras áreas da vida. O mesmo autor, interpretou esta posição como a superação da ética de trabalho, o que estaria de acordo, na sua perspectiva, com a transição para valores pós-materialistas.

Para França (1993), 72% da população portuguesa diz pertencer a uma religião, e de entre estes, 97% pertencem à religião católica. Neste grupo incluem-se, fundamentalmente, as mulheres, os mais idosos, os indivíduos que habitam nos meios rurais e que pertencem a um nível social baixo. Apenas 68% se consideram pessoas religiosas, independentemente do facto de frequentarem igrejas, ou serviços religiosos, 5% declara-se ateu convicto. Assim, como refere França, as regiões Insulares e o Norte Interior e Litoral estariam os indivíduos claramente, religiosos, isto é, aqueles indivíduos para quem Deus e a igreja assumem uma posição muito importante na sua vida, independentemente da sua pertença à igreja católica ou a qualquer outra religião. Nas

regiões do Grande Porto, Vale do Tejo e Litoral Centro encontrar-se-iam, os indivíduos com um posicionamento intermédio face à religião, (os não religiosos ou religiosos, referem que Deus assume pouca importância na sua vida e que quase nunca rezam). Por último, nas regiões do Algarve, Grande Lisboa e Interior Sul viveriam os indivíduos que claramente assumem um posicionamento de rejeição da religião, isto é, os ateus convictos e aqueles indivíduos que não se consideram religiosos, que não rezam e para quem Deus não tem qualquer importância na sua vida.

Almeida e Guerreiro (1993) abordaram o tema da família. Na análise dos resultados, tentaram compreender o lugar da família no quotidiano dos portugueses. Tendo em conta, a natureza da relação conjugal e da relação entre pais e filhos, a natureza do papel feminino em casa e no trabalho. A família assume uma grande importância para os portugueses. De facto, 64% consideram-na como um aspecto muitíssimo importante na sua vida e apenas 3% a consideram como pouco ou nada importante. A família representa principalmente, a realização afectiva individual e é considerada como fonte de satisfação (70%) e de gratificação pela grande maioria dos portugueses. Os jovens consideram-se pouco satisfeitos com a família. Relativamente à relação conjugal, verificou-se que, 57% dos indivíduos eram casados, 30% eram solteiros, 5% eram divorciados ou separados e 2% viviam em união de facto. Os dados revelaram, ainda, que apenas 22% da população portuguesa considera o casamento como uma instituição antiquada. Este grupo é constituído, basicamente por homens, por indivíduos com idade inferior a 44 anos, pelos divorciados ou separados, pertencem a níveis sociais médios, a níveis sócio-profissionais baixos e a níveis de instrução médios e baixos. Para além disso, verificou-se que os indivíduos que vivem em desacordo com o modelo conjugal dominante (em coabitação, estando divorciados ou separados) ocupam uma posição social, cultural e económica média e baixa. O respeito mútuo, a fidelidade, a compreensão e a tolerância revelaram-se como os quatro aspectos considerados mais importantes na felicidade do casal (Almeida e Guerreiro, 1993). A grande maioria dos portugueses associa a felicidade da relação conjugal a factores afectivos e não a factores relacionados com condições, materiais de existência. Uma minoria, pertencente a grupos desfavorecidos que atribui a felicidade a factores materiais. Apenas, 17% dos inquiridos rejeita incondicionalmente o divórcio, correspondendo estes, ao grupo dos mais idosos, dos que habitam em meio rural, daqueles que possuem um baixo nível de instrução e baixos rendimentos e daqueles que são católicos praticantes. Quanto à relação entre pais e filhos, segundo palavras de Almeida e Guerreiro (1993) “as novas gerações, pelas experiências próprias que vivem, trazem consigo novos valores, em ruptura mais ou menos acentuada com a geração dos seus pais” (p. 49). Os dados revelam uma partilha bastante elevada, entre pais e filhos, de valores morais (64%), de valores religiosos (55%) e de valores referentes à sociedade (46%) e que é a nível das ideias políticas (25%) e, especialmente, a nível de atitudes sexuais (12%) que existe menos consenso entre as duas gerações. Em relação às normas de socialização, verificou-se que os pais transmitem, de uma maneira geral, valores ligeiramente mais relacionados com a conformidade social do que valores mais

relacionados com a autonomia pessoal. Almeida e Guerreiro (1993) referem que, os valores relacionados com a conformidade social são aqueles que "acentuam o respeito pelas normas sociais e integração em instituições" e os valores relacionados com a autonomia pessoal são aqueles "mais centrados no protagonismo do autor social" (p. 49). É, no entanto, interessante notar que as gerações mais novas, os indivíduos com níveis superiores de escolaridade, pertencendo a níveis sociais mais elevados, defendem a transmissão de valores mais relacionados com a autonomia pessoal. Também, a nível regional se observam diferenças, em termos daquilo que é valorizado na educação dos filhos. Assim, no Grande Porto e nos meios rurais é defendida a transmissão de valores relativos à conformidade social, enquanto que na Grande Lisboa e nos meios urbanos é defendida a transmissão de valores relativos à autonomia pessoal. O lugar da mulher na família e na sociedade foi também analisado. As autoras verificaram que os valores que traduzem uma orientação, das mulheres, para a vida profissional assumem uma posição importante no universo português. Contudo, os valores que traduzem uma orientação para a vida doméstica também ocupam uma posição considerável. Para além disso, são as próprias mulheres, os mais novos, os que habitam em meios urbanos e aqueles com níveis de escolarização mais elevados e pertencentes a níveis sociais mais elevados, que mais defendem a orientação para a vida profissional da mulher. Almeida (1985) sugere, no entanto, que o trabalho da mulher não assume, pelo menos para as camadas sociais mais baixas, o mesmo significado que o trabalho do homem. Esta não tem que ver com uma atitude de emancipação e liberalização, mas enquadra-se numa situação de sobrevivência - a mulher trabalha para contribuir para o orçamento familiar da família de orientação ou da família nuclear. Assim, segundo esta autora (1993) a taxa de actividade feminina não pode ser analisada, incondicionalmente, como índice de emancipação da mulher. Com efeito, o trabalho feminino é, frequentemente, representado como uma necessidade, ou seja, como fonte de acréscimo de receitas para o orçamento familiar.

Na opinião de Almeida (1986) não são, apenas as clivagens sociais as únicas que devem reter a nossa atenção. As assimetrias entre regiões do continente Português, e nomeadamente aquelas que se organizam em torno das dicotomias Norte/Sul e Litoral/Interior, não deixam de marcar profundamente a diversidade de respostas e, por isso, as atitudes e os valores dos jovens inquiridos. Apresentam-se em forte contrastes os jovens do Norte Interior e os jovens do Sul Interior e os jovens que habitam as duas maiores cidades Portuguesas (Lisboa e Porto). Assim, nos jovens do Sul Interior (aos quais se associam os do Algarve) encontram-se as "atitudes mais radicais: não só de contestação à instituição familiar, mas também os de maior exigência relativamente à família - ela deve ser um «local de ajuda mútua» e de «segurança afectiva», um factor importante «para encontrar raízes» e de «preparação para a vida»; essas atitudes contrastam com a maior indiferença, moderação e distância reveladas pelos jovens do Norte Interior perante o mesmo objecto" (p. 164). Os jovens que habitam as duas maiores cidades portuguesas, partilharam experiências de industrialização diferentes. Referimo-nos aos jovens da Grande Lisboa (alinhando com todo o Sul litoral) e aos do Grande Porto

(coligado com o Norte rural interior). É nos jovens da Grande Lisboa que se notam com "mais vigor valores de contestação e crítica em relação à família e uma maior facilidade de aceitação da «união livre» e do «casamento civil»; nos jovens do Grande Porto, pelo contrário, revela-se um maior peso dos valores familiares tradicionais e um acentuado apego à dimensão institucional da família. Tal como acontece ao nível dos comportamentos familiares dos Portugueses em geral, o inquérito sugere que é por Lisboa e pelo Sul litoral que penetra a mudança em Portugal, enquanto o Porto, com todo o Norte interior, constitui a memória ou a reserva das estratégias familiares tradicionais" (p. 164).

Vala (1993) analisou os valores sócio-políticos, tendo em conta a categorização proposta por Inglehart e tendo em conta os valores de modernidade. Verificou que, entre os portugueses eram mais salientes os valores materialistas e menos salientes os valores pós-materialistas. Observou o predomínio dos valores pós-materialistas em grupos com níveis de instrução mais elevados, nos grupos etários mais baixos e em estratos sócio-económicos mais elevados. E explicou com o facto de nestas camadas da população, se encontrarem satisfeitas as necessidades básicas e se encontrarem ultrapassadas as dificuldades económicas, e também pelo facto destas camadas possuírem um maior nível de escolaridade, que permite o desenvolvimento de aptidões e o acesso a novas redes de informação, que "facilitam a abertura e descentração do espaço social imediato, condições importantes para a emergência do pós-materialismo" (p. 227).

Segundo este autor, na sociedade portuguesa, os valores da modernidade estão associados, por um lado, à individualização da vida social, à menor saliência dos valores de submissão e a uma atitude mais crítica face às instituições de regulação social e, por outro lado, estão associados à maior saliência da nacionalidade científica. Este examinou que, se por um lado os portugueses valorizam o respeito pela autoridade (o que subentende uma tendência no sentido do tradicionalismo), valorizam, por outro lado, mais do que os restantes países europeus, o desenvolvimento tecnológico (que remete para os valores da modernidade). Vala explicou, que a presença de valores associados à defesa do desenvolvimento tecnológico entre os portugueses - valor já ultrapassado de um modo geral na Europa tem que ver com o facto de, em Portugal, o debate acerca das consequências do desenvolvimento tecnológico e do seu impacto ambiental, ser ainda incipiente. De facto, a sensibilidade para questões relacionadas com o ambiente é muito reduzida em Portugal, o que constitui um dado significativo, se tiver em conta, como refere Vala, que uma atitude positiva face aos movimentos ecológicos é um indicador de mudança dos valores sociais, nomeadamente, daqueles que sustentaram o progresso técnico e "o desenvolvimento tecnológico a qualquer preço" (p. 239).

Vala verificou que, o ecologismo surge associado quer aos valores da modernidade (relacionados com o desenvolvimento tecnológico) quer a valores tradicionalistas, o que, na sua interpretação, revela que em Portugal os valores ecológicos assumem uma pluralidade de significados. Independentemente dos seus significados, este autor verificou, no entanto, que valores positivos face à ecologia encontram-se presentes, sobretudo, nas

camadas mais jovens (indivíduos com idades inferiores a 35 anos) e nos grupos com maiores habilitações escolares e académicas.

Reis e Dias (1993) recorreram também, ao quadro de referência proposto por Inglehart para analisarem os valores político-económicos prevaletentes na sociedade portuguesa. De acordo com estas autoras, numa sociedade de orientação materialista "prevalece a defesa de valores estatizantes ou colectivizantes, assumidos como reguladores privilegiados do funcionamento político-económico do Estado e da sociedade portuguesa em geral" e numa sociedade de orientação pós-materialista prevalece "o desejo crescente de intervenção individual nos processos de tomada de decisões e um desejo, cada vez maior, de privatização das esferas públicas". Analisando os dados relativos à privatização/estatização do funcionamento político-económico português, as autoras verificaram que existe, entre os portugueses, uma tendência clara para valorizarem a propriedade privada e a livre iniciativa, para valorizarem a gestão privada das empresas (em oposição à gestão pelo estado) e para valorizarem a responsabilidade individual pela sobrevivência dos cidadãos. Estes dados indicam, claramente, que os portugueses defendem valores de liberalismo económico, iniciativa privada e liberdade individual; que reflectem atitudes económico-políticas muito próximas daquelas defendidas pelo resto dos europeus. Contudo, no que diz respeito à intervenção do estado na economia apresentam posições mais conflituais: um terço exigindo do Governo uma maior liberdade de actuação individual e outro terço não apoiando a desintervenção do Governo na economia Portuguesa. As autoras referem que, estes resultados podem, no entanto, constituir apenas, uma manifestação de oposição ao Governo que estava, na altura da aplicação do inquérito, no poder.

Relativamente à União Europeia, verificaram que a maior parte dos portugueses acredita que esta pode proteger as identidades nacionais, históricas e culturais de cada país membro e que só assim as economias nacionais poderão enfrentar as superpotências. Contudo, 24% dos portugueses não concordam totalmente com esta afirmação, o que indica que "o projecto europeu não é um projecto pacífico em termos de unanimidade suscitada na população portuguesa" (Reis e Dias, 1993). Por último, há que referir a grande aderência dos portugueses ao projecto europeu - só ligeiramente inferior relativamente à média dos países europeus. Em termos de posicionamento político, verificou-se que a maioria dos portugueses se situam no centro da escala, embora, se concentrem nas posições 5 e 6, indicando uma tendência maior para o posicionamento político à direita, o posicionamento na escala varia com o escalão etário, sendo que o grupo etário que se situa mais à esquerda corresponde aos 25-44 anos e que são os mais idosos que se situam mais à direita.

Como já foi referido, na década de 80, foram realizadas em Portugal diversos estudos. Alguns deles foram posteriormente analisados por outros investigadores

O "Inquérito Nacional à Juventude" realizado em 1982 pelo Fundo de Apoio aos organismos Juvenis, o inquérito "Valores e Atitudes dos Jovens" realizado em 1983 - cujo denominador comum foi uma busca dos

valores dos jovens portugueses dos anos 80. Foram avaliados vários domínios de valores nomeadamente os amigos, a família, a sexualidade, a escola, o trabalho, o dinheiro, a política, o associativismo e a participação social. E o inquérito "A Juventude Portuguesa: Situações, Problemas, Aspirações" realizado em 1986-87 pelo Instituto de Ciências Sociais. Tendo em conta estas investigações Ferreira (1993) observou a confluência de alguns ao longo desses trabalhos, o que permitirá falar nos valores da juventude portuguesa dos anos 80. Este autor afirmou que, uma das características principais dos nossos jovens é a de "valorizarem os espaços de afirmação e de realização pessoal", já que os objectivos de vida que mais enaltecem "revelam um certo espírito individualista e de afirmação e desenvolvimento do indivíduo, marcado por preocupações e objectivos de natureza pessoal" (p. 113). O domínio de vida que os nossos jovens mais valorizam em termos de futuro pessoal é a realização profissional, assinalando-se uma preocupação em encontrar um trabalho adequado às características pessoais de cada um, que traga satisfação, ultrapassando uma simples finalidade social e instrumental. Outra característica importante do sistema de valores da maioria dos jovens assinalada por Ferreira (1993) refere-se ao que este autor denomina como "ética de diversão" que inclui "valores de natureza hedonista e práticas, de natureza convivial" (p. 115). O convívio com os amigos, é um dos traços mais importantes no quotidiano, dos jovens e um dos aspectos da sua vida mais valorizados por eles, ainda que, a importância dos amigos nas relações estabelecidas pelos jovens seja mais característica, dos escalões etários mais baixos. Podemos assim admitir nos jovens uma tendência para valores mais pessoais de auto-realização, numa palavra, para um maior individualismo. Um individualismo que numa perspectiva sociológica se caracteriza por uma independência pessoal e uma inquietação consigo próprio. Desapareceram as utopias da felicidade colectiva, restando sim a felicidade individual. Os jovens encaram o futuro com grande preocupação dada a importância da crise económica nacional e mundial. Como diz Figueiredo (1985b) "uma forte tensão entre as expectativas e as possibilidades de realização das mesmas vai certamente aumentar o individualismo, a necessidade de a mesma juventude se preparar para a competição, que se sabe será feroz" (p. 1020).

De acordo com Machado Pais (1996) os anos 90, marcaram uma diversificação das abordagens disciplinares e metodológicas à condição juvenil. "Novas problemáticas de investigação se constituíram, mais orientadas para os processos de formação das culturas juvenis e suas principais manifestações, com relevância das condutas de risco, nomeadamente a toxicodependência" (p. 201). Em várias Faculdades e Institutos Universitários, nomeadamente no Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) surgiram as primeiras Teses de Mestrado e Doutoramento, indicador importante de como a juventude se começou a consagrar como objecto de estudo.

No ISPA, sob a coordenação do Professor Eurico Figueiredo realizou-se em 1996, uma investigação no território continental e ilhas adjacentes (Arquipélago da Madeira e dos Açores) sobre os valores dos Jovens Universitários e respectivos Progenitores.

Como refere Figueiredo (2001) os anos que separam o inquérito de "1986 relativo aos valores dos estudantes universitários e os seus progenitores e o segundo inquérito de 1996, são os anos da estabilização da democracia portuguesa" (p. 26).

Deste modo, apresentamos os valores de acordo com Figueiredo, 2001) entre os anos 80 e 90, nas categorias, Família, Política, Instituições e Problemas Sociais, Progresso e Civilização e Causas, Motivações e Religião.

No âmbito da Família, a permissividade quanto à sexualidade pré-conjugal, de 80 para 90 diminuiu nos jovens e aumentou nos pais, dos dois sexos, em relação às filhas; há aceitação do planeamento familiar, nas duas gerações em presença, independentemente do sexo; a legitimidade no divórcio, mostra-se maioritária nos jovens da geração de 80 tornou-se também igualmente expressiva nos pais de 90; os jovens de 80/90, concordam maioritariamente que a mulher deve "ter emprego toda a vida como o homem"; a finalidade do casamento nos filhos dos anos 80, passa pela escolha mais relevante pela realização humana dos cônjuges, e nos anos 90, com valores idênticos nas jovens e nos pais, "o auxílio mútuo entre os esposos"; de década para década o número de filhos baixou sempre nas diferentes gerações analisadas; os jovens de 80/90 aproximam-se pela valorização de "o bem estar consigo próprio"; as duas gerações, privilegiam a importância da família na educação pré-escolar "até aos 3 anos, as crianças devem ficar na família"; a violência física tem ainda importância na nossa cultura na educação dos filhos que continua a ser acalentada pela geração mais nova; a igualdade de direitos entre os sexos reduziu drasticamente o valor da violência na relação do marido com a esposa; e os "jovens adultos universitários revelam uma marcada tendência para querer viver fora de casa. O que não é entendido por um grande número de pais que julgam que os filhos, já jovens adultos, desejariam ou deviam desejar, viver em co-habitação com os pais" (Figueiredo, E., 2001, p. 102).

Na área da Política, avaliada a proximidade de um partido político nas duas amostras, nas duas décadas, gerações e sexos, demonstra um predomínio da referência "sobretudo simpatizante", no entanto o sexo masculino dos jovens veicula uma maior proximidade; a "frase «não é na revolução que existe a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada» é maioritariamente aceite pelos nossos inquiridos das duas décadas, gerações e sexos, mais nos pais" (p. 113); o valor da democracia na orientação política das nações reforçam a convicção de ter havido uma relativa degradação nas convicções democráticas das gerações em análise da década de 80 para a década de 90; as duas gerações, mas mais os jovens, os dois sexos revelaram-se indiscutivelmente europeístas nas duas décadas em análise, contudo nos anos 90, diminuem um pouco esse entusiasmo; e tanto os jovens como os progenitores, nas duas décadas em análise, se revelaram expressivamente mais a favor de uma Europa das Pátrias do que de uma Europa Federal (Figueiredo, E., 2001).

No campo das Instituições e Problemas Sociais, nas duas décadas estudadas, as duas gerações, consideram fundamentalmente negativo, do desempenho policial; as duas gerações, nas duas décadas em

estudo, classificam negativamente a qualidade do sistema prisional português; a atitude preventiva impôs-se como ideal face à marginalidade segundo a apreciação dos universitários e pais, no que respeita à criminalidade, alcoolismo, droga e prostituição, de "80 para 90 fortaleceu-se, todavia, a atitude terapêutica e repressiva em face à prostituição e criminalidade (sobretudo nos jovens do sexo masculino), a repressiva face ao álcool e droga (sobretudo nos pais)" (p. 130); nas duas gerações, mais nos pais e no sexo feminino, "reina um forte consenso proibicionista, aponto de a alternativa, todas as drogas deveriam ser proibidas, ter mais adeptos do que um anti-proibicionismo que apenas advoga restrições aos malefícios que as substâncias produzindo toxicodependência provocam nos outros" (p. 134); e nas amostras das décadas analisadas, nas duas gerações e sexos, existe uma posição favorável para "prolongar ao máximo a escolaridade obrigatória (Figueiredo, E., 2001).

No agrupamento Progresso e Civilização, de 80 para a de 90, as nossas amostras aproximam-se quanto aos seus desejos para o futuro; a cura de doenças perigosas tornou-se a primeira escolha nos dois sexos e nas duas gerações; nos jovens predominam, as preocupações sociais e de regime democrático, nos pais as de segurança e sociais; no que diz respeito à expectativa de felicidade futura, na década de 80 apontava para um pessimismo nos jovens e um optimismo nos pais, e na década de 90, passou a um pessimismo nas duas gerações; em relação à geração com uma visão mais realista do mundo, de 80 para 90, tanto os filhos como os pais, tendem a valorizar grupos etários cada vez mais distantes do das gerações inquiridas; as duas gerações sentem-se capazes de influenciar o progresso; nas nossas amostras, da década de 80 para a de 90, sobretudo nos jovens, fortaleceu-se a convicção da importância da "ciência e da técnica" e da "economia e política" em detrimento da "revolução espiritual e moral", esta opção, todavia sempre primeira em importância, como via para vencer a crise, todavia, reforçou-se a convicção de que a crise "não pode ser vencida"; as duas gerações e sexos questionados optam esmagadoramente pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, em detrimento de lhes ser facilitada a emigração para as cidades; e as duas gerações em confronto privilegiariam o desenvolvimento das pequenas cidades em detrimento das grandes (Figueiredo, E., 2001).

No grupo das Causas, Motivações e Religião, os jovens de 80 privilegiavam "«a liberdade do indivíduo e os direitos humanos» e os pais a «paz» e, apesar de esta hierarquia se manter, estes valores aproximam-se quantitativamente nas duas gerações nos anos 90, o valor em ascensão é o da protecção da natureza" (p. 160); há uma relativa aproximação das gerações no espaço duma década, nos "aspectos da vida que mais lhes interessam" em que, nas nossas amostras, o valor dos "problemas de sociedade" é o mais escolhido; nas duas décadas e nas duas gerações estudadas, a opção "considera-se religioso" é francamente maioritária, embora mais marcada nas mães; a noção de estado de direito está solidamente enraizada nas nossas amostras, nas décadas, gerações e sexos estudados; os hábitos de leitura são mais sólidos nos pais que nos filhos e no sexo masculino que no feminino; os jovens adaptaram-se melhor do que os pais a utilizarem o computador pessoal e a "internet", os pais tendem a utilizar mais que os jovens as tecnologias da anterior geração, máquina de calcular

e fax; e as duas gerações encaram mais o trabalho como meio de realização pessoal, no entanto, as duas gerações diferenciam-se porque os jovens do sexo masculino vêem, o trabalho como meio de satisfação de necessidades económicas, os pais encaram-no mais como meio de realização pessoal (Figueiredo, E., 2001).

Com o início da década 90, os media, a Igreja e os partidos políticos alargaram o debate público em torno do consumo da droga, da delinquência e da SIDA. Particularmente "controverso é o debate em torno da despenalização e da liberalização do uso de drogas. Por Resolução do Conselho de Ministros (n.º 27/87 de 31 de Março) cria-se o primeiro Plano Integrado de Combate à droga (Projecto Vida), a que se segue, em 1990, um mais estruturado Programa Nacional de Combate à Droga com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/90 de 21 de Abril" (Machado Pais 1996, p. 209).

Negreiros (1998) assinala um estudo conduzido por Windle em 1990 no qual mostrou, que um consumo mais frequente de álcool e outras drogas na "fase final da adolescência estava associado a níveis mais elevados de actividade anti-social no início da adolescência. Avaliando em função do sexo, verificou que, para as raparigas, o consumo de álcool e drogas na fase final da adolescência aparecia fortemente associado à prática de delitos contra a propriedade (exemplo: vandalismo) no início da adolescência, mais do que com outros tipos de delito" (p. 52). Segundo Loeber (1988, citado por Negreiros, 1998), após efectuar uma revisão da literatura sobre a relação entre o consumo de álcool e drogas e a prática de comportamentos anti-sociais, concluiu que os "consumidores de álcool e outras drogas não apresentam, dum modo geral, comportamentos agressivos durante a infância, emergindo a sua agressividade concomitantemente com o abuso de álcool e outras drogas" (p. 56).

O Inquérito de Loures (1993) reuniu um conjunto de indicadores sobre a sexualidade dos jovens, tais como: a iniciação sexual, a necessidade de esclarecimento dos jovens e apoio técnico por serviços especializados na área da sexualidade. Descortinaram-se as fontes de informação às quais os jovens vulgarmente recorrem para se informarem acerca das questões sexuais, métodos contraceptivos e doenças que podem ser sexualmente transmitidas, como a SIDA. Questionaram-se quais as fontes de informação reais (e desejadas) sobre sexualidade que os jovens tiveram (ou gostariam de ter tido). "Explorou-se o recurso que os jovens fazem aos métodos contraceptivos (ou se admitem utilizá-los e quais) e, finalmente, confrontaram-se diferentes opiniões, atitudes e valorações sobre a vida sexual que permitiriam descortinar importantes representações sobre a sexualidade, reveladoras de consensos ou diferenciações significativas entre os jovens" (Machado Pais, 1996; p. 211). Os dados deste Inquérito mostraram que só uma minoria dos jovens inquiridos (18%) associa as relações sexuais à função procriativa, levantando-se a hipótese de a disfunção familiar e dos métodos contraceptivos ter ajudado à modulação de uma sexualidade descentrada ou livre de necessidades procriativas ou reprodutivas. As relações pré-matrimoniais são perfeitamente aceitáveis por 90% deles. Desses jovens cerca de 70% admitiram já ter tido relações sexuais, antes dos 17 anos. Como refere Machado Pais (1996) "A hipótese repressiva, levantada por Foucault, que sugere uma periferização das sexualidades marginais

(prostituição, homossexualidade, etc.), tem sido confrontada com a «hipótese da diversidade» que parece ganhar terreno entre os jovens, uma vez que a maioria deles (65%) pensa que a sociedade deveria permitir todos os tipos de relacionamentos sexuais (heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade)” (Machado Pais, 1996, p. 211). Os métodos contraceptivos mais utilizados pelos jovens são os preservativos, a pílula e o coito interrompido. O relacionamento sexual dos jovens é, em muitos casos, accidental, fortuito ou “esporádico, por tal motivo recorre-se ao método natural do «coito interrompido»; em segundo lugar, é admissível que o receio de engravidarem (no caso das raparigas) ou de poderem provocar uma gravidez (no caso dos rapazes) seja bastante maior que o receio de contraírem doenças sexualmente transmissíveis, como a SIDA; em terceiro lugar, ao recorrerem a tal método, os jovens poderão estar a alimentar uma sexualidade dominada pela frustração e pelo temor, limitando de forma repressiva e pouco salutar o desenvolvimento do prazer, numa relação potencialmente inibidora, envolvendo o parceiro/a da relação” (Machado Pais, 1996, p. 212).

Conde (1988) elaborou um estudo no qual ambicionava traçar o perfil da juventude portuguesa, em relação aos valores e às representações. Portanto solicitou aos jovens que atribuíssem as diferenças entre a sua própria geração e as gerações mais velhas. Através das respostas, concluiu que os jovens “rejeitam uma imagem estruturada em função de valores estritamente hedonistas e distanciados de uma ética de trabalho e de responsabilidade social” (p. 196). Constatou ainda que, os jovens valorizam o trabalho e a carreira profissional enquanto meio de realização pessoal. Também atribuem grande importância aos tempos livres, não concordam com a existência de um menor sentido de disciplina, de responsabilidade e um menor investimento escolar. As maiores divergências ocorrem no domínio das práticas e estilos culturais (vestuário e preferências musicais), tal como na maior importância atribuída pelos jovens, à vida sexual e aos tempos livres. Nesta investigação, os jovens demonstram interesse pela política. Este estudo de Conde (1988), anuncia um novo olhar sobre a juventude, revelando uma distancia bastante acentuada entre o modo como eles próprios se encaram e a imagem que a sociedade construiu (possuidores de valores estritamente hedonistas, cuja minimização dos valores tradicionais é uma constante). Assim, os jovens descrevem-se muito mais como jovens e menos como *juventude*, isto é, identificam clivagens internas à juventude. A identidade geracional é captada por “via de clivagens internas à própria juventude, concluindo-se pela existência cada vez mais de jovens e menos de juventude” (Conde, I. 1988, p. 197) A chamada cultura juvenil possui domínios comuns assim como, nesses próprios domínios emergem expressões que conduzem à distinção entre gerações. Vala, tendo por base os resultados do seu estudo de 1986, concorda com Conde no sentido de que existem grupos de jovens e modelos culturais juvenis distintos, não se podendo encarar a juventude como algo homogéneo.

Casanova (1993) questionou 2500 estudantes do ensino superior, que frequentam 21 cursos do ensino superior em Portugal. Este autor tinha como objectivo desenhar o perfil destes estudantes, avaliando as suas representações acerca das licenciaturas que frequentam, assim como os valores, orientações, pertenças e

expectativas que reclamam. Em termos gerais, os resultados deste estudo, apontam para uma grande convergência de valores, de identidades e de expectativas. Os jovens universitários atribuem uma grande importância à família, à vida social, e aos amigos. Manifestam confiança no futuro científico, tecnológico e político do país e não se mostram envolvidos em questões de ordem política nem religiosa. O mesmo autor defende que estas "convergências testemunham uma socialização de tipo interclassista que contribui para a homogeneização ideológico-simbólica" (p. 41) do estudante universitário.

A propósito dos jovens, Sanz (1997), está de acordo que, pelas técnicas quantitativas e qualitativas, podemos estabelecer um perfil do jovem dos dias de hoje. Ele caracteriza-se: pelas atitudes muito positivas diante dos valores cívico-sociais; pela capacidade de diálogo e pela necessidade de comunicar com as pessoas que o rodeiam; considera a solidariedade, a igualdade e a liberdade, valores importantes mas remotos e utópicos e até pouco praticados pelos adultos; dá muita importância à família, considerando-a o meio privilegiado para aprender, por exemplo, a comportar-se; "mostra uma tendência menos materialista que as gerações anteriores e tende a valorizar menos a figura do líder, sobretudo quando o identifica com as pessoas triunfadoras no campo profissional" (p. 126).

Serrano (1994) desenvolveu um estudo diacrónico, comparando os resultados obtidos em estudos realizados em diferentes períodos de tempo. O seu objectivo era saber como é que os valores dos jovens se tinham transformado ao longo de três décadas (anos 60, 70 e 80), para o que recolheu os dados provenientes de todos os estudos sobre valores sociais realizados entre 1960 e 1990. Estes estudos permitiram-lhe recolher uma série de informação relativa a valores políticos, religiosos, sobre a família e o casamento, sobre as relações sexuais, o estudo e o trabalho, as instituições sociais, o nacionalismo e o racismo, o consumo e o lazer. Para além disso, permitiram-lhe recolher, ainda, dados sobre percepção geracional, aspirações e objectivos existenciais, juízos morais e preconceitos sociais.

Os dados relativos a cada uma destas áreas foram analisados, independentemente das outras áreas, e segundo uma perspectiva evolutiva. Para além disso, procedeu-se à análise global de todos os dados, relativos a todas estas áreas, o que permitiu categorizar e caracterizar diferentes visões do mundo e determinar as gerações que lhes estão associadas, assim como, as condições de vida específicas desses períodos.

De um modo geral, estes dados indicam que existem três visões do mundo distintas, que se sucedem ao longo da década de 60, 70 e 80, nas quatro gerações identificados. O conceito de visão do mundo refere-se, segundo Serrano (1994) a "ferramentas cognitivas que servem para interpretar e avaliar os acontecimentos e que justificam a realização de certos comportamentos ou o desejo de desenvolver certos comportamentos como forma de intervir na marcha dos acontecimentos" (p. 17). A estas visões do mundo estão associados diferentes valores sociais, crenças e representações.

Posteriormente em Portugal, Villaverde Cabral e Machado Pais (1998) coordenaram um estudo nacional, no qual inquiriram jovens entre os 15 e os 29 anos de idade. Os autores tencionaram "captar as visões do mundo e as representações sociais que os jovens portugueses constróem, face às diversas questões da vida social, como as atitudes perante a cidadania, a política, a escola, o trabalho, ou ainda, a conjugalidade, a vida amorosa e sexual" (Villaverde Cabral, M.; Machado Pais, J. et al., 1998, p. 10). Cada uma destas áreas foram analisadas separadamente por alguns colaboradores de Villaverde Cabral e Machado Pais.

Na área da política, segundo Villaverde Cabral (1998), a partir dos 21 anos, os jovens em idade de votar (68%) manifestam-se simpatizantes de um qualquer partido contra uma percentagem elevada de jovens que não se identifica com a actual oferta político-partidária. No entanto os jovens da Grande Lisboa apesar das suas vantagens comparativas em "termos sociais (escolaridade, rendimento, acesso à informação e a mercados de trabalho mais diversificados, etc.), são mais cépticos do que os jovens das outras regiões em relação aos partidos políticos" (p. 362). De acordo com o mesmo autor os jovens com níveis de escolaridade mais altos, com excepção dos universitários, identificam-se menos com qualquer que seja o partido político do que os jovens com baixas habilitações escolares. Por seu lado, os universitários refugiam-se mais nas não-respostas. Verificou que o empenhamento político aumenta com a idade. A maior parte dos jovens portugueses (44%) associa a identidade europeia sobretudo a factores de ordem civilizacional e cultural, enquanto os "demais a associam à «democracia e liberdade» (15%) ou ao «desenvolvimento e bem estar» (15%). Em contrapartida, mais de um quarto dos inquiridos revelou não ter qualquer representação da Europa" (Villaverde Cabral, M, 1998, p. 377). Uma maioria de 62% dos jovens inquiridos considera a "integração na União Europeia «boa para o desenvolvimento dos países membros» por oposição a 12% apenas que consideram a integração «prejudicial para a identidade cultural das nações»" (p. 377). Em relação à situação participação num «exército europeu comum» em caso de ataque à União Europeia, uma forte maioria relativa de jovens já "assumiram, simbolicamente, a cidadania europeia emergente, ao declararem-se dispostos a participar num exército comum, ou seja, a pagar o «tributo de sangue» a uma instância política supra-nacional" (p. 378), 18% que não se definem, 15% opõem-se à ideia de qualquer participação numa acção armada em defesa da União Europeia. E quanto ao apego à identidade nacional, quais as vantagens e inconvenientes da adesão à União Europeia? A prioridade à cooperação com a União Europeia é claramente maioritária entre o conjunto dos jovens, e sobe gradativamente à medida que nos deslocamos da esquerda para a direita do espectro político. Perto de 40% do universo, revelam-se mais «nacionalistas». São os "simpatizantes do PS que se revelam, agora, os mais favoráveis a um hipotético «federalismo europeu», acompanhados marginalmente pelos do PSD e do PCP, bem como pelos jovens que não se identificam com o sistema partidário" (Villaverde Cabral, M.; Pais, J. M. et al., 1998, p. 380). Acerca da instância política que deve tomar as decisões mais importantes em matéria económica, os jovens portugueses preferem, embora por pouco, o governo português à Comissão Europeia. "Noutras

matérias, como as áreas sociais, culturais e ambientais, a preferência pelo governo português é mais pronunciada" (p. 381). Os jovens "simpatizantes do PCP são os mais apegados às prerrogativas do governo nacional. Em contrapartida, entende-se mal que os jovens simpatizantes do PP atribuam maioritariamente o poder de decisão em matéria económica (e não só) à Comissão Europeia, quando acabavam de se manifestar contrários a um «governo federal»" (Villaverde Cabral, M.; Pais, J. M. et al., 1998, p. 381).

No âmbito ainda da política, Fernandes (1998) refere que, os jovens colocados diante da possibilidade do poder se centrar na Europa, declararam-se na sua maioria protectores da soberania nacional, mostrando que a identidade nacional se destaca dos aspectos instrumentais (diversidade cultural, Democracia e liberdade, desenvolvimento e bem-estar) atribuídos à Europa. A autora acima referida, diferencia dentro dos nacionalistas três grupos pode-se efectuar uma divisão entre aqueles para os quais os "valores nacionais têm uma conotação meramente simbólica, provavelmente herdada das gerações mais velhas, a Europa não tem representação e não sabem de que consta a integração europeia" (Fernandes, A., 1998, p. 356). Um outro grupo que representa cerca de 25% dos inquiridos, que (têm elevadas competências escolares, integram as classes médias, conhecem a Europa, por isso atribuem-lhes qualidades, mas confessam-se contra um Governo Europeu responsável perante o parlamento europeu. O último grupo, representado pelas "classes médias e alta, discutem frequentemente política, consideram a integração europeia prejudicial para os estados membro manifestam-se contra a possibilidade de um governo europeu" (p. 356). Este é o grupo dos Europeístas, uma aparência sociológica menor e diversificada. Assumem uma atitude partilhada de concessão de responsabilidade política à Europeia nos domínios económico, social, ambiental, cultural e desportivo. Anteriormente, Braga da Cruz (1992), relatava que, depois da assinatura do tratado de adesão União Europeia, havia um escasso sentido europeísta, atribuindo-se esse facto à "baixa instrução, baixa posição social, restrita dimensão do habitat, elevada idade e posições políticas e sociais mais conservadoras" (p. 848). Tal como vai acontecendo na Europa, o sentido europeísta vai progressivamente aumentando. Deste modo, ocorreu uma mudança, da indiferença maioritária (65% em 1981) a um apoio maioritário (82% em 1990). Esta alteração pode explicar-se pelo crescimento da opinião favorável sobre os benefícios da adesão à União Europeia. Contudo, os portugueses continuam a mostrar-se bastante cuidadosos das competências do governo, manifestando-se receosos em relação à ideia de uma transferência de soberania, de um nível estritamente nacional para um nível cada vez mais europeu.

Sedas Nunes (1998) procedeu à análise do trabalho feminino, onde observou algumas alterações nos jovens da década de 90, com aumento das habilitações escolares da geração dos progenitores para a geração destes jovens e, a percentagem de jovens que trabalham em detrimento das domésticas. Os resultados, indicam que a percentagem de "domésticas baixou significativamente dentro do grupo das casadas, fenómeno que atravessará todas as classes sociais" (p. 15). Deste modo, o modelo de mulher activa está presentemente a sobrepor-se ao da mulher doméstica. Segundo este autor, este facto terá provavelmente a ver com a

estimulação cultural e as exigências da economia familiar. No entanto, este envolvimento não implicaria uma desvinculação das tarefas domésticas como sejam o cuidar dos filhos e da casa.

Os jovens continuam a seguir a tradição manifestada nos seus planos, que consiste em arranjar emprego, em simultâneo casar e sair de casa e finalmente ter filhos (Sedas Nunes, 1998). Este comportamento da maior parte dos jovens vem, segundo este autor, pôr em causa a tese da dissolução do valor da família. As elevadas aspirações académicas ou as exigências próprias de uma sociedade que se caracteriza pelo consumismo, levariam os jovens à inserção, muitas vezes precoce, no mercado de trabalho (Alves, 1998). O emprego tende a aparecer como um bem cada vez mais escasso para os jovens, levando-os a aceitarem a primeira proposta que lhes é feita, mesmo que a remuneração seja baixa. De acordo com Alves (1998) há duas aspectos diferentes perante a escola: uns abandonam-na precocemente e ingressam no mercado de trabalho, outros preferem traçar longas trajetórias, em comum existe o facto de a educação que se faz em Portugal ter uma imagem francamente positiva entre os jovens inquiridos.

Deaux e Helmreich, (1985 citado por Poeschl, 2000) referem que, a partir dos anos 60, as mulheres começaram a ingressar maciçamente na vida profissional, observou-se em consequência, uma progressiva liberalização das opiniões sobre a divisão rígida das funções dos dois cônjuges. No entanto, estas mudanças não se traduziram em alterações significativas na organização familiar. Os estudos sobre a divisão do trabalho doméstico demonstram que a participação dos homens nas tarefas domésticas continua a ser pouco significativa (Stohs, 1995; Baudelot e Establet, 1992 citados por Poeschl, G., 2000, p. 695). Nas sociedades modernas industriais, as mulheres são confrontadas com situações de iniquidade tanto no trabalho assalariado como no trabalho familiar (Baxter e Western, 1998). Constataram que, ainda não existe nos casais portugueses actuais, uma repartição igualitária, quer do poder, quer do trabalho familiar (Vicente 1998 citado por Poeschl, 2000). De acordo com Poeschl (2000) é consensual, que as mulheres trabalham mais do que os homens em casa, têm um poder de decisão inferior no que diz respeito ao orçamento e aos lazeres, mas superior nos assuntos ligados aos filhos e ao lar. De forma geral, eles veiculam também “representações bastante tradicionais das funções dos cônjuges: o homem é o principal responsável da família perante o exterior e a mulher é encarregada da família no interior” (p. 717). No entanto, as comparações intergeracionais permitem apresentar as práticas da geração de pertença como muito mais igualitárias do que as da geração anterior.

Em relação à conjugalidade, Vasconcelos (1998) constata que os jovens portugueses estão muito inclinados para o casamento, a maior parte deseja viver com alguém ou mesmo casar. O laço formal poderá deixar um pouco dos seus contornos tradicionais quando constatamos que, a grande maioria dos inquiridos, colocam a hipótese de divorcio sendo a infidelidade apontada como motivo de ruptura. O mesmo autor referiu também que, a aceitação abstracta (total ou parcial) da coabitação informal (união de facto) o que o levou a concluir pela existência de “alguma linearidade dos modelos de transição para a idade adulta - ainda existe,

grosso modo, um ciclo de vida (familiar), padrão, embora se saiba que, hoje em dia, a entrada na idade adulta se dê mais tardiamente do que anteriormente" (Vasconcelos, P. 1998, p. 302). Os jovens saem da sua família de origem com a finalidade de edificarem a sua própria família considerando que esta construção assenta no princípio da reversibilidade, numa ética de experimentação, particularmente no domínio da sexualidade, como o refere Machado Pais (1998). Este autor, nos seus estudos verificou que, quer homens, quer mulheres, mantêm actualmente uma sexualidade activa antes da maioridade legal, embora existam diferenças substanciais entre os sexos (os homens são mais activos) e entre classes sociais.

Em 1993 Machado Pais inquiriu os jovens da área da Grande Lisboa, em relação aos aspectos inerentes ao namoro e às formas de conjugalidade, sendo que 90% dos inquiridos, eram de opinião que o matrimónio era contraído "por amor" e "por interesse" simultaneamente, mas, quando questionados sobre as suas próprias motivações, alegavam que o casamento estaria nos seus planos, apenas se constituísse o final desejável de uma relação de amor. Relativamente à sexualidade, a perda de virgindade das raparigas, passou a ser mais tolerada pela família, o que levou o autor a assegurar que os pais presentemente "demonstram uma atitude complacente relativamente à vida sexual dos filhos, o que não acontecia em gerações anteriores" (Machado Pais, J. 1993, p. 285). Acerca do mesmo estudo, este autor inferiu que tradição do casamento religioso, permanece em parte, pelo facto de constituir um acontecimento social relevante nas classes mais elevadas. Viver junto é um modelo mais perfilhado pelas classes médias, envolvendo na maioria das situações, "jovens divididos entre o amor como expressão de um sentimento espontâneo" (p. 287) e a "imagem de uma relação conjugal implicando um compromisso firmemente estabelecido e permanente que encarna obrigações que transcendem os sentimentos ou desejos imediatos" (p. 287). Os jovens pertencentes a esta classe, confessam-se mais permissivos em relação à sexualidade e ao desenvolvimento de novas formas de vida. Em relação à procriação, os jovens dos anos 90 (nomeadamente os rapazes) manifestam uma tendência a demorar esse projecto, devido a questões como as dificuldades na inserção da vida activa, a divulgação do planeamento familiar e a crescente integração das mulheres no mercado de trabalho.

Na opinião de Vasconcelos (1998) "quanto mais se avança num eixo socialmente desfavorecido para um eixo socialmente favorecido, mais se avança de posições e atitudes tradicionais para posições e atitudes modernistas" (p.304). Machado Pais (1993), concorda com Vasconcelos na medida em que é entre os jovens de classes médias que se encontra um maior descomprometimento em relação a éticas morais tradicionais, sendo que muitos defendem o modelo de «amor experimental», que se traduz em episódios de *affaires*.

Os jovens foram também estudados em Espanha, com metodologias semelhantes a estudos que tiveram lugar em Portugal, directa ou indirectamente.

Martín e Sánchez (1999) relatam que Orizo (1991) levou acabo um estudo sobre os valores dos espanhóis. Seguiu a linha da investigação de Inglehart e concluiu que os espanhóis nos últimos lustros se

inclinavam cada vez mais para as opções políticas do tipo postmaterialista. Por seu lado, De Miguel (1994) assinalou que a "idade é um factor determinante na medida em que, conforme se envelhece, os valores são mais altruístas e tradicionais, enquanto que os mais jovens tendem a ser mais pragmáticos e modernos" (p. 215).

Gonzáles e Amérigo (1998) descrevem um estudo, realizado em 1997, onde seleccionaram aleatoriamente 408 estudantes de diversos Centros da Universidade de Castilla-La Mancha. Foi utilizado um questionário auto preenchimento formado por várias sessões. A primeira composta pela versão castellana de Escala de Valores de Schwartz (Schwartz, 1992; Ros y Grad, 1991) e por outros dos valores contemplados no trabalho de Stern, Dietz, Kalofy Guagnano (1995): "Respeito pela Terra" e "Evitando a contaminação", que juntaram com o objectivo de encontrar um possível agrupamento ou orientação de tipo ecológico. Solicitava-se aos sujeitos, numa escala Likert de 5 pontos, avaliar a importância que cada valor teria como princípio-guia da sua vida. Na segunda sessão, também por intermédio de uma escala Likert de 5 pontos, mediam-se as intenções de conduta proambiental e crenças sobre as consequências das condições ambientais. Inspirados em Stern, Dietz, Kalofy Guagnano (1995), utilizaram-se 4 itens para medir a intenção de ter condutas de protecção do meio ambiente. Da mesma forma, se incluiu também uma Escala de Consciência General das Consequências das alterações ambientais (Stern, Dietz y Guagnano, 1995), "formada por 10 itens que os autores utilizaram para medir crenças sobre possíveis consequências negativas que as alterações do meio ambiente, em general, poderiam ter para si mesmo, para os outros seres humanos e para as espécies não humanas ou ecológicos, ficando esta escala formada, portanto por três subescalas de crenças: o egoísmo, o altruísmo e a ecologia, respectivamente" (p. 454). Uma última sessão incluía três variáveis sociodemográficas: a idade, o sexo e a ideologia política, e ademais um item donde o sujeito teria que valorar numa escala de 0 a 9 pontos, o seu próprio sentimento de obrigação moral para proteger e conservar o meio ambiente. Dos resultados obtidos, merece a pena destacar em primeiro lugar, a estreita correspondência entre "os agrupamentos de valores encontrados e aqueles que descobriram Stern, Dietz, Kalof y Guagnano (1995) y Stern et al. (1993), concretamente os valores ecológicos, altruístas e egoístas" (p. 459). Pode mencionar-se que "as relações entre a preocupação ambiental e o género, cabe mencionar em general que as mulheres se mostraram mais altruístas e que para os homens foram mais importantes os valores de abertura à mudança, contudo não se encontraram diferenças de género no caso dos valores ecológicos" (p. 460).

2.2 AS GERAÇÕES

2.2.1 Assunção ao Estatuto de Adulto

Entre as espécies animais o Homem é aquele que entre o nascimento e a maturidade plena decorre um longo período de crescimento e de aprendizagem. Dentro deste desenvolvimento vital “a adolescência é um período que tem os seus antecedentes na infância e as suas consequências na vida adulta” (Moreno, 1986, p. 4).

A importância da adolescência na sociedade ficou registada na história, desde a antiguidade clássica, por filósofos de insofismável importância.

Platão inquietou-se com a inconstância dos jovens e “dedicou o Livro III de *A República* aos métodos de educação da juventude tendo em vista uma cidadania adulta e responsável” (cit. por Weiner, I., 1995, p. 1). Além disso, Platão definiu a juventude como “embriaguez espiritual. É um impulso natural para experimentar estados psíquicos ardentes e inflamados e caracteriza-se pela emocionalidade...” (p. 3).

Por seu lado, Aristóteles preocupou-se com a natureza instável e imprevisível da juventude que descreveu, na *Retórica*, como “impulsiva, irascível, muito emocional de um modo geral e incapaz de diferir as gratificações ou de tolerar a crítica” (cit. por Weiner, I., 1995, p. 1).

Também Sócrates, na dedicação à educação dos mais novos, espantou-se com os seus comportamentos: “as crianças agora amam o luxo. Têm más maneiras, desprezo pela autoridade. Mostram desrespeito pelos mais velhos e adoram conversar em vez de trabalhar. As crianças são agora os tiranos e não os criados dos seus lares” (cit. por Weiner, I., 1995, p. 1).

A adolescência é marcada ao longo dos tempos e das culturas por ritos de passagem. Em culturas simples, o período de iniciação é curto, onde homens e mulheres jovens são necessários para fazer o trabalho adulto. Os ritos de iniciação variam de cultura para cultura, mas geralmente envolvem um período de privação de alimento ou outras provações.

Os “aborígenes australianos e alguns povos africanos circuncisam os adolescentes. A tatuagem é usada no Pacífico Sul” (Lewis, M. & Wolkmar, F., 1993, p. 221).

Na nossa cultura, também a “passagem da infância ao ser adulto foi durante longo tempo obra de uma iniciação. O ser armado cavaleiro (a cerimónia de espada atribuída, do poder, do phalus) é um bom exemplo medieval deste processo” (Amaral Dias, 1979, p. 17). Na “ausência dos rituais de passagem, a adolescência é em si uma passagem” (p. 16).

De acordo com Figueiredo, Ferronha, Vaz, Costa e Fleming (1983) a Adolescência, como “período de desenvolvimento indo desde a puberdade até à maturação social, começa com a mutação biológica que vai

2.2 AS GERAÇÕES

2.2.1 Assunção ao Estatuto de Adulto

Entre as espécies animais o Homem é aquele que, entre o nascimento e a maturidade plena decorre um longo período de crescimento e de aprendizagem. Dentro deste desenvolvimento vital “a adolescência é um período que tem os seus antecedentes na infância e as suas consequências na vida adulta” (Moreno, 1986, p. 4). O que é inteiramente corroborado por Malpique (1990) quando refere que, a “infância é longa, o período de latência e de juventude não se conhecem em nenhuma outra espécie a mediar a entrada no estado adulto (p. 79).

A importância da adolescência na sociedade ficou registada na história, desde a antiguidade clássica, por filósofos de insofismável importância.

Platão inquietou-se com a inconstância dos jovens e “dedicou o Livro III de A República aos métodos de educação da juventude tendo em vista uma cidadania adulta e responsável” (cit. por Weiner, I., 1995, p. 1). Além disso, Platão definiu a juventude como “embriaguez espiritual. É um impulso natural para experimentar estados psíquicos ardentes e inflamados e caracteriza-se pela emocionalidade...” (p. 3).

Por seu lado, Aristóteles preocupou-se com a natureza instável e imprevisível da juventude que descreveu, na Retórica, como “impulsiva, irascível, muito emocional de um modo geral e incapaz de diferir as gratificações ou de tolerar a crítica” (cit. por Weiner, I., 1995, p. 1).

Também Sócrates, na dedicação à educação dos mais novos, espantou-se com os seus comportamentos: “as crianças agora amam o luxo. Têm más maneiras, desprezo pela autoridade. Mostram desrespeito pelos mais velhos e adoram conversar em vez de trabalhar. As crianças são agora os tiranos e não os criados dos seus lares” (cit. por Weiner, I., 1995, p. 1).

A adolescência é marcada ao longo dos tempos e das culturas por ritos de passagem. Em culturas simples, o período de iniciação é curto, onde homens e mulheres jovens são necessários para fazer o trabalho adulto. Os ritos de iniciação variam de cultura para cultura, mas geralmente envolvem um período de privação de alimento ou outras provações.

Os “aborígenes australianos e alguns povos africanos circuncisam os adolescentes. A tatuagem é usada no Pacífico Sul” (Lewis, M. & Wolkmar, F., 1993, p. 221).

Na nossa cultura, também a “passagem da infância ao ser adulto foi durante longo tempo obra de uma iniciação. O ser armado cavaleiro (a cerimónia de espada atribuída, do poder, do phalus) é um bom exemplo

medieval deste processo" (Amaral Dias, 1979, p. 17). Na "ausência dos rituais de passagem, a adolescência é em si uma passagem" (p. 16).

A adolescência enquanto estágio, foi um produto tanto da fisiologia como da cultura surgindo no final do século XIX e princípio do século XX. Tornou-se evidente pelo fenómeno da Industrialização que, desencadeou profundas mudanças estruturais que afectaram não só o desenvolvimento de infra-estruturas mas também a realidade social, ao nível da escolarização, das relações familiares e das oportunidades profissionais (Sprinthal e Collins, 1988). Logo, surgiu um estágio intermédio de desenvolvimento, com características próprias, que hoje se designa por adolescência (Galland, 1991).

De acordo com Figueiredo, Ferronha, Vaz, Costa e Fleming (1983) a Adolescência, como "período de desenvolvimento indo desde a puberdade até à maturação social, começa com a mutação biológica que vai acelerar o processo de crescimento físico e provocar a maturidade sexual. Acabará com a assunção do estatuto de adulto, o que apresenta enormes variações socioculturais" (p. 41).

Segundo Fleming (1993) a Adolescência era uma "etapa transitória curta e palco de rituais iniciáticos facilitadores da separação da família de origem e da aquisição rápida do novo status de adulto, transformou-se, nas sociedades industrializadas do Ocidente, numa fase longa do ciclo de vida" (p. 21).

De acordo com Gonçalves, Parente, Veloso, Gomes e Januário (1998) a passagem da "condição social de jovem" à "idade adulta" nem sempre são consensuais. No entanto, poder-se-á apontar o ingresso na vida activa como um "elemento de transição já que é através deste que se concretiza uma certa autonomia face à família de origem, tanto em termos económicos, como habitacionais. Quando as juventudes são consideradas na sua diversidade, as vertentes a ter em conta no acesso à vida adulta são, elas próprias, diferenciadas e flutuantes" (p. 141). No entanto, nas sociedades ocidentais contemporâneas esboça-se um adiamento da entrada dos jovens no mercado de emprego, assim como o acesso a uma condição profissional estável e duradoura, o que se traduz, no domínio da vivência social num prolongamento da condição social de jovem.

Sampaio (1994) considera que o aumento da escolaridade é o factor mais significativo na determinação da adolescência como etapa do desenvolvimento, fazendo com que tenha havido uma progressiva atenção face ao problema dos jovens. Há assim uma demora na entrada no mundo do trabalho, sobretudo nas comunidades urbanas. Que atrasa a entrada do jovem no mundo produtivo. permite a valorização da família e do grupo de jovens como espaço emotivo e cria verdadeiramente a adolescência. sobretudo no século actual. Braga da Cruz et al. (1984) consideram que o aparecimento da juventude é produto histórico do processo de industrialização tecnológica das sociedades e da escolarização de massas, sendo uma condição social, isto é, «uma situação de dependência e subordinação. caracterizada pela existência dos elementos que conferem a plenitude dos atributos da" (p. 60) "cidadania social. É a existência de interesses colectivos de geração, independentes dos interesses sociais globais contrastantes, que identifica socialmente a juventude.

Segundo Ambrósio (1985) entrar no mundo do trabalho é um passo indispensável para aquisição do estatuto de adulto nas sociedades industrializadas de hoje, onde o adulto se reconhece e se valoriza, predominantemente, pelo papel produtivo que desempenha na comunidade. Para a "sociedade, é a experiência de uma actividade produtiva que normalmente veicula a avaliação do sentido de responsabilidade dos jovens face ao mundo dos adultos" (p. 18).

Actualmente, nós vivemos numa civilização em que o "alongamento da transição em que o tempo de passagem para o estatuto de adulto tem sido progressivamente alongada por imperativos cada vez mais exigentes de formação cada vez maior (Figueiredo, E., 1983, p. 183).

Contudo, o aumento da escolaridade obrigatória e as próprias condições económicas adiam a saída do adolescente de casa. Como referem Handlin et al. (1971, citado em Fleming, 1993) "a pressão sobre os jovens para adiar a transição para a adultícia é enorme, apesar de ser evidente que eles atingem a maturidade física mais cedo que no passado" (p. 37).

Esta constitui, com efeito, segundo Fleming (1993), uma das grandes contradições desta fase de ciclo de vida. É que apesar de ser uma fase de transição, ao longo da qual o jovem faz toda uma série de aquisições (biológicas, psicológicas, cognitivas, etc.) que lhe permitem passar de um estado de total dependência para um estado de autogoverno e auto-suficiência: apesar do desejo de autonomia surgir muito cedo nos jovens e constituir um valor importante para estes, como o indica inúmeros estudos (Figueiredo, 1985; Fleming, 1993); apesar de, a nível familiar, os pais encorajarem a autonomia, por perceberem que esta constitui uma condição essencial de crescimento (Campbell, 1969) e apesar de valores como a independência e o direito a uma identidade individual, livre e autónoma, serem extremamente importantes na sociedade ocidental actual (Fleming, 1993), a aquisição de uma vida independente e autónoma, que tem o seu expoente máximo na saída de casa e na separação dos pais, está a fazer-se cada vez mais tarde, devido ao aumento dos estudos, à crescente necessidade de especialização, à dificuldade de obtenção de empregos ou à obtenção de empregos precários que impedem a independência económica.

A aquisição de autonomia a diferentes níveis é, deste modo, um aspecto fundamental a estudar nos jovens. Só com a aquisição da autonomia poderão os jovens desenvolver uma visão do mundo independente da dos pais e defender valores sociais diferentes dos pais. Assim, este capítulo irá tratar da aquisição da autonomia, procurando perceber de que maneira as relações com os pais, ou o modo com estas são percebida pelos jovens, assim como, as suas práticas educativas, podem promover (ou não) a autonomia nos jovens, facilitando a aquisição de valores distintos dos pais.

Na transição da adolescência para a idade adulta dão-se importantes modificações psicológicas que preparam o jovem para as responsabilidades da adultícia (Figueiredo, 1993).

A questão da individualização ou autonomia é um processo necessário na transição da infância para a idade adulta (Smollar & Youniss, 1985; Coleman, 1980; Fleming, 1993; Sampaio, 1994; Palmonari et al., 1991; Kirchler et al., 1991), e indispensável para a construção da identidade do adolescente. Por outro lado, Figueiredo (1988), através de alguns estudos empíricos, evidencia existir um progressivo desejo de autonomia por parte dos adolescentes. Contudo, e de acordo com Fleming (1993), só nos últimos anos esta questão tem merecido algum e o devido interesse por parte dos investigadores. O processo de separação-individualização representa para o adolescente um momento particularmente difícil; este processo realiza-se através do confronto directo com os adultos mais significativos (Coleman, 1983; Fleming, 1993; Sampaio, 1994).

Já os trabalhos de investigação de Baumrind (1968) evidenciam que o processo de autonomia está dependente das atitudes dos pais, ou seja, existe uma estreita relação entre a capacidade de o adolescente se autonomizar e a capacidade de os pais estimularem e facilitarem esse processo de separação, tornando indispensável a existência de uma definição inequívoca das fronteiras e das regras para o comportamento. Por outro lado, e de acordo com Sampaio (1994), depende também, simultaneamente, da "qualidade emocional do vínculo que liga pais e filhos adolescentes" (p. 243), ou seja, da existência de uma relação calorosa, de afecto e de aceitação.

Todavia, o desejo de autonomia, a assunção da capacidade de desautorização e desidealização, compreendida em termos interpósíquicos envolvendo os progenitores, traduz-se, ao nível destes, por uma perda de amor, autoridade e admiração. A inevitável decepção sentida pelos progenitores perante este processo organiza o conflito de gerações por parte dos pais. A capacidade destes em assumirem as perdas narcísicas daí decorrentes permite a habitual boa resolução do conflito (Figueiredo, E., 1985, p. 1006)

Autonomia não é um dado adquirido antes uma meta a atingir, uma potencialidade a desenvolver, uma competência a exercitar. O conceito de autonomia remete-nos tanto para a capacidade de cada um em assumir e dirigir a sua própria vida, através de decisões livres e responsáveis, como para o comportamento do meio envolvente que poderá favorecer ou limitar significativamente o exercício e desenvolvimento da autonomia pessoal. (D' Orey, I., 1993, p. 8).

De acordo com Figueiredo (1985) parece óbvio que o desejo de autonomia, "motor dos conflitos pela parte dos jovens, se vai reforçar pela aquisição da capacidade de desautorização e desidealização, traduzindo-se não só em comportamentos que revelam a assunção destas capacidades, mas também num processo de produção de valores capazes de autojustificar os jovens na sua oposição divergência, como os progenitores" (p. 1007). Resolvemos estudar o conflito de valores não só para conhecer aspectos da realidade actual, mas também por considerar que só o "conflito de gerações provoca a emergência do conflito de valores, que não se justifica por mais nenhuma outra razão. Só o conflito de gerações produz valores por imperativos do próprio conflito. Daí que estudo destes nos possa dar indicações excelentes sobre o que eventualmente se passará

dentro de vinte anos, quando a geração actual dos 20 .assumir responsabilidades em praticamente todos os domínios da sociedade portuguesa" (p. 1007).

O valor essencial nas civilizações ocidentais contemporâneas, é salvaguardarem o direito a uma identidade pessoal e incentivarem a separação da família nuclear de origem esperando contudo, que permaneçam fortes laços familiares e relações mutuas entre pais e filhos ao longo da vida. Espera-se que o indivíduo seja capaz de resolver este paradoxo: por um lado "as gratificações e as limitações da dependência infantil" e, por outro, "as gratificações que a autonomia proporciona" (Fleming, 1993, p. 22). A adolescência foi a primeira área onde se investigaram estas, questões. Desde os estudos de Stanley Hall (1940) que não mais cessaram os trabalhos científicos nesta área. A partir dos trabalhos de Erikson (1959), ficou claro que o processo de autonomização, apesar de iniciado na infância (autonomia versus perda de confiança), é retomado na adolescência, na construção da identidade, para ainda influenciar as restantes fases do ciclo de vida.

Braga da Cruz, Seruya, Reis e Schmidt (1984) referem que os limites da juventude, não são só determinados pela natureza biológica, nem pela idade cronológica, mas antes pelas condições socioculturais (embora os critérios biológicos e etários sejam também socialmente articulados para a configuração da juventude), são por isso extremamente fluidos e variam de sociedade para sociedade, de acordo com a progressiva divisão social do trabalho e com as exigências de especialização do processo produtivo. Ora a juventude, como intervalo que decorre entre a maturidade física e a maturidade social, segundo a caracterização de Charles E. Bidwell f, era, nas sociedades primitivas, praticamente inexistente, já que nelas eram coincidentes essas duas maturidades. O acesso à idade adulta não era prolongado, mas antes reduzido a mero «rito de iniciação». A conferição do estatuto da maturidade era momentânea e a transição da infância para ela quase imediata. Com o avanço da modernização das sociedades, e correspondente complexificação do desempenho de funções sociais, tem-se vindo a assistir ao prolongamento da aprendizagem social ou socialização dos actores. São sobretudo as crescentes necessidades de qualificação e especialização ocupacionais que têm vindo a retardar progressivamente o ingresso na idade adulta, engrossando cada vez mais esse corpo social de aprendizes e de futuros «cidadãos» que são os jovens.

Alguns estudos empíricos (Bonini & Zani, 1991; Coleman & Hendry, 1990) demonstraram que, à medida que o adolescente se vai distanciando da família se vai centrando cada vez mais no grupo amigos. Os pares passam a representar para o adolescente uma referência fundamental, estes, permitem-lhe construir o terreno social, no qual se apoia para a evolução da sua autonomia, sem o controlo dos adultos e mais concretamente dos pais. O grupo passa a ser percepcionado como um lugar onde podem "encontrar novos valores, experienciar novos papéis sociais e, enfrentar algumas situações difíceis e significativas, tais como, relações de amizade, as primeiras relações de namoro/casal e dificuldades escolares como será demonstrado

com a análise dos nossos resultados. Assim, o grupo de amigos ajuda a definir e a construir a sua identidade psicossocial" (Pereira, M. G., 1998, p. 74)

O jovem adolescente terá que abandonar pouco e pouco a sua posição de dependência face aos pais e caminhar para uma progressiva autonomia face à família. Como refere Dolto e Tolitch (1991) há que "abandonar pouco a pouco a protecção familiar como um dia se abandonou a placenta protectora" (p. 15).

Dias Cordeiro (1979) considera que o luto face aos imagos parentais é decisivo para o prosseguimento do curso normal da evolução, porque «a partir da liquidação conseguida dos imagos parentais passa a existir a possibilidade do estabelecimento de novas relações amorosas extrafamiliares». Esta alteração das relações Pais - filhos é difícil para ambos, visto que os pais também terão de alterar o tipo de relacionamento que até aí estabeleciam com os seu filhos.

A adolescência aparece nas representações comuns associada a um período de agitação, irreverência e inconformismo. Ferreira, P. M. (2000) (p. 55) A escola assume um papel muito particular na génese dessas manifestações na medida em que coloca o adolescente em contacto com um mundo institucionalizado e formal que exige o respeito das regras que o regulam. Ferreira, P. M. (2000).(p.56)

Blos (1962) fala da adolescência como segundo processo de individuação. O primeiro processo de individuação atingir-se-ia por altura do terceiro ano de vida, com a separação da criança face à mãe. Na adolescência haveria também, como já vimos, um afastamento dos imagos parentais e a descoberta de objectos de amor e ódio fora da família. Em ambos os processos de individuação há uma vulnerabilidade na organização da personalidade, aqui na adolescência entendida sobretudo como uma necessidade sentida pelo jovem de experimentar situações de emoção intensa, para lidar com o vazio interior que se segue ao quebrar das ligações infantis. Poderemos mesmo afirmar, como faz Coleman (1974), que o afastamento dos objectos internalizados é a chave para a compreensão psicanalítica da adolescência, para Blos (1979) na adolescência tem de existir regressão, ou seja, para se apaixonar agora tem que revisitar as paixões da infância: reculer pour mieux sauter, como lembra Coleman (1974). Mais diante veremos, no nosso estudo de adolescentes que fizeram tentativas de suicídio, como esta noção de regressão na adolescência é essencial para a compreensão de muitas situações.

Freud, vê na separação adolescente - progenitores, uma tarefa dolorosa mas essencial ao desenvolvimento do Homem e da Sociedade: "o desligar do indivíduo da autoridade dos pais é uma das mais necessárias mas também uma das mais penosas realizações do desenvolvimento. E inteiramente necessário que se realize e devemos supor que todo o ser humano normal consegue, em certa medida, consumir essa separação. Com efeito, o progresso da sociedade depende, em geral, da oposição das duas gerações" (Freud, 1909, p. 237).

Blos (1967) acentua a perda das dependências familiares, de natureza emocional e afectiva e põe o ênfase na mudança das relações objectais aos pais. Postula como objectivos desenvolvimentais desta segunda

individuação a aquisição dum sentimento de self autónomo e com limites bem determinados: "o que na infância é a ruptura da membrana simbiótica para se tornar uma criança individuada" (Mahler, 1963) torna-se na adolescência a perda das dependências familiares, o abandono dos laços objectais infantis" (p. 163).

Na perspectiva de Erikson, o conflito dominante na adolescência seria entre a formação de identidade vs. difusão de identidade, os produtos das crises prévias são integrados num todo coerente, num sentimento de ser distinto e diferenciado dos pais. O processo de formação de identidade inclui nesta perspectiva, a integração das identificações infantis precoces com outros aspectos psicológicos e psicossociais e a aquisição da identidade do Ego liquida a necessidade desenvolvimento! de novas identificações. O indivíduo ingressa no entanto em novas crises desenvolvimentais (intimidade, generatividade) ao longo do ciclo de vida, é a chamada crise da "meia-idade", altura em que normalmente ocorre a adolescência nos filhos. Stierlin (1974) sistematiza os modos de resolução dos conflitos entre casais e descreve a tendência que os pais têm para replicar junto dos seus filhos os modos como eles próprios se ligaram às suas famílias de origem.

A importância dos conflitos não resolvidos, relacionados com a autonomia e dependência dos pais face às suas famílias de origem, tem sido sublinhada por vários autores, enquanto factor decisivo nas perturbações *borderline* e narcísicas, em adolescentes"

A assunção básica presente nesses trabalhos é a de que a separação envolve as gerações presentes e também as do passado numa cadeia de ligações e separações que apenas a perspectiva intergeracional permite compreender.

Ainda sobre as vicissitudes da separação pais-adolescentes, merecem particular destaque, os trabalhos de Shapiro e colaboradores que têm utilizado os conceitos derivados das teorias de Bion (1961) sobre os pequenos grupos e também os conceitos de Identificação Projectiva, Parentificação e Lealdade.

A forma como Zinner & Shapiro (1972) compreendem a importância da Identificação Projectiva na relação pais-adolescentes recorre a uma compreensão do passado dos próprios pais: "a natureza do material projectado [...] contém elementos altamente conflituosos numa relação de objecto com os pais da sua própria família de origem. Nestas situações a projecção por parte dos pais de elementos das suas próprias relações previamente internalizadas serve não somente uma função defensiva mas também a função de restaurar: a de trazer de volta à vida, através dos descendentes, os seus próprios objectos perdidos, bons e maus" (p. 526).

A chave para uma separação bem sucedida no adolescente, seria a capacidade de romper com as "velhas e invisíveis lealdades", a renúncia ao sacrifício da liberdade pessoal pese embora os ganhos secundários das perdas e lutos sempre adiados. Por outras palavras e parafraseando Nagy & Spark "a liberdade ou a potencialidade para novos envolvimento (compromisso amoroso, casamento, paternidade) tem de ser confrontada com as velhas obrigações que puxam para os laços simbióticos duradouros" (cit. in Peppitone, 1980, p. 67).

Segundo Alarcão (2000) o grupo de pares oferece ao adolescente um suporte importante na contenção de muitas suas angústias, na experimentação de diversos papéis, na vivência de certos afectos e no desenvolvimento de atitudes valores e ideias, num processo de reorganização recursiva entre o que o adolescente experimentou no passado, vive no presente e deseja no futuro" (p. 171). Facilitar a saída dos filhos de casa passa, em nosso entender, por promover a sua individualidade e autonomia num contexto de respeito mútuo, onde a área comportamental é, talvez, a mais comprometida, e portanto sujeita a negociação, mas onde as dimensões intelectual e afectiva se oferecem como um longo campo para a prática da nova ordem relacional" (p.187).

Braga de Cruz et al., que "o acesso à idade adulta é basicamente determinado pelo ingresso na vida activa ... e que se completa pela aquisição de uma autonomia social, que se corporiza pela emancipação não só económica, mas também habitacional da família de origem ..." (p. 285).

Também os jovens portugueses, num estudo realizado a nível nacional por Sedas Nunes et al. (1989), indicam um distanciamento afectivo face aos pais e manifestam o desejo de deixar de viver com estes, sem que isto signifique ruptura conflitual com a família, podendo antes ser entendida como parte integrante deste período. Contudo, este desejo de autonomia não é independente do grupo etário e meio ambiente (e diria também do meio sociocultural): os contornos desse desejo começam a evidenciar-se entre os 15-17 anos, mas tomam uma forma clara a partir dos 18-20 anos. No meio rural em comparação com o meio urbano, constata-se uma tendência nítida em deixar a casa dos pais para viver uma relação conjugal na sua própria casa, sendo essa tendência mais forte entre as raparigas (Sedas Nunes et al. 1989). Muitas vezes, o casamento representa para as raparigas a liberdade não alcançada em casa dos pais.

São os jovens estudantes que aspiram continuar a viver em casa dos pais, o que na opinião de Sedas Nunes et al. (1989) não se pode desligar da função instrumental que a família desempenha. Efectivamente, esses jovens encontram-se na total dependência económica dos pais, e frequentemente pertencem aos mais elevados estratos sócio-económicos, ou seja, são os que mais facilmente têm acesso ao ensino. A medida que se desce na hierarquia social menos os jovens vão beneficiando da função instrumental da família e maior é o desejo de se emanciparem da relação de dependência social que geralmente se estabelece entre pais e filhos.

Porém o desejo de emancipação por parte dos jovens não significa necessariamente quebra dos "ritos simbólicos de respeito e afecto entre pais e filhos" (Sedas Nunes et al. 1989, p. 168). Ainda segundo estes autores, neste processo de transição os vínculos vão-se modificando traduzindo-se muitas vezes num distanciamento de relacionamento e/ou comunicação. Parece-nos, contudo, que se anteriormente estas famílias tinham um bom relacionamento e uma boa comunicação com os filhos, na fase adolescencial pode diminuir, sem redundar num debilitamento ou num desaparecimento.

O processo de emancipação pressupõe a criação de outras redes de relações afectivas \ orientadas, quer para os amigos quer para novas famílias. E por outro lado, de acordo, com Vala (1986), à alteração da posição do jovem no sistema de relações familiares corresponde uma alteração na sua rede de relações sociais, ou seja, paralelamente ao processo de autonomia dos progenitores o adolescente investe no grupo de pares.

Fleming e Aguiar (1992) a separação da família provocada pela saída de casa dum filho, por razões escolares (ingresso na Universidade, por ex.) ou outras, constituem uma transição evolutiva importante na fase final da adolescência e entrada na adultícia.

Segundo Erickson (1968), a sociedade cria situações que permitem ao jovem adiar qualquer decisão acerca da sua identidade e evitar assumir compromissos de adulto e, simultaneamente, possibilita o contacto do jovem com vários papéis sociais que lhe permitem descobrir quem é. A formação da identidade, na perspectiva de Erickson (1968), faz-se através da integração das identificações infantis precoces com outros aspectos psicológicos e psicossociais e traduz-se num sentimento de ser distinto e diferenciado dos pais.

De acordo com Fleming (1993), uma das tarefas principais a atingir no selo da família é a progressiva autonomia do adolescente face aos pais, o que implica a separação psicológica e o distanciamento físico dos pais e a formação da identidade. Só esse sentimento de autonomia, que progressivamente o jovem vai adquirindo face aos pais, lhe permite, por outro lado, estabelecer e desenvolver relações com os pares estas, também, fundamentais para o desenvolvimento de uma identidade própria e para o desenvolvimento de uma sexualidade adulta.

Deveraux (1970) no estudo que desenvolveu com jovens estudantes do 10º ano de escolaridade, verificou que os sujeitos mais autónomos, ou seja., mais capazes de defender aquilo que acham correcto, sem ceder a influências, quer do grupo de pares, quer dos adultos, eram aqueles que tinham um grande contacto e experiência com o grupo de pares, mas que, simultaneamente, provinham de famílias que proporcionavam níveis moderados de apoio e de afecto e níveis moderados de controlo e disciplina.

É no grupo de pares que o adolescente contacta, pela primeira vez, com novas regras e valores acerca do sexo, da droga, da moda e estilos de vida, constituindo, deste modo, uma fonte importante de conhecimento acerca de novos valores sociais, atitudes e padrões de comportamento. Para além disso, é no grupo de pares que o adolescente desenvolve um sentimento de pertença e experimenta novas possibilidades (por exemplo, de desenvolver relações íntimas), que não pode experimentar no seio da família ou da comunidade adulta. Por último, os pares constituem termos de comparação, com base nos quais o adolescente se avalia e desenvolve uma definição acerca de si próprios essenciais na formação da sua identidade (Fleming, 1993).

De acordo com Campbell (1969) o grupo de pares surge no "espaço" que se situa entre as relações familiares e as relações com a sociedade (dos adultos). O progressivo afastamento da família, motivado pelo seu desejo de autonomia, levam-no a procurar outras relações fora do espaço familiar.

Segundo Moore (1987) os estudos que se têm realizado acerca da autonomia centram-se, essencialmente, no início da adolescência e poucos são aqueles que estudaram este aspecto na fase final da adolescência. Na sua opinião, a separação da família ou a saída de casa constitui uma transição normativa importante, típica do final da adolescência.

Algumas investigações indicam que a maneira como os jovens percebem a separação dos pais e a saída de casa (expressão da aquisição de autonomia) se faz pela positiva, ao invés de pela negativa. i.e. os jovens pensam que ganham mais (autonomia, autocontrolo, autogoverno, etc.) do que perdem (ligação emocional) (Moore, 1987).

Este autor verificou que os jovens (com 18-21 anos de idade) constroem a separação dos pais segundo oito dimensões, moderadamente relacionadas entre si, umas dizendo respeito à autonomia e outras à vinculação. A dimensão de autogoverno (que inclui aspectos como sentir-se maduro, sentir-se como um adulto, ser independente, tomar as suas próprias decisões, etc.) foi aquela mais valorizada pelos jovens. Contudo, não verificou qualquer correlação entre as dimensões autogoverno e desvinculação emocional (que se caracteriza pelos seguintes aspectos: não estar ligado à família, não ver a família muitas vezes, sentir-se como uma visita quando vai a casa, etc.) indicando, claramente, que a saída de casa ou a separação dos pais não significa para estes adolescentes a quebra dos laços familiares.

Ao relacionar estas dimensões com outros dados, tais como solidão, auto-estima, identidade do ego, dificuldades sentidas de saída de casa, sentimento de estar a ser abandonado ou de estar a abandonar os pais, Moore verificou que os adolescentes tardios (i.e., com 18-20 anos de idade) que constroem a separação, fundamentalmente, como um processo que possibilita o autogoverno, são aqueles que se sentem menos sós e que têm uma maior auto-estima. E que., pelo contrário, aqueles que constroem a separação dos pais, fundamentalmente, como um processo de desvinculação emocional não conseguem manter, durante o processo de separação, boas relações com os pais e, principalmente, com a mãe. Para além disso, os rapazes que construíram a separação dos pais como um processo de desvinculação emocional sentem-se mais sós, têm uma auto-estima mais baixa, têm uma identidade do ego menos forte e referem ter dificuldades em sair de casa.

Na mesma linha de pensamento, Fleming e Aguiar (1992) desenvolveram uma investigação com o objectivo de estudar as representações que os jovens universitários (com 18-25 anos de idade) fazem da saída de casa. Para além disso, procuraram introduzir um novo dado, analisar o modo como estas representações estão associadas às expectativas que os pais têm acerca da saída de casa dos seus filhos. Utilizaram uma metodologia projectiva por forma a captar as representações dos jovens. Era-lhes pedido que imaginassem uma história passada, acerca de um indivíduo com a sua idade, que se separa dos pais e vai viver num sítio diferente e era-lhes pedido, ainda, que apresentassem as razões de saída de casa do indivíduo e que descrevessem como antevêm o seu futuro. Estas autoras recorreram, ainda, a um inquérito por forma a caracterizar as

expectativas dos pais em relação à saída de casa dos filhos. De um modo geral, verificaram que os adolescentes representam a saída de casa num cenário de conflito com os pais (56%). Contudo, a maior parte deles (62%) aponta como razão da saída de casa a conquista de autonomia e, apenas, 35% aponta como razão da saída de casa o conflito com os pais. De acordo com Fleming e Aguiar, ao representarem a saída de casa num cenário de grande conflitualidade, os adolescentes estão a tornar este processo mais fácil: a saída de casa não seria uma iniciativa sua, mas surgiria, antes, como reacção ao ambiente familiar. Ao representar assim a saída de casa, os sentimentos de culpa e de deslealdade para com os pais seriam reduzidos.

Ao comparar estes resultados com outros obtidos num estudo semelhante realizado em 1986, com uma população de jovens do secundário (com 12-19 anos de idade), Fleming, e Aguiar (1992), verificaram que, embora a maior parte dos jovens represente a saída de casa num cenário de conflito, os estudantes do secundário apresentam, fundamentalmente, como razões de saída de casa o conflito com os Pais, ao contrário dos estudantes universitários que apresentam como razão fundamental para a saída de casa o desejo de autonomia. Para além disso, os estudantes do secundário, ao contrário dos universitários, antevêem um futuro negro para o seu personagem.

Fundamentalmente, as autoras explicam estas diferenças - em termos das expectativas futuras - não com base na diferença de idades, mas com base na condição de vida dos jovens. Os estudantes universitários constituem uma população privilegiada em relação ao emprego, e, como tal, conseguem antever mais claramente o seu futuro e sentir que têm um maior controlo sobre a sua vida, o que lhes imprime um sentimento de segurança. O mesmo não se passa com os estudantes do secundários, que ainda não tomaram decisões concretas em relação ao seu futuro, encontrando-se este muito menos definido, por razões que se prendem, também, com a sociedade actual.

As expectativas que os pais mantêm em relação aos seus filhos são, também, diferentes num estudo e no outro. Os pais cujos filhos frequentam a universidade demonstram mais expectativas positivas, ao contrário dos pais dos estudantes do secundário, que apresentam mais expectativas negativas. Estas diferenças podem ser, igualmente, explicadas, pelo facto dos estudantes universitários terem um futuro mais seguro e claro do que os estudantes que ainda se encontram a frequentar o secundário.

Ambos os estudos apresentados procuraram descrever as representações que os filhos fazem da saída de casa. Embora utilizando métodos e populações diferentes, pode concluir-se que, para as duas populações de universitários, aquilo que é mais valorizado na separação dos pais é aquilo que se conquista (o autogoverno, segundo Moore e a autonomia, segundo Fleming, e Aguiar). Para além disso, o estudo de Moore pôs ainda evidência que aquilo que se perde (desvinculação emocional dos pais) é uma dimensão pouco importante na separação, tal como é representada nos estudantes universitários.

Assim, a separação da família e a separação dos pais não é entendida, pelos jovens universitários, como uma quebra dos laços familiares. De facto, Sullivan e Sullivan (1980 citado em Fleming, 1993) comparando dois grupos de rapazes com 17 e 18 anos, um dos quais ingressava pela primeira vez na universidade, observaram que esse grupo manifestava aumento de afecto, comunicação, satisfação e independência em relação aos seus pais. Este facto apoia, deste modo, a ideia de que o processo de autonomia, na adolescência e no final da adolescência não é um processo de desvinculação, mas antes um processo durante o qual a vinculação cresce de uma maneira menos intensa do que na infância e, para além disso, onde se assiste a uma alargamento dos vínculos emocionais a outras figuras (Bowlby, 1969, citado em Fleming, 1993). Porém, segundo Fleming (1993) a separação dos pais e o estabelecimento de relações extra-familiares só é possível mediante o estabelecimento e interiorização de relações íntimas e recíprocas, seguras e securizantes. A vinculação deve ser entendida, na sua opinião (1993) como "um laço afectivo persistente que promove comportamentos de autonomia no adolescente e não como um laço que promove a dependência" (pág. 305). Outros aspectos fundamentais que podem funcionar como facilitadores (ou inibidores) da aquisição de autonomia são as práticas educativas (Deveraux, 1970; Etxebarria, 1992) e a percepção das atitudes parentais (Fleming, 1992, 1993).

Deveraux (1970) estudou a associação que existia entre determinadas práticas educativas e o desenvolvimento moral nos adolescentes., tendo aplicado m inquérito de auto-preenchimento a estudantes do 10º ano (portanto, com 15/16 anos), através do qual queria classificar as famílias de acordo com a sua estrutura de autoridade, e aplicou uma escala aos professores e orientadores escolares, através do qual pretendia obter uma série de informações relativas aos alunos. Este autor verificou que aqueles estudantes criados em casas onde as práticas educativas ofereciam muito pouco controlo e autoridade, mas onde predominava um clima de afecto, apoio e cuidados e uma relação de grande proximidade entre pais e filhos, eram aqueles mais populares, sensíveis aos outros, eram os mais espontâneos e os que se exprimiam melhor. Contudo, eram também os mais irresponsáveis, imaturos, ansiosos, resistentes à autoridade dos professores e tendo notas baixas. O autor, utilizando o mesmo método, elaborou um estudo transcultural, através do qual pretendia comparar diferenças culturais em duas populações - uma de estudantes americanos e outra de estudantes alemães. Escolheu como populações alunos alemães do 6º ano (logo, com 11/12 anos) e alunos americanos com características correspondentes. Concluiu que os pais das famílias alemães mantinham um controlo mais apertado e uma maior autoridade que os pais das famílias americanas. Para além disso, os pais alemães demonstravam, simultaneamente, maiores cuidados parentais, tratando os pré-adolescentes como crianças e promovendo a sua dependência. Este estudo demonstrou que os estudantes alemães eram mais dependentes em relação aos americanos. os quais eram mais sofisticados e maduros socialmente. Contudo, outras observações a nível de estudantes universitários alemães e americanos demonstraram que estes eram menos maduros e autónomos, procurando no grupo de pares o apoio que não tinham tido em casa. Com base nestes dados, Deveraux concluiu

que um nível óptimo de afecto e apoio associado a um nível óptimo de disciplina e controlo constituiria a prática educativa que permitiria o desenvolvimento psicossocial saudável do adolescente, numa perspectiva do desenvolvimento moral.

Observações semelhantes foram realizadas por Fleming, (1992, 1993), muito embora, em populações distintas e em relação a aspectos diferentes. A autora procurou estudar a autonomia comportamental, medida através de um inquérito, em três grupos de estudantes com idades distintas: 12/13 anos, 14/16 anos e 17/19 anos. Para além disso, através de um questionário, procurou também medir como esses adolescentes percebem as dimensões - amor, hostilidade, autonomia e controlo, nas atitudes desenvolvidas por seus pais. Com este estudo pretendia compreender de que modo a ligação afectiva aos pais e as práticas educativas influenciam a aquisição de comportamentos autónomos.

Este estudo, obedecendo a um *design* transversal, no qual se estudaram e compararam três níveis etários distintos, permitiu verificar que a ligação afectiva e práticas educativas não têm um efeito homogéneo ao longo da adolescência. O seu efeito é diferente consoante as tarefas desenvolvimentais que o adolescente tem em mãos e os conflitos internos e externos com que está a lidar. Com efeito, os resultados obtidos indicam que a percepção de que os pais encorajam o desenvolvimento de comportamentos autónomos está associada a maiores capacidades de realizar autonomia, em qualquer das idades e para ambos os sexos. Para além disso, estes indicam que os adolescentes, principalmente nas fases médias (14/16 anos) e terminal (17/19) da adolescência, que percebem os pais como muito controladores e autoritários, têm menores capacidades para desenvolver comportamentos autónomos.

No que diz respeito à dimensão afecto, verifica-se maiores dificuldades na realização de autonomia nos adolescentes que percebem os pais como muito afectuosos e "com um amor muito grande". Estas dificuldades são mais acentuadas nas raparigas nas fases da adolescência inicial (12/13 anos) e média (14/16 anos). Contudo, na fase terminal da adolescência, a percepção de pais "com um amor muito grande" facilita a aquisição de autonomia nos diversos comportamentos em ambos os sexos. Para além disso, quando os filhos percebem uma grande hostilidade nas atitudes dos pais, a sua capacidade de realizar autonomia diminui, independentemente da sua idade e sexo. Pode-se concluir, deste modo, que as atitudes parentais, tal como são percebidas pelos filhos em termos de ligações afectivas e de práticas educativas, têm consequências diferentes na aquisição da autonomia ao longo do desenvolvimento e nos diferentes sexos.

Ettxebarria (1992) procurou relacionar determinadas práticas educativas com a possibilidade e facilidade de mudança de valores nos adolescentes (com idades compreendidas entre os 16 e 19 anos), tendo desenvolvido um estudo, através do qual pretendia compreender o que acontecia aos jovens que contactavam e se identificavam com outras formas de pensar ou outros valores diferentes daqueles de seus pais. Segundo o autor, o contacto e identificação com valores considerados maus e incorrectos pelos pais e família pode originar

no jovem sentimentos de culpa, que inibam, a mudança de valores - mesmo que o jovem considere os novos valores racionalmente válidos e mais adequados do que aqueles veiculados pelos seus pais e familiares. Ao procurar analisar de que modo as práticas educativas estavam relacionadas com o aparecimento de sentimentos de culpa e, logo, com a dificuldade em mudar de valores, verificou que as práticas educativas, na sociedade ocidental actual, mudam de sexo para sexo, sendo aquelas desenvolvidas para as raparigas mais geradoras de culpa e colocando, deste modo, mais entraves à sua aquisição de autonomia. Este autor verificou que quanto maior a distância entre os valores defendidos pelos pais e os novos valores com que os filhos contactam, maiores eram os sentimentos de culpa vivenciados pelos filhos. Por outro lado, quanto mais fortes eram os valores do grupo de pares sobre determinado aspecto, menores eram os sentimentos de culpa gerados no jovem. Para além disso, verificou que as diferentes práticas educativas tinham repercussões diferentes a nível dos sentimentos de culpa dos adolescentes, podendo algumas dessas inibir o processo de autonomia e provocar a sua submissão. Assim, a indução (i.e., a utilização do medo, temor ou culpa para dissuadir os filhos de qualquer comportamento, atitude ou valor) é a prática educativa mais associada ao aparecimento de sentimentos de culpa nos filhos e, logo, às dificuldades de autonomia. O uso da razão (*racionamento*), técnica educativa que promove a discussão, o debate e troca de ideias e de perspectivas, era aquela menos associada ao aparecimento de sentimentos de culpa, facilitando como tal a adopção de novos valores. É interessante notar que as raparigas eram mais propensas a sentirem mais culpa, muito embora, apenas no campo das condutas sexuais. Estas diferenças são, na opinião do autor, devido à utilização de diferentes práticas educativas com filhos e filhas, especialmente, nesta área.

2.2.2 O Jovem Adulto Estudante Universitário

Há uma frequência cada vez maior de jovens no ensino superior, o que suscitou o interesse pelo estudo das alterações ocorridas na personalidade destes estudantes durante a frequência dos seus cursos. Na opinião de Keniston (1971) e Perry (1970) este argumento foi responsável pelo surgimento de um novo período de desenvolvimento, o de jovem adulto, situado entre a adolescência e a idade adulta. Esta passagem ocorre lentamente e traz consigo mudanças e ajustamentos importantes nas áreas de desenvolvimento psicossocial, cognitivo, papéis sexuais e profissionais.

Em Portugal só recentemente é que o jovem universitário tem sido objecto de estudo pelo que todos os contributos são necessários. Diversos estudos têm sido realizados com o intuito de identificar as mudanças gerais ao nível do desenvolvimento, decorrentes da experiência proporcionada pela educação superior.

Segundo Sprinthal e Collins (1988) a expressão jovem adulto resultou da convergência de determinadas condições: o alargamento da escolaridade e resultante dilação do final da formação académico-profissional; a dependência económica dos pais ou outros; uma maior mobilidade ou movimentação física e cultural devido à melhoria dos recursos económicos, do intercâmbio escolar e cultural; um aumento da distancia relativamente à família; o contacto com outros meios mais estimulantes e a necessidade de maior exploração, comunicação, iniciativa e criatividade, para responder às solicitações internas e externas.

De acordo com os mesmos autores, a identificação da adolescência deveu-se muito ao fenómeno da industrialização que, fomentou profundas mudanças estruturais que afectaram não só o desenvolvimento de infra-estruturas mas também a realidade social, ao nível da escolarização, das relações familiares e das oportunidades profissionais. Logo, os indivíduos permaneciam num estágio intermédio de desenvolvimento (adolescência) quando transitavam da infância para a vida adulta.

Nesta era da pós-industrialização, são visíveis as mudanças psicológicas (novas necessidades, interesses e objectivos), sociais (novos grupos e movimentos sociais) e culturais (novos valores, ideais e identidades colectivas) que estão em curso, afectando directamente o ciclo de desenvolvimento do indivíduo (Galland, 1991).

Keniston (1971) em resultado dos seus trabalhos concebeu a existência de um período de desenvolvimento, denominado youth (juventude). Pela sua riqueza conceptual, tomou-se como mais correcto fazer corresponder ao termo youth a designação de jovem adulto. Para alguns autores, esta seria a primeira fase da vida adulta e para outros um novo período do ciclo de vida. É importante ter-se em conta que, a partir de Keniston, aceitou-se a existência de mudanças estruturais que ocorrem, para além da adolescência e antes da vida adulta. Destaca-se então que a emergência de uma nova fase de desenvolvimento associada aos anos de frequência do ensino superior.

Bromley (1966, citado por Bischof, 1976) fez uma das primeiras referências à fase de desenvolvimento que integra o jovem adulto, denominando-o por *early adulthood*, - a primeira fase da idade adulta, atribuindo-lhe a faixa etária dos 21 aos 25 anos.

Posteriormente, Havighurst (1973) faz corresponder esta fase ao período etário dos 18 aos 35 anos. Descreveu-o como: seleccionar um(a) companheiro(a), aprender a viver com um(a) companheiro(a), formar uma família, educar os filhos, administrar a casa, iniciar uma ocupação, assumir responsabilidades cívicas e encontrar um grupo social conveniente.

Erikson (1959) descreveu também o jovem adulto, dos 19 aos 25 anos aproximadamente, através do conhecido conflito Intimidade versus Isolamento, em que o primeiro pólo seria a capacidade de estabelecer compromisso com os outros nas áreas do trabalho, do amor e da genitalidade e o segundo seria o oposto, ou seja, a recusa da intimidade.

De acordo com Chickering (1969), o alongamento da escolaridade até ao Ensino Superior, é responsável pela criação de um novo período de desenvolvimento, onde determinado tipo de mudanças e ajustamentos predominam. Este período, distinguir-se-ia da adolescência e da adultez e situar-se-ia no intervalo etário dos 17-18 aos 28-30 anos. Segundo este autor, esta é, para muitos estudantes, a última oportunidade de operarem grandes mudanças antes de surgirem definitivamente as responsabilidades e de estabilizarem nas diferentes áreas da vida, social, interpessoal e profissional.

Levinson (1978) refere que, a primeira adultez compreende às idades limite de 17 e 40 anos. Este intervalo etário é típico dos estudantes que frequentam o ensino superior. O primeiro sub-estádio - o período de transição para a jovem adultez (dos 17 aos 22 anos) tem como tarefas principais, terminar a pré-adultez, sair do mundo pré-adulto e dar os primeiros passos no mundo adulto, explorando possibilidades e fazendo escolhas preliminares. E o segundo sub-estádio - a entrada no mundo adulto (dos 22 aos 28 anos), apresenta como principais tarefas criar a primeira e grande estrutura de vida (usualmente casar e/ou viver em casa própria), a continuação da exploração de diversas opções e simultaneamente definir um estilo de vida estável.

Gould (1978, citado por. Bee e Mitchell, 1980) defende também que, à semelhança de Levinson, refere-se a uma primeira fase da vida adulta, através de dois períodos, o primeiro dos quais é também um período de transição (dos 16 aos 22 anos), durante o qual ocorre a libertação da protecção dos pais e o início do consequente processo de independência. O segundo (dos 23 aos 30 anos), define-se pelo desenvolvimento de uma identidade independente.

Kimmel (1980) concluiu que os autores são unânimes em definir uma idade, independentemente da forma como a designam, a partir da qual não se permanece mais na adolescência e, portanto, se ingressa num novo período de desenvolvimento. Enceta-se um período de transição marcado por um conjunto de mudanças substanciais em termos de estatutos e papéis, particularmente ao nível das interacções universitárias como

teremos oportunidade de expor posteriormente, sociais, sexuais e profissionais e que dependerão de factores como: o grupo social de pertença, viver com ou sem os pais, ser homem ou mulher, casado ou solteiro, trabalhador ou estudante.

Como este é um fenómeno mais ou menos recente e ainda pouco abordado pela investigação, muitos são os que acham ainda prematuro concluir em definitivo pela existência deste novo estágio de desenvolvimento que enquadra o estudante do ensino superior (Sprinthal e Collins, 1988). Estudos com estudantes universitários parecem indicar modificações em áreas como: as atitudes, valores, interesses, objectivos, aspirações, planos futuros, clareza e domínio dos impulsos e emoções, auto-conceito, interacção pessoal e competência intelectual (Chickering, 1969).

As referidas mudanças foram também encontradas em indivíduos não estudantes. As investigações neste campo são ainda mais limitadas devido ao facto desta população ser menos acessível aos investigadores. Goldhaber (1986) corrobora esta ideia, acerca daqueles jovens não universitários também vivem um período de transição, embora mais curto, pois a emergência de padrões de vida adulta (por exemplo, um emprego, um casamento, filhos) verifica-se mais precocemente e assume significados diferentes. Pode dizer-se que a sequência básica das tarefas de desenvolvimento parece ser a mesma, o seu significado e timing, na maioria das vezes é diferente.

Porque os jovens adultos vivem este período de vida nas instituições de ensino superior, faz sentido que estas dediquem uma especial atenção aos seus membros, para os ajudar a passar da adolescência para a idade adulta e a estabelecerem uma melhor relação com a sociedade que os envolve. As universidades e respectivas faculdades não podem preocupar-se somente com os desempenhos escolares dos seus estudantes no final dos semestres e anos escolares, ou com o facto de preparar bem os alunos para serem indivíduos altamente especializados. Outras preocupações devem fazer parte de qualquer instituição de ensino, incluindo o superior, devendo ser relacionadas com as diversas áreas de desenvolvimento do indivíduo e, portanto, levar à formulação de objectivos que contemplem os domínios cognitivo, psicossocial, físico, ético-moral e vocacional – profissional (Chickering, 1969).

Foram aplicados inquéritos, que procuraram identificar o impacto do ambiente universitário nos valores morais do indivíduo, na Universidade de Vassar (nos EUA), nos anos 40 e seguintes, sob a orientação de Sanford (1957, 1962, 1966, citado por Chickering, 1969). Dos resultados surgiram algumas teorias do desenvolvimento do estudante universitário, e em particular o apoio aos seus estudantes, através de serviços de aconselhamento psicológico, orientação vocacional. Contudo a tendência para o isolamento pode comprometer as suas capacidades ulteriores de expressão do eu (Erikson, 1972). Quando um jovem não concretiza, por si próprio, relações íntimas com os outros, perto do fim da adolescência e princípio da idade adulta, ele pode decidir-se por relações interpessoais completamente estereotipadas ou experimentar sentimentos de isolamento.

Para Erikson, a intimidade é a capacidade de fundir a própria identidade com a de outrém, sem medo de perder alguma parte. Inclui o desejo de envolvimento emocional, de partilha de uma relação (dar e receber) mesmo quando isso implica sacrifícios e compromissos. Pode ocorrer sob variadas formas como nas relações de amizade, amor, nas uniões sexuais e mesmo nas relações consigo próprio e com os variados compromissos estabelecidos (Kroger, 1989).

White e Hood (1989) constataram que a crise da identidade é uma característica não só nos adolescentes, mas também nos jovens adultos e refere-se a um conjunto de conflitos pessoais e sociais no que respeita à tomada de decisões relativamente à carreira, estilo de vida, valores, identidade sexual, escolha do parceiro e outros compromissos que deseje ou lhe sejam impostos. Por isso, White (1986) destaca a ênfase que Erikson dá à imperiosa necessidade de resolução das questões relacionadas com a identidade e intimidade durante os anos de jovem adulto, concluindo que é este aspecto que faz da sua teoria um modelo particularmente útil no estudo dos indivíduos durante o período de frequência do ensino superior (White, 1986; White e Hood, 1989).

Sprinthal e Collins, (1988) defendem que os adolescentes e jovens adultos são confrontados com sucessivas transições, dissonâncias, desequilíbrios, alguns dos quais provocam pequenas crises que contribuem para a formação progressiva de uma identidade adulta. De qualquer modo a formação da identidade tem sido referida por vários investigadores como o alicerce necessário ao primeiro desafio da vida adulta: o estabelecimento da intimidade, isto é, a capacidade de mútua abertura e partilha no relacionamento com os outros.

Stage (1991) em relação às diferentes abordagens das teorias do desenvolvimento do estudante, identifica: as mudanças individuais, a autonomia ou o continuum da dependência à interdependência e finalmente as situações de desafio. As mudanças individuais que ocorreram durante os anos universitários são susceptíveis de serem analisadas segundo perspectivas diferentes, conforme se fundamentam nas teorias psicológicas (vêem o estudante com poder e controlo sobre a sua própria vida, relacionada com os seus interesses, decisões e a constituição da sua personalidade) ou nas sociológicas (abordagem das questões relacionadas com a permanência dos estudantes na universidade e o seu sucesso académico).

Relativamente à autonomia, logo no 1º ano da universidade, os estudantes preocupam-se em reduzir a sua dependência e afirmar a sua independência, recorrendo, por vezes, a respostas e posições extremas, demasiado rígidas, que posteriormente vão cedendo lugar a posições mais flexíveis, mais tolerantes, de maior aceitação e de uma dependência relativa, denunciando que os estudantes se movem num continuum que vai da dependência à interdependência.

A importância concedida ao ambiente universitário e o reconhecimento do seu impacto no desenvolvimento afectivo e cognitivo do estudante, são usualmente referidos através das chamadas situações de

desafio, que o estudante deverá viver durante a fase de jovem adulto e que deverão ser acompanhadas de situações de apoio ou suporte. Estas devem ser veiculadas pela instituição universitária, através da criação de serviços especializados, de aconselhamento e orientação vocacional, apoio psicológico e social, de forma a promoverem actividades que vão ao encontro das tarefas de desenvolvimento a realizar nesta fase da vida dos indivíduos.

Para Sanford, durante o percurso universitário a personalidade vai-se caracterizando por uma maior complexidade e integridade e a vida pulsional do indivíduo vai sendo mais rica e variada, adquirindo formas de expressão mais confortáveis e socialmente aceites.

Os valores que o estudante possui, transmitidos pela família e comunidade a que pertence, entram muitas vezes em confronto e são em causa por novos valores veiculados pelos diferentes grupos que formam a comunidade universitária. A primeira reacção dos estudantes será a constatação da existência desses novos valores. O esclarecimento, individualização e consciencialização dos valores são crescentes e caracterizam a dimensão do esclarecimento da consciência. Nesta área revela-se fundamental todo um trabalho de questionamento pessoal; este não tem que causar necessariamente uma mudança significativa no conteúdo dos valores, mas causar uma alteração no processo de formação desses valores (na sua fundamentação e opção) bem como na forma como estes se harmonizam com outras características da personalidade (Sanford, N., 1966)

Ferreira e Hood (1990) as alterações que ocorrem no indivíduo, durante a sua estadia nas instituições de ensino superior, processam-se nas diferentes áreas de desenvolvimento.

Actualmente, a autonomia é considerada central para a compreensão do desenvolvimento psicossocial dos adolescentes (Fleming, 1992,) e dos jovens adultos (Chickering, 1969). A autonomia de valores significa a capacidade de se orientar no mundo com uma visão própria, através de valores aceites mas previamente discutidos.

Para Chickering (1969), ser autónomo requer três dimensões igualmente fundamentais: a independência emocional, traduzida na ausência da necessidade constante de segurança, afecto e aprovação; a independência instrumental, traduzida no fortalecimento da auto-confiança e na habilidade de conduzir a própria vida, incluindo a capacidade de substituir um lugar ou uma situação por outro, conforme as necessidades; e por fim, a interdependência, ou seja, o reconhecimento de que não se pode receber benefícios de uma estrutura social sem contribuir para ela, e que os direitos pessoais têm o corolário na responsabilidade social.

Na opinião de Stewart (1982) desenvolver a independência é importante em qualquer fase de transição ou mudança pelo que, na fase de jovem adulto, esta tarefa assume aspectos específicos relacionados com novas e diferentes actividades que o indivíduo (e o estudante universitário em especial) tem que aprender a gerir, mantendo os aspectos essenciais da sua identidade, num ambiente que está sempre a mudar.

As tarefas correspondentes ao período em que, é estudante universitário, incluem: a obtenção de boas notas (serem bem sucedidos academicamente), fazer amigos, estar com os outros e saber estar só (sem família) (Zirkel, 1992). Estas são as tarefas que possibilitam ao estudante desenvolver a sua autonomia. Para alguns estudantes estas tarefas podem ser particularmente difíceis e ansiogénicas. Apesar das tarefas de tomar conta de si em vários aspectos (gerir os próprios trabalhos académicos, o tempo, as finanças) poderem ser gratificantes, os estudantes vivem com a preocupação de não estarem a corresponder às expectativas dos pais e de não conseguirem um equilíbrio entre um sentido do Eu protegido e autónomo (não protegido) (Zirkel e Cantor, 1990).

Um estudo de Zirkel (1992) ilustrou que, nos estudantes universitários mais ansiosos com o desenvolvimento da sua independência, os aspectos do meio que diziam respeito às áreas do desenvolvimento do Eu assumiam um significado maior, o mesmo não acontecendo com os estudantes que eram considerados não ansiosos. Concluiu ainda que, quase todos os estudantes investiam grandemente nos seus desempenhos académicos mas, os que se preocupavam mais com a sua independência eram os que investiam mais, mantendo-se este nível de investimento mesmo depois dos níveis de ansiedade baixarem, após a saída da universidade devido à aquisição de domínio social.

Apesar de se considerar a separação dos pais a tarefa mais importante da adolescência, da qual depende grandemente a autonomia (Fleming e Aguiar, 1992), tem-se progressivamente tomado consciência que essa tarefa não se completa senão na idade adulta. Efectivamente, as atitudes parentais que conjugaram a definição clara de limites com regras para o comportamento e uma relação calorosa de aceitação, são unanimemente consideradas as que mais fomentaram a autonomia.

Mais tarde, Enright (1980) estudou a relação da autonomia com a identidade, demonstrando uma forte associação entre os estilos parentais e o estatuto de identidade alcançado pelos filhos. Um estudo sobre o comportamento autónomo em jovens dos 18 aos 26 anos (Allaman et. al., 1972, citado por Sprinthall e Collins, 1988), demonstrou uma correlação entre o estilo autoritário durante a infância e o comportamento não autónomo nas fases de adolescência e jovem adulto. Pais exigentes e simultaneamente rejeitantes, frios e repressivos geravam indivíduos ansiosos e não autónomos, que procuram constantemente a aprovação dos outros e pensam não ter controle sobre os acontecimentos. Alguns estudos indicam que após deixarem a família de origem, as mulheres mantêm contactos mais frequentes com os pais, em especial com as mães (Troll e Smith, 1976, cf. Fleming, 1993) e outros estudos sugerem que as jovens mulheres comunicam mais e são emocionalmente mais ligadas e mais aptas a empatizarem com as suas mães (White et. al, 1983, cf. Frank et al., 1988) do que os jovens rapazes.

A realidade portuguesa parece estar em conformidade com o que se vem afirmando. Um estudo de Fleming e Aguiar (1992), sobre a análise das representações da saída de casa, utilizando uma amostra de

estudantes universitários, revelou que 62% do total dos sujeitos apresenta como motivo para a saída de casa dos pais, questões relacionadas com a afirmação da autonomia. A maioria tem uma antevisão de sucesso total quanto ao futuro após a saída de casa e associam esse acto a um envolvimento afectivo positivo. A análise das expectativas dos pais, permitiu ver que predominavam (quer nos pais quer nas mães) as expectativas positivas perante a eventual saída dos filhos. Fleming e Aguiar (1992) salientam as diferenças encontradas nas formas como os jovens e os adolescentes (alunos do ensino secundário) representam a saída de casa. Comparando com uma investigação anterior, os autores referem que a maioria dos jovens do ensino secundário "fantasiam um futuro negro ou adoptam uma posição de grande reserva, acentuando as dificuldades" (p. 335), predominando os afectos negativos e a saída de casa num contexto de alta conflitualidade.

Um estudo transversal em estudantes universitários portugueses (Castro, 1993) permitiu verificar que os níveis mais altos de autonomia geral foram encontrados no grupo de jovens que vive com os pais, sendo este grupo o que apresenta pontuações mais elevadas na sub-escala da interdependência, diferindo significativamente dos indivíduos que vivem fora da família ou com outros familiares. Estes dados foram ao encontro de outras investigações (Kenny, 1987), que afirmavam correlações significativas e positivas entre relações próximas com os pais e níveis de competência, incluindo auto-estima social, interacção com os colegas, ausência de timidez e um certo grau de facilidade nas relações com os colegas.

Segundo Kenny (1987) é importante que os estudantes confiem nas relações familiares, para recorrerem a elas sempre que necessitarem de apoio, sem que isso seja considerado um sinal de imaturidade ou dependência; por outro lado é importante alertar os pais para que confiem na capacidade de resposta dos filhos e estejam disponíveis para aceder às suas solicitações, sem caírem em situações extremas de sub ou super protecção.

Soares e Campos (1985) referem que "o desenvolvimento dos jovens tem sido concebido no sentido de uma progressiva libertação da dependência que os liga (ou ligava) aos outros, quer estes sejam os pais ou os adultos em geral, quer sejam os próprios, companheiros" (p. 153). Este processo de socialização que o jovem vive, significa a procura de um lugar para si, no meio dos outros, em sociedade. Este aspecto da autonomia, a interdependência, está estruturalmente ligado à qualidade do relacionamento interpessoal.

Com Chickering (1969), a autonomia torna-se uma das sete tarefas de desenvolvimento psicossocial que o estudante universitário deve realizar. Para este autor, a autonomia significa segurança, estabilidade e coordenação de comportamentos com finalidades pessoais e sociais. Este tipo de maturidade, segundo Chickering (1969), requer simultaneamente três processos: a independência emocional, a independência instrumental e a interdependência.

Na independência emocional os jovens adultos tornam-se assim mais condescendentes em relação aos pais, aceitando-os melhor, o que permite uma maior aproximação, desta vez com um carácter voluntário. Estas

mudanças são acompanhadas de mudanças em relação ao grupo de amigos. A rebeldia anteriormente relativiza-se, transforma-se em desacordo e questionamento crítico, à medida que a razão ganha voz sobre a impulsividade. No fundo, trata-se de operar mudanças em relação à autoridade institucional, tal como aconteceu em relação aos pais, de forma a melhorar e tornar benéfica, para o estudante, a nova relação com a autoridade. No jovem adulto os amigos vão ser igualmente alvo do movimento de emancipação de que foram alvo os pais White (1986).

Na Independência Instrumental o jovem vai ficando emocionalmente mais independente dos pais, quer dizer, à medida que se descentra das suas necessidades, aumenta a possibilidade, de exercer outras actividades separadas deles e de aproximar-se dos pais sem sentir que põe em perigo a sua liberdade e diferença. Um dos aspectos que parece mais difícil de conseguir no que respeita à independência instrumental é a independência económica. Mesmo os jovens que casam durante o curso e até por vezes aqueles que o fazem depois, permanecem na dependência dos pais. Se o desenvolvimento da autonomia durante a universidade não é plenamente conseguido, não é tanto por falta de emancipação dos pais mas mais por falta de situações nas quais os estudantes possam desenvolver e demonstrar a si próprios a capacidade de auto-suficiência e auto-suporte e porque a liberdade de movimento para responder às necessidades de aprendizagem e desenvolvimento é insuficiente.

Na interdependência, não se torna só necessário reconhecer que se tem uma (in)dependência relativa como se torna necessário aceitar esse facto. O reconhecimento mobiliza o indivíduo para acções em conformidade com o que sente ser. A aceitação da interdependência aumenta o respeito e a responsabilidade pelos outros, assim como facilita os momentos de troca, de dar e receber.

2.2.3 O Relacionamento Intergeracional

Nas sociedades tradicionais, a entrada no status adulto, isto é, de pessoa socialmente autónoma, dependia menos do desenvolvimento e da capacidade individuais, e muito menos de decisões legislativas, mas mais das estratégias familiares globais. Assim, uma mulher só se tomava plenamente adulta quando se casava, e também neste caso só quando era mulher do chefe de família (a nora era sempre uma figura dependente relativamente à sogra e também às cunhadas, na família múltipla). Um homem tomava-se adulto não quando começava a trabalhar, o que podia acontecer muito cedo, nem sequer quando terminava a sua formação, mas apenas quando se tomava chefe de casa, controlando os recursos familiares (Modell et al. 1986). Por isso, a entrada na vida adulta podia acontecer muito cedo para quem não possuía nada, e ser, pelo contrário, subordinada às estratégias familiares no caso de aristocratas e proprietários, a ponto de alguém poder nunca se tomar totalmente adulto, porque nunca totalmente controlador de recursos familiares (p. 129)

Na origem desta segunda viragem, estaria, segundo estes estudiosos, o desenvolvimento da tecnologia contraceptiva, em particular da contraceção química (a pílula) e mecânica (dispositivo, diafragma). Trata-se de instrumentos contraceptivos «femininos» - no sentido em que são utilizados pelas mulheres e envolvem directamente uma inibição da fecundidade feminina, que permitem potencialmente um estado de esterilidade artificial mais ou menos prolongado, só revogável com tanta intencionalidade como a que é necessária para a produzir. Além disso, sublinha-se que, ao contrário da tradicional forma de contraceção masculina, estes novos instrumentos permitem separar claramente sexualidade de procriação, modificando profundamente o contexto relacional da sexualidade conjugal e outra, além da relação material e simbólica entre sexualidade e procriação. (p. 142)

Coleman (1974) "o que a adolescência tem de novo é que, por ser, precisamente uma crise, ela repõe em actividade todas as questões precedentemente levantadas. E repõe em primeiro lugar aquilo que no primeiro período do desenvolvimento afectivo foi o último a ser resolvido, isto é, (p. 32) o conflito triangular Pais – Filho, agora sentido e veiculado – e porque não agudizado – através das próprias mutações que o adolescente sofre. Este conflito, habitualmente conhecido por conflito de gerações, "tem por fim a inevitável emancipação do jovem, quer ela faça por rejeição total das entidades parentais, quer se faça pelo restabelecimento de um equilíbrio numa tolerância recíproca e num afecto partilhados" (Amaral Dias, 1979, p. 33).

Contudo, e apesar de alguns estudos (Coleman & Hendry, 1990; Palmonari, Kirchler, & Pombeni, 1990, 1991; Pombeni & Palmonari, 1990; Kirchler, Palmonari, & Pombeni, 1991; Sedas Nunes, Pais & Schmidt, 1989) evidenciaram que o distanciamento afectivo face aos pais no decorrer da adolescência não traduz uma ruptura conflitual com família, constata-se que, à alteração das posições dos sujeitos no sistema de relações familiares

corresponde uma alteração na sua rede de relações sociais (Vala, 1986) traduzindo-se por, no decorrer do “processo de autonomia o adolescente investir no grupo de pares” (Pereira, M. G., 1998, p. 74).

A adolescência é concebida como o tempo de separação da família necessária para possibilitar o estabelecimento de novos laços efectivos fora desta. Nesta abordagem faz-se depender a construção de novos laços da ruptura dos vínculos já existentes; obviamente que essa ruptura é encarada como sendo apenas temporária, mas julgada obrigatória para investimentos emocionais fora da família e mesmo mento de vínculos mais adultos ou maduros com os pais (Soares & Campos, 1988).

A separação é vista como um processo de infantis do passado (em termos psicanalíticos, é o “luto” dos imagos parentais), o que se traduz por um movimento psicológico recapitulativo da infância ou mesmo de tipo regressivo, promotor de uma vivência depressiva e conflitual ao nível das relações com os pais. Assim, a ênfase é colocada no abandono do que foi ou existia e não no que ocorre ou que poderá vir a ser ou a transformar-se: o passado determina o presente e o futuro. Deste modo, o desenvolvimento do adolescente é visto numa perspectiva pessimista e conflitual, como um percurso psicologicamente doloroso, não sendo encarado ao nível da sua dinâmica própria com objectivos e funções evolutivas específicas e novas.

As características enunciadas remetem para o que hoje vulgarmente se designa por abordagem convencional do desenvolvimento psicológico do adolescente (Youniss, 1983). No âmbito desta abordagem as formulações psicanalíticas n, ais clássicas, nomeadamente a de S. Freud (1917), Anna Freud (1968), E. Jones (1969) ou mesmo a de P. Blos (1967), constituíram um quadro de referência teórica importante. A ideia de P. Blos de que “só pelo conflito a maturidade pode ser atingida” (1979, p.14) continuou a ter uma ressonância grande no “domínio da teorização e da investigação sobre este período de vida” (Soares, I. & Campos, B. P. 1988, p. 58).

A qualidade das relações com os pares na infância e na adolescência é um dos factores que intervêm no equilíbrio na idade adulta (Sprinthall & Collins, 1988). Para estes autores, relações problemáticas com os pares predizem em muitos casos problemas futuros, incluindo dificuldades de comportamento, problemas ocupacionais, problemas conjugais e sexuais.

Pelo contrário, ter um grupo de pares com o qual se mantém uma relação positiva está, na grande maioria dos casos, associado a condições que proporcionam um desenvolvimento equilibrado, já que vai possibilitar a capacidade de um relacionamento com os outros, a aquisição de valores sociais e o desenvolvimento do controle social.

Quando falamos na influência de pares podemos considerar a área da informação - e os pares servem “como fontes de conhecimento acerca dos padrões comportamentais, atitudes valores e suas consequências nas diferentes situações” e a área normativa – “pares exercem pressão social para que o adolescente tenha um

comportamento idêntico ao dos indivíduos que o rodeiam" (Deutsch & Gerard 1955, cit. in Sprinthall & Collins, 1988, p. 286).

Como já temos vindo a assinalar, no grupo de pares o adolescente tem oportunidade de comparar o seu comportamento e as competências com indivíduos que lhe são semelhantes. Para Sprinthall & Collins (1988), essa comparação é um processo com um impacto muito poderoso nos adolescentes, 'à que é através dessa comparação que os adolescentes obtêm informações acerca dos seus iguais. Essas informações podem ter efeitos positivos ou negativos, uma vez que, para além de instigarem a realização de determinadas acções, podem induzir modificações na auto-estima, na auto-imagem ou na persistência da realização de tarefas e de actividades.

Na tentativa de explicar algumas das influências dos pais e dos pares, Kandell e outros autores (in Muss, 1990) propõem "o modelo hidráulico de interacção pessoal" (p. 158). O modelo sugere, que pais e pares podem exercer uma considerável influência nos adolescentes, ainda que normalmente, não o façam ao mesmo tempo nem em relação às mesmas áreas. A influência dos pares exerce-se no respeitante às escolhas de "estilos de vida", ligando-se ao presente, enquanto que a influência dos pais prevalece nas aspirações e nos objectivos da vida futura.

E, para Kandel (1986), a influência dos pares e dos pais pode até "representar um mecanismo social importante com propriedades funcionais positivas para os sistemas sociais, já que, ligações diferenciadas criam solidariedade entre as gerações e entre os indivíduos da mesma geração" (p. 224).

Pode haver uma grande interacção dos indivíduos com os seus pares sem que obrigatoriamente haja uma rejeição dos pais, já que há diferenças muito grandes no comportamento e nos valores dos adolescentes, nos seus vários sub-grupos.

Kandel (1985) partindo desses pressupostos, comparou dois grupos, caracterizados por uma grande interacção entre os seus pares e verificou a existência de diferentes valores, orientações e comportamentos. Os indivíduos pertencentes ao Grupo associado ao uso de marijuana, em relação aos indivíduos pertencentes ao grupo não associado a esse uso, utilizavam com frequência marijuana e outras drogas, sentiam-se pouco próximos em relação aos pais, mas muito próximos em relação aos amigos, tinham menos êxito escolar, eram menos religiosos, mais deprimidos e exibiam atitudes políticas mais liberais.

Para esta autora "não é o envolvimento no grupo de pares per si, que pode ocasionar uma rejeição dos pais, mas sim o envolvimento em determinados grupos de pares" (p. 165).

Na opinião destes autores, estes estudos sugerem que o começo da adolescência pode ser marcado pela necessidade de serem experimentados esses tipos de comportamentos como uma fuga aos valores dos pais numa altura em que começam a ser encarados como falíveis (Smollar & Youniss, 1988, e Steinberg & Silverberg, 1986, in Youniss & Smollar, 1989).

Mas, refutando a conotação negativa da influência dos pares nos adolescentes, Youniss & Smollar (1989), referem igualmente os trabalhos de Coleman (1980, in Youniss & Smollar, 1989), que indicam que normalmente há uma referência entre os valores apresentados pelos pais e os valores apresentados pelos pares, verificando-se que os adolescentes tendem a escolher pares cujos valores são semelhantes aos dos seus pais.

Referindo as obras de Keniston, 1975, Offer, Marcus & Offer, 1970 e Sugarman, 1973, in Fierro, 1985, é peremptório em afirmar que "a continuidade da adesão aos valores morais dos pais é mais assegurada do que ameaçada, pela tendência do grupo de pares em assumir os valores básicos característicos, do seu estrato social" (p. 127). Na sua perspectiva "a contradição pode tornar-se significativa, a quando além das diferenças de gosto e de estilos de vida, referentes a gerações diferentes, os pares pertencem a uma classe social ou a uma sub-cultura. diferente da família." (p. 128). Mas, ainda que o conflito entre adolescentes, pais e pares não apresente todo o dramatismo de que se reveste o popular estereótipo acerca deste assunto, não podemos esquecer que frequentemente os adolescentes se têm de posicionar face a valores e a comportamentos que são muito antagónicos daqueles que foram apreendidos na sua família.

Para Sprinthall & Collins (1988), um dos factores mais importantes na resolução desse conflito diz respeito ao envolvimento emocional que o adolescente apresenta em relação à família.

Na sua opinião, o conflito é resolvido a favor da família se as relações com os pais forem calorosas e fornecerem o apoio que o adolescente necessita. Em contrapartida se forem tensas ou insatisfatórias o conflito é resolvido a favor dos pares já que esta fonte de influência se torna mais atraente.

O mito fraternal e igualitarista, assim como o mito do desenvolvimento contínuo e infinito da sociedade de abundância, levaram os jovens dessa geração a reivindicar o acesso rápido a uma sociedade que assumisse o modelo radical que estes mitos subentendem.

As preocupações ecológicas foram ganhando, entretanto, foro de seriedade, comprovado pelo impacto que tiveram as conclusões do Clube de Roma em 1969, o que foi decisivo, com «o choque do petróleo», para que durante a década de 70 se desse uma viragem nas preocupações e reivindicações das vanguardas juvenis e, desta feita, nos seus valores ideológicos.

A década de 80 é a década do comprometimento destas vanguardas na luta contra a destruição da natureza e da própria humanidade pela poluição, esgotamento das riquezas naturais ou guerra atómica.

Se o conflito de gerações é universal e radica no devir biopsicológico das gerações, terá de ter uma tradução psicológica básica invariante na qual se irão alicerçar os conteúdos culturais, ideológicos e comportamentais do mesmo.

Na opinião de Coleman (1980, 1992) a socialização é entendida como um processo pelo qual os indivíduos interiorizam os valores, as normas e as crenças da sociedade à qual pertencem.

O adolescente, é actualmente exposto a uma variedade de fontes de socialização frequentemente contraditórias – a escola, a família, o grupo de pares, os mass-média etc. com valores e ideias muitas vezes diversas, factores que contribuem para que se sinta em conflito face a diversas situações que o obrigam a um complexo processo decisional.

O processo de emancipação pressupõe a criação de outras redes de relações afectivas \ orientadas, quer para os amigos quer para novas famílias. E por outro lado, de acordo, com Vala (1986), à alteração da posição do jovem no sistema de relações familiares corresponde uma alteração na sua rede de relações sociais, ou seja, paralelamente ao processo de autonomia dos progenitores o adolescente investe no grupo de pares.

A literatura demonstra assim que a realização. da autonomia adolescencial passa necessariamente pela alteração das relações familiares, e consequentemente, pela 1 alteração na rede de relações sociais, onde os pares/amigos assumem um significado crucial.

Também em relação aos jovens portugueses Sedas Nunes et al. (1989), verificaram que o convívio em grupo e mais um convívio entre os rapazes, e que as raparigas se distribuem mais equitativamente entre os "grupos" e os "amigos individuais" e, a distinção "masculino-feminino" incide maioritariamente nas classes mais baixas e nos habitats rurais, onde segundo os autores, os convívios são sexualmente mais segregados.

Desde há muito que é aceite que o grupo de pares é uma entidade de .socialização, onde os jovens adquirem competências e valores que lhes servem de~ gula para o seu comportamento. Os adolescentes partilham com os companheiros as mesmas , actividades, os mesmos problemas, as mesmas incertezas e os mesmos sentimentos (Vala, 1986, Pombeni, 1990). Essa partilha oferece ao adolescente um oportunidade de observar as estratégias usadas pelos pares para enfrentar problemas iguais aos seus e, simultaneamente, para verificar se essas estratégias funcionam (Coleman e Hendry, 1990). O grupo de pares funciona para o adolescente como um espelho, no qual se revê em muitas situações. Além disso, e de acordo com Vala (1986), estas novas relações com os pares permitem ao adolescente representar novos papéis que promovem os processos de comparação e diferenciação, donde emergem as pertenças e identificações grupais, que o ajudam na construção e redefinição de si e dos outros no contexto social.

Contudo, Vala (1986), chama a atenção de que isso não se passará de igual forma em todos os jovens, visto não se poder falar da juventude como um todo homogéneo. Na mesma linha, Palrnonari et al. (1989) e Pombeni (1990), afirmam que a política parece ser uma actividade que interessa mais jovens no final da adolescência, sobretudo os estudantes, podendo estar ligada à necessidade de realização de actividades que satisfaçam necessidades pessoais, mas também de reconhecimento o status adulto.

Um estudo de Douvan e Adelson (1966), evidenciou que os adolescentes evitam conflitos abertos com os seus pais, dissimulando muitas vezes comportamentos interditos Para estes autores, o grupo de pares funciona mais como local de aprendizagens sociais e como suporte de atitudes emancipatórias e autónomas, do

que como local onde se exercem actividades socialmente repreensíveis, ou como fomentador de supostos conflitos entre os pais e os amigos em relação a atitudes e valores.

Uma família com filhos adolescentes (uma fase do ciclo de vida), encontra-se, nesta perspectiva, face a um acontecimento crítico, obrigando esta, a um processo de regulação das distâncias, i. e., a um aumento de flexibilidade das fronteiras familiares, para que seja possível um progressivo desvinculamento dos filhos. Deste modo, a família é confrontada com a tarefa de desenvolvimento - adequar as relações pais/filhos para possibilitar a recíproca separação - e, por outro lado, refocalizar os objectivos do casal e do futuro profissional (Scabini, 1994). Estas fases de ciclo de vida, com acontecimentos centrais, representam passagens "forçadas", complexas (Zani et al., 1994), porque exigem para ser superadas, uma redefinição das tarefas e dos instrumentos à disposição da família, sem contudo perder de vista a necessidade de coesão, lealdade e "attachement" - presente, passado e futuro que constituem factores necessários ao bom funcionamento do grupo familiar (Boszormenyi - Nagy & Framo, 1969).

Por outro lado, o processo de autonomia na adolescência interessa ser analisado com mais atenção, visto estar subjacente ao processo de individualização e de separação dos progenitores, passando a existir simultaneamente uma orientação cada vez maior para o grupo de pares, como já se disse. Ao contrário do que durante muito tempo sustentou a visão tradicionalista, alguns estudos empíricos, têm demonstrado que o progressivo envolvimento dos adolescentes com o grupo de pares não conduz necessariamente a uma rejeição do grupo familiar (Palmonari et al., 1990; 1991).

Analisando a independência do ponto de vista dos filhos, esta é vivida também de forma ambivalente: oscilam entre a sedução dessa independência, de se sentirem/serem adultos, de se afastarem da família de tomarem as suas próprias decisões, e contemporaneamente são confrontados com o desejo de voltarem a ser crianças (Bonini & Zani, 1991; Coleman & Hendry, 1990; Byrne & Fisher, 1983). A independência é muitas vezes vivida de uma forma intimidatória e assustadora, o que será tanto mais forte quanto menos estimulados forem por parte dos pais no sentido da autonomia e da independência (Fleming, 1993; Sampaio, 1994).

A ampla investigação sobre relações entre gerações de adolescentes e de adultos indica que muito poucos jovens estão em rebelião quer contra as famílias quer contra a sociedade. Pelo contrário, a maior parte dos adolescentes partilha o sentido dos valores dos pais e dá-se bem com eles. Em estudos anteriormente mencionados de Douvan e Adelson (1966) e de Offer e os colegas (Offer, 1969; Offer, Ostrov & Howard, 1981a), por exemplo, a maioria dos milhares de adolescentes inquiridos relatou que respeitava os pais, queria ser como eles e tinha relações harmoniosas com eles e com outros adultos também. A maioria dos jovens inquiridos nestes estudos exprimiu satisfação relativamente aos seus lares e descreveu os pais como pessoas de sabedoria, de confiança, compreensivas e simpáticas. Embora declarassem que não concordavam com os pais em assuntos como as horas de recolher a casa, uso do carro da família e estilo de vestuário ou de arranjo

peçoal, as discussões sobre estes assuntos relativamente triviais raramente ameaçavam os laços básicos de afecto nas famílias «Contrariamente à mitologia corrente, os adolescentes normais que estudamos não vêem, problemas importantes entre si e os pais» (Offer & Sabshin, 1984, citados por Weiner, I., 1995, p. 16).

Trabalho posterior envolvendo grandes e socioculturalmente diferentes grupos de sujeitos produziram consistentemente provas semelhantes de relações predominantemente positivas entre os adolescentes e os pais (Hill, 1987; Montemayor, 1983, 1986; Siddique & D'Arey, 1984; Smetana, 1989; Steinberg, 1987). Estes estudos, empreendidos em diferentes tempos e em diferentes contextos, confirmam que o padrão típico de relação entre as gerações de adolescentes e de adultos contém mais harmonia do que contenda, mais afecto do que alienação, e mais dedicação do que rejeição da vida familiar (Weiner, I., 1995, p. 16).

Verifica-se que, mesmo entre os jovens que defendem pontos de vista socialmente não convencionais, a maioria fá-lo de acordo com os pais e não como rebelião contra eles (Lerner & Knapp, 1975; Offer & Sabshin, 1984 citados por Weiner, I., 1995, p. 16).

No seu conjunto, estes e outros resultados da investigação levaram muitos escritores a concluir que, a despeito de ideias muito difundidas e persistentes em contrário, a «rebelião (Weiner, I., 1995, p. 16).

Maia, A. et. Al. (1998) A «juventude» já não constitui apenas uma «herança» transmitida pela família; é também uma condição que se adquire e vivência individualmente sendo um universo de heterogeneidades e indeterminações.

Tradicionalmente conhecida pelo conceito de «conflito de gerações», a separação tem conhecido formas de exteriorização diferentes consoante as condições históricas em que ocorre, temática que não cabe aprofundar aqui. Diríamos apenas que, na nossa opinião, no contexto histórico dos anos "70 e 80, o conflito se está jogando cada vez menos na forma dum confronto social aberto entre jovens e adultos, e cada vez mais no cenário familiar, em formas mais insidiosas de contestação, dando ao conflito o cariz duma separação dramática, uma afectividade pesada em toos de lealdade, engendrando culpa, ansiedade e/ou ressentimentos mútuos" (Fleming, M. (1983, p. 523)

Apoiados em todo o processo reflexivo que temos vindo a realizar, podemos afirmar tal como Pereira (1991). que "a adolescência é uma construção social muito recente, ...não sendo um fenómeno abstracto da sociedade, nem a expressão de um momento desenvolvimental «natural», mas o precipitado de várias relações especialmente de relações intergeracionais" (p.147).

Se a criança questiona muito raramente os valores fundamentais dos pais e a sua autoridade, durante a adolescência, as relações na hierarquia básica familiar tendem a ser mais igualitárias.

É esta redefinição dos papéis familiares e esta aquisição de um estatuto igualitário que e traduzir em antagonismo e conflito, já que, se muitas famílias conseguem r estas tarefas com sucesso, muitas há que não o conseguem fazer.

Na opinião de Fuligni & Eccles (1993) a maneira como a família lida com esta época de transição vai ter implicações muito importantes no papel desempenhado pelos pais e avós no desenvolvimento adolescente.

Actualmente, o padrão familiar tradicional, com o pai como principal provedor das necessidades económicas familiares, deu origem a uma multiplicidade de modelos "como as famílias com ambos os pais trabalhadores, as famílias monoparentais, as famílias reestruturadas. Estas mudanças tomam os ajustamentos familiares no período adolescente, particularmente problemáticos.

O adolescente vai ter de mudar a sua relação com os pais e estes vão ter de modificar a sua relação com o adolescente, numa tentativa de se encontrar um novo equilíbrio no sistema familiar. Como refere Sampaio (1993), "em famílias disfuncionais até então mantidas em equilíbrio precário, o movimento centrífugo causado pelo maior contacto com o exterior pode determinar uma crise mais ou menos grave" (p. 101).

Para Baumrind (1991), os pais autoritários são exigentes e directivos. Exigem obediência sem dar explicações. São profundamente controladores das actividades dos seus filhos confrontando a criança de uma maneira arbitrária e violenta.

Os pais autoritativos/democráticos impõem às crianças exigências realisticamente moderadas e ajustadas ao seu desenvolvimento. As indicações dos pais são directas e honestas e não manipulativas. Combinam a simpatia e o controlo com a comunicação clara.

Os pais permissivos não estabelecem limites razoáveis nem os impõem de uma forma adequada, evitando a confrontação. Utilizam uma indulgência sentimental excessiva para que eles (pais) se sintam bem. Contudo, quando o comportamento da criança afecta directamente o adulto podem incorrer numa punição severa.

Os pais indiferentes não dão apoio aos seus filhos e manifestam rejeição e negligência em relação aos cuidados a prestar.

No seu estudo, as descrições dos pais feitas pelos adolescentes foram categorizadas em autocráticos (idêntica à classificação de Baumrind – autoritários), democráticos e permissivos. Verificou que os pais surgiam como mais autocráticos do que as mães, descritas por sua vez como mais democráticas e permissivas.

Para Elder (1963, in Sprinthall & Collins, 1988) a diferença mais importante entre os pais autocráticos e os democráticos é a maneira como exercem o seu poder na família. Nas famílias democráticas, os pais legitimam o seu poder encorajando os adolescentes a participar em discussões relativas ao seu comportamento, ainda que, qualquer decisão final tomada necessite da sua intervenção e aprovação. Em contrapartida, nas famílias autocráticas, os pais não permitem que os filhos expressem as suas opiniões em assuntos relativos ao seu comportamento, não lhes possibilitando qualquer regulação da sua parte.

Tanto os pais democráticos como os pais permissivos dão frequentemente explicações como forma de legitimação do poder. Aqueles que raramente recebem explicações estão menos aptos a exibir comportamentos autónomos.

Apoiando a pertinência destes estudos Claes (1985), refere que os valores educativos baseados numa prática democrática do exercício do poder parental, garantem o desenvolvimento progressivo de uma autonomia afectiva e comportamental em contrapartida o exercício autoritário desse poder origina reacções negativas de rejeição e dependência.

Para Sherif (1965, in Palmonari & Pombeni, 1989) o grupo de pares é o "laboratório social" mais importante para as mudanças do adolescente. Palmonari (1987) refere que é um dos componentes fundamentais na Inserção dos adolescentes na sociedade, já que tanto a socialização afectiva como a adesão aos valores sociais e políticos, passam pela escolha que vão amadurecendo na interacção do adolescente com o seu grupo. Também para Muus (1990), o grupo de pares consiste num grupo de indivíduos da mesma idade, com um "background" social idêntico e partilhando as mesmas actividades escolares e de lazer.

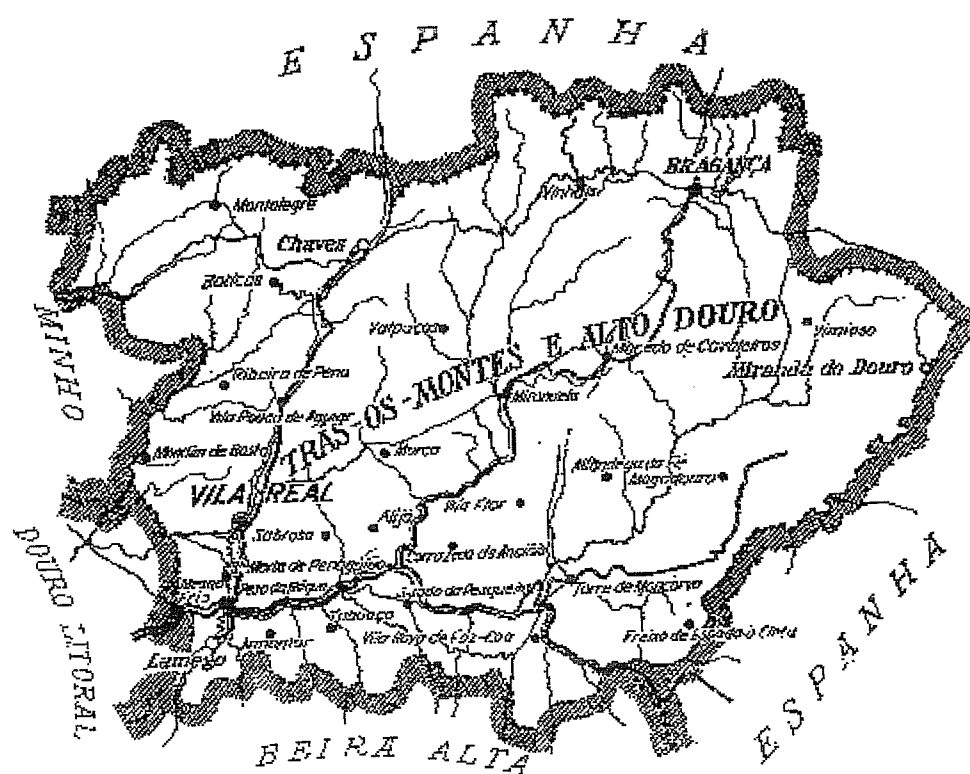
Investigadores como Brown, Eicher & Petrie (1986, in Kircheler et al. 1991), analisando as respostas dos adolescentes sobre o papel desempenhado pelo seu grupo de pares concluem que este é referido como um meio de suporte emocional, contribuindo para a construção da identidade de cada um, permitindo a definição de interesses, habilidades e da personalidade, dando a possibilidade de encontrar e de manter novas amizades, fomentando a participação em numerosas actividades e ajudando a desenvolver um equilíbrio entre a individualidade e a conformidade.

Em Portugal, os jovens mostram-se disponíveis para estarem próximo de outras gerações, exceptuando no modo de vestir, na música, no lazer e na importância atribuída ao corpo e à sexualidade. Os jovens não aceitam a imagem sobre eles criada, caracterizada pela "indisciplina e irresponsabilidade, desinteresse profissional e escolar, menor importância atribuída ao dinheiro e bens materiais, às questões políticas e, finalmente, uma radical desafiliação religiosa" (Conde, I., 1990 p. 684). Esta autora, verificou que, para além da centralidade que as relações desenvolvidas com os pares assumem na vida dos jovens, a família mantém-se como referência afectiva da maior importância. Conde, constatou que a permanência em casa dos pais, devido ao prolongamento dos estudos, à precariedade do emprego, à dificuldade de arranjar habitação, teve como consequência permitir aos jovens e aos seus progenitores desenvolverem novas vias de comunicação e de interacção, que ao invés de conduzi-los à ruptura das relações, permitem reforçar os laços efectivos que os unem.

Logo, esta autora não encontrou uma sub-cultura jovem, no sentido tradicional do termo "sub-cultura juvenil entendida no sentido do autocentramento e da descontinuidade relativamente ao sistema cultural

envolvente", mas sim determinadas modalidades de interacção e de intercomunicação" (p. 693) que caracterizam o modo de relacionamento dos jovens com o sistema cultural envolvente, neste caso, o mundo dos adultos.

Machado Pais (1990) no seu estudo revelou que, se alguns dos jovens se revêem na representação que habitualmente se faz da juventude, outros jovens há que consideram que a sua experiência de ser jovem é muito diferente da de outros jovens. Este autor refere que, não há uma única cultura juvenil, mas várias, que dependem das condições sociais dos jovens - pelo que cabe à sociologia explicar as similaridades que aproximam os jovens, mas também, tudo aquilo que os diferencia socialmente. Segundo o mesmo autor, a juventude deve ser vista como um grupo social cujos elementos estão a viver a mesma fase do ciclo de vida e que têm, portanto, um mesmo conjunto de preocupações, aspirações, expectativas. Por outro lado, deve ter-se em conta a sua diversidade, uma vez que um jovem do meio rural é diferente de um jovem que habita num meio urbano, o mesmo acontecendo com um jovem estudante ou um jovem trabalhador, com um jovem casado ou solteiro, etc.



2.3 O REINO MARAVILHOSO DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

2.3.1 Introdução

Gaspar (1993) refere que na Idade Média aparece “identificado Trás-os-Montes, com limites pouco precisos e que variam, mas, no essencial, correspondiam ao território que estava para lá, pela nascente, da linha de montanhas que culminavam o anfiteatro minhoto: em 1323 D. Dinis dirige-se aos «concelhos antre Doiro e Minho, também d' além dos montes como d' aquém»; mas com D. Fernando já era clara a divisão entre as duas províncias nortenhas.

D. Fernando fez largas doações de terras e vilas a fidalgos galegos e castelhanos que apoiaram as suas pretensões à Coroa de Castela. A esta sorte terão sido votadas Mirandela, Moncorvo, Alfândega da Fé e Castro Vicente, Bemposta e Penas Róias.” (p. 23).

Vamos designar Trás-os-Montes e Alto Douro por Região (uma «região apresenta-se como um espaço médio, menos extenso que a nação ou o grande espaço de civilização, mais vasto que o espaço social dum grupo e, *a fortiori*, dum lugar» [Frémont 1976, p. 138] cit. por Roncayolo 1986, p. 161), embora alguns autores adoptem essa mesma designação para toda a zona norte do País, a esta área geográfica designamos por Zona Norte.

Nesta Região destacam-se particularidades, necessidades e potencialidades muito próprias:

- A necessidade, de valorizar uma agricultura regional, a floresta, silvopastorícia e as terras baldias e a agro-indústria de nível artesanal, ou de grande consumo. Aqui salienta-se a urgência de promover as produções agrícolas com denominações de origem (das cerca de 60, já aprovadas pela União Europeia, 23 são da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro). A unidade da Região Demarcada dos Vinhos do Douro, o Douro, onde o rio traço de união, centrada numa comum riqueza económica e afeiçãoada pela Geografia, pela História, pela Cultura e sobretudo pelo rio e o trabalho Duriense.

- Torna-se importante o investimento (público e/ou privado) que permita continuar a alargar e a melhorar as redes viárias, recuperar as linhas férreas, e retomar o transporte aéreo e desenvolver outras infra-estruturas básicas, uma exploração equilibrada dos seus recursos naturais, o fomento dos serviços, do comércio, do turismo sob formas adequadas à Região e à defesa do importante recurso que são o ambiente e os meios naturais de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- As suas riquezas hídricas e hidroeléctricas, e a particular atenção à protecção e gestão integrada da bacia hidrográfica do Douro;
- Local onde o Homem e o Ambiente se integram numa harmonia perfeita, montes e vales profundos abrigam as suas aldeias onde ainda hoje se conservam velhos hábitos de vida social e económica de cariz comunitário;
- As áreas protegidas dos Parques Naturais de Montesinho (este Parque Natural é uma das maiores áreas de paisagem protegida de Portugal) e Alvão, parte do Parque Natural da Peneda Gerês e dos futuros Parques das Arribas do Douro (Douro Internacional) e do Azibo, e outras zonas e áreas naturais de particular importância;
- O Património Natural e Histórico, vultos culturais como o Abade de Baçal e Miguel Torga, entre muitos outros, a cultura e as tradições regionais como elementos fundamentais e caracterizadores da identidade cultural de Trás-os-Montes e Alto Douro.

2.3.2 Geografia

2.3.2.1 Localização de Trás-os-Montes e Alto Douro

Ao longo dos tempos tem havido alguma dificuldade na delimitação (territorial) desta Região.

Na perspectiva de Gaspar (1993), a "primeira designação global para o território mais setentrional era, na Idade Média, a de Antre Douro e Minho, a que correspondiam as terras a norte do Douro, embora pudessem ser-lhe assimiladas algumas a sul, como as Terras de Santa Maria, entre Douro e Vouga" (p. 24).

O mesmo autor refere que a "poente, onde a montanha é uma fronteira por gradientes, o Minho penetra Trás-os-Montes através dos vales abrigados e húmidos, onde se vai cultivando o milho e o vinho verde persiste, prolongando-se a fisionomia transmontana para o litoral pelas paisagens descarnadas, ou recentemente florestadas com espécies do Norte, blocos aplanados e soerguidos das montanhas que culminam o anfiteatro minhoto; a sul, onde a Terra Quente prolonga o Douro pelos seus afluentes, com a maior expressão territorial na bacia do Tua; a norte e nordeste a fronteira é sobretudo um fenómeno político, tendo permanecido baldios comuns aos dois países até ao presente século e, mesmo quando existe montanha, o desenho da fronteira nem sempre aproveita a linha de cumeada; a leste, se bem que o Douro constitua uma barreira, a paisagem das Terras de Miranda prolonga-se para as Terras de Leão. Repartido por dois distritos, qualquer deles com as respectivas capitais numa localização excêntrica, Vila Real a sudoeste e Bragança a nordeste, revelando a inexistência de centros com capacidade organizadora do território a nível sub-regional" (p.43).

Figueiredo, Azevedo e Meireles (1996) assinalaram que, Trás-os-Montes e Alto Douro se situa na zona do Nordeste do território Português. E tem uma área de "cerca de 12870 Km², representando 60% da superfície da Região Norte" (p. 28). Por outro lado, Nunes, Cabral, Cepeda, Ramos, Batista, e Ferreira (2002) referem que, a região ocupa uma superfície "de 13 839 Km², 65% da superfície da região Norte e 15% da superfície nacional" (p. 3).

"A província de Trás-os-Montes e Alto Douro, está compreendida entre os 40° 55' e 41° 59' de latitude Norte e 1° 58' e 2° 58' de longitude Oeste de Lisboa" (Gran. Encic. Port. e Brasil. p. 584).

2.3.2.2 Morfologia e Clima

Área planáltica irregular com vales encaixados, sendo os acidentes principais a Serra de Bornes (1200 m), a Serra dos Passos (1065 m), os Vales da Vilariça, Tua e Sabor e as Gargantas do Tua e do Douro. No centro de Trás-os-Montes e Alto Douro, entre os rios Sabor e Tua que desaguam no Douro, o ondedado terreno entrecala entre planaltos (de 500 a 850 m) diversos vales e extensões de baixa altitude (cerca de 200 a 300 m).

De acordo com Monteiro; Mantas; Amaro; Alves e Escudeiro (s/d) e Figueiredo, Azevedo e Meireles (1996) em Trás-os-Montes e Alto Douro existem diversas serras, que se podem enumerar: Serra de Montesinho (Parque Natural), Serra da Coroa, Serra do Larouco, Serra do Gerês (Parque Natural – Peneda Gerês), Serra do Barroso, Serra da Nogueira, Serra de Reboredo, Serra dos Passos, Serra da Padrela, Serra de Bornes, Serra do Alvão (Parque Natural), Serra do Marão, Serra do Mogadouro, Serra da Cabreira, Serra da Lapa, e a Serra de Leomil. O Monte de S. Bartolomeu, o Maciço de Morais e o Planalto Mirandês.

Do ponto de vista hidrológico, vários são os Rios e os seus afluentes que atravessam esta Região. Entre eles distinguimos: o Douro, o Tua, o Pinhão, o Sabôr, o Tâmega, o Tuela, o Corgo, o Rabaçal, o Tabuaço, o Maçãs, o Cávado, o Onor, o Mente, o Paiva, o Távora e a Ribeira de Vilariça.

Os afluentes e ribeiros secam na estação quente do Verão.

Podemos destacar algumas barragens nesta Região, que arrecadam água para muitos fins, como é o caso de: Paradela, Rabaçal, Venda Nova e Salamonde.

O clima geral nesta região é caracterizado por invernos extremamente frios e verões escaldantes e secos.

Na Terra Quente Transmontana a rigidez da invernia amorna-se, os Invernos são suaves (média máxima: 17° e mínima: 2°), pouco húmidos (menos de 70 mm/mês), com geadas e neve nas terras altas (acima dos 800 m). O Verão é marcado por um longo período de seca (menos de 10 mm/mês), com temperaturas elevadas (média máxima: 32° e mínima 16°) que se estende de Maio a Outubro.

No planalto de Bragança a média anual de chuva caída é “de 800-1.000 milímetros, toda a parte da província do Corgo para leste está dentro da zona dos 600-800 milímetros. O vale do Douro, desde a foz do Tua, e mais de dois terços dos vales deste mesmo rio e do Sabor estão na zona dos 400-600 mililitros de média de precipitação anual” (Gran. Encic. Port. e Brasil. p.586).

A um e outro lado do Tâmega, “atinge 1.000 a 1.500 e mesmo a 2.000. O Alvão, com mais de 2.000 mm” (p.587).

2.3.2 3 Sóló/Subsolo

Elementos do Sóló

O solo é de qualidade muito desigual, mas existem potencialidades no domínio das espécies tradicionais, com destaque para :

Vegetação:

- Floresta: Sobreiro, Carvalho, Pinheiro, Castanheiro, Choupo.
- Sub-bosque: Esteva, Giesta, Urze, Rosmaninho (Arçã), Zimbro, Carqueja.
- Arbóreo-arbustivas: Oliveira, Vinha, Amendoeira, Cerejeira, Laranjeira, Pereira, Macieira.
- Culturas agrícolas: Trigo, Centeio, Batata, Hortaliça.

Nos retalhos da Terra Quente, que se insinuam pelos vales que entalham os planaltos elevados de Trás-os-Montes, são ainda valiosas algumas produções de vinho (Valpaços...) e de azeite. A fruticultura tem potencialidades que começam a ser aproveitadas, tanto na vertente dos frescos (cereja, maçã, pêra...), como dos secos (castanhas, noz, avelã e amêndoa).

Fauna:

- Selvagem: Perdiz, Codorniz, Tordo, Rola, Coelho, Lebre, Raposa, e raramente, Pombo, Pato, Lobo, Javali, Corço (a caça abunda nas encostas e cabeços dos montes ou nas vertentes serradas do Douro, do Tua, ou do Sabor).

- Aquática: Bogas, Escalos, Barbos, Trutas e Enguias (nos rios de água amena que o estio faz mingar, ou nos lagos das albufeiras o peixe salta à espera de quem o queira levar).
- Doméstica: Ovelha, Cabra, Vaca, Mula, Burro, Porco e Galinha.

Do ponto de vista da Litologia há o predomínio dos Xistos e do Granito.

Elementos do Subsolo

O subsolo tem alguma riqueza mineralífera, explorada desde os tempos do Império Romano (Ouro), hoje sem rentabilidade que justifique a exploração, apesar de ainda na última Grande Guerra e no período de Guerra Fria que se seguiu, as minas terem tido grande actividade, particularmente, no caso do volfrâmio.

A exiguidade dos veios minerais, tais como: volfrâmio, estanho, talco, urânio, (todos fora de exploração), ferro, estanho, amianto, cal e mármore, nuns casos e os vultosos investimentos a que seria necessário proceder para a sua exploração não têm encorajado uma exploração mineira significativa no Nordeste.

Como excepção da antiga exploração do ferro no concelho de Moncorvo, constituindo-se como a grande exploração mineira do nordeste, dadas a qualidade e quantidade daquele minério existente na serra de Reboredo e cuja exploração terá começado a processar-se, intensivamente, desde fins do século passado.

O estanho existente, em vários pontos da Região, com particular realce para Montesinho e Parada, chegou a motivar o interesse de companhias com capitais estrangeiros. E o amianto teve e, ainda poderia ter, alguma importância na actividade económica da Região.

Também a cal, no concelho de Bragança, e particularmente os mármore e alabastros de Santo Adrião, que se estendem por uma extensa área dos concelhos de Vimioso e Miranda, constituem uma apreciável riqueza, cuja exploração o Abade de Baçal considera ter-se iniciado no período da ocupação romana.

Estes, bem podiam, em conjunto com o ferro de Moncorvo, constituir o núcleo de uma indústria extractiva de grande importância para a Região e para o país.

Ainda neste sector, as águas medicinais são outra das riquezas que o Abade de Baçal cita como susceptível de contribuir para o desenvolvimento da Região, se houvesse investimentos.

2.3.3 Demografia

Figueiredo, Azevedo e Meireles (1996), mencionam que em 1991, a população dos trinta e seis concelhos (e actualmente trinta e nove concelhos¹) de Trás-os-Montes e Alto Douro rondava os 520 mil habitantes (15% do total da Região Norte), o que traduz uma reduzida densidade populacional - 40 hab./Km². Com base nos censos de 2001, os autores Nunes, Cabral, Cepeda, Ramos, Batista, e Ferreira (2002) conferem outra densidade populacional. Assim a Região conta actualmente com 509289 mil habitantes.

A distribuição demográfica pelos concelhos, varia entre os 229 hab./Km² em Peso da Régua e os 13 hab./Km² em Vimioso, evidenciando alguma assimetria na distribuição da população residente:

- densidades superiores a 100 hab./ Km² - seis concelhos - do eixo Vila Real - Régua - Lamego, incluindo Mesão Frio, Santa Marta de Penaguião e Resende, (zona de transição entre o Litoral e o Interior da Região Norte);
- densidades entre 50 e 100 hab./ Km² - sete concelhos - cinco dos quais no vale do Douro Sul, envolvendo o eixo acima mencionado, e englobando ainda Alijó e Chaves;
- densidades entre 25 e 50 hab./ Km² (semelhante a de densidade média de Trás-os-Montes e Alto Douro) - treze concelhos - com vértices em Ribeira de Pena, Sernancelhe e Bragança;
- densidades baixas, inferiores a 25 hab./ Km² - dez concelhos - abrangendo todo o Vale do Douro Superior, e ainda os concelhos da Terra Fria Transmontana de Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais; Montalegre e Boticas no Alto Tâmega, constituindo o espaço mais periférico da região (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R., 1996, p. 28).

2.3.3.1 Movimento da População

Figueiredo; Azevedo e Meireles (1996), citam que esta Região, a partir dos anos sessenta, tem sofrido uma diminuição acentuada na população. "Nos últimos trinta anos perdeu aproximadamente 213 mil habitantes

¹ Alfândega da Fé, Alijó, Armamar, Boticas, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Chaves, Cinfães, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo Espada-à-Cinta, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Meda, Mesão Frio, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Moimenta da Beira, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Penedono, Peso da Régua, Resende, Ribeira de Pena, Sabrosa, S.Marta de Penaguião, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Valpaços, Vila Flôr, Vila Nova de Foz Côa, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Vimioso, Vinhais.

(menos 29%), esse decréscimo foi mais sentido nos agrupamentos da Terra Fria Transmontana, Alto Tâmega e Vale do Douro Superior”(p. 28).

De uma forma global o saldo migratório foi fortemente negativo, e generalizado a todos os concelhos, chegando quase a 79 mil pessoas, o que equivale a uma “taxa de repulsão de (menos 13.4%), muito superior à ocorrida na Região Norte (menos 3.8%) e no Continente (menos 3.1%)” (p. 28).

A população mais nova, com idades inferiores a “15 anos, são predominantemente dos Vales do Douro Sul e Norte e de Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena. Enquanto que, a população mais idosa, tem maior percentagem no Vale do Douro Superior, Terra Fria excepto Bragança, os concelhos da parte Sul da Terra Quente Transmontana, Montalegre e Boticas” (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R., 1996, pp. 29 - 30).

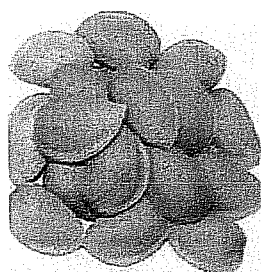
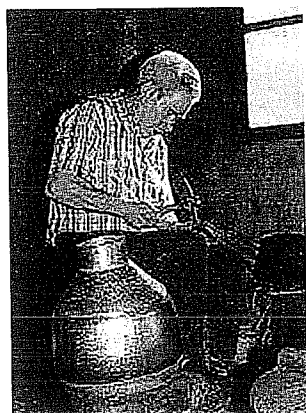
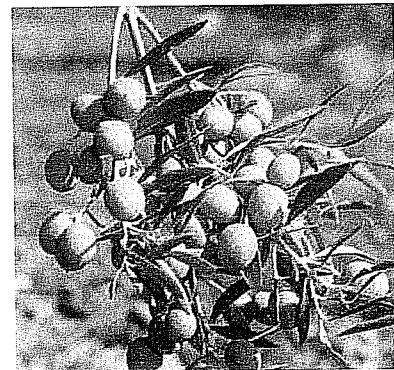
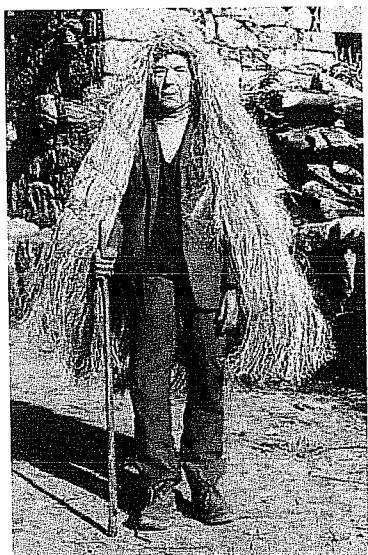
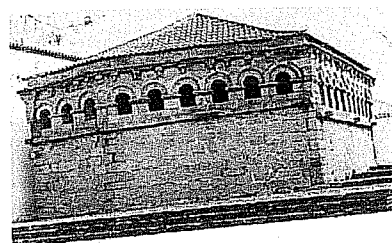
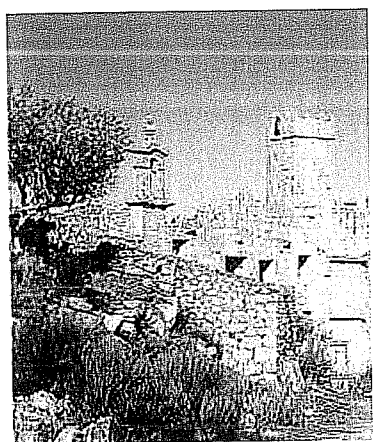
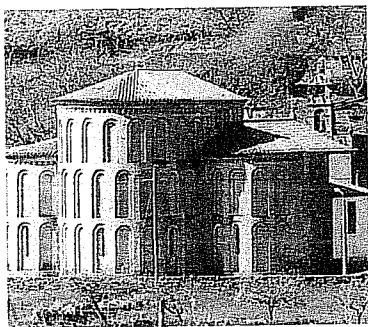
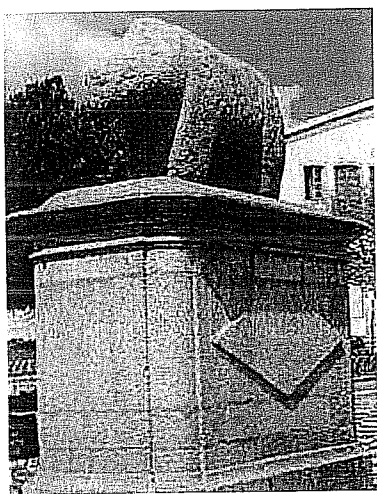
Em síntese, os mesmos autores referem que as cidades de Vila Real, Bragança e Chaves, destacam-se muito pelo “seu quantitativo e dinâmica de população, seguindo-se-lhes Lamego, Peso da Régua e Mirandela, que registam, contudo, um decréscimo ou estagnação, revelando assim estas três últimas cidades algumas dificuldades de afirmação” (p. 33).

Destaca-se ainda o crescente desenvolvimento demográfico de “Macedo de Cavaleiros e Valpaços, colocando a possibilidade de articulação com os três principais Centros Urbanos da Nut Alto Trás-os-Montes” (p. 33).

2.3.3.1.1 Povoamento Urbano e Rural

De acordo com Gaspar (1993), O Povoamento Urbano “limita-se a pequenas cidades, como Bragança, Chaves e Mirandela e a outras sedes de concelho que tiveram recentemente surtos assinaláveis, de Montalegre a Miranda do Douro, de Vila Pouca de Aguiar a Macedo de Cavaleiros e Mogadouro. Relevo especial ao eixo Vila Real - Bragança, servido pelo quase concluído IP4 e que poderá favorecer o desenvolvimento e incremento da capacidade polarizadora não só das duas capitais de distrito como de pólos intermédios, em particular Mirandela e Macedo de Cavaleiros. Falta entretanto, a afirmação de um pólo sub-regional que possa atrair certo tipo de actividades e de funções terciárias. Na sua ausência, é indispensável uma estratégia concertada entre os vários municípios no sentido de se fomentar a especialização e a complementaridade, promovendo um funcionamento em rede, apoiado na melhoria das acessibilidades - de transportes e telecomunicações (p. 44).

Ainda para o mesmo autor, o Povoamento Rural "é ainda bastante denso, traduzindo-se num grande número de pequenas aldeias e lugares, em vias de esvaziamento. Sempre que a terra é rica crescem as aldeias, de camponeses e semi-proletários agrícolas. Quando domina a montanha e a produtividade potencial da terra decresce, as gentes continuam a concentrar-se, mas agora em pequenas aldeias, onde por vezes, ainda se mantêm práticas comunitárias" (p.47).



2.3.4 As Duas Capitais de Trás-os-Montes e Alto Douro

2.3.4.1 Bragança

Secca e Lima (2002) indica-nos que esta capital de Trás-os-Montes e Alto Douro tem uma “área de 1174 Km², o concelho de Bragança é constituído por 49 Freguesias, duas das quais, Sé e Santa Maria, na área urbana da Cidade. Segundo os censos provisórios de 2001, o Concelho de Bragança comporta uma população residente de 34752 habitantes e uma população presente de 37170 habitantes com uma densidade populacional de 29.6 habitantes/ Km²” (p. 115).

A cidade de Bragança, alberga uma população presente, de “cerca de 25 000 habitantes. 25% da população activa dedica-se a trabalhos de agro-pecuária, em pequenas explorações familiares. O sector secundário emprega 25% da população activa, com base em pequenas indústrias com, menos de 10 trabalhadores, onde a construção civil foge à regra e se destaca pela sua pujança e crescimento. É o sector de serviços e comércio que emprega a maior parte da mão-de-obra do Concelho” (p. 115).

No Concelho existem sediadas “cerca de 650 sociedades, que atingem um volume de vendas superior a 250 milhões de Euros. Bragança dispõe de um potencial de juventude muito forte, distribuído pelas diversas escolas e diferentes graus de ensino.

Ensino Básico - 90 estabelecimentos, com 4 343 alunos; Ensino Secundário - 3 estabelecimentos, com 2 520 alunos; Ensino Profissional - um estabelecimento, com 174 alunos.

Segundo Secca e Lima (2002) o Instituto Politécnico de Bragança com três Escolas Superiores e a Escola Superior de Enfermagem constituem a oferta do ensino superior público, com 4 223 alunos enquanto o Instituto Superior de Línguas e Administração, representa o ensino superior privado com 438 alunos. A cultura tem lugar próprio na cidade de Bragança, onde o Centro Cultural Municipal é um espaço que permite a realização de múltiplos eventos” (p. 115).

O novo Teatro Municipal, “em construção, a Biblioteca Municipal e o Museu de Arte Contemporânea, permitirão aumentar a oferta que os diferentes promotores de actividades culturais vêm desenvolvendo no Concelho. Orquestras, tunas académicas, grupos corais e de música contemporânea, folclore, teatro, clubes desportivos e outras associações, oferecem a sua arte a um público cada vez mais numeroso e mais exigente” (p. 115).

Envolta em lendas cujos vestígios remontam já à época pré-histórica conferindo-lhe um particular carácter de mistério, Bragança, capital de distrito com o mesmo nome, tem os seus mais recônditos primórdios no Sec. XII (em 1187) altura em que D. Sancho I concedeu-lhe o foral.

Bragança foi elevada a cidade, no Reinado de D. Afonso V a pedido do 2º Duque de Bragança (D. Fernando).

Dotada de um sistema defensivo medieval de muralhas muito bem conservadas e de onde sobressai, altaneira, a Torre da Princesa. A velha cidadela concentra em si tesouros arquitectónicos de grande beleza e raridade, como a soberba Torre de Menagem do Séc. XV que alberga o Museu Militar, a Domus Municipalis ou Casa d'água – edificação única na Península Ibérica, no estilo Românico Civil do Sec. XV, o Pelourinho assente numa escultura suíno-mórfica e a Igreja de Santa Maria.

Guardando raras preciosidades datadas desde a pré-história, até aos nossos dias, o Museu Regional do Abade de Baçal, instalado no antigo Paço Episcopal é um dos vários exemplos da cuidada preservação, da memória de uma Região.

Em Bragança, a história do Concelho, permanece inscrita nos mais diversos solares e monumentos religiosos, “alguns valorizados por interiores riquíssimos e dos quais se destacam: a Sé Catedral (Séc. XVI) ou Sé Velha, antiga igreja dos Jesuítas; a Igreja de Stª Clara (Séc. XVI); a Igreja Conventual de S. Bento (Séc. XVI - 1590); o Convento de S. Francisco (Séc. XIII); o templo de S. Vicente de raiz românica do Séc. XIII, reconstruído nos finais dos Séc. XVII, a Igreja de Stº Cristo do Outeiro (Séc. XVI), a Igreja Matriz de Sacoias, a Igreja de S. Vicente em Quintanilha com vestígios romanos e reconstruída no Séc. XVII, e o Mosteiro de Castro de Avelãs (românico) do Séc. XIII, o Convento e Igreja de S. Francisco, fundado no séc. XIII; Igreja da Misericórdia, construída no séc. XIV e ampliada em 1539; Igreja de Santa Maria, de origem românica Cruzeiro na Praça da Sé, datado de 1689. Os Pelourinhos de Carocedo, Faílde, Frieira, Gostei, Outeiro, Rebordainhos, Rebordãos, Sanceriz e Vila Franca. O Solar dos Pimentéis ou Casa do Arco; Palacete dos Calainhos; Palacete dos Vargas, antiga agência do Banco de Portugal e futuro Museu de Arte Contemporânea; Solar dos Teixeiras; Paço Episcopal, actual Museu do Abade de Baçal; Castelo de Rebordãos; Fortaleza de Outeiro” (Secca, A. F. & Lima, M. A., 2002, p. 117).

De acordo com Secca e Lima (2002) em seu redor e a não perder os panoramas do circuito turístico de S. Bartolomeu, a Serra de Nogueira e o Parque Natural de Montesinho, onde de encontram verdadeiras relíquias de paisagem, com elevado valor ecológico, económico e social, dos costumes ancestrais do povo destas terras e da sua riquíssima fauna e flora. “As matas de carvalhos, os soutos de castanheiros e os pinhais, constituem a riqueza arbórea do Concelho” (p. 117).

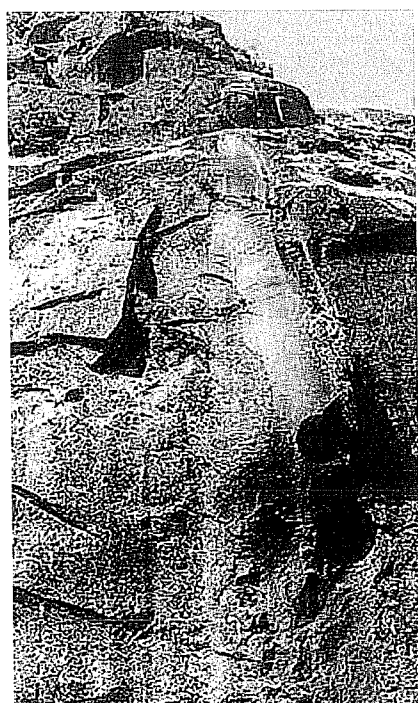
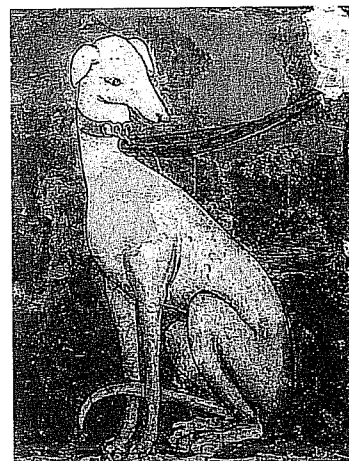
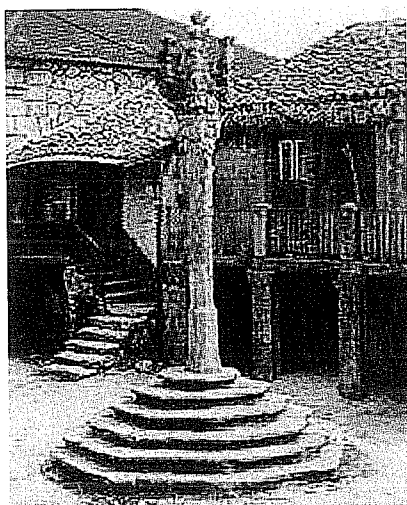
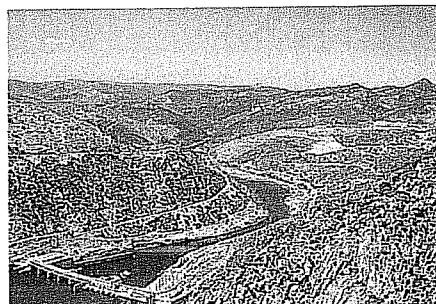
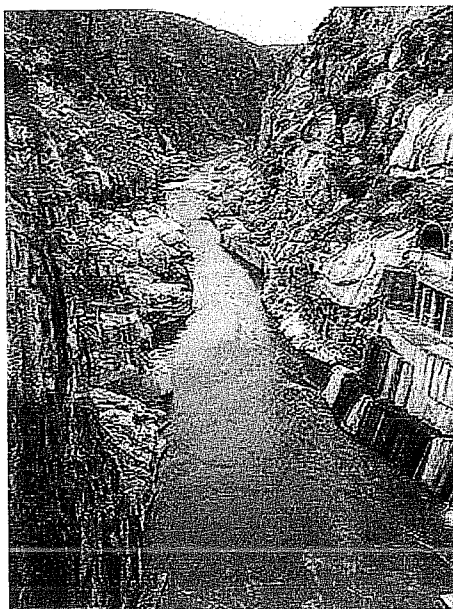
Na área do Parque Natural de Montesinho encontramos as aldeias de Rio de Onor, Quadramil e Montesinho, onde o sistema comunitário de base, apesar da evolução dos tempos, ainda se mantém nalguns aspectos do dia a dia das populações. “A caça e a pesca, são actividades geradoras duma indústria de turismo cada vez mais atractiva e promissora” (p. 117).

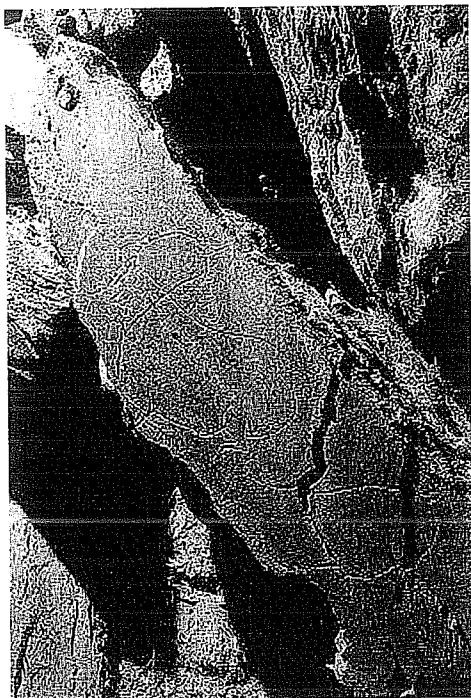
Com uma rica e variada gastronomia de que se destacam: - os saborosos enchidos - a alheira, o salpicão, a linguiça, o azedo, chouriças doces; o presunto, o mel, o folar, a caça, pesca e a carne de raças autóctones: o “cozido à transmontana”, o “cabrito branco de Montesinho e a famosa “posta à Mirandesa”, o “Butelo com cascas” são delícias que, podem ser acompanhadas pelos agradáveis vinhos regionais.

Das suas festas e romarias destacam-se as de N^a S^a das Graças (12 a 22 de Agosto) em Bragança, a Romaria de N^a S^a do Aviso em Serrapicos, S. Bartolomeu (24 de Agosto), N^a S^a da Serra (8 de Setembro) em Rebordãos, Santa Cruz (3 de Maio), N^a S^a da Ribeira (último Domingo de Maio) em Quintanilha, Santa Rita em Terroso, N^a S^a do Amparo (1^o domingo de Agosto) em Mirandela, Feira das Cantarinhas (3 de Maio), atraem milhares de turistas e fiéis a estes santuários.

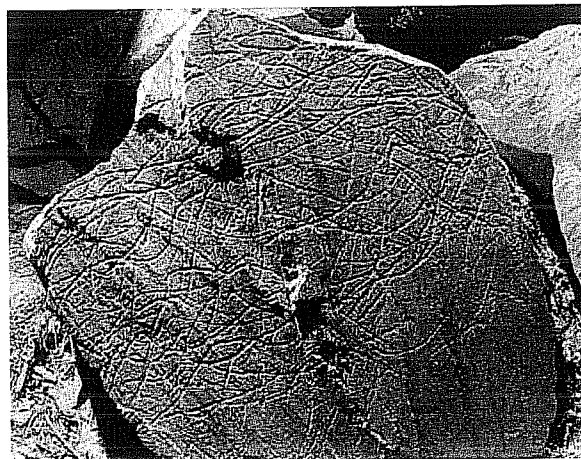
O artesanato, onde pontuam a tecelagem, os couros, os buréis, a olaria, a cestaria e os cobres, a pedra e o ferro.

Não esquecendo a riqueza etnográfica e folclórica.

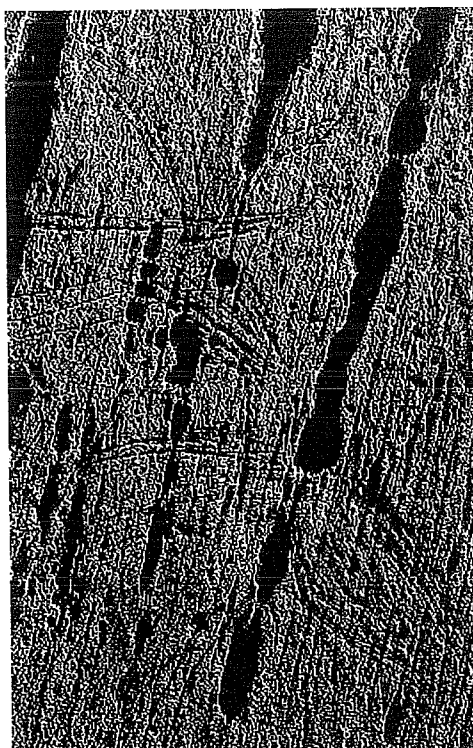
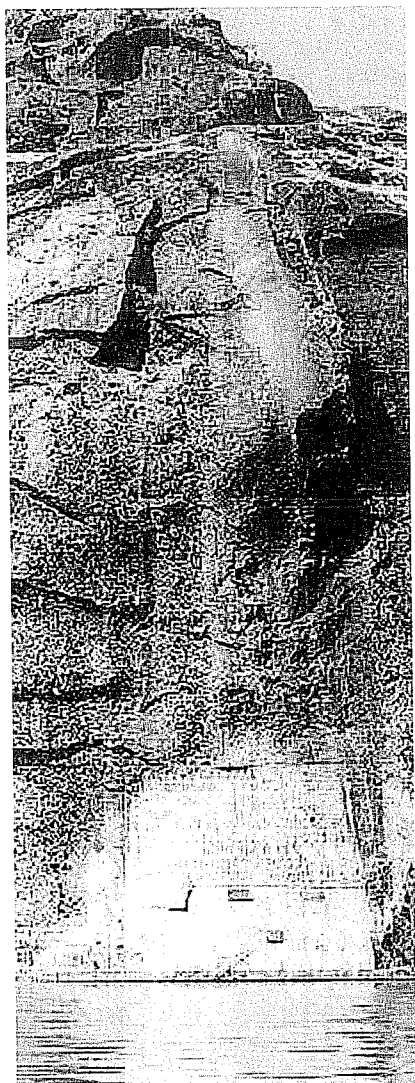




Rocha 3 da Quinta da Barca. Cena com três exemplares da cabra pirenaica ostentando a figura central (um macho) duas cabeças. Período Magdalenense. (Foto CNART)



Rocha 3 da Quinta da Barca. Cerca de três dezenas de animais sobrepostos em diferentes períodos do Paleolítico Superior (Foto CNART)



Rocha 10-A da Penascosa (pormenor). Cabeças de cabra pirenaica e equídeo obtidas por incisão e traço múltiplo. Atribuíveis ao período de transição entre o Solutrense recente e o Magdalenense Antigo. (Foto CNART)

2.3.4.2 Vila Real

Secca e Lima (2002) referem que esta capital de Trás-os-Montes e Alto Douro está situada a cerca de 460 m de altitude, sobre a margem direita do Corgo, um dos afluentes do Douro. Dista aproximadamente 85Km, em linha recta, do Oceano Atlântico, que lhe fica a Oeste, 15 Km do Rio Douro, que lhe corre a Sul, e, para Norte, cerca de 65 Km da fronteira com a Galiza.

Onde Vila Real se encontra implantada mostra sinais de ter sido habitada desde o Paleolítico. De acordo com Lima et al. (1998) em 1979 foi feita a descoberta das gravuras paleolíticas de Mazouco. Assinalando, o “primeiro passo na descoberta do vasto complexo de gravuras rupestres do Alto Douro Português, conhecido pelo nome de Arte do Côa” (p. 199). As fases arcaicas do ciclo rupestre do Côa e Alto Douro começam no Paleolítico Superior.

Na perspectiva de Lima et al. (1998) a arte quaternária do Côa é “hoje o mais notável exemplo da arte ar livre do Paleolítico Superior europeu, com gravuras de grande qualidade artística, a grande maioria delas são obtidas por técnica filiforme algumas tão ténues que se tornam hoje quase invisíveis ao olhar de um leigo” (p. 200).

O segundo momento mais “vigoroso de gravação no Alto Douro processa-se já na Idade do Ferro ao longo dos últimos séculos do 1º milénio a.C. A figura humana é agora dominante e centro da acção. isolada ou montada em cavalos. Cenas em que intervêm guerreiros armados com arcos e armas metálicas como lanças (de uma ou duas pontas), espadas e falcatas são então comuns. Em algumas destas cenas os guerreiros lutam entre si, presumivelmente disputando combates rituais, como na Vermelhosa; noutras caçam veados com o auxílio de cães, como na rocha 23 do Vale da Casa” (p. 201).

De épocas posteriores, há indícios seguros da presença dos Celtiberos e dos Romanos, nomeadamente no santuário pagão de Panóias. Durante as invasões Bárbaras e sobretudo Muçulmanas, impuseram à região um despovoamento gradual, que só terminou com a aproximação do Sec. XII, com a outorga em 1096 do foral de Constantim de Panóias, pelo Conde D. Henrique.

D. Dinis funda, por foral de 1293, a «pobra» de Vila Real de Panóias. Foi esta «pobra» que deu origem à cidade de hoje.

Segundo Secca e Lima (2002) o “êxito da povoação então fundada comprova-se com a evolução do número de moradores: dos cerca de 480 habitantes de 1530, Vila Real passa para cerca de 3.600 em 1795.

Este crescimento deve-se em grande parte a uma localização geográfica privilegiada, entre o litoral e o interior, com ligações ao Porto, Chaves, Bragança e terras do Sul. Nos sécs. XVII e XVIII Vila Real consolida o

epíteto de "Corte de Trás-os-Montes", que havia ganho com a presença dos nobres que aqui se fixaram por influência da Casa dos Marqueses de Vila Real, presença ainda hoje visível nas inúmeras pedras-de-armas que atestam os títulos de nobreza dos seus proprietários. (p.304).

Secca e Lima (2002) defendem que como povoação mais importante em Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real adquiriu o estatuto de capital de província e, já neste século, na década de 20, viu reconhecido o seu peso económico, demográfico e administrativo com dois actos de grande relevo: a criação da Diocese em 20 de Abril de 1922 e a elevação a cidade em 20 de Julho de 1925. Actualmente, Vila Real vive uma fase de crescente desenvolvimento, a nível industrial, comercial e dos serviços, com relevo para a saúde, o ensino, o turismo, etc., apresentando-se como local de eleição para o investimento externo" (p.304).

Nos últimos anos Vila Real tem conhecido um progresso notável, quer no aspecto demográfico quer ao nível de infra-estruturas. A cidade tem um papel fundamental neste desenvolvimento assumindo-se cada vez mais como pólo organizador e estruturante de toda a região transmontano-duriense.

No Plano Rodoviário 2000 estão previstos investimentos que colocarão Vila Real como nó importante para toda a Região Norte e fundamental como ligação entre o litoral e o interior do país. O IP4, o IP3 e a futura A6 vão reforçar a atractividade de Vila Real, de recursos humanos qualificados, de bens e serviços, mas também de novas actividades económicas. Num raio de 60 km todo o território ficará a menos de 30 minutos da cidade de Vila Real.

No plano interno promove-se a melhoria das acessibilidades entre as sedes de freguesias e a cidade de Vila Real.

Secca e Lima (2002) são de opinião que a existência da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) permite a disponibilização desses recursos humanos qualificados em áreas que poderão ser fundamentais para as novas actividades a desenvolver. O universo da UTAD cria um mercado com necessidades mais específicas para o qual é necessário dar resposta, aumentando a diversificação do comércio, serviços e ofertas culturais.

Os mesmos autores referem que o Concelho de Vila Real surge com um "crescimento de 7.8%, baseado num saldo natural positivo e não apenas pelo despovoamento das áreas envolventes da cidade. O crescimento de Vila Real é mais do dobro da região Norte, quatro vezes mais do que a média do Continente" (p.307).

Para Secca e Lima (2002) o Concelho de Vila Real, "sem prejuízo da feição urbana da sua sede, mantém características rurais bem marcadas. Dois tipos de paisagem dominam: a zona mais montanhosa das

Serras do Marão e da Alvão, separadas pela terra verdejante e fértil do Vale da Campeã, e, para o Sul, com a proximidade do Douro, os vinhedos em socalco. Por toda a parte existem linhas de água que irrigam a área do Concelho, com destaque para o Rio Corgo, que atravessa a Cidade num pequeno mas profundo vale, originando um canhão de invulgar beleza. Constituem o Concelho trinta freguesias: Abaças, Adoufe, Andrães, Arroios, Borbela, Campeã, Constantim, Ermida, Folhadela, Guiães, Justes, Lamares, Lamas de Olo, Lordelo, Mateus, Mondrões, Mouços, Nogueira, Nossa Senhora da Conceição (urbana), Parada de Cunhos, São Miguel da Pena, Quintã, São Dinis (urbana), São Pedro (urbana), São Tomé do Castelo, Torgueda, Vale de Nogueiras, Vila Cova, Vila Marim e Vilarinho da Samardã” (pp. 304-305).

A população do Concelho ronda os 50.000 habitantes, para uma área de cerca de 370 Km². Quanto a monumentos, a cidade é riquíssima assim como o Concelho, pois há testemunhos de todas as épocas e estilos como a Igreja de S. Domingos (a actual Sé), templo gótico, de três naves, construído no Sec. XV (Monumento Nacional). Igreja dos Clérigos, ou Capela Nova, obra do Séc. XVIII, com bela azulejaria do Séc. XVII na capela-mor. “A Capela de São Brás (MN), a Capela da Misericórdia, a Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe (IIP), a Capela Nova, a Igreja de São Pedro, a Igreja de Constantim, a Igreja de Folhadela, a Igreja de Mondrões (IIP) e a Igreja de Vila Marim. A chamada Casa de Diogo Cão e edifícios contíguos, de feição medieval. A casa de Mateus (Monumento Nacional), um dos mais belos exemplares da arquitectura aristocrática barroca em Portugal do Séc. XVIII, com o seu recheio museológico (Monumento Nacional). A Casa dos Brocas, e a Casa dos Marqueses de Vila Real. A Torre de Quintela. A ponte romana de Píscas, sobre o rio Corgo. A Arca Tumular Românica de Mouços (IIP). O Santuário Rupestre de Panóias, trata-se de um «serapeum», templo dedicado ao Deus Serápis (culto de origem oriental). As Mamoas de Justes, Mão do Homem, Necrópole de São Miguel da Pena, constituem o património arqueológico do Concelho” (Secca, A. F. & Lima, M. A., 2002, p. 305).

O Parque Natural do “Alvão encontra-se situado na cadeia montanhosa definida pelas Serras do Alvão e do Marão. Abrange parte dos concelhos de Vila Real e Mondim de Basto.

Tem uma área de 7.220 hectares, a maior parte dos quais” na cabeceira da bacia hidrográfica do Rio Olo, afluente do Tâmega. Em Lamas de Olo e Vila Marim, freguesias do Concelho de Vila Real, o Parque tem como aspectos de maior interesse as casas cobertas de colmo, a área das barragens do Alvão, a paisagem granítica do lugar de Arnal, os panoramas proporcionados pela estrada entre Agarez e Arnal e o moinho com queda de água de Galegos da Serra. Do artesanato regional destacam-se a olaria negra de Bisalhães e os linhos de Agarez” (Secca, A. F. & Lima, M. A., 2002, p. 305).

Dos eventos culturais “anuais referem-se os Jogos Populares Inter-Universitários, Semana Académica, Semana do Caloiro, Encontros de Música da Casa de Mateus, Salão Luso-Galaico de Caricatura, Encontro “Saber Trás-os-Montes” (p. 305).

Secca e Lima (2002) alegam que no Concelho de Vila Real existem os seguintes equipamentos culturais: “Museus (Secção Museológica da Casa de Mateus, Museu de Geologia, Museu de Vila Real); Auditórios (Hotel Miracorgo, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Escola Superior de Enfermagem, Arquivo Distrital de Vila Real, Instituto Português da Juventude). Arquivo Distrital de Vila Real, Biblioteca Municipal, Biblioteca Gulbenkian, Galerias (Átrio, Área de Exposições Temporárias do Museu de Vila Real, Arquivo Distrital de Vila Real, Centro Cultural Regional de Vila Real, Casa de Mateus), Salas de Espectáculos - Cinema D. Dinis, Teatro Morais Serrão” (p. 305).

Dos equipamentos desportivos são de referir: “Court de Ténis do Aeródromo, Piscinas Municipais Cobertas e de ar livre, Ginásio Clube de Vila Real; uma referência especial ao grande Complexo Desportivo do Monte da Força; o Campo do Calvário, Complexo Desportivo do Bairro de S. Vicente de Paulo, Complexo Desportivo da Estação, equipamentos de recreio e lazer: Complexo de Recreação e Lazer de Codessais, com praia fluvial e piscinas; parque de campismo; parque florestal, com circuitos de manutenção, etc. (p. 305).

Em relação às festividades da cidade, merecem menção especial a procissão do «Corpus Christi», tradição que vem da Idade Média, com um protocolo rigoroso; Festas da cidade, em honra de Sto. António, padroeiro da cidade (13 a 21 de Junho); Feira de S. Pedro (28 a 29 de Junho), também chamada «dos Pucarinhos», onde se transaccionam grandes quantidades de louça e linho artesanais. Os mais importantes produtos artesanais são a olaria negra de Bisalhães e os linhos de Agarez, tecidos em teares manuais.

Como pratos típicos, servem-se em Vila Real “tripas aos molhos”, “cabrito assado com arroz de forno”, “vitela assada”, etc. Notáveis também a bola de carne, os covilhetes e certos enchidos, como salpicões, linguiça, alheiras e mouras, e certa pastelaria, como os pastéis de St^a. Clara e o toucinho-do-céu.

Os vinhos aperitivos, de mesa e Portos são inesquecíveis.

2.3.5 Acessibilidades

Em 1985 decorreu a reestruturação completa da Rede Nacional de Estradas, através do Plano Rodoviário Nacional (PRN).

Este Plano serviu de base à "revolução rodoviária" portuguesa. A distância vai perdendo importância em detrimento das boas ligações rodoviárias. Nesta perspectiva, "o espaço territorial que corresponde às NUTE's Trás-os-Montes e Alto Douro é ainda uma Região pouco acessível, quer do ponto de vista externo, quer interno.

As grandes vias que o PRN desenha para esta Região, são:

- **IP2** (Bragança, Macedo de Cavaleiros e Vila Nova de Foz Côa), com um traçado marginal a três sedes de concelho e afastado destas cerca de 10 a 15 Km (Alfândega da Fé, Vila Flôr e Torre de Moncorvo). A continuação deste IP faz-se para sul, na direcção da Guarda;
- **IP3** (Vila Verde da Raia, Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Peso da Régua e Lamego), seguindo para sul na direcção de Viseu;
- **IP4** (Quintanilha, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Murça e Vila Real), continuando para poente, por Amarante, em direcção à AMP;
- **IC5** (Murça, Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena), seguindo para Fafe e Guimarães.

O PRN de 85 encontra-se presentemente em revisão, faltando apenas a sua ratificação, o que faz com que a JAE proveja as suas futuras intervenções em função deste "novo" plano. As alterações são:

- **IC5**, prolongar-se-á para sudeste, de Murça ao IP2, passando por Vila Flôr;
- **IC25**, a partir do IC5 em Arco do Baúlhe, segue o Vale do Tâmega em auto-estrada, por Boticas e Chaves, até à fronteira;
- **IC26**, que faz a ligação Amarante, Mesão Frio, Régua, Lamego, Tarouca, Moimenta da Beira, Sernancelhe, até ao IP5" (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R., 1996, pp. 42-43).

Como referem Figueiredo, Azevedo e Meireles (1996), a conclusão destes eixos mudará a rede viária da Região, "diminuindo significativamente os tempos de percurso nas ligações exteriores. No entanto, se estas intervenções não forem complementadas por outras na rede viária secundária, poderão contribuir para aumentar o fosso das disparidades Intrarregionais, pois espaços como Mogadouro/Miranda do Douro e Armamar/Tabuaço/S. João da Pesqueira, continuam muito distantes destas novas vias" (p. 43).

O transporte fluvial tem pouca representatividade quando relacionado com os transportes de passageiros. O transporte ferroviário terá maior importância, “se praticar preços competitivos face ao rodoviário, melhorar a qualidade de serviço e forem facilitadas as condições de manobra nos terminais, isto em termos de transporte regional (p. 45).

Os autores supracitados aludem que, relativamente à navegabilidade do Douro, há no território Português, “os Portos de Sardoura e de Régua/Lamego e ainda o Cais do Pocinho, este ainda em fase de construção e, na parte espanhola, o Porto de Vega Terron. A via navegável permite já profundidades mínimas de 4.20 m do mar até ao Pinhão e do Pocinho até Barca de Alva (Vega Terron), existindo estrangulamentos no troço entre o Pinhão e a barragem do Pocinho, em que essa profundidade mínima garantida é de 2.50 m. Além deste estrangulamento existem problemas com a regularização da Barra do Douro, sinalização, regulamentação da navegação e equipamentos de apoio nos cais, que se prevê sejam objecto de intervenção no âmbito do Prodouro. Simultaneamente está a ser feito um estudo de viabilidade de exploração da via com vista à concessão da sua gestão.

Em relação ao transporte fluvial a morosidade das deslocações impede a sua utilização regular no tráfego de passageiros. O transporte de mercadorias só permitirá a utilização de cargas com baixos custos de armazenagem e de manobra portuária. A sua principal vocação é turística e de desenvolvimento deste sector numa Região com grandes recursos naturais e paisagísticos” (p. 46).

2.3.5.1 Taxas de Motorização

Os valores das taxas de motorização em Trás-os-Montes e Alto Douro, isto é, o número de veículos ligeiros de passageiros por mil habitantes, é significativamente inferior ao resto da Região do Norte e do Continente (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R., 1996, p. 53) (Tabela 2).

Taxas de Motorização	1990	1992
Trás-os-Montes e Alto Douro	79	94
Norte	128	154
Continente	180	213

Tabela 2 - Apresentação das taxas de motorização na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, na zona Norte e no Continente Português

2.3.6 Equipamento de Saúde

Há um reduzido número de médicos em Trás-os-Montes e Alto Douro (segundo as informações fornecidas pelo INE e Marktest), quer se trate de Médicos de clínica geral ou de Médicos especialistas.

Em 1992 “existia apenas 1 médico residente por 1 000 habitantes, quando na Região Norte e no País essa relação cifra-se em 2.5 e 2.9. respectivamente. Apenas nos sete concelhos em que se localizam Hospitais a capitação era superior ou igual a 1, mas mesmo assim o valor máximo atingido em Vila Real (2.3) era inferior ao verificado na Zona Norte.

Todos os concelhos estão dotados de Centros de Saúde e Extensões que asseguram a prestação dos cuidados de saúde primários. Em 1992 existiam um total de 36 Centros de Saúde e 226 extensões. Complementarmente, e em articulação com os Centros de Saúde funcionavam ainda 28 unidades de Serviços de Atendimento Permanente (SAP 's) em todos os concelhos em que não existe Hospital, e 19 Unidades de Internamento, com uma lotação para 342 doentes.

Quanto à qualidade das instalações verifica-se, de acordo com um levantamento efectuado pelo departamento de Estudos e Planeamento da Saúde, em 1990, que nos 33 Centros de Saúde existentes nas Nut's Douro e Alto Trás-os-Montes, apenas 39.4% apresentavam um estado de conservação/adequação funcional das instalações bom, 27.3% seriam regulares e 33.3% más. Panorama ligeiramente mais favorável se verificava com as Extensões – 45.9% seriam boas, 28.8% em estado regular e 26.3% em mau estado de conservação.

Igualmente existiam farmácias em todos os concelhos, sendo aliás a capitação de farmácias em Trás-os-Montes e Alto Douro, ligeiramente superior à verificado na Zona Norte.

Quanto à prestação de cuidados de saúde diferenciados existem sete Hospitais, cinco dos quais com o estatuto de distritais (Bragança, Chaves, Mirandela, Vila Real e Lamego), e dois de nível 1 (Macedo de Cavaleiros e Peso da Régua).

Os Hospitais Distritais no seu conjunto têm uma lotação de 1020 camas e apresentam um número significativo de especialidades (máximo de 17 em Vila Real e mínimo de 9 em Mirandela)” (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R., 1996, p. 118).

2.3.7 Equipamento de Ensino

2.3.7.1 Educação Pré-Escolar

A Educação Pré-Escolar, no ano de 1993/94 era ministrada em “358 estabelecimentos, 8 dos quais iniciativa particular e cooperativa, e abrangia um total de 6555 crianças e de 437 educadores. Existiam em Trás-os-Montes e Alto Douro 15 crianças por educador.

Estes dados não incluem os Jardins de Infância da responsabilidade de Instituições Privadas de Solidariedade Social.

O tipo de instalações e edifícios utilizados correspondem a Escolas Primárias com salas vagas, disponibilizadas pelas autarquias para o efeito. Com a diminuição da natalidade, há uma subocupação das Escolas Primárias, existindo edifícios e salas disponíveis suficientes para permitir melhorar a taxa de cobertura dos Jardins Infantis, só que aqueles pela sua localização, tipologia e dimensão, nem sempre têm as melhores condições de funcionamento” (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R. (1996), p.90).

2.3.7.2 1º Ciclo do Ensino Básico

Até ao momento há somente em Trás-os-Montes e Alto Douro uma “Escola Básica Integrada (EBI), tipologia nova, que abrange o 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e ainda Jardim Infantil, e que reflecte a nova orgânica decorrente da Lei de Bases do Sistema Educativo. Essa escola localiza-se em Torre de Dona Chama (Mirandela), dispõe de capacidade para 18 turmas, mas devido a ser recente, apenas abrange 124 alunos distribuídos por 5 turmas.

O 1º Ciclo do Ensino Básico oficial é ministrado em 1400 Escolas Primárias e abrangia no ano de 1994/95 um total de 29357 alunos, o que corresponde, em termos médios a uma relação de 13 alunos por turma e a uma taxa de ocupação de apenas 61% (considerando 20 alunos por sala em termos de capacidade).

O 1º Ciclo de iniciativa particular ou cooperativa tem reduzida expressão em Trás-os-Montes e Alto Douro, e praticamente circunscreve-se às quatro principais cidades: 11 estabelecimentos com um total de 797 alunos no ano de 1993/94” (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R., 1996, p. 91).

2.3.7.3 Escolas Básicas de 2º e 3º Ciclo

De acordo com Figueiredo, Azevedo e Meireles (1996) o 2º Ciclo do Ensino Básico (EB) era ministrado em “185 estabelecimentos e abrangia no ano de 1993/94 um total de 18369 alunos, dos quais apenas 690 alunos correspondiam a 9 estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (existentes em Lamego, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Peso da Régua e Vila Real)” (p. 93).

No ano lectivo de 1994/95 funcionavam “18 escolas oficiais EB2 com um total 6875 alunos e 304 turmas, correspondendo a uma taxa de ocupação de 84%, se considerarmos para as apologias existentes uma capacidade de 24 alunos por turma.

Simultaneamente, funcionavam 129 postos de Telescola (Ensino Básico Mediatizado - EBM's) em 26 concelhos, abrangendo um total de 2653 alunos e 271 turmas (dados de 1993/94), número este que deverá progressivamente ser integrado na rede de ensino directo.

Quanto à relação alunos do 2º ciclo/professor verifica-se um valor idêntico ao do Continente (11.5%) e ligeiramente inferior ao da Região Norte” (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R., 1996, p. 95).

De acordo com dados do Ministério da Educação fornecidos pela “Marktest” no ano de 1993/94 o 3º Ciclo era ministrado em “78 estabelecimentos e abrangia um total de 22973 alunos, tendo o Ensino Particular e Cooperativo reduzida expressão: 12 estabelecimentos com 1150 alunos (em Lamego, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Montalegre, Peso da Régua, Resende, Torre de Moncorvo e Vila Real)” (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R., 1996, p. 97).

2.3.7.4 Escolas Secundárias

Os mesmos autores referem que no ano lectivo de 1994/95 o “Ensino Secundário (ES) era ministrado em 30 Escolas oficiais ES distribuídas por 21 concelhos, com um total de 28113 alunos e 1117 turmas e ainda em 8 escolas de apologia EB 2,3 com autorização para leccionar o nível secundário, distribuídas por igual número de concelhos, abrangendo 5150 alunos e 219 turmas. Convém frisar, no entanto, que em ambas as apologias se lecciona simultaneamente o 3º ciclo e secundário, pelo que o número de alunos mencionado refere-se à totalidade destes dois níveis de ensino.

A rede de Escolas Secundárias apresenta-se, naturalmente, mais polarizada nas principais cidades: Bragança, Chaves e Vila Real (3 estabelecimentos), e Lamego, Mirandela e Peso da Régua (2 estabelecimentos). A taxa de ocupação global no conjunto dos 30 estabelecimentos é bastante elevada (133%),

sendo particularmente critica nos concelhos de Bragança, Vila Real, Lamego, Peso da Régua, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vinhais, em que existem estabelecimentos com taxas de ocupação superiores a 150%. Quanto à relação alunos 3º ciclo e secundário/professor verificava-se no ano de 1991/92 um valor (13.1%) ligeiramente superior ao do Continente e Região Norte (12.3%)" (pp. 97-98).

As "Escolas Profissionais (EP), têm uma filosofia de educação com maiores preocupações de ligação ao tecido social, económico o cultural e de preparação para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, existem em número de doze.

Estas abrangem de forma directa os concelhos de Chaves, Bragança, Mirandela, Murça, Vila Real, Régua, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira e Sernancelhe e ainda Boticas, Montalegre e Valpaços, pólos da EP de Chaves.

Frequentam as Escolas Profissionais no ano de 1994/95 um total de 1528 alunos, número este já significativo (representa 16.4% do total da Região Norte) e que se encontra em franco crescimento (861 alunos no ano de 1992/93), e que, caso se criem condições de fixação, poderão desempenhar a médio ou a longo prazo um importante papel em termos de desenvolvimento regional e local" (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R., 1996, p.98).

2.3.7.5 Ensino Superior

O Ensino Superior Público é constituído pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), em Vila Real, pelo Instituto Politécnico de Bragança, e pelas Escolas Superiores de Enfermagem de Bragança, Vila Real, e Chaves.

A UTAD, criada em 1986, sucedeu ao Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro com origem em 1979, que por sua vez sucedeu ao Instituto Politécnico de Vila Real, surgido em 1973. De acordo com os seus Estatutos, a UTAD, que tem como objectivos fundamentais o ensino, a investigação, a extensão e o apoio à comunidade, deverá construir um centro de excelência para a educação permanente e para a criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia.

Esta Universidade está inserida numa Região em que importa promover o desenvolvimento socio-económico pelo que valoriza as ligações com a população, as autarquias e os parceiros económicos, não só através da influencia positiva dos seus graduados, mas também pela sua participação em projectos de investigação de apoio à comunidade.

Nos anos 90 a UTAD, contava com mais de 5 mil alunos. E, evidencia-se pela diversificação de cursos oferecidos nas áreas das Ciências Agrárias, Ciências Exactas, Naturais e Tecnológicas e Ciências Humanas e Sociais, Bacharelatos, Licenciaturas, Pós-Graduações e Mestrados. Possui, ainda, um pequeno pólo em Chaves, com apenas 104 alunos (dados de 1991/92), onde se leccionam cursos de Bacharelato nos domínios da Educação (educadores de infância e professores do 1º ciclo do Ensino Básico).

Margarida (2002) refere que actualmente a UTAD "oferece 26 cursos de licenciatura a um total de 7310 alunos, a que há a acrescentar os 157 inscritos nos Complementos de Formação Científica e Pedagógica para Educadores de Infância e Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico. Conta com 543 docentes, dos quais 40% são catedráticos.

Embora tenha compromissos com a região em que se insere, estando particularmente atenta às suas necessidades, "a UTAD é uma Universidade por definição e, portanto, está preocupada com o todo nacional. Os cursos que existem, se bem que no início da instituição se tenham virado essencialmente para o sector agrário, têm hoje por objectivo fazer com que a região seja igual a qualquer outra do país", ressalva o reitor Armando Mascarenhas. A investigação funciona quase como imagem de marca da UTAD (p. 32).

O Gabinete de avaliação da UTAD tem vindo a desenvolver, nos últimos cinco anos, um trabalho estatístico mostrando que, apenas uma minoria dos licenciados fica a trabalhar pela região de Trás-os-Montes e Alto Douro (Margarida, H. 2002, p. 33)

Com cerca de "1300 alunos no ano de 1991/92, o Instituto Politécnico de Bragança inclui três Escolas Superiores: Escola Superior Agrária (644 alunos); Escola Superior de Tecnologias e Gestão (208 alunos) e Escola Superior de Educação (469 alunos).

As Escolas Superiores de Enfermagem de Bragança e Vila Real, no ano de 1991/92 tinham uma frequência de cerca de 300 alunos.

O Ensino Superior particular está actualmente presente em quatro cidades da região: Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros e Lamego.

No ano lectivo de 1991/92, o Instituto Superior de Línguas e Administração em Bragança, dispunha de dois cursos de bacharelato, Informática de Gestão e Secretariado, frequentado por 219 alunos" (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R., 1996, p. 100).

Em Chaves, no ano lectivo de 1991/92 existia um pólo da Universidade Internacional, com licenciatura em Gestão e o Instituto Superior Politécnico Internacional, com bacharelato em Secretariado Internacional, abrangendo ambos um total de 261 alunos.

A Escola Superior de Educação Jean Piaget, funciona em Macedo de Cavaleiros com bacharelatos em Educadores de Infância e Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico, com um total de 84 alunos (dados de 1991/92).

Em Lamego “está instalado um pólo do Instituto Superior Politécnico Portucalense, com quatro bacharelatos (Gestão, Contabilidade, Informática e Administração Autárquica), com um total de 138 alunos (dados de 1991/92), mas que, de acordo com entrevista feita irá fechar no ano lectivo de 1995/96; existe ainda um pólo da Escola Superior da Educação do Instituto Politécnico de Viseu, com dois bacharelatos e uma licenciatura, abrangendo um total de 108 alunos dados de 1991/92” (p. 101).

2.3.8 Equipamentos Culturais e Desportivos

Os equipamentos culturais abrangem: bibliotecas, arquivos, museus, centros culturais, auditórios, teatros, salas de espectáculos, cinemas.

A concentração dos equipamentos culturais está claramente, nos concelhos em que se situam os principais centros urbanos de Trás-os-Montes e Alto Douro. "Concelhos como Lamego, Mirandela, Miranda do Douro e Peso da Régua registam um conjunto de equipamentos significativo, polarizando juntamente com as duas sedes de distrito os concelhos vizinhos" (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R., 1996, p. 108).

Quase todos os concelhos têm Biblioteca, ainda que grande parte sejam "propriedade das escolas e de acesso limitado aos alunos, o que dificulta o acesso ao livro à restante população. Na região do Douro Sul apenas Lamego e Resende dispõem de biblioteca pública de pequena dimensão" (p. 108).

Os equipamentos desportivos de base são: "campos de jogos, piscina descoberta e coberta, campos de ténis, salas de desporto/ pavilhões e os especializados são: centro de equitação, pista de autocross/motocross, campo de tiro, locais para a prática de desportos náuticos, aventura e risco" (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R., 1996, p. 108).

Estas informações basearam-se nas Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio para o ano 1991/92; Anuário Estatístico da Região Norte de 1994 e do G.E.P.A.T. (1993), pelo INE.

2.3.9 Saneamento Básico e Resíduos Sólidos

A melhoria da qualidade de vida das populações e o ambiente constitui um importante objectivo do próprio processo de desenvolvimento económico e social e articula-se com a maior ou menor dotação dos aglomerados populacionais em infra-estruturas básicas - abastecimento de água, rede de esgotos, recolha e tratamento de lixos e rede eléctrica.

2.3.9.1 Abastecimento de Água por Redes Públicas

A cobertura do abastecimento de água por redes públicas registou, um “crescimento assinalável na década de 80, beneficiando em Trás-os-Montes e Alto Douro à data do último censo cerca de 69% da população (34% de população servida em 1981). Valores ligeiramente mais favoráveis de que no Continente (66%), e muito superiores aos verificados no conjunto da Região Norte (46.5%)” (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R., 1996, p. 59).

2.3.9.2 Rede Pública de Esgotos

“A nível da cobertura por rede pública de esgotos a situação em Trás-os-Montes e Alto Douro melhorou sensivelmente na última década (de 14% para 32%), tendo ultrapassado os valores médios da Região Norte (25.5%), mas mantendo-se aquém dos valores verificados no Continente (47%).

Não obstante os custos de instalação das redes públicas de esgotos serem elevados, privilegiando-se normalmente a sua instalação nos principais centros urbanos, as maiores percentagens de população servida verificam-se em concelhos predominantemente rurais (Vila Nova Foz Côa, Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta, com mais de 65%; Vimioso, Vila Flôr, Alfândega da Fé, Tabuaço, S. João da Pesqueira e Penedono, entre 50% e 65%).

Os concelhos cujas sedes têm o estatuto de cidade distribuem-se em dois grupos, quanto à taxa de população servida: com valores da ordem dos 40% - Bragança, Miranda, Mirandela e Lamego; com cerca de 30% - Peso da Régua, Vila Real e Chaves” (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R. (1996), p.59).

2.3.9.3 Recolha de Lixos

Figueiredo, Azevedo, e Meireles (1996) mencionam que, no que se refere à recolha de lixo, a situação evoluiu favoravelmente entre 1981 e 1991 (de 20% para 79%), mantendo-se contudo com valores inferiores aos da Região Norte (88%).

“Os maiores índices de atendimento (mais de 85%) verificam-se nos concelhos do Douro-Sul e ainda em Mirandela, Vimioso, Miranda e Ribeira de Pena. Vila Real e Bragança registam taxas de cobertura da ordem dos 80%, enquanto Lamego e Chaves se situam nos 70%.

Em contrapartida, os concelhos de Murça e Boticas (Estatísticas do Ambiente (1991)) são os que usufruem menores níveis de atendimento (25% e 38%, respectivamente). De salientar que, segundo informação da Câmara Municipal de Boticas o índice de atendimento melhorou entretanto significativamente, abrangendo no ano de 1996 já cerca de 95% da população do concelho” (p.60).

2.3.9.3.1 Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais

Para os mesmos autores, os resíduos sólidos urbanos (RSU) recolhidos são “depositados em lixeiras municipais, em condições inadequadas, estando a ser estudadas soluções conjuntas de deposição e tratamento envolvendo vários municípios (casos de Vila Real, Régua e restantes municípios do Douro Norte, e municípios do Alto Tâmega)” (p.60).

A inexistência de soluções para a “recolha, tratamento e deposição de RSU's e (Resíduos Sólidos Industriais) RSI's é, sem dúvida, a lacuna infra-estrutural mais visível e sobretudo a que reúne maior unanimidade por parte dos decisores regionais contactados.

A heterogeneidade e a dimensão da área de Trás-os-Montes e Alto Douro tem contribuído para minimizar este gravoso e duradouro impacto ambiental. A grande disponibilidade do solo permite relativizar a dimensão e consequentemente a importância das inúmeras lixeiras. A própria recessão económica que grassou nesta região durante as últimas décadas cria dificuldades adicionais para tentar impedir a difusão de padrões de comportamento - geradores de enormes quantidades de desperdícios - importados, agora com maior avidez, do litoral ou dos países de imigração” (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R., 1996, p.69).

2.3.9.4 Rede de Energia Eléctrica

De acordo com Figueiredo, Azevedo, e Meireles (1996), a taxa de cobertura da rede de energia eléctrica em Trás-os-Montes e Alto Douro atinge 96.4% da população (85% em 1981), valores muito próximos aos registados quer na Região Norte, quer no Continente (98%).

“Este facto é importante uma vez que a Região contribui significativamente para a produção nacional de energia hidroeléctrica e só nas duas ultimas décadas Trás-os-Montes e Alto Douro atingiu níveis de electrificação próximos dos verificados no continente” (p.61).

2.3.10 Estrutura Económica

2.3.10.1 Economia nos Séculos XVIII, XIX, XX

Segundo Mendes (1985), a paisagem agrária transmontana dos finais do século XVIII “distinguir-se-ia da dos nossos dias pela extensão de terrenos ainda incultos, por uma maior proliferação do castanheiro e, ainda que mais moderadamente, do linho e do cânhamo, e por uma menor difusão da vinha, da oliveira e do pinheiro, e, fundamentalmente, da batata que principiavam a alcançar a região do Nordeste” (p 26).

“Se hoje mal pode falar-se de produção industrial no Nordeste, a verdade é que a situação seria algo diferente no século XVIII e até em parte do século XIX. O Nordeste entrou na centúria de oitocentos numa situação de relativo destaque no que diz respeito pelo menos ao sector têxtil, já que produzia tecidos de lã para vestuário, tendo sido fundada em 1883, em Moncorvo, uma fábrica de tecelagem de cobertores de lã, depois transferido para uma localidade deste mesmo concelho, Felgar, onde atingiu um nível de produção que lhe permitiu abastecer o mercado do distrito e disputar com o Porto, «Mantendo-se, porém, em todas as suas aldeias as antigas indústrias caseiras limitadas ... ao clássico burel» (Alves, Vol. 11, 472, ref. cit. por Branco, A., 1997, p. 88).

Como evidencia Branco (1997) ainda durante o século XVIII, “já se havia perdido uma importante produção de cordoaria, em Moncorvo e cujo desaparecimento muito terá contribuído para o declínio desta Vila, verificado durante todo o século XIX.

Também os curtumes constituíram uma indústria importante, a nível regional, e a ela se dedicou, durante muito tempo, quase em exclusivo, a população de algumas aldeias do concelho de Vimioso.

Todavia o produto industrial mais significativo do Nordeste, aquele que constituiu o seu verdadeiro ex-libris e podia ter sido a mola propulsora da sua industrialização foi a seda.

O documento mais antigo que se refere a esta indústria no distrito, segundo o Abade de Baçal, data de 1475, embora se possa admitir que era mais antiga. Com altos e baixos, isto é, com períodos de franca expansão e outros de profunda agonia, a indústria da seda foi subsistindo, disseminada por várias localidades do Nordeste, até meados do século XIX, quando morreu de vez.

Porém, a segunda metade do século XVIII corresponde a um período de grande vitalidade desta indústria por forma a poder dizer-se que, quando se inicia o século XIX, ela tinha alcançado o seu ponto alto.

Se, como dissemos, a seda se produzia um pouco por todo o Nordeste, a verdade é que era em Bragança e Chacim que o fabrico deste produto tinha a sua verdadeira expressão, já que em 1804, se concentravam mais de quatrocentos teares.

Na sua globalidade, seria produzida seda de apreciável qualidade que se vendia em todo o país e mesmo para a América, apenas não conseguindo competir com as sedas importadas destinadas aos tecidos mais finos" (p. 89).

Mas a curto prazo vai iniciar-se um novo período de decadência que, rapidamente, conduz esta indústria secular para o seu fim. Do número de teares acima referido, "Pelos anos de 1830 apenas havia em Bragança sessenta teares, três tinturarias e oito tornos; em Rebordelo nove teares, em Lebução dois, em Urros um e em Chacim catorze... Em 1844 ainda Manuel Lopes dos Santos mantinha em Bragança sessenta teares, que teve de fechar por não poder competir com a seda estrangeira"(p. 89).Várias razões se congregaram para o desaparecimento definitivo da indústria da seda da região de Bragança, umas de carácter mais geral, outras de carácter, mais específico.

Entre as primeiras poderemos considerar as que resultaram da abertura das alfândegas portuguesas aos têxteis ingleses, por força do apoio militar que aqueles nos concederam quando das invasões francesas e o efeito que a entrada das novas sedas teve, provocando a alteração dos padrões da moda. Entre as segundas, podem considera-se, como escreve o Abade de Baçal que "a produção era baratíssima pela abundância de matéria prima, era perfeita em relação à época e não tinha concorrência notável em todo o Portugal. Enquanto se deu o conjunto destas tão favoráveis circunstancias, os tecidos de Bragança tiveram boa reputação e muito vantajosa procura; começaram, porém, a surgir novas fábricas em Lisboa, no Porto e noutras cidades do país e apareceu a competição. Essas fábricas foram montadas com aparelhos modernos e mais perfeitos, veio a superioridade da manufactura e a sua maior barateza e, enquanto por lá se fomentavam incríveis melhoramentos, Bragança estacionava, oferecendo na feira das novidades o produto dos seus velhos teares e pasmando de já não achar compradores de bom gosto"(p.89).

Se tivermos em conta que a indústria da seda tinha um profundo efeito "estruturante na economia nordestina, já que ela influenciava significativamente a agricultura local através do plantio de amoreiras e necessitava de mão de obra abundante para a criação do sirgo e fiação da seda, entender-se-à a importância desta indústria para a Região.

É certo que o aparecimento de doenças como a prebina e a flaxidez em França, Itália e Espanha pelos anos 40/50 de oitocentos promoveu a procura de seda em todo o Nordeste, o que provocou uma retoma importante no plantio de amoreiras e consequente criação do bicho e produção de fio. Porém o destino deste fio já não é a indústria local, mas o mercado internacional e logo que este encontra novas fontes de abastecimento,

a actividade económica ligada à seda desaparece completamente do Nordeste, podendo dizer-se que pelos anos 70 do século passado dela já nada restava” (Branco, A., 1997, p.90).

No século XX, até há poucas décadas, a economia deste distrito podia ser adequadamente descrita por um modelo de subsistência com dois ou três pólos de abertura, como seja o caso do vinho do Porto. Tal situação, assente numa agricultura tradicionalista e pouco rendível, no duplo critério da rendibilidade do solo e do trabalho, segregava mecanismos comerciais quase completamente esgotados na própria área geográfica da Região.

De facto, é sobretudo o “sector primário, e dentro deste as actividades agrícolas e afins, que dominam a produção de riqueza nesta Região, sobretudo no que se refere ao aproveitamento dos bens produzidos por parte da população aqui residente. Mas, quando se dimensiona o peso da Região no contexto da economia nacional, a situação é outra. Primeiro que tudo não poderá esquecer-se o papel da produção hidroeléctrica. Além desta, algo mudou, muito embora a mudança esteja longe da consumação de todas as virtualidades, no plano das indústrias transformadores” (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R., 1996, p.53).

Os autores Figueiredo, Azevedo e Meireles (1996) frisam que a actividade empresarial de Trás-os-Montes e Alto Douro “continua a ser relativamente pouco importante quando comparada com a da restante região Norte. Além disso, a estrutura empresarial de Trás-os-Montes e Alto Douro está concentrada em 7 concelhos, pelo que existem importantes “descontinuidades” empresariais na Região:

- A estrutura empresarial de Trás-os-Montes e Alto Douro é predominantemente comercial e hoteleira, detendo o comércio por grosso e a retalho e os hotéis 43.8% das sociedades;
- Pertence à indústria transformadora o segundo lugar do ranking das actividades económicas, detendo este sector 14.7% das actividades;
- A construção e obras públicas, serviços prestados à colectividade e serviços pessoais, têm aproximadamente o mesmo número de sociedades, estando 9.5% do total de sociedades na primeira actividade económica, e 9.2% na segunda;

- As restantes actividades económicas, com um número de sociedades ainda significativo, são a agricultura, silvicultura, caça e pesca, com 6.2%, os bancos e outras instituições financeiras com 6.7% e os transportes, armazenagem e comunicações com 7.4%;
- A indústria extractiva com 1.8% das sociedades e a electricidade, gás e água, com 0.1% das sociedades, ocupam os últimos lugares do ranking" (p.143).

2.3.10.2 Emprego

Os autores Figueiredo, Azevedo, e Meireles (1996) informam que em 1991, a "população com actividade económica representava 36% do total da população, (186439 activos) enquanto que a percentagem de população sem actividade económica se situava nos 50%. Este quadro de situação da condição da população perante a actividade económica regista diferenças substanciais comparativamente à região do Norte que detém uma taxa de actividade de 46%. Exceptuando o concelho de Chaves todos os centros urbanos apresentam taxas de actividade superiores à média de Trás-os-Montes e Alto Douro; registe-se a inclusão neste grupo de Cinfães, Boticas e Valpaços" (p.121).

A população residente em Trás-os-Montes e Alto Douro, apresenta um valor superior no que se refere à população que vive dependente de subsídios, pensões e apoios sociais em geral.

Ainda em 1991 a taxa de actividade feminina era de 25%, verificando-se um crescimento de sete pontos percentuais. Mesmo num contexto de perda global de população activa na Região e de desemprego, a sua presença na actividade económica e produtiva tem vindo a assumir maior peso, como o comprova as conclusões do estudo "Tendências Evolutivas da População Activa na Região Norte - 1981/1991", da responsabilidade do INE (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R. (1996), p.121).

Figueiredo, Azevedo e Meireles (1996) referem que cerca de 35.000 activos abandonaram na década de oitenta as actividades relacionadas com o sector agrícola. Em termos absolutos os concelhos em que o abandono é mais elevado são: Vila Real, Macedo de Cavaleiros, Montalegre, Chaves, Valpaços, Lamego e Alijó (correspondem a 45% do total de perdas do sector).

Enquanto se assistia a uma perda tão drástica no sector agrícola o sector terciário registava um crescimento elevado, afectando aos seus diferentes ramos de actividade mais 22.019 activos, o que corresponde a uma média de crescimento superior a quarenta pontos percentuais.

Em 1991, o peso dos serviços relacionados com a actividade económica é superior ao dos serviços de natureza social.

Com uma percentagem respectiva de 59% (inferior à da região norte que é de 69%) e 41% do total do sector terciário.

O ramo do comércio deverá, tendo em conta o perfil sectorial da Região e a distribuição espacial dos valores registados, possuir um peso muito relevante. De facto, os centros urbanos mais dinâmicos, com maior nível de actividades económicas, que supostamente deverão possuir um conjunto de serviços mais vocacionados para o apoio à actividade económica, não se incluem no conjunto de concelhos que registam valores mais elevados de representatividade deste tipo de serviços.

O sector secundário, por toda a região de Trás-os-Montes e Alto Douro perde população activa, regista em doze concelhos um crescimento dos trabalhadores afectos a esta actividade. Os únicos centro urbanos incluídos neste grupo são Lamego e Vila Real.

As disparidades relacionam-se com o alto valor do sector primário e subrepresentatividade do sector secundário, que, na região do Norte, ascende a cerca de 50% da população activa. São os centros urbanos os que mais se aproximam do modelo da região do Norte (particularmente Vila Real), embora também aqui o peso do sector secundário seja ainda manifestamente inferior ao registado na região do Norte.

Figueiredo, Azevedo e Meireles (1996) consideram que a “predominância do terciário assenta fundamentalmente no comércio, administração pública e ensino e, a marginalidade do sector industrial na estrutura económica da região está bem patente no valor e posicionamento que detêm face aos seis ramos de actividade mais relevantes em 1991. A relevância da construção civil, permite algum reforço do sector secundário, embora sustentada essencialmente pelo conjunto de obras públicas de grande envergadura, nomeadamente no sector viário, que permitem o desenvolvimento das pequenas empresas locais em regime de subcontratação para as grandes empreitadas. O recrutamento da mão-de-obra incide sobretudo no pessoal indiferenciado.

Apesar da agricultura e da produção animal assumirem em todos os concelhos a maior representatividade, assiste-se em alguns casos a variações no que concerne à importância relativa do comércio face à construção (ex.: Régua, Chaves e Mirandela), assim como, da administração pública face à tendência geral, (ex.: Freixo, Bragança, Miranda do Douro, Montalegre, Vimioso e Vinhais).

A estrutura das categorias profissionais da população residente empregada, em 1991, reflecte a organização dos seus sectores económicos: a relevância dos trabalhadores da agricultura e da pesca em detrimento dos trabalhadores do sector Industrial. Destaca-se também o número significativamente mais elevado dos trabalhadores não qualificados em Trás-os-Montes e Alto Douro e, a situação muito similar no que se refere

aos membros dos corpos legislativos, quadros dirigentes e directores e, profissões intelectuais e científicas, comparativamente ao quadro das profissões na região do Norte" (pp.126-127).

Segundo os autores supracitados a maior representatividade das profissões intelectuais e científicas nos centros urbanos de Bragança, Chaves e Vila Real é notória face à média de Trás-os-Montes e Alto Douro, enquanto que as profissões técnicas intermédias e pessoal dos serviços assumem uma maior importância em todos os centros urbanos, em relação directa com a concentração de serviços e Instituições públicas e, em detrimento dos trabalhadores agrícolas que nos centros urbanos se encontram claramente sub-representados.

Registe-se finalmente a relevância da categoria dos trabalhadores independentes no que se refere ao número de trabalhadores com este regime de relação contratual, o que remete para a existência de uma multiplicidade de situações que vão desde os efectivos com actividade liberal até à precariedade de trabalho. Cerca de 70% dos trabalhadores independentes registados (39.175 trabalhadores) são profissionais do sector agrícola. Por outro lado, o número de assalariados agrícolas é reduzido face à importância que ainda detêm todas as actividades relacionadas com este sector, o que reforça a ideia da sua organização baseada na informalidade dos laços contratuais e da "permuta" de trabalho.

No que se refere "aos níveis de instrução dos trabalhadores por conta de outrem (TPCO), releva a importância do número de trabalhadores com ensino primário, que envolve cerca de 60% dos trabalhadores, a que se segue um outro nível em que se encontram os TPCO com ensino preparatório e curso geral dos liceus, (envolvendo cerca de 25% dos trabalhadores)" (p.128).

Em Trás-os-Montes e Alto Douro, há uma maior percentagem de TPCO com níveis de instrução mais baixos, comparativamente com a região do Norte.

Lamego, Régua e Chaves, em que o nível de instrução assenta na predominância do ensino primário, relativamente ao ensino preparatório e curso geral dos liceus, por outro, Bragança, Vila Real e Mirandela em que este nível assume maior peso, face à estrutura global dos níveis de instrução dos TPCO.

2.3.10.3 Desemprego

De acordo com os dados do INE, em 1991, o desemprego afectava na região de Trás-os-Montes e Alto Douro 11.898 activos, correspondente a uma taxa de desemprego de 6.5%, valor superior ao registado na região do Norte (5%). O desemprego é predominantemente feminino (60%) distribui-se de forma praticamente equitativa entre a procura de novo emprego e 1º emprego, contrariando a tendência da região do Norte em que a procura

de 1º emprego não ultrapassa os 29% do total do desemprego. “A informação disponível do Instituto de Emprego e Formação mostra um aumento expressivo do número de desempregados que no 2º trimestre de 1994 ascendia a 19.881. No entanto, este valor deverá estar subavaliado, atendendo a que a inscrição dos desempregados nos Centros de Emprego é normalmente inferior ao seu número real. Para tal deverá concorrer o facto de o subsídio de desemprego em 1991 apenas abranger 26% do total de desempregados inscritos .

A informação dos Centros de Emprego que abrangem os concelhos de Trás-os-Montes e Alto Douro revela ainda a continuidade da predominância do desemprego feminino, a relevância do grupo com menos de 25 anos e, o baixo nível de escolarização dos desempregados, que na sua grande maioria não têm mais do que 6 anos de escolaridade. O desemprego de longa duração corresponde a cerca de 50% do total de desempregados. O fraco dinamismo do tecido empresarial justifica a dificuldade de integração dos desempregados; as ofertas de emprego são reduzidas e a contratação é muitas vezes realizada de uma forma personalizada” (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R., 1996, pp.,129-130).

2.3.11 Cultura

2.3.11.1 Um Processo de Identificação e de Integração

Segundo Gaspar (1993), a designação Norte “é das que tem maior identificação simbólico-territorial num grande número de portugueses. Ser do Norte é uma referência geográfico-cultural carregada de conteúdo e permite classificar um indivíduo através de um conjunto de atributos rapidamente identificáveis.

O Norte não só conquistou o resto do território nacional, como fez de Lisboa a cidade capital. Sem o Norte, Portugal não teria existido. Estes são alguns dos conteúdos que subjazem a um forte sentimento de identificação desta parte do território. Talvez o mais forte que exista em todas as parcelas do País, mesmo incluindo as ilhas, já que nestas se construiu um forte (o mais forte) sentido regionalista, mas não a identificação com o próprio País e, sobretudo, o sentimento da prevalência histórica, cultural e até económica” (p. 58).

2.3.11.2 A Identidade Cultural

Branco, A. (1997) refere que traçado o perfil histórico do Nordeste, feita a afirmação das suas potencialidades e possibilidades económicas entendidos um e o outro aspecto no contexto nacional, para o Abade era claro que, para um determinado espaço e para as pessoas que o habitam se constituírem e serem entendidos como uma *REGIÃO* é necessário que aí se expresse uma cultura, se não exclusiva, pelo menos com traços evidentes de especificidades próprias.

“Se assim não for, se não existir uma cultura específica, não poderá obter-se um mínimo de identidade indispensável ao cultivar de um sentimento de pertença capaz de proporcionar a coesão susceptível de promover a quantidade de vontade necessária e suficiente para que a Região se assuma como tal e reivindique e imponha a solução dos problemas que, por si só, não pode resolver. Isto é, para que uma Região possa ter consciência de si mesma e agir como tal não basta ser rica e ter uma história, é indispensável que produza cultura própria, e que o povo se reconheça nessa cultura, porque só assim esse povo obterá homogeneidade e adquirirá vontade e capacidade de expressão.

O conjunto constituído pelas lendas, contos, tradições, provérbios, apodos, canções, danças, festas, folgedos e usanças peculiares a uma Região, é que constituem esse humus cultural que vivifica a “alma” de um povo e o faz superar as vicissitudes dos tempos (Alves, Vol. IX, 236).

E particularmente nos últimos três tomos das Memórias - IX, X e XI - que o Abade nos dá notícia de quanto o Nordeste foi produzindo, guardando e reproduzindo no campo da arte monumental, da arqueologia e, sobretudo, da etnografia" (Branco, A., 1997, p.93).

Como já ficou dito as "festas populares acompanham e integram as festas religiosas e têm as suas manifestações principais no Natal, Reis, Entrudo, Páscoa, Maias, São João e São Martinho, todas elas com as suas características próprias mas também com aspectos comuns a que todas elas têm como suporte fundamental a música, o canto, a dança, a comida abundante e, sobretudo, o vinho" (p. 96).

Branco (1997) refere que de todas estas "festas as que têm uma expressão mais característica e são seguramente exclusivas do nordeste são as Festas dos Rapazes, que ocorrem na sua maior parte, no período entre o Natal e os Reis, em regra a 26 de Dezembro, dia de Santo Estêvão. Curiosamente a Festa dos Rapazes não tem lugar na chamada Terra Quente nordestina, mas dissemina-se um pouco por várias aldeias dos concelhos da Terra Fria, com particular realce para o de Bragança. Para o facto de tal festa não ter lugar nas aldeias dos concelhos do sul do distrito, não nos fornece o Abade qualquer esclarecimento. Tem, ainda, a vantagem suplementar de corresponder a um arranjo de termos regionais dos concelhos de Macedo e Mirandela, pertencentes à Terra Quente, significativamente menos rica do ponto de vista etnográfico do que a designada Terra Fria" (pp. 96-97).

É a terra onde não há horas! Há tempo que o dá deus de Graça. Nos cafés, que substituíram as tabernas, conversam os homens sobre as ocorrências locais. Nas escadas do pelourinho bordam as mulheres da aldeia. O falar rítmico e entoado marcado pelo tch como em "*carrintchas*" (às cavaleiras) e pelo ô como na frequente interjeição "*bô*" é das características mais persistentes e típicas da Região. E a tradicional franqueza e hospitalidade continuam a sentir-se quando ao entrar na porta aberta de qualquer casa de aldeia se ouve lá do fundo alguém dizer: "Entre quem é"!

Do Transmontano também se diz que "é áspero, violento e assomadiço. «O Transmontano mata um homem, o Minhoto quebra um prato». Indomável e sempre pronto para a luta, é apto em grau extremo a comandar ou empreender aventuras em que se joga tudo. Antigregário por excelência, cada transmontano é um mundo: conta, acima de tudo, consigo próprio. Como ser, o mais ibérico dos Portugueses, possui ainda em mais alta dose a inquietação semita, acréscimo filtrado pelos cristãos-novos na grei de Trás-os-Montes quando, perseguidos, se acolheram ao seu isolamento" (Trigueiros, L.F. & Abreu, M. (1990) p. 96).

No Folclore pontuam os característicos "Zíngaros".

Destaca-se o Grupo Etnográfico "Os Caretos de Podence" (mantêm com muita vivacidade as tradições do Carnaval).

Os Pauliteiros de Miranda são o expoente máximo do Folclore Transmontano (mantendo também o seu dialecto – o Mirandês).

2.3.11.3 Algumas Personalidades de Trás-os-Montes e Alto Douro

Esta Região conta ainda com importantes vultos nas diversas áreas culturais, que valorizaram não só Trás-os-Montes e Alto Douro, mas todo o País, alguns deles passaram mesmo além fronteiras. Sem critérios de selecção pré-definidos, vamos referir só *alguns deles*, dada a extensão dessa listagem:

Pintores:

João Baptista Ribeiro (Nasceu em Arroios, Vila Real, em 1790-1868).

João Augusto Ribeiro (Nasceu em Vila Real, 1860-1923)

Raul Maria Pereira (Nasceu em Donelo, Sabrosa, 1877-1933)

Heitor Cramez (Nasceu Vila Real, em 1889-1967).

Miguel Barrias (Nasceu em Vila Real em, em 1904-1955).

Mello Júnior (Nasceu na povoação de Vale de Ermida, Vila Real, em 1914)

Nadir Afonso (Nasceu em Vila Real, em 1920)

Hilário Teixeira Lopes (Nasceu em Mirandela, em 1932)

Gil Teixeira Lopes (Nasceu em Mirandela em 1936)

João Dixo (Nasceu em Vila Real, em 1941)

Fernando Pissarro (Nasceu em Macedo de Cavaleiros, em 1943)

Escultor: *Joaquim Teixeira Lopes* (Nasceu em S. Mamede Ribatua 1837-1918)

Escritores:

Abade de Baçal (Natural de Baçal – Bragança, nasceu em 9/4/1865 e faleceu em 13/11/1947. Era Padre e Historiador, de seu nome Francisco Manuel Alves)

João Barreira (Nasceu em Chaves, 1866-1961)

Custódio José Duarte (Nasceu em Vila Real, 1841-1893)

Abílio Manuel Guerra Junqueiro (Nasceu em Freixo de Espada à Cinta, 1850-1923)

Agustina Bessa Luís (Nasceu em Vila Meã, 1922-....)

Domingos Monteiro (Nasceu em Barqueiros, 1903-1980)

Alfredo Margarido (1928-....)

José Terra (Nasceu em Arcos de Valdevez, 1928-....)

Miguel Torga (Natural de S. Martinho de Anta – Vila Real, nasceu em 1907 e faleceu em 17/1/1995. Era Médico, e com o nome de baptismo - Adolfo Correia da Rocha)

2.3.11.4 A MUSA do POETA (das Coisas Elementares e do Pensamento Inconformista)

TRÁS-OS-MONTES

"Vou falar-lhes dum Reino Maravilhoso" (...) "Começa logo porque fica no cimo de Portugal, como os ninhos ficam no cimo das árvores para que a distância os torne mais impossíveis e apetecidos" (p. 27).

(...) "Vê-se primeiro um mar de pedras. Vagas e vagas sideradas, hirtas e hostis, contidas na sua força desmedida pela mão inexorável dum Deus criador e dominador. Tudo parado e mudo. (...) De repente rasga a espessura do silêncio uma voz de franqueza desembainhada: - Para cá do Marão, mandam os que, cá estão!" (p. 27-28).

(...) "Mandam todos. O poder que atravessa a muralha e penetra ali, se tem corpo, se tem nome, ou perde a, marca individual e se transforma em símbolo, ou morre" (p. 28).

"Incapazes de uma obediência imposta de fora, os habitantes da terra apenas consideram naturais e legítimos os imperativos da própria consciência" (p. 29).

(...) "A autoridade emana da força interior que cada qual traz do berço. Dum berço que oficialmente vai de Vila Real a Montalegre, de Montalegre a Chaves, de Chaves a Vinhais, de Vinhais a Bragança, de Bragança a Miranda, de Miranda a Freixo, de Freixo à Barca de Alva, da Barca à Régua e da Régua novamente a Vila Real, mas a que pertencem Foz-Côa, Meda, Moimenta e Lamego - toda a vertente esquerda do Douro até aos contrafortes do Montemuro, carne administrativamente enxertada num corpo alheio, que através do Côa, do Távora, do Torto, do Varosa e do Balsemão desagua na grande veia cava materna as lágrimas do exílio.

Um mundo! Um nunca acabar de terra grossa, fragosa, bravia, que tanto se levanta a pino num impeto de subir ao céu, como se afunda nuns abismos de angústia, não se sabe por que telúrica contrição (p. 30).

Terra-Zuente e Terra-Fria. Léguas e léguas de chão raiuoso, contorcido, queimado por um sol de fogo ou por um frio de neve. Serras sobrepostas a serras. Montanhas paralelas a montanhas" (p. 30).

"Nos intervalos, apertados entre os lapedos, rios de água cristalina, cantantes, a matar a sede de tanta aridez. E de

quando em quando, oásis da inquietação que fez tais rugas geológicas, um vale imenso, dum húmus puro, onde a vista descansa da agressão das penedias. Veigas que alegam Chaves, Vila Pouca, Vilarica, Mirandela, Bragança e Vinhais.

Mas novamente o granito protesta. Novamente nos acorda para a força medular de tudo. E são outra vez serras, até perder de vista.

Não se vê por que maneira este solo é capaz de dar pão vinho. Mas dá. Pão de milho, de centeio, de cevada e de trigo. Pão integral. Por ser pão e por ser amassado com o suor do rosto. Sabe a trabalho. Mas é por isso os naturais o beijam quando ele cai no chão ...

O vinho é de moscatel, alvaralhão, penaguiota, malvasia fina, e mana das fragas à ordem de vozes imperiosas como a de Moisés" (p. 31).

(...) "Em ingremes socalcos, varandins que nenhum palácio aveza, crescem as cepas como os manjericos às janelas" (p. 32).

(...) "Mas a terra é a própria generosidade ao natural. Como num paraíso, basta estender a mão. Produz batata, azeite, cortiça e linho. Batata farinha, que se desfaz na boca; azeite

loiro, que sai em luz da almotolia; cortiça que deixa os sobreiros nus para agasalhar os enxames; e linho fresco, fino, que, tecido em lençóis, faz o bragal das noivas" (p. 32).

"De figos, nozes, amêndoas, maçãs, pêras, cerejas e laranjas (...) Ver uma encosta de Barca de Alva coberta de flores de amendoeira, ou o solar de Mateus a emergir dum mar de corolas sortidas, é contemplar o inefável" (pp. 32,33). "Mas o fruto dos frutos, o único que ao mesmo tempo alimenta e simboliza, cai dumas árvores altas, imensas, centenárias, que, puras como vestais, parecem encarnar a virgindade da própria paisagem" (p. 33).

(...) "a castanha. Assada, no S. Martinho, serve de lastro à prova do vinho novo. Cozida, no Janeiro glacial, aquece as mãos e a boca de pobres e ricos. Crua, engorda os porcos, com a vossa licença..." (p. 33).

(...) "Por alturas do Natal, começa a matança. Ao romper da manhã, a paz de cada povoado é subitamente alarmada. Um grito esfaqueado irrompe do silêncio. Dias depois desmancha-se a bisarma, e um pálio de fumeiro cobre a lareira" (p. 33).

(...) "Mas o panorama zoológico não se fica pelo animal de vista baixa que se desfaz em torresmos e chouriços. (...) boi de

Miranda, (...) bicho da seda que de Bragança aveludou em tempos Seca e Meca, temos ainda a perdiz, a fera da Mantelinha" (p. 34).

"A truta, que representa com dignidade e bravura o mundo da barbatana, é nos açudes que mostra o que é (...) um quarto de Pedras ou de Vidago, águas minerais que nascem perto. A terra é de tal natureza que, não contente com as dádivas a céu aberto, encerra nas entranhas riquezas que não têm conto. Entra-se no ventre duma serra, e é ferro, é ouro, é chumbo, é estanho, é volfrâmio, é zinco, é urânio, é tudo quanto Vulcano forjou. Caldas, então, é um benza-te Deus. São famosas as de Carrelão, as de Moledo, as de Alfaião, as de Chaves, as de Carvalhelhos e as de Sabroso - porque todas elas fazem milagres perfeitos. E vêm então peregrinos de muito longe - gente que arrebentou ou se envenenou a comer um boi e a beber um tonel - curar nelas o estômago, o fígado, a gota, os eczemas e a melancolia" (p. 35).

(...) "Homens de uma só peça, inteiriços, altos e espadauidos, que olham de frente e têm no rosto as mesmas rugas do chão. Castiços nos usos e costumes, cobrem-se com varinos, croças, capuchas e mais roupa de serrobleco ou de colmo, e nas grandes

ocasiões ostentam uma capa de honras, que nenhum rei! Usam todos bigode, alguns suíças. E põem naqueles pêlos da cara uma dignidade tal, um sentido tão profundo da pessoa humana, que é de a gente se maravilhar .

(...) Fieis à palavra dada, amigos do seu amigo, valentes e leais, é movidos por altos sentimentos que matam ou morrem. Ufanos da alma que herdaram, querem-na sempre lavada, nem que seja com sangue. A lendária franqueza, que vem nos livros, é deles, realmente" (p. 36).

(...) "Resta saber se haverá coisa mais bela nesta vida do que o puro dom de se olhar um estranho como se ele fosse um irmão bem-vindo, embora o preço da desilusão seja às vezes uma facada.

(...) Acossados pela necessidade e pelo amor da aventura, aos vinte anos (se não tiver sido antes) depois da militância, alguns emigram para as Arábias de além-mar. Brasis, Áfricas e Oceânias" (p. 37).

(...) "Gastam cem contos numa pedreira a fazer uma horta, constroem um casarão com duas águas no telhado .

(...) Os que ficam, cavam a vida inteira. E, quando se cansam, deitam-se no caixão com a serenidade de quem chega honradamente ao fim dum longo e trabalhoso dia" (p. 38).

(...) "Nas romarias, verdadeiramente, não se divertem. Pagam nelas o dizimo espiritual ao santo ou à santa com quem têm contratos pelo ano fora, e fazem a barrela das suas relações humanas .

A capela da devoção fica no alto do mais alto monte que rodeia a freguesia. E eles sobem então pela serra acima, quer à vara do púlio, quer a alombar o andor, quer de joelhos, a abrir uma chaga de sofrimento no corpo pecador mas sem tirar os olhos do inimigo com quem hão-de medir forças no arraial" (p. 39).

"À meia-noite o fuso pára nas mãos adormecidas das fiandeiras (...) De Celtas, Iberos, Romanos, Moiros, etc. e tal, e dos do tempo dos afonsinos, os velhos dão pouca relação.

Em todo o caso mostram os dólmenes do Alvão, a Porca de Murça, a ara do deus Aerno, os castros desfeitos, os altares de Panais, a ponte romana de Chaves e a Domus Municipalis de Bragança. O tempo mudou os símbolos da fé, deliu as inscrições sagradas, e relegou para a penumbra da arqueologia o que foi vivo e útil.

(...) certa palmatória de cinco olhos faz decorar tudo quanto no mundo se descobriu até à raiz quadrada" (p. 40). "Mas mesmo nos reinos maravilhosos acontece a desgraça de o povo saber duma maneira e as escolas saberem doutra. Acabado o exame da quarta classe, cada qual trata de sepultar sob uma leiva, o mais depressa que pode, a ciência que aprendeu" (pp. 40-41).

(...) "Fracos em letra redonda, sabem todos honrar a grandeza verdadeira. (...) Bateram-lhe realmente nas romarias, mas deram-lhe o maior bem que se pode ter: o nome de Transmontano, que quer dizer filho de Trás-os-Montes, pois assim se chama o Reino Maravilhoso de que vos falei" (Torga, M., 1950. p. 43).

O DOURO

"Começa em Miranda e acaba na Foz, este calvário. Começa em pedra e água, e acaba em pedra e água" (p. 45).

(...) "Douro, rio e região é certamente a realidade mais séria que temos. Nenhum outro caudal nosso corre em leito mais duro, encontra obstáculos mais encarniçados, peleja mais arduamente

em todo o caminho; nenhuma outra nesga de terra nossa possui mortórios tão vastos, tão estéreis e tão malditos".

(...) "No verão, um calor de forja caldeia o xisto e transforma a corrente numa alucinação de lava a mover-se; no inverno, até os olhos das videiras choram de frio. Beleza não falta em qualquer tempo, porque onde haja uma vela de barco e uma escadaria de Olimpo ela existe" (p. 46).

(...) "Ser nesse chão árido e hostil um novo criador de vida, dar aí uma resposta quotidiana à morte, transformar cada ravina em parapeito de esperança e cada bagata de suor em gota de doçura – eis o que o Titã ensinou aos homens, e o que Zeus lhes não perdoou. Por isso o seu perfil rebelde é o próprio perfil dos montes, do seu coração mordido corre o sangue da perpétua agonia, e da boca das suas criaturas agradecidas se levanta um protesto indignado. Mas o céu é surdo. E enquanto a águia do destino continua a devorar o gigante, de croças e tesouras na mão, ou arregaçados nos lagares, ou de vindimeiro às costas, os discípulos do grande revoltado vão-no vingado, seguindo-lhe a lição Patético, estreito território de angústia, cingido à sua artéria de irrigação, atravessa o país de lado a lado. E é, no mapa de pequenez que nos coube, a única

evidência incomensurável com que podemos assombrar o mundo"

(Torga, M., 1950. (p. 47).

2.3.11.5 Acontecimentos Culturais

Figueiredo, Azevedo e Meireles (1996) assinalam que os principais acontecimentos culturais nos "concelhos da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro estão geralmente associados ao calendário tradicional de festas, limitado a um tempo muito reduzido e pontual estando em alguns concelhos ligado à vivência, da religião e das tradições das gentes locais. As festas religiosas da Páscoa (Torre de Moncorvo) e a Festa da Nossa Senhora dos Remédios (Lamego) atraem anualmente centenas de pessoas e coincidem com o regresso dos emigrantes, exigindo das autarquias um maior envolvimento em termos de animação cultural e desportiva. Outro exemplo é a Festa da Amendoeira em Flôr realizada em Fevereiro/ Março que anima especialmente os concelhos do Vale do Douro Superior e da Terra Quente. Tendo sido, inicialmente, organizada pelos 4 municípios do Douro Superior mas sem sucesso, é actualmente um conjunto de actividades dispersas que envolvem as escolas e associações: Feira de Artesanato na Torre de Moncorvo (linho, crochet, cestaria, doçaria, etc.), Feira do Queijo, entre outras. Em paralelo são desenvolvidos programas recreativos, culturais e religiosos com a actuação de bandas e grupos musicais, grupos de teatro e desfiles organizados pelas escolas. Alguns concelhos chegam a atingir situações de ruptura quando as festas coincidem com a chegada de emigrantes provocando o esgotamento de bens de consumo essenciais e da capacidade hoteleira. É ainda de relevar a importância da Festa da Cereja, em Junho, em Resende, e em Alfândega da Fé. Ainda de âmbito muito restrito, esta festa está relacionada com a "apanha" da cereja à qual estão associadas algumas actividades lúdicas, mas o principal impacto nos concelhos é a criação de postos de trabalho.

Nesta região existem ofícios tradicionais «em vias de extinção» por falta de interesse dos mais jovens, é o caso do linho trabalhado em teares (Urros - Torre de Moncorvo) e da criação do bicho da seda para a produção de fio de seda (Freixo de Espada à Cinta). A preservação e reconhecimento destes valores já é visível na recolha e reprodução de danças e cantares tradicionais feita pelos ranchos folclóricos e etnográficos que têm demonstrado uma crescente preocupação em reproduzir e apresentar os trajes regionais com rigor.

A sobrevivência do movimento associativo e das culturas tradicionais poderá passar pelo levantamento deste tipo de actividades que pela sua diversidade e valor cultural podem ser consideradas um trunfo para a região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Sediada em Torre de Moncorvo a Associação Cultural e Recreativa de Freixo de Numão participa em escavações arqueológicas no Agrupamento do Douro Superior e edita periodicamente a publicação «Notícias do Freixo» sendo apontada como a mais dinâmica nesta área. Toda a área de estudo possui um valioso espólio arqueológico que tem sido objecto de estudo de especialistas, revelando constantemente a sua importância como recentemente a descoberta das gravuras rupestres em Vila Nova de Foz Côa.

Vila Real, Peso da Régua, Lamego, Chaves, Mirandela, Miranda do Douro e Bragança são centros privilegiados de localização de equipamentos culturais e responsáveis pelos principais acontecimentos culturais na região.

A Televisão, a Imprensa e as Rádios Locais são meios de divulgação de Informação, acessíveis à grande parte da população, por isso devem assumir um papel formativo e de valorização das diferentes culturas existentes na região, e fomentar a participação e organização de eventos culturais" (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R., 1996, pp., 106- 107).

2.3.11.6 Uso e Costumes

“É muito difícil pintar bem os costumes portugueses. A primeira dificuldade está em conhecê-los. Cumpre ir estudá-los nas terras mais afastadas do sertão, onde o chá é remédio para dores de barriga” (Teixeira de Vasconcelos, 1862, cit. por Cabral et al., 1979, p. 81).

Passamos em revista alguns Usos e Costumes habituais (mas nem todos exclusivos) da região de Trás-os-Montes e Alto Douro:

– TRAJE –

O Traje foi dos primeiros valores tradicionais que se perderam, tendo-se uniformizado um pouco, como por todo o lado. Deixou de se usar o sóbrio traje transmontano de outrora - as mulheres com a sua blusa e saia de riscado de xadrez sobre o escuro, com o xaile ou lenço preto sobre as alvas camisas e saiotes; os homens de camisa branca de linho ou pano cru com faixa e calças pretas de cotim, tais como a jaqueta que no calor traziam ao ombro, usavam botas de couro cardadas e a cabeça protegida do sol com um chapéu também preto de feltro e aba larga.

O “pastor barrosão usa croça e uma espécie de capa grossa e curta, de capuz. As mulheres, a capucha comprida, saia de serguilha ou de burel, nos tornozelos as piucas; e uns e outras, homens e mulheres, calçam os pés com socos duros e cardados, ou, nas estações menos duras, rompem da mãe, que é, como quem diz, andam descalços” (Trigueiros, L.F. & Abreu, M., 1990, p.96).

– OS REIS –

Segundo Cabral et al. (1978) a Festa dos Reis, que teve “grande nomeada e em muitas terras ainda continua a ter, celebra-se nos dias 6 e 7 de Janeiro.

Como é sobejamente conhecido, um grupo de gente moça combina ir pedir os Reis e, depois que anoitece, eles aí vão de porta em porta cantando quadras laudatórias aos donos da casa e das suas pessoas de família.

Muitas vezes as cantigas são acompanhadas por tocata” (pp. 81-82).

Ilustração:

*«Viva lá o senhor Doutor
Raminho de laranjeira,
Inda anda neste mundo
Já no céu tem a cadeira» (p. 82).*

– OS CARETOS NO ENTRUDO –

De acordo com Cabral et al. (1978) no Domingo Gordo é dia de Carnaval, a “que nós chamamos simplesmente Entrudo, rapazes, raparigas, homens, mulheres e crianças, todos saem para a rua mascarados, com a cara tapada, com roupas velhas ou novas a disfarçar, o mais possível, para ninguém conhecer as pessoas” (p. 83).

– SERRAR DA VELHA –

“O Serrar da Belha ocorre na noite de quarta-feira da terceira semana da Quaresma. Os rapazes percorrem nessa altura a povoação inteira, parando junto de todas as casas em que haja uma mulher velha ou até, muitas vezes, de meia idade e tratam de a serrar.

A «madeira» que a velha «dá» tem várias aplicações, de acordo com o respeito que a mesma velha lhes merece.” (Cabral, A. et al., 1978, p. 86).

Ilustração:

*«Serraremos esta belha,
Esta belha tchocalheira,
A ber se deita madeira
P'ra os aros de uma peneira.»*

*«Serraremos esta belha,
Esta belha mêia moça,
A ber se deita madeira
P'ra o tranco de uma poça» (p. 87).*

– A ENCOMENDAÇÃO DAS ALMAS –

De acordo com Cabral et al. (1978) esta antiga vila (Freixo de Espada à Cinta), “ainda hoje se conserva o costume de «encomendar as almas», ou da «via sacra», ou dos «sete passos», como lá lhe chamam” (p. 88).

– DIA DE SÃO MARTINHO –

“Estes festejos de São Martinho correspondem às bacanais ditas Antestérias e Osofórias pagãs, celebradas pelos Dionisiacos no princípio de Novembro em honra de Semele, em reconhecimento das uvas novas chegadas ao lagar” (p. 90).

– ENGANOS –

“Está muito espalhado por terras bragançanas o costume de se enganarem as pessoas umas às outras no dia 1º de Abril, fingindo avisos para irem aqui ou ali, onde os chamam urgentemente por causa de um desastre, doença súbita, etc” (p. 91).

– CONTRA AS TROVOADAS –

“Um dos flagelos da vida agrícola são as trovoadas de Maio e Junho, que podem destruir parcial ou totalmente os centeios, prejudicar os fenos e danificar os batatais” (p. 97).

– A CHEGA DE BOIS –

“A luta é quase sempre ao ar livre, em baldios planos e a distâncias sensivelmente iguais entre as duas aldeias” (p.98).

“Gente de todas as classes sociais, velhos e novos, homens e mulheres, sãos e atrofiados, tudo ali se vê, porque não há em Barroso quem não goste de assistir ao desporto mais genuinamente barrosão”(p.99).

“São dois animais que defendem estoicamente o guião que representam, talvez com mais afinco do que se lhes fosse dado conhecer a razão por que se batem. E assim se vivem momentos de indiscutível entusiasmo, uns rezam, outros praguejam; há quem chore de desespero, como há quem desepere de júbilo e euforia” (Cabral, A. et al., 1978 p.99).

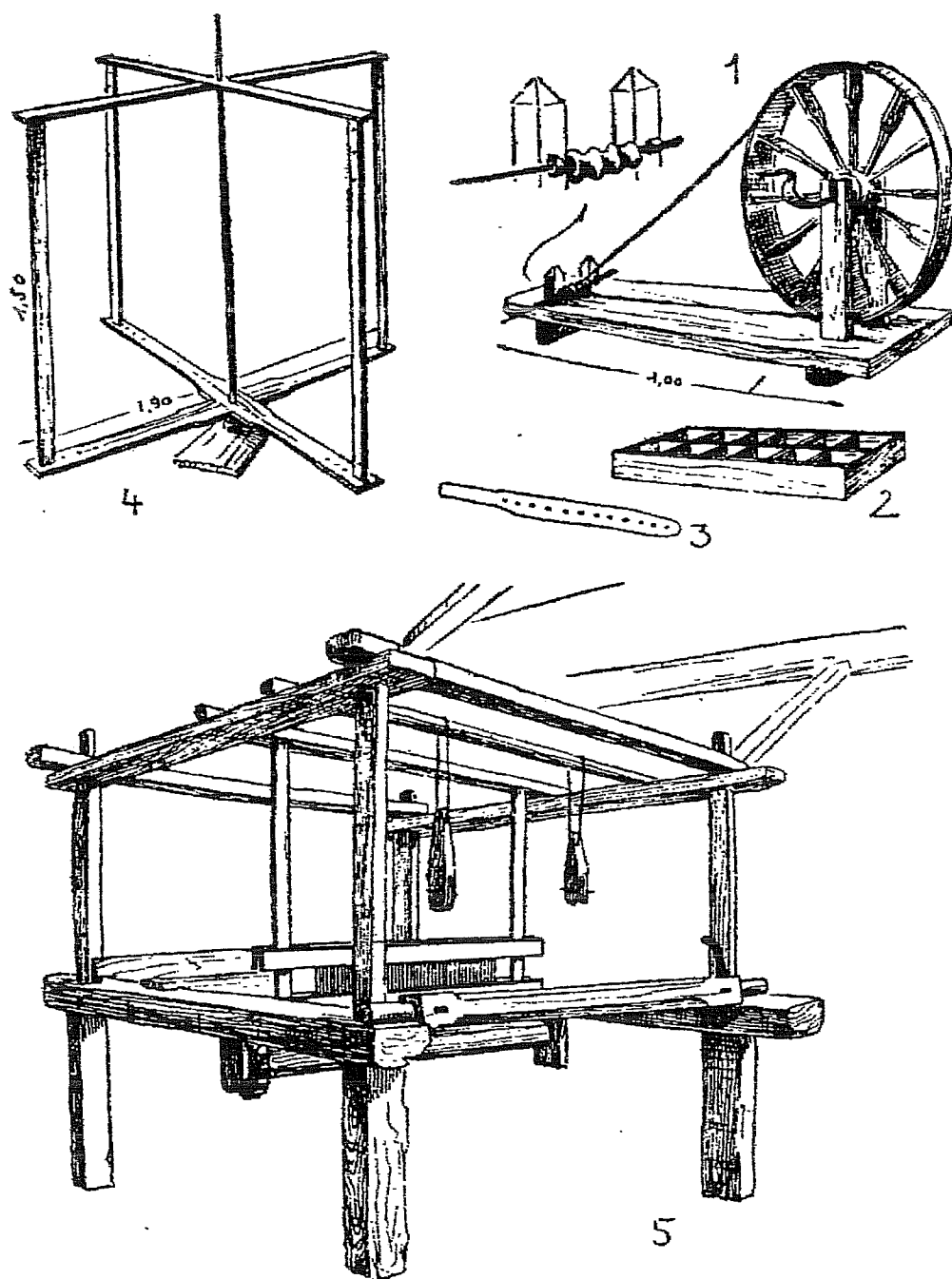


Fig. 39 — 1 Rodeleira; 2 Cassuleiru; 3 Escoiedeira;
4 Urdidor; 5 Telar.

Gravuras retiradas do livro: Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril (1988) de Jorge Dias

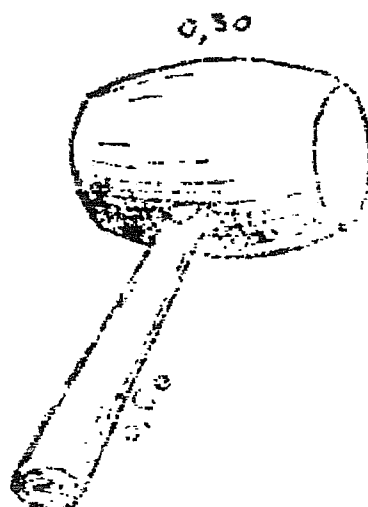


Fig. 35 — Maço de madeira.

Gravuras retiradas do livro: Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril (1988) de Jorge Dias

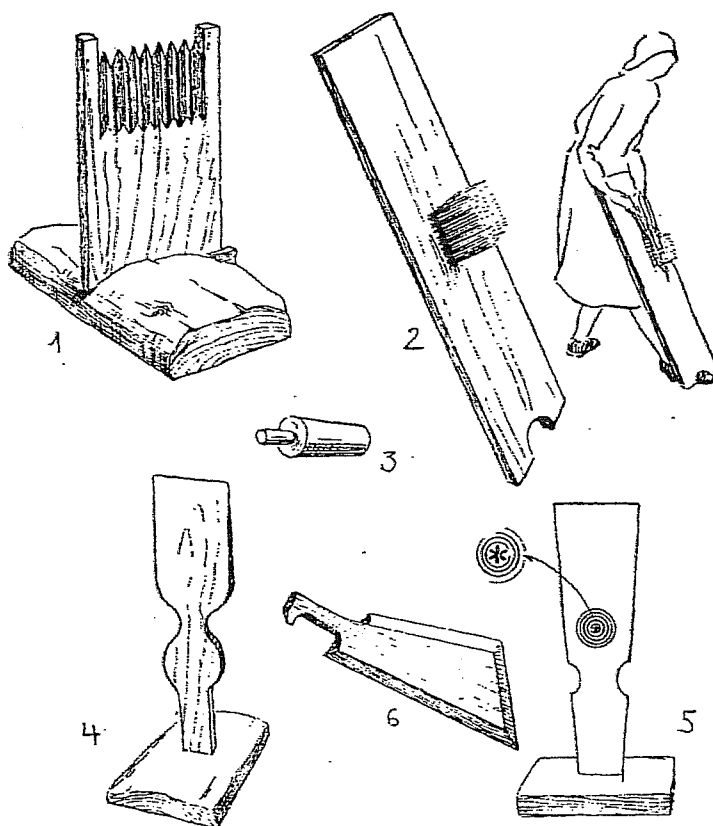


Fig. 38 — 1 Ripo; 2 Sedeiro e mulher a assedar; 3 Maça; 4 Fiteira; 5 Fiteira decorada; 6 Espadela.

Gravuras retiradas do livro: Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril (1988) de Jorge Dias

2.3.11.7 Aspectos Artesanais de Trás-os-Montes e Alto Douro

A apologia artesanal das terras de Trás-os-Montes e Alto Douro é muito rica e variada. Abrange as mais diversas técnicas, comuns às necessidades vitais do homem rural transmontano. Na impossibilidade de englobar todas as manifestações artesanais, faremos apenas referência a algumas:

– TECELAGEM DO LINHO E DA LÃ –

O cultivo do linho e a indústria caseira do seu tratamento e tecelagem, ocupavam uma boa parte dos momentos que sobravam às mulheres lavradeiras que, utilizavam meios com alguma primitividade. Esta actividade existe em pequena escala. Podemos referir por exemplo: a colcha de linho e de lã, a manta e o cobertor de lã, a manta de trapos e os tapetes de lã.

– CERÂMICA –

Segundo Cabral et al. (1979) não havia quase aldeia que não tivesse o seu forno da telha, enquanto que, outros se especializavam em fabricar objectos de cerâmica.

A *oleira de Pinela*, embora analfabeta, tem umas mãos cultas, capazes de tirar, do barro amassado, as formas mais caprichosas.

A *Olaria de Bisalhães* de Vilar de Nantes, existe como uma rudimentar indústria de olaria. O trabalho não é muito compensador e, por isso, os oleiros são poucos.

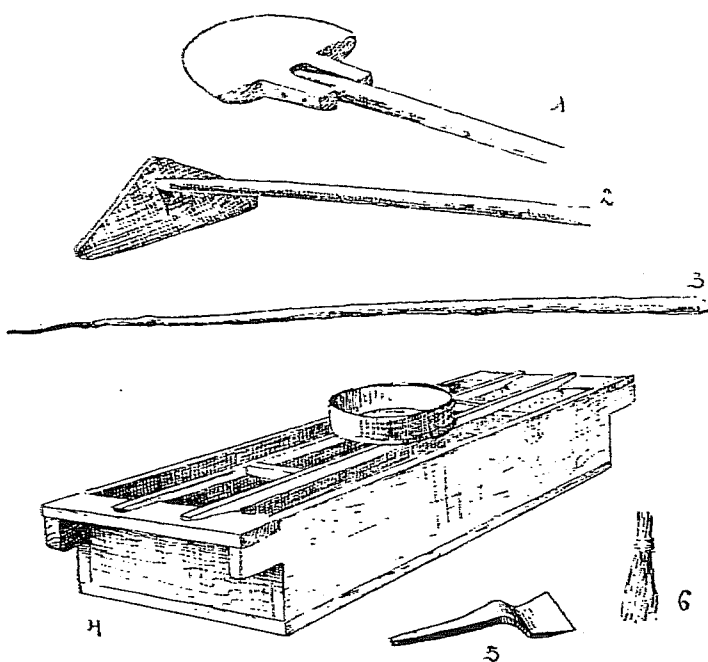


Fig. 18 — 1 Pala; 2 al rôdru; 3 Furgãeiro; 4 Maseira com bariêlas e peneira; 5 Raspadeira; 6 Bardeiro.

Gravuras retiradas do livro: Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril (1988) de Jorge Dias

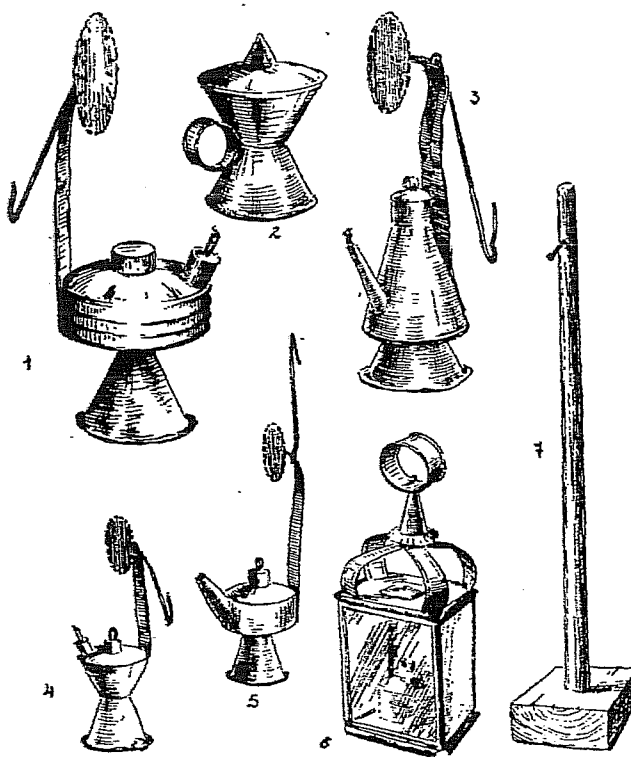


Fig. 17 — Candil de azeite de suspensão; 2 Candil de azeite com asa; 3 Candil de petróleo; 4 Candil de petróleo; 5 Candil de petróleo; 6 Lampeão; 7 Velador.

Gravuras retiradas do livro: Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril (1988) de Jorge Dias

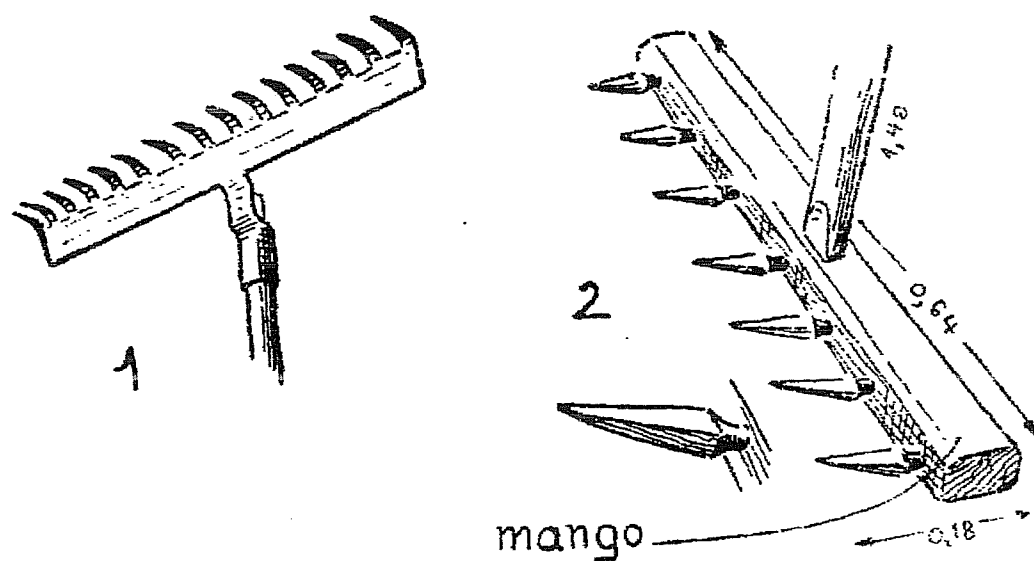


Fig. 31 — 1 Rastro de ferro; 2 Rastro de madeira.

Gravuras retiradas do livro: Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril (1988) de Jorge Dias

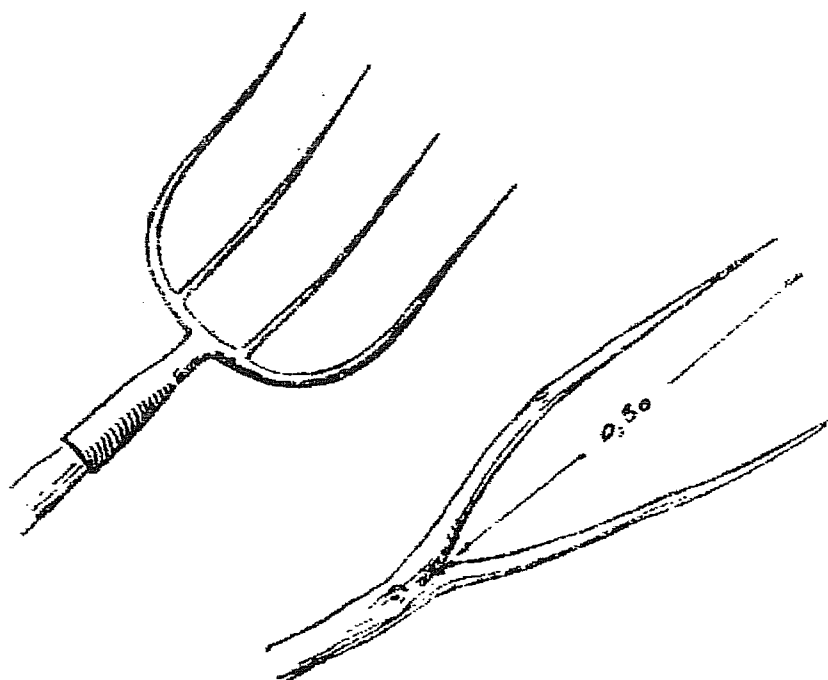


Fig. 32 — Forquilha (forquia) e espalhadeira (espaiadeira).

Gravuras retiradas do livro: Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril (1988) de Jorge Dias

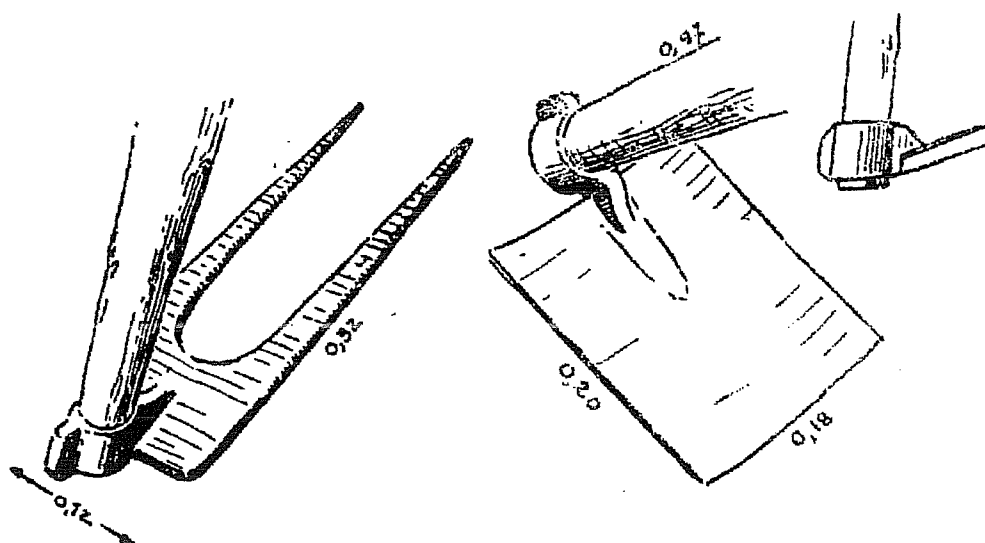


Fig. 25 — Gvintcha e sadantcha.

Gravuras retiradas do livro: Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril (1988) de Jorge Dias

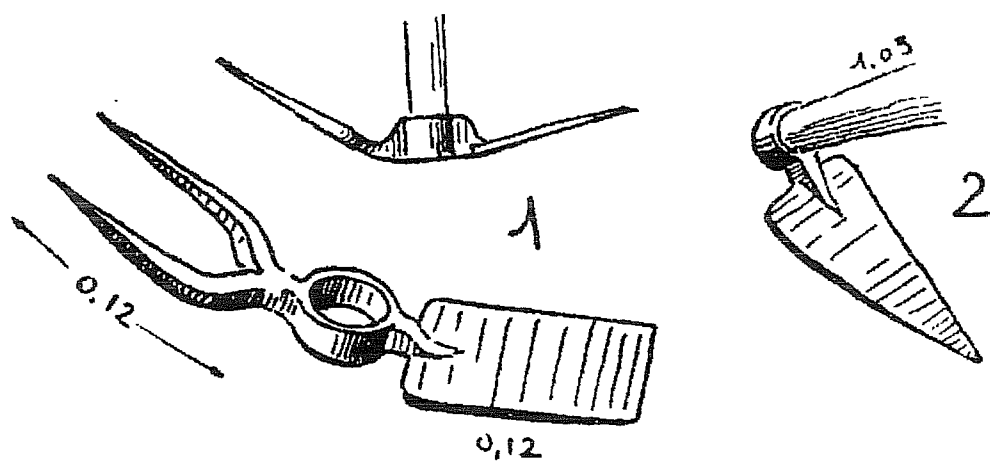


Fig. 26 — 1 Guintchas de rabo; 2 Satcho.

Gravuras retiradas do livro: Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril (1988) de Jorge Dias

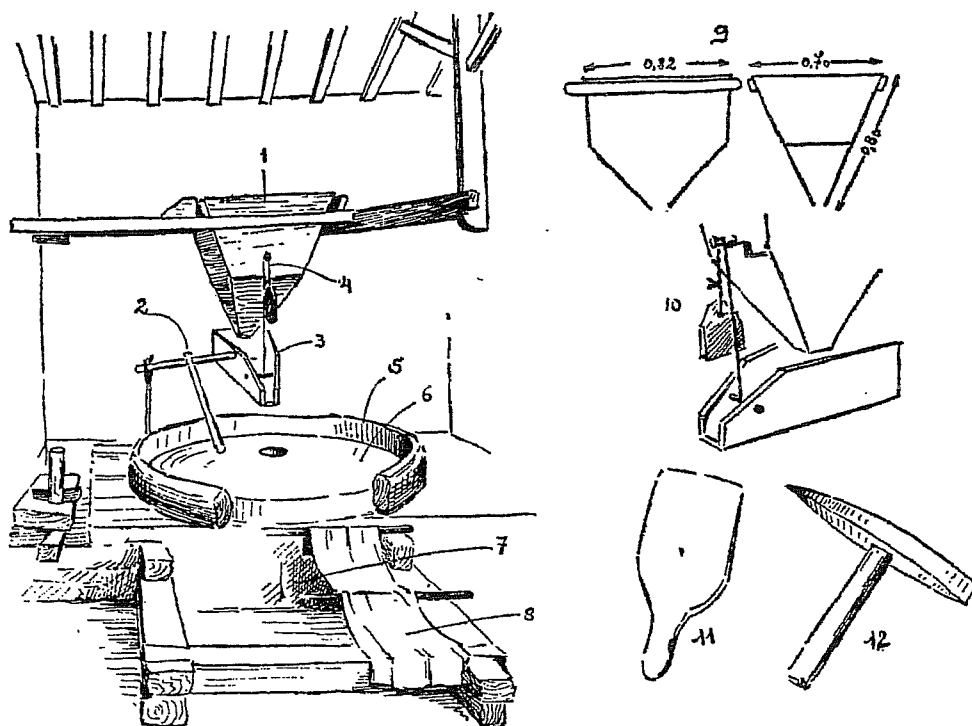


Fig. 19 — Moinho — 1 Tremoia; 2 Tarabêlo; 3 Caneleia; 4 Baraça; 5 Cambas ou cambões; 6 Piêdra de riba; 7 Farneiro; 8 Colador; 9 Tremoia de frente e de perfil; 10 Maneira de prender a baraça; 11 Pala dal farneiro; 12 Picas.

Gravuras retiradas do livro: Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril (1988) de Jorge Dias

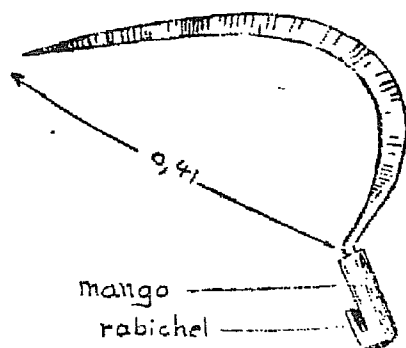


Fig. 33 — Sentoura (seitoura).

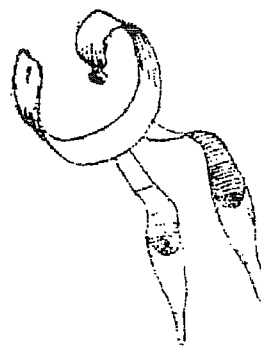


Fig. 34 — Dedais de couro para proteger os dedos dos ceifeiros.

Gravuras retiradas do livro: Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril (1988) de Jorge Dias

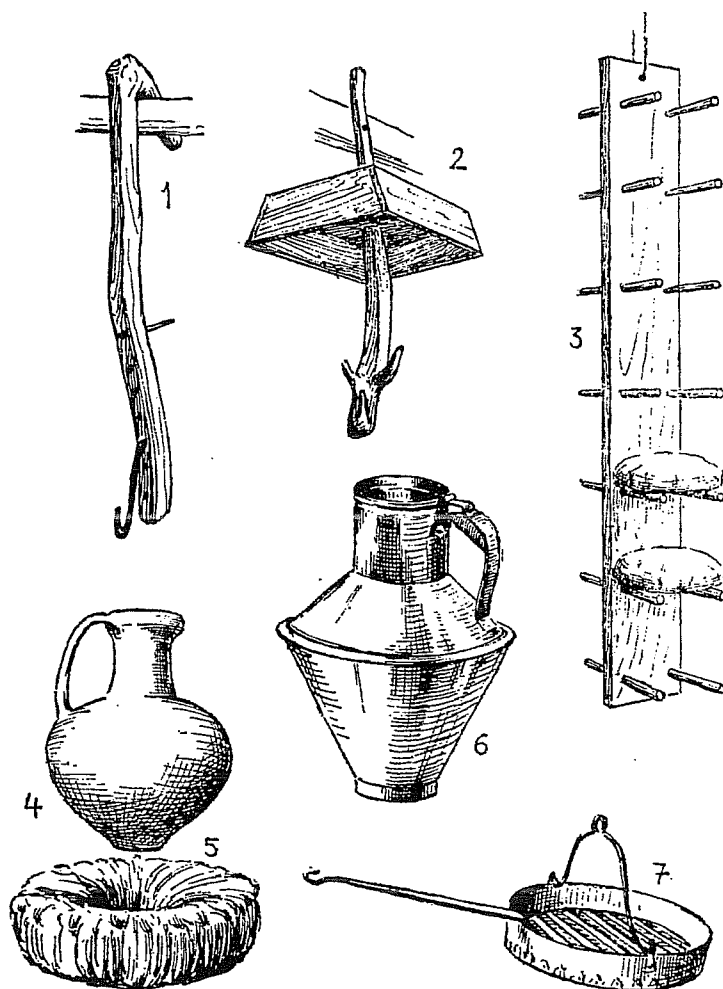


Fig. 8—1 Garmaieira de pau; 2 Galheiro; 3 Espiteira; 4 Cântaro de Pineio; 5 Pachuça; 6 Caneco de folha; 7 Caldeiro de assar castanhas.

Gravuras retiradas do livro: Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril (1988) de Jorge Dias

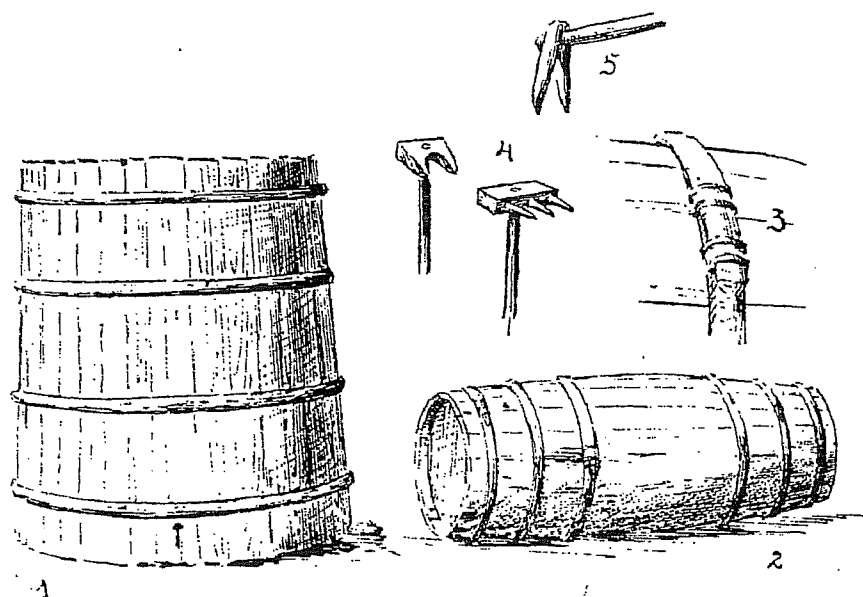


Fig. 21 — 1 Tina; 2 Pipa alongada comum na região; 3 Arco de madeira ainda usado em algumas tinas e pipas; 4 Ancinho de três dentes; 5 Ancinho bifurcado, usado para tirar o bagaço no alambique.

Gravuras retiradas do livro: Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril (1988) de Jorge Dias

– CESTARIA –

Cabral et al. (1979) referem que a indústria popular da cestaria constitui um elemento indispensável na economia da vida rural e doméstica do país. Os cesteiros trabalham isoladamente ou em regime familiar, repetindo modelos locais consagrados pela função, pelo costume e pela tradição.

Desde o simples açafate ao cesto coleiro ou vindimo, há uma gama de artefactos que o plástico vai combatendo.

A *Cestaria Grossa*, visa fins agrícolas e industriais. O fabrico tradicional é feito pelos homens da casa.

A *Cestaria Fina*, teve uma boa contribuição dos ciganos. Existem por vezes pequenas indústrias tradicionais de cestaria delicada.

O material utilizado na Cestaria é a verga, o vime e o castanho.

– FERRARIA –

Cabral, et al. (1979) aludem que a Ferraria é uma amostragem da riqueza artesanal que encontramos por aldeias sertanejas do nordeste transmontano. Espelhos de fechaduras, ferragens, aldrabas, rocas, são a materialização de uma cultura que teima, ainda, em enfrentar a onda avassaladora do industrialismo sem nome.

– OUTROS –

Destacam-se ainda, os trabalhos em madeira (por exemplo: colheres de pau, varandas de madeira), em cobre, em mármore; os curtumes (couros); forja, as rendas e bordados (como sejam: colchas de renda, toalhas de rosto, lençóis com as letras bordadas a ponto de cruz), a latoaria (como por exemplo: cântaros, candeias, azeiteiras, talhas), a tanoaria (ex.: pipas, dornes, balsas) e a funilaria.

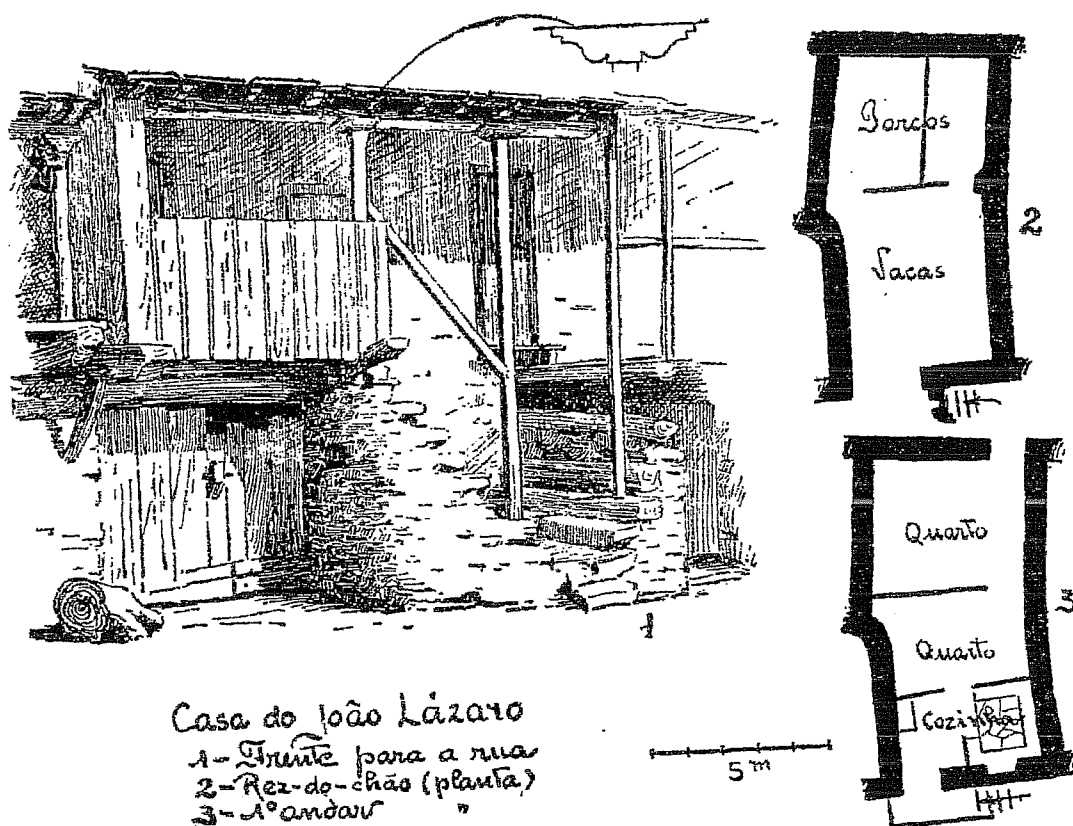


Fig. 7 — Casa do Tio Lázaro com a respectiva planta.

Gravuras retiradas do livro: Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril (1988) de Jorge Dias

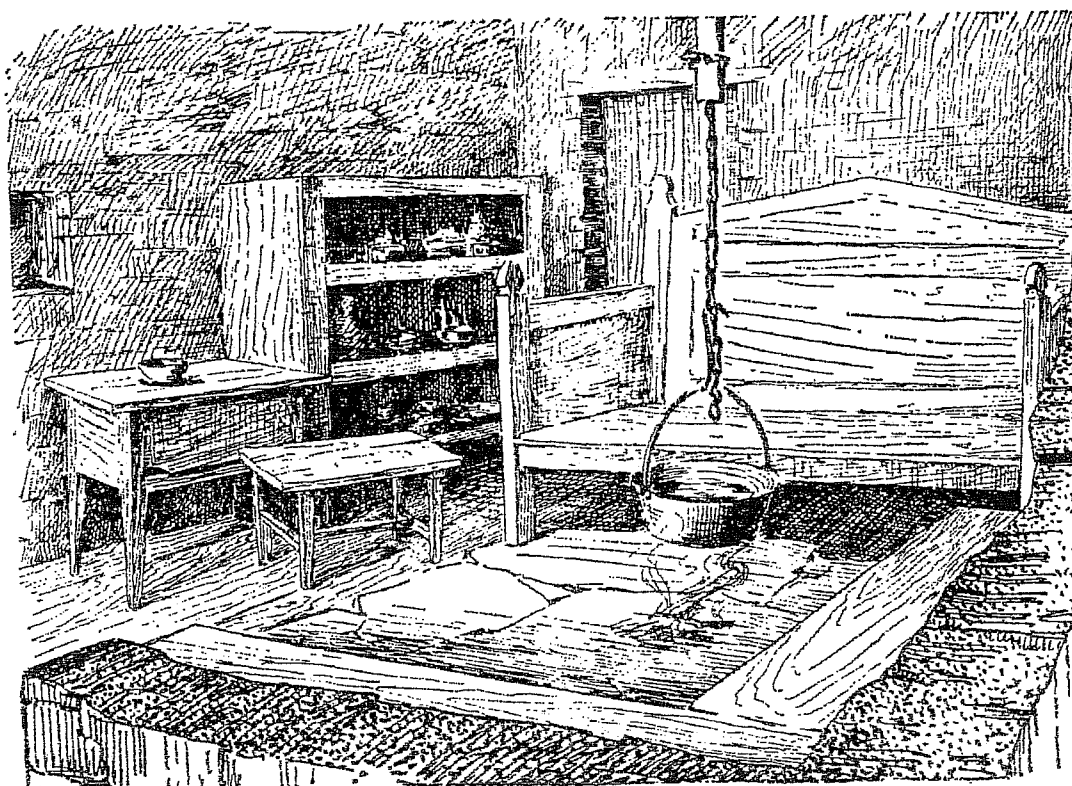


Fig. 9 — Cozinha do Tio Lombeiro.

Gravuras retiradas do livro: Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril (1988) de Jorge Dias

2.3.12 Arquitectura e Monumentos

As construções, de “granito a ocidente levantam-se depois em xisto e granito – aplicado este como elemento resistente – e, mais para leste, unicamente de xisto. Cobertura de ardósias dão típico cunho a muitas casas como no Marão. Varandas de madeira abrem os andares cimeiros. Especialmente nas montanhas ocidentais os povoados rurais formam-se em aglomerações compactadas; nas encostas do Alto - Douro” (Gil, J., 1984, p.54).

De acordo com Dias (1988) a casa não senhorial, é o tipo da “casa alta, com rés-do-chão e primeiro andar, tipo, aliás, comum a quase todo o norte do país e às regiões espanholas vizinhas. A parte térrea serve de curral, de celeiros e adega. A habitação, propriamente dita, reduz-se ao primeiro andar. O ideal é reunir no mesmo edifício todos os haveres móveis, por uma razão de comodidade e, poderem exercer vigilância constante sobre os animais, que assim podem alimentar sem grandes deslocação” (p.57).

“Os materiais de construção são aqueles que se encontram na região: xisto, lousa e castanho. As paredes são feitas de pedras pequenas, habilmente dispostas sem reboco exterior” (p.57).

“A entrada para a maioria das habitações faz-se por meio de umas escadas de pedra, exteriores, e paralelas ao edifício que dão acesso para uma varanda de madeira, coberta pelo prolongamento do telhado. Esta varanda corre ao longo da fachada principal, para a qual dá a porta de entrada e uma ou duas janelas” (p.58).

“As casa, embora não sejam todas iguais, são muito semelhantes. O rés-do-chão é sempre térreo e tem mais divisões separadas por paredes de pedra ou de tabique. Aí ficam as cortes das ovelhas, cabras, vacas, porcos e a adega com as pipas e dornas, guardam-se também instrumentos agrícolas e alimentos: batatas, carne de porco e pão” (p.60).

“O primeiro andar tem soalho de largas e grosseiras tábuas de castanho assentes em traves da mesma madeira. As divisões variam com o tamanho da casa e são em geral separadas por paredes de tabique. A cozinha é a divisão principal, pois é aí que se reúne a família, para comer, e no inverno fazem lá o serão com os amigos, sentados nos escanos ou em bancos à volta do fogo” (p.61). “A cozinha tem um lar de pedra, feito sobre o soalho, de maneira que o fogo fica, às vezes, uns vinte e tantos centímetros acima do chão, o que torna mais cómodo o trabalho da mulher” (p.62). “À volta do lar fica o escano, sobre o fogo, pendente de um grande cadeado (gramaieira) está uma caldeira de cobre, com a comida dos porcos. Assente sobre o fogo, está o pote de ferro com o caldo para ceia” (p.63). “As outras dependências da casa são quartos” (p.65).

Nesta região encontramos vestígios de presenças antigas pré-históricas; dos Celtas, dos Romanos, da arquitectura quinhentista rural, do Gótico e do Manuelino.

Esta diversidade de estilos arquitectónicos trazidos pelos vários povos que habitaram a região, e de materiais disponíveis nesta mesma região, foram dando lugar a Monumentos bem conhecidos, como por exemplo: a Anta de Chã de Alijó, o Santuário Rupestre de Vila Nova de Foz Côa (do qual fazem parte, a título ilustrativo: as Fragas de Panóias no Vale de Nogueiras, em Vila Real), o Ermitário de Pitões em Montalegre; a Igreja de S. Nicolau em Mesão Frio; o Solar de Mateus em Vila Real; a Torre de Menagem em Chaves; o Castelo de Bragança; a Sé-Catedral em Miranda do Douro; e a Igreja Matriz da Torre de Moncorvo.



2.3.13 Gastronomia

“Se me fosse dado simbolizar a mesa Alto- Duriense e Transmontana, poisava-lhe sobre a toalha de linho caseiro dois copos e um prato de barro preto, de Bisalhães. Num dos copos, de cristal delicado, o sol, quente e oiro, do porto. No outro, também de vidro fino, a frescura da água termal, com o seu pico de gás. No prato, a alheira. tostada e luzidia, servida com fatias rubras de presunto flaviense” (Modesto, M. L., 1982, p. 47).

Na Gastronomia Regional destacam-se: a Água de Unto, o Caldo de Cebola, o Rancho, as Migas Ripadas, Bacalhau Assado com Pão de Centeio e Azeitonas, Trutas do Rio Cávado, Lampreia à Transmontana, Arroz de Cabidela, Peru Assado no Forno, Perdiz com Molho Vilão, Coelho à Transmontana, Lebre à Caçador, Cozido à Portuguesa, Cabrito à Moda da Serra de Montesinho, Javali Assado, Carne de Porco Estufada com Castanhas, Alheiras² com Batatas e Grelas, Bucho de Porco com Arroz, Presunto, Feijoada à Transmontana, Vitela Assada no Espeto, Bola de Bacalhau, Bola de Carne, Folar da Páscoa de Valpaços, Bola de Azeite e Ovos, Chicharos, Cogumelos, Ervilha de Quebrar, Tomatada, Queijos de Ovelha e de Cabra, Amêndoas de Moncorvo, Chila Dourada, Sarrabulho Doce, Queijadas de Murça, Papos-de-Anjo de Mirandela, o Mel, Pastéis de Santa Clara de Vila Real, Bola Mirandesa, Filhós de Bragança.

² Não esquecendo o restante Fumeiro Regional: - chouriço doce, chouriço azedo, salpicão, linguiça, chouriço de sangue.

2.3.14 Turismo

Segundo Figueiredo, Azevedo, e Meireles (1996), esta Região apresenta potencialidades notáveis para o desenvolvimento do turismo.

As características festas, feiras e romarias, o folclore, o artesanato rico e variado e a boa cozinha tradicional consubstanciam globalmente um factor importante como manifestação de cultura popular. Tudo isto, aliado à hospitalidade das suas gentes e às unidades hoteleiras de bom nível de que dispõe, tornam esta região um ponto de atracção turística com reais ofertas e múltiplos interesses.

A grande diversidade de recursos permitirá organizar produtos turísticos, de forte diversidade, que vão ao encontro das mais variadas motivações turísticas.

2.3.14.1 Trás-os-Montes

De acordo com Figueiredo, Azevedo e Meireles (1996) o suporte urbano de Barroso / Alto Tâmega é Chaves. Porta de entrada de considerável fluxo oriundo da Galiza e de Entre-Douro e Minho, atraídos pelo espaço termal – “Triângulo das Águas” (Termas de Chaves, Carvalhelhos, Vidago e Pedras Salgadas) e ambiental, centro histórico, animação urbana, comércio trans-fronteiriço, capacidade de alojamento de quantidade e qualidade elevadas, gastronomia representam os principais pólos de atracção turística para toda a Região.

Os mesmos autores referem que, as principais potencialidades do espaço natural Barroso/Parque Nacional da Peneda Gerês são o aproveitamento dos seus recursos naturais e humanas, o património rural de grande interesse tanto arquitectónico como etnográfico e arqueológico, a característica gastronómica (baseada nos enchidos e fumeiros), as albufeiras com a possibilidade de desportos náuticos e de pesca.

Os autores atrás referenciados afirmam que a terra Quente/Terra Fria oferece uma paisagem vasta, caça, um património etnográfico e produtos regionais, gastronomia, suporte urbano de Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Bragança, a arquitectura militar, as igrejas dispersas por toda esta zona, com valiosa arquitectura e património artístico, as manifestações populares de antiga tradição e o importante espaço natural Parque do Montesinho.

O principal suporte urbano, associado às boas acessibilidade e às suas potencialidades turísticas endógenas, permite apontar como potencialidades de desenvolvimento: Turismo de motivação cénica/rural cultural em toda a região Turismo de motivação ambiental/ecológica, associado ou não ao turismo desportivo (lazer) e turismo cinegético.

Bragança pelo seu suporte urbano de relevo pelo seu centro histórico, pela animação e suporte de alojamento e restauração, aliado à proximidade com a fronteira de Castela, pode desempenhar um papel difusor para toda a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, especialmente, para os espaços naturais a Norte e Douro Internacional.

O eixo Mirandela – Macedo de Cavaleiros é importante no desenvolvimento do turismo pelo alojamento existente, animação, comércio de produtos (alheiras, mel, artesanato, etc.), aliados à sua posição de centralidade, em relação a Trás-os-Montes e Alto Douro, e à “sua localização em IP’s, potencialidades essas que podem proporcionar um papel de placa giratória dos fluxos turísticos transmontanos (provenientes do litoral de Espanha e de todos os pontos cardeais), recebendo-os e canalizando-os para a região do Douro, para norte, para os espaços naturais de Trás-os-Montes e Alto Douro e para as zonas termais” (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles, R., 1996, p.232).

2.3.14.2 O Vale do Douro

Figueiredo, Azevedo e Meireles (1996) referem que o turismo Fluvial no Douro iniciado há cerca de dez anos, tem vindo a registar aumento de procura. O Vale do Douro situado dentro da Região Demarcada do Douro, engloba uma oferta das quintas vitivinícolas, caves de vinhos e o Douro navegável. Complementarmente a este espaço cénico-vitivinícola, estão associadas as potencialidades gastronómicas, etnográficas, culturais.

O suporte urbano fundamental do vale do Douro encontra-se no eixo Vila Real – Régua – Lamego.

Peso da Régua é o interface de transportes para fluxos chegados pelas vias fluvial, rodoviária e ferroviária.

Lamego articulado com o interface Régua, proporcionando a componente cultural, a animação urbana, oferta de cultura popular e a integração dos vinhos e quintas da envolvente Douro, Varosa e Espumantes. Também oferece a restauração tradicional e reputada gastronomia e o alojamento turístico tradicional e rural.

Vila Real, cidade universitária, situada no cruzamento do IP4 com o IP3, representa por tal uma porta de entrada para todo o espaço turístico de Trás-os-Montes e Alto Douro. (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles R. (1996), p.225).

Vila Real é o polo urbano mais próximo em tempo do Porto, e a importante acessibilidade a par da atractividade promovida pela animação cultural e lúdica alojamento, serviços turísticos e restauração cria as condições de importante centro difusor de fluxos.

Fazendo parte do suporte urbano do Douro navegável encontramos o eixo Torre de Moncorvo / Vila Nova de Foz Côa. A sua localização próxima da barragem do Pocinho, oferta de alojamento, de animação e alguns serviços de carácter urbano, par além, das notáveis gravuras rupestres do vale do Côa, possibilita em termos turísticos, a esta zona funcionar como: interface de transportes do turismo fluvial, rodoviário e ferroviário; como porta de entrada para o Douro Internacional e Trás-os-Montes; e também como porta de “entrada para os circuitos das Amendoeiras em flor, Rota dos Vinhos e percursos de carácter cultural compreendendo Freixo e as terras beirãs” (p. 226).

O Douro Internacional, constituído por margens “abruptas dos concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro e Miranda do Douro, representa um importante espaço natural, onde estão presentes espécies raras de avifauna europeia, tais como os grifos e as cegonhas pretas, assim como notáveis singularidades geológicas. Igualmente é de elevado interesse e beleza cénica, correndo o rio entre escarpadas encostas” (Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles, R., 1996, p. 227).

Em síntese, Figueiredo, Azevedo e Meireles (1996) referem que “Trás-os-Montes e Alto Douro tem consciência do grande potencial turístico ligado à mobilização ordenada para o sector dos grandes espaços naturais classificados ou não, entre os primeiros, o Parque do Montesinho e nos segundos o Douro Internacional, representa um elemento de grande importância no contexto do arranque do desenvolvimento do turismo da região de Trás-os-Montes e Alto Douro” (p. 250).

2.3.1.5 O que dizem alguns ilustres sobre o futuro de Trás-os-Montes e Alto Douro?

Bianchi de Aguiar (Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural) - "Trás-os-Montes tem futuro. Futuro esse que passa muito pela iniciativa dos transmontanos. Passa também por explorar a sua reserva ambiental e recursos turísticos, como o termalismo e o Vale do Douro. Há também toda a potencialidade agrícola, o azeite, o vinho, aspectos tradicionais que gozam de uma boa imagem lá fora, que podem ser explorados e estar abertos ao investimento externo".

Eurico Figueiredo (Ex-Deputado do PS) - "Para que Trás-os-Montes tenha futuro é necessário que comece por existir como vontade, identidade cultural regional e finalmente indispensável realidade política. Num mundo global, massificado, todas as identidades regionais, nacionais e mesmo civilizacionais estão ameaçadas, mesmo quando têm consistência política. No actual contexto, a única realidade política que preserva Trás-os-Montes é a Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro".

Edite Estrela (Ex-Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Deputada pelo PS) - "Obviamente tem futuro, como aliás deu provas disso nas sua história recente. Tem capacidades, tem grandes potencialidades. Houve muita gente que teve de sair da sua terra mas que se afirmou tanto nacional como internacionalmente. É verdade que Trás-os-Montes ainda não está bem dotado de uma rede viária que lhe permita aceder facilmente a todos os pontos do nosso país e à vizinha Espanha. Numa época em que as fronteiras foram abolidas e em que estamos integrados no espaço europeu, isso seria desejável. Reconheço que a região não tem grande vocação industrial. Em contrapartida, tem potencialidades do ponto de vista turístico, patrimonial e cultural e seria importante definir objectivos de acordo com elas" (in Revista do Jornal de Notícias, p. 48).

Ricardo Magalhães (Ex-Secretário de Estado do Ambiente) - "Tem futuro. As periferias não são eternas. Há muitas regiões na Europa que demonstram isso e que conseguiram ultrapassar o seu isolacionismo. Mas é preciso haver estratégia regional. Trás-os-Montes e Alto Douro não pode ser apenas o somatório dos seus 36 municípios, tem de ser mais. Tem de ganhar maior coesão no contexto da região norte. É necessário continuar o esforço de discriminar positivamente Trás-os-Montes e definir eixos prioritários. Acho que é possível fazer a

aposta na massa cinzenta, nos recursos humanos da região. Continuar o investimento material e imaterial, para que esse saber se transfira para a região. Por outro lado, é necessário consolidar o Douro, dado que o vinho generoso é das poucas bandeiras que afirmam a região no mundo. O eixo termal e a fileira da floresta seriam outros exemplos a contemplar por essa estratégica. O investimento público tem de prosseguir, mas, fundamentalmente, Trás-os-Montes tem de se abrir ao exterior”.

Carlos Lage (Eurodeputado pelo PS) - “Tem passado, presente e futuro. Creio que podemos contar com um refluxo de tipo novo a Trás-os-Montes. Aquelas pessoas que, um dia, abandonaram os campos para procurar um nível de vida melhor nas cidades, regressam agora. Considero que, no futuro, encontraremos uma relação de vai-e-vem entre as grandes/médias cidades e os campos. Trás-os-Montes tem, certamente, de continuar a melhorar as suas comunicações, de apostar na qualidade de vida, de proporcionar condições de fixação nas aldeias. Mas há sinais positivos evidentes para Trás-os-Montes encarar o futuro com optimismo”.

Pôncio Monteiro (Comentador Desportivo) - “Claro que tem futuro, porque os portugueses têm um espírito de sacrifício muito grande. Não há dúvida que os sucessivos governos não deram a devida atenção a Trás-os-Montes. Normalmente, no período de eleições, os nossos governantes costumam visitar a região, mas rapidamente se esquecem dela depois. Considero que, entre muitos outros problemas, há que resolver o da Casa do Douro. No Douro, existem cerca de 33 mil agricultores e seus agregados familiares que dependem do Vinho do Porto, porque não têm qualquer outra indústria. Embora isso seja um problema do país, penso que não tem havido vontade política e o diálogo tem sido pouco. Acredito que, quando isso acontecer, o problema se resolve”.

Nadir Afonso (Pintor) - “A região é pobre. Vive mais da agricultura, não há muito comércio, não há muita indústria, as vias de comunicação não são as melhores. Infelizmente, vejo um futuro triste. Talvez fomentando o turismo se encontrasse uma saída. Mas Trás-os-Montes vive uma espécie de círculo vicioso: não há progresso porque não há investimento; não há investimento porque não se vê progresso” (in Revista do Jornal de Notícias, p. 48).

Duarte Lima (Ex-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD) - "Claro que Trás-os-Montes tem futuro. E tem futuro independentemente das difíceis condições geográficas, porque tem o melhor que uma região pode ter: uma massa humana de gente cuja determinação e vontade de vencer são inquebrantáveis. As dificuldades não nos toham, pelo contrário, são a alavanca que nos fazem seguir em frente".

Carlos Magno (Jornalista) - "Trás-os-Montes tem futuro se deixar de se escrever com um "s" e passar a escrever-se com "z". É preciso trazer os montes ao litoral e reconciliar o Norte com o seu interior. Basta seguir o percurso do Douro e fazer daquele espaço um lugar sem montes para o mundo" (in Revista do Jornal de Notícias, p. 48).

3. METODOLOGIA

Neste capítulo, identifica-se o Método de Investigação utilizado, define-se a População e estabelecem-se os critérios de selecção e caracterização da Amostra. Definem-se as Variáveis, descreve-se o Instrumento utilizado neste estudo, revela-se qual o Procedimento adoptado na recolha dos dados, e refere-se ainda, qual a estratégia seguida no Tratamento Estatístico dos Dados e da sua respectiva apresentação.

3.1 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

Nesta investigação foi utilizado o Método Descritivo, o qual nos permitiu descrever quais os valores dos Jovens e dos Progenitores, e possibilitou-nos o estabelecimento da respectiva comparação.

Pais Ribeiro, J. (1999), designou este método como “Estudo Descritivo de comparação de grupos” (pp. 34,42).

O método descritivo “identifica os principais factores ou variáveis que existem numa dada situação ou comportamento” (Pinto, A. (1990) p. 46 & Borg (1987)).

De acordo com Gay (1981), “os dados descritivos são tipicamente recolhidos através de um questionário, de uma entrevista ou de uma observação” (p. 12).

Neste estudo não pretendemos estabelecer relações de causalidade, mas tão somente descrever que valores são veiculados pelos Jovens e pelos Progenitores. Segundo Pinto (1990), neste método, é impossível “estabelecer relações causais entre variáveis” (p.58).

3.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO

É nosso objectivo com esta investigação averiguar quais são os valores sociais veiculados pelos Jovens estudantes da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e pelos seus Progenitores, comparando-os entre si.

Com este propósito, definimos a população de Jovens Universitários como "todos os alunos finalistas, dos diversos cursos, matriculados no ano lectivo de 1995/96, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro".

E a população dos Progenitores definida como "todos os progenitores, cujos filhos são alunos finalistas, matriculados no ano lectivo de 1995/96, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro".

A população de Jovens finalistas é constituída por um total de 824 alunos, distribuídos pelos 15 cursos (Tabela 3).

CURSOS da U.T.A.D.	FINALISTAS 1995/96
Engenharia Agrícola	135
Engenharia Florestal	97
Engenharia Zootécnica	98
Medicina Veterinária	30
Enologia	37
Gestão Agrária	32
Biologia e Geografia	61
Física e Química	6
Inglês – Alemão	25
Português – Francês	43
Português – Inglês	44
Educação Física e Desporto	41
Engenharia Electrotécnica	49
Educadores de Infância	59
Professores Primários	67
TOTAL	824

Tabela 3 - Distribuição da Frequência dos Alunos Finalistas, Matriculados por Cursos, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, no Ano Lectivo de 1995/96

3.3 AMOSTRA

3.3.1 Critérios de Selecção da Amostra

Por razões de ordem teórica estabelecemos alguns critérios de selecção da amostra em relação aos Jovens, e procedemos à sua respectiva fundamentação teórica. São eles:

- Jovens Universitários

A investigação incidiu na população estudantil, partindo do pressuposto de que a educação e formação académica são características relevantes no processo de socialização, fundamentais para o desenvolvimento de novos valores e, por isso, de pertinência particular no campo dos conflitos intergeracionais (Figueiredo, 1988).

- Idades superiores a 20 anos

Diversos trabalhos desenvolvidos na área da autonomia de valores, indicam esta idade como correspondendo na maioria dos jovens à aquisição da capacidade de assumir valores alternativos aos dos progenitores (Figueiredo, E., 1985, 1988, 1992).

Segundo Figueiredo (1988), a possibilidade de optar por valores diferentes e/ou conflituais em relação aos progenitores implica a aquisição de certas capacidades psicológicas, tais como: a capacidade de autonomia, de desautorização e de desidealização psicológica, as quais vão sendo adquiridas progressivamente e, de um modo geral, até ao início dos vinte anos.

- Estudantes Finalistas

Os estudantes finalistas frequentam há mais tempo a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e por consequência passaram por um processo de socialização mais prolongado. Este é um “processo pelo qual o sujeito apreende e interioriza os valores, as normas e os códigos simbólicos do seu meio social, integrando-os na

sua personalidade". Isto é, há a "aquisição e interiorização das maneiras de actuar, de pensar, de sentir e de agir, próprias do grupo ou da sociedade de que o indivíduo faz parte e indispensáveis à sua adaptação ao meio" (Thines, G. & Lempereur, A., 1984, p. 852).

Para a constituição da amostra dos Progenitores não colocámos critérios de selecção, uma vez que esta foi definida a partir dos critérios que definiram a constituição da amostra dos Jovens.

3.3.2 Caracterização da Amostra

Neste estudo contamos com duas amostras independentes - a amostra dos Jovens e a dos Progenitores. Vamos apresentá-las em separado para facilitar, a sua caracterização.

3.3.2.1 Amostra dos Jovens

Obtivemos a amostra dos Jovens a partir da população de estudantes através da técnica de amostragem aleatória simples. Em que “cada elemento tem a mesma probabilidade de ser seleccionado” (Reis, E.; Melo, P.; Andrade, R. & Calapez, T. (1997), p. 28).

A amostra recolhida representa 22 % da população de estudantes, e, segundo Vockell (1983), apresenta um intervalo de confiança de 5%. O que significa que os resultados obtidos na amostra podem ser generalizados à população dos estudantes finalistas da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com uma confiança de 95% (o mesmo é dizer que há 95% de probabilidades de se obterem os mesmos resultados na população e na amostra).

3.3.2.1.1 Jovens Universitários da UTAD (incluindo a análise da variável sexo)

♦ Dados Pessoais

A amostra de Jovens Universitários começou por ser constituída por 184 estudantes finalistas, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. No entanto, quatro dos Questionários recebidos estavam incorrectamente preenchidos e foram anulados. Assim esta amostra passou a ser constituída em definitivo por 180 estudantes, dos quais 86 pertencem ao sexo feminino (48%) e 94 ao sexo masculino (52%). A média de idades é a mesma (24 anos) quer para a amostra global de Jovens quer para os sexos feminino e masculino.

Verificou-se que 25% dos Jovens (45 indivíduos) eram naturais de Trás-os-Montes e Alto Douro (em relação ao qual se incluem os Distritos de Bragança e de Vila Real), e que 75% (135) eram originários de outras regiões do país.

O Porto é o distrito onde nasceram mais Jovens pertencentes a esta amostra – 28.3%, seguido de Vila Real com 17.8%, e de Lisboa com 13.3%.

A Tabela 4 mostra a distribuição em percentagem de Jovens naturais e não naturais de Trás-os-Montes e Alto Douro, de acordo com os Distritos de Nascimento. (Tabela 4)

Distrito de Nascimento	Jovens %	Rapazes %	Raparigas %
Açores	0.6	0	1.2
Aveiro	5	4.3	5.8
Beja	0	0	0
Braga	5	3.2	7
Bragança	7.2	6.4	8.1
Castelo Branco	1.7	2.1	1.2
Coimbra	3.9	5.3	2.3
Évora	1.1	2.1	0
Faro	0	0	0
Guarda	0.6	1.1	0
Leiria	2.2	3.2	1.2
Lisboa	13.3	10.6	16.3
Madeira	0.6	1.1	0
Portalegre	1.1	1.1	1.2
Porto	28.3	28.7	27.9
Santarém	2.8	1.1	4.7
Setúbal	0.6	0	1.2
Viana do Castelo	3.9	3.3	2.3
Vila Real	19	20.3	17.4
Viseu	3.3	4.3	2.3
Bragança / Vila Real	25	24	26

Tabela 4 - Distribuição em percentagem dos Jovens naturais e não naturais de Trás-os-Montes e Alto Douro, de acordo com os Distritos de Nascimento.

Os Jovens Universitários são maioritariamente “católicos” (78.3%), no entanto, as raparigas apresentam uma percentagem ligeiramente mais elevada (80.2%) do que os rapazes (76.6%). Verificámos que a maior parte dos Jovens inquiridos são “Solteiros” (87.8%).

♦ Dados Sócio-Culturais

As últimas “férias” de 70.6% dos Jovens foram passadas em “Portugal”. Constatámos que a percentagem de Raparigas a passarem “férias” no nosso país foi ligeiramente superior (72.1%) à percentagem de Rapazes (69.1%).

Os Jovens lêem preferencialmente “uma ou duas vezes por semana” (43.9%) os “jornais não desportivos” (Q-34). Tendo em conta a variável sexo, podemos observar que a maior parte das Raparigas (39.5%) “quase nunca” lê os “jornais não desportivos”, enquanto que, a maior parte dos Rapazes (51.1%) lê os “jornais não desportivos” e “uma ou duas vezes por semana” (36%).

As “cinco secções dos jornais que mais interessam” (Q-35) os Jovens são: “vida nacional” (18%), “páginas de divulgação científica” (15.9%), “vida internacional” (14.6%), “artigos de fundo, reportagens” (13.8%) e com igual percentagem “desporto” e “curiosidades” com 7.4%. As “cinco secções dos jornais” (Q-35) mais escolhidas pelas Raparigas são: “vida nacional” e “páginas de divulgação científica” igualmente com 17%. “vida internacional” (13.7%), “artigos de fundo, reportagens” (12.6%) e por último, “curiosidades” (9.1%). E as “cinco secções dos jornais” (Q-35) que os Rapazes escolheram como mais interessantes são: “vida nacional” (18.9%), “vida internacional” (15.3%), “artigos de fundo, reportagens” e “páginas de divulgação científica” igualmente com 14.9% e como última opção - “desporto” (11.9%).

As “novas tecnologias utilizadas regularmente” (Q-36) pela maior parte dos Jovens são a “máquina de calcular” (46.2%) e o “computador pessoal” (42.1%).

As Raparigas privilegiam mais o “computador pessoal” (48.8%) e a “máquina de calcular” (44.8%). Os Rapazes por seu lado, privilegiam mais a “máquina de calcular” (47.6%) e o “computador pessoal” (35.1%)

As “actividades praticadas há menos de uma semana” (Q-37) pela maioria dos Jovens são: “ouvir rádio” (23.6%), “leitura de um livro” (20.2%), “ver televisão” (19.4%), “ir ao cinema” (13.8%), “praticar desporto” (12.7%), “assistir a uma conferência” (5%), “ir a concertos” (3.9%) e “ir ao teatro” (1.3%).

As principais “actividades praticadas há menos de uma semana” (Q-37) pelas Raparigas são: a “leitura de um livro” (26%), “ouvir rádio” (23.6%) e com igual distribuição (14% cada) “ir ao cinema” e “ver televisão”. As principais “actividades praticadas há menos de uma semana” (Q-37) pelos Rapazes são: com a mesma distribuição (23.3%) “ouvir rádio” e “ver televisão” e também a “leitura de um livro” (26%).

Em relação à “pertença a algum Movimento”, obtivemos um valor elevado na opção “Ns/Nr” (não sabe ou não responde), com 68.9%. Dos movimentos especificados, os Jovens participam mais nos movimentos: “Ambiental” (12.2%), “Desportivo” (9.4%), “Cultural” (7.2%) e “Científico” (2.2%). Atendendo à variável sexo, as Raparigas escolhem bastante mais a opção “Ns/Nr” (80.2%) do que os Rapazes (58.5%).

A questão ligada ao “Desporto” não foi respondida por 49.4% dos Jovens. Atendendo ao sexo dos respondentes observou-se que 63.1% das Jovens não responderam a esta questão, contra 36.2% dos Jovens masculino que também não responderam. Salientamos que as Raparigas praticam menos desporto do que os Rapazes. Os Jovens em geral praticam “Ginástica” (12.8%), no entanto os Rapazes têm preferência pela prática do “Futebol” (15%) e as Raparigas pela “Ginástica” (17.2%).

A esmagadora maioria dos Jovens (Rapazes e Raparigas) têm “ambos os pais vivos” (91.7%) e 86.7% dos “pais vivem juntos”.

Os Jovens viveram na sua infância “com os seus pais” (95.6%), mas actualmente uma grande parte dos Jovens vive a maior parte do tempo “com outros jovens (Lar, Residência, etc.)” (40%), 33.9% dos Jovens vive ainda “com os pais”, 12.2% vive “com um companheiro” e 11.1% vive sozinho. Considerando o sexo dos respondentes há a referir que, 94.2% das Raparigas e 96.8% dos Rapazes “viveram na sua infância” “com os seus pais”, no entanto actualmente, passam a maior parte do tempo “com outros jovens” (39.5% - Raparigas, 40.4% - Rapazes), ou “com os pais” (33.7% - Raparigas, 34% - Rapazes), “com companheiro” (11.6% - Raparigas, 12.8% - Rapazes) ou ainda “só” (12.8% - Raparigas, 9.6% - Rapazes).

A “situação financeira” dos Jovens está dependente das “mesadas dadas pelos pais ou outros” (41.7%) ou então, não “recebe nenhuma quantia fixa para fazer face a despesas próprias” (22.2%). Quando nos reportamos ao sexo dos inquiridos verificamos que as Raparigas recebem mais “mesadas dadas pelos pais” (48.8%) do que os Rapazes (35.1%), muito possivelmente porque há uma quantidade maior de Rapazes que têm um “ordenado fixo” (18.1% - Rapazes, 15.1% - Raparigas) e que “fazem alguns trabalhos que lhe rendem dinheiro” (17% - Rapazes, 9.3% - Raparigas).

♦ **Dados Sócio-Económicos Dos Pais Dos Jovens**

O “Nível de Instrução” dos Pais dos Jovens apresenta o mesmo valor (28.3%) quer se trate de um “Curso Superior” ou do “Ensino Primário completo”, ao qual se segue o “Ensino Secundário” (23.3%). O “Nível de Instrução” que mais se destaca nos pais dos Rapazes é o “Ensino Primário completo” (30.9%) e nos Pais das Raparigas é o “Curso Superior” (29.1%).

Os pais dos Jovens inquiridos, profissionalmente pertencem em grande parte (35%) à categoria “operário altamente qualificado”, 33.3% aos “quadros superiores”, 18.3% à categoria “operário”, 11.7% é “trabalhador por conta própria” e 1.7% à categoria “ajudante”.

Analisando as “Fontes de Rendimentos” das famílias de origem dos Jovens constatamos que vivem sobretudo do seu “vencimento mensal” (57.8%) e de “rendimentos próprios ou da actividade liberal” exercida (30%). A maioria dos pais das Raparigas têm como fonte de rendimento principal o seu “vencimento mensal” (62.8%), ou podem recorrer a “rendimentos próprios ou actividade liberal” (26.7%). Enquanto que a maior parte dos pais dos Rapazes têm também como “fonte de rendimento”, o seu “vencimento mensal” (53.2%), e os seus “rendimentos próprios ou da actividade liberal” (33%).

O “Conforto do Lar” dos Pais dos Jovens inscreve-se na “categoria intermédia entre o luxo e modesta” (81.1%) ou na categoria de “casas modestas” (11.1%). Tendo em conta o sexo dos respondentes, e no mesmo item, verificamos que se destaca nos pais das Raparigas a “categoria intermédia entre o luxo e modesta” (87.2%) e com igual evidência as casas de “luxo” (5.8%) e as “casas modestas” (5.8%). No caso dos pais dos Rapazes, o seu tipo de “alojamento” insere-se principalmente na “categoria intermédia entre o luxo e modesta” (75.5%) ou na categoria de “casas modestas” (16%).

Na amostra dos Jovens, vamos proceder a outros agrupamentos o que permite o surgimento de duas sub-amostras, de modo que a descrição dos dados se torne mais clara.

3.3.2.1.1.1 Jovens Autóctones (da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

♦ Dados Pessoais

A sub-amostra de Jovens Autóctones da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro é constituída por 45 indivíduos - 13 deles (29%) são do distrito de Bragança e os 32 indivíduos restantes (71%) são do distrito de Vila Real.

Deste número de Jovens Autóctones, 22 (correspondendo a 49%) são do sexo feminino e 23 (correspondendo a 51%) do sexo masculino.

A média de idades nesta sub-amostra é de 24.4 anos.

A religião que professam em maioria (80%) nos Jovens Autóctones é a “religião católica”.

É de notar que 86.7% destes Jovens são “solteiros”, e que apenas 11.1% são “casados”.

A quase totalidade destes Jovens (91.1%) tem “ambos os pais vivos” e 84.4% vivem juntos. Durante a infância 97.8% dos Jovens Autóctones viveram “com os pais”, actualmente (46.7%) continuam a viver a maior parte do tempo “com os pais”, 33.3% vivem “com outros colegas” e 11.1% vivem “com companheiro”.

A maioria dos Jovens desta sub-amostra (37.8%) “não recebe nenhuma quantia fixa para fazer face a despesas próprias”, 28.9% destes Jovens “recebem uma mesada” e 15.6% destes Jovens fazem “alguns trabalhos que lhe rendem algum dinheiro”.

♦ **Dados Sócio-Culturais**

Passaram as últimas “férias” em “Portugal” 73.3% dos sujeitos pertencentes a esta sub-amostra.

Os Jovens Autóctones lêem preferencialmente os “jornais não desportivos” (Q-34) “uma ou duas vezes por semana” ou “quase nunca” (respectivamente 35.6%).

As “cinco secções dos jornais que mais interessam” (Q-35) os Jovens Autóctones são: “vida nacional” (18.7%), “páginas de divulgação científica” (17.3%), “vida internacional” (16.4%), “artigos de fundo, reportagens” (12.4%) e por último “desporto” com 8.4%.

As “Novas tecnologias utilizadas” (Q-36) com maior frequência pelos Jovens Autóctones são o “computador pessoal” (46.7%) e a “máquina de calcular” (45.6%).

As “Actividades praticadas na última semana” (Q-37) pela maioria dos Jovens Autóctones são: a “leitura de um livro” (23.1%), “ouvir rádio” (22.4%), “ver televisão” (21.8%), “ir ao cinema” (10.9%), “praticar desporto” (10.3%), “assistir a uma conferência” (5.1%), “ir a concertos” (4.5%) e “ir ao teatro” (1.9%).

A maior parte destes Jovens (73.3%) não “participa em algum movimento” dos que foram designados nesta questão. Dos restantes Jovens, 11.1% estão ligados ao movimento “cultural”, e 8.9% estão ligados aos movimentos: “ambiental” e “desportivo” (respectivamente).

Em relação ao “desporto” 55.6% dos Jovens Autóctones, não responderam qual o “desporto” que praticam. No entanto 11.1% dos que responderam optaram pelo “futebol”, e 8.9% praticam “ginástica”.

♦ **Dados Sócio-Económicos Dos Pais Dos Jovens Autóctones**

A maior parte dos pais dos Jovens Autóctones (37.8%) têm o “ensino primário completo”, seguindo-se igualmente o “curso superior” (20%), e o “ensino secundário” (20%) e a percentagem é menor (17.8%) quando se trata do “curso médio”.

Relativamente à “profissão” a percentagem mais elevada recai na categoria “operário altamente qualificado” (33.3%), e a percentagem seguinte (24.4%) diz respeito às categorias de “quadro superior” e “operário”.

A “fonte de rendimento” da maioria dos pais dos Jovens Autóctones advém do seu “vencimento mensal” (55.6%), e 28.9% de “rendimentos próprios ou actividade liberal”.
A casa dos pais dos Jovens Autóctones insere-se fundamentalmente na “categoria intermédia entre luxo e modesta” (77.8%).

3.3.2.1.1.2 Jovens Não-Autóctones (da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

♦ Dados Pessoais

Esta sub-amostra de Jovens Não-Autóctones da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro é formada por 135 sujeitos de vários distritos de Portugal. O Porto é o distrito onde nasceram mais indivíduos, representando 37.8% desta sub-amostra.

Este conjunto de Jovens integra 71 (53%) do sexo masculino e 64 (47%) do sexo feminino.

A média de idades nestes Jovens é igual a 24.2 anos.

A religião “católica” foi por eles a mais escolhida (77.8%).

Os Jovens Não-Autóctones são essencialmente “solteiros” (88.1%).

.9% destes Jovens têm ambos os pais vivos, e em 87.4% dos pais vivem juntos.

A grande maioria de Jovens Não-Autóctones viveram “com os seus pais” na sua infância (94.8%).
Actualmente estes Jovens vivem “com outros jovens (Lar, Residência, etc.)” em 42.2% dos casos.

Os Jovens Não-Autóctones essencialmente, “recebem uma mesada” para poderem fazer face a despesas próprias (45.9%).

♦ Dados Sócio-Culturais

Dos elementos constituintes desta sub-amostra 69.6% passa as “férias” em “Portugal”.

Os Jovens Não-Autóctones lêem essencialmente “uma ou duas vezes por semana” (46.7%) os “jornais não desportivos” (Q-34).

As “cinco secções dos jornais” (Q-35) mais escolhidas pelos Jovens Não-Autóctones são: “vida nacional” (17.8%), “páginas de divulgação científica” (15.4%), “artigos de fundo, reportagens” (14.2%), “vida internacional” (13.9%), e a última escolha recai nas “curiosidades” com 7.9%.

As “Novas tecnologias utilizadas” (Q-36) mais vulgarmente, pelos Jovens Não-Autóctones são a “máquina de calcular” (45.8%) e o “computador pessoal” (41.9%).

As “Actividades praticadas na última semana” (Q-37) pela maioria dos Jovens Não-Autóctones são: “ouvir rádio” (24%), “leitura de um livro” (19.2%), “ver televisão” (18.6%), “ir ao cinema” (14.8%), “praticar desporto” (13.5%), “assistir a uma conferência” (5%), “ir a concertos” (3.7%) e “ir ao teatro” (1.1%).

A maioria destes Jovens não respondeu à questão relativa à participação em algum dos movimentos especificados (67.4%). Muito embora, 13.3% dos Jovens desta sub-amostra expresse a sua ligação ao movimento “ambiental”.

No que diz respeito ao “desporto” 47.4% dos sujeitos não quiseram dar a sua opinião. Observamos também que, 11.9% dos Jovens Não-Autóctones pratica a modalidade desportiva – “ginástica”.

♦ **Dados Sócio-Económicos Dos Pais Dos Jovens Não - Autóctones**

A maioria dos pais dos Jovens Não-Autóctones têm como “nível de instrução” o “curso superior” (31.1%), 25.2% dos pais destes Jovens têm o “ensino primário completo”, 24.4% têm o “ensino secundário” e 15.6% têm o “curso médio”.

Em relação à “profissão”, a maior parte dos pais destes Jovens insere-se na categoria “quadro superior” (36.3%), seguida da categoria “operário altamente qualificado” (35.6%), 16.3% pertencem à categoria “operário” e 9.6% estão incluídos na categoria “trabalhador por conta própria”.

Os pais dos Jovens Não-Autóctones têm essencialmente o “vencimento mensal” (58.5%) como “fonte de rendimento”, ou então têm “rendimentos próprios ou actividade liberal” (30.4%).

O “alojamento dos pais” dos Jovens Não-Autóctones, inclui-se primordialmente na “categoria intermédia entre luxo e modesta” (82.2%).

3.3.2.1.2 Jovens Nacionais (Outras Universidades do País)

Esta amostra Nacional foi composta por Jovens do Ensino Universitário Público, de todo o espaço geográfico português: Açores, Alentejo, Algarve, Beira-Interior, Coimbra, Lisboa, Madeira, Minho, Porto e Trás-os-Montes e Alto Douro.

Elaborou-se uma amostra Nacional, a partir de dez amostras regionais, recolhidas por dez alunos do Mestrado de Psicopatologia e Psicologia Clínica.

Cada uma das amostras regionais representam cerca de 20% da população-alvo e estiveram sujeitas aos mesmos critérios e definições, anteriormente referidas. Com a preparação da amostra Nacional, pretendemos averiguar como é que os valores defendidos pelos Jovens e pelos Progenitores variam relativamente à amostra regional de Trás-os-Montes e Alto Douro.

♦ Dados Pessoais

Inquirimos 2978 Jovens das universidades de todo o país, dos quais 43.6% são do sexo masculino e 56.4% do sexo feminino.

Os estudantes da amostra nacional têm uma média de idade 23.3 anos e na sua grande maioria não são naturais de Trás-os-Montes e Alto Douro (apenas 1.5% dos Jovens inquiridos referem ser naturais de Trás-os-Montes e Alto Douro).

Dos Jovens Nacionais 60.7% são “católicos”, 16.1% “Ns/Nr” (não sabe/não responde) e 15.8% são “ateus”.

Relativamente ao “estado civil” 82.7% destes Jovens são “solteiros”, e 7.6% são “casados”.

Durante a infância 89.2% dos Jovens Nacionais viveram “com os pais”, actualmente 33.7% continuam a viver a maior parte do tempo “com os pais”, 28.8% vivem “com outros jovens”, 16.3% vivem “sós” e 13.1% vivem “com companheiro”.

A maioria dos Jovens desta amostra “recebem uma mesada” (38.2%), outros “têm ordenado fixo” (23.5%), outros ainda “não recebem nenhuma quantia fixa para fazerem face a despesas próprias” (14.5%), 10% destes Jovens “recebem bolsa de estudo de um organismo oficial ou particular e 9.8% dos Jovens Nacionais “fazem alguns trabalhos que lhe rendem algum dinheiro”.

♦ **Dados Sócio-Culturais**

Passaram as “férias” em “Portugal” 76.8% dos sujeitos pertencentes a esta amostra e 21% passou-as no “estrangeiro”.

Os Jovens Nacionais lêem preferencialmente os “jornais não desportivos” (Q-34) “uma ou duas vezes por semana” (41.4%), “todos os dias ou quase” (31.3%) e “quase nunca” (22.6%).

As “cinco secções dos jornais que mais interessam” (Q-35) os Jovens Nacionais são: “vida nacional” (16.9%), “vida internacional” (14.8%), “artigos de fundo, reportagens” (13.3%), “páginas de divulgação científica” (11.5%), e em último lugar a secção das “curiosidades” (8.8%).

As “Novas tecnologias utilizadas” (Q-36) mais regularmente pelos Jovens Nacionais são a “máquina de calcular” (36.4%) e o “computador pessoal” (36.9%).

As “Actividades praticadas na última semana” (Q-37) pela maioria dos Jovens Nacionais são “ver televisão” (25.2%), “ouvir rádio” (23.4%), “leitura de um livro” (18.5%), “ir ao cinema” (12.7%), “praticar desporto” (12.3%), “assistir a uma conferência” (5.4%), “ir a concertos” (1.6%) e “ir ao teatro” (0.8%).

A maior parte destes Jovens (53%) não “participa em algum movimento” dos que foram designados nesta questão. No entanto, 15.3% dos Jovens Nacionais estão ligados ao movimento “desportivo”, 12.1% ao movimento “ambiental”, 9.7% ao movimento “cultural” e 3.4% ao movimento “científico”.

Em relação ao “desporto” 54% dos Jovens Nacionais, não responderam qual o “desporto que praticam”. Salientamos ainda que, 10.3% dos Jovens Nacionais inquiridos optaram pelo “futebol”.

A maioria destes Jovens (80.9%) tem “ambos os pais vivos” e 71% os “pais vivem juntos”.

♦ **Dados Sócio-Económicos Dos Pais Dos Jovens Nacionais**

A maioria dos pais dos Jovens Nacionais têm o “ensino primário completo” (32.5%), seguindo-se o “curso superior” (29.9%), o “ensino secundário” (17.8%), o “curso médio” (13.4%) e o menor “nível de instrução pertence ao “ensino primário incompleto ou nulo” (2.7%).

Em relação à “Profissão dos Pais” a percentagem mais elevada recai na categoria “quadro superior” (37.4%), na categoria “operário altamente qualificado” (20.7%), na categoria “operário” (19.6%) e ainda na categoria “trabalhador por conta própria” (13.1%).

A “Fonte de Rendimento” da maior parte dos pais dos Jovens Nacionais tem origem sobretudo no seu “vencimento mensal” (42.5%), e no “rendimentos próprios ou actividade liberal” (38.9%).

O “Conforto do Alojamento” dos pais dos Jovens Nacionais insere-se basicamente na “categoria intermédia entre luxo e modesta” (55.7%) e na categoria “luxo” (20.3%).

3.3.2.2 Amostra dos Progenitores

3.3.2.2.1 Progenitores dos Jovens Universitários da UTAD (incluindo a análise da variável sexo)

♦ **Dados Pessoais**

Inicialmente a amostra dos Progenitores era constituída por 229 indivíduos. Dado que foram detectados oito Questionários incorrectamente preenchidos, procedemos de imediato à sua anulação. Em consequência deste facto, a amostra ficou então constituída por 221 Progenitores, dos quais 119 pertencem ao sexo feminino (53.8%) e 102 ao sexo masculino (46.2%).

A média de idades dos Progenitores têm idades é de 55 anos.

Observou-se que 24% dos Progenitores (53 indivíduos) eram naturais da região de Trás-os-Montes e Alto Douro (a qual inclui os Distritos de Bragança e Vila Real) e 76% dos Progenitores (168 indivíduos) eram naturais de outras regiões do país.

O Porto é o distrito onde nasceram mais Progenitores (21.7%), seguindo-se Vila Real com 17.2% e Braga com 14.5%.

A Tabela 5 mostra a distribuição em percentagem dos Progenitores naturais e não naturais de Trás-os-Montes e Alto Douro, de acordo com os Distritos de Nascimento.

Distrito de Nascimento	Progenitores %	Pais %	Mães %
Açores	0.9	1	0.8
Aveiro	4.1	3.9	4.2
Beja	0.9	0	1.7
Braga	14.5	15.7	13.4
Bragança	8.1	5.9	10.1
Castelo Branco	4.1	3.9	4.2
Coimbra	4.5	4.9	4.2
Évora	0.9	2	0
Faro	1.8	2	1.7
Guarda	0.9	1	0.8
Leiria	1.4	1	1.7
Lisboa	9	2.9	14.3
Madeira	0	0	0
Portalegre	0.9	2	0
Porto	21.7	25.5	18.5
Santarém	2.7	2	3.4
Setúbal	0.9	1	0.8
Viana do Castelo	2.3	2.9	1.7
Vila Real	17.2	18.7	15.9
Viseu	3.2	3.9	2.5
Bragança / Vila Real	23.9	22.5	25.2

Tabela 5 - Distribuição em percentagem dos Progenitores naturais e não naturais de Trás-os-Montes e Alto Douro, de acordo com os Distritos de Nascimento.

Constatámos que a esmagadora maioria dos Progenitores eram “casados” (95.5%).

Os Progenitores do ponto de vista da “religião” são maioritariamente “católicos” (87.8%).

A maior parte dos Progenitores (48.9%) não tem os “pais vivos”, 28.5% “só tem mãe viva”, e 16.3% têm “ambos os pais vivos”.

Os Progenitores viveram na sua infância com os seus pais (91%), contudo actualmente “vivem a maior parte do tempo” (48.9%) com os seus “companheiros” ou “com outros familiares” (38%). As mães actualmente “vivem a maior parte do tempo” (46.2%) “com outros familiares” ou com os seus “companheiros” (38.7%). Os pais actualmente “vivem a maior parte do tempo” (60.8%) “com as companheiras” ou “com outros familiares” (28.4%).

A maioria dos Progenitores “tem ordenado fixo” (64.3%) ou “fazem alguns trabalhos que lhe rendem dinheiro” (16.3%). A “situação financeira” das mães distribui-se da seguinte forma: 55.5% “tem ordenado fixo”, 21% “faz alguns trabalhos que lhe rendem dinheiro”, 8.4% “não recebe nenhuma quantia fixa para fazer face a despesas próprias” e 6.7% “recebe uma mesada”. E a distribuição da “situação financeira” dos pais apresenta-se: 74.5% “tem ordenado fixo”, 10.8% “faz alguns trabalhos que lhe rendem dinheiro”, 6.9% “não recebe nenhuma quantia fixa para fazer face a despesas próprias” e 1% “recebe uma mesada”.

♦ **Dados Sócio-Culturais**

As “férias” dos Progenitores foram passadas sobretudo em “Portugal” (72.1%). Assim como as “férias” das mães (74.8%) e dos pais (69.6%).

Os Progenitores fundamentalmente lêem “uma ou duas vezes por semana” (35.7%) os “jornais não desportivos” (Q-34). Considerando a variável sexo, verificamos que a maior parte das mães (38.7%) lê os “jornais não desportivos” - “uma ou duas vezes por semana” e por sua vez a maior parte dos pais (47.1%) lê “todos os dias ou quase” os “jornais não desportivos”.

As “cinco secções dos jornais que mais interessam” (Q-35) os Progenitores são: “vida nacional” (19.2%), “vida internacional” (13.9%), “artigos de fundo, reportagens” (12.5%), “curiosidades” (9.9%) e ainda “páginas de divulgação científica” (8.4%). As “cinco secções dos jornais” mais escolhidas pelas mães são: “vida nacional”(19%), “vida internacional” (13.4%), “artigos de fundo, reportagens” (12.4%), “curiosidades” (11.9%) e para finalizar “crimes e outros acontecimentos sensacionais” (10.3%). E as “cinco secções dos jornais” que os pais escolheram como mais interessantes são: “vida nacional” (19.5%), “vida internacional” (14.5%), “artigos de fundo, reportagens” e “desporto” igualmente com 12.7% cada e para terminar “páginas de economia” (8.6%).

As “novas tecnologias utilizadas regularmente” (Q-36) pela maioria dos Progenitores são a “máquina de calcular” (32.9%) e o “computador pessoal” (14.9%).

A maior parte das mães (32.9%) não responde a esta questão. Das que respondem privilegiam mais a “máquina de calcular” (32.9%) e o “computador pessoal” (15%). Os pais também dão maior privilégio à “máquina de calcular” (45.9%) e ao “computador pessoal” (14.8%)

As “actividades praticadas há menos de uma semana” (Q-37) pela maior parte dos Progenitores são: “ver televisão” (40.3%), “ouvir rádio” (25.8%), “leitura de um livro” (16.7%), “praticar desporto” (6.8%), “ir ao cinema” (4.2%), “assistir a uma conferência” (3.7%), “ir a concertos” (1.1%) e “ir ao teatro” (0.9%). E as principais “actividades praticadas há menos de uma semana” (Q-37) pelas mães e pelos pais são: “ver televisão” (43% - mães e 37.5% - pais), “ouvir rádio” (24.8% - mães e 26.8% - pais), “leitura de um livro” (18.3% - mães e 15.2% - pais), “praticar desporto” (5.7% - mães e 8% - pais), “ir ao cinema” (4.3% - mães e 4% - pais), “assistir a uma conferência” (2.6% - mães e 4.9% - pais), “ir a concertos” (0.9% - mães e 1.3% - pais) e “ir ao teatro” (0.4% - mães e 1.3% - pais).

Uma larga maioria de Progenitores (82.4%) não respondeu quanto à “participação em algum movimento”. Dos movimentos assinalados, a participação dos Progenitores foi a seguinte: “cultural” (88.6%), “desportivo” (3.6%), e com igual percentagem (2.7%) o movimento “ambiental” e “científico”. Tendo em conta a variável sexo, as mães optaram mais pelo “Ns/Nr” (90.8%) do que os pais (72.5%). O movimento “cultural”, é o mais escolhido tanto pelas mães (8.4%) como pelos pais (8.8%).

A questão referente ao “desporto” não foi respondida por: 83% dos Progenitores, 93.3% das mães e 72% dos pais. Os Progenitores elegeram a “ginástica”, como a modalidade mais praticada (5.4%). Ao analisarmos separadamente por sexos, verificamos que a “ginástica” é também a modalidade desportiva mais escolhida pelas mães (3.4%) e pelos pais (10%).

♦ **Dados Sócio-Económicos Dos Pais Dos Progenitores**

O “nível de instrução dos pais” dos Progenitores recai mais sobre o “ensino primário completo” (39.8%), com a mesma evidência (18.1%) temos o “ensino secundário” e “ensino primário incompleto ou nulo” e com 12.2% o “curso médio”. O “nível de instrução” dos pais das Progenitoras é essencialmente o “ensino primário completo” (43.7%). E o dos pais dos Progenitores (sexo masculino) é também o “ensino primário completo” com 39.8%.

Em termos profissionais os pais dos Progenitores são sobretudo (31.2%) “trabalhadores por conta própria” e 27.1% são “operários altamente qualificados”. Tendo em conta a variável sexo, os pais das

Progenitoras são fundamentalmente (30.3%) “operários altamente qualificados”, enquanto que os pais dos Progenitores (sexo masculino) são na maior parte (33.3%) “trabalhador por conta própria”.

Ao analisarmos as “fontes de rendimentos” dos pais dos Progenitores verificamos que na sua maioria (39.4%) vivem do seu “vencimento mensal”, 31.7% dos “rendimentos próprios ou actividade liberal” 14.5% da “segurança social” e 9.5% “sem rendimentos próprios”. Verificamos ainda que, a maior parte dos pais das Progenitoras (37%) e dos pais dos Progenitores (sexo masculino) (42.2%) vivem do seu “vencimento mensal”. Quanto ao “conforto do alojamento” a “categoria intermédia entre luxo e modesta” é aquela que congrega uma maior percentagem quer se trate dos pais: dos Progenitores (58.4%), das Progenitoras (57.1%) ou dos Progenitores (sexo masculino) (59.8%).

Analogamente à amostra dos Jovens, vamos proceder a outros agrupamentos da amostra dos Progenitores, possibilitando o surgimento de duas sub-amostras.

3.3.2.2.1.1 Progenitores Autóctones

♦ Dados Pessoais

A sub-amostra de Progenitores Autóctones é constituída por 53 indivíduos (24% da amostra dos Progenitores) – 30 mães (13.6%) e 23 pais (10.4%).

Deste número de Progenitores Autóctones, 18 (34%) são naturais do distrito de Bragança e 35 (66%) são naturais do distrito de Vila Real.

A média de idades desta sub-amostra é de 55.6 anos.

A “religião católica” é aquela tem mais adeptos (88.7%).

A esmagadora maioria dos Progenitores Autóctones (92.5%) são “casados”.

Durante a “infância” 84.9% dos Progenitores Autóctones viveram “com os pais”, actualmente (50.9%) “vivem com companheiro” e 37.8% “vivem com outros familiares”.

A maioria dos Progenitores desta sub-amostra (56.6%) “tem ordenado fixo”, 20.8% “não recebe nenhuma quantia fixa para fazer face a despesas próprias”, e 9.4% destes Progenitores fazem “alguns trabalhos que lhe rendem algum dinheiro”.

♦ **Dados Sócio-Culturais**

Dos sujeitos que incluem esta sub-amostra 73.6% passaram “férias em Portugal”.

Os Progenitores Autóctones “quase nunca” (47.2%) lêem os “jornais não desportivos” (Q-34).

As “cinco secções dos jornais que mais interessam” (Q-35) os Progenitores Autóctones são: “vida nacional” (19.1%), com igual percentagem 11.2%: a “vida internacional” e “crimes e outros acontecimentos sensacionais”, “artigos de fundo, reportagens” (10.8%) e por último a secção das “curiosidades” (10%).

As “Novas tecnologias utilizadas” (Q-36) com maior relevo pelos Progenitores Autóctones são a “máquina de calcular” (32.8%) e com igual destaque (8.6%) o “telemóvel” e o “fax”.

As “Actividades praticadas na última semana” (Q-37) pela maioria dos Progenitores Autóctones são: “ver televisão” (43%), “ouvir rádio” (30%), “leitura de um livro” (13%), “praticar desporto” (7%), com a mesma percentagem (3%) “ir ao cinema” e “assistir a uma conferência” e a última actividade (1%) “ir a concertos”.

A maioria destes Progenitores (73.6%) não “participa em algum movimento” dos que foram designados nesta questão. Dos restantes Progenitores, 13.2% estão ligados ao movimento “cultural”, 7.5% estão ligados ao movimento “desportivo” e 3.8% ao movimento “ambiental”.

Relativamente ao “desporto” 84.9% dos Progenitores Autóctones, não responderam qual o desporto que praticam. No entanto 7.5% dos que responderam optaram pela “ginástica”, e 3.8% optaram pela prática do “futebol”.

A maior parte destes Progenitores (52.8%) não têm “ambos os pais vivos” e 24.8% “só têm a mãe” viva.

♦ **Dados Sócio-Económicos Dos Pais Dos Progenitores Autóctones**

A maioria dos pais dos Progenitores Autóctones (45.3%) têm o “ensino primário completo”, 28.3% têm o “ensino primário incompleto ou nulo”, 17% têm o “ensino secundário”, 5.7% têm o “curso médio” e apenas 1.9% têm o “curso superior”.

No que concerne à “profissão” dos pais dos Progenitores Autóctones a percentagem mais elevada (41.5%) situa-se na categoria “trabalhador por conta própria”, 26.4% são “operários altamente qualificados”, 22.6% são “operários” e 7.5% incluem-se na categoria “ajudante”.

A “fonte de rendimento” da maior parte dos pais dos Progenitores Autóctones advém tanto do seu “vencimento mensal” (28.3%), como de “rendimentos próprios ou actividade liberal” (28.3%), 17% não tem “rendimentos próprios”, 15.1% vive da “segurança social” e 5.7% de “salários irregulares”.

A casa dos pais dos Progenitores Autóctones insere-se principalmente na “categoria intermédia entre luxo e modesta” (43.4%), 34% na categoria de “casas modestas”, 11.3% na “categoria intermédia entre modesta e imprópria”, 3.8% em casas de “luxo” e por último na categoria “alojamento impróprio” (1.9%).

3.3.2.2.1.2 Progenitores Não-Autóctones

♦ Dados Pessoais

A sub-amostra de Progenitores Não-Autóctones é constituída por 168 indivíduos (76% da amostra dos Progenitores) – 89 mães (40.3%) e 79 pais (35.7%).

Os principais “distritos de nascimento” dos 168 Progenitores Não-Autóctones são: “Porto” (21.7%), “Braga” (14.5%) e “Coimbra” (4.5%).

A média de idades desta sub-amostra é de 54.8 anos.

Em termos religiosos estes Progenitores são essencialmente “católicos” (87.5%).

A grande maioria dos Progenitores Não-Autóctones são “casados” (96.4%).

A maior parte destes Progenitores (47.6%) não têm “ambos os pais vivos” e 29.8% “só têm a mãe” viva, 15.5% têm “ambos os pais vivos” e apenas 6.5% têm “só tem pai vivo”.

Na sua infância 92.9% dos Progenitores Não-Autóctones viveram “com os pais”, actualmente (48.7%) “vivem com companheiro” e 38% “vivem com outros familiares”.

A maior parte dos Progenitores desta sub-amostra (66.7%) “tem ordenado fixo” e 18.5% fazem “alguns trabalhos que lhe rendem algum dinheiro”.

♦ Dados Sócio-Culturais

Dos Progenitores desta sub-amostra 72% passaram “férias em Portugal”.

Os Progenitores Não-Autóctones costumam ler os “jornais não desportivos” (Q-34) “uma ou duas vezes por semana” (38.7%), “todos os dias ou quase” (35.7%) e “quase nunca” (23.8%)

As “cinco secções dos jornais que mais interessam” (Q-35) os Progenitores Não-Autóctones são: “vida nacional” (19.1%), “vida internacional” (14.5%), “artigos de fundo, reportagens” (12.9%), “curiosidades” (9.7%) e por último “páginas de divulgação científica” (8.6%).

As “Novas tecnologias utilizadas” (Q-36) mais intensamente pelos Progenitores Não-Autóctones são a “máquina de calcular” (41%) e o “computador pessoal” (17.1%).

As “Actividades praticadas na última semana” (Q-37) pela maioria dos Progenitores Não-Autóctones são: “ver televisão” (39.5%), “ouvir rádio” (24.6%), “leitura de um livro” (17.8%), “praticar desporto” (6.8%), “ir ao cinema” (4.5%), “assistir a uma conferência” (4%), “ir a concertos” e “ir ao teatro” têm igual distribuição em percentagem (1.1%).

A maioria destes Progenitores (85.1%) não “participa em algum movimento” dos que foram designados nesta questão. Dos restantes Progenitores Não-Autóctones, 7.1% estão ligados ao movimento “cultural”, 3% ao movimento “científico”, e com 2.4% (respectivamente) os movimentos “ambiental” e “desportivo”

Relativamente ao “desporto” 82.1% dos Progenitores Não-Autóctones, não responderam qual o desporto que praticam. No entanto, a modalidade desportiva que mais se destaca é a “ginástica” (4.8%).

♦ **Dados Sócio-Económicos Dos Pais Dos Progenitores Não-Autóctones**

O “nível de instrução” que mais abrange os pais dos Progenitores Não-Autóctones é o “ensino primário completo” (38.1%).

No que diz respeito à “profissão” dos pais dos Progenitores Não-Autóctones a percentagem mais elevada prende-se com a categoria “trabalhador por conta própria” (28%), a seguir a categoria que inclui os “operários altamente qualificados” e com 22% os “operários”.

A “fonte de rendimento” da maioria dos pais dos Progenitores Não-Autóctones advém do seu “vencimento mensal” (42.9%) e de “rendimentos próprios ou actividade liberal” exercida (32.7%).

A casa dos pais dos Progenitores Não-Autóctones insere-se fundamentalmente na “categoria intermédia entre luxo e modesta” (63.1%), e 24.4% na categoria de “casas modestas”.

3.3.2.2.2 Progenitores Nacionais

Como explicitámos a importância de se ter constituído a amostra nacional anteriormente julgamos não ser necessário repeti-lo aqui.

♦ Dados Pessoais

Os Progenitores inquiridos na amostra nacional foram 1751 indivíduos, 44% do sexo masculino e 56% do sexo feminino.

A média de idades dos Progenitores Nacionais é de 53.2 anos e poucos (3% dos Progenitores) são naturais de Trás-os-Montes e Alto Douro.

A maior parte dos Progenitores Nacionais são “católicos” (71.7%).

Relativamente ao “Estado Civil” 82.7% destes Progenitores são na sua maioria são “casados” (73.5%) e “solteiros” (12%).

A maioria destes Progenitores (36%) não tem “ambos os pais vivos”, 26.7% têm “só a mãe” viva, 20.2% tem “ambos os pais” vivos e apenas 10% têm “ambos os pais vivos”. Somente 18.3% dos pais dos Progenitores Nacionais “vivem juntos”.

Durante a infância 86.8% dos Progenitores Nacionais viveram “com os pais”, actualmente “vivem a maior parte do tempo “com os companheiros” (42.4%), ou “com outros familiares” (27.8%), ou “sós” (10.2%), ou vivem em “lares” (2.7%) ou ainda podem viver “com os pais” (1.8%).

A maior parte dos Progenitores desta amostra “têm ordenado fixo” (65.7%), “fazem alguns trabalhos que lhe rendem algum dinheiro” (12.3%), “não recebem nenhuma quantia fixa para fazerem face a despesas próprias” (7.2%), “recebem uma mesada” (3%) e “recebem bolsa de estudo de um organismo oficial ou particular” (0.5%).

♦ Dados Sócio-Culturais

Passaram as “férias” em “Portugal” 71.7% dos indivíduos pertencentes a esta amostra e 22.6% passou as “férias” no “estrangeiro”.

Os Progenitores Nacionais lêem preferencialmente os “jornais não desportivos” (Q-34) “todos os dias ou quase” (35.7%), “uma ou duas vezes por semana” (31.2%), e “quase nunca” (28.2%).

As “Cinco secções dos jornais que mais interessam” (Q-35) os Progenitores Nacionais são: “vida nacional” (19.4%), “vida internacional” (13.6%), “artigos de fundo, reportagens” (12.9%), “curiosidades” (10.2%) e em último lugar a secção dos “crimes e acontecimentos sensacionais” (7.9%).

As “Novas tecnologias utilizadas” (Q-36) mais intensamente pelos Progenitores Nacionais são a “máquina de calcular” (40%) e o “computador pessoal” (17.5%).

As “Actividades praticadas na última semana” (Q-37) pela maioria dos Progenitores Nacionais são: “ver televisão” (40.2%), “ouvir rádio” (26.6%), “leitura de um livro” (16.1%), “praticar desporto” (5.5%), “ir ao cinema” (4.9%), “assistir a uma conferência” (3.5%), “ir a concertos” (1.6%) e “ir ao teatro” (1.1%).

A maioria destes Progenitores (68.4%) não “participa em algum movimento” dos que foram designados nesta questão. No entanto, 11.3% dos Progenitores Nacionais estão ligados ao movimento “científico”, 7.7% ao movimento “cultural”, 4.9% ao movimento “desportivo”, e 3.3% ao movimento “ambiental”.

Relativamente ao “desporto” 84.4% dos Progenitores Nacionais, não responderam qual o “desporto que praticam”. Frisamos ainda que, 3% dos Progenitores Nacionais optaram pela prática da “ginástica”.

♦ **Dados Sócio-Económicos Dos Pais Dos Progenitores Nacionais**

A maioria dos pais dos Progenitores Nacionais têm o “ensino primário completo” (38.3%), seguindo-se o “ensino primário incompleto ou nulo” (18%), o “ensino secundário” (16.4%), o “curso médio” (10.4%) e o menor “nível de instrução pertence à categoria “curso superior” (8.8%).

Em relação à “Profissão dos Pais” a percentagem mais elevada aponta para a categoria “trabalhador por conta própria” (25.9%), para a categoria “operário” (24.6%), para a categoria “operário altamente qualificado” (20.2%), para a categoria “quadro superior” (11.5%), e categoria menos elevada “ajudante” (8.1%).

A “Fonte de Rendimento” da maior parte dos pais dos Progenitores Nacionais tem por base o seu “vencimento mensal” (36.1%), seguindo-se os “rendimentos próprios ou actividade liberal” (21%), 14.9% vivem da “segurança social”, 10.3% vivem “sem rendimentos próprios” e 7.1% vivem de “salários irregulares”.

O “Conforto do Alojamento” dos pais dos Progenitores Nacionais insere-se sobretudo na “categoria intermédia entre luxo e modesta” (47.8%) e na categoria de “casas modestas” (27.3%).

3.4 DEFINIÇÃO DE VARIÁVEIS

As variáveis em estudo são as seguintes:

Variáveis Independentes:

Estas variáveis independentes são variáveis dicotómicas, que se incluem num caso particular da escala nominal, quando a variável “em estudo tem apenas duas categorias” (Reis, E.; Melo, P.; Andrade, R. & Calapez, T., 1999, p. 23).

- **Geração**

Nesta variável vamos considerar a categoria Filhos (ou Jovens) versus a categoria Progenitores.

- **Sexo**

Na variável sexo consideramos naturalmente as categorias: Masculino versus Feminino, que se concretiza em raparigas versus rapazes e mães versus pais.

- **Origem (ou naturalidade)**

Esta variável permite-nos ter em conta a categoria Autóctones (naturais da região de Trás-os-Montes e Alto Douro) versus a categoria Não-Autóctones (não naturais da região de Trás-os-Montes e Alto Douro).

Note-se que todos os Jovens (Autóctones e Não-Autóctones) são finalistas da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. E os Progenitores destes Jovens estão igualmente agrupados em Autóctones e Não-Autóctones.

▪ Local Universitário

A variável referida coloca em evidência a categoria Universidades Nacionais (na qual se inserem absolutamente todas as Universidades que participaram nesta vasta investigação nacional) versus a categoria Universidade da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD).

Estas categorias dizem respeito directamente aos Jovens e indirectamente aos Progenitores, já que eles surgiram a partir da amostra dos Jovens.

Variável Dependente:

▪ Valores

Os Valores resultam da socialização, da cultura e das instituições bem como da personalidade e das experiências pessoais (Rokeach, 1979). Ou seja, são componentes comuns aos processos psicológicos, à interacção social e aos padrões culturais.

Esta variável irá ser operacionalizada de acordo com o agrupamento das seguintes categorias: “Família”, “Política”, “Instituições e Problemas Sociais”, “Progresso e Civilização” e “Causas, Motivações e Religião”, de acordo com Figueiredo (2001). Segundo Figueiredo (1988), exprimir-se-ão “os valores dominantes na cultura ocidental referentes à família, sexualidade, religião, educação, liberdade, igualdade, justiça, paz, nacionalidade, etc.” (p. 15).

3.5 APRESENTAÇÃO DO INSTRUMENTO UTILIZADO NESTA INVESTIGAÇÃO

Este Instrumento comporta três áreas: o Questionário (propriamente dito) com 46 perguntas sobre valores, 2 perguntas (Questão 47 e 48)³ para que os participantes nesta investigação possam expressar a sua opinião acerca do Questionário e 20 outras questões, meramente informativas – alguns dados pessoais dos inquiridos (como por exemplo: idade, religião, estado civil) e alguns dados sócio-económicos dos pais dos inquiridos (exemplo: nível de instrução, profissão).

Neste trabalho foi utilizado um Questionário com 46 perguntas relativas aos valores predominantes na nossa Cultura Ocidental. Valores esses relacionados com a família, o trabalho, a religião, a educação, a liberdade, a igualdade, a justiça, a mudança, o individualismo, o humanismo, a paz, a nacionalidade, etc. (Figueiredo, 1988).

Na sua origem estiveram os mais significativos inquéritos utilizados nos últimos anos nos países da Europa Ocidental, dos quais destacamos o que foi divulgado no trabalho “Les Jeunes Européens”⁴ e o II Inquérito Geral à Universidade da Juventude Universitária Católica (JUC) realizado em 1964 (Figueiredo, 1988). O Questionário desta investigação encontra-se em anexo.

Apesar de se ter preferido manter a estrutura do questionário e da maior parte das questões, de modo a facilitar a comparação do presente trabalho com a amostra nacional, cujo ponto de partida foi o trabalho realizado por Figueiredo (1988), tornou-se imprescindível introduzir algumas alterações, devido à mudança, nos últimos 10 anos, do contexto cultural, social e político.

A seguir, vamos descrever detalhadamente as alterações efectuadas a algumas das perguntas deste Questionário (por se encontrarem obsoletas e descontextualizadas), e apresentar a sua respectiva justificação, o que é fundamental para sua actualidade.

- Questões Adicionadas:

³ Questão 47 – Dizem ter respondido ao Questionário 95% dos Jovens, 84.2% dos Progenitores, 97.7% das raparigas, 92.6% dos rapazes, 84% das mães, 84.3% dos pais, 93.3% dos Jovens Autóctones, 95.6% dos Jovens Não-Autóctones, 81.1% dos Progenitores Autóctones e 85.1% dos Progenitores Não-Autóctones “com total sinceridade”.

Questão 48 – Dizem que ter respondido ao Questionário foi “agradável” para: 80% dos Jovens, 76.5% dos Progenitores, 74.4% das raparigas, 85.1% dos rapazes, 80.7% das mães, 71.6% dos pais, 82.2% dos Jovens Autóctones, 79.3% dos Jovens Não-Autóctones, 86.8% dos Progenitores Autóctones e 73.2% dos Progenitores Não-Autóctones.

Questão 21 – *“Várias substâncias podem provocar toxicodependência (drogas), umas legais (álcool, cafeína, nicotina, etc.) outras ilegais (heroína, cannabis, etc.), com qual das opiniões concorda (assinale uma só)”*

A despenalização da toxicodependência justifica-se, atendendo a que se tem intensificado o debate acerca de diferentes formas de lidar com o fenómeno toxicodependência, seja pela despenalização do consumo, seja pela introdução de formas de controle pressupondo até certo ponto a liberalização do mercado. O que obrigou a uma formalização mais cuidadosa e a um maior conhecimento acerca deste fenómeno na sociedade portuguesa.

Questão 36 – *“De entre as seguintes “novas” tecnologias assinale quais delas utiliza regularmente:”*

Atendendo ao facto destas “novas” tecnologias terem sido introduzidas na nossa sociedade, achamos por bem referir esta questão como sendo provavelmente pertinente em investigações futuras.

É de notar que no inquérito sobre a “Juventude Portuguesa Situações, problemas, aspirações” se verificou que, existe uma enorme apetência para o consumo, sobretudo os bens ligados aos audiovisuais e às novas tecnologias, como por exemplo: o vídeo, a máquina de filmar, o computador; o que pode indiciar que os sistemas de comunicação de massa assumem uma grande importância para os jovens (Schmidt, 1990).

Questão 37 alínea d – *“ir a Concertos”*

Justifica-se pela grande importância que os jovens atribuem aos Concertos.

De acordo com Sampaio (1994), “de entre os ritos de passagem que caracterizam a passagem para uma relação mais autónoma com os pais e prenunciam a chegada da idade adulta, os Grandes Concertos são sem dúvida dos mais importantes” (p. 264).

Questão 39 alínea a – *“tornar possível a cura de doenças graves como o cancro, Sida, Hepatite, etc.”*

Acrescentamos a SIDA e a Hepatite, para além do cancro, uma vez que estas doenças, constituem actualmente, uma enorme inquietação para os jovens (e para a população em geral).

⁴ Les Jeunes Européens. Etude Exploratoire des Jeunes Agés de 15 à 24 ans dans les Pays de la Communauté Européenne. Commission

Introduzimos algumas questões relativas à caracterização da amostra por considerarmos a sua análise relevante. São elas:

13 – “*Distrito de Nascimento*”

16 – “*Religião*”

18 – “*Participação em algum Movimento*”

19 – “*Prática de Desporto*”

20 – “*Últimas Férias*”

21 – “*O que é que comprou de significativo na última semana?*”

- Questões Alteradas:

Questão 13 (formulação anterior) – “*Que pensa da limitação da natalidade?*”

Questão 13 (formulação actual) – “*Que pensa do planeamento familiar?*”

O termo “Limitação da Natalidade”, foi substituído na questão pelo termo “Planeamento Familiar”. A “Limitação da Natalidade” poderia ser conotada por alguém como uma restrição à Natalidade, enquanto que no “Planeamento Familiar” parece estar mais ligado a um Planeamento efectivo.

Com o “Planeamento Familiar” pretende-se que os pais tenham os conhecimentos e os meios de Planear a sua família, tendo a oportunidade de decidir o número e o espaçamento de filhos, como um direito humano básico (Martins, A. G., 1983).

Questão 23 (formulação anterior) – “*Nos jornais, rádio e TV, fala-se muitas vezes no Mercado Comum (CEE). Se anunciassem amanhã que a ideia da Comunidade Europeia era abandonada, que sentiria você?*”

Questão 24 (formulação actual) – “*Nos jornais, rádio e TV, fala-se muitas vezes na União Europeia. Se Portugal abandonasse a União Europeia, que sentiria você?*”

Nesta questão alteramos a designação de Mercado Comum/Comunidade Económica Europeia (CEE) para União Europeia, dado ser a formulação aprovada após a assinatura do Tratado de Maastricht - Tratado da União Europeia em 1991.

Questão 39 (formulação anterior) – “O que desejaria que o progresso tornasse possível no ano 2000”

Questão 41 (formulação actual) – “O que desejaria que o progresso tornasse possível no ano 2010”

Alterou-se a referência do ano 2000 para o ano 2010 por razões óbvias, dado que o inquérito foi aplicado em 1986, e o 2000 estava a alguns anos de distância, por isso a referência ao ano 2010 permite aos inquiridos responderem à questão numa perspectiva futura.

- Questões Excluídas:

Questão 44 – “No que respeita às relações entre os países capitalistas e os países socialistas, qual seria no seu ponto de vista a evolução mais favorável?”

Esta questão foi suprimida por ter sido considerada obsoleta, devido ao colapso da maior parte dos países socialistas, e consequentemente, levou a que a relação da democracia com os países socialistas, que se mantêm ainda, tais como: Cuba, China e Coreia do Norte, tenha deixado de ter impacto na nossa juventude.

Questão 30 – “Aspecto do bairro onde vive”.

Esta questão referente à caracterização da amostra foi suprimida porque se considerou que já estaria incluída noutras questões.

Questão 16 – “Num casal, a mulher nunca deve levantar a mão para o marido”.

Esta questão foi eliminada, porque o tipo de respostas obtidas, indicou-nos que estava mal formulada, e também não tinha sido trabalhada na publicação anterior.

3.6 PROCEDIMENTO

O Processo desta investigação começou com a formalização do pedido de autorização para a recolha da amostra, ao Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Solicitámos em seguida aos Serviços Administrativos desta Universidade que nos cedessem a listagem de alunos finalistas com mais de 20 anos.

A amostra foi recolhida através do envio de Questionários pelo correio. Ao qual Ribeiro (1999) designou por “método *mail type*” (p. 86) enquanto que Ghiglione e Matalon (1992) designaram por “inquérito postal” (p. 167).

Este Questionário é considerado um questionário de auto-preenchimento dado que é a própria pessoa que o preenche.

Neste método como não há um contacto directo com os inquiridos, devemos por isso, ter algumas precauções, tal como referiremos a seguir.

No Questionário não devemos “começar por questões gerais” e depois centrarmos a nossa atenção “em aspectos particulares”, visto que os participantes podem “ter lido as últimas questões antes de responder às primeiras” (p. 167), por consequência as questões devem ter os assuntos misturados.

Outra precaução prende-se com a linguagem utilizada. A linguagem deve ser acessível, com o uso de “um vocabulário ou uma sintaxe muito simples”, porque podem ser recebidos por indivíduos “com baixo nível de instrução” (p. 167).

Outra precaução é ao nível da instrução, estas “devem ser particularmente rigorosas, como por exemplo: indicar claramente se se pede para marcar a resposta certa ou riscar a errada” (p. 167).

Estamos conscientes que este método encerra vantagens e desvantagens.

Este tipo de aplicação de Questionários através do correio, tem como principal vantagem, ser um meio mais económico e sem necessidade de muitos recursos.

Em relação às desvantagens destacamos o facto de ser possível “ler todo o questionário antes de começar a responder”, de voltar a uma questão já respondida corrigindo a sua primeira reacção, “de deixar uma questão embaraçosa temporariamente em branco e voltar a ela mais tarde, de, eventualmente, falar com outras pessoas, etc.” (Ghiglione, R. & Matalon, B., 1992, p. 166).

“O principal inconveniente dos inquéritos postais é a taxa extremamente reduzida de respostas. Esta varia conforme a população e conforme o interesse do inquérito, mas pode descer até 10%” (Ghiglione, R. & Matalon, B., 1992, p. 167).

Apesar dos inconvenientes do “método *mail type*” é um dos métodos mais utilizados na investigação. Como demonstrou Ribeiro num estudo realizado em 1995, onde verificou onde o “ tipo de preenchimento não produzia efeitos diferentes em amostras da mesma população que responderam na presença do psicólogo ou em casa com devolução posterior” (Pais Ribeiro, J., 1999, p. 86).

O número de alunos que satisfaziam os nossos critérios de selecção anteriormente referidos eram 824. Tendo em conta que pretendíamos ter uma amostra de 15%⁵ (138 alunos), estimámos que 500 seria o número de Questionários necessários para enviar para os Jovens tendo em conta também o possível retorno dos Questionários preenchidos. Foram enviados igualmente 500 Questionários para as Mães e 500 os Pais.

Para cada Jovem endereçamos um envelope A4, contendo três envelopes A5 devidamente selados para efeitos de retorno, três Questionários e três cartas (os alvos do conteúdo dos envelopes A4 foram os Jovens as Mães e os Pais).

Nestas cartas explica-se quem está a desenvolver a investigação, qual a pertinência deste estudo, quais as instruções inerentes. Informa-se que as respostas são confidenciais e que a participação dos que prestaram a sua colaboração nesta investigação é anónima. Explicita-se ainda, qual a importância da participação dos intervenientes e finalmente agradece-se a colaboração prestada.

Segundo Ghiglione e Matalon (1992) a “carta deveria conter: o nome, a morada do organismo responsável pelo inquérito, as indicações sobre o objectivo do mesmo e, eventualmente”, o tempo de execução do Instrumento em “a garantia do anonimato das respostas”. (pp. 162,163).

Os Questionários para os Jovens e para os seus Progenitores foram enviados em Março de 1996, e as respostas foram surgindo de Abril a Junho de 1996.

Recebemos 184 Questionários dos Jovens (37% dos enviados) e recebemos 229 dos Progenitores (23% dos enviados). No entanto, anulámos aqueles que estavam incorrectamente preenchidos, e contamos para a constituição da amostra com 180 Jovens (36%) e com 221 Progenitores (22%).

Durante todo o processo estiveram sempre salvaguardados a confidencialidade dos dados e o anonimato dos participantes na investigação.

⁵ Figueiredo (1988) considerou a amostragem com uma representatividade de 15% da população. Ainda para este autor, a amostra de Jovens Universitários deve obedecer a critérios de representatividade que permitam a definição de um conjunto suficientemente amplo e diversificado de estudantes. E a amostra dos adultos deve ser significativa do universo dos Progenitores dos Jovens inquiridos.

3.7 AGRUPAMENTO DOS DADOS

As perguntas do Questionário foram agrupadas pelas seguintes categorias: "Família", "Política", "Instituições e Problemas Sociais", "Progresso e Civilização" e "Causas, Motivações e Religião" (Figueiredo, (2001).

Ao agruparmos as questões nas categorias pretendemos facilitar a apresentação e discussão dos resultados obtidos (a serem apresentados nos próximos capítulos). Por conseguinte, na Tabela 6 vamos referir quais as questões que estão incluídas em cada uma das categorias.

CATEGORIAS	QUESTÕES
Família	10, 11, 13, 8, 7, 15, 9, 12, 14, 4, 6, 3, 2
Política	38, 39, 45, 23, 24, 40
Instituições e Problemas Sociais	1, 18, 19, 20C, 20A, 20D, 20P, 21
Progresso e Civilização	22, 28, 29, 30, 25, 41, 42, 43, 46, 26
Causas, Motivações e Religião	31, 5, 44, 27, 17, 32, 33,

Tabela 6 - Designa as Questões inseridas em cada uma das categorias apresentadas

Família

Nesta categoria analisamos questões que dizem respeito às "experiências sexuais antes do casamento nos rapazes" (Questão 10) e "nas raparigas" (Questão 11) e ao "planeamento familiar" (Questão 13). Analisamos também questões acerca dos "fins do casamento" (Questão 8), dos "factores para um bom entendimento de um casal" (Questão 7), das "situações de conflito e a agressão à mulher" (Questão 15), e de saber como é entendido "o divórcio" (Questão 9). Além destas, incluem-se ainda as questões sobre "o número ideal de filhos" (Questão 12), sobre o "ensino pré-escolar" (Questão 2), sobre "os pais e a educação dos filhos" (Questão 14), procurou-se também averiguar "com quem preferencialmente gostariam de viver os jovens a partir dos 17-18 anos" (Questão 4), analisou-se "o trabalho da mulher e a família" (Questão 6) e "o que é mais importante na vida de uma pessoa" (Questão 3).

Política

As questões pertencentes a esta categoria dão-nos conta do “posicionamento político” em termos de “esquerda” e “direita” (Questão 38), do “grau de proximidade com algum dos partidos políticos” (Questão 39), do tipo de “sistema político se deveriam orientar as nações em democracia” (Questão 45). E uma questão que permita reflectir se a “salvação e a justiça podem depender da evolução ou da revolução” (Questão 23). Nesta categoria colocam-se questões relativamente à União Europeia, “o que sentiria se Portugal abandonasse a União Europeia” (Questão 24), “como deveria ser a longo prazo a forma governativa da União Europeia” (Questão 40).

Instituições e Problemas Sociais

Esta categoria integra questões ligadas ao “ensino escolar” (Questão 1), “polícia” (Questão 18), e o “sistema político” (Questão 19). Outras questões mais ligados aos problemas sociais à marginalidade em que se salienta a “atitude da sociedade face” à: “criminalidade” (Questão 20C), ao “alcoolismo” (Questão 20A), ao “consumo de Drogas” (Questão 20D), à “prostituição” (Questão 20P) o que pensa das droga “legais e ilegais” (Questão 21).

Progresso e Civilização

Esta categoria abrange as expectativas relativas ao “progresso do país, em termos gerais” (Questão 22), e em termos mais particulares, “o progresso do país em relação ao meio rural” (Questão 28), em relação ao “desenvolvimento da indústria e da agricultura” (Questão 29) e em relação ao “desenvolvimento das cidades” (Questão 30). Mencionam-se “os objectivos que o país deveria esforçar-se por atingir nos próximos 10 a 15 anos” (Questão 25). Num âmbito mais geral, “o que seria desejável que o progresso tornasse possível no ano 2010” (Questão 41). Abrange também “a possibilidade individual de influenciar o progresso” (Questão 42). Pretende-se saber “como será a felicidade no ano 2010” (Questão 43). Assim como, qual das diversas “gerações têm uma visão mais realista do mundo actual” (Questão 46). E por último, de que forma “pode ser vencida a crise da civilização” (Questão 26).

Causas, Motivações e Religião

Esta categoria é composta pelas questões quais “as qualidades mais admiradas” (Questão 31), “qual a principal razão que motiva as pessoas a procurar trabalho” (Questão 5), e “quais os aspectos da vida que mais lhe interessem” (Questão 44), quais as “grandes causas pelas quais vale a pena aceitar sacrifícios” (Questão 27). Outra questão ligada ao Estado de Direito - “tribunais e leis” (Questão 17). Outras questões mais ligadas à religião, onde se averigua a religiosidade das pessoas (Questão 32) e “o que procura na religião” (Questão 33). E outras questões ainda ligadas à “frequência da leitura de um jornal não desportivo” (Questão 34), “que secções dos jornais lhe interessam mais?” (Questão 35), e a utilização de “novas” tecnologias (Questão 36).

3.8 TRATAMENTO ESTATÍSTICO

Para iniciarmos o processo estatístico podemos debruçar-nos sobre alguns aspectos importantes.

É fundamental que designemos o nível de mensuração dos dados. Estes encontram-se a dois níveis de mensuração: Nominal e Ordinal. Nominal quando se refere “ao número ou frequência de casos que se situam em cada categoria” (Bryman e Cramer, 1992, p. 148). E ordinal, quando “os dados podem ser ordenados em função da sua relativa magnitude” (Green e D'Oliveira, 1991, p. 50).

O processo de amostragem é aleatório uma vez que “garante que todos os elementos da população têm a mesma probabilidade de serem incluídos na amostra” (Guimarães & Sarsfield Cabral, 1998, p. 231).

Neste trabalho estamos perante amostras independentes. Dizem-se independentes quando a ocorrência de uma amostra não afecta a probabilidade de ocorrência na outra amostra e vice-versa (Guimarães & Sarsfield Cabral, 1998).

Segundo Green e D'Oliveira (1991) em Psicologia, convencionou-se aceitar os níveis de significância de $\alpha=5\%$ ou $\alpha=1\%$, o que corresponde aos intervalos de confiança 95% ou 99%. As percentagem de 95% e 99% indicam-nos que os resultados obtidos são significativos contra a probabilidade de 5 em 100 ($p<0,05$) e 1 em 100 ($p<0,01$) de serem devidos ao acaso. Quando o $\alpha=5\%$ designa-se significativo e quando o $\alpha=1\%$ designa-se extremamente significativo (Siegel, S, 1981).

A questão central desta investigação é averiguar a convergência ou divergência dos valores entre os Jovens e os seus Progenitores.

Para concretizar este objectivo e tendo em conta as variáveis (dependentes/independentes), constituímos os seguintes grupos: Jovens/Progenitores; Raparigas/Rapazes, Mães/Pais; Jovens Autóctones/Jovens Não-Autóctones; Progenitores Autóctones/Progenitores Não-Autóctones; Jovens Nacional/Jovens Regional (Trás-os-Montes e Alto Douro) e Progenitores Nacional/Progenitores Regional (Trás-os-Montes e Alto Douro).

O tratamento dos dados a nível estatístico, comporta duas áreas:

- Uma área dirigida aos grupos: Jovens/Progenitores; Raparigas/Rapazes e Mães/Pais; Autóctones e Não-Autóctones.

Como foi referido, pretendemos averiguar se existem diferenças significativas ao nível dos valores nos vários grupos, para tal, o teste estatístico mais adequado é o Qui-quadrado.

O Teste Qui-quadrado (χ^2) pode aplicar-se em duas amostras independentes, quando os dados de investigação se apresentam na forma de frequências em categorias discretas, e a “mensuração pode ser até mesmo na escala nominal”.

“A hipótese a ser comprovada é a de que os dois grupos diferem em relação a determinada característica e, conseqüentemente, com respeito à frequência relativa com que as componentes dos grupos se enquadram nas diversas categorias”. (Siegel, S., 1975, p.117).

Segundo os autores Reis; Melo; Andrade e Calapez (1997), existem algumas limitações em relação à aplicação do teste Qui-quadrado, como enunciaremos a seguir.

“Não se pode aplicar: quando 20% das casas são inferiores a cinco (ou seja, 80% dos casos não têm frequências esperadas superiores a 5), se $n < 40$, e se as frequências esperadas não forem superiores a um” (p. 224).

No caso de ser inviável a aplicação do teste Qui-quadrado, iremos recorrer a uma análise descritiva dos dados.

- E a outra área que é dirigida aos grupos Nacional/Regional.

A comparação entre a amostra Nacional e a amostra Regional (Trás-os-Montes e Alto Douro) foi realizada recorrendo ao Teste de Significância Diferença de Proporções.

Quer dizer que, pretendemos comparar as proporções existentes nas duas amostras independentes, aleatoriamente extraídas, procurando saber se existem diferença de proporções estatisticamente significativas e qual o seu respectivo grau de significância (Reis, E.; Melo, P.; Andrade, R. & Calapez, T., 1997).

As variáveis (ou temas) estudadas nesta pesquisa são todas elas, excepção feita à variável idade dos inquiridos, definidas em forma qualitativa e medidas em escalas nominais ou ordinais, assumindo duas ou mais modalidades, o que pode potencialmente implicar menor número de modelos apropriados fornecidos pela teoria estatística para processamento, análise e interpretação das mesmas. Dado que nesta pesquisa se trata de apuramento de tabelas a uma ou várias dimensões (variáveis) com valores absolutos nas frequências, que facilmente se transformam em frequências relativas ou percentagens para efeitos de comparação, e que constitui, efectivamente, um dos objectivos maiores desta pesquisa, necessário se torna, desde já, enunciar que um dos nossos modelos (estatísticos) de análise se centrou no cálculo das diferenças (comparações),

estatisticamente não significantes, quase significantes, significantes e extremamente significantes, entre as proporções contidas nas variáveis ou entre as proporções das modalidades das variáveis objecto de estudo. Diga-se que, na construção das tabelas multidimensionais para interpretação dos resultados apurados, houve sempre a preocupação de as condicionar, para efeitos comparativos, por sexos dentro das gerações e por gerações dentro das décadas, nas restantes variáveis tidas em conta.

Assim, investigar, para qualquer que seja a variável ou modalidade de variável objecto de pesquisa, se as proporções amostrais registadas, por exemplo, nos jovens e nos progenitores, permitem afirmar que a nível das populações objectivas visadas, isto é, no exemplo aludido as populações nacionais dos jovens e dos progenitores, serão correspondentemente iguais, maiores ou menores, tornou-se para nós imperativo. Adoptando três níveis de significância, 10%, 5% e 1%, que é o que usualmente se adopta em análises estatísticas dignas de crédito, dá-se conta inclusivé das situações em que as semelhanças (igualdades estatisticamente certificadas) ou as dissemelhanças (diferenças positivas ou negativas estatisticamente confirmadas) se atribuem com maior clareza, constituindo em si factos assinaláveis de constatação ou de descoberta que a malha apertada do modelo estatístico não refere explicitamente.

Afim de proceder aos testes estatísticos, construiu-se um programa de cálculo que, embora não contemple todas as etapas a que um procedimento de teste de hipótese deve obedecer, entre elas a conclusão por extenso do resultado do teste efectuado, permite a impressão de símbolos em colunas que auxiliam substancialmente a interpretação do resultado obtido no respectivo teste.

Na interpretação dos testes estatísticos a que procedemos, adoptámos quatro símbolos distintos numa coluna encabeçada por "Sig", que significa significância, que dizem o seguinte: quando a diferença calculada não é significativa, isto é, quando as proporções em comparação nas duas populações se confundem por assumirem valores muito semelhantes, o que acontece sempre que o valor da diferença se situa muito próximo de zero e adoptando uma margem de erro de 10% (o que significa que se assume um risco de 10% em rejeitar a igualdade quando esta se verifica), então aparece um espaço em branco; quando a nível de 10% as duas proporções aparecem idênticas, mas não a nível de 5%, então aparece um ponto assinalando que o resultado do teste é quase significativo; quando a nível de 5% as duas proporções aparecem idênticas, mas não a nível de 1%, então aparece um asterisco, assinalando que o resultado do teste é significativo; quando, finalmente, a nível de 1% as duas proporções aparecem distintas e, provavelmente, a outros níveis inferiores, dando conta de que a margem de erro (de se rejeitar a igualdade entre proporções quando esta se verifica) é praticamente desprezível, então diz-se que o resultado do teste é extremamente significativo e assinala-se o facto com dois asteriscos.

Resumindo, dois asteriscos significam diferenças de proporções estatisticamente seguras entre as duas proporções, um asterisco significa diferenças de proporções detectadas a 1% de margem de erro mas não detectadas a 5%, um ponto significa diferença de proporções detectadas a 5% mas não detectadas a 10% e um

espaço em branco significa a ausência de desigualdade de proporções assegurada, robustamente, pela teoria estatística inferencial.

Uma vez realizada a análise dos testes às diferenças de proporções, no que toca ao grau de significância dos mesmos, é fácil então determinar o sentido das próprias diferenças e fixar qual proporção é maior e qual proporção é menor, afim de estabelecer os progressos ou regressos ocorridos nos valores percentuais a que o próprio item em estudo diz respeito nas populações em contraste.

O procedimento de teste realizado pode ser enunciado como segue, começando-se pela formulação das hipóteses:

$$H_0: \Pi_1 = \Pi_2$$

$$H_1: \Pi_1 \neq \Pi_2$$

em que Π_1 e Π_2 representam as proporções nas populações 1 e 2 visadas, quaisquer que elas sejam.

A função teste vem então:

$$Z = \frac{p_1 - p_2 - (\Pi_1 - \Pi_2)}{\sqrt{\frac{p_1(1-p_1)}{n_1} + \frac{p_2(1-p_2)}{n_2}}}$$

em que p_1 e p_2 são as proporções das amostras 1 e 2 visadas, quaisquer que elas sejam, n_1 e n_2 representam o tamanho das amostras 1 e 2 visadas, quaisquer que elas sejam e em que a função teste Z segue uma distribuição Normal (0;1).

Dado que H_1 é bilateral, segue-se que a região crítica se situa nas duas caudas da distribuição normal ao nível de $\alpha/2$, em que α assume sucessivamente os valores adoptados de 10%, 5% e 1%.

O resultado obtido para a função teste acima permite então concluir, tendo em atenção a consideração das sucessivas margens de erro adoptadas, se se trata de um resultado não significativo, acima de 10% (proporções iguais nas populações), quase significativo, entre 10% e 5% (proporções quase iguais nas populações), significativo, entre 5% e 1% (proporções diferentes nas populações) e extremamente significativo, abaixo de 1% (proporções extremamente diferentes nas populações).

Alternativamente, é possível estabelecerem-se intervalos de confiança de 90%, 95% ou 99% para a diferença de proporções assim definidos:

$$\hat{\Pi}_1 - \hat{\Pi}_2 = p_1 - p_2 \pm Z_{\alpha/2} \sqrt{\frac{p_1(1-p_1)}{n_1} + \frac{p_2(1-p_2)}{n_2}}$$

em que a constante $Z_{\alpha/2}$ assume os valores de 1.645 para uma margem de erro de 10%, 1.96 para uma margem de erro de 5% e 2.58 para uma margem de erro de 1%.

Estudando-se então os limites dos intervalos construídos a estes três níveis, é possível concluir-se se se trata de proporções extremamente diferentes (extremamente significantes), diferentes (significantes), quase diferentes (quase significantes) ou iguais (não significantes).

Para o tratamento estatístico dos dados deste estudo, foram utilizados os Programas - *Statística* versão 5.0 e Microsoft Excel 2000.

4. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

4.1 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS ENTRE GERAÇÕES

Os resultados dos Jovens e dos Progenitores ao nível dos valores são apresentados detalhadamente pelas diversas categorias que congregam esses mesmos valores.

4.1.1 FAMÍLIA

Este conjunto de questões dá-nos a possibilidade de conhecer os valores expressos pelas duas gerações ao nível da Família, numa perspectiva abrangente.

De acordo com Figueiredo (2001) “Todos os domínios aqui explorados acabam por ter profundas repercussões nesta instituição básica da organização social e da reprodução humana: vida sexual, pré-matrimonial, objectivos dos casamento, divórcio, trabalho feminino, planeamento familiar, número de filhos que gostaria de ter, violência na família, etc. Englobamos também neste capítulo a caracterização do que «é mais importante na vida», questionando implicitamente a importância da família e do amor, com notórias variações de valorização ao longo das diferentes décadas estudadas. Assim como a problemática da educação pré-escolar onde, obviamente, a importância formativa e disponibilidade da família são questionadas. Com a problemática da «forma de viver dos jovens», obtemos informações sobre a dinâmica de saída de casa como expectativa por parte dos jovens adultos, assim como sobre o que pensam os pais sobre essa matéria” (p. 63).

4.1.1.1 Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz (Q-10)

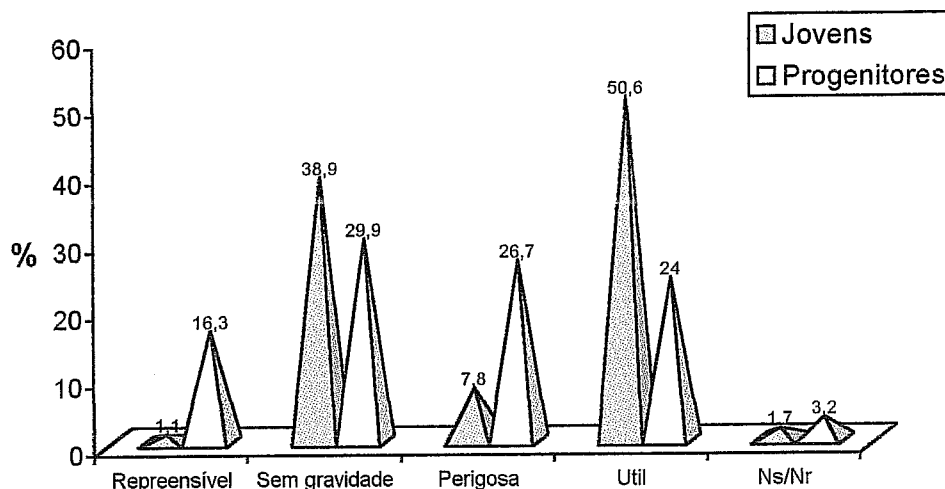


Figura 1 - Apresentação da variável “Experiências Sexuais pré-matrimoniais nos Rapazes”

Quanto a esta questão, não se verifica consenso, observa-se antes, uma grande dispersão das respostas pelas alternativas apresentadas.

Deste modo, os Jovens consideram que as “experiências sexuais pré-matrimoniais nos rapazes são sobretudo “úteis” (50.6%), “sem gravidade” (38.9%), “perigosas” (7.8%) e “repreensíveis” (1.1%).

Enquanto que, os Progenitores consideram que, as experiências sexuais pré-matrimoniais nos rapazes são fundamentalmente “sem gravidade” (29.9%), “perigosas” (26.7%), “úteis” (24%) e “repreensíveis” (16.3%).

Verificámos a existência de diferenças extremamente significativas ($p < 0.01$) entre as duas gerações (Figura 1).

4.1.1.2 Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga (Q-11)

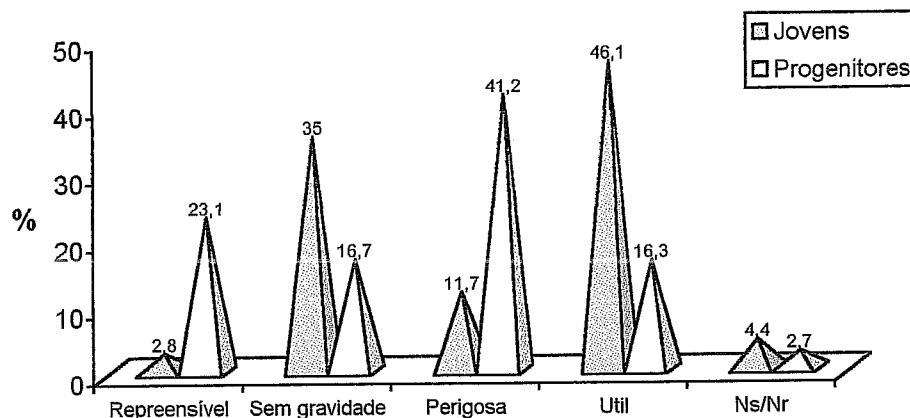


Figura 1 - Apresentação da variável "Experiências Sexuais pré-matrimoniais nas Raparigas"

Em relação às experiências sexuais pré-matrimoniais nas raparigas constatámos que, não há consenso quanto às alternativas apresentadas, nas duas gerações.

Assim, verificámos que os Jovens confrontados com as experiências sexuais pré-matrimoniais nas raparigas defendem que são "úteis" (46.1%), "sem gravidade" (35%), "perigosas" (11.7%) e "repreensíveis" (2.8%).

No entanto, observámos que, os Progenitores ao serem colocados diante das experiências sexuais pré-matrimoniais nas raparigas defendem que são "perigosas" (41.2%), "repreensíveis" (23.1%), "sem gravidade" (16.7%) e por último "úteis" (16.3%).

Há a referir ainda que, existem diferenças altamente significativas ($p < 0.01$) entre Jovens e Progenitores, quanto às relações sexuais antes do casamento nas raparigas (Figura 1).

4.1.1.3 Planeamento familiar (Q-13)

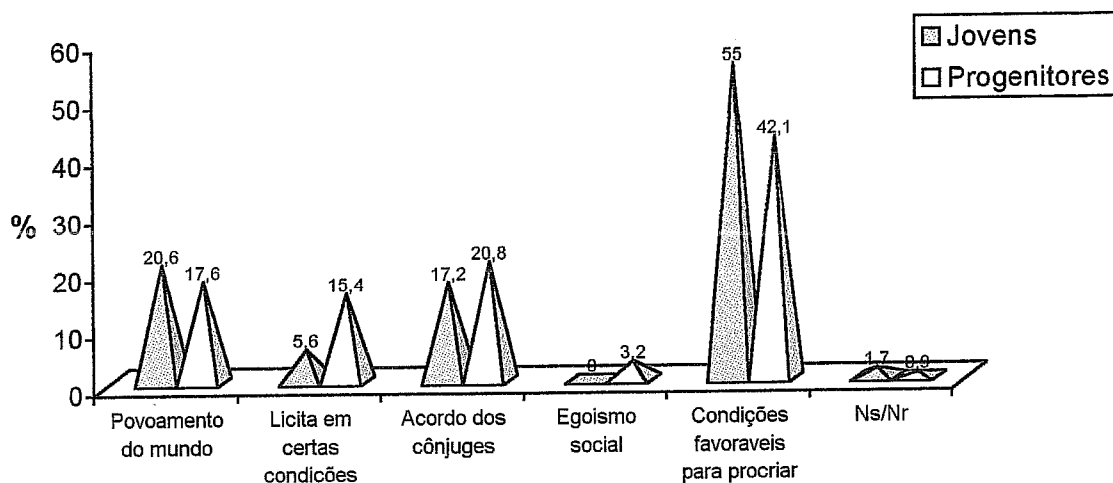


Figura 2 - Apresentação da variável "Planeamento Familiar"

A propósito do planeamento familiar, a maior parte dos Jovens (55%) e dos Progenitores (42.1%) consideram que "é um meio lícito de planificação da família, tendo em conta as condições mais favoráveis à procriação e educação". Segue-se, o que pode considerar-se "uma prática absolutamente justificada e mesmo necessária dado que o crescente povoamento do mundo" (20.6% dos Jovens e 17.6% dos Progenitores). Depois consideram, que "é uma prática sempre lícita desde que os cônjuges estejam de acordo" (20.8% dos Progenitores e 17.2% dos Jovens). A seguir consideram que "é uma prática lícita mas só quando tem em conta certas condições de saúde ou circunstâncias económicas e sociais da família" (15.4% dos Progenitores. 5.6% dos Jovens). E em último, consideram que "é a tradução de um egoísmo social e de uma falta de responsabilidade dos cônjuges perante a sua missão" apenas 3.2% dos Progenitores) (Figura 2).

4.1.1.4 Finalidade do casamento (Q-8)

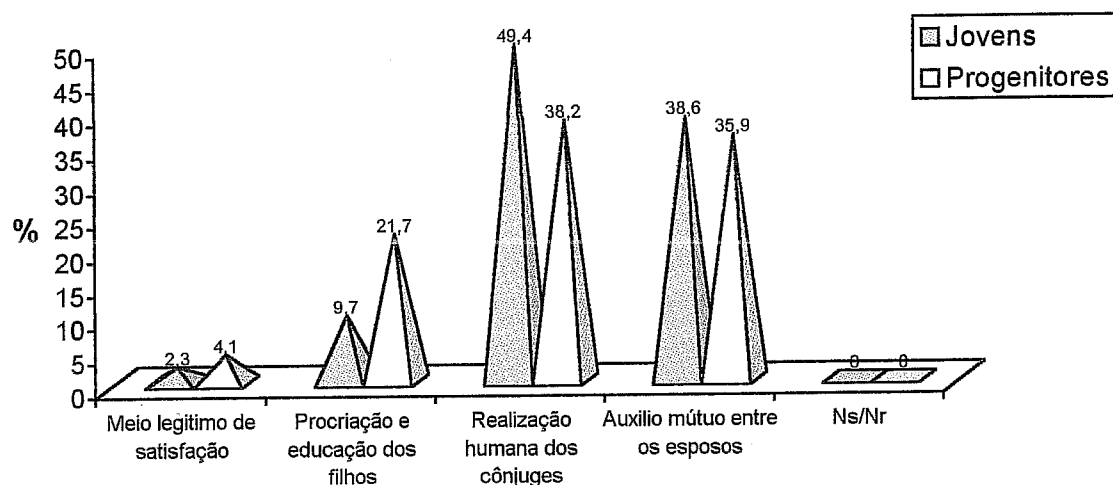


Figura 3 - Apresentação da variável "Finalidade do Casamento"

Em relação à finalidade do casamento foram apurados quatro ordenamentos. O primeiro ordenamento hierárquico por ordem de preferência dos Jovens e Progenitores apresenta uma diferença extremamente significativa ($p < 0.01$).

De entre os diversos fins do casamento, são mais valorizados, e por ordem decrescente, o "meio de realização dos cônjuges" (49.4% dos Jovens e 38.2% dos Progenitores), o "auxílio mútuo entre esposos" (38.6% dos Jovens e 35.9% dos Progenitores), a "procriação e educação dos filhos" (21.7% dos Progenitores e 9.7% dos Jovens) e o "meio legítimo de satisfação de necessidades sexuais" (4.1% dos Progenitores e 2.3% dos Jovens) (Figura 3).

4.1.1.5 Factores determinantes para o bom entendimento do casal (Q-7)

Os dois factores mais importantes para um bom entendimento do casal	Jovens (%)	Progenitores (%)
Terem um nível de instrução semelhante	29.1	24.0
Terem sido educados no mesmo meio	6.6	10.7
Terem os mesmos ideais	37.4	30.4
Terem as mesmas atitudes religiosas	4.6	9.4
Terem feitos e gostos semelhantes	19.4	24.7
Sem resposta	2.9	0.9

Tabela 7 - Apresentação da variável "Factores determinantes para o bom entendimento do casal"

No que concerne aos dois factores mais importantes para um bom entendimento do casal verificámos que um deles é coincidente entre as duas gerações em confronto – “terem os mesmos ideais” (37.4% dos Jovens e 30.4% dos Progenitores). E o outro factor para os Jovens, é “terem um nível de instrução semelhante” (29.1%). Enquanto que, para os Progenitores é “terem feitos e gostos parecidos” (24.7%) (Tabela 7).

4.1.1.6 Resolução de conflitos no casal (Q-15)

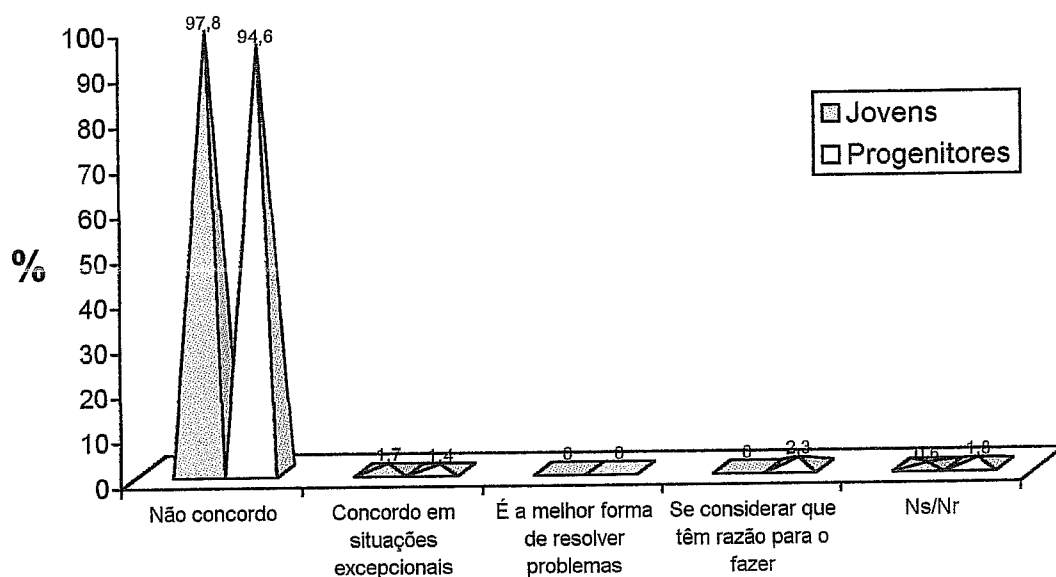


Figura 4 - Apresentação da variável "Resolução de conflitos no casal"

As duas gerações mostram uma unanimidade inequívoca (97.8% dos Jovens e 94.6% dos Progenitores) ao expressarem o seu desacordo com a afirmação "entre o casal há questões que só se resolvem com uma sova na mulher".

Uma escassa minoria (1.7% dos Jovens e 1.4% dos Progenitores) concordam que "o homem bata na mulher mas só em situações excepcionais". E apenas, 2.3% dos Progenitores referem que "o homem tem direito de bater na mulher desde que considere que tem razão para o fazer" (

Figura 4).

4.1.1.7 Divórcio (Q-9)

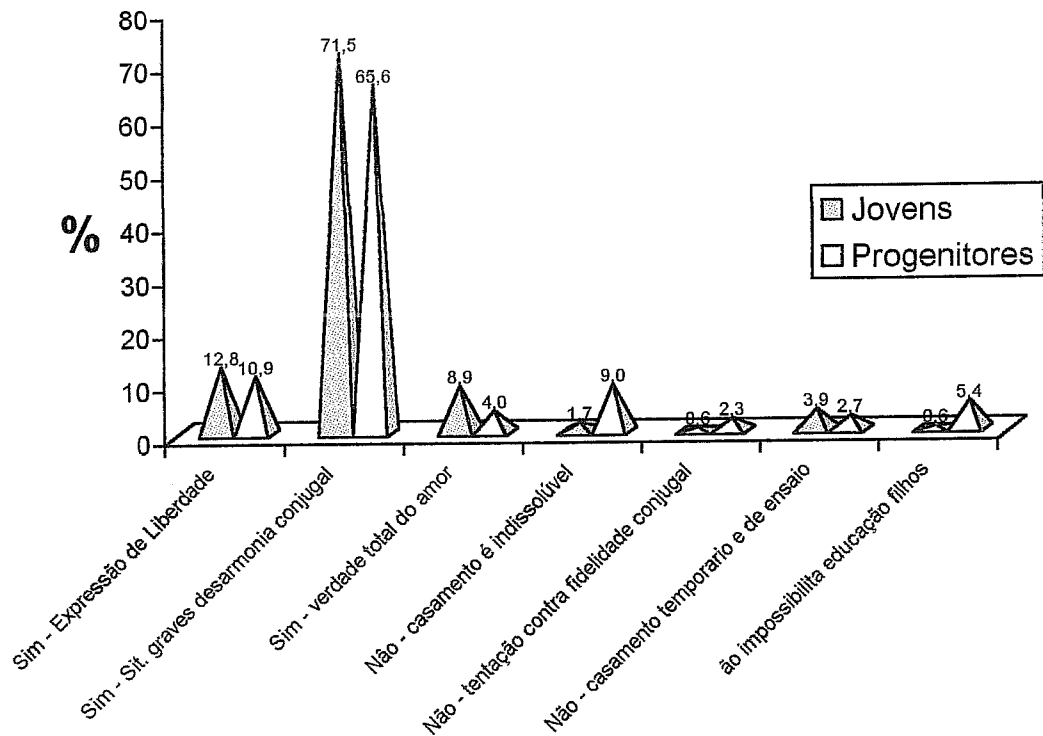


Figura 5 - Apresentação da variável "Divórcio"

Observamos que as preferências relativamente ao divórcio foram inequivocamente para o lado da concordância inter-geracional (93.2% dos Jovens e 80.5% dos Progenitores), muito embora alguns se manifestem discordantes (19.4% dos Progenitores e 6.8% dos Jovens). Os argumentos que sustentam o apoio ao divórcio são: "situações muito graves de desarmonia conjugal" (71.5% dos Jovens e 65.6% dos Progenitores), "expressão natural da liberdade humana" (12.8% dos Jovens e 10.9% dos Progenitores) e "porque possibilita a verdade total do amor" (8.9% dos Jovens e 4% dos Progenitores). Por outro lado, os motivos a que recorrem as duas gerações para discordarem do divórcio são: "porque o casamento é por natureza indissolúvel" (9% dos Progenitores contra 1.7% dos Jovens), "porque impossibilita a educação dos filhos" (5.4% dos Progenitores contra 0.6% dos Jovens), "porque pode transformar o casamento numa união natural, temporária e de ensaio" (3.9% dos Jovens e 2.7% dos Progenitores) e "porque é uma tentação contra a fidelidade conjugal" (2.3% dos Progenitores e 0.6% dos Jovens). Verificam-se diferenças extremamente significativas ($p < 0.01$) entre gerações (

Figura 5).

4.1.1.8 Aspectos mais importantes na vida de uma pessoa (Q-3)

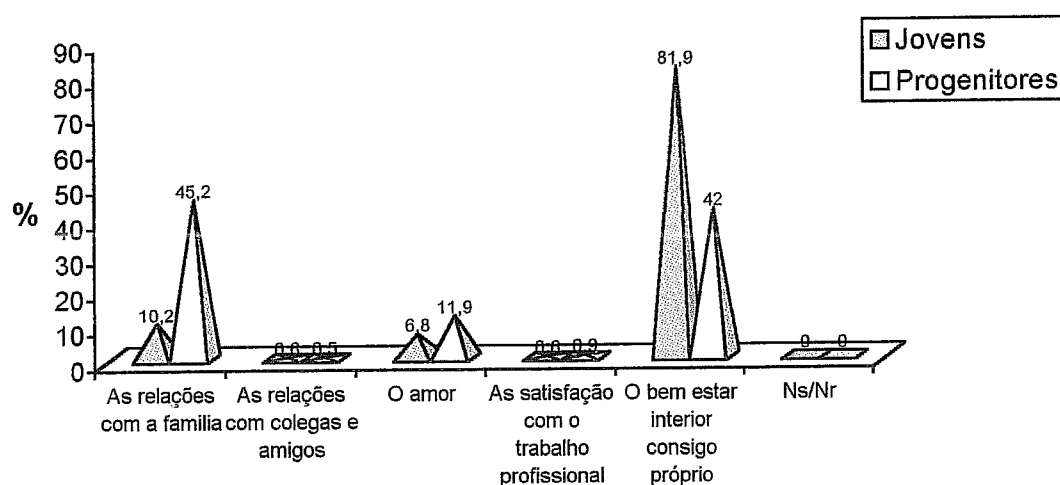


Figura 6 - Apresentação da variável "Aspectos mais importantes na vida de uma pessoa"

Os aspectos mais importantes na vida de uma pessoa para as duas gerações, no primeiro ordenamento hierárquico são: "o bem estar interior consigo próprio" (81.9% dos Jovens e 42% dos Progenitores), "as relações com a família" (45.2% dos Progenitores e 10.2% dos Jovens), "o amor" (11.9% dos Progenitores e 6.8% dos Jovens), "a satisfação com o trabalho profissional" (0.9% dos Progenitores e 0.6% dos Jovens) e "as relações com colegas e pessoas amigas" (0.6% dos Jovens e 0.5% dos Progenitores) (Figura 6).

4.1.1.9 Número de filhos que gostaria de ter (Q-12)

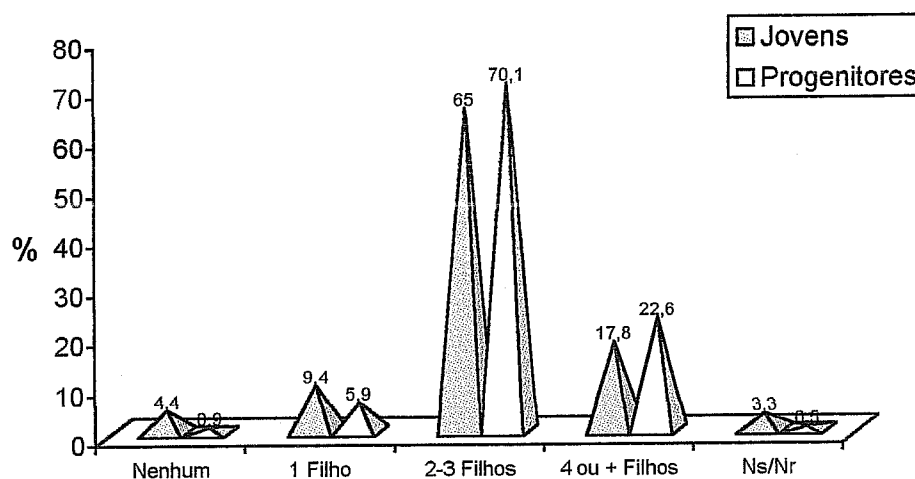


Figura 7 - Apresentação da variável "Número de filhos que gostaria de ter"

Em termos do número de filhos que gostaria de ter, observamos que existem diferenças significativas ($p < 0.05$) entre Jovens e Progenitores. Constatamos que os Jovens pretendem ter menos filhos do que os Progenitores. No entanto, ambos os grupos, pronunciam-se claramente pelo desejo de terem "2-3 filhos" (70.1% dos Progenitores contra 65% dos Jovens), "4 ou mais" (22.6% dos Progenitores e 17.8% dos Jovens), "1 filho" (9.4% dos Jovens e 5.9% Progenitores) e desejavam ter "nenhum" filho (4.4% dos Jovens e 0.9% dos Progenitores) (

Figura 7).

4.1.1.10 Ensino Pré - Escolar (Q-2)

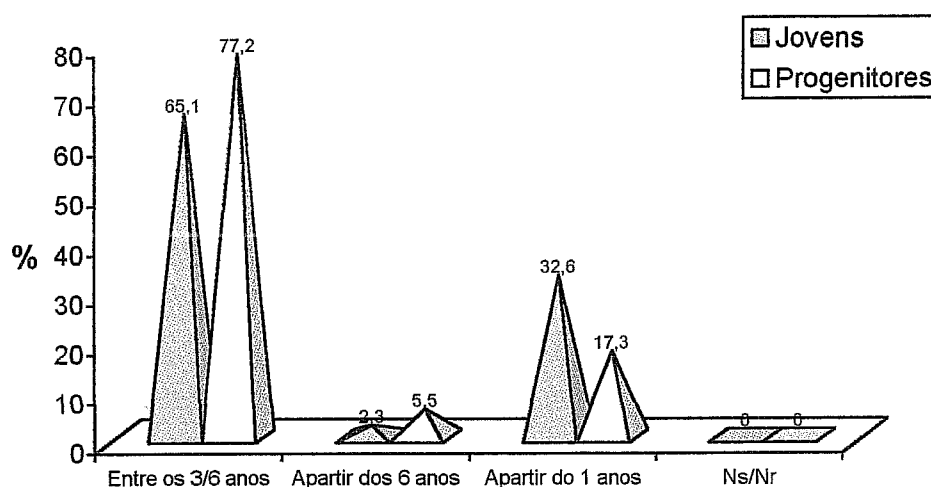


Figura 8 - Apresentação da Variável "Ensino Pré-Escolar"

No que respeita à educação de crianças pequenas, os Jovens parecem ser mais favoráveis do que os Progenitores, quanto à frequência das crianças numa instituição de ensino pré-escolar.

Ora vejamos, os Progenitores (77.2%) e os Jovens (65.1%) são a favor de que "até à idade dos três anos, o melhor meio educativo é a família, mas entre os três e os seis anos é bom que frequentem um jardim infantil". E 32.6% dos Jovens e 17.3% dos Progenitores, são de opinião que as crianças se desenvolvem mais e melhor se começarem desde muito cedo (pelo menos a idade de um ano) a conviver com outras crianças numa instituição pré-escolar". Por último, são a favor de que "até à idade de irem para a escola primária as crianças devem ficar em casa com a mãe ou alguém de família" (5.5% dos Progenitores e 2.3% dos Jovens). Encontrámos diferenças extremamente significativas ($p < 0.01$) entre as duas gerações, acerca do ensino pré-escolar (Figura 8).

4.1.1.11 Educação dos filhos (Q-14)

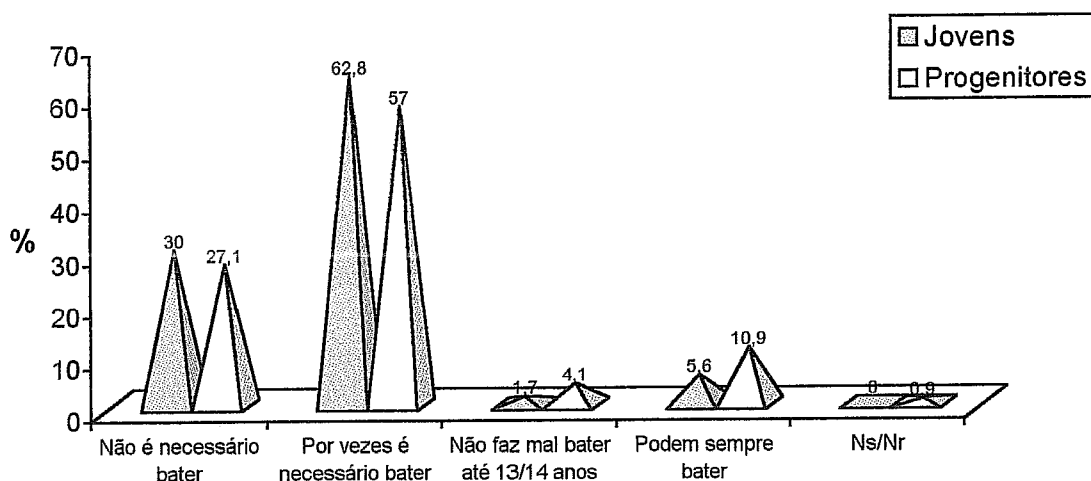


Figura 9 - Apresentação da variável "Educação dos Filhos"

Acerca da educação que se deve dar aos filhos há consenso entre as duas gerações. Tanto os Jovens (62.8%) como os Progenitores (57%) estão de acordo que "por vezes é necessário bater mas devem evitar fazê-lo "quando os pais querem educar bem os filhos. Verificámos que, 30% dos Jovens e 27.1% dos Progenitores referem que "não concordam" que os pais para educar os filhos tenham de os castigar fisicamente". Constatámos também que, 10.9% dos Progenitores e 5.6% dos Jovens referem que "os pais têm o direito de bater nos filhos desde que considerem necessário". E em último lugar, uma percentagem reduzida de Progenitores (4.1%) e de Jovens (1.7%), referem que "uma boa tarefa não faz mal às crianças mas a partir dos 13-14 anos já os pais não devem bater nos filhos" (

Figura 9).

4.1.1.12 Com quem gostariam de viver os jovens a partir dos 17/18 anos? (Q-4)

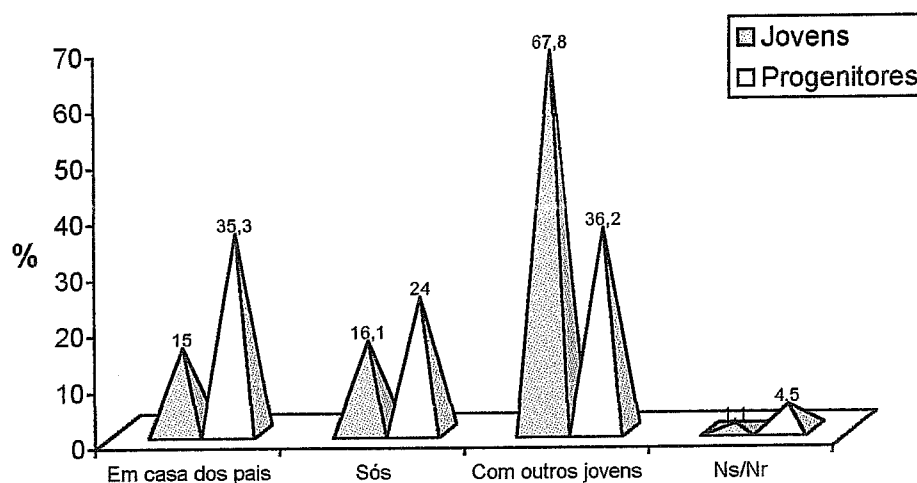


Figura 10 - Apresentação da variável "Com quem gostariam de viver os Jovens a partir dos 17/18 anos ?"

A esmagadora maioria dos Jovens (67.8%) e a escassa maioria dos Progenitores (36.2%) defendem que a partir dos 17/18 anos os jovens escolheriam mais naturalmente "viver com outros jovens". Outra alternativa colocada pelos Jovens (16.1%) é que "a partir dos 17/18 anos os jovens escolheriam viver sós". E apenas, 15% dos Jovens escolheriam continuar a "viver em casa dos pais". No caso dos Progenitores, 33.3% defendem que os "Jovens" a partir dos 17/18 anos escolheriam viver em casa dos pais" e 24% admitem que podem viver "sós".

A propósito deste questão existem diferenças extremamente significativas ($p < 0.01$) entre os Jovens e os Progenitores (

Figura 10).

4.1.1.13 Trabalho da mulher (Q-6)

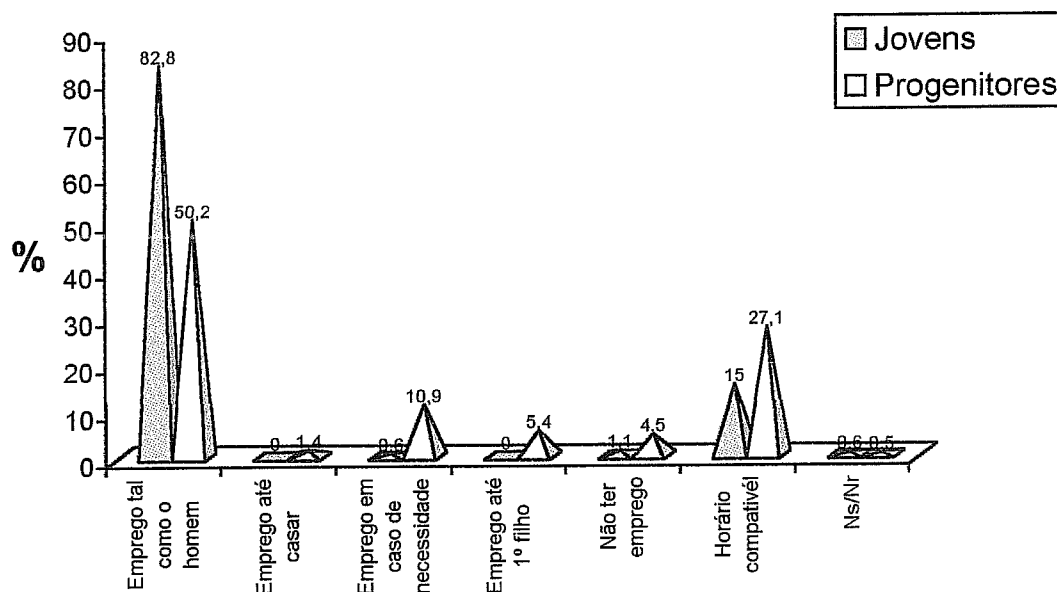


Figura 11 - Apresentação da variável "Trabalho da mulher"

Quando questionados sobre o trabalho da mulher, a quase totalidade dos Jovens (82.8%) e a maior parte dos Progenitores (50.2%) referem que, "a mulher deve ter um emprego durante toda a vida, tal como o homem". Contudo, 27.1% dos Progenitores e 15% dos Jovens referem que "a mulher casada só deve empregar-se se conseguir um horário de trabalho compatível com as exigências da vida familiar".

Ainda relativamente ao trabalho da mulher, 10.9% dos Progenitores e 0.6% dos Jovens referem que "a mulher casada só deve empregar-se em caso de extrema necessidade". É referido por 4.5% dos Progenitores e por 1.1% dos Jovens que "a mulher casada não deve empregar-se em caso algum". Somente é referido pelos Progenitores que, "a mulher pode ter um emprego até ao nascimento do 1º filho" (5.4%) e que "a mulher deve ter um emprego até casar" (1.4%) (

Figura 11).

4.1.2 POLÍTICA

O grupo de questões seguinte, dá-nos a oportunidade de constatar quais os valores defendidos pelos Jovens e pelos Progenitores ao nível da posição política, da proximidade a um partido político e do sistema político pelo qual se deveriam orientar as nações. Analisámos se existia ou não concordância acerca de: "Não é na revolução que reside a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada". Relativamente à União Europeia, interessou-nos saber o que sentiriam as pessoas se Portugal abandonasse a União Europeia e qual a concepção que têm a longa prazo da mesma União Europeia.

4.1.2.1 Posição política (Q-38)

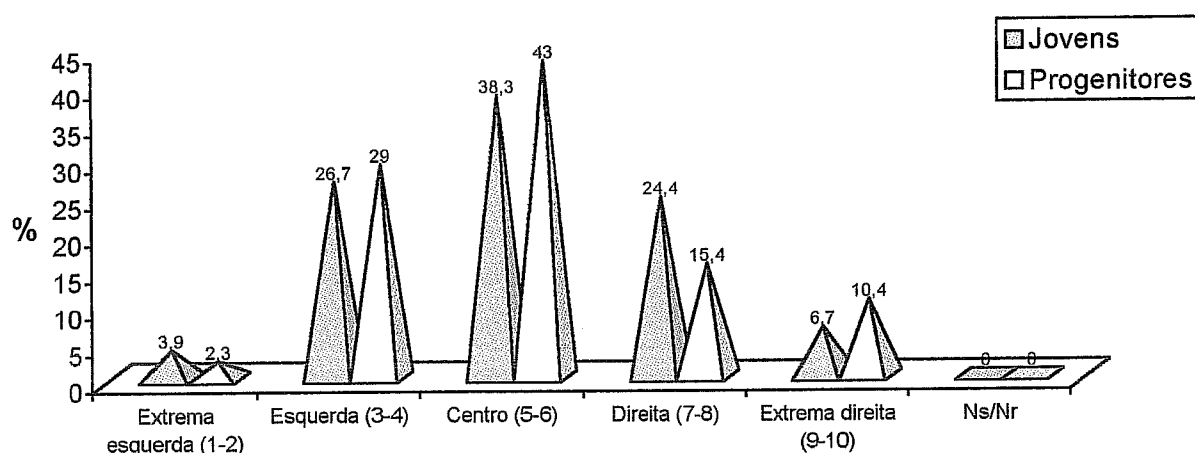


Figura 12 - Apresentação da variável "Posição política"

Em termos de posição política, o "centro" é aquele que detém mais adeptos, entre os Progenitores (43%) e os Jovens (38.3%). Seguem-se também, a "esquerda" (29% dos Progenitores e 26.7% dos Jovens), a "direita" (24.4% dos Jovens e 15.4% dos Progenitores), a "extrema direita" (10.4% dos Progenitores e 6.7% dos Jovens) e por último, a "extrema esquerda" (3.9% dos Jovens e 2.3% dos Progenitores) (Figura 12).

4.1.2.2 Grau de ligação a um partido político (Q-39)

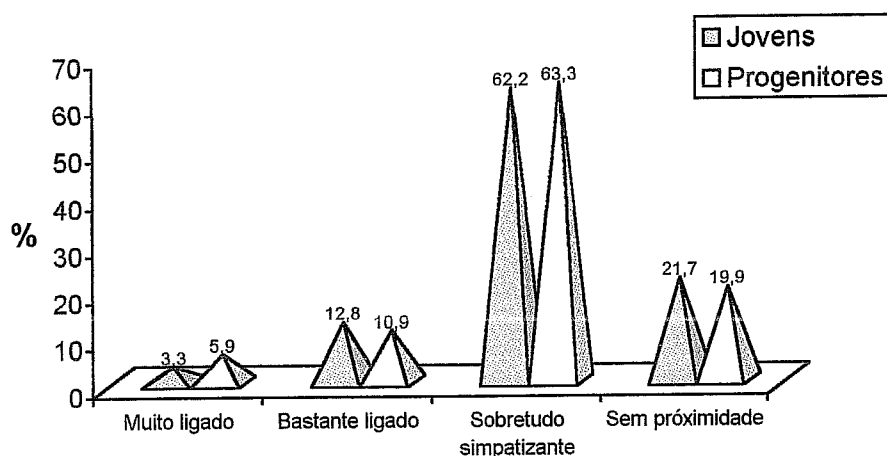


Figura 13 - Apresentação da variável "Grau de ligação a um partido político"

Quanto à proximidade a um partido político, notámos que se consideram "sobretudo simpatizantes" – 63.3% dos Progenitores e 62.2% dos Jovens, "sem proximidade" alguma a um partido político – 21.7% dos Jovens e 19.9% dos Progenitores, "bastante ligados" – 12.8% dos Jovens e 10.9% dos Progenitores, e finalmente, "muito ligado" a um dos partidos políticos – 5.9% dos Progenitores e 3.3% dos Jovens.

Encontrámos diferenças extremamente significativas ($p < 0.01$) entre Jovens e Progenitores em relação à ligação a um partido político (Figura 13).

4.1.2.3 Sistema político que se deveriam orientar as nações (Q-45)

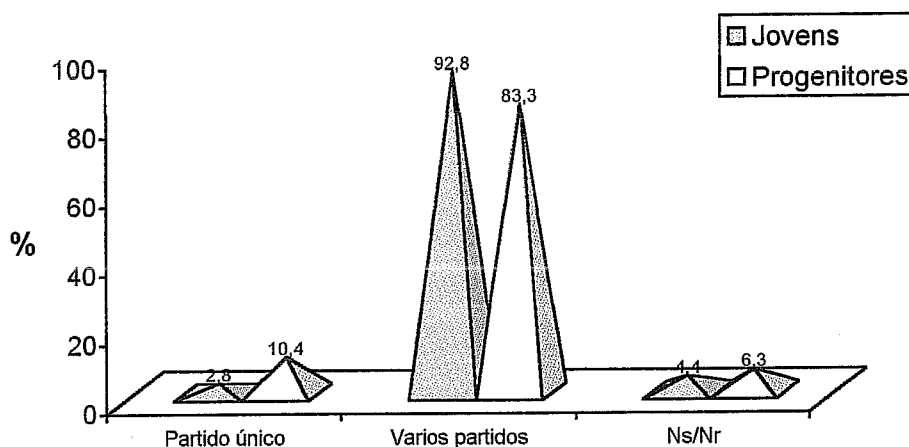


Figura 14 - Apresentação da variável "Sistema político que se deveriam orientar as nações"

A esmagadora maioria dos Jovens (92.8%) e dos Progenitores (83.3%) são a favor que numa democracia o sistema político multipartidário é que deveria orientar, as nações. No entanto, 10.4% dos Progenitores e 2.8% dos Jovens optaram pela outra alternativa – "sistema de partido único", pelo qual se deveriam orientar as nações.

Em relação ao valor da democracia na orientação política das nações, encontrámos diferenças extremamente significativas ($p < 0.01$) entre os Jovens e os Progenitores (Figura 14).

4.1.2.4 “Não é na revolução que existe a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada” (Q-23)

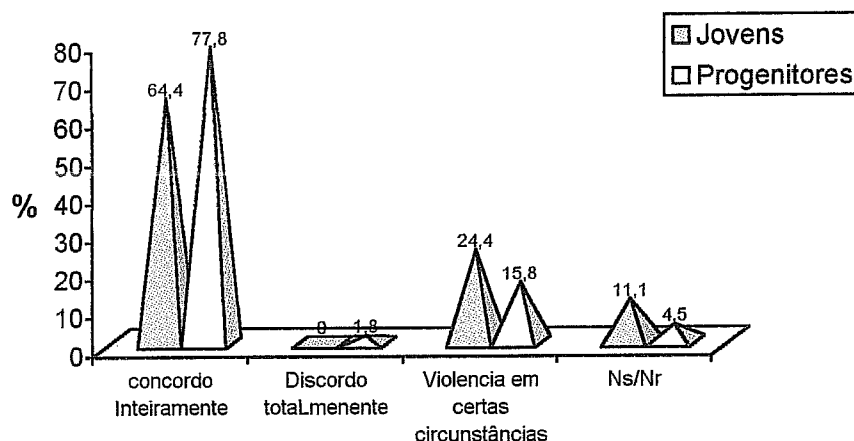


Figura 15 - Apresentação da variável “Não é na revolução que existe a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada”

A maior parte dos Progenitores (77.8%) e dos Jovens (64.4%) “concordam inteiramente” que “não é na revolução que existe a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada”. O que mostra que, os Progenitores acreditam mais na evolução e menos na revolução do que os Jovens. Há ainda quem acredite que em algumas “circunstâncias só a violência se torna remédio adequado” (24.4% dos Jovens e 15.8% dos Progenitores). E apenas 1.8% dos Progenitores mostram o seu total desacordo com a evolução e a favor da revolução (

Figura 15).

4.1.2.5 Se Portugal abandonasse a União Europeia (Q-24)

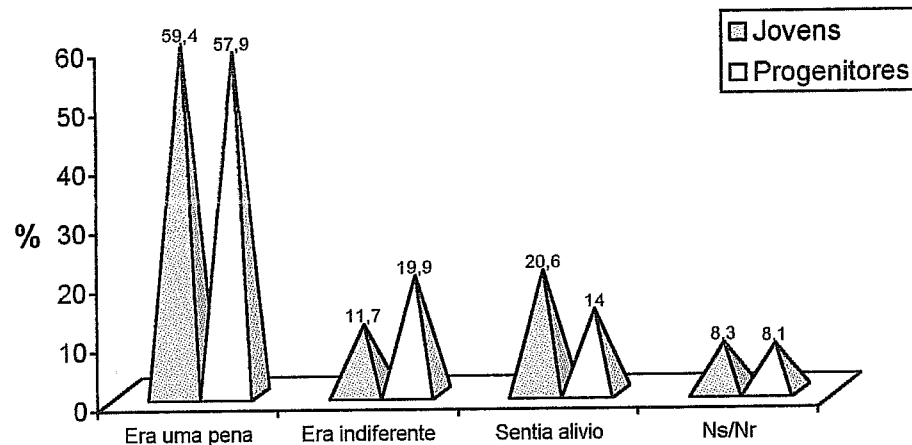


Figura 16 - Apresentação da variável "Se Portugal abandonasse a União Europeia"

Em relação à possibilidade de Portugal abandonar a União Europeia o sentimento de "que era uma pena" é inequivocamente dominante entre a maioria dos Jovens (59.4%) e dos Progenitores (57.9%). Pouco entusiastas da ideia da União Europeia, 20.6% dos Jovens e 14% dos Progenitores dizem que "sentiriam alívio". Para outros o entusiasmo é moderado, dado que, 19.9% dos Progenitores e 11.7% dos Jovens, dizem que "era indiferente" (Figura 16).

4.1.2.6 Concepção a longo prazo da União Europeia (Q-40)

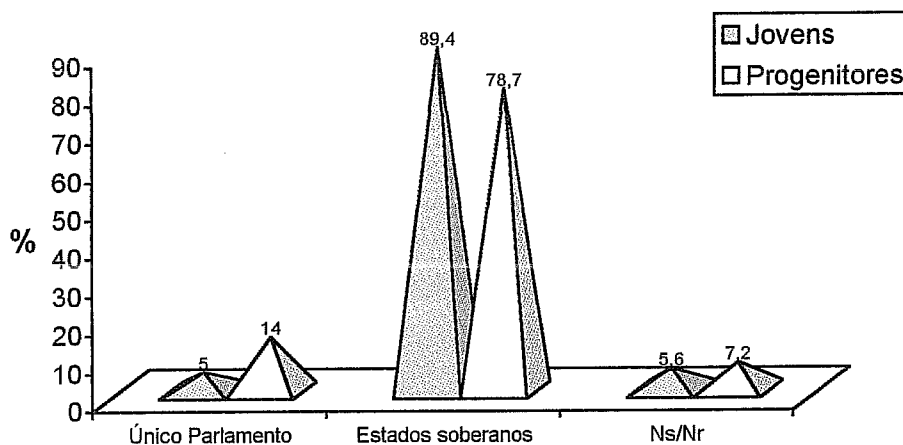


Figura 17 - Apresentação da variável "Concepção a longo prazo da União Europeia"

Quanto ao modelo de organização da União Europeia são esmagadoramente a favor de que "a última palavra deverá pertencer aos governos dos estados membros" (89.4% dos Jovens e 78.7% dos Progenitores). Outros concebem para a União Europeia um modelo em que "deveria ter não só um único parlamento eleito por sufrágio universal, mas também um único governo que tivesse a última palavra em certos domínios importantes" (14% dos Progenitores e 5% dos Jovens).

Verificámos que existem diferenças extremamente significativas ($p < 0.01$) entre as duas gerações, no que diz respeito à concepção da União Europeia a longo prazo (Figura 17).

4.1.3 INSTITUIÇÕES E PROBLEMAS SOCIAIS

Este agrupamento de questões permite-nos ter acesso aos valores que os Jovens e os Progenitores exprimiram em relação às Instituições (escola, polícia e prisões) e aos Problemas Sociais ligado à marginalidade, (criminalidade, alcoolismo, consumo de droga, e prostituição), em particular o consumo de substâncias legais (Álcool, cafeína, nicotina, etc.) e ilegais (Heroína, cannabis, etc.).

4.1.3.1 Educação Escolar (Escolaridade obrigatória) (Q-1)

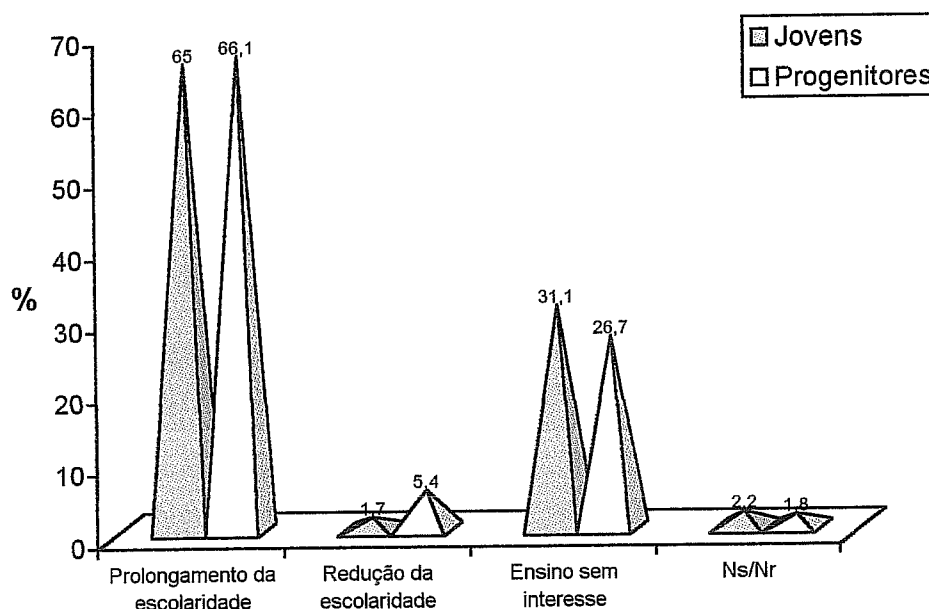


Figura 18 - Apresentação da variável "Educação Escolar" (Escolaridade Obrigatória)

No que concerne à educação escolar, verificámos que existe consenso quanto ao "prolongamento da escolaridade" entre Progenitores (66.1%) e os Jovens (65%). Em segundo lugar, as duas gerações consideram o "ensino sem interesse", em 31.1% dos Jovens e 26.7% dos Progenitores. Apenas 5.4% dos Progenitores e 1.7% dos Jovens defendem que deveria haver uma redução de escolaridade (Figura 18).

4.1.3.2 Polícia (Q-18)

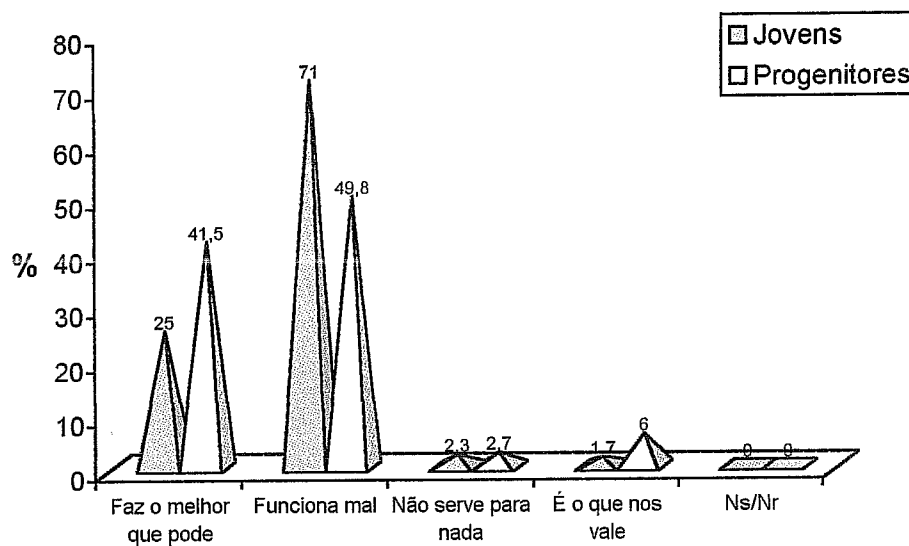


Figura 19 - Apresentação da variável "Polícia"

A esmagadora maioria dos Jovens (71%) e a maioria dos Progenitores (49.8%) defendem que a polícia, "funciona mal". No entanto, os Progenitores (41.5%), e os Jovens (25%) referem que a polícia "faz o que pode". Consideram ainda que, a polícia "é que nos vale" – 6% dos Progenitores e 1.7% dos Jovens, e que "não nos serve de nada" – 2.7% dos Progenitores e 2.3% dos Jovens. Encontrámos diferenças extremamente significativas entre as duas amostras em confronto ($p < 0.01$) (

Figura 19).

4.1.3.3 Sistema Prisional (Q-19)

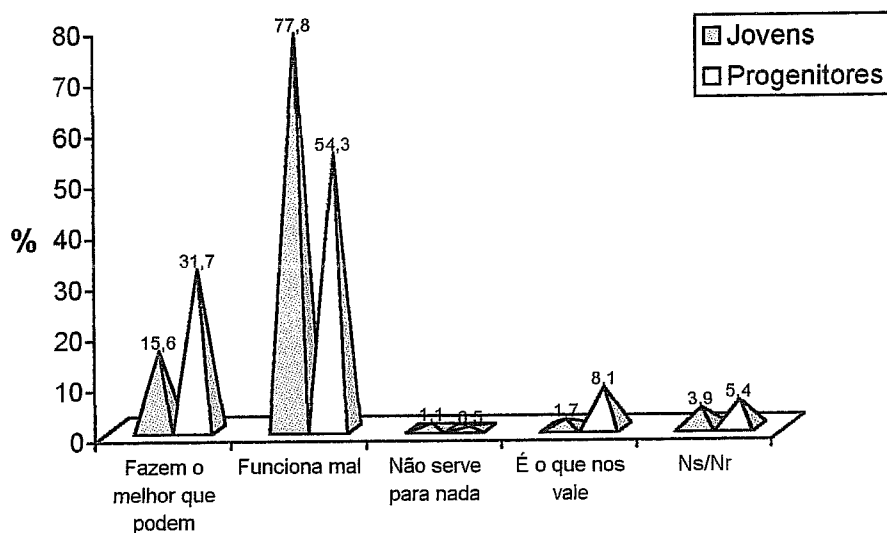


Figura 20 - Apresentação da variável "Sistema Prisional"

Quanto ao sistema prisional, os Jovens têm uma posição mais crítica do que os Progenitores embora revelem o mesmo padrão de resposta. Assim, consideram que o sistema prisional "funciona mal" 77.8% dos Jovens e 54.3% dos Progenitores. No entanto, 31.7% dos Progenitores e 15.6% dos Jovens defendem que "fazem o melhor que podem", e ainda, 8.1% dos Progenitores e 1.7% dos Jovens acreditam que "é o que nos vale". E "não serve para nada" para 1.1% dos Jovens e 0.5% dos Progenitores (Figura 20).

4.1.3.4 Atitude da sociedade face à Criminalidade, ao Alcoolismo, ao Consumo de Droga e à Prostituição (Q-20)

Ambos os grupos consideram que a "prevenção" é a melhor atitude que a sociedade deve tomar em relação à criminalidade, ao alcoolismo, ao consumo de droga e à prostituição.

4.1.3.4.1 Atitude da sociedade face à Criminalidade

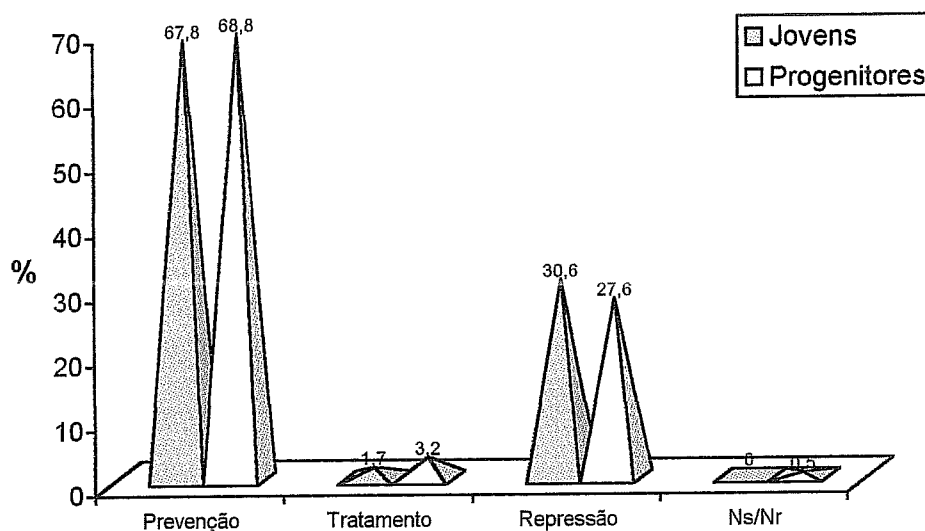


Figura 21 - Apresentação da variável "Atitude da sociedade face à Criminalidade"

A melhor atitude que os Progenitores (68.8%) e os Jovens (67.8%) julgam que a sociedade deve ter em relação à criminalidade é a "prevenção". Entretanto, 30.6% dos Jovens e 27.6% dos Progenitores consideram que a sociedade deve adoptar uma atitude repressiva. E, 3.2% dos Progenitores e 1.7% dos Jovens consideram que a sociedade deve adoptar uma atitude no âmbito do "tratamento" (Figura 21).

4.1.3.4.2 Atitude da sociedade face ao Alcoolismo

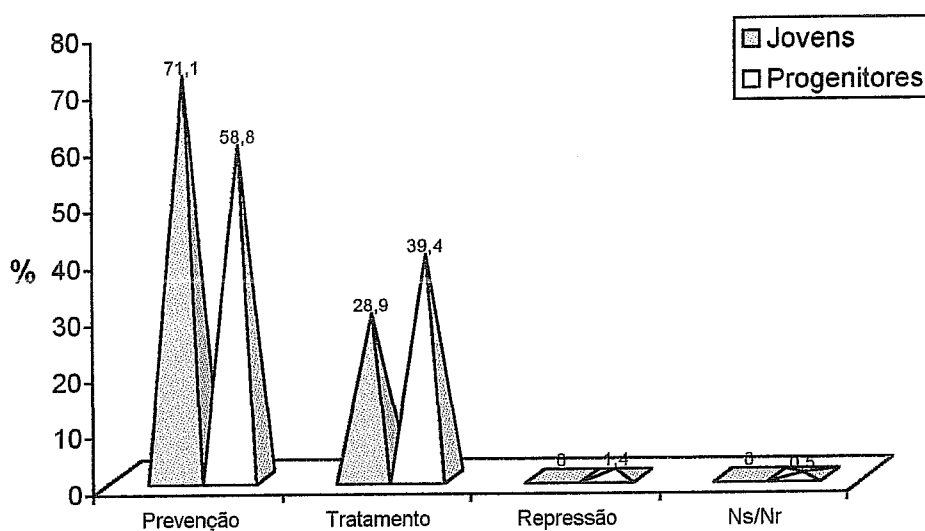


Figura 22 - Apresentação da variável "Atitude da sociedade face ao Alcoolismo"

A atitude da sociedade face ao alcoolismo defendida pela maior parte dos Jovens (71.1%) e dos Progenitores (58.8%) é a "prevenção". A seguir, mostram-se ambas as gerações (39.4% dos Progenitores e 28.9% dos Jovens) favoráveis ao "tratamento". E por último, apenas 1.4% dos Progenitores são favoráveis à "repressão" (Figura 22).

4.1.3.4.3 Atitude da sociedade face ao Consumo de Droga

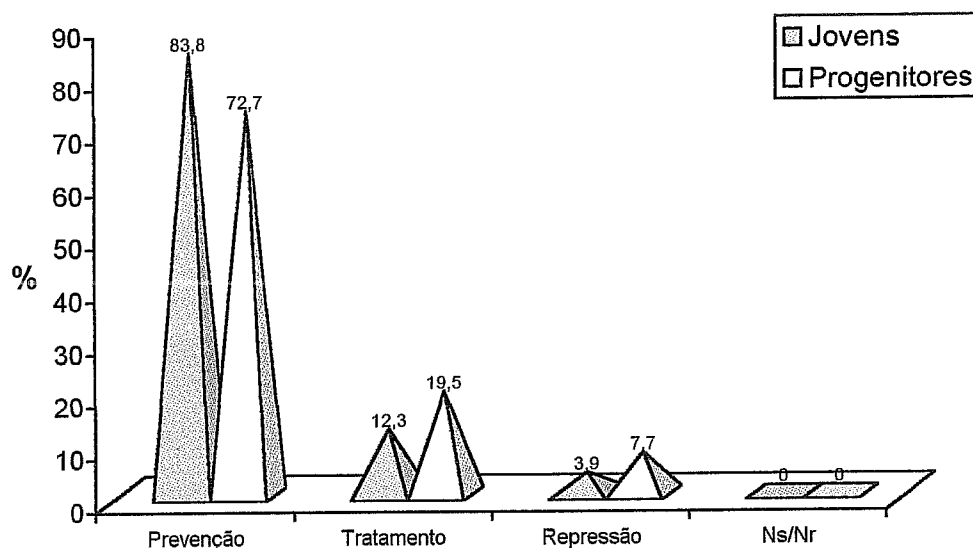


Figura 23 - Apresentação da variável "Atitude da sociedade face ao Consumo de Droga"

A esmagadora maioria dos Jovens (83.8%) e dos Progenitores (72.7%) desafiam a sociedade a ter face ao consumo de droga uma atitude de "prevenção", de "tratamento" (19.5% dos Progenitores e 12.3% dos Jovens e de "repressão" (7.7% dos Progenitores e 3.9% dos Jovens). No que concerne à atitude da sociedade perante o consumo de droga existem diferenças estatisticamente significativas ($p < 0.05$) entre os Jovens e os Progenitores (Figura 23).

4.1.3.4.4 Atitude da sociedade face à Prostituição

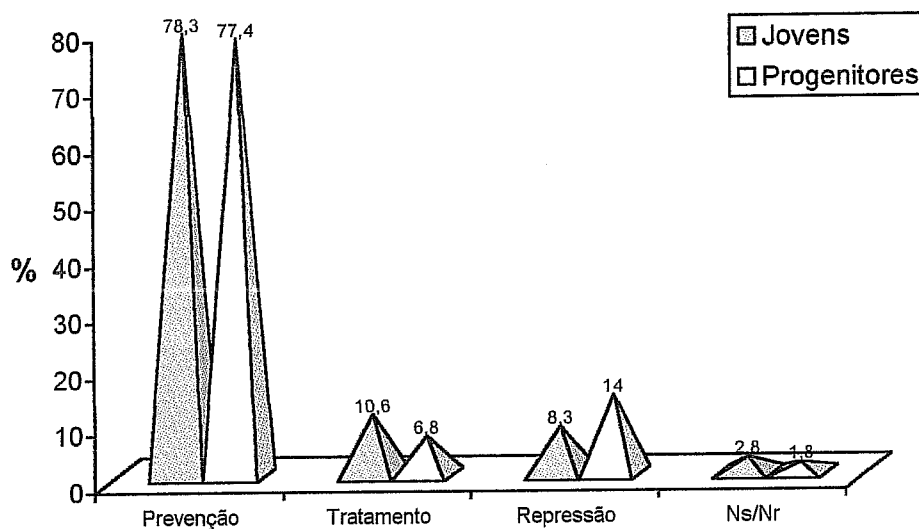


Figura 24 - Apresentação da variável "Atitude da sociedade face à Prostituição"

A maioria dos Jovens (78.3%) e dos Progenitores (77.4%) são de opinião que a sociedade face à prostituição tenha uma atitude de "prevenção".

Os Progenitores e os Jovens emitem pareceres distintos relativamente às atitudes "tratamento" e "repressão" da sociedade perante a prostituição. Os Jovens (10.6%) apontam a seguir para o "tratamento" e, depois para a "repressão" (8.3%). E os Progenitores (14%) apontam a seguir para a "repressão" e um último, para o "tratamento" (6.8%) (

Figura 24).

4.1.3.5 Toxicodependência de substâncias legais e ilegais (Q-21)

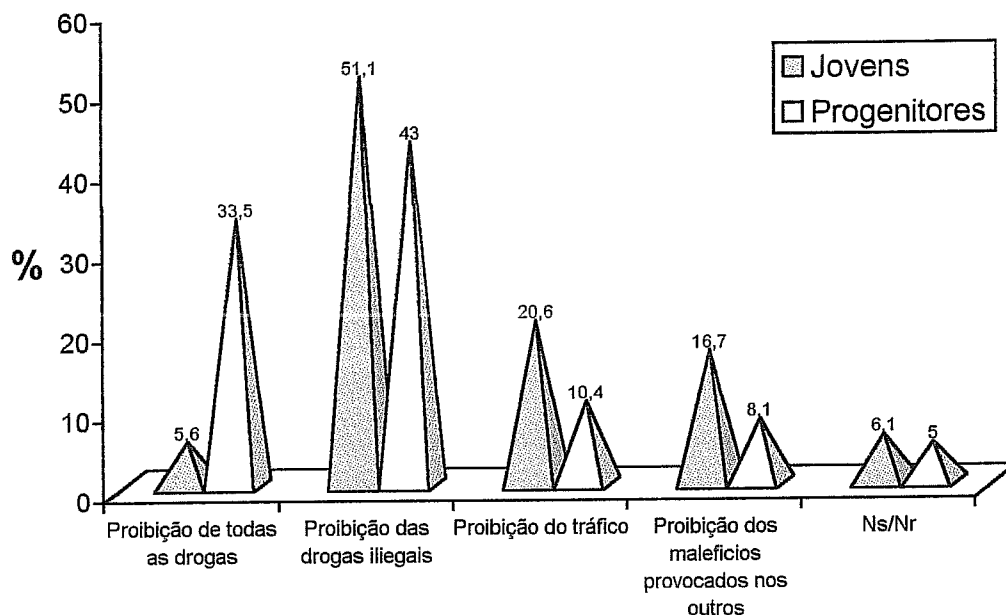


Figura 25 - Apresentação da variável "Toxicodependência de Substâncias Legais e Ilegais"

A maioria dos Jovens (51.1%) e dos Progenitores (43%) são favoráveis a que "todas as drogas ilegais devam continuar ilegais". Quanto às outras alternativas não existe consenso entre os dois grupos em análise. Assim, 20.6% dos Jovens optaram por "todas as drogas ilegais devem poder ser consumidas mas o tráfico proibido", 16.7% dos Jovens são favoráveis que "todas as substâncias que provocam toxicodependência devem poder ser consumidas e apenas proibidas e punidos os malefícios que provocam nos outros". E apenas, 5.6% dos Jovens têm uma postura mais extrema – "todas as drogas legais e ilegais devem ser proibidas". Já os Progenitores têm uma postura menos tolerante do que os Jovens relativamente a esta questão. Deste modo 33.5% dos Progenitores são favoráveis a que "todas as drogas legais e ilegais devam ser proibidas", 10.4% dos Progenitores estão a favor de que "todas as drogas ilegais devam ser consumidas mas o tráfico proibido" e por fim, 8.1% dos Progenitores inquiridos defendem que "todas as substâncias que provocam toxicodependência devem poder ser consumidas e apenas proibidos e punidos os malefícios que provocam nos outros (ex.: fumador passivo)".

Quanto às substâncias que podem provocar toxicodependência, umas legais (álcool, cafeína, nicotina, etc.) e outras ilegais (heroína, cannabis, etc.) existem diferenças extremamente significativas ($p < 0.01$) entre os Jovens e os Progenitores (Figura 25).

4.1.4 PROGRESSO E CIVILIZAÇÃO

Com este agrupamento de questões podemos indagar quais os valores das duas gerações relativamente ao Progresso e à Civilização.

No âmbito do Progresso, focalizámo-nos no progresso do país a propósito do meio rural, do desenvolvimento da indústria e da agricultura, do desenvolvimento de pequenas cidades ou de cidades importantes. Numa perspectiva futura quais os objectivos que o país deveria atingir daqui a 10/15 anos, e o que se deseja que o progresso torne possível nessa referida data. Procurámos ainda averiguar, se as pessoas acreditam que podem influenciar o progresso.

Quanto aos aspectos mais do âmbito civilizacional pretende-se averiguar se no ano 2010 as pessoas serão mais felizes do que hoje. Avaliámos as expectativas de qual a geração que tem uma visão mais realista do mundo. E determinar como pode se vencida a crise da civilização.

4.1.4.1 O progresso do país (Q-22)

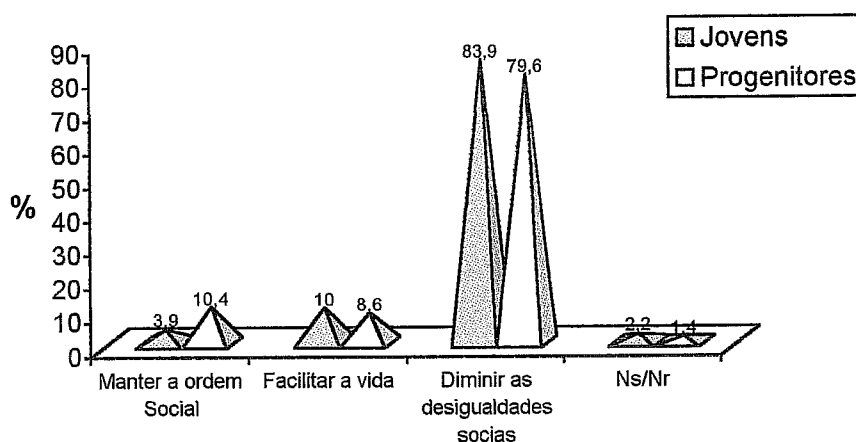


Figura 26 - Apresentação da variável "O progresso do país"

Ambas as gerações defendem que o mais importante para o progresso do país é "diminuir as desigualdades sociais e criar oportunidades semelhantes para todos" (83.9% dos Jovens e 79.6% dos Progenitores), 10% dos Jovens e 8.6% dos Progenitores defendem que "a sociedade deve facilitar a vida às pessoas mais capazes e com espírito de iniciativa" e ainda, 10.4% dos Progenitores e 3.9% dos Jovens defendem que "o mais importante é que os governantes sejam capazes de manter a ordem social" (Figura 26).

4.1.4.2 O progresso do país, em relação ao meio rural (Q-28)

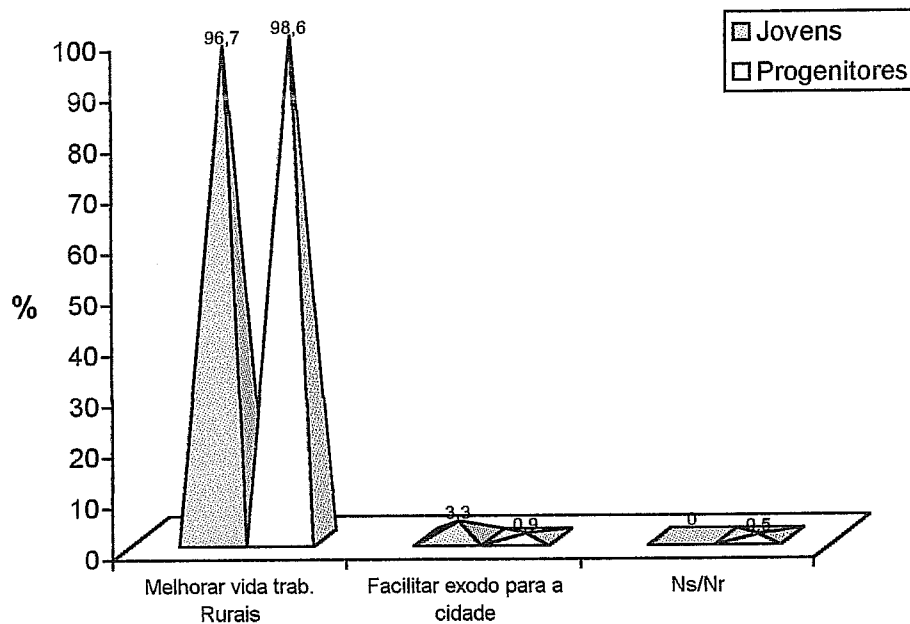


Figura 27 - Apresentação da variável "O progresso do país, em relação ao meio rural"

Os Progenitores (98.6%) e os Jovens (96.7%) afirmam em uníssono que para o progresso do país face ao meio rural deve melhorar-se "as condições de vida dos trabalhadores rurais". E apenas 3.3% dos Jovens e 0.9% dos Progenitores afirmam que se deve "facilitar aos trabalhadores rurais que mudem para a cidade" (

Figura 27).

4.1.4.3 O progresso do país, em relação ao desenvolvimento da indústria e da agricultura (Q-29)

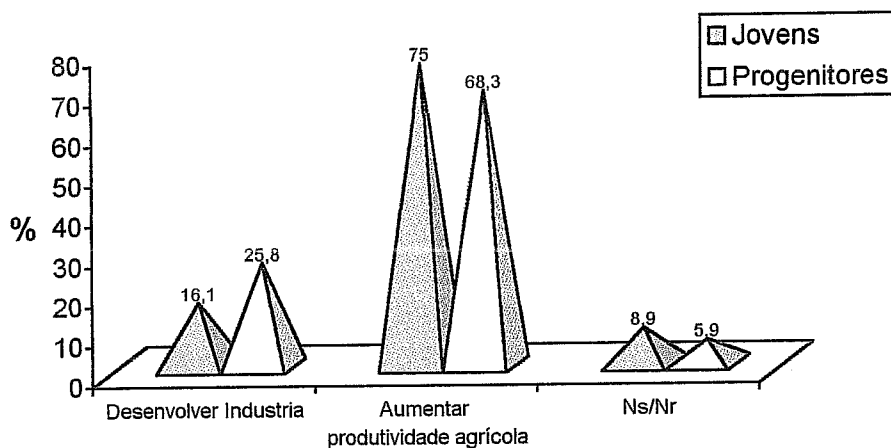


Figura 28 - Apresentação da variável "O progresso do país, em relação ao desenvolvimento da indústria e da agricultura"

A maioria dos Jovens (75%) e dos Progenitores (68.3%) advogam que para o progresso dos país deve aumentar-se a produtividade da agricultura.

Enquanto que, 25.8% dos Progenitores e 16.1% dos Jovens advogam que "deve sobretudo desenvolver-se a indústria".

Em relação a esta questão encontrámos diferenças significativas ($p < 0.05$) entre os dois grupos em análise (Figura 28).

4.1.4.4 O progresso do país, em relação ao tipo de cidades (Q-30)

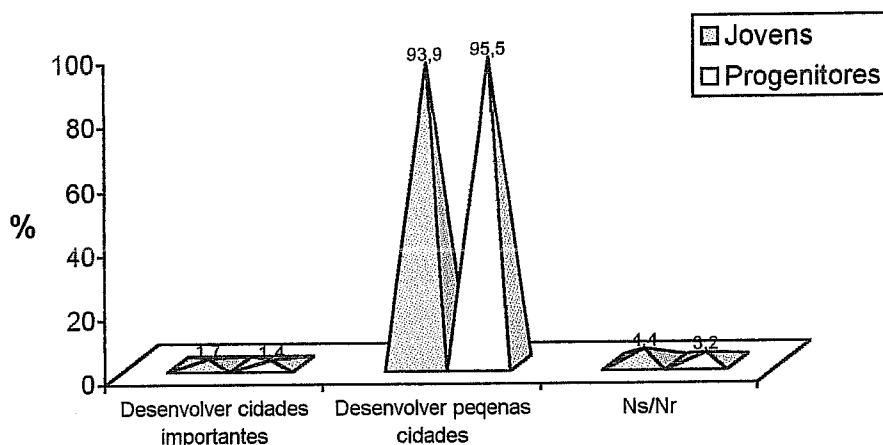


Figura 29 - Apresentação da variável "O progresso do país, em relação ao tipo de cidades"

Os Progenitores (95.5%) e os Jovens (93.9%) são unânimes em considerarem que para o progresso do país devem desenvolver-se as pequenas cidades. Somente os escassos 1.7% dos Jovens e 1.4% dos Progenitores consideraram que o progresso do país depende do desenvolvimento cada vez maior das "cidades importantes" (Figura 29).

4.1.4.5 Principais objectivos que o país se deveria esforçar por atingir nos próximos 10 a 15 anos (Q-25)

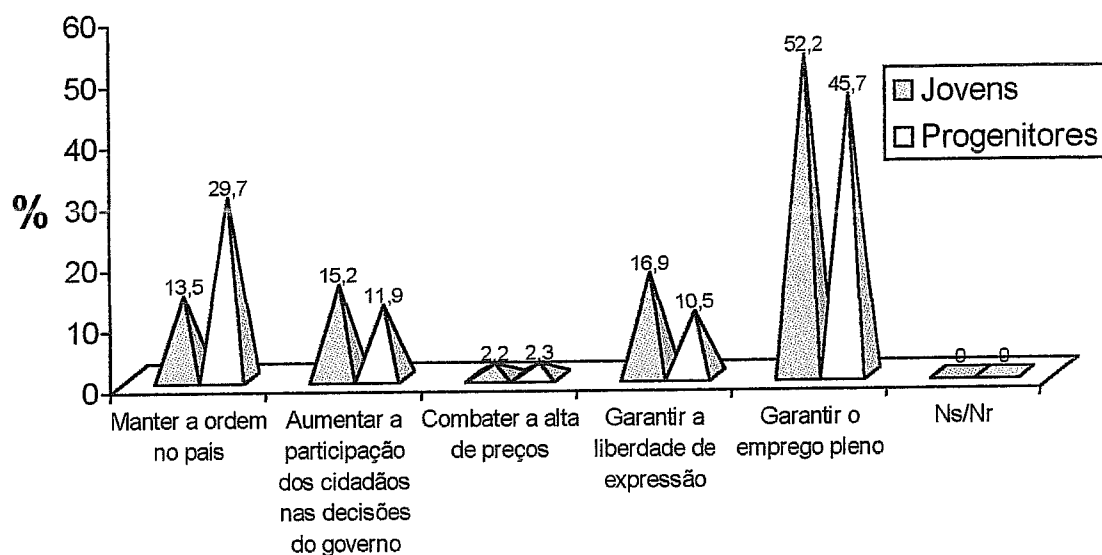


Figura 30 - Apresentação da variável “Principais objectivos que o país se deveria esforçar por atingir nos próximos 10 a 15 anos”

Verificámos que na primeira ordenação de preferência, os objectivos que o país deveria atingir nos próximos 10 a 15 anos em ambas as gerações é sobretudo “garantir o emprego pleno” (52.2% dos Jovens e 45.7% dos Progenitores).

Constatámos que os outros objectivos são distintos entre a duas gerações. Os objectivos, que foram também considerados pelos Jovens “garantir a liberdade de expressão” (16.9%), “aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo” (15.2%), “manter a ordem no país” (13.5%), e por último “combater a alta dos preços” (2.2%). Enquanto que, os objectivos que foram ainda considerados pelos Progenitores, “manter a ordem no país” (29.7%), “aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo” (11.9%), “garantir a liberdade de expressão” (10.5%) e em último lugar, “combater a alta de preços” (2.3%).

Existem diferenças extremamente significativas ($p < 0.01$) entre as duas gerações, em relação aos objectivos que o país deveria atingir nos próximos 10 a 15 anos (

Figura 30).

4.1.4.6 O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010? (Q-41)

Objectivos para o ano 2010	Jovens (%)	Progenitores (%)
Cura de doenças perigosas	31.7	37.2
Fim das guerras e exércitos	12.5	16.3
Decisão sobre o estado do tempo no futuro	0.0	0.5
Confirmar se há vida extra – terrestre	0.3	1.4
Fim da fome e pobreza	28.6	29.5
Igualdade de direitos entre os povos	14.4	9.8
Idioma universal	0.0	0.9
Combate eficiente à poluição	12.5	4.3
Sem resposta	0.0	0.2

Tabela 8 - Apresentação da variável “O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010 ”

De uma forma absolutamente convergente, as duas gerações esperam que no ano 2010, o progresso torne possível, a “cura de doenças perigosas” (37.2% dos Progenitores e 31.7% dos Jovens) e que seja o “fim da fome e da pobreza” (29.5% dos Progenitores e 28.6% dos Jovens) (Tabela 8).

4.1.4.7 Capacidade para influenciar o progresso (Q-42)

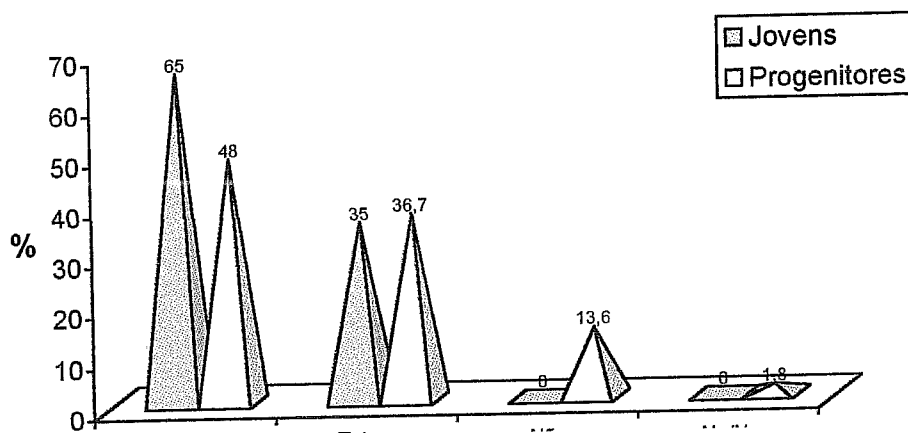


Figura 30 –

Figura 31 - Apresentação da variável “Capacidade para influenciar o progresso”

A maioria dos Jovens (65%) e dos Progenitores (48%) acreditam que podem influenciar o progresso. Entretanto, 36,7% dos Progenitores e 35% dos Jovens acreditam que “talvez” possam influenciar o progresso. E apenas 13,6% dos Progenitores “não” acreditam na sua capacidade de influenciar o progresso (Figura 31).

4.1.4.8 A felicidade das pessoas no ano 2010 (Q-43)

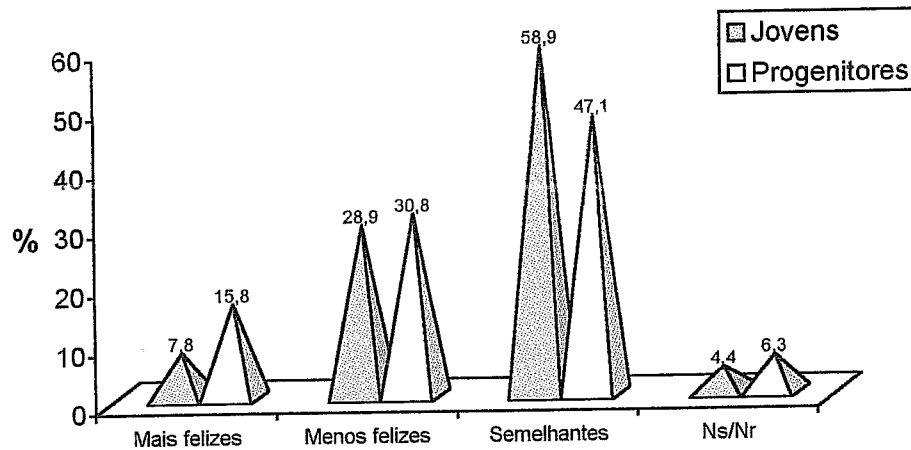


Figura 32 - Apresentação da variável "A felicidade das pessoas no ano 2010"

A maioria dos Jovens (58.9%) e dos Progenitores (47.1%) vislumbram para o ano 2010, uma felicidade "semelhante" à que têm hoje. Outros Progenitores (30.8%) e outros Jovens (28.9%) acreditam que as pessoas serão "menos felizes do que hoje". E por fim, 15.8% dos Progenitores e 7.8% dos Jovens têm a esperança que as pessoas serão "mais felizes que hoje".

Quanto à esperança de felicidade projectada no ano 2010, verifica-se que existem diferenças significativas ($p < 0.05$) entre os Jovens e os Progenitores (

Figura 32).

4.1.4.9 A geração com uma visão mais realista do mundo (Q-46)

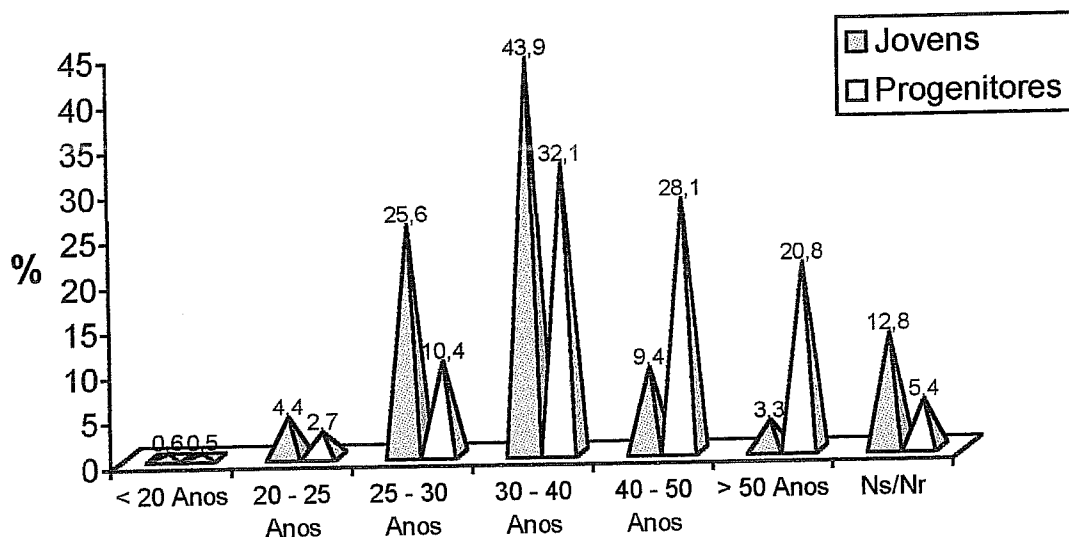


Figura 33 - Apresentação da variável "A geração com uma visão mais realista do mundo"

As duas gerações apresentam visões diversas quando questionados sobre qual a geração que "tem uma visão mais realista do mundo actual". Estamos perante a existência de diferenças extremamente significativas ($p < 0.01$) entre as duas gerações. O escalão etário "30-40 anos" é o que recolhe mais adeptos entre os Jovens (43.9%) e os Progenitores (32.1%). No entanto, nota-se uma leve tendência de cada geração atribuir a "visão mais realista do mundo actual" à geração mais próxima da sua. A seguir as gerações que os Jovens mais acreditam são: "25-30 anos" (25.6%), "40-50 anos" (9.4%), "20-25 anos" (4.4%), "mais de 50 anos" (3.3%) e ainda, "com menos de 20 anos" (0.6%).

Seguem-se as gerações que os Progenitores ainda acreditam, "40-50 anos" (28.1%), "mais de 50 anos" (20.8%), "20-30 anos" (10.4%), "20-25 anos" (2.7%) e "com menos de 20 anos" (0.5%) (

Figura 33).

4.1.4.10 Para vencer a crise da civilização (Q-26)

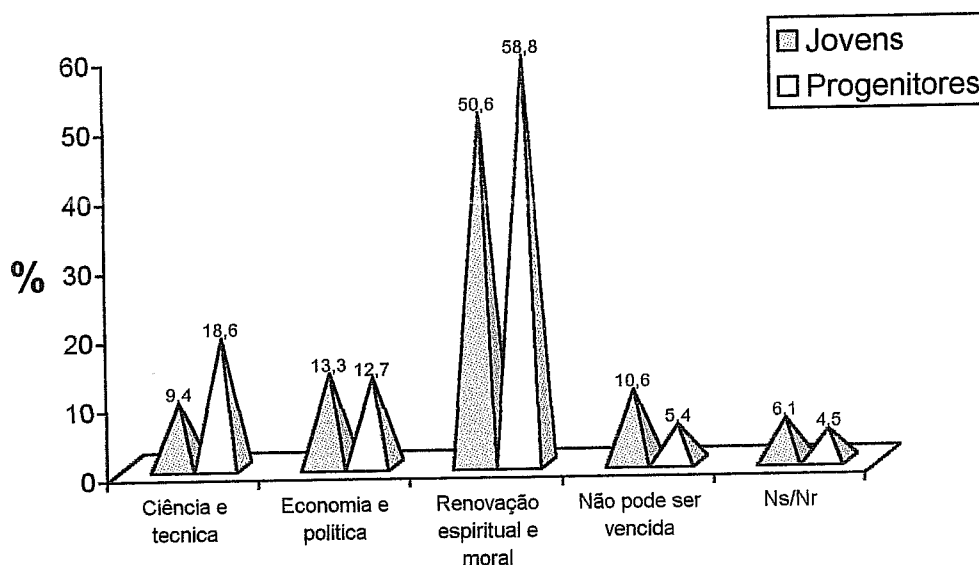


Figura 34 - Apresentação da variável "Para vencer a crise da civilização"

A crise da civilização pode ser vencida pela "renovação espiritual e moral" (58.8% dos Progenitores e 50.6% dos Jovens), pela "ciência e pela técnica" (19.4% dos Jovens e 18.6% dos Progenitores) ou pela "economia e pela política" (13.3% dos Jovens e 12.7% dos Progenitores). No entanto, 10.6% dos Jovens e 5.4% dos Progenitores não acreditam que a crise civilizacional possa ser vencida (Figura 34).

4.1.5 CAUSAS, MOTIVAÇÕES E RELIGIÃO

Neste grupo de questões pretendemos estudar os valores dos Jovens e dos Progenitores no que diz respeito às Causas, Motivações e Religião..

Pretendemos analisar aspectos pessoais mais valorizados pelos dois grupos inter-geracionais. Tais como, quais as qualidades interpessoais mais valorizadas, quais os motivos que as pessoas têm para procurar trabalho, quais os aspectos da vida que mais lhe interessam, quais as causas pelas quais vale a pena aceitar sacrifícios, qual a posição em relação aos "tribunais e leis" (Estado de Direito), qual a atitude perante a religião e o que procura na religião.

4.1.5.1 Qualidades interpessoais mais valorizadas (Q-31)

As três qualidades que mais admira	Jovens (%)	Progenitores (%)
Honradez	7.6	21.1
Humildade	13.0	11.3
Inteligência	15.7	13.9
Espírito de sacrifício	5.9	3.9
Pureza	1.7	1.8
Eficácia	3.7	1.8
Perseverança	3.7	3.8
Sinceridade	17.6	13.1
Audácia	2.8	0.3
Prudência	0.7	1.7
Caridade	2.6	6.5
Paciência	3.1	2.6
Dinamismo	5.9	4.4
Lealdade	8.9	9.5
Descontracção	0.6	0.2
Fidelidade	6.5	4.2
Sem resposta	0.0	0.0

Tabela 9 - Apresentação da variável "Qualidades interpessoais mais valorizadas"

As três qualidades interpessoais que os Jovens mais valorizam são: a "sinceridade" (17.6%), a "inteligência" (15.7%) e a "humildade" (13%). E no caso dos Progenitores são: a "honradez" (21.1%), a "inteligência" (13.9%) e a "sinceridade" (13.1%).

Salientamos que a "inteligência" foi coincidente, como a segunda escolha das duas gerações. E a "sinceridade" foi também coincidente, mas não pela mesma ordem (esta foi a primeira escolha dos Jovens e terceira dos Progenitores) (Tabela 9).

4.1.5.2 Motivação das pessoas a procurarem trabalho (Q-5)

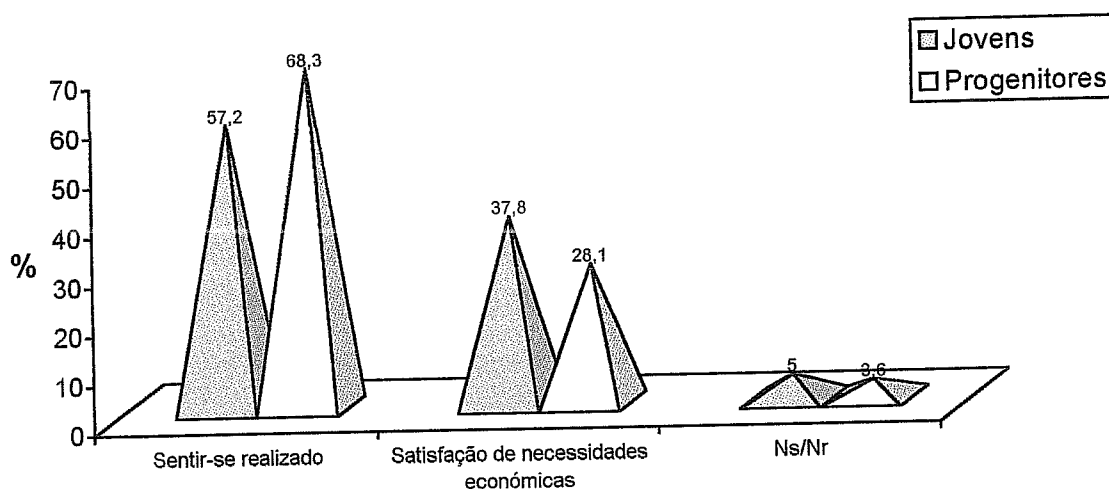


Figura 35 - Apresentação da variável "Motivação das pessoas a procurarem trabalho"

De acordo com as duas gerações, o que motiva as pessoas a procurarem trabalho é principalmente pelo facto de "só quem trabalha é que se sente realizado" (68.3% dos Progenitores e 57.2% dos Jovens). Em contrapartida, 37.8% dos Jovens e 28.1% dos Progenitores referem que "as pessoas preferiam não trabalhar se tivessem asseguradas as necessidades económicas" (

Figura 35).

4.1.5.3 Aspectos da vida que mais lhe interessam (Q-44)

Aspectos da vida que lhe interessam	Jovens (%)	Progenitores (%)
Ciências e tecnologia	20.7	9.4
Política nacional	5.9	10.9
Desportos	7.6	5.1
Problemas da sociedade	15.6	24.3
Artes e espectáculos	8.9	1.8
Vida dos outros povos europeus	1.9	4.8
Vida das regiões, línguas e culturas	5.4	6.0
Meio ambiente, natureza, ecologia	23.3	19.3
Terceiro mundo, subdesenvolvimento	5.4	8.3
Vida política internacional	3.1	2.7
Religião	2.2	7.4
Sem resposta	0.0	0.0

Tabela 10 - Apresentação da variável "Aspectos da vida que mais lhe interessam"

Os três aspectos da vida que mais interessam os Jovens são, respectivamente por ordem decrescente: o "meio ambiente, natureza, ecologia" (23.3%), as "ciências e tecnologia" (20.7%) e os "problemas de sociedade" (15.6%).

E no caso dos Progenitores, são: os "problemas da sociedade" (24.3%), o "meio ambiente, natureza e ecologia" (19.3%) e a "política nacional" (10.9%).

A escolha do "meio ambiental" e dos problemas sociais foram coincidentes entre a duas gerações, mas não pela mesma ordem (Tabela 10).

4.1.5.4 Causas por vale a pena aceitar sacrifícios (Q-27)

Causas por que vale a pena sacrifícios	Jovens (%)	Progenitores (%)
Protecção da natureza	22.3	18.3
Paz	23.6	28.2
Luta contra a miséria	15.2	22.6
Defesa nacional	4.6	3.8
Liberdade do indivíduo	10.6	6.5
Direitos do homem	22.9	20.7
Nenhumas	0.0	0.0
Sem resposta	0.7	0.0

Tabela 11 - Apresentação da variável "Causas por que vale a pena aceitar sacrifícios"

Quanto às causas pelas quais vale a pena aceitar sacrifícios, algumas são coincidentes entre as duas gerações, mas nem sempre pela mesma ordem. A primeira causa escolhida é a "paz", e é coincidente entre os Progenitores (28.2%) e os Jovens (23.6%). A segunda causa escolhida pelos Jovens, tem a ver com os "direitos do homem" (22.9%) e a segunda causa escolhida pelos Progenitores com a "luta contra a miséria" (22.6%). E, a terceira causa escolhida pelos Jovens prende-se com a "protecção à natureza" (22.3%) e a terceira causa escolhida pelos Progenitores prende-se com as preocupações acerca dos "direitos do homem" (20.7%) (Tabela 11).

4.1.5.5 Tribunais e leis (Q-17)

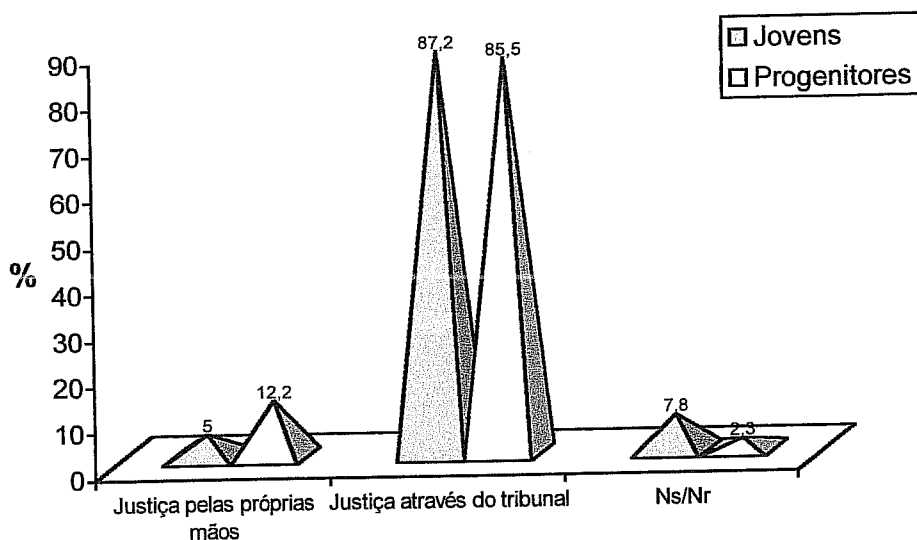


Figura 36 - Apresentação das variáveis "Tribunais e Leis"

Sobre os tribunais e as leis, as duas gerações comprovam que vivemos em Portugal num estado de direito, dado que eles confiam sobretudo na "justiça através do tribunal", (87.2 % dos Jovens e 85.5% dos Progenitores). Poucos são aqueles que admitem que a "justiça seja feita pelas próprias mãos" mesmo em casos graves, (12.2% dos Progenitores e 5% dos Jovens). As diferenças estatísticas para as duas amostras são extremamente significativas ($p < 0.01$) (

Figura 36).

4.1.5.6 Atitude Perante a Religião (Q-32)

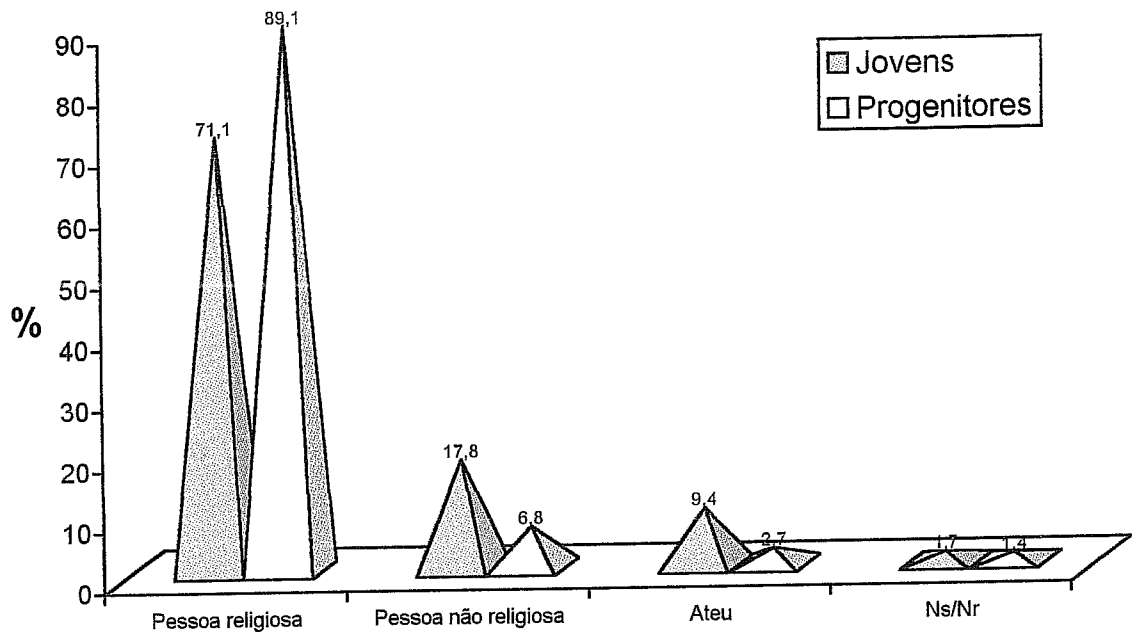


Figura 37 - Apresentação da variável "Atitude Perante a Religião"

Perante a religião destaca-se grandemente o facto dos Progenitores (89.1%) e dos Jovens (71.1%) se considerarem "pessoas religiosas". Outra atitude perante a religião prende-se com o facto de se considerar uma "pessoa não religiosa" (17.8% dos Jovens e 6.8% dos Progenitores). E a outra atitude tem a ver com a possibilidade de se ser "ateu" (9.4% dos Jovens e 2.7% dos Progenitores).

Encontrámos diferenças extremamente significativas ($p < 0.01$), quanto à atitude perante a religião entre os Jovens e os Progenitores (Figura 37).

4.1.5.7 O que procura na Religião (Q-33)

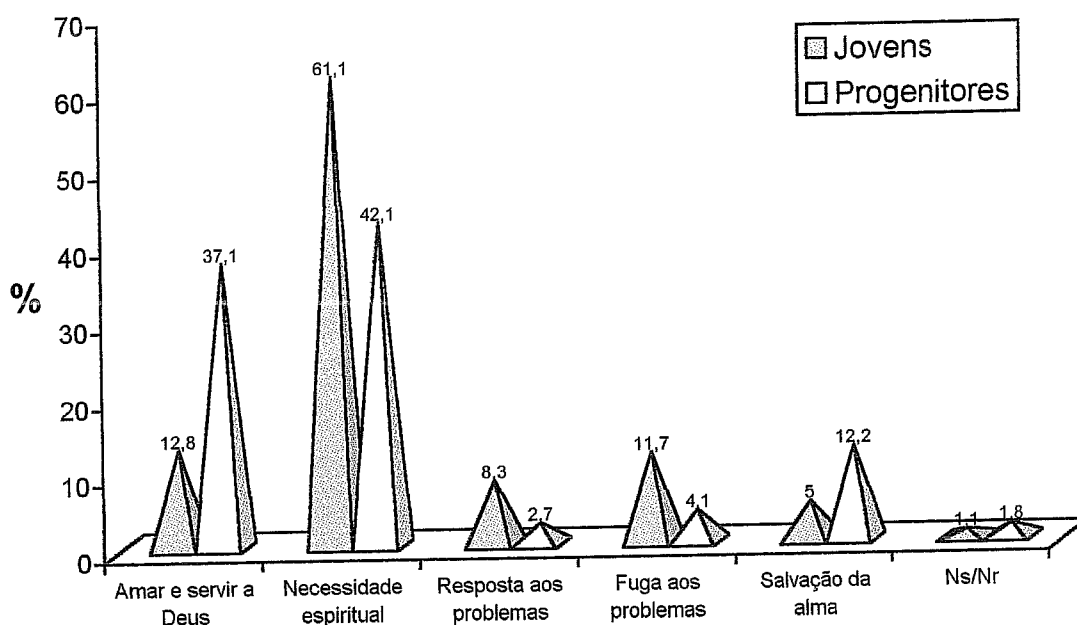


Figura 38 - Apresentação da variável "O que procura na Religião"

De entre o conjunto de alternativas acerca do que procura na religião, verificámos que a maior parte dos Jovens (61.1%) e dos Progenitores (42.1%) optaram pela "satisfação de uma necessidade espiritual". Como não há consenso entre as duas gerações vamos descrever o que mais procuram na religião para além da necessidade espiritual, em separado.

Para os Jovens a religião é também "uma forma de amar e servir a Deus" (12.8%), é "uma fuga à resolução dos problemas graves da vida" (11.7%), é "uma resposta aos problemas morais e familiares" (8.3%) e é ainda uma forma de "salvação da alma" (5%). E os Progenitores, o que procuram ainda na religião é "uma forma de amar e servir a Deus" (37.1%), a religião pode ser um meio de "salvação da alma" (12.2%) é "uma fuga à resolução dos problemas graves da vida" (4.1%) e por último, é "uma resposta aos problemas morais e familiares" (2.7%). Em relação ao que se procura na religião encontrámos diferenças extremamente significativas ($p < 0.01$) entre os Jovens e os Progenitores (Figura 38).

4.2 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS ENTRE SEXOS

Os resultados da variável Sexo (Raparigas/Rapazes e Mães/Pais) relativamente aos valores, são apresentados em pormenor nas várias categorias que integram esses mesmos valores.

4.2.1 FAMÍLIA

Este conjunto de questões dá-nos a possibilidade de conhecer os valores expressos pelas Raparigas, Rapazes, Mães e Pais ao nível da Família, numa perspectiva abrangente.

De acordo com Figueiredo (2001) “Todos os domínios aqui explorados acabam por ter profundas repercussões nesta instituição básica da organização social e da reprodução humana: vida sexual, pré-matrimonial, objectivos dos casamento, divórcio, trabalho feminino, planeamento familiar, número de filhos que gostaria de ter, violência na família, etc. Englobamos também neste capítulo a caracterização do que «é mais importante na vida», questionando implicitamente a importância da família e do amor, com notórias variações de valorização ao longo das diferentes décadas estudadas. Assim como a problemática da educação pré-escolar onde, obviamente, a importância formativa e disponibilidade da família são questionadas. Com a problemática da «forma de viver dos jovens», obtemos informações sobre a dinâmica de saída de casa como expectativa por parte dos jovens adultos, assim como sobre o que pensam os pais sobre essa matéria” (p. 63).

4.2.1.1 Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz (Q-10)

As experiências sexuais antes do casamento no sexo masculino são vistas como: “úteis” em 53.2% dos Rapazes e 47.7% das Raparigas, “sem gravidade” em 40.7% das Raparigas e 37.2% das Rapazes, “perigosas” em 8.5% dos Rapazes e 7% das Raparigas e “repreensíveis” apenas em 2.3% das Raparigas.

Acerca desta questão, os Progenitores têm entre si uma concepção muito heterogénea, sem que no entanto, se verifiquem diferenças estatísticas. Ora vejamos, os Pais são partidários de que as experiências sexuais antes do casamento nos rapazes não têm gravidade (33.3%), são “úteis” (29.4%), também são “perigosas” (22.5%) e todavia “repreensíveis” (13.7%). De acordo com as Mães inquiridas as experiências sexuais antes do casamento nos rapazes são em primeiro lugar “perigosas” (30.3%), a seguir, “sem gravidade” (26.5%), depois são consideradas “úteis” (19.3%) e por último, “repreensíveis” (18.5%).

4.2.1.2 Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga (Q-11)

As experiências sexuais antes do casamento no sexo feminino são encarados entre os Jovens: “úteis” em 47.9% dos Rapazes e 44.2% das Raparigas, “sem gravidade” em 40.7% das Raparigas e 29.8% dos Rapazes, “perigosas” em 12.8% dos Rapazes e 10.5% das Raparigas e “repreensíveis” em 3.5% das Raparigas e 2.1% dos Rapazes.

Apesar de não se verificarem diferenças significativas entre as Mães e os Pais, observámos no entanto que, está patente uma concepção heterogénea acerca desta questão.

Assim, constatámos que as Mães defendem que as experiências sexuais pré-matrimoniais nas raparigas são sobretudo “perigosas” (44.5%), “repreensíveis” (25.2%), “úteis” (13.4%) e “sem gravidade” (12.6%). E os Pais defendem que são “perigosas” (37.3%), “sem gravidade” (21.6%), “repreensíveis” (20.6%) e “úteis” (19.6%).

4.2.1.3 Planeamento familiar (Q-13)

A propósito do planeamento familiar há uma homogeneidade entre os sexos masculino e feminino dos Jovens. A grande maioria das Raparigas (59.3%) e dos Rapazes (51.1%) estão de acordo que o planeamento familiar “é o meio lícito de planificação da família, tendo em conta as condições mais favoráveis à procriação e educação dos filhos”. Mas, 22.3% dos Rapazes e 18.6% das Raparigas defendem que “é uma prática absolutamente justificada e mesmo necessária dado o crescente povoamento do mundo”. No entanto, 18.1% dos Rapazes e 16.3% dos Raparigas defendem que “é uma prática lícita desde que os cônjuges estejam de acordo”.

E por último, 7.4% dos Rapazes e 3.5% das Raparigas defendem que “é uma prática lícita mas só quando têm em conta certas condições de saúde ou circunstâncias económicas e sociais da família”.

A maioria das Mães (42.9%) e dos Pais (41.2%) defendem que “é um meio lícito de planificação da família, tendo em conta as condições mais favoráveis à procriação e educação dos filhos”. Além disso, 23.5% das Mães e 17.6% dos Pais defendem que “é uma prática sempre lícita desde que os cônjuges estejam de acordo”. A seguir, 20.6% dos Pais e 15.1% das Mães defendem que é uma prática absolutamente justificada e mesmo necessária dado o crescente povoamento do mundo”. Salientamos ainda que, 16% das Mães e 14.7% dos Pais defendem que, “é uma prática lícita mas só quando tem em conta certas condições de saúde ou circunstâncias económicas e sociais da família”. E para finalizar, 4.9% dos Pais e 1.7% das Mães defendem ainda que, “é a tradução de um egoísmo social e de uma falta de responsabilidade dos cônjuges perante a sua missão”.

4.2.1.4 Finalidade do casamento (Q-8)

Apresentamos as escolhas por ordem de preferência, do 1º ordenamento, apurado dos Jovens masculinos e femininos, acerca da finalidade do casamento. Em primeiro lugar, o “meio de realização dos cônjuges” (50.5% dos Rapazes e 48.2% das Raparigas), em segundo lugar, o “auxílio mútuo entre esposos” (43.4% dos Raparigas e 34.4% dos Rapazes), em terceiro lugar, a “procriação e educação dos filhos” (12.9% dos Rapazes e 6% das Raparigas), e por último, o “meio legítimo de satisfação de necessidades sexuais” (2.4% das Raparigas e 2.2% dos Rapazes).

Sobre a mesma questão vamos preceder também à apresentação das escolhas por ordem decrescente de preferências, entre os Progenitores masculinos e femininos. Em primeiro lugar, o “meio de realização dos cônjuges” (40% dos Pais e 36.8% das Mães), em segundo lugar, o “auxílio mútuo entre esposos” (36% dos Pais e 35.9% das Mães), em terceiro lugar, a “procriação e educação dos filhos” (24% das Mães e 19% dos Pais), e em último lugar, o “meio legítimo da satisfação de necessidades sexuais” (5% dos Pais e 3.4% das Mães).

Há consensualidade na ordem de preferência entre os sexos masculinos e feminino, no que diz respeito à finalidade do casamento.

4.2.1.5 Factores determinantes para o bom entendimento do casal (Q-7)

Raparigas (%)	Rapazes (%)	Os DOIS FACTORES MAIS IMPORTANTES PARA UM BOM ENTENDIMENTO DO CASAL	Mães (%)	Pais (%)
29.9	28.4	Terem um nível de instrução semelhante	29.5	17.4
4.8	8.2	Terem sido educados no mesmo meio	10.5	10.9
38.3	36.6	Terem os mesmos ideais	31.2	29.4
4.8	4.4	Terem as mesmas atitudes religiosas	6.8	12.4
19.2	19.7	Terem feitios e gostos semelhantes	21.5	28.4
3.0	2.7	Sem resposta	0.4	1.5

Tabela 12 - Apresentação da variável "Factores determinantes para o bom entendimento do casal"

Tendo em conta a diferenciação por sexos dos Jovens verificámos que há convergência em relação aos dois factores que consideram mais importantes para um bom entendimento de um casal. Esses factores são: "terem os mesmos ideais" (38.3% das Raparigas e 36.6% dos Rapazes) e "terem um nível de instrução semelhante" (29.9% das Raparigas e 28.4% dos Rapazes).

No que concerne à diferenciação por sexos dos Progenitores, os factores que consideram mais importantes para um bom entendimento num casal são: "terem os mesmos ideais" (31.2% das Mães e 29.4% dos Pais), e 29.5% das Mães consideram que devem ter "um nível de instrução semelhante" em contrapartida, 28.4% dos Pais consideram o factor "terem feitios e gostos semelhantes" (Tabela 12).

4.2.1.6 Resolução de conflitos no casal (Q-15)

A totalidade das Raparigas (100%) e a esmagadora maioria (95.7%) dos Rapazes "não concordam" com a afirmação "entre o casal há questões que só se resolvem com uma sova na mulher". Apenas 3.2% dos Rapazes "concordam que o homem bata na mulher mas só em situações excepcionais".

A esmagadora maioria das Mães (97.5%) e dos Pais (91.2%) também "não concordam" que "entre o casal há questões que só se resolvem com uma sova na mulher". Somente, 2.9% dos Pais e 1.7% das Mães estão de acordo que "o homem tem o direito de bater na mulher desde que considere tem razão para o fazer". E apenas 2.9% dos Pais "concordam que o homem bata na mulher mas só em situações excepcionais".

4.2.1.7 Divórcio (Q-9)

A grande maioria dos Rapazes (93.7%) e das Raparigas (91.9%) concordam com o divórcio por razões diversas, Essas razões são: "porque é uma solução para situações muito graves de desarmonia conjugal" (77.9% das Raparigas e 66% dos Rapazes), "porque é uma expressão natural da liberdade humana" (16% dos Rapazes e 9.3% das Raparigas) e "porque possibilita a verdade total do amor" (11.7% dos Rapazes 4.7% das Raparigas). Enquanto que, 8.2% das Raparigas e 5.4% dos Rapazes não concordam com o divórcio.

Podemos nomear os motivos da discordância acerca do divórcio : "pode transformar o casamento numa união natural, temporária e de ensaio" (4.7% das Raparigas e 3.2% dos Rapazes), "porque o casamento é por natureza indissolúvel" (apenas 3.5% das Raparigas), e com igual distribuição (apenas 1.1% dos Rapazes) para ambas as razões - "porque é uma tentação contra a fidelidade conjugal", e "porque impossibilita a educação dos filhos".

Também a grande maioria das Mães (82.3%) e dos Pais (78.4%) estão de acordo com o divórcio. Porque: "é uma solução para situações muito graves de desarmonia conjugal" (69.7% das Mães e 60.8% dos Pais), "é uma expressão natural de liberdade humana" (13.7% dos Pais e 8.4% das Mães) e também "porque possibilita a verdade total do amor" (4.2% das Mães e 3.9% dos Pais). No entanto, 21.6% dos Pais e 17.6% das Mães não concordam de forma alguma com o divórcio. Porque: "o casamento é por natureza indissolúvel" (9.8% dos Pais e 8.4% das Mães), "impossibilita a educação dos Filhos" (6.9% dos Pais e 4.2% das Mães), "porque transformar o casamento numa união natural, temporária e de ensaio" (4.2% das Mães e 1% dos Pais). E "é uma tentação contra a fidelidade conjugal" (3.9% dos Pais e 0.8% das Mães).

4.2.1.8 Aspectos mais importantes na vida de uma pessoa (Q-3)

Esta questão é composta por cinco ordenamentos hierárquicos, mas vamos debruçar-nos, sobre o primeiro ordenamento hierárquico, pelo facto de ter sido escolhido em primeiro lugar, e considerar-se por conseguinte, o mais importante, para todos os grupos em comparação. Os aspectos considerados mais importantes na vida de uma pessoa pelas Raparigas e pelos Rapazes são: “o bem estar interior consigo próprio” (83.5% das Raparigas e 80.4% dos Rapazes), “as relações com a família” (10.6% das Raparigas e 9.6% dos Rapazes), “o amor” (8.7% dos Rapazes e 4.7% das Raparigas), “a satisfação com o trabalho profissional” (1.2% das Raparigas) e “as relações com os colegas” (1.1% dos Rapazes).

No caso das Mães e dos Pais, consideram como aspectos mais importantes na vida de uma pessoa (1ª ordenação): “as relações com a família” (47.5% dos Pais e 42.4% das Mães), “o bem estar interior consigo próprio” (42.4% dos Mães e 41.6% dos Pais), “o amor” (14.4% das Mães e 8.9% dos Pais), “a satisfação com o trabalho profissional” (2% dos Pais) e em último lugar “as relações com colegas e amigos” (0.8% das Mães).

4.2.1.9 Número de filhos que gostaria de ter (Q-12)

A maior parte das Raparigas (69.8%) e dos Rapazes (60.6%) desejam ter “2-3 filhos”. Há mais Rapazes (21.3%) do que Raparigas (14%) a pretenderem ter “4 ou mais filhos”. A possibilidade de ter “1 filho” é partilhada por 10.5% dos Rapazes e 8.1% das Raparigas. Para terminar, existem mais Raparigas (7%) do que Rapazes (2.1%) a desejarem ter “nenhum filho”.

Ainda sobre a mesma questão, a maior parte dos Pais (71.6%) e das Mães (68.9%) gostariam de “2-3 filhos”. Outros Progenitores pretendiam ter “4 ou mais filhos” – 24.4% das Mães e 20.6% dos Pais. Aspiravam ter “1 filho” – 6.9% dos Pais e 5% das Mães. E apenas, 1.7% das Mães sentem o desejo de terem “nenhum filho”. Não se registam diferenças estatísticas entre os sexos relativamente ao número desejado de filhos.

4.2.1.10 Ensino Pré - Escolar (Q-2)

O ensino pré-escolar, analisado à luz da diferenciação por sexos, evidencia que a maioria das Mães (79.8%), dos Pais (73.5%), dos Rapazes (66%) e das Raparigas (62.8%), são favoráveis que “até à idade dos três anos o melhor meio educativo é a família, mas entre os três e os seis anos é bom que frequentem um jardim de infância”. Evidenciam também que, as crianças se desenvolvem “mais e melhor se começarem desde muito cedo a conviver com outras crianças numa instituição pré-escolar” - 34.9% das Raparigas, 29.8% dos Rapazes, 18.6% dos Pais e 16% das Mães. E, em último lugar, é defendido pelos Pais (6.9%), pelas Mães (4.2%), pelos Rapazes (3.2%) e pelas Raparigas (1.2%), que “até à idade de irem para a escola primária as crianças devem ficar em casa com a mãe ou alguém da família”. Ao efectuarmos este tipo de análise verificámos que, a variação entre as Raparigas e Rapazes tende a assemelhar-se à variação entre Mães e Pais. Não existem diferenças estatísticas intra-grupos.

4.2.1.11 Educação dos filhos (Q-14)

Tendo em conta a afirmação referente à educação dos filhos - “os pais que querem educar bem os filhos não podem passar sem os castigar fisicamente” a maior parte dos Rapazes (66%) e das Raparigas (59.3%) expressam de forma clara a sua concordância “que por vezes é necessário bater mas devem evitar fazê-lo”. Contudo, mais Raparigas (36%) do que Rapazes (24.5%) estão convictos de que não é necessário bater. Entretanto, 7.4% dos Rapazes e 3.5% das Raparigas concordam que “os pais têm o direito de bater nos filhos desde que considerem necessário”.

E para finalizar, 2.1% dos Rapazes e 1.2% das Raparigas concordam que não faz mal bater às crianças até aos 13/14 anos.

As Mães (60.5%) e os Pais (52.9%) estão sobretudo de acordo “que por vezes é necessário bater mas devem evitar fazê-lo”. Por outro lado, 33.3% dos Pais e 21.8% das Mães acham que não é necessário bater.

Todavia, 12.6% das Mães e 8.8% dos Pais estão convictos de que “os pais têm o direito de bater nos filhos desde que considerem necessário”. E por último, 4.2% das Mães e 3.9% dos Pais concordam que não faz mal bater às crianças até aos 13/14 anos.

As Raparigas são mais tolerantes do que os Rapazes e os Pais mais tolerantes do que as Mães, quanto aos castigos físicos dos pais para com os filhos.

4.2.1.12 Com quem gostariam de viver os jovens a partir dos 17/18 anos? (Q-4)

Os Jovens a partir dos 17/18 anos gostariam de “viver com outros jovens”, (72.1% das Raparigas e 63.8% dos Rapazes), ou então, “viver sós” (18.1% dos Rapazes e 14% das Raparigas) ou ainda, gostariam de “viver em casa dos pais” (16% dos Rapazes e 14% das Raparigas).

Os Progenitores divergem um pouco entre si, sem que no entanto existam diferenças estatísticas. Assim, os Pais presumem que os filhos escolheriam mais naturalmente “viver em casa dos Pais” (38.2%), outros Pais presumem que escolheriam “viver com outros jovens” (37.3%), e por último, escolheriam “viver sós” (20.6%).

No caso das Mães, elas acreditam que os jovens com mais de 17/18 anos escolheriam “viver com outros jovens” (33.3%), a seguir, escolheriam “viver em casa dos pais” (32.8%), e para terminar, acreditam que os Jovens gostariam de “viver sós” (26.9%).

4.2.1.13 Trabalho da mulher (Q-6)

As Raparigas valorizam mais do que os Rapazes (89.5% contra 76.6%) o facto, de que “a mulher deve ter um emprego durante toda a vida, tal como o homem”. A seguir, verificámos que os Rapazes valorizam muito mais do que as Raparigas (21.3% contra 8.1%) que “a mulher casada só deve empregar-se se conseguir um horário de trabalho compatível com as exigências da vida familiar”. Apenas, 1.2% das Raparigas e 1.1% dos Rapazes concordam que “a mulher casada não deve empregar-se em caso algum”. E somente, 1.1% dos Rapazes concordam que “a mulher casada só deve empregar-se em casos de extrema necessidade”.

Os Pais valorizam mais do que as Mães (56.9% contra 44.5%) que “a mulher deve ter um emprego durante toda a vida, tal como o homem”. É importante salientar que, 30.3% das Mães e 23.5% dos Pais, referem que “a mulher casada só deve empregar-se se conseguir um horário de trabalho compatível com as exigências da vida familiar”. A seguir salientamos que, 12.6% das Mães e 8.8% dos Pais defendem que “a mulher casada só deve empregar-se em caso de extrema necessidade”. Entretanto, 5.9% das Mães e 4.9% dos Pais defendem que “a mulher pode ter um emprego até ao nascimento do 1º filho”. E, 5% das Mães e 3.9% dos Pais defendem que “a mulher não deve empregar-se em caso algum”. E por fim, 2% dos Pais e 0.8% das Mães defendem que “a mulher deve ter um emprego até casar”.

Apesar de não terem sido detectadas diferenças estatisticamente significativas entre as respectivas comparações constatámos que, as Raparigas são as maiores defensoras do trabalho feminino efectivo. E, de uma maneira geral, os Pais são mais defensores do que as Mães que as mulheres tenham um emprego.

4.2.2 POLÍTICA

O grupo de questões seguinte, dá-nos a oportunidade de constatar quais os valores defendidos pelos Rapazes, Raparigas, Mães e Pais ao nível da posição política, da proximidade a um partido político e do sistema político pelo qual se deveriam orientar as nações. Analisámos se existia ou não concordância acerca de: "Não é na revolução que reside a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada". Relativamente à União Europeia, interessou-nos saber o que sentiriam as pessoas se Portugal abandonasse a União Europeia e qual a concepção que têm a longo prazo da mesma União Europeia.

4.2.2.1 Posição política (Q-38)

O posicionamento político, analisado à luz do sexo dos Jovens mostra-nos que se situa essencialmente ao "centro" (40.4% dos Rapazes e 36% das Raparigas). Seguindo-se as posições políticas: à "esquerda" (30.2% das Raparigas e 23.4% dos Rapazes), à "direita" (25.4% das Raparigas e 23.4% dos Rapazes), à "extrema-direita" (8.5% dos Rapazes e 4.7% das Raparigas) e para terminar, à "extrema-esquerda" (4.3% dos Rapazes e 3.5% das Raparigas).

Tendo em conta o sexo dos Progenitores, verificámos que as suas posições políticas são: ao "centro" (45.4% das Mães e 40.2% dos Pais), à "direita" (18.6% dos Pais e 12.6% das Mães), à "extrema-direita" (10.9% das Mães e 9.8% dos Pais), e em último lugar, à "extrema-esquerda" (3.9% dos Pais e 0.8% das Mães).

4.2.2.2 Grau de ligação a um partido político (Q-39)

Quanto à proximidade a um partido político, notámos que, a maioria das Raparigas (70.9%) e dos Rapazes (54.3%) são "sobretudo simpatizantes". No entanto, 23.4% dos Rapazes e 19.8% das Raparigas não mantêm qualquer proximidade a algum partido político. Contudo, 17% dos Rapazes e 8.1% das Raparigas sentem-se "bastante ligados" a algum partido político. E para terminar, apenas 5.3% dos Rapazes e 1.2% das Raparigas sentem que estão "muito ligados" a algum partido político.

A maior parte das Mães (64.7%) e dos Pais (61.8%) são "sobretudo simpatizantes". Sucedendo-se ainda em termos de proximidade a um partido político: "sem proximidade a nenhum partido" (21.8% das Mães e 17.6% dos Pais), "bastante ligado" (11.8% dos Pais e 10.1% das Mães) e por último "muito ligado" (8.8% dos Pais e 3.4% das Mães).

4.2.2.3 Sistema político que se deveriam orientar as nações (Q-45)

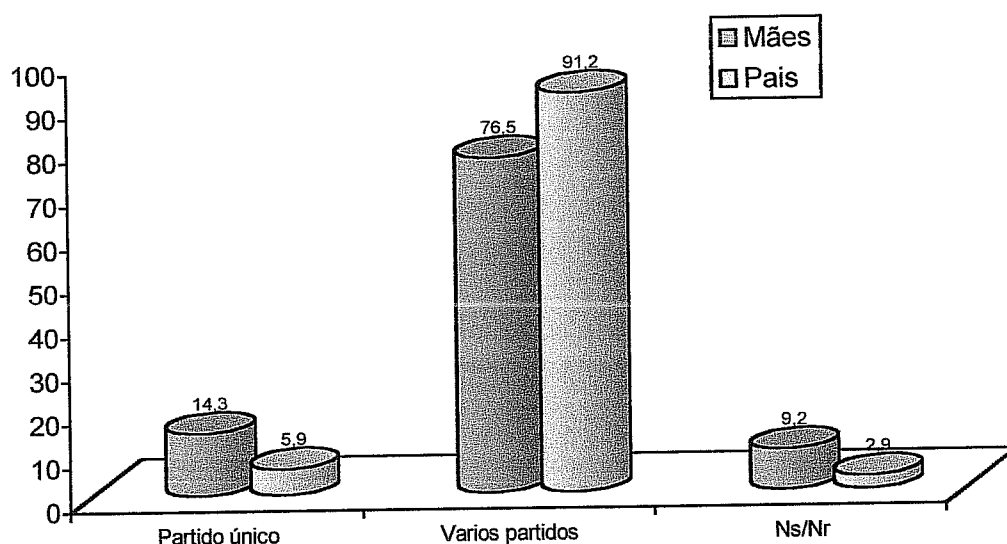


Figura 39 - Apresentação da Variável "Sistema político que se deveriam orientar as nações"

Tendo em conta a democracia, as nações deveriam orientar o seu sistema político essencialmente para um "sistema de vários partidos" (93.6% dos Rapazes e 91.9% das Raparigas). E somente, 3.2% dos Rapazes e 2.3% das Raparigas apostam antes num "sistema de partido único".

Há uma maior valorização das convicções democráticas multipartidárias, sobretudo por parte dos Pais (91.2%) e das Mães (76.5%) que optam por "vários partidos". E somente 14.3% das Mães e 5.9% dos Pais optam por um "partido único" através do qual se deveriam orientar as nações.

Em relação a esta questão encontrámos diferenças estatísticas significativas ($p < 0.05$) ao nível da diferenciação de género dos Progenitores (Figura 39).

4.2.2.4 "Não é na revolução que reside a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada" (Q-23)

A maioria das Raparigas (69.8%) e dos Rapazes (59.6%) estão inteiramente de acordo que "não é na revolução que reside a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada". No entanto, 30.9% dos Rapazes e 17.4% das Raparigas acham "que nem sempre é exacta porque há circunstâncias em que se torna remédio adequado".

As Mães (84.9%) e os Pais (69.6%) mostram-se inteiramente de acordo com a preposição "não é na revolução que reside a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada". Contudo, 25.5% dos Pais e 7.6% das Mães, mostram-se favoráveis em que nalgumas "circunstancias só a violência se torna remédio adequado". E, 2% dos Pais e 1.7% das Mães, concordam que é na revolução que reside a salvação e a justiça, e não na evolução bem orientada.

O sexo feminino em cada um dos grupos, aposta mais do que o sexo masculino, na evolução bem orientada para os aspectos ligados à salvação e a justiça em detrimento da revolução.

4.2.2.5 Se Portugal abandonasse a União Europeia (Q-24)

Se Portugal abandonasse a União Europeia, os Rapazes (59.6%) e as Raparigas (59.3%) sentiriam fundamentalmente "que era uma pena". Alguns dos Jovens sentiriam alívio" (22.3% dos Rapazes e 18.6% das Raparigas) e outros ainda, sentiriam que "era indiferente" (11.7% dos Rapazes e 11.6% das Raparigas).

No caso dos Progenitores, o sentimento de que "era uma pena" é inequivocamente dominante (58% das Mães e 57.8% dos Pais), seguindo-se-lhe com alguma distância que "era indiferente" (21% das Mães e 18.6% dos Pais) e que sentiam alívio (18.6% dos Pais e 10.1% das Mães).

4.2.2.6 Concepção a longo prazo da União Europeia (Q-40)

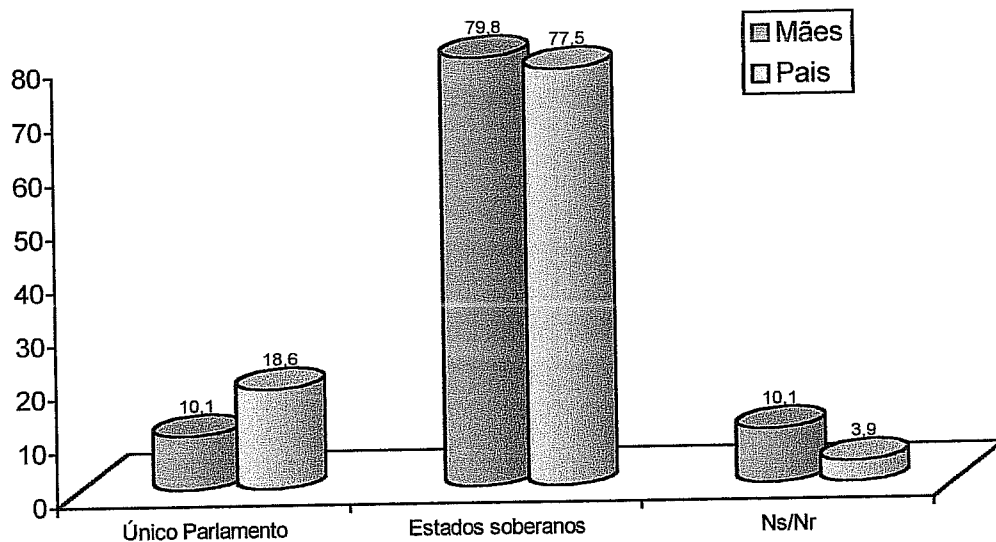


Figura 40 - Apresentação da Variável "Concepção a longo prazo da União Europeia"

Relativamente à concepção a longo prazo da União Europeia os Rapazes (91.5%) e as Raparigas (87.2%) mostram-se grandemente a favor que "a última palavra deverá pertencer aos governos dos estados membros". Em contrapartida, apenas, 7% das Raparigas e 3.2% dos Rapazes são a favor que "a União Europeia deveria ter não só um único parlamento eleito por sufrágio universal, mas também um único por governo que tivesse a última palavra em certos domínios importantes".

Quanto ao modelo de organização da União Europeia, as Mães (79.8%) e os Pais (77.5%) são grandemente a favor de que "os governos dos estados membros sejam soberanos". Só estão a favor que a União Europeia tenha "não só um único parlamento eleito por sufrágio universal, mas também um único governo que tivesse a última palavra em certos domínios importantes", (18.6% dos Pais e 10.1% das Mães).

A propósito da concepção a longo prazo da União Europeia, encontramos diferenças significativas ($p < 0.05$) entre Mães e os Pais (Figura 40).

4.2.3 INSTITUIÇÕES E PROBLEMAS SOCIAIS

Este agrupamento de questões permite-nos ter acesso aos valores que as Raparigas (Filhas) e os Rapazes (Filhos), por um lado, as Mães e os Pais por outro, exprimiram em relação às Instituições (escola, polícia e prisões) e aos Problemas Sociais ligado à marginalidade, (criminalidade, alcoolismo, consumo de droga, e prostituição), em particular o consumo de substâncias legais (Álcool, cafeína, nicotina, etc.) e ilegais (Heroína, cannabis, etc.).

4.2.3.1 Educação Escolar (Escolaridade obrigatória) (Q-1)

Atendendo ao sexo dos respondentes a propósito da educação escolar, as preferências foram inequivocamente para que “a escolaridade obrigatória deve ser prolongada pois os Jovens só têm a lucrar com a aprendizagem escolar” – 67.4% das Raparigas, 66.7% dos Pais, 65.5% das Mães e 62.8% dos Rapazes. Por outro lado, consideram que “a frequência obrigatória da escola só devia ser obrigatória se o ensino fosse organizado de uma forma mais útil. Tal como está interessa a poucos” – 33% dos Rapazes, 29.1% das Raparigas, 27.5% dos Pais e 26.1% das Mães. E, finalmente 6.7% das Mães, 3.9% dos Pais, 2.1% dos Rapazes e 1.2% das Raparigas consideram que “a escolaridade obrigatória deve ser reduzida pois para quem não seguir estudos só interessa aprender a ler e a escrever”.

Constatámos que existe uma similaridade na variação entre as Raparigas e os Rapazes, as Mães e os Pais a propósito da educação escolar.

4.2.3.2 Polícia (Q-18)

A maior parte das Raparigas (72.1%), dos Rapazes (67%), das Mães (50.4%) e dos Pais (47.1%) defendem que a polícia “funciona mal”. É de salientar, que as Raparigas têm maior convicção do que os demais acerca do modo de funcionar (mal) da polícia. Seguidamente defendem que “faz o melhor que pode” (41.2% das Mães, 40.2% dos Pais, 25.5% Rapazes e 23.3% das Raparigas). No entanto, salienta-se que, são as Mães quem apostam um pouco na polícia enquanto Instituição, alguns Rapazes dividem igualmente as suas preferências entre “não serve para nada” (3.2%) e “é o que nos vale” (3.2%). No caso das Raparigas, apenas 1.2% referem que “não serve para nada”. As Mães (5.9%) e os Pais (5.9%) estão convictos de que a polícia “é o que nos vale”. E para finalizar, 3.9% dos Pais e 1.7% das Mães defendem que a polícia “não serve para nada”.

4.2.3.3 Sistema Prisional (Q-19)

Quanto ao sistema prisional “funciona mal” para 80.2% das Raparigas e 75.5% dos Rapazes. No entanto, dizem que “fazem o melhor que podem” 19.1% dos Rapazes e 11.6% das Raparigas. Nas Raparigas observámos um posicionamento igual quando se referem que “não servem para nada” (2.3%) e “é o que nos vale” (2.3%). Apenas 1.1% dos Rapazes dizem que o sistema prisional “é o que nos vale”. Os Pais (56.9%) e as Mães (52.1%) referem que o sistema prisional “funciona mal”, 32.8% das Mães e 30.4% dos Pais referem também que “fazem o melhor que podem”, 9.2% das Mães e 6.9% dos Pais referem ainda que é “o que nos vale”, e por último, 0.8% das Mães referem que “não servem para nada”.

Verificámos que as variações da distribuição da variável sistema prisional por sexos é homogénea.

4.2.1.4 Atitude da sociedade face à Criminalidade, ao Alcoolismo, ao Consumo de Droga, e à Prostituição (Q-20)

Há unanimidade perante a atitude (preventiva) que a sociedade deveria tomar face à criminalidade, ao alcoolismo, ao consumo de droga e à prostituição mediante a discriminação por sexos. Apesar de ambos os sexos de cada grupo serem favoráveis à atitude preventiva, o sexo feminino (de cada grupo) aposta ligeiramente mais, nessa mesma atitude.

4.2.3.4.1 Atitude da sociedade face à Criminalidade

Assim, 73.1% das Mães, 69.8% das Raparigas, 66% dos Rapazes e 63.7% dos Pais presumem que a “atitude preventiva” é a mais adequada da sociedade face à criminalidade. Seguem-se, a “atitude repressiva” (34% dos Rapazes, 33.3% dos Pais, 26.7% das Raparigas e 22.7% das Mães) e a “atitude terapêutica” (3.5% das Raparigas, 2.9% dos Pais).

Estamos perante uma distribuição semelhante entre os sexos relativamente à atitude da sociedade face à criminalidade.

4.2.3.4.2 Atitude da sociedade face ao Alcoolismo

A maioria dos Rapazes (72.3%) e das Raparigas (69.8%) estão convictos de que a sociedade face ao alcoolismo devia ter uma "atitude preventiva". Do mesmo modo, 30.2% das Raparigas e 27.7% dos Rapazes estão convictos de que a sociedade devia ter antes, uma "atitude terapêutica". Relativamente ao alcoolismo a "atitude preventiva" é a mais adoptada pelas Mães (62.2%) e pelos Pais (54.9%), seguindo-se a "atitude terapêutica" (43.1% dos Pais e 36.1% das Mães) e a "atitude repressiva" (2% dos Pais e 0.8% das Mães).

Encontrámos um eco consensual entre o sexo masculino e feminino de cada grupo, a propósito da atitude da sociedade face ao alcoolismo.

4.2.3.4.3 Atitude da sociedade face ao Consumo de Droga

Observámos que a "atitude preventiva" é aquela que reúne maior consenso entre os Rapazes (84%) e as Raparigas (82.6%) a propósito do consumo de droga. Atribuem também importância à "atitude terapêutica" (12.8% dos Rapazes e 11.6% das Raparigas) e à "atitude repressiva" (4.7% das Raparigas e 3.2% dos Rapazes).

Tendo em conta o sexo dos Progenitores, observámos que são maioritariamente a favor de uma "atitude preventiva" (77.3% das Mães e 66.7% dos Pais). Destacámos ainda a "atitude terapêutica" (22.5% dos Pais e 16.8% das Mães) e a "atitude repressiva" (10.8% dos Pais e 5% das Mães).

Verificámos que há convergência entre sexos de cada um dos grupos no que diz respeito à atitude da sociedade face ao consumo de droga.

4.2.3.4.4 Atitude da sociedade face à Prostituição

A propósito da prostituição, as Raparigas (81.4%) e os Rapazes (75.5%) pronunciam-se claramente a favor da "atitude preventiva", a favor da "atitude terapêutica" (11.7% dos Rapazes e 9.3% das Raparigas) e a favor da "atitude repressiva" (8.5% dos Rapazes e 8.1% das Raparigas). Analisando ao nível da diferenciação por sexos dos Progenitores, constatámos que 78.2% das Mães e 76.5% dos Pais são favoráveis à "atitude preventiva" relativamente à prostituição.

Seguem-se a "atitude repressiva" (17.6% dos Pais e 10.9% das Mães) e a "atitude terapêutica" (8.4% das Mães e 4.9% dos Pais).

Há consenso entre os sexos masculinos e feminino dos Jovens e dos Progenitores quanto à atitude da sociedade face à prostituição.

4.2.3.5 Toxicodependência de substâncias legais e ilegais (Q-21)

A maior parte das Raparigas (52.3%) e dos Rapazes (50%) defendem que “todas as drogas ilegais devem continuar ilegais”. Observando as outras alternativas constatámos que “todas drogas ilegais devem poder ser consumidas mas o tráfico proibido” – 22.1% das Raparigas e 19.1% dos Rapazes. E que “todas as substâncias que provocam toxicodependência devem ser consumidas e apenas proibidos e punidos os malefícios que provocam nos outros” – 17.4% das Raparigas e 16% dos Rapazes. E para finalizar, “todas as drogas legais e ilegais devem ser proibidas” (5.8% das Raparigas e 5.3% das Rapazes).

Na distinção entre sexos dos Progenitores verificámos que, 45.1% das Mães e 41.2% dos Pais defendem que “todas as drogas ilegais devem continuar ilegais”. Apesar disso, defendem que “todas as drogas legais e ilegais devem ser proibidas” (35.3% das Mães e 31.4% dos Pais). Seguindo-se que, 10.8% dos Pais e 10.1% das Mães defendem que “todas as drogas ilegais devem poder ser consumidas mas o tráfico proibido”. E para terminar, 8.4% das Mães e 7.8% dos Pais defendem ainda que, “todas as substâncias que provocam toxicodependência devem poder ser consumidas e apenas proibidos e punidos os malefícios que provocam nos outros”.

A preferência de ambos os sexos de cada um dos grupos foram inequivocamente para o lado da concordância acerca da toxicodependência de substâncias legais e ilegais.

4.2.4 PROGRESSO E CIVILIZAÇÃO

Com este agrupamento de questões podemos indagar quais os valores dos grupos em confronto (Raparigas/Rapazes, Mães/Pais) relativamente ao Progresso e à Civilização.

No âmbito do Progresso, focalizámo-nos no progresso do país a propósito do meio rural, do desenvolvimento da indústria e da agricultura, do desenvolvimento de pequenas cidades ou de cidades importantes. Numa perspectiva futura quais os objectivos que o país deveria atingir daqui a 10/15 anos, e o que se deseja que o progresso torne possível nessa referida data. Procurámos ainda averiguar, se as pessoas acreditam que podem influenciar o progresso.

Quanto aos aspectos mais do âmbito civilizacional pretende-se averiguar se no ano 2010 as pessoas serão mais felizes do que hoje. Avaliámos as expectativas de qual a geração que tem uma visão mais realista do mundo. E determinar como pode se vencida a crise da civilização.

4.2.4.1 O Progresso do país (Q-22)

Uma vasta maioria de Raparigas (84.9%) e de Rapazes (83%) defendem que, para que o País progrida melhor “acima de tudo deve-se procurar diminuir as desigualdades sociais e criar oportunidades semelhantes para todos”. Defendem ainda que “a sociedade deve facilitar a vida às pessoas mais capazes e com espírito de iniciativa” (12.8% dos Rapazes e 7% das Raparigas). E para terminar defendem que, “o mais importante é que os governantes sejam capazes de manter a ordem social” (4.7% das Raparigas e 3.2% dos Rapazes).

As Mães (84.9%) são mais a favor do que os Pais (73.5%) de que, o factor mais importante para o progresso do País é diminuir as desigualdades sociais. No entanto, 12.7% dos Pais contra 5.9% das Mães são favoráveis que “a sociedade deve facilitar a vida às pessoas mais capazes e com espírito de iniciativa”. E por último, 11.8% dos Pais contra 8.4% das Mães defendem que “o mais importante é que os governantes sejam capazes de manter a ordem social”.

4.2.4.2 O Progresso do país, em relação ao meio rural (Q-28)

Em relação ao progresso do país face ao meio rural, a quase totalidade dos Rapazes (96.8%) e das Raparigas (96.5%) pronunciam-se claramente a favor da melhoria das “condições de vida dos trabalhadores rurais”. E apenas, 3.5% das Raparigas e 3.2% dos Rapazes são a favor, de que se deve facilitar a vida aos trabalhadores rurais promovendo o êxodo para a cidade. Relativamente a esta mesma questão a quase totalidade dos Pais (99%) e das Mães (98.3%) são tal como os Jovens, a favor da melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais. E somente, 1.7% das Mães apostam em facilitar aos trabalhadores rurais o êxodo para a cidade.

4.2.4.3 O Progresso do país, em relação ao desenvolvimento da indústria e da agricultura (Q-29)

Para o progresso do país, as Raparigas (75.6%) e os Rapazes (74.5%) defendem que é fundamental “aumentar a produtividade da agricultura”. Eles defendem também que, deve desenvolver-se a indústria para o avanço do país (17% dos Rapazes e 15.1% das Raparigas).

Ainda acerca do desenvolvimento do país, as Mães (68.9%) e os Pais (67.6%) defendem que deve aumentar-se a produtividade da agricultura. No entanto, 27.5% dos Pais e 24.4% das Mães apostam no desenvolvimento da indústria como um veículo do progresso do país.

4.2.4.4 O Progresso do país, em relação ao tipo de cidades (Q-30)

Ainda no âmbito do progresso do país, os Rapazes (94.7%) e as Raparigas (93%) são sobretudo a favor do desenvolvimento de pequenas cidades. Apenas, 3.2% dos Rapazes são a favor do desenvolvimento das cidades importantes.

A quase totalidade das Mães (97.5%) e dos Pais (93.1%) são também a favor do desenvolvimento das pequenas cidades. Ainda que pouco expressivos, os Pais (2%) e as Mães (0.8%) são a favor do desenvolvimento das cidades importantes.

4.2.4.5 Principais objectivos que o país se deveria esforçar por atingir nos próximos 10 a 15 anos (Q-25)

Nesta questão vamos apresentar apenas o que as Raparigas/Rapazes e Mães/Pais escolheram em primeiro lugar, (dado que a 1ª escolha é considerada a mais importante).

Tendo em conta o sexo dos Jovens respondentes, verificámos que os principais objectivos que o país se deveria esforçar por atingir nos próximos 10 a 15 anos, não foram escolhidos pela mesma ordem entre as Raparigas e pelos Rapazes. Por esse facto, os resultados serão apresentados em separado, sem que no entanto existam diferenças estatísticas entre os dois grupos.

As Raparigas ordenaram os objectivos que o País deveria alcançar daqui a 10-15 anos da seguinte forma: "garantir o emprego pleno" (54.8%), "garantir a liberdade de expressão" (20.2%), "aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo" (13.1%), "manter a ordem do País" (9.5%), e em último lugar, "combater a alta de preços" (2.4%).

A ordenação dos Rapazes é a seguinte: "garantir o emprego pleno" (50%), "manter a ordem do País" (17%), "aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo" (17%), "garantir a liberdade de expressão" (13.8%), e finalmente, "combater a alta de preços" (2.1%).

Tendo em conta o sexo dos Progenitores respondentes, verificámos que ordenaram os principais objectivos que o País deveria tentar obter nos próximos 10-15 anos de forma coincidente. Assim, escolheram (1ª ordenação): "garantir o emprego pleno" (50.4% das Mães e 40.2% dos Pais), "manter a ordem no País" (32.5% das Mães e 26.5% dos Pais), "aumentar participação dos cidadãos nas decisões do governo" (15.7% dos Pais e 8.6% das Mães), "garantir a liberdade de expressão" (13.7% dos Pais e 7.7 % das Mães) e por último, "combater a alta dos preços" (3.9% dos Pais e 0.9% das Mães).

4.2.4.6 O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010? (Q-41)

Raparigas (%)	Rapazes (%)	OBJECTIVOS PARA O ANO 2010	MÃES (%)	Pais (%)
34.9	28.7	Cura de doenças perigosas	39.2	34.8
10.5	14.4	Fim das guerras e exércitos	18.6	13.7
0.0	0.0	Decisão sobre o estado do tempo, no futuro	0.0	1.0
0.0	0.5	Confirmar se há vida extra - terrestre	0.4	2.5
27.3	29.8	Fim da fome e pobreza	27.8	31.4
17.4	11.7	Igualdade de direitos entre os povos	8.9	10.8
0.0	0.0	Idioma universal	0.4	1.5
9.9	14.9	Combate eficiente à poluição	4.2	4.4
0.0	0.0	Sem resposta	0.4	0.0

Tabela 13 - Apresentação da variável "Objectivos para o ano 2010"

As duas principais prioridades que as Raparigas e os Rapazes gostariam, que o progresso tornasse possível para o ano 2010, são coincidentes, mas não pela mesma ordem. Assim, têm esperança que surja a "cura de doenças perigosas" (34.9% das Raparigas contra 28.7% dos Rapazes) e que seja posto o "fim da fome e da pobreza" (29.8% dos Rapazes contra 27.3% das Raparigas).

Verificámos que, entre os Progenitores masculinos e femininos, as suas escolhas são consensuais. As Mães (39.2%) e os Pais (34.8%) direccionam as suas expectativas sobretudo para a "cura de doenças perigosas". E também para o "fim da fome e pobreza" (31.4% dos Pais e 27.8% das Mães) (Tabela 13).

4.2.4.7 Capacidade para influenciar o progresso (Q-42)

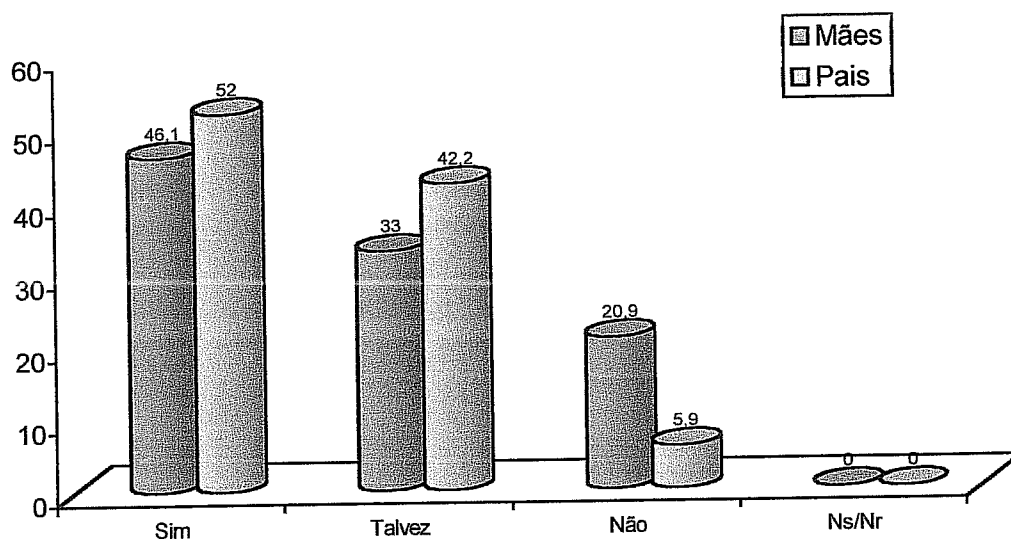


Figura 41 - Apresentação da Variável "Capacidade para influenciar o progresso"

As Raparigas (66.3%) são um pouco mais convictas do que os Rapazes (63.8%) quanto à sua capacidade efectiva de influenciar o progresso. Contudo, 36.2% dos Rapazes e 33.7% das Raparigas imaginam que "talvez" possam influenciar o progresso.

Entre o sexo dos Jovens não observámos diferenças estatísticas.

A maioria dos Pais (52%) e das Mães (46.1%) acreditam que podem influenciar o progresso. A seguir, 42.2% dos Pais e 33% das Mães acreditam que "talvez" possam influenciar o progresso. E, 20.9% das Mães e 5.9% dos Pais acreditam que "não" podem contribuir para influenciar o progresso.

Em relação à capacidade de influenciar o progresso, encontrámos diferenças altamente significativas ($p < 0.01$) entre as Mães e os Pais (

Figura 41).

4.2.4.8 A felicidade das pessoas no ano 2010 (Q-43)

A maior parte das Raparigas (62.8%) e dos Rapazes (55.3%) consideram que a felicidade das pessoas no ano 2010 é semelhante à felicidade de hoje. No entanto, 29.8% dos Rapazes e 27.9% das Raparigas estão convictos de que em 2010 as pessoas serão “menos felizes que hoje”. E mais optimistas são 10.6% dos Rapazes e 4.7% das Raparigas que consideram que as pessoas em 2010 (futuro próximo) serão “mais felizes que hoje”.

Relativamente ainda à mesma questão, a maior parte das Mães (51.3%) e dos Pais (42.2%) referem que no ano 2010 as pessoas terão uma felicidade “semelhante à de hoje”. Há ainda a salientar que, 31.4% dos Pais e 30.3% das Mães estão de acordo que as pessoas serão “menos felizes do que hoje” em 2010. Para terminar, os Pais e as Mães apostam numa maior felicidade para o ano 2010 visto que consideram, que as pessoas serão “mais felizes do que hoje” (20.5% dos Pais contra 11.8% das Mães).

4.2.4.9 A geração com uma visão mais realista do mundo (Q-46)

As Raparigas (47.7%) e os Rapazes (40.4%) defendem que, quem tem uma visão mais realista do mundo é “a geração dos 30-40 anos”. A que se segue, “a geração dos 25-30 anos” (30.7% das Raparigas contra 21.3% dos Rapazes). E a seguinte, “a geração dos que têm entre 40 e 50 anos” (10.6% dos Rapazes e 8.1% das Raparigas). A seguir foi considerada “a geração dos 20-25 anos” (5.3% dos Rapazes e 3.5% das Raparigas). Seguindo-se ainda “a geração que têm mais de 50 anos” (5.3% dos Rapazes e 1.2% das Raparigas). E por último, apenas 1.2% das Raparigas optaram pela “geração com menos de 20 anos”.

Pelo facto das Mães e dos Pais serem pouco consensuais (sem diferenças estatísticas) apresentamos por isso, os resultados separadamente e por ordem decrescente.

As Mães consideram que têm uma visão mais realista do mundo: “a geração dos que têm entre 30-40 anos” (37.8%), “a geração dos que têm entre os 40-50 anos” (20.2%), “a geração dos que têm mais de 50 anos” (16.8%), “a geração dos 25-30 anos” (15.1%), e “a geração dos 20-25 anos” (3.4%).

Os Pais consideraram por sua vez, que têm uma visão mais realista do mundo: “a geração dos que têm entre 40 e 50 anos” (37.3%), “a geração dos que têm entre 30-40 anos” e “a geração que têm mais de 50 anos” (25.5% respectivamente), “a geração dos 25-30 anos” (4.9%), “a geração dos 20-25 anos” (2%) e para finalizar “a geração com menos de 20 anos” (1%).

4.2.4.10 Para ser vencida a crise da civilização (Q-26)

Sobre a crise da civilização, as Raparigas e os Rapazes afirmam no mesmo sentido, que ela pode ser vencida: primeiro, “pela renovação espiritual e moral do homem” (51.2%) das Raparigas e 50% dos Rapazes), segundo, “por meio da ciência e da técnica” (19.8% das Raparigas e 19.1% dos Rapazes), terceiro, “por meio da economia e da política” (16.3% das Raparigas e 10.6% dos Rapazes) e finalmente, 13.8% dos Rapazes e 7% das Raparigas admitem a ausência de mecanismos para vencer.

Atendendo ao sexo dos Progenitores, observámos que a crise pode ser vencida “pela renovação espiritual e moral do homem” (60.8% dos Pais e 57.1% das Mães), “por meio da ciência e da técnica” (19.3% das Mães e 17.6% dos Pais), “por meio da economia e da política” (15.7% dos Pais e 10.1% das Mães), e por fim, julgam “que essa crise não pode ser vencida” (7.6% das Mães e 2.9% dos Pais).

4.2.5 CAUSAS, MOTIVAÇÕES E RELIGIÃO

Neste grupo de questões pretendemos estudar os valores dos Rapazes, das Raparigas, dos Pais e das Mães no que diz respeito às Causas, Motivações e Religião..

Pretendemos analisar aspectos pessoais mais valorizados pelos dois grupos inter-geracionais. Tais como, quais as qualidades interpessoais mais valorizadas, quais os motivos que as pessoas têm para procurar trabalho, quais os aspectos da vida que mais lhe interessam, quais as causas pelas quais vale a pena aceitar sacrifícios, qual a posição em relação aos “tribunais e leis” (Estado de Direito), qual a atitude perante a religião e o que procura na religião.

4.2.5.1 Qualidades interpessoais mais valorizadas (Q-31)

Raparigas (%)	Rapazes (%)	AS TRÊS QUALIDADES QUE MAIS ADMIRA	Mães (%)	Pais (%)
5.0	9.9	Honradez	20.2	22.2
12.8	13.1	Humildade	10.6	12.1
17.4	14.2	Inteligência	13.4	14.4
4.7	7.1	Espírito de sacrifício	4.8	2.9
1.6	1.8	Pureza	0.8	2.9
3.5	3.9	Eficácia	2.5	1.0
5.8	1.8	Perseverança	2.2	5.6
17.8	17.4	Sinceridade	14.6	11.4
1.9	3.5	Audácia	0.0	0.7
0.4	1.1	Prudência	1.4	2.0
2.3	2.8	Caridade	7.8	4.9
4.3	2.1	Paciência	2.8	2.3
5.8	6.0	Dinamismo	3.6	5.2
10.1	7.8	Lealdade	9.8	9.2
0.8	0.4	Descontracção	0.0	0.3
5.8	7.1	Fidelidade	5.3	2.9
0.0	0.0	Sem resposta	0.0	0.0

Tabela 14 - Apresentação da variável "Qualidades interpessoais mais valorizadas"

Há consenso em relação às três qualidades interpessoais que as Raparigas e os Rapazes mais admiram. A primeira delas é a "sinceridade" (17.8% das Raparigas e 17.4% dos Rapazes), a segunda é a "inteligência" (17.4% das Raparigas e 14.2% dos Rapazes) e a terceira, a "humildade" (13.1% dos Rapazes e 12.8% das Raparigas).

As três qualidades interpessoais mais apreciadas pelas Mães e pelos Pais são, em primeiro lugar, a "honradez" (22.2% dos Pais e 20.2% das Mães), em segundo lugar, a "sinceridade" (14.6% dos Pais) e em último lugar, a "inteligência" (13.4% das Mães) e a "humildade" (12.1% dos Pais) (Tabela 14).

4.2.5.2 Motivação das pessoas a procurarem trabalho (Q-5)

A maior parte das Raparigas (59.3%) e dos Rapazes (55.3%) estão convictos de que o principal motivo que impulsiona as pessoas a procurarem um emprego, tem a ver com “só quem trabalha é que se sente realizado”. Ou então porque, “as pessoas preferiam não trabalhar se tivessem asseguradas as necessidades económicas” (38.3% dos Rapazes e 37.2% das Raparigas).

A maior parte das Mães (70.6%) e dos Pais (65.7%) acreditam que as pessoas procuram um emprego sobretudo “porque só quem trabalha é que se sente realizado”. Em contrapartida, 30.4% dos Pais e 26.1% das Mães acreditam que “as preferiam não trabalhar se tivessem asseguradas as necessidades económicas”.

As Raparigas mais do que os Rapazes e as Mães mais do que os Pais, estão convictas de que o trabalho se inscreve claramente numa realização pessoal. Embora não se encontrem diferenças estatisticamente significativas.

4.2.5.3 Aspectos da vida que mais lhe interessam (Q-44)

Raparigas (%)	Rapazes (%)	ASPECTOS DA VIDA QUE LHE INTERESSAM	Mães (%)	Pais (%)
20.5	20.9	Ciências e tecnologia	7.6	11.4
3.1	8.5	Política nacional	6.4	16.0
2.3	12.4	Desportos	1.4	9.5
20.5	11.0	Problemas da sociedade	26.6	21.6
8.5	9.2	Artes e espectáculos	3.1	0.3
1.2	2.5	Vida dos outros povos europeus	5.3	4.2
7.0	3.9	Vida das regiões, línguas e culturas	7.3	4.6
26.0	20.9	Meio ambiente, natureza, ecologia	20.4	18.0
6.6	4.3	Terceiro mundo, subdesenvolvimento	10.4	5.9
2.7	3.5	Vida política internacional	2.2	3.3
1.6	2.8	Religião	9.2	5.2
0.0	0.0	Sem resposta	0.0	0.0

Tabela 15 - Apresentação da variável "Aspectos da vida que mais lhe interessam"

Dos aspectos referidos, os três que mais interessam aos Rapazes e às Raparigas, são: o "meio ambiente, natureza e ecologia" (26% das Raparigas e 20.9% dos Rapazes), as "ciências e tecnologia" (20.9% dos Rapazes e 20.5% das Raparigas) e como último aspecto, os "problemas da sociedade" somente em 20.5% das Raparigas e "desportos" somente em 12.4% dos Rapazes.

Dos aspectos da vida que aparecem referenciadas no Quadro 8, os três eleitos pelas Mães e pelos Pais são: os "problemas da sociedade" (26.6% das Mães e 21.6% dos Pais), o "meio ambiente, natureza e ecologia" (20.4% das Mães e 18% dos Pais), e o último aspecto "política nacional" somente para 16% dos Pais e o "terceiro mundo e subdesenvolvimento" apenas para 10.4% das Mães.

As duas primeiras escolhas são coincidentes mas a terceira não é coincidente entre Raparigas/Rapazes e Mães/Pais (Tabela 15).

4.2.5.4 Causas por vale a pena aceitar sacrifícios (Q-27)

Raparigas (%)	Rapazes (%)	CAUSAS POR QUE VALE A PENA SACRIFÍCIOS	Mães (%)	País (%)
24.9	19.9	Protecção da natureza	18.8	17.6
24.1	23.1	Paz	28.6	27.8
17.1	13.5	Luta contra a miséria	24.1	20.9
3.5	5.7	Defesa nacional	2.5	5.2
6.2	14.6	Liberdade do indivíduo	5.0	8.2
23.3	22.4	Direitos do homem	21.0	20.3
0.0	0.0	Nenhumas	0.0	0.0
0.8	0.7	Sem resposta	0.0	0.0

Tabela 16 - Apresentação da variável "Causas por que vale a pena sacrifícios"

Os resultados de cada grupo (Raparigas/Rapazes) relativamente às três causas fundamentais pelas quais vale a pena aceitar sacrifícios, vão ser apresentados separadamente, uma vez que estes resultados, ou não são coincidentes ou não têm a mesma ordem decrescente, de preferências. As Raparigas aceitariam sacrifícios pela "protecção da natureza" (24.9%), pela "paz" (24.1%) e ainda, pelos "direitos dos homens" (23.3%).

Os Rapazes aceitariam sacrificar-se pela "paz" (23.1%), pelos "direitos do homem" (22.4%) e pela "protecção da natureza" (19.9%).

As causas que as Mães e os Países consideram que vale a pena aceitar sacrifícios são: a "paz" (28.6% das Mães e 27.8% dos Países), a "luta contra a miséria" (24.1% das Mães e 20.9% dos Países) e os "direitos do homem" (21% das Mães e 20.9% dos Países) (Tabela 16).

4.2.5.5 Tribunais e leis (Q-17)

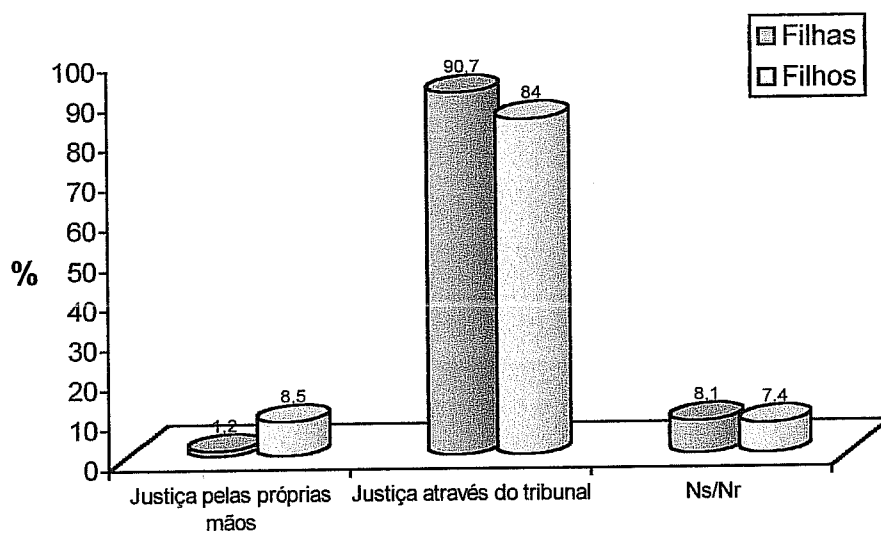


Figura 42 - Apresentação da Variável "Tribunais e Leis" (Filhos e Filhas)

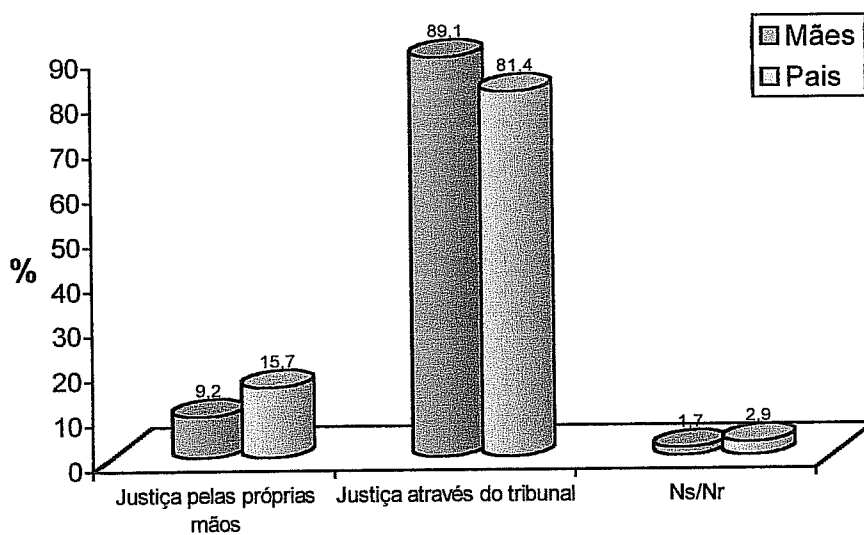


Figura 43 - Apresentação da Variável "Tribunais e Leis" (Mães e Pais)

Verificámos que há uma forte convergência em relação aos tribunais e às leis entre os grupos em confronto sem que tivessem surgido diferenças estatísticas. Assim, 90.7% das Raparigas, 89.1% das Mães, 84% dos Rapazes e 81.4% dos Pais, são a favor de que “é aos tribunais que compete dizer quem tem razão e por isso nunca se justifica que alguém faça justiça por mãos próprias”. No entanto, 15.7% dos Pais, 9.2% das Mães, 8.5% dos Rapazes e 1.2% das Raparigas são a favor de que “nos casos graves em que está em causa a honra de uma pessoa, o problema tem de ser logo resolvido, a bem ou a mal, sem esperar por decisão do tribunal”.

Procedendo à análise intra-grupos constatámos que o sexo feminino confia um pouco mais na justiça através do tribunal do que o sexo masculino (Figura 42;Figura 43).

4.2.5.6 Atitude Perante a Religião (Q-32)

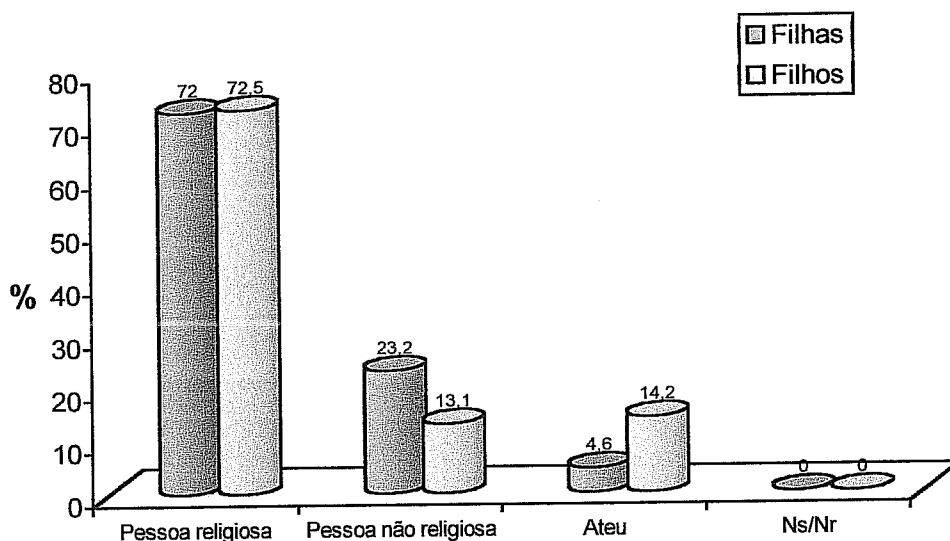


Figura 44 - Apresentação da Variável "Atitude perante a religião"

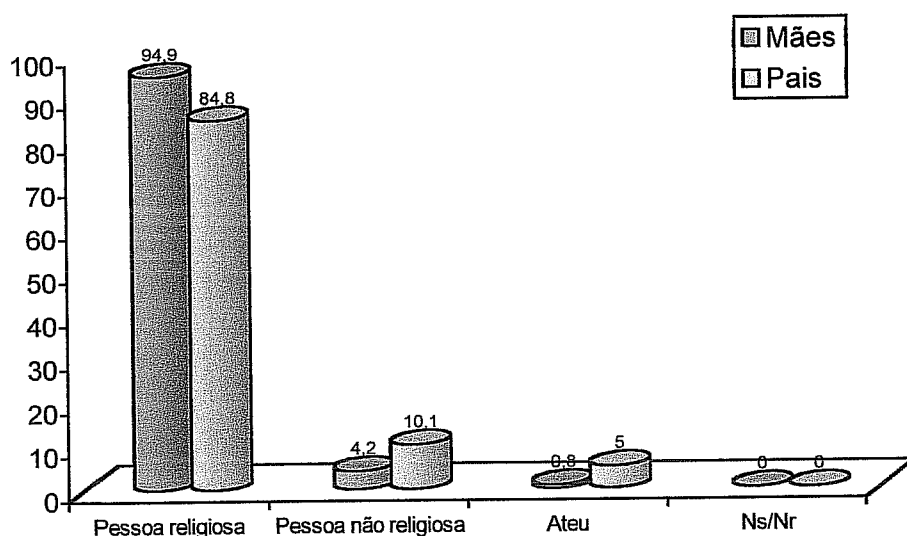


Figura 45 - Apresentação da Variável "Atitude perante a religião"

A atitude assumida perante a religião por parte dos Rapazes (72.5%) e das Raparigas (72.1%) permite-lhes que se "considerem pessoas religiosas". Há ainda a ter em conta que, 23.2% das Raparigas e 13.2% dos Rapazes, consideram-se "pessoas não religiosas". E que, 14.3% dos Rapazes e 4.7% das Raparigas consideram-se "ateus convictos". No que se refere à atitude perante a religião, encontramos diferenças estatisticamente significativas ($p < 0.05$) entre as Raparigas e os Rapazes.

Face ainda à atitude assumida diante da religião, podemos observar que as Mães (95%) e os Pais (84.9%) têm uma extrema proximidade com a religião, visto que se “consideram pessoas religiosas”. Salientamos que, 10.1% dos Pais e 4.2% das Mães consideram-se “pessoas não religiosas”. E finalmente, 5% dos Pais e 0.8% das Mães, identificam-se como sendo “ateus convictos”.

No que se relaciona com a atitude perante a religião, encontrámos diferenças estatisticamente significativas ($p < 0.05$) entre as Mães e os Pais (Figura 44 e Figura 45).

4.2.5.7 O que procura na Religião (Q-33)

Tendo em conta o sexo dos Jovens inquiridos verificámos que, 66.3% das Raparigas e 56.4% dos Rapazes procuram na religião “a satisfação daquilo que se considera uma necessidade espiritual própria de todos os indivíduos”. Para além desta, os Rapazes consideram que é uma “forma de fugir aos problemas” (17%), de amar e servir a Deus (10.6%), de responder aos problemas (8.5%) e de salvação da alma (6.4%). E as Raparigas consideram que é “uma forma de amar e servir a Deus” (15.1%), de responder aos problemas (8.1%), de fugir aos problemas (5.8%), e de salvação da alma (3.5%).

As Mães procuram primeiramente na religião uma satisfação das necessidades espirituais (47.9%), “uma forma de amar e servir a Deus” (31.9%), e também uma forma de salvar a alma (13.4%), e ainda do mesmo modo (3.4% respectivamente) “uma resposta aos problemas morais e familiares” e “uma fuga à resolução dos problemas graves da vida”. A propósito do que procuram na religião os Pais, optam principalmente pela “forma de amar e servir a Deus” (43.1%), pela satisfação de uma necessidade espiritual (35.3%), pela “salvação da alma” (10.8%), pela “fuga à resolução dos problemas graves da vida” (4.9%) e pela “resposta aos problemas morais e familiares” (2%).

4.3 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS ENTRE AUTÓCTONES E NÃO-AUTÓCTONES

Apresentamos os valores dos Jovens e Progenitores Autóctones (Transmontanos) e Não-Autóctones (Não-Transmontanos), agrupados em diferentes categorias que constituem esses mesmos valores.

4.3.1 FAMÍLIA

Este conjunto de questões dá-nos a possibilidade de conhecer os valores expressos pelas duas gerações de Autóctones e Não-Autóctones ao nível da Família, numa perspectiva abrangente.

De acordo com Figueiredo (2001) “Todos os domínios aqui explorados acabam por ter profundas repercussões nesta instituição básica da organização social e da reprodução humana: vida sexual, pré-matrimonial, objectivos dos casamento, divórcio, trabalho feminino, planeamento familiar, número de filhos que gostaria de ter, violência na família, etc. Englobamos também neste capítulo a caracterização do que «é mais importante na vida», questionando implicitamente a importância da família e do amor, com notórias variações de valorização ao longo das diferentes décadas estudadas. Assim como a problemática da educação pré-escolar onde, obviamente, a importância formativa e disponibilidade da família são questionadas. Com a problemática da «forma de viver dos jovens», obtemos informações sobre a dinâmica de saída de casa como expectativa por parte dos jovens adultos, assim como sobre o que pensam os pais sobre essa matéria” (p. 63).

4.3.1.1 Experiências sexuais pré-matrimoniais no Rapaz (Q-10)

Em relação às experiências sexuais antes do casamento nos rapazes são consideradas pelos dois grupos de Jovens como: “útil” (51.9% dos Jovens Não-Autóctones e 46.7% dos Autóctones), “sem gravidade” (39.3% dos Jovens Não-Autóctones e 37.8% dos Autóctones), “perigosa” (11.1% dos Jovens Autóctones e 6.7% dos Não-Autóctones) e por fim, “repreensível” (somente em 4.4% dos Jovens Autóctones).

Relativamente às experiências sexuais pré-matrimoniais nos rapazes, são consideradas pelos dois grupos de Progenitores como: “sem gravidade” (30.2% dos Progenitores Autóctones e 29.8% dos Não-Autóctones), “perigosa” (30.2% dos Progenitores Autóctones e 25.6% dos Não-Autóctones), “útil” (24.4% dos Progenitores Não-Autóctones e 22.6% dos Autóctones) e por último, “repreensível” (16.7% dos Progenitores Não-Autóctones e 15.1% dos Autóctones).

4.3.1.2 Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga (Q-11)

Relativamente às experiências sexuais antes do casamento nas raparigas são consideradas pelos dois grupos de Jovens, como: “útil” (47.4% dos Jovens Não-Autóctones e 42.2% dos Autóctones), “sem gravidade” (35.6% dos Jovens Não-Autóctones e 33.3% dos Autóctones), “perigosa” (15.6% dos Jovens Autóctones e 10.4% dos Não-Autóctones) e “repreensível” (4.4% dos Jovens Autóctones e 2.2% dos Não-Autóctones).

Em relação às experiências sexuais pré-matrimoniais nas raparigas são consideradas pelos dois grupos de Progenitores como: “perigosa” (47.2% dos Progenitores Autóctones e 39.3% dos Não-Autóctones), “repreensível” (30.2% dos Progenitores Autóctones e 20.8% dos Não-Autóctones), “sem gravidade” (17.3% dos Progenitores Não-Autóctones e 15.1% dos Autóctones) e “útil” (19% dos Progenitores Não-Autóctones e 7.5% dos Autóctones).

4.3.1.3 Planeamento familiar (Q-13)

Acerca do planeamento familiar, a maioria dos Jovens Autóctones (60%) e dos Não-Autóctones (53.3%) escolheram sobretudo a opção “é um meio lícito de planificação da família, tendo em conta as condições mais favoráveis à procriação e educação dos filhos”. Seguindo-se a opção “é uma prática absolutamente justificada e mesmo necessária dado o crescente povoamento do mundo” (22.2% dos Jovens Autóctones e 20% dos Não-Autóctones). Depois, referimo-nos à opção “é uma prática sempre lícita desde que os cônjuges estejam de acordo” (20% dos Jovens Não-Autóctones e 8.9% dos Autóctones). E para terminar, a opção “é uma prática lícita mas só quando tem em conta certas condições de saúde ou circunstâncias económicas e sociais da família” (8.9% dos Jovens Autóctones e 4.4% dos Não-Autóctones).

Sobre a mesma questão, os Progenitores na sua maioria (60% dos Autóctones e 53.3% dos Não-Autóctones) consideram que o planeamento familiar “é um meio de planificar a família mediante condições favoráveis à concepção e educação dos filhos”. Segue-se outra opção - “é uma prática sempre lícita desde que os cônjuges estejam de acordo” (21.4% dos Progenitores Não-Autóctones e 18.9% dos Autóctones). Segundo 19% dos Progenitores Não-Autóctones e 13.2% dos Autóctones, é uma prática justificada dado o crescente povoamento do mundo. No entanto, 16.1% dos Progenitores Não-Autóctones e 13.2% dos Autóctones defendem que, só deve planificar-se a família em determinadas condições de saúde ou circunstâncias económico-sociais da família. E por último, a opção “é a tradução de um egoísmo social e de uma falta de responsabilidade dos cônjuges perante a sua missão” (7.5% dos Progenitores Autóctones e 1.8% dos Não-Autóctones).

4.3.1.4 Finalidade do casamento (Q-8)

Há convergência entre os dois grupos de Jovens quanto à importância atribuída ao casamento em relação à 1ª ordenação.

Deste modo, a 1ª escolha sobre a finalidade do casamento recai sobre o “meio de realização dos cônjuges” (50.4% dos Jovens Não-Autóctones e 47.7% dos Autóctones). A 2ª escolha, recai sobre o “auxílio mútuo entre esposos” (38.6% dos Jovens Autóctones e 38.3% dos Não Autóctones). A 3ª escolha recai sobre a “procriação e educação dos filhos” (11.4% dos Jovens Autóctones e 9% dos Não-Autóctones). E a última escolha recai sobre o “meio legítimo de satisfação de necessidades sexuais” (2.3% em cada um dos dois grupos de Jovens).

Os resultados dos Progenitores mostram-se pouco convergentes intra-grupos, por isso vão ser apresentados separadamente. No entanto, não existem diferenças estatísticas. Os Progenitores Não-Autóctones ordenam hierarquicamente os fins do casamento, desta forma: na 1ª opção consideram que é um “meio de

realização dos cônjuges” (41.1%), na 2ª opção o “auxílio mútuo entre esposos” (36.3%), na 3ª opção a “procriação e educação dos Filhos” (19.6%) e para finalizar, o “meio legítimo de satisfação de necessidades sexuais” (3%). A ordenação hierárquica dos Progenitores Autóctones é a seguinte: na 1ª opção, “o auxílio mútuo entre esposos” (34%), na 2ª opção, a “procriação e educação dos filhos” (30%), na 3ª opção, o “meio de realização dos cônjuges” (28%) e para terminar, o “meio legítimo de satisfação de necessidades sexuais” (8%).

4.3.1.5 Factores determinantes para o bom entendimento do casal (Q-7)

Jov. Aut. (%)	Jov. N-Aut (%)	OS DOIS FACTORES MAIS IMPORTANTES PARA UM BOM ENTENDIMENTO DO CASAL	Prog. Aut. (%)	Prog. N-Aut (%)
36.8	26.9	Terem um nível de instrução semelhante	20.8	25.0
3.4	7.6	Terem sido educados no mesmo meio	8.5	11.4
35.6	38.3	Terem os mesmos ideais	38.7	27.7
3.4	4.9	Terem as mesmas atitudes religiosas	11.3	8.7
17.2	20.1	Terem feitios e gostos semelhantes	20.8	25.9
3.4	2.3	Sem resposta	0.0	1.2

Tabela 17 - Apresentação da variável “Factores determinantes para o bom entendimento do casal”

Os dois factores que os Jovens Autóctones consideram mais importantes para um bom entendimento do casal são: “terem um nível de instrução semelhante” (36.8%) e “terem os mesmos ideais” (35.6%). Enquanto que os Jovens Não-Autóctones consideram como principais: “terem os mesmos ideais” (38.3%) e “terem um nível de instrução semelhante” (26.9%).

Entre os Jovens verificámos que as escolhas são coincidentes mas não pela mesma ordem.

Dos factores eleitos como mais importantes para um bom entendimento do casal, os Progenitores Autóctones optaram por: “terem os mesmos ideais” (38.7%), e simultaneamente “terem um nível de instrução semelhante” (20.8%) e “terem feitios e gostos semelhantes” (20.8%). E os Progenitores Não-Autóctones elegeram os factores: “terem os mesmos ideais” (27.7%) e “terem feitios e gostos semelhantes” (25.9%). As escolhas são coincidentes entre os Progenitores (Tabela 17).

4.3.1.6 Resolução de conflitos no casal (Q-15)

A quase totalidade dos Jovens Não-Autóctones (98.5%) e dos Autóctones (95.6%) discordam da afirmação “entre o casal há questões que só se resolvem com uma sova na mulher”. E somente, 2.2% dos Jovens Autóctones e 1.5% dos Não-Autóctones concordam “que o homem bata na mulher mas só em situações excepcionais”.

A esmagadora maioria dos Progenitores Não-Autóctones (95.8%) e dos Autóctones (90.6%) estão em total desacordo que “entre o casal há questões que só se resolvem com uma sova na mulher”. No entanto, com uma menor expressão, os Progenitores Autóctones (7.5%) e os Não-Autóctones (0.6%) concordam que o “homem tem direito de bater na mulher desde que considere que tem razão para o fazer”. E apenas, 1.8% dos Progenitores Não-Autóctones estão de acordo “que o homem bata na mulher só em situações excepcionais”.

4.3.1.7 Divórcio (Q-9)

Nesta questão do divórcio, a preferência dos dois grupos de Jovens recai sem margem de dúvida para a concordância (93.4% dos Jovens Autóctones e 92.6% dos Não-Autóctones). Diversos motivos promoveram essa vasta concordância entre os Jovens, tais como: “porque é uma solução para situações muito graves de desarmonia conjugal” (73.3% dos Jovens Não-Autóctones e 66.7% dos Autóctones), “porque é uma expressão natural da liberdade humana” (20% dos Jovens Autóctones e 10.5% dos Não-Autóctones) e “porque possibilita a verdade total do amor” (8.9% dos Jovens Não-Autóctones e 6.7% dos Autóctones).

Os motivos que contribuíram para os Jovens discordarem com o divórcio são: “porque pode transformar o casamento numa união natural temporária e de ensaio” (4.4% dos Jovens Autóctones e 3.7% dos Não-Autóctones), e, igualmente com 0.7% dos Jovens Não-Autóctones para as opções – “porque é uma tentação contra a fidelidade conjugal” e “porque impossibilita a educação dos filhos”.

Quanto ao divórcio, a preferência dos dois grupos de Progenitores recai largamente sobre a concordância (82.8% dos Progenitores Não-Autóctones e 73.5% dos Autóctones). As razões que constituem essa concordância são: “porque é uma solução para situações muito graves e desarmonia conjugal” (66% dos Progenitores Autóctones e 65.5% dos Não-Autóctones), “porque é uma expressão natural da liberdade humana” (11.9% dos Progenitores Não-Autóctones e 7.5% dos Autóctones) e “porque possibilita a verdade total do amor” (apenas em 5.4% dos Progenitores Não-Autóctones).

E as razões que contribuem para a discordância são: “porque o casamento é por natureza indissolúvel” (13.2% dos Progenitores Autóctones e 7.7% dos Não-Autóctones), “porque impossibilita a educação dos filhos” (7.5% dos Progenitores Autóctones e 4.8% dos Não-Autóctones), “porque é uma tentação contra a fidelidade conjugal” (5.7% dos Progenitores Autóctones e 1.2% dos Não-Autóctones) e “porque pode transformar o casamento numa união natural, temporária e de ensaio” (somente 3.6% dos Progenitores Não-Autóctones).

4.3.1.8 Aspectos mais importantes na vida de uma pessoa (Q-3)

Apresentamos apenas a primeira opção dos grupos em análise, uma vez que se atribui maior importância à primeira escolha.

Os Jovens hierarquizam os aspectos mais importantes na vida de uma pessoa da seguinte forma: em 1º lugar, “o bem estar interior consigo próprio” (83.3% dos Jovens Não-Autóctones e 77.8% dos Autóctones), em 2º lugar, “as relações com a família” (15.6% dos Jovens Autóctones e 8.3% dos Não-Autóctones), em 3º lugar, “o amor” (7.6% dos Jovens Não-Autóctones e 4.4% dos Autóctones), em 4º lugar, “as relações com colegas e pessoas amigas” (somente considerado por 2.2% dos Jovens Autóctones) e em último lugar, “a satisfação com o trabalho profissional” (apenas considerado por 0.8% dos Jovens Não-Autóctones).

Os Progenitores ordenam de forma semelhante os aspectos que têm maior importância na vida de uma pessoa.

Assim, em 1º lugar consideram que, “as relações com a família” (49.1% dos Progenitores Autóctones e 44% dos Não-Autóctones), em 2º lugar, “o bem estar interior consigo próprio” (42.2% dos Progenitores Não-Autóctones e 39.6% dos Autóctones), em 3º lugar, “o amor” (12.7% dos Progenitores Não-Autóctones e 9.4% dos Autóctones), em 4º lugar, “a satisfação com o trabalho profissional” (1.9% dos Progenitores Autóctones e 0.6% dos Não-Autóctones) e em último lugar, “as relações com colegas e pessoas amigas” (apenas considerado por 0.6% dos Progenitores Não-Autóctones).

Não existem diferenças entre grupos em confronto.

4.3.1.9 Número de filhos que gostaria de ter (Q-12)

A maioria dos Jovens Não-Autóctones (65.2%) e dos Jovens Autóctones (64.4%) gostariam de ter de “2–3 filhos”. À qual se seguem as opções: “4 ou mais filhos” (18.5% dos Jovens Não-Autóctones e 15.6% dos Autóctones), “1 filho” (13.3% dos Jovens Autóctones e 8.1% dos Não-Autóctones) e por último “nenhum filho” (5.2% dos Jovens Não-Autóctones e 2.2% dos Autóctones).

A maior parte dos Progenitores Não-Autóctones (71.4%) e dos Autóctones (66%) gostariam de ter “2–3 filhos”. Seguindo-se as opções: “4 ou mais filhos” (23.2% dos Progenitores Não-Autóctones contra 20.8% dos Autóctones), “1 filho” (13.2% dos Progenitores Autóctones e 3.6% dos Não-Autóctones) e para terminar “nenhum filho” (somente para 1.2% dos Progenitores Não-Autóctones).

Não encontramos diferenças estatísticas entre os grupos em confronto.

4.3.1.10 Ensino Pré - Escolar (Q-2)

No que respeita ao ensino pré-escolar, observámos que os Jovens Não- Autóctones (66.7%) e os Jovens Autóctones (57.6%) são maioritariamente a favor que “até à idade dos três anos, o melhor meio educativo é a família, mas entre os três e os seis anos é bom que frequentem um jardim de infância”. A ideia de que “as crianças desenvolvem-se mais e melhor se começarem desde muito cedo a conviver com outras crianças numa instituição pré-escolar” (42.2% dos Jovens Autóctones e 28.9% dos Jovens Não-Autóctones), aparece em segundo lugar. Em último lugar surge a ideia de que “até à idade de irem para a escola primária as crianças devem ficar em casa com a mãe ou alguém de família” (apenas em 3% dos Jovens Não- Autóctones).

Em relação ao ensino pré-escolar, não encontramos diferenças estatísticas entre os Jovens Autóctones e os Não-Autóctones.

Ainda sobre a mesma questão, os Progenitores Não-Autóctones (77.4%) e os Progenitores Autóctones (75.5%) são maioritariamente a favor que “até à idade dos três anos, o melhor meio educativo é a família, mas entre as três e os seis anos é bom que frequentem um jardim de infância”. Em segundo lugar, 18.5% dos Progenitores Não-Autóctones e 13.2% dos Progenitores Autóctones, são a favor que, “as crianças desenvolvem-se mais e melhor se começarem desde muito cedo a conviver com outras crianças numa instituição pré-escolar”.

E por último, 11.3% dos Progenitores Autóctones e 3.6% dos Não-Autóctones são a favor que “até à idade de irem para a escola primária as crianças devem ficar em casa com a mãe ou alguém da família”. Não encontramos diferenças estatísticas entre os Progenitores Autóctones e Não- Autóctones relativamente ao ensino pré-escolar.

4.3.1.11 Educação dos filhos (Q-14)

A propósito da educação dos filhos, os dois grupos de Jovens em estudo destacam preferencialmente que, por vezes é necessário bater mas deve ser evitado (68.9% dos Jovens Autóctones e 60.7% dos Não-Autóctones). A seguir, os Jovens Não-Autóctones (31.1%) e os Autóctones (26.7%) não concordam que os pais tenham de castigar fisicamente os filhos para bem os educarem. No entanto, 5.9% dos Jovens Não-Autóctones e 4.4% dos Autóctones referem que “os pais têm o direito de bater nos filhos desde que consideram necessário”. E apenas, 2.2% dos Jovens Não-Autóctones consideram que não faz mal bater até aos 13/14 anos.

Os dois grupos de Progenitores em análise dão maior destaque relativamente à educação dos filhos, ao facto de que por vezes é necessário bater mas deve ser evitado (58.9% dos Progenitores Não-Autóctones e 50.9% dos Autóctones). Seguindo-se a opção discordante dos Progenitores Não-Autóctones (31.1%) e dos Autóctones (26.7%) acerca do castigo físico para educar bem os filhos. Os Progenitores Autóctones (11.3%) e os

Não-Autóctones (10.7%) referem ainda que os pais podem sempre que necessário bater nos filhos. E por último, 9.4% dos Progenitores Autóctones e 2.4% dos Não-Autóctones referem que “uma boa tarefa não faz mal às crianças mas a partir dos 13/14 anos já os pais não devem bater nos filhos”.

4.3.1.12 Com quem gostariam de viver os jovens a partir dos 17/18 anos? (Q-4)

A maioria dos Jovens Autóctones (68.9%) e dos Não-Autóctones (67.4%) referem que os jovens a partir dos 17/18 anos escolheriam “viver com outros jovens”. No entanto, 20% dos Jovens Autóctones e 14.8% dos Não-Autóctones consideram que os jovens preferem “viver sós”. E por último, 16.3% dos Jovens Não-Autóctones e 11.1% dos Autóctones consideram que os jovens preferem “viver em casa dos pais”.

Não se verificam diferenças estatísticas em relação a esta questão.

No caso dos Progenitores, 39.6% dos Progenitores Autóctones contra 33.9% dos Não-Autóctones defendem que os jovens escolheriam “viver em casa dos pais”. Contudo, 37.5% dos Progenitores Não-Autóctones contra 32.1% dos Autóctones defendem que os jovens escolheriam “viver com outros jovens”. E, 24.5% dos Progenitores Autóctones contra 23.8% dos Não-Autóctones defendem que os jovens escolheriam “viver sós”. Não existem diferenças estatísticas entre os Progenitores em confronto.

4.3.1.13 Trabalho da mulher (Q-6)

A esmagadora maioria dos Jovens Não-Autóctones (83%) e Autóctones (82.2%) mostram-se consonantes a propósito do trabalho da mulher ter uma duração igual ao do homem. Verifica-se que uma menor percentagem de Jovens Autóctones (15.6%) e Não-Autóctones (14.8%) optaram por “a mulher casada só deve empregar-se se conseguir um horário de trabalho compatível com as exigências da vida familiar”. Verifica-se ainda que, uma escassa percentagem de Jovens Autóctones (2.2%) e Não-Autóctones (0.7%) optou por “a mulher casada não deve empregar-se em caso algum”. E apenas, 0.7% dos Jovens Não-Autóctones defenderam a opção “a mulher casada só deve empregar-se em caso de extrema necessidade”.

A maior parte dos Progenitores Não-Autóctones (52.4%) e dos Autóctones (43.4%) estão convictos de que o trabalho da mulher deve ser para toda a vida, assim como o do homem. Seguindo-se a opção “a mulher casada só deve empregar-se se conseguir um horário de trabalho compatível com as exigências da vida familiar” (30.4% dos Progenitores Não-Autóctones contra 17% dos Autóctones). A seguir, “a mulher casada só deve empregar-se em caso de extrema necessidade” (20.8% dos Progenitores Autóctones contra 7.7% dos Não-Autóctones). Os Progenitores mais radicais optaram por “a mulher casada não deve empregar-se em caso algum”.

(9.4% dos Progenitores Autóctones contra 3% dos Não-Autóctones). Alguns defendem que “a mulher pode ter um emprego até ao nascimento do 1º filho” (5.7% dos Progenitores Autóctones contra 5.4% dos Não-Autóctones). E para finalizar, “a mulher deve ter um emprego até casar” (3.8% dos Progenitores Autóctones contra 0.6% dos Não-Autóctones).

Encontrámos diferenças estatísticas ($p < 0.05$) entre os dois grupos de Progenitores Autóctones e Não-Autóctones no que se refere ao trabalho da mulher.

4.3.2 POLÍTICA

O grupo de questões seguinte, dá-nos a oportunidade de constatar quais os valores defendidos pelos Jovens e pelos Progenitores, Autóctones e Não-Autóctones ao nível da posição política, da proximidade a um partido político e do sistema político pelo qual se deveriam orientar as nações. Analisámos se existia ou não concordância acerca de: “Não é na revolução que reside a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada”. Relativamente à União Europeia, interessou-nos saber o que sentiriam as pessoas se Portugal abandonasse a União Europeia e qual a concepção que têm a longo prazo da mesma União Europeia.

4.3.2.1 Posição política (Q-38)

No concerne ao posicionamento político, os dois grupos de Jovens situam-se: ao “centro” (49.9% dos Jovens Autóctones e 34.8% dos Não-Autóctones), à “esquerda” (28.9% dos Jovens Autóctones e 25.9% dos Não-Autóctones), à “direita” (27.4% dos Jovens Não-Autóctones e 15.6% dos Autóctones), na “extrema direita” (8.1% dos Jovens Não-Autóctones e 2.2% dos Autóctones) e na “extrema esquerda” (4.4% dos Jovens Autóctones e 3.7% dos Não-Autóctones).

Os Progenitores situam-se politicamente: ao “centro” (47.2% dos Progenitores Autóctones e 41.7% dos Não-Autóctones), à “esquerda” (30.4% dos Progenitores Não-Autóctones e 24.5% dos Autóctones), à “direita” (16.1% dos Progenitores Não-Autóctones e 13.2% Autóctones), na “extrema direita” (13.2% dos Progenitores Autóctones e 9.5% dos Jovens Não-Autóctones), e na “extrema esquerda” (2.4% dos Progenitores Não-Autóctones e 1.9% dos Autóctones).

4.3.2.2 Grau de ligação a um partido político (Q-39)

A maior parte dos Jovens Não-Autóctones (63.7%) e dos Jovens Autóctones (57.8%) sentem que são “sobretudo simpatizantes” de algum partido político. No entanto 23% dos Jovens Não-Autóctones e 17.8% dos Autóctones não sentem qualquer proximidade a algum partido político. A seguir, 17.8% dos Jovens Autóctones e 11.1% dos Não-Autóctones sentem-se “bastante ligados” a algum partido político. E por último, 6.7% dos Jovens Autóctones e 2.2% dos Não-Autóctones sentem-se “muito ligados” a algum partido político.

A maioria dos Progenitores Não-Autóctones (66.1%) e dos Progenitores Autóctones (54.7%) sentem-se “sobretudo simpatizantes” em relação a algum partido político. Todavia, 20.2% dos Progenitores Não-Autóctones e 18.9% dos Autóctones referem não ter qualquer ligação a algum partido político. Apesar disso, 13.2% dos

Progenitores Autóctones e 10.1% dos Não-Autóctones sentem que estão “bastantes ligados” a algum político. E, 13.2% dos Progenitores Autóctones e 3.6% dos Não-Autóctones sentem-se “muito ligados” a algum partido político.

Observámos diferenças estatisticamente significativas ($p < 0.05$) entre os Progenitores Autóctones e Não-Autóctones relativamente ao grau de ligação a um partido político.

4.3.2.3 Sistema político que se deveriam orientar as nações (Q-45)

A propósito de democracia, a esmagadora maioria dos Jovens (94.1% Não-Autóctones e 88.9% Autóctones) defendem que “o sistema de vários partidos” é o sistema político pelo qual se deveriam orientar as nações. E uma escassa minoria de Jovens (6.7% Autóctones e 1.5% Não-Autóctones) defendem antes “o sistema de um partido único”. A maior parte dos Progenitores (85.7% dos Progenitores Não-Autóctones e 75.5% Autóctones) apostam no “sistema de vários partidos” como sistema político pelo qual se deveriam orientar as nações. E a menor parte dos Progenitores (15.1% Autóctones e 8.9% Não-Autóctones) apostam por sua vez, no “sistema de partido único”.

4.3.2.4 “Não é na Revolução que reside a Salvação e a Justiça mas sim na Evolução bem orientada” (Q-23)

Quanto ao valor da revolução, os Jovens manifestam-se maioritariamente contra a revolução e a favor da evolução. Assim, os Jovens Autóctones (75.6%) e os Jovens Não-Autóctones (60.7%) “concordam inteiramente” que “não é na revolução que existe a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada”. E verificámos ainda que, 11.1% dos Jovens Autóctones e 28.9% dos Jovens Não-Autóctones acreditam no facto de haver “circunstâncias em que só a violência se torna remédio adequado”, atestando, deste modo, que acreditam numa solução revolucionária.

Em relação ao valor da revolução versus evolução, encontrámos diferenças significativas ($p < 0.05$) entre os Jovens Autóctones e os Não-Autóctones.

A maior parte dos Progenitores Não-Autóctones (79.2%) e dos Autóctones (73.6%) estão inteiramente de acordo que “não é na revolução que reside a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada”. Entretanto, 16% dos Progenitores Não-Autóctones e 15.1% dos Autóctones defendem que “há circunstâncias em que só a violência se torna remédio adequado”. E por último, 1.9% dos Progenitores Autóctones e 1.8% dos Não-Autóctones, discordam em absoluto que “não é na revolução que reside a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada”.

4.3.2.5 Se Portugal abandonasse a União Europeia (Q-24)

A maioria dos Jovens Não-Autóctones (60.7%) e dos Autóctones (55.6%) referem que sentiriam pena se Portugal renunciasse à União Europeia. No entanto, 20.7% dos Jovens Não-Autóctones e 20% dos Autóctones referem que sentiriam alívio por essa renúncia. E, 20% dos Jovens Autóctones e 8,9% dos Não-Autóctones sentiriam que “era indiferente”.

Os Progenitores apresentam-se relativamente a esta questão de forma homogénea. Por conseguinte, a maioria dos Progenitores Não-Autóctones (58.3%) e os Autóctones (56.6%) dizem que tinham pena se Portugal renunciasse à União Europeia. Uma percentagem razoável de Progenitores refere que “era indiferente” (22.6% dos Progenitores Autóctones e 19% dos Não-Autóctones). E a menor percentagem de Progenitores diz que sentiria alívio pelo abandono de Portugal relativamente à União Europeia.

4.3.2.6 Concepção a longo prazo da União Europeia (Q-40)

A propósito do modelo de organização da União Europeia, o consenso esmagador dos Jovens Não-Autóctones (96.9%) e dos Jovens Autóctones (88.1%) destacam a soberania dos governos dos estados membros, o que quer dizer que “a última palavra deverá pertencer aos governos dos estados membros”. E somente, 11.9% dos Jovens Autóctones e 3.1% dos Não-Autóctones defendem uma União Europeia com “não só um único parlamento eleito por sufrágio universal, mas também um único governo que tivesse a última palavra em certos domínios importantes”.

Quanto à concepção a longo prazo da União Europeia, encontramos diferenças significativas ($p < 0.05$) entre os Jovens Autóctones e os Jovens Não-Autóctones.

Ainda sobre esta questão, os Progenitores são maioritariamente a favor de que “a última palavra deverá pertencer aos governos dos estados membros” (81% dos Progenitores Não-Autóctones e 71.7% dos Autóctones). No entanto, 17% dos Progenitores Autóctones e 13.1% dos Não-Autóctones são a favor de que “a União Europeia deveria ter não só um único parlamento eleito por sufrágio universal mas também um único governo que tivesse a última palavra em certos domínios importantes”.

4.3.3 INSTITUIÇÕES E PROBLEMAS SOCIAIS

Este agrupamento de questões permite-nos ter acesso aos valores que os Jovens Autóctones e Não-Autóctones, por um lado, os Progenitores Autóctones e Não-Autóctones, por outro, exprimiram em relação às Instituições (escola, polícia e prisões) e aos Problemas Sociais ligado à marginalidade, (criminalidade, alcoolismo, consumo de droga, e prostituição), em particular o consumo de substâncias legais (Álcool, cafeína, nicotina, etc.) e ilegais (Heroína, cannabis, etc.).

4.3.3.1 Educação Escolar (Escolaridade obrigatória) (Q-1)

Sobre a educação escolar, a maior parte dos Jovens Não-Autóctones (68.1%) e dos Autóctones (55.6%) advogam que “a escolaridade obrigatória deveria ser prolongada”. Contudo, 42.2% dos Jovens Autóctones e 27.4% dos Não-Autóctones consideram que “a frequência obrigatória da escola só devia ser obrigatória se o ensino fosse organizado de uma forma mais útil. Tal como está interessa a poucos”. E por último, apenas 2.2% dos Jovens Não-Autóctones consideram que “a escolaridade obrigatória deve ser reduzida pois para quem não seguir estudos só interessa aprender a ler e a escrever”.

Por seu lado, os Progenitores Autóctones (73.6%) e os Progenitores Não-Autóctones (63.7%) são sobretudo a favor do prolongamento da escolaridade. Seguindo-se que “a frequência obrigatória da escola só deveria ser obrigatória se o ensino fosse organizado de uma forma mais útil. Tal como está interessa a poucos” (29.2% dos Progenitores Não-Autóctones e 18.9% dos Autóctones). E por fim, 7.5% dos Progenitores Autóctones e 4.8% dos Não-Autóctones são a favor da redução da escolaridade.

4.3.3.2 Polícia (Q-18)

Observámos alguma convergência entre os Jovens Autóctones e Não-Autóctones, no que se refere à polícia.

Relativamente à função e ao desempenho da organização policial, constatámos que: “funciona mal” para 70.4% dos Jovens Não-Autóctones e 66.7% dos Autóctones, faz “faz o melhor que pode” para 31.1% dos Jovens Autóctones e 22.2% dos Não-Autóctones, “é o que nos vale” para 2.2% dos Jovens Autóctones e 1.5% do Não-Autóctones e “não serve para nada” apenas para 3% dos Jovens Não-Autóctones.

Os Progenitores Autóctones entendem que a polícia: “faz o melhor que pode” (49%), “funciona mal” (29.4%), “é o que nos vale” (15.7%) e “não serve para nada” (5.9%). Enquanto que, os Progenitores Não-

Autóctones entendem que a polícia: “funciona mal” (56%) “faz o melhor que pode” (39.2%), “é o que nos vale” (3%), e ainda, “não serve para nada” (1.8%).

Assistimos a uma falta de homogeneidade entre os Progenitores Autóctones e Não-Autóctones no que diz respeito à polícia. E estamos perante diferenças extremamente significativas ($p < 0.01$) entre os grupos em confronto.

4.3.3.3 Sistema Prisional (Q-19)

Analisando os padrões de resposta entre os Jovens Autóctones e Não-Autóctones em relação ao sistema prisional, verificámos que se assemelham. Por conseguinte, o sistema prisional para eles: “funciona mal” (84.4% dos Jovens Autóctones e 75.6% dos Não-Autóctones), “fazem o melhor que podem” (17% dos Jovens Não-Autóctones e 11.1% dos Autóctones), “é o que nos vale” (2.2% dos Jovens Autóctones e 1.5% dos Não-Autóctones) e “não serve para nada” (somente para 1.5% dos Jovens Não-Autóctones).

Analisando também os padrões de resposta entre os Progenitores Autóctones e Não-Autóctones relativamente ao sistema prisional, verificámos que são pouco sintónicos. Dado que, os Progenitores Não-Autóctones consideram fundamentalmente que o sistema prisional “funciona mal”, em contrapartida, os Progenitores Autóctones consideram essencialmente que “fazem o melhor que podem”. No entanto, não se observam diferenças estatísticas entre os grupos em análise.

Assim, os Progenitores Não-Autóctones consideram que o sistema prisional: “funciona mal” (59.5%) “fazem o melhor que podem” (28%), “é o que nos vale” (7.1%) e “não serve para nada” (0.6%). E os Progenitores Autóctones consideram que o sistema prisional: “fazem o melhor que podem” (43.4%), “funciona mal” (37.7%), e “é o que nos vale” (11.3%).

4.3.3.4 Atitude da sociedade face à Criminalidade, ao Alcoolismo, ao Consumo de Droga e à Prostituição (Q-20)

Todos os grupos em confronto afirmam que a “atitude preventiva” é a atitude mais adequada da sociedade relativamente à criminalidade, ao alcoolismo, ao consumo de droga e à prostituição.

4.3.3.4.1 Atitude da sociedade face à Criminalidade

Os Jovens Não-Autóctones (68.9%) e Autóctones (64.4%) face à criminalidade defendem que a sociedade deve ter sobretudo uma "atitude preventiva", seguindo-se a "atitude repressiva" (31.1% dos Jovens Autóctones e 30.4% dos Não-Autóctones). E por último, a "atitude terapêutica" (4.4% dos Jovens Autóctones e 0.7% dos Não-Autóctones).

Os Progenitores Autóctones (71.7%) e Não-Autóctones (67.9%) face ainda à criminalidade defendem que a sociedade deve ter sobretudo uma "atitude preventiva". A seguir defendem que deve ter uma "atitude repressiva" (29.2% dos Progenitores Autóctones e 24.5% dos Não-Autóctones). E por último, defendem uma "atitude terapêutica" (3.8% dos Progenitores Autóctones e 3% dos Não-Autóctones).

4.3.3.4.2 Atitude da sociedade face ao Alcoolismo

Relativamente ao alcoolismo, a sociedade deveria ter basicamente uma "atitude preventiva" para 75.6% dos Jovens Autóctones e 69.6% dos Não-Autóctones, e uma "atitude terapêutica" para 30.4% dos Jovens Não-Autóctones e 24.4% dos Autóctones. É de salientar que os Jovens Autóctones apostam um pouco mais na prevenção do que os Jovens Não-Autóctones.

Em relação ao alcoolismo, a sociedade deveria ter preferencialmente uma "atitude preventiva" (66% dos Progenitores Autóctones e 56.5% dos Não-Autóctones). Seguindo-se uma "atitude terapêutica" (41.1% dos Progenitores Não-Autóctones e 34% dos Autóctones). E ainda, uma "atitude repressiva" (apenas em 1.8% dos Progenitores Não-Autóctones).

Salientamos que os Progenitores Autóctones apostam um pouco mais na prevenção do que os Progenitores Não-Autóctones.

4.3.3.4.3 Atitude da sociedade face ao Consumo de Droga

A vasta maioria dos Jovens Autóctones (84.4%) e Não-Autóctones (83%) defendem em relação ao consumo de droga que a sociedade deveria ter uma “atitude preventiva”. No entanto, 17.6% dos Jovens Não-Autóctones e 11.1% dos Autóctones defendem que a sociedade deveria ter uma “atitude terapêutica”. E somente, 4.4% dos Jovens Autóctones e 3.7% dos Não-Autóctones defendem que a sociedade deveria ter uma “atitude repressiva”.

Constatámos que existe consenso entre os dois grupos de Jovens em análise.

Do mesmo modo, os Progenitores Não-Autóctones (73.2%) e Autóctones (69.8%) afirmam-se com veemência a favor da “atitude terapêutica” (20.8% dos Progenitores Autóctones e 19.6% dos Não-Autóctones). E a “atitude repressiva” (9.4% dos Progenitores Autóctones e 7.7% dos Não-Autóctones).

Existe também consenso entre os dois grupos de Progenitores em análise.

4.3.3.4.4 Atitude da sociedade face à Prostituição

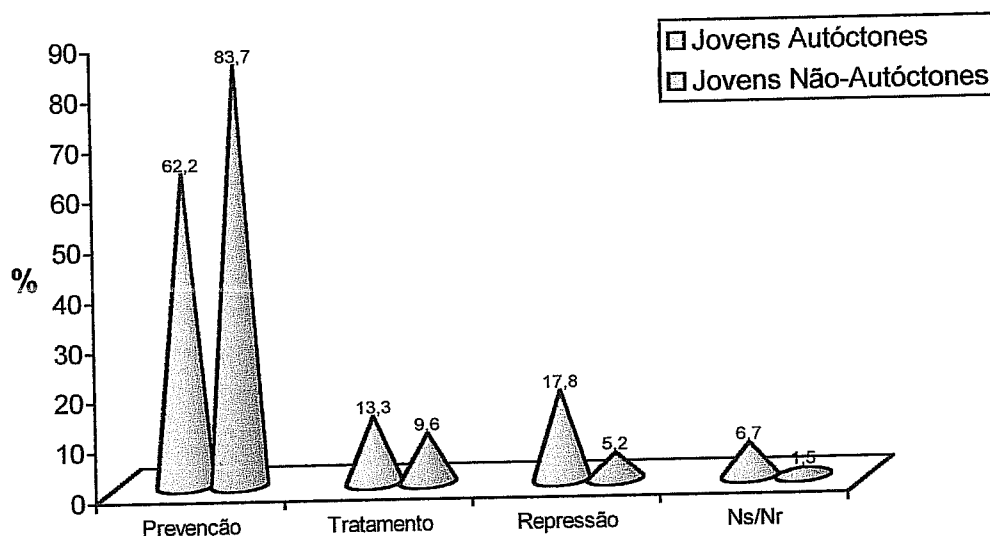


Figura 46 - Apresentação da Variável "Atitude da sociedade face à Prostituição"

Verificámos que os Jovens Autóctones e Não-Autóctones não partilham com a mesma intensidade e preferência as diversas atitudes que a sociedade deveria ter em conta em relação à prostituição. Pelo que, observámos diferenças estatísticas extremamente significativas ($p < 0.01$) entre estes dois grupos. Deste modo, os Jovens Não-Autóctones estão essencialmente de acordo que a sociedade no que concerne à prostituição, deve ter uma "atitude preventiva" (83.7%), à qual se segue, a "atitude terapêutica" (9.6%) e a "atitude repressiva" (5.2%). E os Jovens Autóctones estão de acordo com a "atitude preventiva" (62.2%), com a "atitude repressiva" (17.8%) e com a "atitude terapêutica" (13.3%).

Os Progenitores Autóctones e Não-Autóctones são unânimes nas suas escolhas relativamente às atitudes mais adequadas da sociedade face à prostituição.

Por isso, a mais escolhida é a "atitude preventiva" (77.4% dos Progenitores Não-Autóctones e 71.7% dos Autóctones), seguindo-se a "atitude repressiva" (17% dos Progenitores Autóctones e 13.1% dos Não-Autóctones) e por último, a "atitude terapêutica" (7.5% dos Progenitores Autóctones e 6.5% dos Não-Autóctones) (Figura 46).

4.3.3.5 Toxicodependência de substâncias legais e ilegais (Q-21)

Existem diversas substâncias consideradas legais (como por exemplo o café) e outras ilegais (como por exemplo heroína) que podem causar dependência. Relativamente a este facto, os dois grupos de Jovens em confronto, definem-se mais favoráveis a que “todas as drogas ilegais devam continuar ilegais” (51.1% para cada grupo de Jovens Autóctones e Não-Autóctones). No entanto, 24.4% dos Jovens Autóctones e 19.3% dos Não-Autóctones são a favor que “todas as drogas ilegais devam poder ser consumidas mas o tráfico proibido”. Contudo, 17.8% dos Jovens Não-Autóctones e 13.3% dos Autóctones são a favor que “todas as substâncias que provocam toxicodependência devam poder ser consumidas e apenas proibidas e punidos os malefícios que provocam nos outros”. E, para terminar, 8.9% dos Jovens Autóctones e 4.4% dos Não-Autóctones são a favor que “todas as droga legais e ilegais devam ser proibidas”.

Os dois grupos de Progenitores em análise não são consensuais acerca desta questão, apresentam diferenças estatísticas significativas ($p < 0.05$). Por conseguinte, os resultados de cada grupo vão ser descritos separadamente.

Os Progenitores Autóctones são sobretudo a favor da proibição de todas as drogas legais e ilegais (53%), à qual se seguem, a proibição de drogas ilegais (35.3%), a proibição do tráfico (5.9%) e a proibição dos malefícios provocados nos outros (5.9%). Os Progenitores Não-Autóctones por seu lado, são mais favoráveis à proibição das drogas ilegais (48.4%), à qual se seguem a proibição de todas as drogas legais e ilegais (29.6%), a proibição do tráfico (12.6%) e por último, a proibição dos malefícios provocados nos outros (9.4%).

4.3.4 PROGRESSO E CIVILIZAÇÃO

Com este agrupamento de questões podemos indagar quais os valores das duas gerações de Autóctones e Não-Autóctones relativamente ao Progresso e à Civilização.

No âmbito do Progresso, focalizámo-nos no progresso do país a propósito do meio rural, do desenvolvimento da indústria e da agricultura, do desenvolvimento de pequenas cidades ou de cidades importantes. Numa perspectiva futura quais os objectivos que o país deveria atingir daqui a 10/15 anos, e o que se deseja que o progresso torne possível nessa referida data. Procurámos ainda averiguar, se as pessoas acreditam que podem influenciar o progresso.

Quanto aos aspectos mais do âmbito civilizacional pretende-se averiguar se no ano 2010 as pessoas serão mais felizes do que hoje. Avaliámos as expectativas de qual a geração que tem uma visão mais realista do mundo. E determinar como pode se vencida a crise da civilização.

4.3.4.1 O Progresso do país (Q-22)

Para o progresso do país os Jovens mostram-se consensuais ao atribuírem um valor mais elevado à procura da diminuição das desigualdades sociais e ao promoverem oportunidades idênticas para todos (85.2% dos Jovens Não-Autóctones e 80% dos Autóctones). A seguir, defendem que "a sociedade deve facilitar a vida às pessoas mais capazes e com espírito de iniciativa" (15.6% dos Jovens Autóctones e 8.1% dos Não-Autóctones). E uma percentagem pouco expressiva 4.4% dos Jovens Não-Autóctones e 2.2% dos Autóctones atribuem maior importância à capacidade dos governantes para manter a ordem social.

Não se encontram diferenças estatísticas entre os Jovens.

Quanto ao progresso do país, os Progenitores são mais favoráveis que se tente diminuir as desigualdades sociais e criar oportunidades iguais para todos (83.7% dos Progenitores Não-Autóctones e 71.2% dos Autóctones). No entanto, 21.2% dos Progenitores Autóctones contra 7.2% dos Não-Autóctones são a favor que os governantes consigam manter a ordem social. E apenas, 9% dos Progenitores Não-Autóctones contra 7.7% dos Autóctones, são a favor que "a sociedade deve facilitar a vida às pessoas mais capazes e com espírito de iniciativa".

Verificámos a existência de diferenças estatisticamente significativas ($p < 0.05$) em relação ao progresso do país entre os dois grupos de Progenitores.

4.3.4.2 Progresso do país, em relação ao meio rural (Q-28)

A esmagadora maioria dos Jovens Autóctones (97.8%) e dos Não-Autóctones (96.3%) defendem que o meio rural contribui mais para o progresso do país se se melhorarem as condições de vida dos trabalhadores rurais. Enquanto que, 3.7% dos Jovens Não-Autóctones e 2.2% dos Autóctones defendem que se deve facilitar o êxodo para a cidade.

A totalidade dos Progenitores Autóctones (100%) e a quase totalidade dos Não-Autóctones (98.2%) defendem que, a participação do meio rural para o progresso do país poderá dever-se essencialmente à melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais. E unicamente, 1.2% dos Progenitores Não-Autóctones, defendem que se deve facilitar o êxodo para a cidade.

Não se observam diferenças estatísticas entre os grupos em análise.

4.3.4.3 O Progresso do país, em relação ao desenvolvimento da indústria e da agricultura (Q-29)

Para o crescimento do país, os dois grupos de Jovens consideram prioritário aumentar a produtividade da agricultura (76.3% dos Jovens Não-Autóctones e 71.1% dos Autóctones) e desenvolver a indústria (17.8% dos Jovens Autóctones e 15.6% dos Não-Autóctones).

Os dois grupos de Progenitores consideram como mais importantes para promover o crescimento do país, aumentar a produtividade da agricultura (73.6% dos Progenitores Autóctones e 66.7% dos Não-Autóctones) e desenvolver a indústria (26.4% dos Progenitores Autóctones e 25.6% dos Não-Autóctones).

4.3.4.4 Tipo de Cidades (Q-30)

No concerne à evolução do país, os Jovens são unânimes em considerarem que se deve desenvolver principalmente as pequenas cidades (95.6% dos Jovens Autóctones e 93.3% dos Não-Autóctones). No entanto, uma pequena percentagem de Jovens Não-Autóctones (2.2%) estão mais de acordo que se deva desenvolver as cidades mais importantes.

Os Progenitores são consensuais em privilegiar sobretudo o desenvolvimento das pequenas cidades (96.2% dos Progenitores Autóctones e 95.2% dos Não-Autóctones) para a evolução do país em detrimento do desenvolvimento das cidades importantes (1.9% dos Progenitores Autóctones e 1.2% dos Não-Autóctones).

4.3.4.5 Principais objectivos que o país se deveria esforçar por atingir nos próximos 10 a 15 anos (Q-25)

Os Jovens em estudo hierarquizam os objectivos que o país deveria conseguir daqui a 10 ou 15 anos, (1ª ordenação): em 1º lugar, é mais importante “garantir o emprego pleno” (53.5% Autóctones e 52.2% Não-Autóctones), em 2º lugar, “garantir a liberdade de expressão” (25.6% Autóctones e 14.2% Não-Autóctones), em 3º lugar, “manter a ordem no país” (16.4% Não-Autóctones contra 6.7% Autóctones), em 4º lugar, “aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo” (14.9% Não-Autóctones e 11.6% Autóctones), e por fim “combater a alta dos preços” (2.3% Autóctones e 2.2% Não-Autóctones).

No caso dos Progenitores, hierarquizam os principais objectivos, que o país deveria alcançar, num futuro próximo (10 a 15 anos): em 1º lugar “garantir o emprego pleno” (45.5% Não-Autóctones e 45.3% Autóctones), em 2º lugar, “manter a ordem no país” (37.7% Autóctones e 27.5% Não-Autóctones), em 3º lugar, “aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo” (14.4% Não-Autóctones e 3.8% Autóctones), em 4º lugar, “garantir a liberdade de expressão” (11.4% Não-Autóctones e 7.5% Autóctones), e em último lugar, “combater a alta de preços” (5.7% Autóctones e 1.2% Não-Autóctones).

4.3.4.6 O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010? (Q-41)

Jov. Aut. (%)	Jov. N-Aut (%)	OBJECTIVOS PARA O ANO 2010	Prog. Aut. (%)	Prog. N-Aut (%)
31.8	31.9	Cura de doenças perigosas	41.5	35.9
11.4	12.2	Fim das guerras e exércitos	13.2	17.4
0.0	0.0	Decisão sobre o estado do tempo, no futuro	0.9	0.3
0.0	0.4	Confirmar se há vida extra - terrestre	0.0	1.8
30.7	28.1	Fim da fome e pobreza	31.1	29.0
12.5	15.2	Igualdade de direitos entre os povos	9.4	9.9
0.0	0.0	Idioma universal	0.9	0.9
13.6	12.2	Combate eficiente à poluição	2.8	4.8
0.0	0.0	Sem resposta	0.0	0.0

Tabela 18 - Apresentação da variável "O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010?"

Os dois objectivos que os Jovens gostariam que o progresso proporcionasse no ano 2010 são coincidentes. Um dos objectivos é a "cura de doenças perigosas" (31.9% dos Jovens Não-Autóctones e 31.8% dos Autóctones) e o outro é o "fim da fome e da pobreza" (30.7% dos Jovens Autóctones e 28.1% dos Não-Autóctones).

Há também coincidência entre os Progenitores acerca do que desejam para o futuro próximo (ano 2010), são eles: a "cura de doenças perigosas" (41.5% dos Progenitores Autóctones e 35.9% dos Não-Autóctones) e o "fim da fome e da pobreza" (31.1% dos Progenitores Autóctones e 29% dos Não-Autóctones) (Tabela 18).

4.3.4.7 Capacidade para influenciar o progresso (Q-42)

A maior parte dos Jovens acreditam na possibilidade de influenciar o progresso (73.3% dos Jovens Autóctones e 62.2% dos Não-Autóctones). Enquanto que, uma parte menor acredita que "talvez" possam influenciar o progresso (37.8% dos Jovens Não-Autóctones e 26.7% dos Autóctones).

Uma maioria relativa de Progenitores Não-Autóctones (48.8%) e Progenitores Autóctones (45.3%) julgam-se capazes de contribuir para o progresso. No entanto, 37.7% dos Progenitores Autóctones e 36.3% dos Não-Autóctones crêem que "talvez" possam influenciar o progresso. E, 15.1% dos Progenitores Autóctones e 13.1% dos Não-Autóctones "não" acreditam na sua capacidade de influenciar o progresso.

4.3.4.8 A Felicidade das Pessoas no Ano 2010 (Q-43)

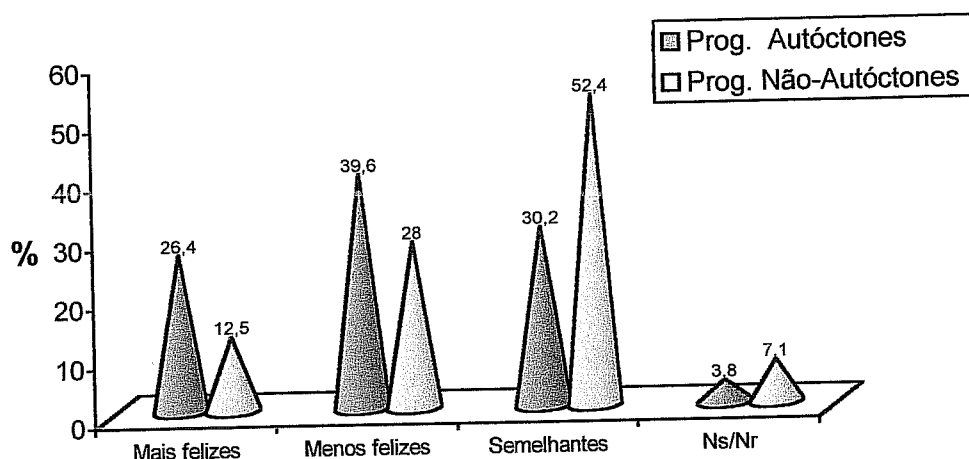


Figura 47 - Apresentação da Variável "A Felicidade das Pessoas no Ano 2010" (Q-43)

Os Jovens Autóctones (60%) e Não-Autóctones (58.5%) imaginam que num futuro próximo (ano 2010) as pessoas serão sobretudo tão felizes como agora. Contudo, 31.1% dos Jovens Autóctones e 25.1% dos Não-Autóctones imaginaram que as pessoas serão "menos felizes que hoje". E apenas, 10.4% dos Jovens Não-Autóctones é que se mostram mais optimistas, pois imaginaram que as pessoas serão "mais felizes que hoje".

Assim, os Progenitores Não-Autóctones na sua maioria consideram que a felicidade será "semelhante a hoje" (52.4%). Seguindo-se, o vislumbre de uma época em que as pessoas serão "menos felizes que hoje" (28%). E uma pequena percentagem dos Progenitores Não-Autóctones têm a expectativa de que as pessoas serão "mais felizes que hoje" (12.5%). Os Progenitores Autóctones inclinam-se mais para que as pessoas no ano 2010, venham a ser "menos felizes que hoje" (39.6%). A seguir, 30.2% não acreditam em alterações da felicidade das pessoas face aos nossos dias. A possibilidade das pessoas serem "mais felizes que hoje" abrange 26.4% destes Progenitores.

Os Progenitores entre si mostram-se divergentes quanto à esperança da felicidade projectada no ano 2010 pelo que encontramos diferenças extremamente significativas ($p < 0.01$) entre os Progenitores Autóctones e os Progenitores Não-Autóctones (Figura 47).

4.3.4.9 A geração com uma visão mais realista do mundo (Q-46)

A maior parte dos Jovens (44.4% Autóctones e 43.7% Não-Autóctones) acreditam que “a geração entre os 30 e 40 anos” é aquela que têm uma perspectiva mais realista do mundo. Além desta, os Jovens consideraram ainda, outros grupos etários, relativamente à visão mais realista do mundo. São eles: “a geração dos 25-30 anos” (28.9% Autóctones e 25.2% Não-Autóctones), “a geração dos 40-50 anos” (igualmente 8.9% para Autóctones e Não-Autóctones), “a geração dos 20-25 anos” (5.2% Não-Autóctones e 2.2% Autóctones), “a geração com mais de 50 anos” (3.7% Não-Autóctones e 2.2% Autóctones), e para finalizar, “a geração com menos de 20 anos” (apenas 0.7% dos Jovens Não-Autóctones).

A maior parte dos Progenitores (33.3% Não-Autóctones e 28.3% Autóctones) estão convictos de que “a geração entre os 30 e 40 anos” é a que tem um ponto de vista mais realista do mundo. À qual se seguem: “a geração entre 40 e 50 anos” (28.6% Não-Autóctones e 26.4% Autóctones), “a geração com mais de 50 anos” (28.3% Autóctones e 18.5% Não-Autóctones), “a geração entre os 25-30 anos” (11.3% Não-Autóctones e 7.5% Autóctones), “a geração entre 20-25 anos” (3.8% Autóctones e 2.4% Não-Autóctones) e, finalmente “a geração com menos de 20 anos” (somente 0.6% dos Progenitores Não-Autóctones).

Não se verificam diferenças estatísticas relativamente aos grupos em confronto.

4.3.4.10 Para ser vencida a crise da civilização (Q-26)

Os Jovens defendem que a crise da civilização pode ser vencida fundamentalmente através da renovação espiritual e moral (55.6% dos Jovens Autóctones e 48.9% dos Não-Autóctones). Ou através da ciência e da técnica (20% dos Jovens Autóctones e 19.3% dos Não-Autóctones) ou ainda, através da economia e da política (14.1% dos Jovens Não-Autóctones e 11.1% dos Autóctones). Uma percentagem menor de Jovens defendem que a crise da civilização não pode ser vencida (11.9% dos Jovens Não-Autóctones e 6.7% dos Autóctones).

Por seu lado, os Progenitores defendem que a crise da civilização pode ser vencida essencialmente pela renovação espiritual e moral (59.5% dos Progenitores Não-Autóctones e 56.6% dos Autóctones), pela ciência e técnica (19% dos Progenitores Não-Autóctones e 17% dos Autóctones) e pela economia e política (13.2% dos Progenitores Autóctones e 12.5% dos Não-Autóctones). Contudo, uma pequena percentagem de Progenitores não acreditam que a crise da civilização possa ser vencida (5.7% dos Progenitores Autóctones e 5.4% dos Não-Autóctones).

4.3.5 CAUSAS, MOTIVAÇÕES E RELIGIÃO

Neste grupo de questões pretendemos estudar os valores dos Jovens e dos Progenitores, Autóctones e Não-Autóctones no que diz respeito às Causas, Motivações e Religião..

Pretendemos analisar aspectos pessoais mais valorizados pelos dois grupos inter-geracionais. Tais como, quais as qualidades interpessoais mais valorizadas, quais os motivos que as pessoas têm para procurar trabalho, quais os aspectos da vida que mais lhe interessam, quais as causas pelas quais vale a pena aceitar sacrifícios, qual a posição em relação aos “tribunais e leis” (Estado de Direito), qual a atitude perante a religião e o que procura na religião.

4.3.5.1 Qualidades interpessoais mais valorizadas (Q-31)

Jov. Aut. (%)	Jov.N-Aut (%)	AS TRÊS QUALIDADES QUE MAIS ADMIRA	Prog.Aut. (%)	Prog.N-Aut (%)
6.0	8.2	Honradez	24.5	20.0
12.7	12.9	Humildade	8.8	12.2
15.7	15.8	Inteligência	13.8	13.8
6.7	5.7	Espírito de sacrifício	3.8	4.0
0.7	2.0	Pureza	1.9	1.8
4.5	3.5	Eficácia	1.9	1.8
5.2	3.2	Perseverança	1.9	4.4
15.7	18.3	Sinceridade	16.4	12.0
4.5	2.2	Audácia	0.0	0.4
1.5	0.5	Prudência	0.6	2.0
1.5	3.0	Caridade	6.3	6.6
3.7	2.7	Paciência	4.4	2.0
6.0	5.9	Dinamismo	4.4	4.4
8.2	8.9	Lealdade	6.3	10.6
0.7	0.5	Descontracção	0.0	0.2
6.7	6.7	Fidelidade	5.0	4.0
0.0	0.0	Sem resposta	0.0	0.0

Tabela 19 - Apresentação da variável "Qualidades interpessoais mais valorizadas"

Existe unanimidade entre os Jovens acerca das três qualidades interpessoais que mais valorizam. Deste modo, elegeram a "sinceridade" (18.3% dos Jovens Não-Autóctones e 15.7% dos Autóctones), a "inteligência" (15.8% dos Jovens Não-Autóctones e 15.7% dos Autóctones) e a "humildade" (12.9% dos Jovens Não-Autóctones e 12.7% dos Autóctones).

Os Progenitores Autóctones elegeram a "honradez" (24.5%), a "sinceridade" (16.4%) e a "inteligência" (13.8%). E os Progenitores Não-Autóctones elegeram a "honradez" (20%), a "inteligência" (13.8%) e a "humildade" (12.2%) (Tabela 19).

4.3.5.2 Motivação das Pessoas a procurarem trabalho (Q-5)

Observámos que, a maior percentagem dos Jovens inquiridos defendem que as pessoas procuram um emprego essencialmente para se sentirem realizadas (60% dos Jovens Autóctones e 56.3% dos Não-Autóctones). No entanto, uma menor percentagem dos Jovens inquiridos, defendem antes que, as pessoas procuram um emprego para satisfazerem as necessidades económicas (38.5% dos Jovens Não-Autóctones e 35.6% dos Autóctones).

Também observámos que, a maioria dos Progenitores auscultados encaram a busca de um emprego como a necessidade das pessoas se sentirem realizadas (73.6% dos Progenitores Autóctones e 66.7% dos Não-Autóctones). Mas, 29.2% dos Progenitores Não-Autóctones e 24.5% dos Autóctones defendem que a busca de um emprego está intimamente ligada com a satisfação das necessidades económicas.

4.3.5.3 Aspectos da vida que mais lhe interessam (Q-44)

Jov. Aut. (%)	Jov.N-Aut (%)	ASPECTOS DA VIDA QUE LHE INTERESSAM	Prog.Aut. (%)	Prog.N-Aut (%)
21.5	20.5	Ciências e tecnologia	8.3	9.6
5.9	5.9	Política nacional	11.5	10.8
8.9	7.2	Desportos	6.4	4.8
17.8	14.8	Problemas da sociedade	23.1	24.6
6.7	9.6	Artes e espectáculos	0.0	2.4
1.5	2.0	Vida dos outros povos europeus	5.1	4.8
5.9	5.2	Vida das regiões, línguas e culturas	3.8	6.8
24.4	23.0	Meio ambiente, natureza, ecologia	19.9	19.0
5.2	5.4	Terceiro mundo, subdesenvolvimento	11.5	7.4
1.5	3.7	Vida política internacional	1.9	3.0
0.7	2.7	Religião	8.3	7.0
0.0	0.0	Sem resposta	0.0	0.0

Tabela 20 - Apresentação da variável "Aspectos da vida que mais lhe interessam"

Os três aspectos da vida que mais interessam quer os Jovens Autóctones quer os Não-Autóctones, são: o "meio ambiente, natureza e ecologia" (24.4% dos Jovens Autóctones e 23% dos Não-Autóctones), as "ciências e tecnologia" (21.5% dos Jovens Autóctones e 20.5% dos Não-Autóctones) e os "problemas da sociedade" (17.8% dos Jovens Autóctones e 14.8% dos Não-Autóctones).

Nos Progenitores as escolhas dos três aspectos da vida que lhes interessam mais são praticamente coincidentes entre Autóctones e Não-Autóctones. Logo, destacam-se: os "problemas da sociedade" (24.6% do Progenitores Não-Autóctones e 23.1% dos Autóctones), o "meio ambiente, natureza e ecologia" (19.9% dos Progenitores Autóctones e 19% dos Não-Autóctones). E a "política nacional" (11.5% dos Progenitores Autóctones e 10.8% dos Não-Autóctones). Salienta-se ainda que, os Progenitores Autóctones com uma percentagem igual à anterior (11.5%) destacam o aspecto "terceiro mundo, sub-desenvolvimento" (Tabela 20).

4.3.5.4 Causas por vale a pena aceitar sacrifícios (Q-27)

Jov. Aut. (%)	Jov. N-Aut (%)	CAUSAS POR QUE VALE A PENA SACRIFÍCIOS	Prog. Aut. (%)	Prog. N-Aut (%)
21.6	22.5	Protecção da natureza	13.8	19.6
23.9	23.5	Paz	28.3	28.2
15.7	15.1	Luta contra a miséria	25.2	21.8
4.5	4.7	Defesa nacional	3.8	3.8
10.4	10.6	Liberdade do indivíduo	6.3	6.5
22.4	23	Direitos do homem	22.6	20
0.0	0.0	Nenhumas	0.0	0.0
1.5	0.5	Sem resposta	0.0	0.0

Tabela 21 - Apresentação da variável "Causas por vale a pena aceitar sacrifícios"

As três grandes causas enumeradas pelos Jovens, pelas quais vale a pena aceitar sacrifícios são: a "paz" (23.9% dos Jovens Autóctones e 23.5% dos Não-Autóctones), os "direitos do homem" (23% dos Jovens Não-Autóctones e 22.4% dos Autóctones) e a "protecção da natureza" (22.5% dos Jovens Não-Autóctones e 21.6% dos Autóctones).

Os Progenitores destacam essas três grandes causas da seguinte forma: a "paz" (28.3% dos Progenitores Autóctones e 28.2% dos Não-Autóctones), a "luta contra a miséria" (25.2% dos Progenitores Autóctones e 21.8% dos Não-Autóctones) e os "direitos do homem" (22.6% dos Progenitores Autóctones e 20% dos Não-Autóctones). (Tabela 21)

4.3.5.5 Tribunais e leis (Q-17)

Acerca dos tribunais e das leis, a esmagadora maioria dos Jovens Autóctones (97.8%) e dos Não-Autóctones (83.7%) defendem que “é aos tribunais que compete dizer quem tem razão e por isso nunca se justifica que alguém faça justiça por mãos próprias”. E com uma expressão muito reduzida, defendem que “nos casos graves em que está em causa a honra de uma pessoa, o problema tem de ser logo resolvido, a bem ou a mal, sem esperar por uma decisão do tribunal” (5.9% dos Jovens Não Autóctones e 2.2% dos Jovens Autóctones).

Sobre a mesma questão os Progenitores Não-Autóctones (86.9%) e Autóctones (81.1%) são consensuais em atribuir um valor mais elevado à justiça através do tribunal. E os restantes Progenitores Autóctones (15.1%) e Não-Autóctones (11.3%) atribuíram um valor mais baixo à justiça pelas próprias mãos.

4.3.5.6 Atitude perante a Religião (Q-32)

Os Jovens Autóctones assemelham-se aos Não-Autóctones em relação à atitude perante a religião.

Observámos que se consideram claramente “pessoas religiosas” (cada um dos grupos com 71.1%). A seguir, 18.5% dos Jovens Autóctones e 15.6% dos Não-Autóctones consideram-se “pessoas não religiosas”. E, 11.1% dos Jovens Autóctones e 8.9% dos Não-Autóctones consideram-se “ateus convictos”.

Os Progenitores Autóctones são semelhantes aos Progenitores Não-Autóctones relativamente à atitude religiosa.

A quase totalidade dos Progenitores Autóctones e Não-Autóctones consideram-se “pessoas religiosas” (92.5% contra 88.1%). Entretanto, 7.7% dos Progenitores Não-Autóctones e 3.8% dos Autóctones consideram-se “pessoas não religiosas”. Para terminar, 3% dos Progenitores Não-Autóctones e 1.9% dos Autóctones consideram-se “ateus convictos”.

4.3.5.7 O que procura na Religião (Q-33)

Das diversas alternativas acerca do que se procura na religião, o valor mais frequentemente invocado é o da "satisfação daquilo que se considera uma necessidade espiritual própria de todos os indivíduos" (64.4% dos Jovens Autóctones e 60% dos Não-Autóctones). Podemos considerar também as alternativas: "forma de amar e servir a Deus" (17.5% dos Jovens Autóctones e 11.1% dos Não-Autóctones), "uma fuga à resolução dos problemas graves da vida" (11.1% dos Jovens Autóctones e 1.9% dos Não-Autóctones), "uma resposta aos problemas morais e familiares" (9.6% dos Jovens Não-Autóctones e 4.4% dos Autóctones), e "a salvação da alma" (apenas para 6.7% dos Jovens Não-Autóctones).

Os dois grupos de Progenitores em análise, o que o procuram mais na religião é a necessidade espiritual (43.5% dos Progenitores Não-Autóctones e 37.7% dos Autóctones), seguindo-se as alternativas: "amar e servir a Deus" (38.7% dos Progenitores Não-Autóctones e 32.1% dos Autóctones), "a salvação da alma" (22.6% dos Progenitores Autóctones e 8.9% dos Não-Autóctones), "fuga aos problemas" (4.2% dos Progenitores Não-Autóctones e 3.8% dos Autóctones) e para terminar, "uma resposta aos problemas morais e familiares" (3% dos Progenitores Não-Autóctones e 1.9% dos Autóctones).

4.4 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS ENTRE AS AMOSTRAS NACIONAL E REGIONAL

Apresentamos em particular, os resultados dos Jovens Nacionais e Regionais (Estudantes da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) e dos Progenitores Nacionais e Regionais (Pais dos estudantes da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) que expressam os valores nas diferentes categorias.

4.4.1 FAMÍLIA

Neste agrupamento de questões iremos conhecer os valores expressos pelas duas gerações de Nacionais e Regionais em relação à Família, numa perspectiva abrangente.

De acordo com Figueiredo (2001) “Todos os domínios aqui explorados acabam por ter profundas repercussões nesta instituição básica da organização social e da reprodução humana: vida sexual, pré-matrimonial, objectivos dos casamento, divórcio, trabalho feminino, planeamento familiar, número de filhos que gostaria de ter, violência na família, etc. Englobamos também neste capítulo a caracterização do que «é mais importante na vida», questionando implicitamente a importância da família e do amor, com notórias variações de valorização ao longo das diferentes décadas estudadas. Assim como a problemática da educação pré-escolar onde, obviamente, a importância formativa e disponibilidade da família são questionadas. Com a problemática da «forma de viver dos jovens», obtemos informações sobre a dinâmica de saída de casa como expectativa por parte dos jovens adultos, assim como sobre o que pensam os pais sobre essa matéria” (p. 63).

4.4.1.1 Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz (Q-10)

A percentagem mais elevada de Jovens Regionais (50.6%) e Nacionais (34.9%) defendem que as experiências sexuais antes do casamento são úteis nos rapazes ($p<0.01$). Enquanto que, outros Jovens (38.9% Regionais e 31.6% Nacionais) consideram "sem gravidade". Há ainda a considerar que, 9.3% dos Jovens Nacionais contra 1.1% dos Regionais concordam que os relacionamentos sexuais antes do casamento são repreensíveis. E por último, 9.2% dos Jovens Nacionais e 7.8% dos Regionais consideram estas experiências sexuais "perigosas".

Os Progenitores mostram-se absolutamente consonantes entre si. Deste modo, segundo eles, os relacionamentos sexuais antes do casamento nos rapazes, podem considerar-se: "sem gravidade" (30.3% dos Progenitores Nacionais e 29.9% dos Regionais), "perigosa" (26.7% dos Nacionais e 24.5% dos Regionais), "útil" (24% dos Regionais e 19.6% dos Nacionais) e para terminar, "repreensível" (18% dos Nacionais e 16.3% dos Regionais).

4.4.1.2 Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga (Q-11)

O relacionamento sexual antes do casamento nas raparigas é visto de forma divergente entre os Jovens. Assim, 46.1% dos Jovens Regionais contra 28% dos Nacionais consideram "útil" ($p<0.01$), 35.7% dos Nacionais e 35% dos Regionais consideram "sem gravidade", 13.2% dos Nacionais e 11.7% dos Regionais consideram "perigosa" e 12% dos Nacionais e 2.8% dos Regionais consideram "repreensível" ($p<0.01$).

Os Progenitores encaram as experiências sexuais antes do casamento nas Raparigas como "perigosas" (41.2% dos Regionais e 30% dos Nacionais) ($p<0.01$), "repreensíveis" (25.7% dos Nacionais e 23.1% dos Regionais), "sem gravidade" (17.6% dos Nacionais e 16.7% dos Regionais) e "úteis" (16.3% dos Regionais e 11% dos Nacionais) ($p<0.05$).

4.4.1.3 Planeamento Familiar (Q-13)

No que concerne ao planeamento familiar, a maior parte dos Jovens Regionais (55%) e Nacionais (43.8%) defendem que “é um meio lícito de planificação da família” ($p < 0.01$). Outros há que consideram “uma prática absolutamente justificada e mesmo necessária dado o crescente povoamento do mundo” (25.5% dos Nacionais e 20.6% dos Regionais). Além disso, 17.2% dos Jovens Regionais e 14.5% dos Nacionais defendem que é lícito se o casal estiver de acordo. Há ainda a considerar que é lícito em algumas condições de saúde ou circunstâncias económico-sociais da família (11.7% dos Jovens Nacionais e 5.6% dos Regionais) ($p < 0.01$). E finalmente, 1% dos Jovens Nacionais (0% dos Regionais) consideram que “é a tradução de um egoísmo social e de uma falta de responsabilidade dos cônjuges perante a sua missão” ($p < 0.01$).

Verificámos que, existe uma homogeneidade entre os Progenitores relativamente a esta questão. Deste modo, consideram que “é um meio lícito de planificação da família” (42.1% dos Regionais e 40.5% dos Nacionais), é lícito se o casal concordar (21.4% dos Nacionais e 20.8% dos Regionais), necessário devido ao aumento populacional do mundo (17.9% dos Nacionais e 17.6% dos Regionais), só em determinadas condições de saúde ou circunstâncias económico-sociais da família (15.4% dos Regionais e 13.9% dos Nacionais) “é a tradução de um egoísmo social e de uma falta de responsabilidade dos cônjuges perante a sua missão” (3.6% dos Nacionais e 3.3% dos Regionais).

4.4.1.4 Finalidade do casamento (Q-8)

A importância atribuída ao casamento pelos Jovens na sua primeira escolha pode hierarquizar-se de forma decrescente: o “auxílio mútuo entre esposos” (52.1% dos Nacionais contra 37.8% dos Regionais) ($p < 0.01$), o “meio de realização dos cônjuges” (48.9% dos Regionais e 32.9% dos Nacionais) ($p < 0.01$), a “procriação e educação dos filhos” (9.4% dos Regionais e 5.8% dos Nacionais) e o “meio legítimo de satisfação de necessidades sexuais” (2.3% dos Nacionais e 2.2% dos Regionais).

Os Progenitores na sua primeira escolha hierarquizam no sentido decrescente a importância conferida ao casamento do seguinte modo: o “auxílio mútuo entre esposos” (52.3% dos Nacionais contra 35.3% dos Regionais) ($p < 0.01$), “meio de realização dos cônjuges” (37.6% dos Regionais contra 20.1% dos Nacionais) ($p < 0.01$), a “procriação e educação dos filhos” (21.7% dos Regionais contra 11.1% dos Nacionais) ($p < 0.01$) e o “meio legítimo de satisfação de necessidades sexuais” (6.3% dos Nacionais e 4.1% dos Regionais).

4.4.1.5 Factores determinantes para o bom entendimento do casal (Q-7)

Jov. Reg. (%)	Jov. Nac. (%)	OS DOIS FACTORES MAIS IMPORTANTES PARA UM BOM ENTENDIMENTO DO CASAL	Prog. Reg. (%)	Prog. Nac. (%)
29.1	20.4	Terem um nível de instrução semelhante	24.0	26.4
6.6	4.7	Terem sido educados no mesmo meio	10.7	12.3
37.4	31.4	Terem os mesmos ideais	30.4	23.9
4.6	6.2	Terem as mesmas atitudes religiosas	9.4	6.9
19.4	22.5	Terem feitios e gostos semelhantes	24.7	22.7
2.9	14.7	Sem resposta	0.9	7.9

Tabela 22 - Apresentação da variável "Factores determinantes para o bom entendimento do casal"

Os dois aspectos mais destacados pelos Jovens Regionais para o bom entendimento do casal são: "terem os mesmos ideais" (37.4%) e "terem um nível de instrução semelhante" (29.1%). No entanto, os Jovens Nacionais consideram importante "terem os mesmos ideais" (31.4%) e "terem feitios e gostos semelhantes" (22.5%).

Os Progenitores Regionais destacam "terem os mesmos ideais" (30.4%) e "terem feitios e gostos semelhantes" (24.7%). Enquanto que, os Progenitores Nacionais destacam "terem um nível de instrução semelhante" (26.4%) e "terem feitios e gostos semelhantes" (23.9%).

Verificámos que, há semelhança na escolha dos factores considerados indispensáveis para que um casal se entenda, entre os Jovens Nacionais e os Progenitores Regionais e entre os Jovens Regionais e os Progenitores Nacionais.(Tabela 22)

4.4.1.6 Resolução de conflitos no casal (Q-15)

A esmagadora maioria dos Jovens da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro não concordam com a afirmação “entre o casal há questões que só se resolvem com uma sova na mulher” (97.8% Regionais e 81.9% Nacionais) ($p<0.01$). No entanto, 9.3% dos Jovens Nacionais e 1.7% dos Regionais “concordam que o homem bata na mulher mas só em situações excepcionais” ($p<0.01$). Apenas 2.6% dos Jovens Nacionais (contra 0% dos Regionais) são a favor que “bater na mulher é a forma mais indicada para resolver muitos problemas” ($p<0.01$). E somente, 1.7% dos Jovens Nacionais (contra 0% dos Regionais) são favoráveis a que “o homem tem direito de bater na mulher desde que considere que tem razão para o fazer” ($p<0.01$). Os Jovens Regionais são de certo modo menos defensores da violência na mulher do que os Nacionais.

A quase totalidade dos Progenitores mostram-se discordantes quanto à afirmação “entre o casal há questões que só se resolvem com uma sova na mulher” (94.6% dos Progenitores Regionais e 83.7% dos Nacionais) ($p<0.01$). Contudo, 7.7% dos Progenitores Nacionais contra 1.4% dos Regionais estão de acordo “que o homem bata na mulher mas só em situações excepcionais” ($p<0.01$). A seguir, uma pequena percentagem de Progenitores (2.5% dos Nacionais e 2.3% dos Regionais) defendem que o “homem tem direito a bater na mulher desde que considere que têm razão para o fazer”. E para finalizar, apenas 2% dos Progenitores Nacionais (contra 0% dos Regionais) defendem que “bater na mulher é a forma mais indicada para resolver muitos problemas” ($p<0.01$).

Os Progenitores Regionais apresentam uma tendência menos apelativa à violência na mulher do que os Nacionais.

4.4.1.7 Divórcio (Q-9)

Uma vasta maioria de Jovens Regionais (93.2%) e Nacionais (76.7%) estão de acordo com o divórcio. E, as razões que expressaram para tal são: “porque é uma solução para situações muito graves de desarmonia conjugal” (71.5% Regionais contra 49.4% Nacionais) ($p<0.01$), “porque é uma expressão natural de liberdade humana” (15.6% Nacionais e 12.8% Regionais).

Analisando também as discordâncias entre os Jovens em confronto (10.9% Nacionais e 6.2% Regionais) relativamente ao divórcio, verificámos que: “o casamento é por natureza indissolúvel” (4.1% Nacionais contra 1.7% Regionais) ($p<0.05$), “pode transformar o casamento numa união natural, temporária e de ensaio” (3.9% Regionais e 3.7% Nacionais), “porque impossibilita a educação dos filhos” (1.8% Nacionais e 0.6% Regionais) e “porque é uma tentação contra a fidelidade conjugal” (1.3% Nacionais e 0.6% Regionais).

A posição face ao divórcio observada nas duas amostras de Progenitores, permite-nos concluir que, os Progenitores Regionais (80.6%) são mais concordantes do que os Nacionais (61.7%). Contamos com três motivos para essa concordância – “é uma solução para situações muito graves de desarmonia conjugal” ($p<0.01$), “é uma expressão natural de liberdade humana” (10.9% Regionais e 8.9% Nacionais) e por último, “possibilita a verdade total do amor” (6% Nacionais e 4.1% Regionais).

No panorama da discordância, podemos verificar que 19.6% Nacionais e 19.4% regionais têm esta mesma postura. O desacordo manifestado relativamente ao divórcio tem por base quatro argumentos: “o casamento é por natureza indissolúvel” (9.3% Nacionais 9% Regionais), “impossibilita a educação dos filhos” (5.4% Regionais e 4.6% Nacionais), “pode transformar o casamento numa união natural, temporária e de ensaio” (4% Nacionais e 2.7% Regionais) e “é uma tentação contra a fidelidade conjugal” (2.7% Nacionais e 2.3% Regionais).

4.4.1.8 Aspectos mais importantes na vida de uma pessoa (Q-3)

Nesta questão, os Jovens hierarquizam o 1º ordenamento, do seguinte modo: em 1º lugar, “o bem estar interior consigo próprio” (81.9% Regionais contra 29.4% Nacionais) ($p<0.01$), em 2º lugar, “as relações com colegas e pessoas amigas” (26.1% Nacionais contra 0.6% Regionais) ($p<0.01$), em 3º lugar, “as relações com a família” (17.7% Nacionais e 10.2% Regionais) ($p<0.01$), em 4º lugar “o amor” (17.2% Nacionais contra 6.8% Regionais) ($p<0.01$), e em último lugar, “a satisfação com o trabalho profissional” (5% Nacionais e 0.6% Regionais) ($p<0.01$).

Os Progenitores hierarquizam os aspectos mais importantes na vida de uma pessoa (1º ordenamento) da seguinte forma: em 1º lugar, “as relações com a família” (45.3% Regionais e 38% Nacionais) ($p<0.05$), em 2º lugar, “o bem estar interior consigo próprio” (42% Regionais contra 14.2% Nacionais) ($p<0.01$), em 3º lugar, “as relações com colegas e pessoas amigas” (21.6% Nacionais contra 0.5% Regionais) ($p<0.01$), em 4º lugar, “o amor” (13.8% Nacionais e 11.9% Regionais) e em último lugar, “a satisfação com o trabalho profissional” (5.1% Nacionais contra 0.9% Regionais) ($p<0.01$).

4.4.1.9 Número de filhos que gostaria de ter (Q-12)

A percentagem mais elevada de Jovens Regionais (65%) e Nacionais (57.1%) consideram que o número ideal de filhos é de “2-3 filhos” ($p<0.01$). Ao que se segue, 17.8% de Jovens Regionais contra 9.1% de Nacionais preferirem ter “4 ou mais filhos” ($p<0.01$). No entanto, 13.5% dos Jovens Nacionais e 9.4% dos Regionais gostariam de ter apenas “1 filho” ($p<0.01$). E para terminar 10.9% dos Jovens Nacionais e 4.4% dos Regionais pretendiam não ter filhos ($p<0.01$).

A percentagem mais elevada de Progenitores Regionais (70.1%) e Nacionais (65.7%) consideram que o número ideal de filhos é de “2-3 filhos”. Os restantes Progenitores entendem que o número de filhos que desejavam ter é de “4 ou mais filhos” (22.6% dos Progenitores Regionais e 12.9% dos Nacionais), “um filho” (11.6% dos Progenitores Nacionais e 5.9% dos Regionais) e “nenhum” (5.5% dos Progenitores Nacionais e 0.9% dos Regionais). Os Progenitores apresentam entre si uma distribuição homogénea.

4.4.1.10 Ensino Pré-Escolar (Q-2)

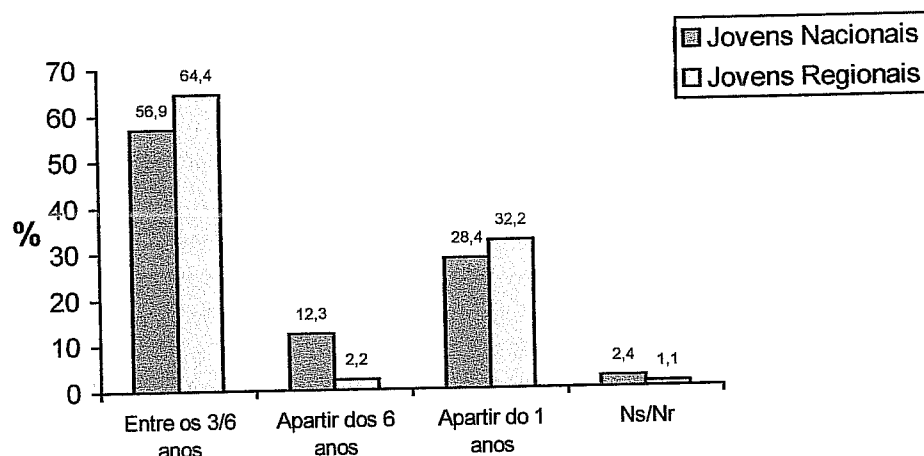


Figura 48 - Apresentação da Variável "Ensino Pré-Escolar"

No que diz respeito à educação pré-escolar, constatámos que na sua maioria os Jovens quer os Regionais (64.4%) quer os Nacionais (56.9%) estão de acordo que "até aos 3 anos o melhor meio educativo é a família, mas entre os 3 e os 6 anos é bom que frequentem um jardim infantil" ($p < 0.05$). Em contrapartida, 32.2% dos Jovens Regionais e 28.4% dos Nacionais concordam que as crianças desde cedo devem conviver com outras crianças numa instituição pré-escolar desenvolvem-se melhor. E por último, 12.3% dos Jovens Nacionais e 2.2% dos Regionais concordam que "até à idade de irem para a escola primária as crianças devem ficar em casa com a mãe ou alguém da família" ($p < 0.01$) (

Figura 48)

4.4.1.10 Ensino Pré-Escolar (Q-2)

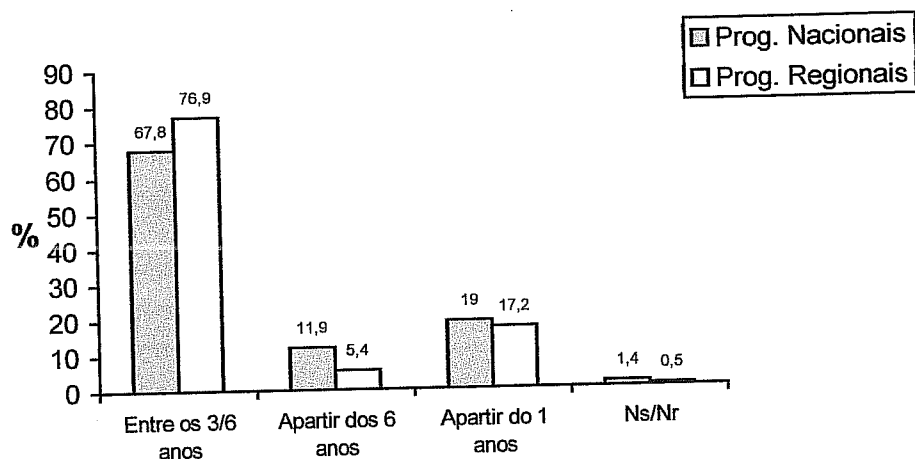


Figura 49 - Apresentação da Variável "Ensino Pré-Escolar"

Relativamente à educação pré-escolar a maioria dos Progenitores Regionais (76.9%) e Nacionais (67.8%) estão de acordo que "até à idade de 3 anos o melhor meio educativo é a família, mas entre os 3 e os 6 anos é bom que frequentem um jardim de infância" ($p < 0.01$). No entanto, 19% dos Progenitores Nacionais e 17.2% dos Regionais concordam que as crianças têm um melhor desenvolvimento se conviverem precocemente com outras crianças numa instituição pré-escolar. E em último, 11.9% dos Progenitores Nacionais e 5.4% dos Regionais concordam que "até à idade de irem para a escola primária as crianças devem ficar em casa com a mãe ou alguém de família" ($p < 0.01$) (Figura 49).

4.4.1.11 Educação dos filhos (Q-14)

No que concerne à educação dos filhos a maioria dos Jovens Regionais (62.8%) e dos Nacionais (49.3%) defendem “que por vezes é necessário bater mas devem evitar fazê-lo” ($p < 0.01$). No entanto, 33.3% dos Jovens Nacionais e 30% dos Regionais “não concordam que a educação passe pelos castigos físicos”. A seguir defendem que “os pais têm direito de bater nos filhos desde que considerem necessário” (7.6% dos Jovens Nacionais e 5.6% dos Regionais). E por último, defendem que “uma boa tarefa não faz mal às crianças mas a partir dos 13-14 anos já os pais não devem bater nos filhos” (3.8% dos Jovens Nacionais e 1.7% dos Regionais).

A propósito da educação dos filhos, a maior parte dos Progenitores Regionais (57%) e dos Nacionais (52.8%) advogam que por vezes é necessário bater. Uma outra percentagem de Progenitores referem que não é necessário bater (27.7% Nacionais e 27.1% dos Regionais). Pode salientar-se que, 11.3% dos Progenitores Nacionais e 10.9% dos Regionais são a favor de que os pais podem sempre bater. E a menor percentagem de Progenitores (4.8% Nacionais e 4.1% Regionais) defendem que não faz mal bater até aos 13/14 anos.

4.4.1.12 Com quem gostariam de viver os jovens a partir dos 17/18 anos? (Q-4)

A maior parte dos Jovens Universitários inquiridos (68.8% Regionais e 48.8% Nacionais) consideram que os jovens escolheriam mais naturalmente “viver com outros jovens” ($p < 0.01$). No entanto, 24.3% dos Jovens Nacionais contra 16.1% dos Regionais referem que os jovens escolheriam “viver sós” ($p < 0.01$).

E a menor parte dos Jovens Universitários inquiridos (18.8% Nacionais contra 15% Regionais) admitem que os jovens com mais de 17/18 anos optariam por “viver em casa dos pais”. Uma percentagem elevada de Progenitores (36.2% Regionais contra 31.8% Nacionais) são a favor de que os jovens podem “viver com outros jovens”. Uma outra percentagem de Progenitores (35.3% Regionais e 34.7% Nacionais) refere que os jovens gostariam de continuar a “viver em casa dos pais”. E por último, os Progenitores acreditam que os jovens depois dos 17/18 anos gostariam mais de “viver sós” (24.5% Nacionais e 24% Regionais).

4.4.1.13 Trabalho da mulher (Q-6)

Relativamente ao trabalho da mulher, a esmagadora maioria de Jovens (82.8% Regionais e 71.5% Nacionais) advogam que este deve ser “durante toda a vida, tal como o do homem” ($p<0.01$). Contudo, 15% dos Jovens Regionais e 10.4% dos Nacionais defendem que “a mulher casada deve ter um horário compatível com a vida familiar”. A seguir os Jovens consideram que a mulher deve empregar-se até casar (6.2% Nacionais contra 0% Regionais) ($p<0.01$). Na sequência do trabalho da mulher, observámos ainda que, uma pequena percentagem de Jovens referem que “a mulher casada só deve empregar-se em caso de extrema necessidade” (3.6% Nacionais contra 0.6% Regionais) ($p<0.01$), não deve ter emprego (2.3% Nacionais e 1.1% Regionais) e “a mulher casada pode ter um emprego até ao nascimento do 1º filho” (1.8% Nacionais e 0% Regionais) ($p<0.01$).

A maior parte dos Progenitores defendem que o emprego da mulher deve ser por toda a vida assim como o do homem (50.2% Regionais e 46.8% Nacionais). Uma outra percentagem de Progenitores referem que o emprego da mulher deve ter um horário compatível com as necessidades familiares (27.1% Regionais e 25.2% Nacionais).

Verificámos que, 13.3% dos Progenitores Nacionais e 10.9% dos Regionais consideram que, “a mulher casada só deve empregar-se em caso de extrema necessidade”. Constatámos entretanto que, 5.4% dos Progenitores Regionais e 4% dos Nacionais advogam que “a mulher casada pode ter um emprego até ao nascimento do 1º filho”. Além disso, 4.5% dos Progenitores Regionais e 3.8% dos Nacionais são defensores de que “a mulher casada não deve empregar-se em caso algum”. E por último, os Progenitores estão convictos também que “a mulher deve ter um emprego até casar” (3.9% dos Nacionais e 1.4% dos Regionais) ($p<0.01$).

4.4.2 POLÍTICA

Com este agrupamento de questões podemos ter acesso aos valores defendidos pelos Jovens Nacionais/Regionais em relação à posição política, da proximidade a um partido político e do sistema político pelo qual se deveriam orientar as nações. Analisámos se existia ou não concordância acerca de: “Não é na revolução que reside a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada”. Relativamente à União Europeia, interessou-nos saber o que sentiriam as pessoas se Portugal abandonasse a União Europeia e qual a concepção que têm a longa prazo da mesma União Europeia.

4.4.2.1 Posição política (Q-38)

A distribuição relativa à posição política dos Jovens é um pouco mais elevada ao “centro” (38.3% dos estudantes da UTAD e 27.4% dos estudantes Nacionais) ($p < 0.01$). A seguir, posicionaram-se à “esquerda” (26.6% dos estudantes da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) contra 22.8% dos estudantes Nacionais). À “direita” posicionaram-se 24.4% dos estudantes da UTAD e 24.4% dos estudantes da UTAD e 24.4% dos estudantes Nacionais. Situam-se na “extrema esquerda” 8.2% dos estudantes Nacionais contra 3.9% dos estudantes da UTAD ($p < 0.01$). E por último, na “extrema direita” uma percentagem muito semelhante de estudantes (6.6% dos estudantes da UTAD e 6.5% dos estudantes Nacionais).

No caso dos Progenitores, constatámos que a maior parte se coloca politicamente ao “centro” (43% Regionais e 37.1% Nacionais). Ao que se segue, a posição “esquerda” (29% Regionais e 22.7% Nacionais) ($p < 0.05$). O posicionamento à “direita” conta com 16.8% dos Progenitores Nacionais e 15.4% dos Regionais. No entanto, na “extrema direita” situam-se 10.4% dos Progenitores Regionais e 5.8% dos Nacionais ($p < 0.05$). E em último, na posição política “extrema esquerda” situaram-se 5.5% dos Progenitores Nacionais e 2.3% dos Regionais ($p < 0.01$).

4.4.2.2 Grau de ligação a um partido político (Q-39)

A maior parte dos Jovens (62.2% Regionais e 48.9% Nacionais) são “sobretudo simpatizantes” de algum partido político ($p < 0.01$). No entanto, 25.3% dos Jovens Nacionais e 21.7% dos Regionais não têm qualquer ligação a um determinado partido político. Para além disso, 12.8% dos Jovens Regionais e 11.8% dos Nacionais declaram-se “bastantes ligados” a algum partido político. E a menor percentagem de Jovens (11.4% Nacionais e 3.3% Regionais) consideram-se “muito ligados” a algum dos partidos políticos ($p < 0.01$).

Os Progenitores por seu lado, na sua maioria (63.3% Regionais e 54.8% Nacionais) são “sobretudo simpatizantes” de algum dos partidos políticos ($p < 0.05$). Entretanto, 24.7% dos Progenitores Nacionais e 19.9% dos Regionais não sentem qualquer proximidade a algum partido político. Além disso, 10.9% de Progenitores Regionais e 9.1% dos Nacionais referem que se sentem “bastante ligados” a um partido político. E finalmente, 9.1% dos Progenitores Nacionais e 5.9% dos Regionais são aqueles que se sentem “muito ligado” a qualquer um partido político.

4.4.2.3 Sistema político que se deveriam orientar as nações (Q-45)

A propósito desta questão, a esmagadora maioria de Jovens (92.8% Regionais e 73.6% Nacionais) defendem que numa democracia, as nações dever-se-iam orientar pelo “sistema de vários partidos” ($p < 0.01$).

Enquanto que, numa minoria de Jovens (15.7% Nacionais e 2.8% Regionais) advogam que o “sistema de partido único”, para os países, era o mais conveniente ($p < 0.01$). Uma expressiva maioria de Progenitores (83.3% Regionais e 70.7% Nacionais) consideram que num processo democrático, os países deveriam pautar-se pelo “sistema de vários partidos” ($p < 0.01$). E conseqüentemente, 20% dos Progenitores Nacionais e 10.4% dos Regionais consideram que os países deveriam ter um “sistema de partido único” ($p < 0.01$). Verificámos que existem diferenças estatisticamente significativas entre as amostras em confronto, nos dois itens.

4.4.2.4 Evolução bem orientada versus revolução (Q-23)

A maior parte dos Jovens (64.4% Regionais e 57% Nacionais) “concordam inteiramente” com a afirmação: “não é na revolução que reside a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada” ($p<0.05$). Enquanto que, 24.4% dos Jovens Regionais e 20.4% dos Nacionais defendem que “há circunstâncias em que só a violência se torna remédio adequado”. E, a menor percentagem de Jovens (7.8% Nacionais contra 0% Regionais) estão em total desacordo com afirmação acima citada ($p<0.01$).

A maior parte dos Progenitores (77.8% Regionais e 68.6% Nacionais) estão totalmente de acordo que “não é na revolução que reside a satisfação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada” ($p<0.01$). Entretanto, 15.8% dos Jovens Regionais e 14.5% dos Nacionais defendem também que em determinadas circunstâncias apenas “a violência se torna remédio adequado”. E, a mais pequena percentagem de Progenitores (7.2% Nacionais e 1.8% Regionais) discordam absolutamente da afirmação acima referida ($p<0.01$).

4.4.2.5 O que sentiria se Portugal abandonasse a União Europeia (Q-24)

Os Jovens na sua maioria (59.4% Regionais e 55.1% Nacionais) são consensuais ao considerarem “que era uma pena” se Portugal abandonasse a União Europeia. No entanto, 20.6% dos Jovens Regionais contra 10.7% dos Nacionais referem que “sentiam alívio” ($p<0.01$). E para finalizar, 15.9% dos Jovens Nacionais e 11.7% dos Regionais sentiriam que “era indiferente”.

Os Progenitores a propósito desta questão, são na sua maioria (57.9% Regionais e 49.2% Nacionais) partidários do sentimento que seria “uma pena” se Portugal abandonasse a União Europeia ($p<0.05$). Além disso, 24.4% dos Progenitores Nacionais e 24.4% dos Regionais sentiriam que “era indiferente”. E, 14% dos Progenitores Regionais e 12% dos Nacionais referem que sentiriam alívio se Portugal abandonasse a União Europeia.

4.4.2.6 Concepção a longo prazo da União Europeia (Q-40)

Uma vasta maioria de Jovens (89.4% Regionais e 66.3% Nacionais) defendem a propósito da União Europeia que “a última palavra deverá pertencer aos governos dos estados membros” ($p < 0.01$). Entretanto, uma minoria de Jovens (16.5% Nacionais e 5% Regionais) defendem que “a União Europeia deveria ter não só um único parlamento eleito por sufrágio universal, mas também um único governo que tivesse a última palavra em certos domínios importantes” ($p < 0.01$).

A grande maioria dos Progenitores (78.7% Regionais e 68% Nacionais) defendem que os estados membros da União Europeia devem ser soberanos, na concepção a longo prazo da União Europeia. No entanto, 14% dos Progenitores Regionais e 12.4% dos Nacionais concebem a União Europeia com um único parlamento, um único governo entre os países que a compõem.

4.4.3 INSTITUIÇÕES E PROBLEMAS SOCIAIS

Este conjunto de questões dá-nos a conhecer os valores que os Jovens Nacionais/Regionais e os Progenitores Nacionais/Regionais expressaram em relação às Instituições (escola, polícia e prisões) e aos Problemas Sociais ligado à marginalidade, (criminalidade, alcoolismo, consumo de droga, e prostituição), em particular o consumo de substâncias legais (Álcool, cafeína, nicotina, etc.) e ilegais (Heroína, cannabis, etc.).

4.4.3.1 Educação Escolar (Escolaridade obrigatória) (Q-1)

No que concerne à educação escolar, a maior parte dos Jovens Regionais (65%) e dos Nacionais (56.9%) defendem que a escolaridade obrigatória deve ser prolongada ($p < 0.05$). No entanto, 31.1% dos Jovens Regionais e 28.8% dos Nacionais defendem que “a frequência obrigatória da escola só devia ser obrigatória se o ensino fosse organizado de uma forma mais útil. Tal como está interessa a poucos”. E, finalmente 7.9% dos Jovens Nacionais e 1.7% dos Regionais defendem que “a escolaridade obrigatória deve ser reduzida pois para quem não seguir estudos só interessa aprender a ler e a escrever” ($p < 0.01$).

Ainda sobre a mesma questão, os Progenitores Regionais (66.1%) e os Nacionais (65.4%) são maioritariamente a favor de que a escolaridade obrigatória deve ser prolongada. Seguindo-se que “a frequência obrigatória da escola só devia ser obrigatória se o ensino fosse organizado de uma forma útil. Tal como está interessa a poucos” (26.7% dos Progenitores Regionais e 24.3% dos Nacionais). E por último, 6.6% dos Progenitores Nacionais e 5.4% dos Regionais são a favor de que “a escolaridade obrigatória deve ser reduzida pois para quem não seguir estudos só interessa aprender a ler e a escrever”.

4.4.3.2 Polícia (Q-18)

Acerca desta questão verificámos que, a percentagem mais elevada de Jovens Regionais (69.4%) e de Nacionais (60.5%) recai sobre o mau funcionamento da polícia ($p<0.05$). À qual se segue, “faz o melhor que pode” para 25.5% dos Jovens Nacionais e para 24.4% dos Regionais. No entanto, 5.5% dos Jovens Nacionais e 2.2% dos Regionais consideram que “não serve para nada” ($p<0.01$). E a menor percentagem de Jovens Nacionais (3.8%) e Regionais (1,7%) consideram que “é o que nos vale” ($p<0.05$).

As opções dos Progenitores inquiridos acerca da polícia, distribuem-se: “funciona mal” (48.9% dos Progenitores Regionais e 44.5% dos Nacionais), “faz o que pode” (40.7% dos Progenitores Regionais e 40.4% dos Nacionais), “é o que nos vale” (6.1% dos Progenitores Nacionais e 5.9% dos Regionais) e “não serve para nada” (5.2% dos Progenitores Nacionais e 2.7% dos Regionais) ($p<0.05$).

4.4.3.3 Sistema Prisional

Quanto ao sistema prisional (cadeias e prisões), a maior parte dos Jovens Regionais (77.8%) e Nacionais (62.8%) estão convictos de que “funciona mal” ($p<0.01$). Seguindo-se as opções: “fazem o melhor que podem” (18.7% dos Jovens Nacionais e 15.6% dos Regionais), “são o que nos vale” (6.7% dos Jovens Nacionais e 1.7% dos Regionais) ($p<0.01$) e em último, “não servem para nada” (6.5% dos Jovens Nacionais e 1.1% dos Regionais) ($p<0.01$).

Os Progenitores por seu lado, consideram sobretudo que o sistema prisional tem um mau funcionamento (54.3% dos Progenitores Regionais e 51.5% dos Nacionais). Seguindo-se as opções: “fazem o melhor que podem” (31.7% dos Progenitores Regionais e 29% dos Nacionais), “são o que nos vale” (8.1% dos Progenitores Regionais e 7.5% dos Nacionais) e por último, “não servem para nada” (4.6% dos Progenitores Nacionais e 0.5% dos Regionais) ($p<0.01$).

4.4.3.4 Atitude da Sociedade face à Criminalidade, ao Alcoolismo, ao Consumo de droga e à Prostituição (Q-20)

Constatámos que a “atitude preventiva” é a mais defendida por ambas as amostras de Jovens e Progenitores, em relação à criminalidade, ao alcoolismo, ao consumo de droga e à prostituição.

4.4.3.4.1 Atitude da sociedade face à Criminalidade

No que diz respeito à criminalidade os Jovens respondentes dão primazia ao desenvolvimento das medidas preventivas (67.8% dos Jovens Regionais e 57.7% dos Nacionais) ($p<0.01$). No entanto, 30.6% dos Jovens Regionais e 29.1% dos Nacionais consideram que devem ser desenvolvidas medidas repressivas. E, 7.6% dos Jovens Nacionais e 1.7% dos Regionais consideram importante desenvolver medidas terapêuticas ($p<0.01$).

Os Progenitores em relação à criminalidade consideram primordial desenvolver medidas preventivas (68.8% dos Progenitores Regionais e 53.9% dos Nacionais) ($p<0.01$). Contudo, 29.6% dos Progenitores Nacionais e 28.1% dos Regionais consideram que se devem desenvolver também medidas repressivas. E apenas, 9% dos Progenitores Nacionais e 3.2% dos Regionais consideram que as medidas terapêuticas são aquelas que devem ser desenvolvidas pela sociedade ($p<0.01$).

4.4.3.4.2 Atitude da sociedade face ao Alcoolismo

Em relação ao alcoolismo, constatámos que, muito embora, a maior parte dos Jovens Regionais (71.1%) e Nacionais (56.3%) defendam que a sociedade deve ter uma "atitude preventiva" ($p<0.01$), há, no entanto, uma percentagem algo elevada de Jovens Nacionais (34.6%) e Regionais (28.9%) que defendem a adopção de medidas terapêuticas. E apenas, 2.7% dos Jovens Nacionais (contra 0% dos Regionais) defendem a adopção de medidas repressivas ($p<0.01$).

Também a maior parte dos Progenitores Regionais (58.8%) e Nacionais (46.3%) defendem que devem ser tomadas medidas preventivas ($p<0.01$), relativamente ao alcoolismo. Seguindo-se de forma homogênea a "atitude terapêutica" (39.4% dos Progenitores Regionais e 39.3% dos Nacionais), e por último, a "atitude repressiva" (5.5% dos Progenitores Nacionais contra 1.4% dos Regionais) ($p<0.01$).

4.4.3.4.3 Atitude da sociedade face ao Consumo de Droga

No que diz respeito ao consumo de droga, a prevenção é a medida que reúne mais adeptos entre os Jovens Regionais (83.3%) e os Nacionais (65.3%) ($p<0.01$). A seguir consideram que, a “atitude terapêutica” (17.6% dos Jovens Nacionais e 12.2% dos Regionais) ($p<0.05$) é aquela que a sociedade deve adoptar. Em último, consideram que a “atitude repressiva” (8% dos Jovens Nacionais contra 3.9% dos Regionais) ($p<0.01$) é a que deve ser adoptada pela sociedade diante do consumo de droga.

Quanto aos Progenitores verificámos que a maioria opta pela prevenção (72.4% dos Progenitores Regionais e 59.5% dos Nacionais) ($p<0.01$). Seguindo-se a “atitude terapêutica” (19.9% dos Progenitores Regionais e 17.5% dos Nacionais) e a “atitude repressiva” (13.4% dos Progenitores Nacionais e 8.1% dos Regionais) ($p<0.01$).

4.4.3.4.4 Atitude da sociedade face à Prostituição

Observámos que a maioria dos Jovens Regionais (78.3%) e dos Nacionais (65.9%) defendem que a sociedade em relação à prostituição, deve ter uma “atitude preventiva” ($p<0.01$). Os restantes Jovens respondentes defendem que a sociedade deve ter um “atitude terapêutica” (14.2% dos Jovens Nacionais e 10.6% dos Regionais) ou uma “atitude repressiva” (10.4% dos Jovens Nacionais e 8.3% dos Regionais).

Em relação à prostituição verificámos que a maior parte dos Progenitores Regionais (76%) e dos Nacionais (64.4%) defendem que a sociedade deve ter uma “atitude preventiva” ($p<0.01$). Seguindo-se as atitudes de repressão (12.2% dos Progenitores Nacionais e 14% dos Regionais) e de tratamento (8.4% dos Progenitores Nacionais e 6.8% dos Regionais).

4.4.3.5 (Toxico)dependência de substâncias legais e ilegais (Q-21)

Relativamente às diversas substâncias legais ou ilegais que podem desencadear dependência, os Jovens estão essencialmente convictos de que se deveriam proibir todas as drogas ilegais (51.1% dos Jovens Regionais e 42% dos Nacionais) ($p < 0.05$). Contudo, 20.9% dos Jovens Nacionais contra 5.6% dos Regionais defendem a proibição de todas as drogas ($p < 0.01$). Os restantes Jovens inquiridos, consideram que “todas as drogas ilegais devem poder ser consumidas mas o tráfico proibido” (20.6% dos Jovens Regionais e 17% dos Nacionais), e que, devem ser “apenas proibidos e punidos os malefícios que provocam nos outros” (16.7% dos Jovens Regionais e 10.8% dos Nacionais).

Sobre a mesma questão, os Progenitores respondentes demonstram consenso. Por conseguinte, a maioria dos Progenitores acredita que se devem proibir as drogas ilegais (46.2% dos Progenitores Nacionais e 43% dos Regionais). Seguindo-se, a proibição de todas as drogas (33.5% dos Progenitores Regionais e 27.4% dos Nacionais), a proibição do tráfico (11.6% dos Progenitores Nacionais e 10.4% dos Regionais) e a proibição e punição das suas consequências (8.1% dos Progenitores Regionais e 7.4% dos Nacionais).

4.4.4 PROGRESSO E CIVILIZAÇÃO

Neste conjunto de questões vamos identificar os valores dos grupos em comparação Jovens Nacionais/Regionais e Progenitores Nacionais/Regionais relativamente ao Progresso e à Civilização.

No que diz respeito ao Progresso, centrámo-nos no progresso do país a propósito do meio rural, do desenvolvimento da indústria e da agricultura, do desenvolvimento de pequenas cidades ou de cidades importantes. Numa perspectiva futura quais os objectivos que o país deveria atingir daqui a 10/15 anos, e o que se deseja que o progresso torne possível nessa referida data. Procurámos ainda averiguar, se as pessoas acreditam que podem influenciar o progresso.

Quanto aos aspectos mais do âmbito civilizacional pretende-se averiguar se no ano 2010 as pessoas serão mais felizes do que hoje. Avaliámos as expectativas de qual a geração que tem uma visão mais realista do mundo. E determinar como pode se vencida a crise da civilização.

4.4.4.1 O progresso do país (Q-22)

Verificou-se que a grande maioria dos Jovens inquiridos (84% Regionais e 66% Nacionais) considera que para a evolução do país deve procurar-se “diminuir as desigualdades sociais e criar oportunidades semelhantes para todos” ($p < 0.01$). Para além disso verificou-se que 14% dos Jovens Nacionais contra 4% dos Regionais defendem que “o mais importante é que os governantes sejam capazes de manter a ordem social” ($p < 0.01$). E os restantes Jovens (10% Regionais e 9.7% Nacionais) consideram que o mais importante é que facilitem “a vida às pessoas mais capazes e com espírito de iniciativa”. Constatou-se que a maior parte dos Progenitores (79.6% Regionais e 68.6% Nacionais) defendem que para o progresso dos país é necessário que se diminuam “as desigualdades sociais e criar oportunidades semelhantes para todos” ($p < 0.01$). Apesar disso, 14.8% dos Progenitores Nacionais e 10.4% dos Regionais esperam fundamentalmente, que os governantes consigam manter a ordem social ($p < 0.05$). E para terminar, 9.6% dos Progenitores Nacionais e 8.6% dos Regionais defende que “a sociedade deve facilitar a vida às pessoas mais capazes e com espírito de iniciativa”.

4.4.4.2 O progresso do país, em relação ao meio rural (Q-28)

Uma vasta maioria de Jovens (96.7% Regionais e 85.5% Nacionais) são a favor da melhoria das “condições de vida dos trabalhadores rurais” ($p < 0.01$) no âmbito do progresso do país. E somente, 6.6% dos estudantes Nacionais e 3.3% dos Regionais consideraram mais vantajoso para o progresso do país fomentar o êxodo para a cidade ($p < 0.05$). A quase totalidade dos Progenitores, (98.6% Regionais e 93% Nacionais) defendem ainda com mais veemência do que os Jovens que se deve melhorar as “condições de vida dos trabalhadores rurais”. No entanto, apenas 3.6% dos Progenitores Nacionais e 0.9% dos Regionais concordam em proporcionar a instalação na cidade dos trabalhadores rurais. ($p < 0.01$).

4.4.4.3 O progresso do país, em relação ao desenvolvimento da indústria e da agricultura (Q-29)

Uma expressiva maioria de Jovens Regionais (75%) e uma maioria relativa de Jovens Nacionais (47.1%) consideram importante para o progresso do país “aumentar a produtividade da agricultura” ($p < 0.01$). Contudo, outros Jovens (34.5% Nacionais e 16.1% Regionais) atribuem maior importância ao desenvolvimento da indústria ($p < 0.01$).

A propósito desta mesma questão, a maioria dos Progenitores (68.3% Regionais e 56.6% Nacionais) consideram essencial “aumentar a produtividade da agricultura” ($p < 0.01$). E, 30.5% dos Progenitores Nacionais e 25.8% dos Regionais defendem também que, deve desenvolver-se a indústria para o avanço dos país.

4.4.4.4 O progresso do país, em relação ao tipo de cidades (Q-30)

A esmagadora maioria de Jovens (93.9% Regionais e 75.8% Nacionais) concordam que devem ser desenvolvidas as cidades mais pequenas ($p < 0.01$), para se promover o desenvolvimento do próprio país. Apenas, 13.2% dos Jovens Nacionais e 1.7% dos Regionais são favoráveis ao desenvolvimento cada vez maior das cidades mais importantes ($p < 0.01$).

Observámos que uma esmagadora maioria de Progenitores (95.5% Regionais e 84.5% Nacionais) estão convictos de que é de extrema importância “desenvolver as pequenas cidades” ($p < 0.01$). Verificámos que uma menor expressão de Progenitores inquiridos consideram que “deve desenvolver-se cada vez mais as cidades importantes” (6.3% dos Progenitores Nacionais e 1.4% dos Progenitores Regionais) ($p < 0.01$).

4.4.4.5 Principais objectivos que o país se deveria esforçar por atingir nos próximos 10 a 15 anos (Q-25)

Os Jovens inquiridos hierarquizam os objectivos que o país deveria alcançar nos próximos 10 a 15 anos (1ª ordenação) de forma seguinte: em 1º lugar, "garantir o emprego pleno" (52.2% Regionais contra 25.2% Nacionais) ($p<0.01$), em 2º lugar, "garantir a liberdade de expressão" (22.7% Nacionais e 16.9% Regionais) ($p<0.05$), em 3º lugar, "aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo" (20.7% Nacionais e 15.2% Regionais) ($p<0.05$), em 4º lugar, "manter a ordem do país" (13.6% Nacionais e 13.5% Regionais) e em último lugar, "combater a alta de preços" (13% Nacionais contra 2.2% Regionais) ($p<0.01$).

Os Progenitores por seu lado, hierarquizam os objectivos que o país deveria atingir daqui a 10/15 anos (1ª ordenação) do seguinte modo: em 1º lugar, "garantir o emprego pleno" (45.7% Regionais contra 22.2% Nacionais) ($p<0.01$), em 2º lugar, "manter a ordem do país" (29.7% Regionais 27% Nacionais), em 3º lugar, "aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo" (17.2% Nacionais 11.9% Regionais) ($p<0.05$), em 4º lugar, "combater a alta de preços" (14.3% Nacionais contra 2.3% Regionais) ($p<0.01$) e em último lugar, "garantir a liberdade de expressão" (12.2% Nacionais e 10.5% Regionais).

4.4.4.6 O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010? (Q-41)

Jov. Reg. (%)	Jov. Nac. (%)	OBJECTIVOS PARA O ANO 2000	Prog. Reg. (%)	Prog. Nac. (%)
31.7	33.9	Cura de doenças perigosas	37.2	39.4
12.5	17.8	Fim das guerras e exércitos	16.3	22.5
0	0.1	Decisão sobre o estado do tempo, no futuro	0.5	0.0
0.3	1.1	Confirmar se há vida extra - terrestre	1.4	0.7
28.6	20.3	Fim da fome e pobreza	29.5	24.8
12.5	16.0	Igualdade de direitos entre os povos	9.8	6.7
0	0.3	Idioma universal	0.9	0.6
12.5	8.5	Combate eficiente à poluição	4.3	3.5
0.0	2.1	Sem resposta	0.2	1.7

Tabela 23 - Apresentação da variável "O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010?"

São consensuais as escolhas dos quatro grupos em análise.

As duas opções mais eleitas pelos Jovens acerca daquilo que o progresso pode concretizar em 2010, posicionam-se na "cura de doenças perigosas" (33.9% Nacionais e 31.7% Regionais) e no "fim da fome e pobreza" (28.6% Regionais e 20.3% Nacionais) ($p < 0.05$).

Nos Progenitores as duas opções mais elevadas são também, a "cura de doenças perigosas" (39.4% Nacionais e 37.2% Regionais) e o "fim da fome e da pobreza" (29.5% Regionais e 24.8% Nacionais) (Tabela 23).

4.4.4.7 Capacidade para influenciar o progresso (Q-42)

A maior parte dos Jovens (65% Regionais e 52% Nacionais) consideram que podem influenciar o curso do progresso ($p < 0.01$). Para além disso, 36.8% de Jovens Nacionais e 35% de Regionais consideram que "talvez" possam influenciar o progresso. E, somente, 4.2% dos Jovens Nacionais (contra 0% dos Regionais) consideram-se incapazes de tal influência ($p < 0.01$).

A propósito ainda desta questão, 48% dos Progenitores Regionais contra 36.3% dos Nacionais estão convictos de que têm capacidade para influenciar o progresso ($p < 0.01$). Entretanto, 41.3% dos Progenitores Nacionais contra 36.7% dos Regionais estão convictos de que "talvez" possam exercer a sua influência no progresso. E por último, 14.1% dos Progenitores Nacionais e 13.6% dos Regionais consideram-se absolutamente incapazes de exercer influência no progresso.

4.4.4.8 A felicidade das pessoas no ano 2010 (Q-43)

No que diz respeito a esta questão verificámos que, a maior percentagem de Jovens (58.9% Regionais e 42.7% Nacionais) estão convictos de que as pessoas em 2010 terão uma felicidade “semelhante a hoje” ($p<0.01$). Com efeito, 28.9% dos Jovens Regionais e 26% dos Nacionais perspectivam que as pessoas serão “menos felizes que hoje”. E, a menor percentagem de Jovens (20.3% Nacionais e 7.8% Regionais) são os mais optimistas, uma vez que acreditam que as pessoas serão “mais felizes que hoje” ($p<0.01$).

Nas diversas opções os Progenitores apresentaram distribuições homogéneas. Assim a maioria dos Progenitores inquiridos (47.1% Regionais e 41.7% Nacionais) consideram que a felicidade no futuro próximo será “semelhante a hoje”. A seguir, os mais pessimistas, 33.3% dos Progenitores Nacionais e 30.8% dos Regionais crêem que em 2010 as pessoas serão “menos felizes do que hoje”. E para terminar, 16.5% dos Progenitores Nacionais e 15.8% dos Regionais têm esperança que as pessoas sejam “mais felizes que hoje”.

4.4.4.9 A geração com uma visão mais realista do mundo (Q-46)

A maioria dos Jovens (43.9% Regionais e 29.9% Nacionais) estão convictos de que “a geração entre os 30 e 40 anos” é a que tem a visão mais realista do mundo ($p<0.01$). Para além desta, os Jovens reconhecem o ponto de vista mais realista do mundo actual a outras faixas etárias. São elas: “a geração dos 25-30 anos” (25.6% Regionais e 24.3% Nacionais), “a geração dos 40-50 anos” (14.5% Nacionais e 9.4% Regionais) ($p<0.05$), “a geração dos 20-25 anos” (11.3% Nacionais e 4.4% Regionais) ($p<0.01$), “a geração com mais de 50 anos” (5.1% Nacionais e 3.3% Regionais) e para terminar, “a geração com menos de 20 anos” (3.4% Nacionais e 0.6% Regionais) ($p<0.01$).

A maioria dos Progenitores (32.1% Regionais e 24.7% Nacionais) acreditam que “a geração entre os 30 e 40 anos” é aquela que tem uma perspectiva mais real do mundo actual ($p<0.05$). Existem no entanto outros grupos etários, a quem os Progenitores ainda lhes concede a visão mais realista do mundo. São elas: “a geração entre os 40-50” (30% Nacionais e 28.1% Regionais), “a geração com mais de 50 anos” (20.8% Regionais e 17.3% Nacionais) “a geração dos 25-30 anos” (12.9% Nacionais e 10.4% Regionais), “a geração dos 20-25 anos” (5.9% Nacionais e 2.7% Regionais) ($p<0.01$), e para finalizar, “a geração com menos de 20 anos” (2.6% Nacionais e 0.5% Regionais) ($p<0.01$).

4.4.4.10 Como pode ser vencida a crise da civilização? (Q-26)

No que concerne a esta questão observámos que a maior parte dos Jovens (50.6% Regionais e 45% Nacionais) estão convictos que, a crise da civilização pode ser vencida “principalmente por meio de renovação espiritual e moral do homem”. No entanto, outros Jovens acreditam que a crise de civilização pode ser vencida principalmente por meio da: “ciência e da técnica” (19% Regionais e 15.7% Nacionais) e “economia e da política” (16.9% Nacionais e 13.3% Regionais). Apesar disso, uma menor percentagem de Jovens (10.6% Regionais e 10.5% Nacionais) não acreditam que esta crise possa ser vencida.

A propósito da crise da civilização, verificámos que, a maior parte dos Progenitores (58.8% Regionais e 48.2% Nacionais) acreditam que esta pode ser vencida sobretudo pela “renovação espiritual e moral do homem” ($p < 0.01$). Contudo, outros Progenitores estão convictos de que esta crise pode ser vencida essencialmente por intermédio da: “ciência e da técnica” (18.6% Regionais e 16.4% Nacionais) e “economia e política” (17.7% Nacionais e 12.7% Regionais) ($p < 0.05$). A menor percentagem de Progenitores (7.9% Nacionais e 5.4% Regionais) não acredita que esta crise ser vencida.

4.4.5 CAUSAS, MOTIVAÇÕES E RELIGIÃO

O nosso objectivo com este grupo de questões é dar nota dos valores que os Jovens Nacionais/Regionais e os Progenitores Nacionais/Regionais manifestam acerca das Causas, Motivações e Religião.

Pretendemos analisar aspectos pessoais mais valorizados pelos dois grupos inter-geracionais. Tais como, quais as qualidades interpessoais mais valorizadas, quais os motivos que as pessoas têm para procurar trabalho, quais os aspectos da vida que mais lhe interessam, quais as causas pelas quais vale a pena aceitar sacrifícios, qual a posição em relação aos “tribunais e leis” (Estado de Direito), qual a atitude perante a religião e o que procura na religião.

4.4.5.1 Qualidades interpessoais mais valorizadas (Q-31)

Jov. Reg. (%)	Jov. Nac. (%)	AS TRÊS QUALIDADES QUE MAIS ADMIRA	Prog. Reg. (%)	Prog. Nac. (%)
7.6	5.8	Honradez	21.1	18.4
13.0	9.2	Humildade	11.3	9.6
15.7	16.2	Inteligência	13.9	16.6
5.9	4.0	Espírito de sacrifício	3.9	4.2
1.7	4.3	Pureza	1.8	2.0
3.7	2.6	Eficácia	1.8	2.6
3.7	5.2	Perseverança	3.8	3.1
17.6	18.9	Sinceridade	13.1	15.2
2.8	1.2	Audácia	0.3	0.6
0.7	1.4	Prudência	1.7	2.0
2.6	2.3	Caridade	6.5	4.6
3.1	2.8	Paciência	2.6	2.2
5.9	5.8	Dinamismo	4.4	3.3
8.9	11.6	Lealdade	9.5	10.2
0.6	0.7	Desconstracção	0.2	0.2
6.5	7.7	Fidelidade	4.2	5.0
0.0	0.2	Sem resposta	0.0	0.4

Tabela 24 - Apresentação da variável "Qualidades interpessoais mais valorizadas"

Verificámos que há duas qualidades em comum mais apreciadas pelos Jovens, a "sinceridade" (18.9% Nacionais e 17.6% Regionais) e a "inteligência" (16.2% Nacionais e 15.7% Regionais). A 3ª opção mais escolhida pelos Jovens Regionais é a "humildade" (13.0%) e pelos Jovens Nacionais a "lealdade" (11.6%).

No caso dos Progenitores, constatámos que há convergência quanto aos três atributos pessoais mais escolhidos. De modo decrescente temos, a "honradez" (21.1% Regionais e 18.4% Nacionais), a "inteligência" (16.6% Nacionais e 13.9% Regionais) e a "sinceridade" (15.2% Nacionais e 13.1% Regionais)(Tabela 24).

4.4.5.2 O que é que motiva as pessoas a encontrar trabalho? (Q-5)

Os Jovens referem que a principal razão que impele as pessoas a procurarem um trabalho é sentirem-se realizadas (57.2% Regionais e 44.4% Nacionais) ($p<0.01$). Ao que se segue, a satisfação de necessidades económicas (41.9% Nacionais e 37.8% Regionais).

Os Progenitores consideram que o motivo primordial para as pessoas procurarem um emprego prende-se com o sentimento de realização pessoal (68.3% Regionais e 56.9% Nacionais) ($p<0.01$). No entanto, há ainda a considerar o assegurar das necessidades económicas (36.1% Nacionais e 28.1% Regionais) ($p<0.05$).

4.4.5.3 Aspectos da vida que mais lhe interessam (Q-44)

Jov. Reg. (%)	Jov. Nac. (%)	ASPECTOS DA VIDA QUE LHE INTERESSAM	Prog. Reg. (%)	Prog. Nac. (%)
20.7	15.0	Ciências e tecnologia	9.4	10.4
5.9	10.4	Política nacional	10.9	11.8
7.6	8.1	Desportos	5.1	5.9
15.6	18.3	Problemas da sociedade	24.3	24.2
8.9	11.5	Artes e espectáculos	1.8	3.9
1.9	3.0	Vida dos outros povos europeus	4.8	4.1
5.4	4.3	Vida das regiões, línguas e culturas	6.0	4.1
23.3	15.3	Meio ambiente, natureza, ecologia	19.3	18.1
5.4	6.2	Terceiro mundo, subdesenvolvimento	8.3	7.4
3.1	5.8	Vida política internacional	2.7	2.7
2.2	1.6	Religião	7.4	6.3
0.0	0.5	Sem resposta	0.0	1.1

Tabela 25 - Apresentação da variável "Aspectos da vida que mais lhe interessam"

Verificámos que os Jovens entre si optaram pelos mesmos interesses, mas não pela mesma ordem.

Os Jovens conferiram maior importância ao "meio ambiente, natureza e ecologia" (23.3% da amostra Regional contra 15.3% da amostra Nacional) ($p<0.05$). Os Jovens Regionais interessam-se ainda pela "ciência e tecnologia" (20.7%) e a 3ª opção mais escolhida tem a ver com os "problemas da sociedade" (15.6%). Já os Jovens Nacionais têm como 1ª escolha "os problemas da sociedade" (18.3%), e como 3ª escolha "Ciência e tecnologia" (15%).

Observámos que existe uma grande convergência a nível das respostas do Progenitores. Os Progenitores atribuíram uma maior importância aos “problemas da sociedade” (24.3% Regionais e 24.2% dos Nacionais), a seguir, ao “meio ambiente, natureza e ecologia” (19.3% Regionais e 18.1% Nacionais) e à “política nacional” (11.8% Nacionais e 10.9% Regionais)(Tabela 25).

4.4.5.4 Causas por vale a pena aceitar sacrifícios (Q-27)

Jov. Reg. (%)	Jov. Nac. (%)	CAUSAS POR QUE VALE A PENA SACRIFÍCIOS	Prog. Reg. (%)	Prog. Nac. (%)
22.3	16.3	Protecção da natureza	18.3	17.6
23.6	26.9	Paz	28.2	28.4
15.2	14.4	Luta contra a miséria	22.6	22.9
4.6	2.1	Defesa nacional	3.8	3.1
10.6	13.6	Liberdade do indivíduo	6.5	7.9
22.9	25.5	Direitos do homem	20.7	18.7
0.0	0.3	Nenhumas	0.0	0.1
0.7	0.9	Sem resposta	0.0	1.4

Tabela 26 - Apresentação da variável “Causas por vale a pena aceitar sacrifícios”

Das diversas causas apresentadas, os Jovens optam sobretudo pela “paz” (26.9% dos Nacionais e 23.6% dos Regionais), pelos “direitos do homem” (25.5% Nacionais e 22.9% Regionais) e pela “protecção da natureza” (22.3% Regionais e 16.3% Nacionais).

Os Progenitores consideram que as causas pelas quais podemos sacrificar-nos, são nomeadamente a “paz” (28.4% Nacionais e 28.2% Regionais), a “luta contra a miséria” (22.9% Nacionais e 22.6% Regionais) e os “direitos do homem” (20.7% Regionais e 18.7% Nacionais)(Tabela 26).

4.4.5.5 Tribunais e Leis (Q-17)

Em relação aos tribunais e às leis a grande maioria dos Jovens Regionais (87.2%) e Nacionais (63.6%) defendem que “é aos tribunais que compete dizer quem tem razão e por isso nunca se justifica que alguém faça justiça pelas próprias mãos” ($p<0.01$). Em contrapartida, 15.2% dos Jovens Nacionais e 5% dos Regionais defendem que “nos casos graves em que está em causa a honra de uma pessoa, o problema tem de ser resolvido, a bem ou mal, sem esperar por uma decisão do tribunal” ($p<0.01$).

O mesmo padrão surgiu nas respostas dos Progenitores. A percentagem mais elevada de Progenitores Regionais (85.5%) e Nacionais (73.3%) considera que “nunca se justifica que alguém faça justiça por mão próprias” ($p<0.01$). Enquanto que, a menor percentagem de Progenitores Nacionais (16.1%) e Regionais (12.2%) considera que por vezes o problema tem que ser resolvido sem esperar por uma decisão do tribunal.

4.4.5.6 Atitude perante a Religião (Q-32)

Acerca desta questão os dois grupos de Jovens pronunciam-se claramente em concordância. Deste modo, verificámos que, se consideram sobretudo “uma pessoa religiosa” (71.1% dos Jovens Regionais e 66.4% dos Nacionais). No entanto, 17.8% dos Jovens Regionais e 16.9% dos Nacionais consideram-se “uma pessoa não religiosa”. E apenas, 9.4% dos Jovens Regionais e 7.7% dos Nacionais consideram-se “um ateu convicto”.

Quanto aos Progenitores, constatámos que na sua esmagadora maioria se consideram “uma pessoa religiosa” (89.1% dos Progenitores Regionais e 80% dos Nacionais) ($p<0.01$). Contudo, 10.8% dos Progenitores Nacionais e 6.8% dos Regionais consideram-se “uma pessoa não religiosa” ($p<0.05$). E apenas, 3.7% dos Progenitores Nacionais e 2.7% dos Regionais consideram-se “um ateu convicto”.

4.4.5.7 O que procura na Religião (Q-33)

A propósito ainda da religião, a maior parte dos Jovens Regionais (61.1%) e dos Nacionais (52.2%) procuram com mais intensidade a satisfação de uma necessidade espiritual ($p < 0.05$). Enquanto que, os restantes Jovens procuram na religião “uma forma de amar e servir a Deus” (15.4% dos Jovens Nacionais e 12.8% dos Regionais), “uma fuga à resolução dos problemas graves da vida” (11.7% dos Jovens Regionais e 10.6% dos Jovens Nacionais), “uma resposta aos problemas morais e familiares” (9% dos Jovens Nacionais e 8.3% dos Regionais) e “a salvação da alma” (5.4% dos Jovens Nacionais e 5% dos Regionais).

A maior percentagem de Progenitores Regionais (42.1%) e de Nacionais (37.5%) revelam-nos que procuram essencialmente na religião a satisfação de uma necessidade espiritual. As restantes percentagens de Progenitores permitem-nos observar o que procuram na religião: “uma forma de amar e servir a Deus” (37.1% dos Progenitores Regionais e 33.8% dos Nacionais), “a salvação da alma” (12.2% dos progenitores Regionais e 9.7% dos Nacionais), “uma resposta aos problemas morais e familiares” (8% dos Progenitores Nacionais contra 2.7% dos Regionais) ($p < 0.01$) e “uma fuga à resolução dos problemas graves da vida” (6.4% dos Progenitores Nacionais contra 4.1% dos Regionais).

5. DISCUSSÃO DE RESULTADOS E CONCLUSÕES

5.1 OS VALORES DOS JOVENS DA UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO E DOS SEUS PROGENITORES

5.1.1 Os Jovens Universitários

Os Jovens da nossa amostra têm em média 24 anos de idade. O número de estudantes do sexo masculino é ligeiramente superior ao número de estudantes do sexo feminino.

Apenas um quarto dos Jovens são naturais de Trás-os-Montes e Alto Douro, ou seja, somente um quarto destes Estudantes Universitários são originários dos Distritos de Bragança e de Vila Real.

No que concerne à Religião, os Jovens Universitários são maioritariamente católicos. O estado civil prevalecente nos Jovens é o estado de solteiros.

As novas tecnologias que os Jovens mais utilizam são a máquina de calcular e o computador pessoal, fazendo por vezes recurso à internet.

Nos seus tempos livres, a maioria dos Jovens tem por hábito, e segundo a ordem de preferência: ouvir rádio, ler um livro, ver televisão, ir ao cinema, praticar desporto, assistir a uma conferência, ir a concertos e ir ao teatro.

Lêem sobretudo jornais não desportivos uma ou duas vezes por semana. Ao considerarmos as cinco secções dos jornais que mais lhes interessam, escolhem: a vida nacional as páginas de divulgação científica, a vida internacional, os artigos de fundo, reportagens e com a mesma preferência o desporto e as curiosidades.

Verificámos que os Jovens passaram as últimas férias em Portugal.

Os Jovens de um modo geral não pertencem a algum movimento associativo. No entanto, uma escassa minoritária, está envolvida em movimentos Ambientais, Desportivos, Culturais e Científicos.

A maior parte dos Jovens parece não se interessar pelo desporto. Dos poucos que praticam desporto elegem como modalidade preferida a Ginástica.

A esmagadora maioria dos Jovens têm as mães e os pais vivos e os progenitores vivem juntos.

Quase todos os Jovens viveram na sua infância em casa com os seus pais. Mas, actualmente, uma grande parte dos Jovens vive a maior parte do tempo com outros jovens, por exemplo em residências, há Jovens que vivem ainda com os seus pais, outros vivem com um companheiro e alguns vivem sozinhos.

Financeiramente os Jovens estão dependentes das mesadas dadas pelos pais ou por outras pessoas, ou não ganham nenhuma quantia fixa para fazer face às suas próprias despesas.

Relativamente ao Nível de Instrução dos Progenitores dos Jovens em estudo, destacam-se igualmente a formação superior – com Curso Superior e a formação básica - com o Ensino Primário completo. Com menor expressão aparece o nível do Ensino Secundário.

Em termos profissionais a maior parte dos Progenitores dos Jovens pertencem à categoria de trabalhadores altamente qualificados, seguindo-se as categorias relativas aos quadros superiores, ao trabalhadores não especializados, aos trabalhadores por conta própria e à categoria de ajudante.

Tendo em conta a Procedência dos Rendimentos familiares, verificámos que os Progenitores dos nossos Jovens, vivem principalmente do seu vencimento mensal e outros de rendimentos próprios ou da actividade liberal exercida.

Em relação ao Conforto do Lar dos Progenitores dos Jovens, este inscreve-se fundamentalmente na categoria intermédia entre o luxo e modesta e outros na categoria das consideradas casas modestas.

Que valores são então defendidos pelos Jovens Universitários?

Com o objectivo de simplificar a análise dos resultados, vão manter-se os agrupamentos dos valores nas categorias: Família, Política, Instituições e Problemas Sociais, Progresso e Civilização e Causas, Motivações e Religião, tal como Figueiredo (2001). Cada uma destas categorias comportam alguns aspectos mais específicos.

No âmbito dos valores mais ligados à Família, iniciaremos na temática da Sexualidade Pré-Matrimonial. Assim, os Jovens consideram que as experiências sexuais antes do casamento são úteis quer se trate de rapazes ou raparigas. No entanto os rapazes assumem uma postura mais liberal do que as raparigas. A virgindade feminina deixou de desempenhar um papel tão importante para os Jovens. Para os Jovens o planeamento familiar, passou a ser considerado lícito, como meio de planificar a família, quando estiverem reunidas as condições necessárias para tal. O casamento é visto pelos Jovens como um meio de realização dos esposos. A maioria dos Jovens acreditam que, se os elementos do casal tiveram os mesmos ideais, conseguem chegar a um melhor entendimento do casal. A quase totalidade dos Jovens concordam com o divórcio, em situações muito graves de desarmonia conjugal.

Os Jovens valorizam largamente o bem-estar, como o aspecto mais importante na vida de uma pessoa.

Quando se trata do número de descendentes, eles apostam em 2 ou 3 filhos. Número este importante, se tivermos em conta o decréscimo da população Portuguesa, nas últimas décadas.

Num Contexto mais educativo, os Jovens defendem que, só a partir dos 3 ou 6 anos, é que as crianças deveriam ir para o infantário. Os Jovens referem que, deve evitar-se bater nos filhos, mas por vezes é a opção possível. Os Jovens na sua fase plena da adolescência (17/18 anos) preferiam viver com outros jovens.

Estes Jovens numa perspectiva de igualdade entre o sexo masculino e feminino, defendem que a mulher tenha acesso a um percurso profissional, uma vez que deve manter o emprego ao longo da vida, assim como os homens.

No que concerne aos valores ligados à Política, verificámos que Jovens se posicionaram em maioria, ao centro. E dizem-se basicamente simpatizantes de um qualquer partido político. Quando inquiridos, defendem largamente o sistema político pluripartidário. Os Jovens concordam inteiramente que “não é na revolução que existe a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada”. Julgam que, se Portugal deixa-se de estar integrado na União Europeia era uma pena. No futuro, a União Europeia, deveria dar a última palavra aos governos de cada país membro.

Nos Valores referentes às Instituições e Problemas Sociais, os Jovens são maioritariamente favoráveis ao prolongamento da escolaridade obrigatória. Estão convictos de que a Polícia e o Sistema Prisional são instituições que têm um mau funcionamento. No âmbito da marginalidade, a atitude da sociedade face à criminalidade, ao alcoolismo, ao consumo de droga e à prostituição deveria ser uma atitude preventiva. Defendem que, as drogas não devem ser despenalizadas, visto preferirem que as drogas consideradas ilegais devam permanecer ilegais. Embora se esboce uma pequena tendência para a despenalização, uma vez que admitiam a possibilidade de consumir drogas ilegais, penalizando apenas o tráfico.

Nos valores referentes ao Progresso e Civilização, os Jovens evidenciam claramente que, para que o país, possa evoluir é necessário diluir as desigualdades sociais e criar oportunidades idênticas para todos. Outro aspecto implicado no desenvolvimento do país, é a promoção da melhoria de vida dos trabalhadores rurais, de forma a fixar essas pessoas a esses locais, contribuindo para a diminuição da desertificação do país em contexto rural. Em vez de se facilitar o êxodo para as grandes cidades, posição quase absoluta assumida pelos Jovens inquiridos neste estudo, não tão esmagadoramente, os Jovens admitem que é também importante para o desenvolvimento do país, incrementar a produtividade agrícola, uma minoria dos Jovens pensa ser mais importante desenvolver a indústria. Os Jovens são maioritariamente favoráveis ao desenvolvimento das cidades mais pequenas, acreditam que deste modo o país fica mais reforçado, por haver assim, um maior equilíbrio no país. Os Jovens, na sua maioria defendem que num futuro próximo (10 a 15 anos), o país deveria proporcionar o pleno emprego, com uma expressão muito inferior, mas a seguir, manifestam a importância de garantir a liberdade de expressão. Os Jovens inquiridos gostariam que o progresso tornasse possível, a cura de doenças perigosas, como: o cancro, a SIDA, a hepatite, entre outras, e que deixasse de haver fome e pobreza. Estes Jovens acreditam que podem influenciar o progresso, o que é natural para estudantes universitários. Quando colocados diante da felicidade num futuro próximo, eles acreditam que será semelhante à felicidade que vivenciam no presente, ou seja manter-se-á inalterada. A visão mais realista do mundo actual situa-se entre os 30-40 anos, para os Jovens que frequentam a Universidade de Trás-os-Montes. Provavelmente corresponde ao

assumir plenamente a sua vida pessoal e profissional. Em relação à crise da civilização, os Jovens consideram imprescindível que exista uma renovação espiritual e moral do homem à qual se pode associar a intervenção económica e política.

Nos valores integrados nas Causas, Motivações e Religião, destacam-se as três qualidades interpessoais, mais valorizadas pelos Jovens: a "Sinceridade", a "Inteligência" e a "Humildade". Quanto à motivação das pessoas para o trabalho, situam-se primeiramente no sentimento de realização e depois, pela satisfação das necessidades económicas. Os três aspectos da vida que mais interessam aos Jovens são: o "meio ambiente, natureza e ecologia", a "ciência e a tecnologia" e os "problemas da sociedade". Os Jovens só aceitam sacrifícios pela "paz", pelos "Direitos do Homem" e pela "protecção da natureza". Os Jovens acreditam no Estado de Direito, pelo facto de uma esmagadora maioria confiarem na Justiça através do Tribunal. A maior parte dos Jovens consideram-se pessoas religiosas e na religião procura uma satisfação de uma necessidade espiritual.

5.1.2 Os Progenitores

Os Progenitores da nossa amostra têm em média 55 anos. O número de Mães é superior ao número de Pais. Cerca de um terço dos Progenitores são naturais de Trás-os-Montes e Alto Douro, o que significa que 17.2% são naturais de Vila Real e 14.5% são naturais de Bragança.

Em termos de Religião, os Progenitores são maioritariamente católicos. O estado civil da esmagadora maioria dos Progenitores é "casado". A maior parte dos Progenitores não tem os "pais vivos", alguns "só têm a mãe viva" e muito poucos tem "ambos os pais vivos". Os Progenitores viveram na sua infância com os pais, contudo, actualmente, vivem a maior parte do tempo com os seus "companheiros" ou "com outros familiares".

A maioria dos Progenitores "têm ordenado fixo" ou "fazem alguns trabalhos que lhes rendem algum dinheiro".

As "férias" dos Progenitores foram passadas em "Portugal".

Os Progenitores lêem os "jornais não desportivos" "uma a duas vezes por semana". As cinco secções dos jornais que mais lhes interessam são: a "vida nacional", a "vida internacional", os "artigos de fundo, reportagens", as "curiosidades" e ainda as "páginas de divulgação científica". As "novas tecnologias" utilizadas regularmente pela maior parte dos Progenitores são: a "máquina de calcular" e o "computador pessoal".

As actividades praticadas há menos de uma semana, pela maior parte dos Progenitores são: "ver televisão", "ouvir rádio", "ler um livro", "praticar desporto", "ir ao cinema", "assistir a uma conferência", "ir a concertos" e "ir ao teatro".

Uma larga maioria de Progenitores não respondeu quanto à "participação em algum movimento". Dos movimentos assinalados a participação dos Progenitores foi a seguinte: "cultural", "desportivo" e com igual percentagem o movimento "ambiental" e "científico".

A questão referente ao "desporto" não foi respondida pela esmagadora maioria dos Progenitores. No entanto, elegeram a "ginástica", como a modalidade mais praticada.

O nível de instrução dos Pais dos Progenitores recai mais sobre o "ensino primário completo", com a mesma evidência temos o "ensino secundário" e o "ensino primário incompleto ou nulo" e com escassa representação o "curso médio".

Em termos profissionais os Pais dos Progenitores são sobretudo "trabalhadores por conta própria" e "operários altamente qualificados".

Ao analisarmos as "fontes de rendimentos" dos Pais dos Progenitores verificámos que, na sua maioria vivem do seu "vencimento mensal", dos "rendimentos próprios ou da actividade liberal", outros vivem da "segurança social" e uma escassa percentagem "sem rendimentos próprios".

Quanto ao conforto do lar, a maioria dos Pais dos Progenitores habitam numa casa entre o luxo e a habitação modesta.

A seguir passaremos aos valores veiculados pelos Progenitores, mantendo o mesmo tipo de agrupamento dos Jovens e portanto, de acordo com Figueiredo (2001).

No agrupamento da Família, a questão da sexualidade antes do casamento no rapaz, é encarado pelos Progenitores “sem gravidade” seguida proximamente de “útil”. A sexualidade pré-matrimonial na rapariga é encarada pela maioria dos Progenitores como “perigosa”.

Os Progenitores continuam a ter um olhar discriminativo para com a sexualidade das raparigas. Quanto ao planeamento familiar, a maioria dos Progenitores aceita-o como meio considerado lícito de planear a família, havendo a possibilidade de ponderar a melhor altura para procriar e educar. A finalidade do casamento, para a maioria dos Progenitores, passa pela realização dos cônjuges e também como um auxílio mútuo entre os esposos. Para que possa haver um bom entendimento entre o casal, os Progenitores elegeram “terem os mesmos ideais” e terem maneiras de ser gostos parecidos. A esmagadora maioria dos Progenitores discordam com a afirmação “entre o casal há questões que só se resolvem com uma sova na mulher”. A maioria dos Progenitores só aceita o divórcio em situações graves de desarmonia do casal. Em relação aos aspectos que têm mais importância na vida de cada pessoa, verifica-se uma repartição entre o privilegiar as relações com a família e o “bem estar consigo próprio”. Estes Progenitores consideram que dois a três é o número ideal de filhos. A maioria dos Progenitores está de acordo que as crianças até aos três anos devem estar com a família e só a partir dos três anos devem ingressar num jardim infantil. Os Progenitores acreditam que, para educar os filhos, por vezes é necessário recorrer a castigos físicos. Manifestam-se ligeiramente inclinados a acreditar que a partir dos 17-18 anos os jovens preferem viver com outros jovens. A maioria dos Progenitores está convicto que a mulher tem direito a ter um emprego durante toda a vida assim como os homens, no entanto outros Progenitores apostam num horário compatível com a vida familiar. A possibilidade da carreira profissional na mulher ainda acarreta algumas reticências por parte dos Progenitores.

No âmbito da Política, a maioria dos Progenitores posiciona-se ao centro, seguindo-se a posição centro-esquerda. A sua maioria são sobretudo simpatizantes de um qualquer partido político. Os Progenitores numa vasta maioria advogam que o sistema político pelo qual as nações se deveriam orientar era o sistema pluripartidário. Na sua maioria, estão completamente de acordo com a afirmação “não é na revolução que existe a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada. A maior parte dos Progenitores considerava ser uma pena se Portugal abandonasse a União Europeia. No futuro, a União Europeia deve manter-se com os estados soberanos, para a maioria dos Progenitores, onde a “última palavra deverá pertencer aos governos dos estados membros”.

Nos valores referentes às Instituições e Problemas Sociais, constatámos que os Progenitores defendem que a escolaridade obrigatória deveria ser prolongada. Em relação ao funcionamento da Polícia, a maioria dos Progenitores referem que esta instituição funciona mal. Quanto ao Sistema Prisional, os Progenitores defendem que também funciona mal. Face às diversas formas de marginalidade (Criminalidade, Alcoolismo, Consumo de Droga e Prostituição), a maioria dos Progenitores advoga que a sociedade deveria ter uma atitude de "prevenção". No entanto, a atitude preventiva reúne ainda maior consenso entre os Progenitores face ao consumo de Droga e à Prostituição. A maioria dos Progenitores em relação à toxicodependência defende que as drogas ilegais (heroína, cannabis, etc.) devem continuar ilegais. Uma percentagem importante de Progenitores, são mais radicais e expressam-se mais no sentido de se proibirem todas as drogas.

Na área do Progresso e Civilização, a grande maioria dos Progenitores acredita que o progresso do país passa principalmente por diminuir as desigualdades sociais e criar oportunidades semelhantes para todos. A quase totalidade dos Progenitores defende que, o país progride mais, se se proporcionasse melhores condições de vida aos trabalhadores rurais, de modo a se diminuïrem as assimetrias regionais. A maioria dos Progenitores também concorda que, para o progresso do país era mais importante aumentar a produtividade da agricultura. A quase totalidade dos Progenitores defende o desenvolvimento das pequenas cidades, para que o país possa progredir. Os Progenitores defendem um desenvolvimento harmonioso em Portugal. Num futuro próximo (10 a 15 anos depois) o país deveria segundo a maioria dos Progenitores, garantir principalmente o pleno emprego e a seguir manter a ordem no país. Também num futuro próximo (no ano 2010) o progresso deveria ter cura para as doenças graves (como o cancro, a SIDA, a hepatite, etc.) e deveria colocar um fim na fome e na pobreza. Os Progenitores acreditam moderadamente na sua capacidade de influenciar o progresso enquanto outros Progenitores acreditam na probabilidade da sua influência no futuro. A felicidade no ano 2010, será segundo a maioria dos Progenitores, semelhante a felicidade actual. De acordo com os Progenitores a geração que tem uma visão mais realista do mundo é a geração dos 30-40 anos. Quer dizer que, acreditam que a geração mais nova do que eles tem uma melhor perspectiva do mundo actualmente. A maioria dos Progenitores acredita que a crise da civilização pode ser vencida através de renovação espiritual e moral.

No conjunto dos valores inerentes às Causas, motivações e Religião, as três qualidades interpessoais mais valorizadas pelos Progenitores são: a "honradez", a "inteligência" e a "sinceridade". A maioria dos Progenitores esperam que o trabalho os faça sentir realizados, seguindo-se com uma menor expressão a satisfação das necessidades económicas. Os três aspectos na vida que mais interessam aos Progenitores são: os "problemas da sociedade", o "meio ambiente, natureza e ecologia" e a "política nacional". De acordo com os Progenitores as causas pelos quais consideram valer a pena fazer sacrifícios são: a "paz", a "luta contra a miséria" e os "Direitos do Homem". Uma vasta maioria de Progenitores confia na justiça, através do tribunal, pelo

que crêem no Estado de Direito, um dos aspectos da Democracia. Os Progenitores são sobretudo pessoas religiosas e na religião procuram essencialmente a satisfação de uma necessidade espiritual.

5.1.3 Continuidade ou Descontinuidade Intergeracional?

Pelo distanciamento de três décadas entre as duas gerações iremos encontrar descontinuidades intergeracionais?

Na área da Família, surge a primeira descontinuidade entre as gerações, ao nível da sexualidade pré-matrimonial, no rapaz e na rapariga. Os Jovens consideram a sexualidade pré-matrimonial nos rapazes, útil e sem gravidade. Enquanto que os Progenitores a consideram sem gravidade e útil. Quanto à sexualidade pré-matrimonial nas raparigas, os Jovens são de opinião que são úteis e sem gravidade. Os Progenitores, são de opinião que é perigosa e repreensível. Os valores dos Jovens contrastam com os valores dos Progenitores a nível da sexualidade antes do casamento, quer se trate de rapazes ou raparigas. Se nos ativermos apenas aos Progenitores, verificamos que, têm uma postura mais rígida e mais repressora para a sexualidade activa antes do casamento nas raparigas. Com os rapazes essa posição tem contornos mais liberais.

A propósito da sexualidade Machado Pais (1996), nos resultados do seu estudo, refere que estes mostravam que só uma minoria dos jovens inquiridos (18%) associa as relações sexuais à função procriativa, levantando-se a hipótese de uma sexualidade descentrada ou livre de necessidades procriativas ou reprodutivas. Aliás, as relações pré-matrimoniais são perfeitamente aceitáveis por 90% deles. E não se trata apenas de uma aceitação ao mero nível ideológico, uma vez que mais de 70% desses jovens admitiram já ter tido relações sexuais, sendo a iniciação sexual feita, entre muitos deles, em baixos escalões etários (antes dos 17 anos). “A «hipótese repressiva», levantada por Foucault, que sugere uma periferização das sexualidades marginais (prostituição, homossexualidade, etc.), tem sido confrontada com a «hipótese da diversidade» que parece ganhar terreno entre os jovens, uma vez que a maioria deles (65%) pensa que a sociedade deveria permitir todos os tipos de relacionamentos sexuais (heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade)” (p. 211).

O casamento, é visto pelos Jovens como um meio de realização humana dos elementos do casal, o auxílio mútuo entre esposos, a procriação e educação dos filhos e em último, um meio legítimo de satisfação de necessidades sexuais. Os Progenitores encaram o casamento como realização humana dos cônjuges (menos expressivo que os Jovens), o auxílio mútuo entre os esposos (menos expressivo que os jovens), a procriação e educação dos filhos (mais expressivo que os Jovens) e um meio legítimo de satisfação de necessidades sexuais (ligeiramente superior aos Jovens). Apesar de ser considerado o auxílio mútuo entre esposos, no entanto

segundo auxílio mútuo entre esposos, Poeschl (2000) continua a afirmar que nos Portugueses actuais, não existe uma repartição igualitária do trabalho familiar/doméstico. E segundo Fernandes (1994) o casamento deixou de ser entendido pelos jovens como forma normal de satisfação sexual, tendo por objectivo principal a procriação. Esta mudança de orientação, acima referida em relação aos casais já existentes, afecta os jovens, designadamente os universitários.

O casamento segundo Machado Pais (1998) continua a ser visto pelas pessoas como um projecto de vida válido.

O divórcio reúne em termos gerais consenso, pelo facto da percentagem mais elevada dos Jovens e dos Progenitores, recair essencialmente sobre a aprovação do divórcio em situações graves de desarmonia conjugal. No entanto, as diferenças entre as gerações situa-se no detalhe. Aprovam o divórcio mais os Jovens que Progenitores sob justificação das situações de desarmonia conjugal, de expressão de liberdade e devido à verdade total do amor. Alguns Progenitores discordam mais do divórcio que os Jovens, por considerarem que o casamento é indissolúvel tal como defende a religião católica, da qual os Portugueses são maioritários.

Na opinião de Fernandes (1994) o divórcio surge, ora como solução de conflitos insuperáveis ou indicador de desencantos criados, ora como expressão de liberdade não alienada, ora como manifestação de amor e de desamor. Os jovens aceitam, na sua maioria, a possibilidade de divórcio.

Não existirá verdadeiro amor sem uma total liberdade para se amar. O matrimónio passa a ter, em consequência, a duração da verdade no amor. O valor da família está presente nas representações das pessoas e dá origem a fortes empenhamentos. Mas, se estas se casam, o matrimónio ou não é mais entendido como vínculo para sempre, ou não resiste aos contínuos conflitos que a vida traz consigo.

Relativamente ao número de filhos, que gostariam de ter, apesar de número mais escolhido entre as gerações foi de 2 a 3, os Jovens têm nos seus horizontes um e até nenhum filho. Os Progenitores gostariam de ter 4 ou mais filhos e uma pequena percentagem optam por apenas um filho. Estes Jovens são estudantes universitários e por isso apostaram numa carreira profissional provavelmente activa e exigente, colocando o projecto de maternidade/paternidade num qualquer contexto futuro. Além disso aceder a uma carreira profissional ser autónomo economicamente, ter habitação enfim reunir as condições necessárias reveste-se de uma enorme responsabilidade.

Os Jovens muito mais que os Progenitores estão de acordo que os jovens depois dos 17-18 anos, devem viver com outros jovens. Os Jovens (estudantes universitários) defendem quase igualmente que os jovens gostariam de viver sós ou em casa dos pais. Os Progenitores acreditam que os que os filhos gostariam de viver com os pais em casa (percentagem semelhante à opção "com outros jovens") e outros gostariam de viver sós.

Fernandes (1994) maior parte dos jovens vive com a família. Mas desta parece beneficiar sobretudo da sua função instrumental. De acordo com os estudos disponíveis, se pudessem escolher, somente cerca de 20%

continuariam a residir na famílias. Há algumas décadas atrás, a família era concebida, na Europa, como uma instituição limitadora da liberdade e bastante constrangedora para os jovens.

Quer dizer que, os Jovens da nossa amostra são mais adeptos de uma maior autonomia dos pais e facilitam a convivência com os seus pares.

A vontade de autonomia da juventude de hoje, ao contrário do que acontecia num passado não muito remoto, é acompanhada de uma visão positiva em relação à família de origem. Os grupos etários dos 15 aos 29 anos representam a vida familiar como um dos três aspectos do seu futuro a que atribuem maior importância. É, sem dúvida, um domínio que os jovens encaram com mais esperança. Um número muito reduzido de jovens olha o futuro da sua vida familiar com inquietação, indiferença ou descrença (Fernandes, 1994, p. 1171).

Os Progenitores defendem de uma forma mais vincada que os Jovens, a permanência das crianças até aos 3 anos no seio da família. Uma percentagem considerável de Jovens em relação aos Progenitores, admite que a partir de um ano de idade, as crianças já deviam frequentar o jardim infantil. A mais pequena percentagem de Progenitores chega a admitir que as crianças só deveriam deixar a família quando fossem para o 1º ciclo de ensino básico. Esta posição reúne escassos Jovens.

A família pretende continuar a ter um peso grande na formação da criança, transmitindo-lhes os valores que entenderem mais adequados. Será que a família se demitiu ou não de transmitir os valores aos filhos?

De acordo com Sanz (1997), a Família não cumpre a função tradicional de transmitir os seus valores, a sua forma de entender a vida ou a sua forma de vivê-la. Os pais estão a viver uma situação em relação aos filhos, completamente diferente dos seus pais em relação a eles. Estes últimos, "controlavam, de certo modo, a educação dos seus filhos. Hoje em dia os filhos, em geral, atingem um nível de estudos mais elevado que os seus pais. Este facto parece incapacitá-los para orientar a vida dos seus filhos. Parece que, o não poderem competir intelectualmente com os filhos os incapacita para orientar moral e eticamente os filhos" (p.119).

Como refere Vaz de Andrade (1992) as pessoas com quem nos damos melhor, regra geral partilham de valores ou hierarquias de valores semelhantes aos nossos. E isso é claro até porque estamos menos frequentemente em conflito com elas. E se o "conflito surge, procuramos dirimi-lo pelo diálogo ou então, e após tentativas frustradas, fazemos «tabu» do assunto que é a origem do conflito, evitamos falar nele" (p. 60).

Na área da Política, a ligação a um partido político é idêntico na duas gerações, na opção "simpatizante" assim como a inexistência de proximidade entre as gerações. No entanto, mais Jovens que Progenitores consideram-se bastante ligados a um qualquer partido político. E uma ligeira superioridade de Progenitores em relação aos Jovens consideram-se muito ligados.

Villaverde Cabral (1998) refere que "a maior parte dos jovens partidariamente identificados mantém com a política uma relação de débil empenhamento" (p. 375).

De acordo com Barreto (1997) e Gaspar (2000) os Portugueses olharam para a Europa e para a CEE com esperança de apoio político e económico à fundação do Estado democrático. De modo diverso, alguns países europeus e a CEE responderam positivamente às solicitações portuguesas. Sem a Europa, a democracia portuguesa teria sido muito mais difícil e talvez fosse diferente do que é hoje. Não é possível dizer que a democracia se ficou a dever à Europa, mas o seu papel foi muito importante. Desde que Portugal é membro da União Europeia, tem sentido pressões no sentido da sua modernização. Não lhe tem correspondido uma proporcional abertura à participação dos cidadãos. A "contribuição económica para o desenvolvimento de Portugal tem sido relevante. Daí resultará, eventualmente, um apoio indirecto ao regime democrático" (p. 246).

Embora ambas as gerações se manifestem Europeístas, os Jovens mostram-se mais convictos do que os Progenitores acerca da soberania de Estados no futuro da União Europeia. Salienta-se que mais Progenitores do que Jovens defendem um único parlamento entre os estados membros.

Quanto aos sistema político pelo qual se deveriam orientar as nações, os Jovens são mais a favor de que os Progenitores de um sistema pluripartidário. Enquanto que, os Progenitores são mais a favor do que os Jovens de um partido único.

Cavalli e DeLillo (1988), mostraram que os adolescentes italianos têm imagens negativas da política, em especial de actividades partidárias. Uma explicação provável para este facto pode ser devido à enorme corrupção política vivida publicamente últimos anos naquele país. Os jovens portugueses parecem também não demonstrar grande entusiasmo e adesão pela actividade política. E, contudo predominantemente masculino o interesse pela política, nomeadamente pelos rapazes casados (Conde 1989) Também Vala 1986, ao estudar a questão da identidade e os valores sociais desvalorizam "a intervenção social e a participação política como características pessoais relevantes" (pp. 26), e paralelamente atribuem menor importância ao valor igualdade quando comparado com o valor liberdade, o que pode significar uma opção por estratégias individualistas na resolução de problemas.

Na área das Instituições e Problemas Sociais, os Jovens são mais críticos do que os Progenitores quanto ao funcionamento da Polícia, uma vez que dizem que funciona mal. No entanto, os Progenitores manifestam alguma tolerância face a esta instituição porque, segundo eles, faz o melhor que pode, os Jovens acompanham esta opção com uma menor percentagem. Os Progenitores destacam ainda que é o que nos vale. Os Jovens são mais peremptórios a criticar esta instituição do que os Progenitores. Os Jovens são mais acérrimos do que os Progenitores na atitude de prevenção, da sociedade face ao consumo de droga. No entanto os Progenitores apostam mais na atitude terapêutica e repressiva do que os Jovens.

Negreiros (1998) destacou o estudo conduzido por Windle (1990) mostrou, por exemplo, que um consumo mais frequente de álcool e outras drogas na fase final da adolescência estava associado a níveis mais elevados de actividade anti-social no início da adolescência. Ao avaliar a especificidade dessas interrelações em

função do sexo, os resultados deste estudo indicaram, ainda que, para as raparigas, o consumo de álcool e drogas na fase final da adolescência aparecia fortemente associado à prática de delitos contra a propriedade (e.g., vandalismo) no início da adolescência, mais do que com outros tipos de delito. Esta constatação não foi, o entanto, extensível aos indivíduos do sexo masculino, onde se verificaram interrelações mais uniformes entre o consumo de álcool e a prática de diferentes categorias de delitos. Será provavelmente umas das razões que leva à atitude menos provatória acerca deste tipo de consumo

Os Jovens são mais favoráveis do que os Progenitores, em relação à proibição das drogas consideradas ilegais, proibição do tráfico e proibição dos malefícios provocados nos outros. Contudo, uma percentagem considerável da Progenitores admitem que deviam proibir-se todas as drogas. Os Progenitores apresentam-se menos tolerantes em relação às substâncias legais e ilegais que provocam dependência.

Na área do Progresso e civilização, os Jovens são mais a favor que os Progenitores, do incremento a produtividade agrícola, para que o País se desenvolvesse. No entanto, os Progenitores são mais favoráveis do que os Jovens, a aceitar o desenvolvimento da indústria.

Em relação aos objectos que Portugal deveria alcançar daqui a 10 a 15 anos, os Jovens consideram mais que os Progenitores a necessidade de garantir o pleno emprego. Os Jovens repartem quase igualmente, aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo e garantir a liberdade de expressão destacando-se um pouco acima dos Progenitores. Os Progenitores valorizam mais do que os Jovens, manter a ordem no País.

Quanto à felicidade em 2010, os Jovens têm uma crença mais elevada que os Progenitores, que a felicidade será semelhante à actual. Mas, os Progenitores acreditam mais do que os Jovens de que serão “menos felizes” ou “mais felizes”. No campo da felicidade, os Jovens não esperam grandes alterações num futuro próximo.

Os Jovens mais crédulos do que os Progenitores, a acreditarem que a geração 30-40 anos, é aquela com uma visão mais realista do mundo. Os Progenitores reconhecem mais do que os Jovens que a geração 40-50 e com mais de 50 anos são aquelas que podem ter também uma perspectiva do mundo, mais real. Por seu lado, os Jovens reconhecem mais do que os Progenitores a geração dos 25-30 anos e 20-35 anos. Curiosamente a geração intermédia entre as duas gerações em estudo, é a mais destacada por Jovens e Progenitores. Para além deste, cada geração opta por aquele que mais se aproxima da sua própria faixa etária.

Na área das Causas, Motivações e Religião, os Jovens e os Progenitores divergem em relação aos tribunais e às leis. Ambas as gerações promovem que a justiça deve ser exercida pelos tribunais. Mas, um número superior de Progenitores em relação aos Jovens admite a possibilidade de se fazer justiça pelas próprias mãos. O que não é aceitável no Estado de Direito, mas pode ser compreendido à luz da morosidade da justiça.

Tal como refere Amaral (2000) entre 1991 e 1997, enquanto o número de processos iniciados “aumentou de 723000 para 754000 e o número de processos pendentes cresceu de 627 000 para 892 000, já o número de processos findos desceu de 709 000 para 583 000” (p. 249), o que mostra a constante diminuição da produtividade do sistema judicial. A eficiência individual de cada juiz ressentiu-se imenso desta sobrecarga de trabalho: entre 1991 e 1997, enquanto o número de processos pendentes por magistrado judicial “subiu de 610 para 704, o número de processos findos por magistrado judicial baixou de 690 para 461, o que dá um saldo negativo crescente” (p. 249).

Quanto à Religião encontrámos também divergência intergeracional. Os Progenitores consideram-se mais religiosos que os Jovens. E entre os Jovens, consideram-se mais do que os Progenitores pessoas não religiosas e ateus.

O que procuram na religião é também revestido de descontinuidade intergeracional. Os Jovens buscam mais que os Progenitores na Religião, uma satisfação de uma necessidade espiritual. Os Progenitores enfatizam mais do que os Jovens, o “amar e servir a Deus” e a Religião pode ser a “salvação da alma”. Os Jovens procuram mais na religião do que os Progenitores a fuga aos seus próprios problemas e como modo de responder aos problemas.

A comparação entre Jovens e Progenitores foi aquela onde se verificaram mais diferenças entre os grupos em confronto. Encontrámos diferenças significativas em cada uma das categorias. Mas, a categoria onde se avolumaram 8 em vinte do total dos valores existentes neste estudo) mais diferenças foi ao nível da Família. A “sucessão de gerações é um aspecto significativo da mudança social que tem uma grande incidência na mudança das valorações. Forma-se parte de uma geração por ter nascido em épocas próximas, crescer na mesma circunstância histórica, tendo recebido as mesmas influências culturais e sociais” (Sanz, M.1997, p.118).

Provavelmente, a divergência destes dados nacionais (Vala, 1986; & Figueiredo, 1985, 1988) e os acabados de enunciar por parte de Coleman (1988), Conger (1977) e Keniston (1972), deve-se a momentos históricos e a culturas díspares, que necessariamente influenciam os actores sociais nos seus diferentes “sentires”, projectos e valores, mais do que estar presente um conflito geracional. A sociedade portuguesa viveu, nas duas últimas décadas, convulsões sociais profundas, em que obrigou e obriga, os sujeitos pertencentes a diferentes grupos sociais, a uma constante redefinição dos valores e à reconstrução da sua identidade. Ou, como entende Pereira (1991), o adolescente não contesta estes ou aqueles valores dos pais, mas contesta antes o sistema de valores, atribuindo a esta contestação um sentido lato e amplo.

Os valores que o estudante possui, transmitidos pela família e comunidade a que pertence, entram muitas vezes em confronto e são em causa por novos valores veiculados pelos diferentes grupos que formam a comunidade universitária. A primeira reacção dos estudantes será a constatação da existência desses novos valores. Os de esclarecimento, individualização e consciencialização dos valores são crescentes e caracterizam

a dimensão do esclarecimento da consciência. Nesta área revela-se fundamental todo um trabalho de questionamento pessoal; este não tem que causar necessariamente uma mudança significativa no conteúdo dos valores, mas causar uma alteração no processo de formação desses valores (na sua fundamentação e opção) bem como na forma como estes se harmonizam com outras características da personalidade (Sanford, N., 1966).

Vala (1986,1993), Figueiredo (1988), Correia Jesuíno (1983), Schwartz (1987) os jovens de hoje actuam segundo um individualismo expressivo, o que leva Vala (1986) a chamar á atenção para a emergência de um neo-individualismo na sociedade portuguesa. Afirmamos que, de modo semelhante ao trabalho de Figueiredo (1988), também agora constatamos a existência de áreas consensuais e outras áreas de tensão. Os jovens defendem mais valores pessoais enquanto que os progenitores optam pelos valores sociais. Na altura, como actualmente, os jovens orientavam-se mais para os valores pessoais e menos para os sociais. Os jovens estão a finalizar um longo processo de escolarização e, por isso mesmo, estão desejosos de novas experiências (Blos, 1962/1985). Os progenitores, já plenamente instalados na vida activa, focalizam as suas atenções na família. É chegado o momento de operarem mudanças a nível familiar, perante a eminência da saída de casa por parte dos filhos. O casal tem de reordenar as suas vidas, já que os filhos deixam de constituir o foco da sua existência (Gammer, 1999). Vemos, então, que para os mais velhos, a relação com a família é sobrevalorizada, ao passo que, comparativamente, os mais novos investem mais nos amigos (ainda que a família seja igualmente importante). Os mais velhos mostram a sua preocupação em relação às condições de vida, assumindo-se capazes de sacrifícios de forma a combater a miséria e diminuir as desigualdades pois, na opinião destes, este constituiria um modo de o país progredir. Curiosamente, estas preocupações contrastam com um aparente desinteresse, ou falta de respostas, por parte dos jovens (a opção «não sabe» ou «não responde» assume pontuações estatisticamente relevantes).

Enquanto que os progenitores se preocupam com os aspectos sociais, os jovens acentuam a sensibilidade relativamente às questões ambientais, o que os leva a eleger como prioridade dentro de uma década, o combate à poluição. Estamos perante uma clara descontinuidade no sentido do modelo de mudança cultural sugerido por Inglehart (1990) Assim, os jovens encontram-se a meio caminho entre as atitudes materialistas e pós-materialistas. Apesar de ser tarefa difícil, identificar grandes mudanças de valores em gerações próximas, podemos detectar alguns domínios onde os valores se alteraram família: sexualidade, casamento, divórcio, nº de filhos, com vivem os jovens e ensino pré-escolar. Assim, enquanto "que os progenitores continuam a defender valores essencialmente materialistas, os jovens defendem valores materialista mas também pós-materialistas. A manutenção dos valores materialistas surge como necessidade de, uma estratégia que lhes permita ter alguma segurança profissional e económica. Os valores pós-materialistas descortinam-se por detrás de preocupações ligadas à preservação do ambiente, tolerância e multiculturalismo, mas estes valores não são completamente partilhados pelos mais velhos, o que poderia conduzir a descontinuidades geracionais. No entanto, os focos de

tensão que estão patentes no presente estudo, não implicam uma ruptura entre as duas gerações pois, se assim fosse, os jovens não se manteriam até agora coabitando com os pais. Parece, então, haver da parte das duas gerações uma maior abertura ao diálogo, propiciada por um tipo de atitude educativa do estilo democrático. É possível que Borges (1998) tenha razão e que estejamos perante um fenómeno inovador na história das sociedades - a socialização em duplo sentido e que os mais velhos estejam também a aprender com os mais novos.

5.2 INFLUÊNCIA DO GÊNERO NOS VALORES DEFENDIDOS

Na área da Família, entre as Raparigas e os Rapazes e entre as Mães e os Pais, não se verificaram quaisquer diferenças. O que revela uma total concordância de género entre as gerações ao nível da família.

Na área da Política entre Raparigas e Rapazes não constatámos a existência de alguma diferença. No entanto, entre as Mães e os Pais observámos duas diferenças significativas. Uma delas, relativa ao sistema político para que se deveriam orientar as nações. Os Pais são mais defensores do que as Mães do sistema pluripartidário, ainda que uma pequena percentagem, de mães valorizam mais do que os Pais a existência de um partido único. E a outra, a concepção a longo prazo da União Europeia. As Mães são mais favoráveis à soberania dos Estados do que os Pais, ainda assim, os Pais são mais a favor do que as Mães em relação ao parlamento único da União Europeia.

Na área das Instituições e Problemas Sociais não se revelaram diferenças ao nível do género de cada geração.

Na área do Progresso e Civilização, verificou-se uma discordância apenas entre as Mães e os Pais, na capacidade para influenciar o progresso do país. Os Pais mostram-se mais seguros do que as Mães na sua capacidade para influenciar positivamente o progresso. Alguns Pais colocam uma probabilidade maior do que as Mães nessa mesma influência. Por seu lado, mais Mães do que Pais não acreditam nessa capacidade.

Na área das Causas, Motivações e Religião, constatámos que tanto as Raparigas e os Rapazes, como as Mães e Pais são dissonantes em relação à atitude perante a religião. Assim, a diferença entre as Raparigas e os Rapazes verifica-se, não na maior incidência das respostas – “serem pessoas religiosas” mas pelo facto, da percentagem de Raparigas enquanto “pessoas não religiosas” ser superior aos Rapazes e a percentagem de “ateus” nos Rapazes ser superior às Raparigas. O mesmo acontece com as Mães e Pais, onde a diferença se justifica pela percentagem de Pais que se consideram “pessoas não religiosas” ser superior às Mães e a percentagem de ateus ser superior nos Pais do que nas Mães (praticamente nulo).

Contrariamente, ao que referiu Poesch (2000) “os homens e as mulheres poderiam ter noções diferentes de justiça” (p.697) neste estudo, não se verificou essa diferença entre o sexo masculino e feminino.

Em resumo, podemos afirmar que as diferenças entre o sexo masculino e feminino são escassas. Os Rapazes e as Raparigas só discordam num valor (atitude perante a religião). E as Mães e os Pais discordam em quatro valores (sistema político das nações, concepção a longo prazo da União Europeia, capacidade para influenciar o progresso do País e também atitude perante a religião). O que marca uma aproximação intrageracional ao nível do género. Tal como refere Costa (1992) num estudo que realizou acerca de representações sociais dos sexos feminino e masculino, verificou que as camadas mais jovens (15 aos 30 anos)

apresentam uma atitude menos discriminatória, quer em relação às mulheres, quer em relação aos homens, quer dizer, não estabelecem com tanta frequência representações distintas entre mulheres e homens.

5.3 OS VALORES NOS JOVENS AUTÓCTONES/NÃO-AUTÓCTONES E NOS PROGENITORES AUTÓCTONES/NÃO-AUTÓCTONES

Na categoria da Família, há divergência somente entre os Progenitores Autóctones e Não-Autóctones em relação ao trabalho da mulher. Em maioria os Progenitores defendem que a mulher deve ter um emprego para toda a vida tal como o homem. No entanto, os Progenitores Não-Autóctones são mais favoráveis que os Autóctones que a mulher só deve trabalhar se tiver um horário compatível com vida familiar. Enquanto que, os Progenitores Autóctones são mais a favor do que os Não-Autóctones em que a mulher apenas deve empregar-se em situações de extrema necessidade.

Na categoria Política, os Progenitores Autóctones e Não-Autóctones são dissonantes em relação à ligação a um partido político. A maioria dos Progenitores são sobretudo simpatizantes, contudo outros manifestam uma forte ligação a um qualquer partido político, ligação essa mais expressiva nos Progenitores Autóctones do que nos Não-Autóctones. Quanto à afirmação "não é na revolução que reside a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada", a maioria dos Jovens está de acordo, no entanto, os Jovens Não-Autóctones defendem com maior intensidade do que os Autóctones, que em determinadas circunstâncias só violência é capaz de resolver certas situações. Os Jovens Transmontanos divergem dos Não Transmontanos em relação à concepção da União Europeia no futuro. A esmagadora maioria dos Jovens defende a soberania dos Estados, contudo, dentro da minoria desses Jovens, os Autóctones são mais defensores de um parlamento único do que os Não-Autóctones.

Na categoria Instituições e Problemas Sociais, os Jovens Autóctones e Não-Autóctones discordam da atitude da sociedade face a prostituição. A esmagadora maioria dos Jovens Não-Autóctones e a maioria dos Autóctones defendem a prevenção. No entanto, uma maior percentagem de Jovens Autóctones em relação aos Não-Autóctones defendem a repressão. Encontrámos diferenças significativas entre os Progenitores Autóctones e Não-Autóctones em relação à instituição policial. Os Progenitores Não-Autóctones defendem que a polícia "funciona mal", "faz o melhor que pode", "é o nos vale", "e não serve para nada". Enquanto que, os Progenitores Autóctones defendem que a polícia "faz o melhor que pode", "funciona mal", "é o que nos vale" e "não serve para

nada". Encontrámos diferenças também ao nível de toxicodependências de substâncias legais (álcool, cafeína, nicotina, etc.) e outras ilegais (heroína, cannabis, etc.) ao nível dos Progenitores Autóctones e Não-Autóctones. Os Progenitores Autóctones concordam com a proibição de todas as drogas, a proibição das drogas consideradas ilegais e simultaneamente proibir o tráfico e proibir e punir os malefícios que provocam nos outros (por exemplo: fumador passivo e conduzir sob o efeito de álcool). Entretanto, os Progenitores Não-Autóctones, sustentam que devem ser proibidas só as substâncias ilegais, todas as drogas, só o tráfico e os malefícios provocados em outros.

Na categoria Progresso e Civilização, os Progenitores divergem em relação ao que é melhor para o progresso do país. Os Progenitores Não-Autóctones são defensores mais acérrimos que os Autóctones, da diminuição das desigualdades sociais para o progresso do País.

Progenitores Autóctones são mais defensores do que os Não-Autóctones, da manutenção da ordem pública, como condição essencial para o progresso do país.

Entre Progenitores há também divergência em relação à felicidade das pessoas num futuro próximo. Então, os Progenitores Não-Autóctones são mais a favor que os Autóctones, que a felicidade em 2010 será semelhante à actual. Os Progenitores Autóctones dividem-se e consideram mais vincadamente que os Não-Autóctones que no futuro próximo, as pessoas serão menos felizes ou mais felizes do que agora.

Em síntese, podemos referir que as diferenças entre ser ou Transmontano em cada geração, não parece traduzir-se em consideráveis divergências de valores. Os Jovens Autóctones e Não-Autóctones só manifestam discordância em três valores (revolução/evolução, concepção do futuro de União Europeia e na atitude da sociedade perante a prostituição). E, os Progenitores Autóctones e Não-Autóctones divergiram em seis valores (trabalho da mulher, ligação ao partido político, polícia, drogas legais e ilegais, progresso do país e felicidade em 2010).

5.4 OS VALORES NOS JOVENS NACIONAIS/REGIONAIS E NOS PROGENITORES NACIONAIS/REGIONAIS

Relembramos que o grupo dos Jovens Regionais é composto pelos Jovens que frequentam a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. O grupo dos Jovens Nacionais é composto por todos os outros Jovens que frequentam as restantes Universidades do país, e que participam neste estudo. O grupo dos Progenitores Regionais é constituído pelos Progenitores dos Jovens que frequentam a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. E o grupo dos Progenitores Nacionais é composto pelos Progenitores dos Jovens das outras Universidades. Daremos nota apenas dos resultados desarmónicos entre os grupo acima referidos.

De modo a se compreender melhor alguns dos valores defendidos pelos Transmontanos, e que o diferença dos restantes Portugueses.

Destacaremos apenas destaque às zonas de tensão ao longo dos diversos valores.

Iniciaremos com os valores da Família. Verificámos que na sexualidade pré-matrimonial no rapaz, os Jovens Regionais acentuam mais a utilidade das experiências sexuais antes do casamento. Comparativamente os Jovens Regionais mostram-se mais liberais do que os seus pares Nacionais.

Em relação à sexualidade Pré-Matrimonial na rapariga, os Jovens Regionais mostram-se também mais liberais (mas um pouco menos do que no caso dos rapazes) quando comparados com os seus pares Nacionais.

Os Progenitores Regionais consideram que a sexualidade feminina antes do casamento é sobretudo perigosa. Podemos observar que nas restantes opções continua uma postura não recriminatória, na sexualidade feminina.

Em suma, a sexualidade masculina e feminina antes do casamento é mais aceite a nível Regional do que Nacional.

O planeamento familiar é mais valorizado pelos Jovens Regionais, pois estes defendem mais convictamente, como meio de planificação da família, tendo em conta as condições mais indicadas para a procriação e educação dos filhos.

A finalidade do casamento para os Jovens Regionais tem a ver com a realização humana dos cônjuges enquanto que para os Jovens Nacionais tem mais a ver com auxílio mútuo entre os elementos do casal. Os Progenitores Nacionais defendem que o casamento tem como finalidade o auxílio mútuo entre os cônjuges, enquanto que para os Regionais tem como objectivo a realização humana dos elementos do casal.

Em resumo, há uma aproximação entre os Transmontanos (Jovens e Progenitores) e Nacionais (Jovens e Progenitores).

Na resolução dos conflitos no casal, tanto Jovens Regionais como Nacionais concordam que o marido não deve bater na mulher. No entanto, os Nacionais aceitam que isso possa acontecer, em situações excepcionais. Os Progenitores de um modo geral, discordam com a violência doméstica. Pode referir-se que os Nacionais aceitam que em situações excepcionais o marido pode bater na mulher. A posição mais agressiva para as mulheres verifica-se a nível nacional.

O divórcio é aceite tanto pelos Jovens Nacionais como Regionais, a nível Nacional é também aceite como expressão de liberdade. O divórcio é aceite com mais consistência pelos Progenitores Regionais que Nacionais. Dentro dos Nacionais há alguns que não concordam com o divórcio.

O número de filhos que os Jovens mais gostariam de ter situam-se entre dois e três. Os Jovens Regionais estão disponíveis para terem um número superior de filhos em relação aos Nacionais. Situação esta, análoga aos Progenitores. Também eles (Progenitores Regionais) estão mais disponíveis para acolher um maior número de filhos.

Na educação dos filhos, os Jovens em geral aceitam castigar fisicamente os filhos caso consideram necessário. Os Nacionais são mais apologistas de não baterem às crianças

A propósito da educação pré-escolar, os Jovens em geral defendem que as crianças até 3/6 anos devem estar com família. Os Nacionais são mais favoráveis que as crianças permaneçam com a mãe ou alguém da Família até ingressarem no 1º Ciclo de ensino básico. Os Progenitores têm uma perspectiva idêntica, na medida em que é principalmente defendido que as crianças até aos 3-6 anos devem ficar com a família. Também os Progenitores Nacionais são mais favoráveis em relação à permanência até 6 anos com a família. A nível nacional valoriza-se mais o convívio mais continuado da criança com a família.

Os Jovens em geral, com maior destaque para os Regionais, asseguram que os adolescentes (17-18 anos) preferem viver com outros adolescentes.

Embora, globalmente, tanto os Jovens Nacionais como Regionais apoiam a ideia de que as mulheres devem ter acesso a uma carreira profissional, regionalmente é considerado como válido o emprego que tenha um horário compatível com a vida familiar. Os Progenitores em geral, apoiam, tal como os Jovens o acesso a uma carreira profissional por parte das mulheres. Os Progenitores Regionais consideram ainda que a mulher só deve trabalhar se encontrar um horário compatível com a família.

Nos valores referentes à Política, os Jovens Regionais optam mais pelos partidos políticos posicionados ao centro e à Esquerda que os Jovens Nacionais. Os Progenitores Regionais assemelham-se aos Jovens Regionais, na medida em que, optam também mais pelos partidos políticos posicionadas ao Centro e a Esquerda que os Progenitores Nacionais.

Quanto à ligação ao partido político, os Jovens Regionais definem-se mais como simpatizantes de um qualquer partido político que os Nacionais. No entanto, há mais Jovens Nacionais que se definem distantes dos

partidos políticos. Os Progenitores Regionais, de novo aproximam-se dos Jovens Regionais, uma vez que se definem principalmente como simpatizantes de um determinado partido político. Contudo, há mais Progenitores Nacionais que se sentem sem proximidade a qualquer partido político.

Em relação ao modelo de Estado Europeu, ambas as geração (Nacionais e Regionais) revelam-se claramente Europeístas e mais a favor de uma Europa de Pátrias do que de uma Europa Federal.

Os Jovens Regionais concordam mais que os Nacionais, que “não é na revolução que existe a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada”. Os Jovens Nacionais discordam mais totalmente com a afirmação que os Regionais (0%). No caso dos Progenitores verifica-se uma posição semelhante aos Jovens. Os Progenitores Regionais concordam mais que os Nacionais que “não é na revolução que existe a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada”.

Os Progenitores Nacionais discordam mais totalmente em relação a esta afirmação que os Regionais.

Se Portugal abandonasse a União Europeia, os Jovens Regionais optaram mais por “era uma pena” e “sentia alívio” que os Nacionais. Os Progenitores Regionais sentiam mais que “era uma pena” que os Nacionais. E para os Nacionais era mais indiferente que os Regionais.

Os Jovens Regionais são mais favoráveis que, no futuro, a União Europeia mantenha os Estados soberanos que os Nacionais. Contudo, os Jovens Nacionais são mais a favor de um Único Parlamento que os Regionais. Os Progenitores Regionais são mais favoráveis que se mantenham os Estados Soberanos no Futuro da União Europeia.

Os valores das Instituições e Problemas Sociais revelam-se com algumas divergências. Assim, os Jovens Regionais valorizam mais o prolongamento da escolaridade e consideram também mais que o ensino não têm interesse, que os Nacionais, os Progenitores Regionais valorizam mais o prolongamento da escolaridade que os Nacionais. Os Progenitores Nacionais chegam até a defender mais que os Regionais e redução da escolaridade.

Quanto à Polícia, os Jovens em geral consideram que é uma Instituição que funciona mal. Os Jovens Nacionais colocam mais em causa a sua utilidade desta instituição (“não serve para nada”) que os Regionais.

Os Progenitores Regionais consideram mais que esta instituição funciona mal e faz o melhor que pode que os Nacionais. Os Nacionais mostram-se mais desacreditados acerca da utilidade da Polícia que os Regionais.

Os Jovens Regionais criticam mais acentuadamente o sistema prisional (“funciona mal”) que os Nacionais. Os Jovens Nacionais consideram mais que os Regionais que no sistema prisional “fazem o melhor que podem”, “é o que nos vale” e “não serve para nada”.

No estudo da atitude geral face à marginalidade (inclui a criminalidade, o alcoolismo, o consumo de droga e a prostituição) entre gerações nos Nacionais e Regionais sobressai a atitude preventiva. Um olhar

particular em cada uma destas marginalidade face ao alcoolismo, ao consumo de droga e à prostituição os Regionais (Jovens e Progenitores) são mais atraído pela atitude preventiva do que os Nacionais. E os Nacionais são mais defensores da atitude terapêutica e repressiva. E face à criminalidade os Regionais (Jovens e Progenitores) reúnem maior consenso para a atitude preventiva que os Nacionais (Jovens e Progenitores). E os Nacionais apostam mais na atitude repressiva e terapêutica que os Regionais

Quanto à toxicodependência de substâncias legais e ilegais, os Jovens Regionais são mais favoráveis à proibição de drogas consideradas ilegais, à proibição do tráfico e à proibição dos malefícios provocados nos outros que os Nacionais. Contudo, os Nacionais têm uma postura mais radical proibindo todas as drogas que os Regionais.

Os valores referentes ao Progresso e Civilização, em relação ao desenvolvimento do país, os Regionais (Jovens e Progenitores) são mais favoráveis à diminuição das desigualdades sociais que os Nacionais (Jovens e Progenitores). Os Nacionais (Jovens e Progenitores) valorizam mais do que os Regionais (Jovens e Progenitores) a manutenção da ordem social.

No âmbito do progresso do país, os Regionais (Jovens e Progenitores) destacam mais, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, do que os Nacionais (Jovens e Progenitores). O que faz sentido face à desertificação de algumas zonas do interior, como também foi o caso de Trás-os-Montes e Alto Douro. Os Nacionais (Jovens e Progenitores) defendem o êxodo para as cidades.

Nas duas vertentes económico-sociais os Regionais (Jovens e Progenitores) defendem mais intensamente que o País se desenvolve mais se for aumentada a produtividade dos produtos agrícolas, do que os Nacionais (Jovens e Progenitores). Contudo, os Nacionais apostam mais que os Regionais, no desenvolvimento da indústria.

A propósito da influência do tamanho das cidades no desenvolvimento do País, os Regionais (Jovens e Progenitores) apostam mais no desenvolvimento das pequenas cidades, que os Nacionais (Jovens e Progenitores). Esta pode ser uma forma de harmonizar o desenvolvimento do País, em vez de acentuar as assimetrias. Os Nacionais (Jovens e Progenitores) apostam mais no desenvolvimento das cidades mais importantes que os Regionais (Jovens e Progenitores).

O País num futuro próximo, deveria atingir alguns objectivos. Os Jovens Regionais estão muitíssimo mais preocupados em garantir o pleno emprego do que os Nacionais. Os Progenitores Regionais também estão mais preocupados com a garantia do pleno emprego. Enquanto que, os Progenitores Nacionais o objectivo mais importante é manter a ordem do País.

Na capacidade para influenciar o progresso, os Jovens Regionais acreditam mais que os Nacionais que podem influenciar o progresso do País. E apenas os Jovens Nacionais acreditam que não podem influenciar o progresso.

Os Progenitores Regionais acreditam muito mais que os Nacionais, que podem interferir no progresso do País. E os Progenitores Nacionais acreditam muito mais que “talvez” possam ter essa influência.

Os Jovens Regionais são mais crentes que os Nacionais que a felicidade num futuro próximo será semelhante aquela que é vivida no presente. Os Jovens Nacionais mostram-se menos optimistas que os Regionais, chegando a considerar que em 2010 serão menos felizes.

Os Jovens Regionais estão mais convictos que os Nacionais, que a geração dos 30/40 anos é a que tem uma visão mais realista do mundo. Quanto aos Progenitores Regionais consideram a geração 30/40 anos. Enquanto que, os Progenitores Nacionais, referem que a geração dos 40/50 anos é a geração com uma perspectiva mais real do mundo.

A crise civilizacional poderá ser ultrapassada, se houver uma renovação espiritual e moral, é o que defendem os Progenitores Regionais e Nacionais (respectivamente).

Nos valores referentes às Causas, Motivações e Religião, os Regionais (Jovens e Progenitores) esperam sentir-se mais realizados no emprego do que os Nacionais (Jovens e Progenitores). Estes últimos, consideram mais que os Regionais (Jovens e Progenitores) que a motivação para procurar um emprego pode ligar-se mais a razões económicas.

Quanto aos aspectos mais valorizados os jovens Regionais e Nacionais divergem entre si nos valores: “meio ambiente, natureza e ecologia”, e na “política nacional” e “internacional”.

Em relação aos tribunais e leis, os Regionais (Jovens e Progenitores) confiam mais que os Nacionais (Jovens e Progenitores) no Estado de Direito Português (justiça através do tribunal e não pelas próprias mãos). Enquanto que, os Nacionais (Jovens e Progenitores) colocam mais a questão que alguns casos não se deve esperar pela decisão do tribunal, que os Regionais (Jovens e Progenitores). Esta ideia ocorre por vezes fruto da morosidade da justiça.

Relativamente ao valor religião, os Progenitores Regionais consideram-se pessoas mais religiosas do que os nacionais. Há mais Progenitores Nacionais a considerarem-se não religiosas e até ateus do que os Regionais.

A religião ocupa lugares diversos na vida dos Jovens em geral. Para os Jovens Regionais a religião preenche uma necessidade espiritual superior aos Nacionais. Os Jovens Nacionais mais do que os Regionais, procuram na religião, uma forma de “amar e servir a deus”, uma maneira de terem as respostas desejadas aos seus problemas e um meio de “salvação da alma”

Os Progenitores Regionais desejam mais ainda que a religião lhes proporcione a satisfação de necessidade espiritual que os Nacionais. Os Progenitores Nacionais elegeram com mais destaque que os Regionais: “amar e servir a Deus”, a “salvação da alma”, a “resposta aos seus problemas” e até uma forma de fugirem aos problemas.

As diferenças manifestadas pelos Jovens Nacionais e Jovens Nacionais podem ser compreendidas à luz de Keniston (1965, citado em Sprinthall e Collins, 1988/1994) que considera que a experiência universitária origina no jovem um novo conjunto de experiências psicológicas e sociológicas que o afastam dos adolescentes do secundário. Refere, nomeadamente, que a diminuição dos contactos com os pais (em particular, no caso dos estudantes que saíram de casa para frequentarem o ensino superior) gera uma atmosfera propícia para o aparecimento de novos valores. Com efeito, algumas investigações que se têm feito com estudantes universitários põem em evidência que estes sofrem grandes mudanças estruturais, quer a nível intelectual, quer a nível moral e dos valores (Sprinthall & Collins, 1988/1994).

De acordo com Pinto (1990) o erro de amostragem surge porque os "Questionários são passados na sua quase totalidade a amostras, em vez de serem à população que se quer analisar. Neste sentido as opiniões obtidas a partir de uma amostra, seja ela representativa ou não de uma população, está sempre sujeita a erro. Este tipo de erro pode ser minimizado no entanto, a partir do uso de técnicas de selecção aleatória dos sujeitos, mas nunca pode ser totalmente eliminado" (p. 57). Dada a inviabilidade económica de uma inquirição global às populações registadas em contraste, deixa completamente intocadas as qualidades que modernamente se atribuem às análises amostrais: mais baratas, mais rápidas e, se bem planeadas e conduzidas, mais rigorosas.

Uma vez que cada estudo que se efectua tem naturalmente limitações, gostaríamos, por isso de deixar algumas sugestões. Noutro estudo, poderiam ser utilizadas metodologias mais quantitativas, para posterior análise mais detalhadas particularidades do sujeito, ou grupos de sujeitos, para acedermos às suas particularidades, ou dar azo a menos erros na análise e interpretação de resultados. Poderia recorrer-se a procedimentos longitudinais, para evidenciarem melhor a mudança. A amostra ser constituída também por sujeitos jovens adultos não universitários. Aproveitar a permanência de Africanos, Brasileiros, Ucrrianos ou outros povos convivendo mais ou menos directamente com o nosso sistema de valores.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, P. C. (1998). *Contributos dos Contos Tradicionais Maravilhosos na Educação dos Valores*. (Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Área da Formação pessoal e Social). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Acok, A. & Bengston, V. (1980). Socialization and Attribution Processes: Actual vs Perceived Similarities Among Parents and Youth. *Journal of Marriage and Family*, 40: 501 – 515.
- Alarcão, M. (2000). *(Des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, A. N. (1985). Trabalho Feminino e Estratégias Familiares. *Análise Social*, XXI (85), 7-44
- Almeida, A. N. (1986). Perspectivas dos Jovens Sobre a Família e o Casamento – Notas Críticas. *Análise Social*. Vol XXII (90): 157-164.
- Almeida, A. N. & Guerreiro, M.D. (1993). A Família In. Luís França (Ed.). **Portugal. Valores Europeus. Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento.
- Alves, N. (1998). Escola e Trabalho: Atitudes, Projectos e Trajectórias. In *Jovens Portugueses de Hoje*. Villaverde Cabral, M. & Machado Pais, J. (Coord.). Edições Celta, 53 – 132.
- Amado Mendes, J. M. (1985). *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.
- Amaral Dias, C. (1979). *O que se Mexe a Parar: Estudos Sobre a Droga*. Lisboa: Ed. Afrontamento.
- Amaral, D. F. (2000). A crise da justiça. *Análise Social*, Vol. XXXIV (154 – 155): 247 – 257.
- Ambrósio, T. (1985). Contributo para o Estudo da Identificação Psico-social dos Jovens. *Cadernos de consulta Psicológica*. 1: 11-23.
- Ashford, S. e Timms, N. (1992). *What Europe Thinks – A Study of Western European Values*. England: Dartmouth Publishing Company Limited.
- Barbará, E. & Mayor, L. (1989). Autoconcepto de Género y Sistema de Valores. *Revista de Psicología Social*. 4(2): 151-165.

- Barreno, M. I. (1988). *O Direito ao Presente - Um estudo sobre a Juventude Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Barreto, A. (1995). Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995. *Análise Social*. XXX (134): 841-855.
- Barreto, A. (1997). *Tempo de Mudança*. Lisboa: Relógio de Água Editores.
- Barreto, A. (2000). *A Situação Social em Portugal: 1960-1999* (vol. II). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Bee, H. L. & Mitchell, S. K. (1980) *The Developing Person: A Life Span Approach*. San Francisco: Harper and Row Publishers.
- Beech, R. & Schoeppe, A. (1974). Development of value systems in adolescents. *Developmental Psychology*, 10: 644-656.
- Benavente, A. (1993). Educação e Democracia: Valores e Práticas na Instituição Escolar. *Análise Psicológica*. 3(XI): 325-333.
- Berry, J.; Poortinga, Y.; Segall, M. & Dasen, P. (1996). *Cross – Cultural Psychology: Research and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bischof, (1976). *Adult Psychology*. New York: Harper and Row Publishers.
- Blos, P. (1979). *The Adolescent Passage*. New York: Free Press.
- Blos, P. (1985). *Adolescência: Uma Interpretação Psicanalítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Borg, W. (1987). *Applying Educational Research. A Pratical Guide for Teachers*. New York: Longman.
- Boudon, R.; Besnard, P.; Cherkaoui, M. & Lécuyer, B. P. (1990). *Dicionário de Sociologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Braga da Cruz, M. (1985). A participação política da juventude em Portugal. *Análise Social*. Vol. XXI (87 – 88 – 89): 1067 – 1088.
- Braga da Cruz, M.; Seruya, J. M.; Reis, L. B. & Schmidt, L. (1984). A Condição Social da Juventude Portuguesa. *Análise Social*. Vol. XX (81-82): 285-308.
- Braithwaite, V. A. & Law, H. G. (1985). Structure of Human Value: Testing The Adequacy of the Rokeach Value Survey. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49(1): 250 – 263.

Branco, A. (1997). *Abade de Baçal – Vida e Obra*. Mirandela: João Azevedo Editor.

Braungart, R. G. & Braungart, M. M. (1989). Generation Conflict and Intergroup Relations as the Foundation for Political Generations. In E. J. Lawler & B. Markovsky (Ed). *Advanges in Group Process*. Vol.6 (pp. 179-203). London: Jai Press Inc.

Brezinka, W. (1992). Educacion de los Valores? *Revista Ciências de la Educacion*. 367-389.

Bryman, A. & Cramer, D. (1992). *Análise de Dados em Ciências Sociais. Introdução às Técnicas utilizando o SPSS*. Oeiras: Celtas Editora.

Bugental, D. B. & Goodnow, J. J. (1998). Socialization Process. In W. Damon (Ed.). *Handbook of Child Psychology*, Vol. 3, N. Eisenberg (Ed.). *Social Emotional and Personality Development*. (pp. 389-462). New York: Wiley.

Cabral, A. et al. (1979). *Trás-os-Montes e Alto Douro*. Vila Real: Direcção Geral de Divulgação.

Campbell, E. (1969). Adolescent Socialization. In D. A. Goslin (Ed.). *Handbook of Socialization Theory and Research*. Chicago: Rand McNally College Publishing Company.

Casanova, J. L. (1993). Estudos Universitários: Composição Social, Representações e Valores. Lisboa: *Instituto de Ciências Sociais* – Instituto da Juventude.

Castro, M. P. (1993). *O Desenvolvimento da Autonomia no Estudante Universitário: Um Estudo Transversal*. Dissertação de Mestrado. Coimbra.

Cela, J. (1998). Escuelas y Valores. *Infancia y Aprendizaje*. 82: 82-85.

Cepeda, F. & Ramos, L. (2002). Trás-os-Montes e Alto Douro no limiar do século XXI: o desafio do desenvolvimento. In A. F. Secca & M. A. Lima (Eds). *III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro*. (pp. 25-59). Porto: Árvore Cooperativa de Actividades Artísticas C.R.L.

Chickering, A. W. (1969). *Education and Identity*. São Francisco: Jossey – Bass Publishers.

Coleman, J. C. (1983). *La Natura de'Il Adolescenza*. Bologna: Il Mulino.

Coleman, J. C., & Hendry, L. (1990). *The Nature of Adolescence*. Routledge: London.

Coleman, J. C. (1992). *The School Years. Current Issues in the Socialization of Young People*. London e New York: Routledge.

Conde, I. (1990). Identidade nacional e social dos jovens. *Análise Social*. Vol. XXV (108-109): 675-693.

Conger, J. J. (1981). Freedom and commitment: Families, youth, and social change. *American Psychologist*, 36: 1475-1484.

Cordeiro, J. D. (1988). *Os Adolescentes por dentro*. Lisboa: Edições Salamandra.

Correia Jesuino, J. (1983). Valores Finais da Juventude Portuguesa em 1983. In Instituto de Estudos para o desenvolvimento (Ed). *Situação Problemas e Perspectivas da Juventude em Portugal*. Lisboa: Autor.

Correia Jesuino, J. (1993). O Trabalho. In Luís França (Ed.). *Portugal. Valores Europeus. Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Costa, A. (1992). *Representações Sociais de Homens e Mulheres – Portugal 1991*. Lisboa: Ministério do emprego e da Segurança Social: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Costa, A. (1997). O Projecto Work Importance Study – A Psicologia dos Valores e a Escala de Valores WIS. *Revista de Psicologia Militar*. 10: 133-146.

Debesse, M. (1971). *L'Adolescence*. Paris: Press Universitaires de France.

Dias Cordeiro, J. (1988). *Os Adolescentes por Dentro*. Lisboa: Ed. Salamandra.

Dias, J. (1988). *Rio de Onor. Comunitarismo Agro – Pastoril*. Lisboa: Editorial Presença.

Dolto, F. & Tollich, C. D. (1989). *Palavras para Adolescentes ou o Complexo da Lagosta*. Venda Nova: Bertrand Editora.

D' Orey, I. (1993). Autonomia ... Quem és tu? *Integrar* nº21 pp. 8-9.

Douvan, E. & Adelson, J. (1966). *The adolescence experience*. New York: Wiley.

Enright, R. D. (1980). Parental Influences on The Development of Adolescent Autonomy and Identity. *Journal of Youth And Adolescence*, 9: 529-546.

Erikson, E. (1959). *Identity and the life cycle*. New York: Norton.

Esteves, A. J. (1995). *Jovens e Idosos. Família, Escola e Trabalho*. Porto: Ed. Afrontamento.

Etzebarria, I. (1992). Sentimientos de Culpa y Abandono de los Valores Paternos. *Infancia y Aprendizaje*. 57: 67-88.

Fernandes, A. (1998). Identidade Nacional e Cidadania Europeia. In *Jovens Portugueses de Hoje*. Villaverde Cabral, M. & Machado Pais, J. (coord.). Edições Celta, 307 – 357.

Fernandes, A. T. (1994). Dinâmicas familiares no mundo actual: harmonia e conflitos. *Análise Social*. Vol. XXIX (129): 1149 – 1191.

Ferraris, A. O. (1990). La Nascita dell'Adolescenza. *Psicologia Contemporanea*, n.º 99. Giunti.

Ferreira de Almeida, J. (1988). *Portugal Os Próximos 20 Anos. - Valores e Representações Sociais. Vol. VIII* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ferreira, J. A. & Hood, A. B. (1990). Para a Compreensão do Desenvolvimento Psicossocial do Estudante Universitário. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXIV, 391-406.

Ferreira, P. (2002, 24 de Setembro). O Estado do “Reino Maravilhoso” – III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro. *Revista do Jornal de Notícias*.

Ferreira, P. A. (1993). *Valores nos Jovens Portugueses nos Anos 80*. Lisboa: ICS / Instituto da Juventude: Cadernos do ICS: Estudos da Juventude.

Ferreira, S. V. (1998). Atitudes Perante a Sociedade in Machado Pais, J. (Coord.), Calvão Borges, G. Et al. *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais, 149 – 243.

Fierro, A. (1985). Desarrollo social y de la personalidad en la adolescencia. In Marchesi, A.; Carretero, M.; Palacios, J. *Psicología Evolutiva*, Part. 3 Adolescencia Evolutiva, madurez y senectude. Madrid: Alianza Editorial S.A.

Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles, R. (1996). *Estudo Estratégico para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro – Relatório Final*. Vol. I. Porto: Quaternaire Portugal.

- Figueiredo, A.; Azevedo, R. & Meireles, R. (1996). *Estudo Estratégico para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro – Relatório Final*. Vol. II. Porto: Quaternaire Portugal.
- Figueiredo, E. (1983). Ideologias e Conflito de Gerações. In Instituto de Estudos para o desenvolvimento (Ed). *Situação, Problemas e Perspectivas da Juventudes em Portugal*. Lisboa : Autor.
- Figueiredo, E.; Fleming, M. & Paúl, C. (1983). Psicanálise e Conflito de Gerações. *Análise Psicológica*. 4(III): 505-520.
- Figueiredo, E.; Ferronha, J.; Vaz, J. M.; Costa, M. E. & Fleming, M. (1983). O Conflito Adolescente - Progenitores e Autonomia: Abordagem Psicológica. *Análise Psicológica*. 1(IV): 41-54.
- Figueiredo, E. (1985a). *No Reino de Xantum*. Porto: Ed. Afrontamento.
- Figueiredo, E. (1985b). Mudança, valores e conflito de gerações em Portugal. *Análise Social*. XXI (87-88-89): 1005-1020.
- Figueiredo, E. (1988). *Portugal - Os Próximos Vinte Anos. Conflito de Gerações Conflito de Valores*. Vol. II Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Figueiredo, E. & Silva, L. F. (1992). As Gerações e os Valores nos Universitários e Respektivos Pais. *Análise Psicológica*. 3 (VIII): 339-352.
- Figueiredo, E. (1993). *Angústia Ecológica e o Futuro*. Lisboa: Gradiva.
- Figueiredo, E. (2001). *Valores e Gerações anos 80 e anos 90*. Lisboa: I.S.P.A..
- Fleming, M. (1983). A Separação Adolescente - Progenitores. *Análise Psicológica*. 4(III): 521-542.
- Fleming, M. (1992). Autonomia Adolescente e Atitudes dos Pais. *Psicologia*. 3(VIII): 301-315.
- Fleming, M. & Aguiar, A. I. (1992). A saída de Casa e o processo de Autonomia em Jovens Universitários e seus Pais. *Psicologia*. 3(VIII): 329-337.
- Fleming, M. (1993). *A Adolescência e Autonomia - O Desenvolvimento Psicológico e a Relação com os Pais*. Porto: Ed. Afrontamento.

- Fondevilla, M. J. (1983). Que Son Los Valores. In Bartolomé, M.; Ferreiros, P.; Fonsevilla, M. J. & Morilla, M. (Eds.) *Educación y Valores – Sobre El Sentido de la Accion Educativa en Nuestro Tiempo*. Instituto de Estudios Pedagógicos Somosagues (I.E.P.S.).
- Fontes, M. A. (1990). *Escola e Educação de Valores*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Foos, P. W.; Mora; J. J. & Tkacz, S. (1994). Student Study Techniques and the Generation Effect. *Journal of Educational Psychology*. Vol. 86, nº4: 567-576.
- França, L. (1985). Os Jovens Portugueses perante a Religião: Caracterização Global. *Análise Social*. Vol. XXI (86): 247 – 281.
- França, L. (1990). Europa 1992: Que Valores ? *Revista do Instituto de Inovação Educacional*. 3(1-2): 63-65.
- França, L. (1993). Portugal. Valores Europeus. Identidade Cultural. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- França, L. (1993). Ética e Sentido de Vida. In Luís de França (Ed.). *Portugal. Valores Europeus Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Frank, S. ; Laman, M. & Avery, C. (1988). Young Adult's Perceptions of Their Relationships With Their Parents: Individual Differences in Connectdness, Competence, And Emotional Autonomy. *Development Psychology*, 24(5): 729-737.
- Freire, S. (2000). Valores Familiares dos Estudantes Finalistas da Universidade do Algarve. *Análise Psicológica*. 3 (XVIII): 345-353.
- Galland, O. (1991). *Sociologie de la jeunesse: L'entrée dans la vie*. Paris: Armand Colin.
- García, D. D. (1997). Reflexiones a Propósito de la "Educación en Valores". *Revista de Ciencias de la Educación*. 171: 391-403.
- Garcia, L.; Seabra, T. & Vala, J. (1993). O Pós-Materialismo: Problemas Conceptuais e Metodológicos. In Associação Portuguesa de Sociologia. (Ed.). *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*. Lisboa: Editorial Fragmentos.
- García, M. D. & Lima, A. (1995). Educación en Valores: Lo que los Profesores Dicen Transmitir y Lo que los Alumnos Dicen Recibir. *Actas del II Congresso Internacional de Psicologia y Educación: Intervenção Psicopedagógica*. Madrid.

- García, M. D. & Ramírez, G. (1995). Valores y Acercamiento Paterno – Filial. *Actas del II Congresso Internacional de Psicologia y Educación: Intervenção Psicopedagógica*. Madrid.
- Gaspar, J. (1993). *As Regiões Portuguesas*. Lisboa:
- Gay, L. R. (1981). *Educational Research Competencies for Analysis & Application*. 2ª Ed. Ohio: Charles E. Merrill Publishing.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1992). *O Inquérito - Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Gil, J. (1984). *As Mais Belas Vilas e Aldeias de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Goldhaber, D. (1986). *Life-Span Human Development*. Florida: Harcourt Brace Jovanovich, Inc.
- Gonçalves, C. M.; Parente, C.; Veloso, L.; Gomes, S. & Januário, S. (1998). Os jovens, a formação profissional e o emprego: resultados de uma investigação internacional. *Sociologia*. 8 Univ. Porto.
- Gonçalves de Sousa, V. M. (1993). *Filmes Portugueses da década de quarenta e valores da Nacionalidade*. (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- González, A. & Américo, M. (1998). La preocupación ambiental como función de valores y creencias. *Revista de Psicología Social*. (13), 3: 453 – 461.
- Green, J & D'Oliveira, M. (1991). *Testes Estatísticos em Psicologia*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Grusec, J. E. & Goodnow, J. J. (1994). Impact of Parental Discipline Methods on the Child's Internalization of Values: A Reconceptualization of Current Points of View: *Developmental Psychology*, 30: 4-19.
- Guimarães, R. C. & Sarsfield Cabral, J. A. (1998). *Estatística*. Lisboa: Ed. McGraw-Hill de Portugal.
- Halstead, J. M. (1996). Values and values education in schools. In. J. M. Halstead e M. J. Taylor (Eds.). *Values in education and education in values*. Washington, D. C.: The Falmer Press.
- Havigurst, R. J. (1973). *Development Tasks and Education*. New York: David McKay Company, Inc.

- Hernández, C. (1986). Los Valores Sociales, un Instrumento para el Conocimiento Social del Niño. Su reflejo en la Comunicación Publicitaria. *Infância y Aprendizaje*, 35-36: 109-122.
- Hernández, M. D.; Rodríguez, G. R. & Zamora, A. L. (1998). La construcción de valores en la familia. In M. J. Rodrigo & J. Palacios (Eds.). *Familia y desarrollo humano*. (pp. 201–221). Madrid: Alian Editor.
- Hofstede, G. (1984). *Culture's Consequences – International Differences in Work related Values*. California: Sage Publications
- Hui, H. & Triandis, H. (1986). Individualism – Collectivism : A Study of Cross – Cultural Researchers. *Journal of Cross – Cultural Psychology*, 17 (2): 225 – 248.
- Inglehart, R. (1990). *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. New Jersey: Princeton University Press.
- Inglehart, R. (1999). Globalization and Post Modern Values. *The Washington Quarterly*. Vol. 23, 1: 215-228.
- Inquérito promovido pelas Direcções Gerais da Universidade Católica, CODES (1967). *Situações e Opiniões dos Universitários*.
- Keniston, K. (1968). *Young Radicals*. New York: Harcourt Brace.
- Keniston, K. (1971). *Youth and dissent*. New York: Harcourt, Brace & Jovanich.
- Kenny, M. E. (1987). Family Ties And Leaving Home for College: Recent Findings And Implications. *Journal of Youth And Adolescence*, 16(1): 17-29
- Kilmann, R. H. (1989). Toward a Unique/Useful Concept of Values for Interpersonal Behavior: A Critical Review of the Literature on Value. *Psychological Reports*, 48: 939-959.
- Kimmel, D. C. (1980). *Adulthood and aging*. New York: John Willey.
- Lau, S. (1988). The Value orientation of chinese University Students in Hong Kong. *International Journal of Psychology*, 23: 583-596.
- Levinson, D. (1978). *The Seasons of a Man's Life*. New York: Knopf.
- Lewis, M. & Wolkmar, F. (1993). *Aspectos clínicos do desenvolvimento na infância e adolescência*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Lima, A. C. et col. (1998). *Terras do Côa da Malcata ao Reboredo. Os Valores do Côa*. Maia: Estrela –Côa – Agência de Desenvolvimento Territorial da Guarda.
- Livingstone, S. et al. (1999). Children Changing Media Environment in c. von Feilitzen & Ulla Carsson (Eds.). *Children and Media: Image, Education, Participation*. Goteburg: ICCVS/UNESCO.
- Lofquist, L. H. & Davis, R. V. (1978). Values as Second – Order Needs in the Theory of Work Adjustment. *Journal of Vocational Behavior*. 12: 12–19.
- Lopes, E. R.; Grilo, E. M.; Nazareth, J. M.; Aguiar, J.; Gomes, J. A. & Pena, J. A. (1989). *Portugal o Desafio dos Anos 90*. Lisboa: Editorial Presença.
- López, J. C. (1992). Educar o los Jóvenes de Hoy en la Ética de los Valores. *Religion y Cultura*. XXXVIII, 219-250.
- Lourenço, O. & César, M. (1991). Teste de Definir Valores Morais de James Rest: Pode ser usado na Investigação Moral Portuguesa? *Análise Psicológica*. 2(IX): 185-192.
- Lourenço, O. (1996). Psicologia do Desenvolvimento e Educação para os Valores: Que Valores?, Que Educação? *Inovação*. 9: 333-347.
- Macfarlane, A. & McPherson, A. (2001). Pais: Valores e Conflitos Diferentes. In *Adolescentes da Agonia ao Ecstasy*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Machado Pais, J. (1990). A construção sociológica da Juventude – Alguns Contributos. *Análise Social*, vol. XXV (108-109): 139-165.
- Machado Pais, J. (1993). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda
- Machado Pais, J. (1996): Levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a juventude portuguesa – Tradições e mudanças (1985 – 1995). *Sociologia – Problemas e Práticos* 21: 197 – 221.
- Machado Pais, J. (1998). Grupos juvenis e modelos de comportamento em relação à escola e ao trabalho: resultados de análises factoriais. In *Jovens Portugueses de Hoje*. Villaverde Cabral, M. & Machado Pais, J. (Coord.). Edições Celta, 135-180.
- Malpique, C. (1996). *A Ausência do Pai*. Porto: Ed. Afrontamento.

- Manning, M. L. (1983). Three myths concerning adolescence. *Adolescence*, 18: 823-829.
- Marcelli, D. & Branconnier, A. (1984). *Psychopathologie de L'Adolescent*. Paris: Copyright Masson.
- Margarida, H. (2002, 24 Setembro). A investigação como imagem de marca da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. In Paulo Ferreira (Ed.). O Estado do "Reino Maravilhoso". III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro" *Revista do Jornal de Notícias*, (pp. 32-33).
- Martín, P. & Sánchez, E. (1999). Relación entre el individualismo – colectivismo, la autoestima colectiva y los valores de los adolescentes. *Revista de Psicología Social*. (14), 2 – 3: 211 – 224.
- Martinez, M. (1998). Educacion en valores: un âmbito necesario en la formación del professorado. *Infância y Aprendizaje*. 82: 82-85.
- McGurk, H. (1989). Parent – Adolescent Conflict: All in the mind? *Psicologia*. VII, 1: 83-90.
- Mead, M. (1934). (1ª ed.). *Coming of Age in Samoa. A study of Adolescence and Sex in Primitive Societies* (1981). Penguins Books.
- Mead, M. (1970). *O Conflito de Gerações*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Mendes, J. M. (1985). *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII (Alguns Aspectos Económico – sociais)*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.
- Menezes, I.; Costa, M. E. & Campos, B. P. (1989). Valores de Estudantes Universitários. *Cadernos de Consulta Psicológica*. 5: 53-68.
- Menezes, I. & Campos, B. P. (1991). Estrutura dos Valores: Estudo Transversal. *Psychologica*. 6: 129-147.
- Meyer, R. (1988). Une Approche des Valeurs Personnelles des Adolescents, *Revue de Psychology Appliquée*, vol. 37, 4 : 75-86.
- Ministério do Planeamento e Administração do Território (1993). *Preparar Portugal para o Século XXI – Análise Económica e Social*. Lisboa: Autor.

- Modesto, M. L. (1982). Trás-os-Montes e Alto Douro. In M. L. Modesto (Ed.) *Cozinha Tradicional Portuguesa*. (pp. 42-79). Lisboa: Editorial Verbo.
- Molpeceres, M. A., Musitu, G. & Lila, M. S. (1994). La Socializacion del Sistema de Valores en el Ámbito Familiar. In G. Musitu & P. Allat (Eds.) *Psicosociología de la Familia* (pp. 121-146). Albatros Educación.
- Monteiro, A. M.; Mantas, A. M.; Amaro, D. A.; Alves, J. R. & Escudeiro, M. I. (s/d). *Trás-os-Montes. Encanto, Tradição e Qualidade*. Mirandela: Grafimor – Industrias Gráficas.
- Moreira, A. et al. (1995). *Portugal Hoje*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração.
- Moreno, ^a (1986). El Desarrollo Psicologico del Adolescente. *Cuadernos de Pedagogía*, nº 153, Jan 4-8
- Musitu, G. & Molpeceres, M. A. (1992). Estilos de Socialización, Familismo y Valores. *Infancia y Sociedad*, 16: 67-101.
- Negreiros, J. (1998). Relação entre o consumo de álcool e drogas e comportamentos anti-sociais nos jovens. *Revista Toxicodependência*. Ano 4, nº. 1: 51 – 58.
- Nunes, A. J. (2002). Mensagem do Presidente do Concelho de Administração da Associação dos Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro. In A. F. Secca & M. A. Lima (Eds). *III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro*. (pp. 25-59). Porto: Árvore Cooperativa de Actividades Artísticas C.R.L.
- Nunes, A. J.; Cabral, A. M.; Cepeda, F.; Ramos, L.; Batista, L. & Ferreira, A. (2002, Setembro). Conclusões de Trás-os-Montes e Alto Douro Rumo à Modernidade, apresentada no III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, Bragança.
- Offer, D.; Ostrov, E. & Howard, K. I. (1981). *The adolescent: A psychological self-portrait*. New York: Basic Books.
- Offer, D. & Sabshin, M. (1984) Adolescence: Empirical perspectives. In D. Offer & M. Sabshin (Ed.). *Normality and the life cycle* (pp. 76-107). New York: Basic Books.
- Orizo, F. A. (1996). *Sistemas de Valores en la España de los 90*. Madrid: Siglo XXI.
- Palmonari, A.; Pombenu, M. L. & Kirchler, E. (1992). Evolution of the Self-Concept in Adolescence and Social Categorization Processes. In W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.) *European Review of Social Psychology*. (Vol. 3, pp. 285-308). London: John Wiley and Sons.

- Palmonari et al. (1984). Imperfect Identities: A Sociopsychological Perspective for the Study of the Problems of Adolescence. In H. Tajfel (Ed.). *The Social Dimension*. (Vol. 1, pp. 111-136). Cambridge: Cambridge University Press.
- Pérez, P. & Cánovas, P. (1995). Relaciones Familiares y Valores: Análisis Intergeracional. *Infancia y Sociedad*, 29: 117-145.
- Perron, R. (1971). *Modeles d' Enfants, Enfants Modeles*. Paris: Press Universitaire de France.
- Perry, W. G. (1970). *Forms of intellectual and ethical development in the college years*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Pintasilgo, M. L. (1995). A Mudança de Valores num Mundo em Transição. *Revista de Educação*. 1 (V): 3-10.
- Pinto, A. (1990). *Metodologia de Investigação Psicológica*. Porto: Ed. Jornal de Psicologia.
- Pinto, M. (1997). A Infância como Construção Social, in Manuel Pinto e Manuel Sarmento (Coord.) *As Crianças – Contextos e Identidades*. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, pp. 31-73.
- Poeschl, G. (2000). Trabalho Doméstico e Poder Familiar: Práticas, Normas e Ideais. *Análise Social*. Vol. XXXV. 156: 695–719.
- Portela, J. (1986). *Trabalho Cooperativo em duas Aldeias de Trás-os-Montes*. Porto: Ed. Afrontamento.
- Praia, M. (1989). Educar por Valores para Combater o Analfabetismo Ético. *Revista Inovação*. Vol. 2, 3: 280-284.
- Reis, E.; Melo, P.; Andrade, R. & Calapez, T. (1996). *Estatística Aplicada*. Lisboa: Ed. Silabo.
- Reis, E.; Melo, P.; Andrade, R. & Calapez, T. (1997). *Estatística Aplicada Vol. 2*. Lisboa: Edições Silabo.
- Reis, E.; Melo, P.; Andrade, R. & Calapez, T. (1999). *Estatística Aplicada*. Vol. 1, 3ª ed. Lisboa: Ed. Silabo, Lda.
- Reis, L. & Dias (1993). Grupos e Valores de Referência Sócio-Políticos. In Luís França (Ed.). *Portugal. Valores Europeus .Identidade Cultural* .Lisboa: Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento.
- Ribeiro, J.L. (1999). *Investigação e Avaliação em Psicologia da Saúde*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Rokeach, M. (1973). *The Nature of Human Values*. New York: The Free Press, Colliens MacMillan Publishers.
- Rokeach, M. (1979). *Understanding Human Values: Individual and Societal*. New York: Free Press.

- Roncayolo, M. (1986). Região. In R. Romano (Ed.) *Região*. Enciclopédia Einaudi (pp 161-189). Vol 8. Lousã: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Rós, M. & Gómez, A. (1997). Valores Personales Individualistas y Colectivistas y su Relación com la Autoestima Colectiva. *Revista de Psicologia Social*. (12), 2:179-198.
- Sampaio, D. (1994). *Inventem-se novos pais*. Lisboa: Editorial Caminho S.A.
- Sanford, N. (1966). *Self and Society*. New York: Atherton Press.
- Santos, C. (2001, 8 de Janeiro). A Televisão. *Jornal Sementes de Esperança*.
- Santos, J. T. (1998). Os Valores e a Mudança. Actas do Colóquio Europeu de Psicologia e Ética, 55-65.
- Santos, L. (s/d). *A Mulher na Sala e na Cozinha*. 14ª Edição. Lisboa: Editorial Laves.
- Sanz, M. A. (1997). Los valores en la juventud actual. *Revista de ciencias de la Educación*, 169: 117 – 126.
- Secca, A. F. & Lima, M. A. (Coords). (2002). *III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Porto: Árvore Cooperativa de Actividades Artísticas, C.R.L.
- Sedes Nunes, J. (1998). Perfis Sociais Juvenis. In *Jovens Portugueses de Hoje*. Villaverde Cabral, M. & Machado Pais, J. (coord.). Edições Celta, 1 - 50.
- Serrano, M. M. (1994). *História de Los Cambios de Mentalidades de Los Jóvenes Entre 1960 – 1990*. Madrid: Ministerio de Asuntos Sociales – Instituto de La Juventud.
- Schmidt, L. (1990). Jovens: Família, Dinheiro, Dinheiro, Autonomia. *Análise Social*. XXV (108-109): 645-673.
- Schwartz, S. H. (1990). Individualism – Collectivism: Critique and Proposed Refinements. *Journal of Cross – Cultural Psychology*, 21(2): 139 – 157.
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the Content and Structure of Values: Theoretical Advances and Empirical test in 20 Countries. In M. P. Zanna (Ed.) *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol 25). (pp. 1-63). Califórnia: Academic Press Inc.

- Siegel, S. (1981). *Estatística Não-Paramétrica Para as Ciências do Comportamento* São Paulo: Ed. Harper & Row.
- Smidt, T. E. (1981). Adolescent Agreement With Perceived Maternal and Parental Education Goals. *Journal of Marriage and the Family*, 43: 85-93.
- Smith, P. K. (1995). Grandparenthood. In M. H. Bornstein (Ed.) *Handbook of Parenting*. (pp. 89-112). Mahwah: Erlbaum.
- Sinha, J. B. (1986). Work - Related Values and Climate Factors. *International Review of Applied Psychology*. 35: 63-78.
- Sprinthal, N. A. & Collins, W. A. (1988). *Adolescent psychology: a development view*. New York: Random House.
- Soares, I & Campos, B. P. (1985). Dificuldades de Relacionamento Entre Jovens e Programas de Desenvolvimento Interpessoal. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 1: 151-161.
- Soares, I. & Campos, B. P. (1988). Vinculação e Autonomia na Relação dos Adolescentes com os Pais. *Cadernos de consulta Psicológica*. 4: 57-64.
- Stage, F. K. (1991). Common Elements For Theory. A Framework For College Students Development. *Journal of College Student Development*. 32: 56-61.
- Steele, H. & Steele, M. (1994). Intergeration Patterns of Attachment. In K. Bartholomew & D. Perlman (Ed). *Attachment Process in Adulthood*. (pp. 93-120) London: Jessica Kingsley Publishers. Vol 5
- Steinmetz, S. K. (1979). Disciplinary Techniques and Their Relationships to Agressiveness, Dependency and Conscience. In W. R. Burr et. Al. (Eds.). *Contemporary Theories About the Family*. (Vol. 1, pp. 405-438). New York. Free Press.
- Stewart, L. (1987). Recent Research on The Family at Adolescent: The Extent And The Nature of Sex Differences. *Journal of Youth And Adolescence*, 16,3.
- Thines, G & Lempereur, A. (1984). *Dicionário Geral das Ciências Humanas*. Lisboa: Edições 70.
- Torga, M. (1993). *Portugal*. Coimbra: (6ª Ed.). Edição do Autor.
- Triandis, H.; Bontempo, L.; Villareal M.; Asai, M. & Lucca, N. (1988). Individualism and Collectivism: Cross – Cultural Perspectives on Self – Ingroups Relationships *Journal of Personality and Social Psychology*. 54(2): 323 – 338.

- Trigueiros, L. F. & Abreu, M. (1990). *Terras do Norte na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Ed. Inapa.
- Tuckman, B. (1978). *Conducting educational research* (2ªed.). New York: Harcourt Brace Jovanovich, Inc.
- Turiel, E. (1996). Equality and hierarchy: conflict in values. In E. Reed; E. Turiel & T. Brown (Eds.). *Values and Knowledge*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Ulrich, F. (1991). Administração, Instituições, Cultura Empresarial. In Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (Ed.). *Sociedade, Valores Culturais e Desenvolvimento*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Vala, J. (1986^a). *Os Sonhos e os Futuros. Identidade e Valores da Juventude Portuguesa – uma abordagem exploratória*. Desenvolvimento (n.º especial), Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Vala, J. (1986^b). *Representações Sociais dos Jovens: Valores, Identidade e Imagens da Sociedade Portuguesa*. XI, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Vala, J. (1993). Valores Sócio-Políticos. In Luís França (Ed.). Portugal. *Valores Europeus. Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Vasconcelos, P. (1998). Prática e Discursos da Conjugalidade e de Sexualidade dos Jovens Portugueses. In *Jovens Portugueses de Hoje*. Villaverde Cabral, M. & Machado Pais, J. (coord.). Edições Celta, 215 - 304
- Vaz de Andrade, J. (1992). *Os Valores na Formação Pessoal e Social*. Lisboa: Texto Editora.
- Villanlain, J. L. (1991). Los Valores Dominantes de la Sociedad Española de los 90: Su Progressiva Homogenización y su Polarización en el Mundo de lo Privado. *Revista de Educación*, 297; 275-291.
- Villaverde Cabral, M.; Machado Pais, J. et al. (1998). *Jovens Portugueses de Hoje – Resultados do Inquérito de 1997*. Oeiras: Celta.
- Vockell, E. (1983). *Educational Research*. New York: MacMillan Publishing Co, Inc.
- Weiner, I. V. (1995). *Perturbações Psicológicas na Adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Whitbeck, S. B. & Gecas, V. (1988). Value Attributions and Value Transmission Between Parents and Children. *Journal of Marriage and the Family*. 50: 829-840.
- White, D. B. (1986). *An Assessment And Validation of Chickering's Seven Vectors of Student Development*. Unpublished Doctoral Dissertation. University of Iowa. Iowa
- White, D. B. (1989). An Assessment And Validation of Chickering's Theory of Student Development. *Journal of College Student Development*. 30: 354-361
- Williams, R. M. (1979). Change and Stability in Values and Values Systems: A Sociological Perspectives in M. Rokeach. *Understanding Human Values: Individual and Societal*. (pp. 15-46). New York: Free Press.
- Youniss, J. (1997). A New Generation: New Intellectual Opportunities Human Development. 40: 96-101.
- Zirkel, S. & Cantor, N. (1990). Personal Construal of life Task: Those Who Struggle For Independence. *Journal of Personality And Social Psychology*. 58:172-185.
- Zirkel, S. (1992). Developing Independence in Life Transition: Investing The Self in The Concerns of The Day. *Journal of Personality And Social Psychology*, 62(3): 506-521

BIBLIOGRAFIA NA INTERNET

<http://web.rccn.net/Camoes/camoes/sonetos/frame.htm>.

Data de pesquisa deste documento 20/08/2001

Luís de Vaz de Camões, Soneto 92

http://www.sbpa_rj.org.br/metanoia.thm

Data de pesquisa deste documento 10/06/2000

Marfiza Ramalho Reis

Metanóia familiar – A dança transformadora dos vinte anos
(pp. 1-10)

ANEXOS

CARTA

Lisboa, 26 de Março de 1996

Ex.mo(a) Sr.(a)

O contexto actual de final de século, assim como, alguns dos problemas e preocupações que os novos desenvolvimentos das sociedades ocidentais colocam, criaram a necessidade de se adoptar uma atitude reflexiva orientada para o futuro.

Por exemplo, algumas mudanças tecnológicas colocam, actualmente, problemas e desafios muito diferentes daqueles que se colocaram nas gerações passadas e, possivelmente, daqueles que se irão colocar nas Gerações vindouras. Para além disso, estas mudanças colocam novos problemas, preocupações e interesses na sociedade, os quais por sua vez, vão determinar o aparecimento de novas ideologias e valores.

Os valores sociais acerca da família, sexualidade, religião, educação, liberdade, igualdade, justiça, paz, nacionalidade, etc., parecem constituir, deste modo, uma matéria fundamental para reflexão e estudo.

É neste contexto que tenho vindo a desenvolver um estudo de pesquisa, a nível nacional, sobre valores sociais em jovens universitários e seus progenitores. Venho por isso, pedir a sua colaboração e boa vontade para responder ao questionário que segue em anexo.

Gostaria, no entanto, de me apresentar. Sou psicóloga e estou a realizar uma tese de mestrado sobre valores sociais, sob a supervisão do Professor Catedrático Eurico Figueiredo no Instituto Superior de Psicologia Aplicada. É meu objectivo analisar, como já referi, com este estudo, os valores sociais preponderantes nos jovens universitários e nos seus progenitores. É neste sentido que considero a sua participação fundamental e, desde já, agradeço a sua colaboração.

Agradeça que enviasse a resposta, tanto quanto possível, até ao fim de Maio

Com os meus mais respeitosos cumprimentos

Leia atentamente cada pergunta e as hipóteses de resposta. Circunde a letra que corresponde à resposta que escolhe.

Ex:

97

- A. aseg zert yuio
- B. pqsd fgui llot
- C. waze assm cari
- D. capt relm sita
- 0. ?

No caso de não concordar exactamente com nenhuma das respostas que pode escolher, procure aquela que se aproxima mais da sua opinião.

Só em último caso é que deve usar a resposta 0 ?, que significa que não sabe ou não quer responder.

1. Qual das frases seguintes exprime melhor a sua opinião sobre educação escolar ?

- A. a escolaridade obrigatória deve ser prolongada pois os jovens só têm a lucrar com a aprendizagem escolar.
- B. a escolaridade obrigatória deve ser reduzida pois para quem não seguir estudos só interessa aprender a ler e a escrever.
- C. a frequência obrigatória da escola só devia ser obrigatória se o ensino fosse organizado de uma forma mais útil. Tal como está interessa a poucos.
- 0. ?

2. No que respeita à educação das crianças pequenas qual destas opiniões lhe parece mais certa ?

- A. até à idade dos três anos, o melhor meio educativo é a família, mas entre os 3 e os 6 anos é bom que frequentem um jardim de infância.
- B. até à idade de irem para a escola primária as crianças devem ficar em casa com a mãe ou alguém da família .
- C. as crianças desenvolvem-se mais e melhor se começarem desde muito cedo (pelo menos a idade de um ano) a conviver com outras crianças numa instituição pré-escolar.
- 0. ?

**3. Na sua opinião o que é mais importante na vida de uma pessoa ?
(Ordene as respostas hierarquicamente por ordem de preferência).**

- A. as relações com a família
- B. as relações com colegas e pessoas amigas
- C. o amor
- D. a satisfação com o trabalho profissional
- E. o bem estar interior consigo próprio

1ª

2ª

3ª

4ª

5ª

0. ?

4. Se a escolha pudesse ser inteiramente livre acha que os jovens a partir dos 17-18 anos escolheriam mais naturalmente:

- A. viver em casa dos pais
- B. viver sós
- C. viver com outros jovens
- 0. ?

5. Actualmente a falta de emprego afecta muitas pessoas. Qual acha que é a razão principal que motiva as pessoas a procurar trabalho ? (assinale uma das frases).

- A. as pessoas querem trabalhar porque só quem trabalha é que se sente realizado.
- B. as pessoas preferiam não trabalhar se tivessem asseguradas as necessidades económicas.
- 0. ?

6. Qual das frases define a sua posição sobre o trabalho da mulher ?

- A. a mulher deve ter um emprego durante toda a vida, tal como o homem.
- B. a mulher deve ter um emprego até casar.
- C. a mulher casada só deve empregar-se em caso de extrema necessidade.
- D. a mulher pode ter um emprego até o nascimento do 1º filho.
- E. a mulher casada não deve empregar-se em caso algum.
- F. a mulher casada só deve empregar-se se conseguir um horário de trabalho compatível com as exigências da vida familiar.
- 0. ?

7. Para um bom entendimento de um casal quais os dois factores mais importantes de entre os que seguem (escolha dois):

- A. os cônjuges terem um nível de instrução semelhante
- B. terem sido educados no mesmo meio
- C. terem os mesmos ideais
- D. terem as mesmas atitudes religiosas
- E. terem feitios e gostos semelhantes
- 0. ?

8. Entre os seguintes fins do casamento, indique por ordem de preferência a importância que lhes atribui:

- A. meio legítimo de satisfação de necessidades sexuais
- B. procriação e educação dos filhos
- C. meio de realização dos cônjuges
- D. auxílio mútuo entre esposos
- 1ª
- 2ª
- 3ª
- 4ª
- 0. ?

9. Indique a frase que melhor se identifica com a sua opinião sobre o divórcio.

Concordo com o divórcio

- A. porque é uma expressão natural da liberdade humana
- B. porque é uma solução para situações muito graves de desarmonia conjugal
- C. porque possibilita a verdade total do amor

Não concordo

- D. porque o casamento é por natureza indissolúvel
- E. porque é uma tentação contra a fidelidade conjugal
- F. porque pode transformar o casamento numa união natural, temporária e de ensaio
- G. porque impossibilita a educação dos filhos
- 0. ?

É conhecido que certos jovens têm por vontade própria experiências sexuais antes do casamento. Essa conduta parece-lhe:

10. No caso do rapaz (escolha uma resposta)

- A. repreensível
- B. sem gravidade
- C. perigosa
- D. útil
- 0. ?

11. No caso da rapariga (escolha uma resposta)

- A. repreensível
- B. sem gravidade
- C. perigosa
- D. útil
- ?

12. Qual o número de filhos que gostaria de ter ?

- A. nenhum
- B. 1 filho
- C. 2-3 filhos
- D. 4 ou mais
- 0. ?

13. Que pensa do planeamento familiar ?

- A. é uma prática absolutamente justificada e mesmo necessária dado o crescente povoamento do mundo
- B. é uma prática lícita mas só quando tem em conta certas condições de saúde ou circunstâncias económicas e sociais da família
- C. é uma prática sempre lícita desde que os cônjuges estejam de acordo
- D. é a tradução de um egoísmo social e de uma falta de responsabilidade dos cônjuges perante a sua missão
- E. é um meio lícito de planificação da família, tendo em conta as condições mais favoráveis à procriação e educação dos filhos
- 0. ?

Entre pessoas que se estimam, acontece por vezes que se zangam por causa de opiniões ou atitudes diferentes. Isso acontece também no grupo familiar. (Em relação às frases às 14, 15 e 16, assinale em cada uma delas a mais próxima da sua opinião)

14. «Os pais que querem educar bem os filhos não podem passar sem os castigar fisicamente»

- A. não concordo
- B. concordo que por vezes é necessário bater mas devem evitar fazê-lo
- C. uma boa tarefa não faz mal às crianças mas a partir dos 13-14 anos já os pais não devem bater nos filhos
- D. os pais têm o direito de bater nos filhos desde que considerem necessário
- 0. ?

15. «Entre o casal há questões que só se resolvem com uma sova na mulher»

- A. não concordo
- B. concordo que o homem bata na mulher mas só em situações excepcionais
- C. bater na mulher é a forma mais indicada para resolver muitos problemas
- D. o homem tem direito de bater na mulher desde que considere que tem razão para o fazer
- 0. ?

16. «Num casal, a mulher nunca deve levantar a mão para o marido».

A. não concordo

B. acho que em raras exceções se pode justificar que a mulher bata no marido

C. há homens que merecem bem que a mulher lhes bata frequentemente

D. a mulher tem todo o direito de bater no marido desde que considere ter razões para isso

0. ?

17. Os tribunais e as leis existem devido a haver problemas em que as pessoas implicados não são capazes de chegar a um acordo (diga com qual destas frases concorda mais).

A. nos casos graves em que está em causa a honra de uma pessoa, o problema tem de ser logo resolvido, a bem ou a mal, sem esperar por uma decisão do tribunal.

B. é aos tribunais que compete dizer quem tem razão e por isso nunca se justifica que alguém faça justiça por mãos próprias.

0. ?

18. Qual destas frases exprime melhor a sua opinião sobre a polícia:

A. faz o melhor que pode

B. funciona mal

C. não serve para nada

D. é o que nos vale

0. ?

19. Com qual das frases seguintes está mais de acordo relativamente ao sistema prisional (cadeias e prisões):

A. fazem o melhor que podem

B. funcionam mal

C. não servem para nada

D. são o que nos vale

0. ?

20. Nos assuntos que se seguem, qual acha que deve ser a atitude da sociedade (assinale com (x) para cada assunto de A a D.)

	Atitude Preventiva (prevenir, evitar)	Atitude Terapêutica (tratar, curar)	Atitude Repressiva (proibir, prender)	O
A. Criminalidade				
B. Alcoolismo				
C. Consumo Droga				
D. Prostituição				

21. Várias substâncias podem provocar toxicod dependência (drogas), umas legais (álcool cafeína, nicotina etc.) outras ilegais (heroína, cannabis, etc.), com qual das opiniões concorda (assinale uma só):

A. todas as drogas legais e ilegais devem ser proibidas

B. todas as drogas ilegais devem continuar ilegais

C. todas as drogas ilegais devem poder ser consumidas (segundo o princípio da liberdade individual) mas o tráfico proibido

D. todas substâncias que provocam toxicod dependência devem poder ser consumidas e apenas proibidos e punidos os malefícios que provocam nos outros (ex. fumador passivo, conduzir sob efeito de álcool ou cocaína, etc.)

0. ?

22. No que respeita ao progresso do país com qual das opiniões concorda mais (assinale uma só):

- A. o mais importante é que os governantes sejam capazes de manter a ordem social
- B. a sociedade deve facilitar a vida às pessoas mais capazes e com espírito de iniciativa
- C. acima de tudo deve-se procurar diminuir as desigualdades sociais e criar oportunidades semelhantes para todos
- 0. ?

23. «Não é na revolução que reside a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada». Qual a sua opinião sobre esta frase:

- A. concordo inteiramente
- B. acho que é radicalmente errada
- C. acho que nem sempre é exacta porque há circunstâncias em que só a violência se torna remédio adequado
- 0. ?

24. Nos jornais rádio e TV, fala-se muitas vezes na União Europeia (UE). Se Portugal abandonasse a União Europeia, que sentiria você:

- A. sentia que era uma pena
- B. era indiferente
- C. sentia alívio
- 0. ?

25. Ouvem-se várias opiniões sobre os objectivos que o país se deveria esforçar por atingir nos próximos 10 a 15 anos. Na lista que se segue são mencionados os principais objectivos que algumas pessoas queriam ver alcançados. Numere-os pela ordem de importância que pessoalmente lhes atribui.

- A. manter a ordem no país
- B. aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo
- C. combater a alta dos preços
- D. garantir a liberdade de expressão
- E. garantir o emprego pleno

1ª

2ª

3ª

4ª

5ª

0. ?

26. Fala-se hoje muito em crise de civilização. Como lhe parece que essa crise pode ser vencida (assinale uma só frase de A a D)

- A. principalmente por meio da ciência e da técnica
- B. principalmente por meio da economia e da política
- C. principalmente por meio da renovação espiritual e moral do homem
- D. julgo que essa crise não pode ser vencida
- 0. ?

27. No seu entender quais são as grandes causas por que vale a pena aceitar sacrifícios (escolha três):

- A. protecção da natureza
- B. paz
- C. luta contra a miséria
- D. defesa nacional
- E. liberdade do indivíduo
- F. direitos do homem
- G. nenhuma
- 0. ?

28. Para o progresso do país, qual destas opiniões deve ser defendida em relação ao meio rural.

- A. deve-se melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais
- B. deve-se facilitar aos trabalhadores rurais que mudem para a cidade
- 0. ?

29. E de entre as seguintes opiniões, com qual concorda mais:

- A. deve-se sobretudo desenvolver a indústria
- B. deve-se aumentar a produtividade da agricultura
- 0. ?

30. E escolha ainda uma das seguintes:

- A. deve-se desenvolver cada vez mais as cidades importantes
- B. deve-se desenvolver as pequenas cidades
- 0. ?

31. Indique de entre as seguintes qualidades as três que mais admira: (assinale três)

- | | |
|----------------------------|-------------------|
| A - honradez | I - audácia |
| B - humildade | J - prudência |
| C - inteligência | L - caridade |
| D - espírito de sacrifício | M - paciência |
| E - pureza | N - dinamismo |
| F - eficácia | O - lealdade |
| G - perseverança | P - descontracção |
| H - sinceridade | Q - fidelidade |
| 0 - ? | |

32. Independentemente de frequentar ou não a igreja, considera-se:

- A. uma pessoa religiosa
- B. uma pessoa não religiosa
- C. um ateu convicto
- 0. ?

33. O que pensa que se procura fundamentalmente na religião: (assinale apenas uma frase de A a E)

- A. uma forma de amar e servir a Deus
- B. a satisfação daquilo que se considera uma necessidade espiritual própria de todos os indivíduos
- C. uma resposta aos problemas morais e familiares
- D. uma fuga à resolução dos problemas graves da vida
- E. a salvação da alma
- 0. ?

34. Com que frequência costuma ler um jornal (não desportivo)

- A. todos os dias ou quase
- B. uma ou duas vezes por semana
- C. quase nunca
- 0. ?

35. Que secções dos jornais lhe interessam mais (escolha 5)

- A. vida nacional
- B. vida internacional
- C. artigos de fundo, reportagens
- D. desporto
- E. artes e letras
- F. crítica de espectáculos
- G. crimes e outros acontecimentos sensacionais
- H. folhetins, contos
- I. páginas de economia
- J. páginas de divulgação científica
- L. curiosidades
- M. passatempos (palavras cruzadas, testes, signos)
- O. ?

36. De entre as seguintes "novas" tecnologias assinale quais delas utiliza regularmente

- A. computador pessoal () Internet ()
- B. telemóvel
- C. bip
- D. fax
- E. máquina de calcular
- O. ?

37. Indique das actividades seguintes as que praticou há menos de uma semana:

- A. leitura de um livro
- B. ir ao cinema
- C. ir ao teatro
- D. ir a concertos
- E. praticar desporto
- F. assistir a uma conferência
- G. ouvir rádio
- H. ver TV
- O. ?

38. A propósito de política, as pessoas falam de «direita» e de «esquerda». Quer situar a sua posição na escala que se segue:

Esquerda | -1-|-2-|-3-|-4-|-5-|-6-|-7-|-8-|-9-|-10-| Direita

39. Há algum partido político de que se sinta mais próximo do que de outros ? Se SIM indique o seu grau de ligação a esse partido:

- A. muito ligado
- B. bastante ligado
- C. sobretudo simpatizante
- D. sem proximidade a nenhum partido

40. Há duas maneiras de conceber a longo prazo a União Europeia. Qual é a opinião mais próxima da sua ?

- A. a UE deveria ter não só um único parlamento (Assembleia) eleito por sufrágio universal, mas também um único governo que tivesse a última palavra em certos domínios importantes.
- B. a última palavra deverá pertencer aos governos dos estados membros.
- O. ?

41. O que desejaria que o progresso tornasse possível no ano 2010 (escolha 2 frases)

- A. tornar possível a cura de doenças graves como o cancro, SIDA, hepatite, etc.
- B. tornar possível que o mundo se organize de tal maneira que desapareçam as guerras e os exércitos
- C. decidir com antecedência o tempo (meteorológico) que vai fazer
- D. provar se há ou não vida noutros planetas
- E. tornar possível o fim da fome e da pobreza
- F. tornar possível a efectiva igualdade de direitos entre povos e raças
- G. existência de um idioma universal
- H. tornar possível um combate eficiente à poluição
- O. ?

42. Acha que as pessoas como você podem contribuir em alguma coisa para influenciarem o progresso ?

- A. sim
- B. talvez
- C. não
- O. ?

43. Tente imaginar-se no Ano 2010. Na sua ideia as pessoas serão:

- A. mais felizes que hoje
- B. menos felizes que hoje
- C. semelhantes a hoje
- O. ?

44. Por quais dos seguintes aspectos da vida se interessa você verdadeiramente ? (escolha três)

- A. ciências e tecnologias
- B. política nacional
- C. desporto
- D. grandes problemas da sociedade (por exemplo: direitos do homem, pobreza, igualdade entre sexos.)
- E. artes e espectáculos (teatro, cinema, música, etc.)
- F. como vivem os outros povos nos outros países da Europa
- G. a vida das regiões, as línguas e a cultura regional
- H. o meio ambiente, a protecção da natureza, a ecologia
- I. o terceiro mundo, os problemas de subdesenvolvimento
- J. a vida política internacional
- L. religião
- O. ?

45. A propósito de democracia, qual o sistema político para que se deveriam orientar as nações.

- A. sistema de partido único
- B. sistema de vários partidos
- O. ?

46. Na sua opinião, quem tem uma visão mais realista do mundo actual, é...

- A. a geração com menos de 20 anos
- B. a geração dos 20-25 anos
- C. a geração dos 25-30 anos
- D. a geração dos que têm entre 30 e 40 anos
- E. a geração dos que têm entre 40 e 50 anos
- F. a geração que tem mais de 50 anos
- O. ?

47. Respondeu a este questionário:

- A. com total sinceridade
- B. com alguma sinceridade
- C. sem sinceridade
- 0. ?

48. Responder ao inquérito foi:

- A. agradável
- B. indiferente
- C. desagradável

Finalmente precisamos que nos forneça dados sobre a sua situação de vida. Circunde a resposta que corresponde à sua situação ou inscreva a sua informação no espaço em branco.

10. Idade ____ (anos completos)

11. Sexo 1. masculino 2. feminino

12. Estudante do ____º Ano

13. Distrito de Nascimento _____

14. Curso de _____

15. Universidade _____

16. Religião _____

17. Estado civil

- 1. Solteiro (a)
- 2. casado (a)
- 3. vivendo com companheiro (a)
- 4. divorciado (a)
- 5. separado (a)
- 0. ?

18. participa em algum Movimento ? Se sim, de que tipo ?

- 1. ambiental]
- 2. científico
- 3. desportivo
- 4. cultural
- 0. ? / outros (_____)

19. Pratica desporto ? Se sim , qual ? _____

20. As últimas férias, viajou para o estrangeiro (____) ou ficou em Portugal (____) ?

21. O que é que comprou de significativo na última semana ? _____

22. Responda

- 1. tem pai e mãe vivos
- 2. só tem pai vivo
- 3. só tem mãe viva
- 4. não tem pai nem mãe vivos
- 0. ?

23. Se tem pai e mãe vivos

1. Os seus pais vivem juntos
2. Os seus pais vivem separados
0. ?

24. Com quem vive (a maior parte do tempo)

1. só
2. com companheiro (a)
3. com outros jovens (lar, residência, etc.)
4. com os pais (pai e/ou mãe)
5. com outros familiares
0. ?

25. Qual a sua situação financeira:

1. tem ordenado fixo
2. faz alguns trabalhos que lhe rendem dinheiro
3. recebe uma mesada (quantia fixa) dada por pais ou outros
4. recebe bolsa de estudo de um organismo oficial ou particular
5. não recebe nenhuma quantia fixa para fazer face a despesas próprias
0. ?

26. Com quem viveu a maior parte da sua infância (até aos 10 anos de idade):

1. com os pais (com ou sem outras pessoas)
2. com outros familiares (sem os pais)
3. em internato
0. ?

Nas quatro perguntas que se seguem, pretendemos que classifique a posição da sua família de origem (pais).

Refira-se nas cinco perguntas à pessoa (pai ou mãe) que exerce (exerceu no caso de ter morrido) a profissão de nível mais elevado.

27. Profissão

1. quadro superior da Administração Pública ou privada; Especialistas das profissões científicas ou técnicas, liberais ou similar; proprietário agrícola de grandes dimensões.
2. empregado de escritório em posição de chefia; operário altamente qualificado; trabalhador especializado; rendeiro de propriedade agrícola de que não é proprietário; proprietário agrícola de propriedade de dimensão média empregando outros trabalhadores.
3. profissional artista trabalhando por conta própria em oficina de dimensões reduzidas; agricultor proprietário de exploração de dimensão familiar.
4. empregado de escritório; operário; funcionário (subordinados em geral); trabalhador agrícola por conta de outrem
5. pessoal auxiliar; ajudante; jornaleiro

28. Nível de instrução

1. diploma de ensino universitário ou equivalente (curso superior)
2. diploma de curso técnico ou profissional (curso médio)
3. diploma de ensino secundário, liceal, comercial ou industrial
4. ensino primário completo
5. ensino primário incompleto ou nulo
0. ?

29. Fontes de rendimento

1. vive principalmente de rendimentos de bens que possui ou do rendimento da actividade liberal exercida
2. vive principalmente de vencimento mensal tipo funcionário
3. vive de vencimento mensal de pessoas com quem vive: não tem rendimentos próprios
4. vive principalmente de salários irregulares, remuneração semanal; à tarefa ou à bom
5. é principalmente sustentado pela segurança social (pensões de reforma, invalidez, etc.)
0. ?

30. Conforto do alojamento

1. casas ou andares luxuosos e muito grandes oferecendo aos seus moradores o máximo de conforto
2. categoria intermédio: casas ou andares que, sem serem tão luxuosos como os da categoria precedente, são, não obstante, espaçosos e confortáveis
3. casas ou andares modestos, bem construídos e em razoável estado de conservação, bem iluminados e arejados, com cozinha e casa de banho (ex.: Bairro Camarário)
4. categoria intermédia entre 3 a 5 (casa em bom estado de conservação mas sem quarto de banho dentro da casa, ou de construção clandestina)
5. Alojamentos impróprios para uma vida decente, choças, barracas ou andares desprovidos de todo o conforto, ventilação, iluminação ou também aqueles onde moram demasiadas pessoas em promiscuidade, nomeadamente qualquer habitação em que o quarto de banho não sirva só o agregado familiar
0. ?